



Ministério do
Desenvolvimento Agrário



DIREITO APLICADO
VIVÊNCIAS JUDICIÁRIAS DE CONFLITOS
COLETIVOS AGRÁRIOS EM MINAS GERAIS

DIREITO APLICADO

VIVÊNCIAS JUDICIÁRIAS DE CONFLITOS COLETIVOS AGRÁRIOS EM MINAS GERAIS

OSVALDO OLIVEIRA ARAÚJO FIRMO
Juiz Titular da Vara de Conflitos Agrários de Minas Gerais



DIREITO APLICADO

VIVÊNCIAS JUDICIÁRIAS DE CONFLITOS COLETIVOS AGRÁRIOS EM MINAS GERAIS

OSVALDO OLIVEIRA ARAÚJO FIRMO
Juiz Titular da Vara de Conflitos Agrários de Minas Gerais

MDA
BRASÍLIA, 2009

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente da República

GUILHERME CASSEL

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

DANIEL MAIA

Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário

ROLF HACKBART

Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ADONIRAM SANCHES PERACI

Secretário de Agricultura Familiar

ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA

Secretário de Reordenamento Agrário

JOSÉ HUMBERTO OLIVEIRA

Secretário de Desenvolvimento Territorial

JOAQUIM CALHEIROS SORIANO

Coordenador-Geral do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

VINICIUS MACÁRIO

Coordenador-Executivo do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

Série NEAD Experiências 3

Copyright 2009 MDA

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Xico S6

REVISÃO E PREPARAÇÃO DE ORIGINALS

Andréa Aymar

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)

www.mda.gov.br

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL (Nead)

SBN, Quadra 2, Edifício Sarkis - Bloco D – loja 10 – Sala S2 - CEP: 70.040-910

Brasília/DF

Telefone: (61) 2020 0189

www.nead.org.br

PCT MDA/IICA – Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável

A658d

Araújo, Osvaldo Oliveira

Direito aplicado: vivências judiciais de conflitos coletivos agrários em Minas Gerais / Osvaldo Oliveira Araújo. – Brasília : MDA, 2009.
319p. ; 29,7cm. (NEAD Experiências ; 3)

ISBN 978-85-60548-51-4

I. Título. II. Osvaldo Oliveira Araújo. III. Direito Agrário. IV. Conflitos agrários. V. Conflitos sociais. VI. Questões agrárias.

CDD 346.044



APRESENTAÇÃO

O livro de autoria de Osvaldo Oliveira Araújo Firmo, trazido a público pela *Série Nead Experiências*, expressa a preocupação em tentar solucionar, a partir da doutrina jurídica, os embates em torno da questão fundiária no Brasil, em tempos em que os conflitos agrários ainda marcam as relações sociais.

Cunhada na experiência do juiz mineiro à frente da Vara de Conflitos Agrários do Estado de Minas Gerais¹, a publicação, como afirma o próprio autor, não deve ser tida como um trabalho acadêmico, mas um “*testemunho de ação*”. No entanto, embora procure se afastar desse rótulo, o testemunho escrito por Osvaldo Firmo, e vivenciado pelos diversos sujeitos destes conflitos, é embebido em referências teóricas da filosofia, própria ao direito, mas também da sociologia e da antropologia.

A propriedade não é mais um direito absoluto, *per se*, pois a exigência da função social da terra torna-se preceito básico para aqueles que a adquirem, por meio da comprovação do atendimento a questões ambientais, trabalhistas e da produtividade da terra. A obra é perpassada por seus diversos sujeitos, proprietários e trabalhadores rurais sem-terra, movimentos sociais, advogados, juízes e instituições públicas. A experiência tida na Vara de Conflitos Agrários de Minas Gerais reúne alguns destes atores sociais em um esforço, também coletivo, na resolução de problemas que têm especificidades marcadas.

A relevância de envolver toda a sociedade na superação desses conflitos adquiriu destaque nacional recentemente, quando, em meados de março de 2009, o Conselho Nacional de Justiça criou o Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários como espaço para a articulação de uma política nacional para o enfrentamento do problema. Tal fato demonstra a atualidade e a pertinência de nos debruçarmos com maior atenção sobre a atuação do Poder Judiciário na pacificação desses embates.

Entre as recomendações do Fórum está a criação de Varas especializadas em Direito Agrário, o que faz com que o presente trabalho seja um ponto de apoio importante na implementação dos objetivos daquela política. A experiência narrada nesta obra ressoa as orientações propostas pelo Fórum e, o fato de ser uma das poucas Varas desse tipo no País, torna essa coleção de despachos e sentenças retrato único dos conflitos levados ao Poder Judiciário. De um panorama sociohistórico que apresenta a noção de propriedade à realidade premente daqueles que sonham com a

1 – O juiz Osvaldo Firmo foi titular desta Vara entre agosto de 2007 e setembro de 2008.

conquista da terra, Osvaldo Firmo nos possibilita refletir acerca dos conflitos agrários coletivos pelo viés do que hoje é primordial pensar: a função social da propriedade e da posse.

Os problemas fundiários mostram-se, assim, como portadores de uma essência social e não apenas jurídica. E, para Osvaldo Firmo, o grande trunfo desta Vara especializada são as audiências realizadas nos locais de conflito, pois a problematização aqui sugerida gira em torno de um direito que é relacional. As partes, nestes casos, têm cada qual suas razões e remetem a um grupo de pessoas, investidas na identidade de movimentos sociais, de um lado, e de proprietários, de outro, estes muitas vezes representados por pessoas jurídicas de empresas. Os conflitos fundiários se coletivizaram e não são apenas um ato individual, mas atos que afetam comunidades, como é o caso dos povos quilombolas e indígenas e também daqueles imbuídos de uma identidade sem-terra.

A decisão neste novo cenário requer, então, o que o autor denomina de “*criatividade judicial*”, no âmbito interpretativo de uma jurisprudência sociológica. As razões de decidir não se prendem a uma leitura positivista da Constituição e de seu viés legalista, o juiz amplia seu olhar a outros ramos do saber, como a história, a política, a sociologia e a economia.

A perspectiva dos conflitos coletivos e seus termos postos à baila provocam reflexões que remetem à semântica de disposições constitucionais: ocupação ou invasão? De que maneira o olhar jurídico se debruça sobre essas questões? Aqui, entra em cena também a personalidade jurídica dos movimentos sociais, que tem fomentado debates mais recentes, como os baseados no conceito de direito difuso. Desse modo, o livro, além de ser útil para a consulta de especialistas, pode ser lido como um novo olhar sobre as questões fundiárias, além de registro deste período no qual a luta pela terra, embora de modo mais silencioso, ainda tem feito sucumbir muitos brasileiros.

Temos, portanto, avançado para uma compreensão majoritária no País, de que os conflitos agrários só serão solucionados definitivamente quando tivermos uma distribuição justa da propriedade. E que é papel do Estado, cujo conteúdo da sua atuação surge por meio da escolha democrática, implementar políticas públicas que garantam relações sociais mais justas, por intermédio da distribuição da propriedade, do apoio à produção familiar no campo, da garantia de condições dignas de trabalho e do respeito ao meio ambiente. Neste contexto, o livro de Osvaldo Firmo não pretende formular respostas, mas indicar caminhos possíveis, pois, como expõe ao longo da obra, há uma dinâmica inerente ao próprio direito, que precisa acompanhar a fluidez própria ao social.

Joaquim Calheiros Soriano

Coordenador-geral do Nead



“... num conflito, o que se deve avaliar não são as coisas da forma como estão, e sim os fins que as partes em conflito se propõem com o próprio conflito.

Mas como este fim ... pode ser julgado?

Não se tornará o próprio julgamento um elemento do conflito, isto é, não será ele nada mais do que uma força do jogo a favor ou em prejuízo de uma das partes?”

Gramsci

“(...) E acrescentou: ‘O sábado foi feito para o homem, e não o homem para o sábado’.”

Bíblia Sagrada, Novo Testamento, Marcos, 2; 27

SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA: EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA.....	12
AGRADECIMENTOS – DEDICATÓRIA	13
DESPACHO INICIAL.....	15
LIMINARES	21
1 – Ação de Reintegração de Posse	
Processo nº 0024.06.268.036-8.....	22
Processo nº 0024.06.020.592-9.....	23
Processo nº 0024.06.190.971-9.....	24
Processo nº 0024.06.027.990-8.....	26
Processo nº 0024.06.204.401-1.....	28
Processo nº 0024.06.121.789-9.....	31
Processo nº 0024.06.278.786-6.....	34
Processo nº 0024.05.898.424-6.....	37
Processo nº 0024.07.593.983-5.....	39
Processo nº 0024.07.595.839-7.....	44
Processo nº 0024.06.997.392-3.....	49
Processo nº 0024.05.851.286-4.....	52
2 – Ação de Interdito Possessório	
Processo nº 0024.07.567.827-6.....	56
Processo nº 0024.06.078.570-6.....	59
Processo nº 0024.07.485.096-7.....	62

SENTENÇAS	65
1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES GERAIS	67
1.1 – Dos conflitos sociais e de sua composição	70
1.1.1 – Da apreciação judicial para as questões agrárias	77
1.1.1.1 – Da matriz constitucional de criação e fixação da competência da Vara Agrária estadual.....	77
1.1.1.2 – Da blindagem constitucional da Vara de Conflitos Agrários	78
1.1.1.3 – Da competência da Vara Agrária estadual.....	79
1.1.1.4 – Da atribuição de competência residual e pontual ajuízes nas comarcas do interior, descentralizando a competência até aqui exclusiva deste juízo: inviabilidade	82
1.1.2 – Do conceito de imóvel rural e a questão da competência	83
1.1.3 – Da presença do Incra e a questão da competência	84
1.2 – Da posse: a posse agrária	86
1.3 – Da hermenêutica constitucional à exegética infraconstitucional.....	90
1.4 – Do enfoque constitucional: a função social.....	95
1.4.1 – Da função social da posse	99
1.5 – Da legislação infraconstitucional	100
1.5.1 – Do direito material.....	100
1.5.2 – Do direito processual.....	102
1.5.2.1 – Dos movimentos sociais como parte	105
1.5.2.1.1 – Da legitimidade dos movimentos sociais.....	106
1.5.2.1.2 – Da ausência de personalidade jurídica dos movimentos	109
1.5.2.1.3 – Dos réus incertos e não sabidos (membros difusos)	110

2 – ESTABELECENDO OS LIMITES DA LIDE	111
3 – O CASO NA ESPECIALIDADE (casos concretos)	117
3.1 – Ação de Reintegração de Posse	119
Processo nº 0024.04.443.422-3.....	119
Processo nº 0024.05.856.970-8.....	123
Processo nº 0024.03.059.797-5.....	126
Processo nº 0024.05.812.006-4.....	132
Processo nº 0024.04.463.667-8.....	135
Processo nº 0024.04.508.920-8.....	139
Processo nº 0024.06.088.432-7.....	143
Processo nº 0024.04.334.044-7.....	147
Processo nº 0024.04.458.086-8.....	152
Processo nº 0024.05.785.564-5.....	156
Processo nº 0024.03.105.789-6.....	161
Processo nº 0024.05.812.430-6.....	167
Processo nº 0024.05.769.023-2.....	173
Processo nº 0024.03.116.208-4.....	177
Processo nº 0024.02.819.019-7.....	187
Processo nº 0024.07.392.744-4.....	194
Processo nº 0024.06.991.874-6.....	198
Processo nº 0024.04.466.308-6.....	205
Processo nº 0024.04.504.746-1.....	213
Processo nº 0024.04.341.856-5.....	222
Processo nº 0024.06.046.177-9.....	232
Processo nº 0024.06.027.973-4.....	238
Processo nº 0024.06.306.880-3.....	242
Processo nº 0024.05.864.595-3.....	249
Processo nº 0024.05.824.716-4.....	257
3.2 – Ação de Interdito Possessório	265
Processo nº 0024.06.047.889-8.....	265
Processo nº 0024.05.890.349-3.....	269
Processo nº 0024.04.447.749-5.....	272
Processo nº 0024.03.990.136-8.....	277
Processo nº 0024.02.812.142-4.....	280
Processo nº 0024.03.943.974-0.....	287
Processo nº 0024.05.778.905-9.....	292
Processo nº 0024.06.203.596-9.....	298
Processo nº 0024.07.451.491-0.....	302
ANEXOS.....	307
Sobre o autor	311



NOTA PRÉVIA: EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

Este certamente **não** é um **trabalho científico**, no sentido clássico de uma pesquisa laboratorial, na discussão profunda de causas e consequências que justificam e tipificam os conflitos coletivos agrários; não cuida de descrições legislativas, inserções no âmbito processual e de conteúdo material ou reflexões de caráter doutrinário, dogmático ou filosófico, detidas nos quantos aspectos a matéria admita. Também **não** é um **panfleto em defesa** ou como **denúncia** da ação organizada de grupos de sem-terra ou de proprietários.

Se não é o caminho indicado iniciar uma explicação por negação, melhor mesmo é dizer o que é, sem qualquer rodeio.

Pois então: o eventual leitor – curioso – terá adiante um **testemunho de ação**. Reunimos algumas das **decisões (despachos e sentenças)** que orientaram a **atividade jurisdicional** da **Vara de Conflitos Agrários de Minas Gerais** – com sede em Belo Horizonte e competência em toda a extensão territorial do Estado –, especialmente no período de **agosto de 2007 a setembro de 2008**.

Sobraram as atas de audiência que dão testemunho de longas horas de discussão, acertos, desacertos, ponderações, pontuações, avanços e retrocessos, mas, afinal, em quase sua totalidade, o **consenso** (na medida do possível) na forma de acordo. **Puro exercício de cidadania**, evidência de uma **nova maneira** de exercer a **jurisdição**, um avançado conceito de vivência da Justiça com real envolvimento das partes – principais atores –, dos operadores do Direito em geral – advogados, promotores, serventuários da Justiça em geral, e Juiz de Direito – bem como da Polícia Militar e de instituições públicas envolvidas – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto de Terras de Minas Gerais (Iter) e Prefeitura Municipal (sociedades locais).

Lidar com as **questões possessórias**, marcadamente após a **Constituição** brasileira de 1988, tornou-se uma **novidade** que até hoje não parece ter sido bastante assimilada, seja socialmente, seja tecnicamente. Explico-me: ainda inspirada pelo **preconceito**, de um lado, e pelo **oportunismo**, de outro, a sociedade não assimilou completamente a **nova conformação do direito de propriedade e da posse**. No **aspecto técnico-jurídico**¹, embora haja alguns estudos de maior sensibilidade, profissionais do Direito ainda conduzem-se mais pela **ideologia** e pelo **passionalismo** do que pela fidelidade técnica. Esses **equívocos** dificultam a vivência do vigente regime constitucional da propriedade e da posse.

Aqui se procedeu tão só à **compilação, por indicação**, dos **principais atos processuais** exigíveis numa **possessória coletiva**. É um **roteiro de procedimento** construído a partir das **vivências** na **Vara de Conflitos Agrários mineira**.

¹ – A revisão ortográfica desta obra foi feita apenas em suas duas primeiras partes, pois, como alguns dos processos já haviam sido publicados, optou-se por manter a grafia original dos mesmos.

AGRADECIMENTOS – DEDICATÓRIA

Este trabalho é o resultado de um **esforço coletivo** que antecede mesmo à instituição da Vara de Conflitos Agrários de Minas Gerais. Houve, ainda antes, um **trabalho diuturno** de muitos que nem sequer guardamos registro.

Dos que damos notícia, conste sincero **agradecimento** à Dra. **MOEMA DE FÁTIMA SALES ROCHA**, ao Dr. **ALDENIR VIANNA PEREIRA**, ao Dr. **LUIS CARLOS MARTINS COSTA**, à Dra. **MARIA ALICE ALVIM COSTA TEIXEIRA** e ao Dr. **AFONSO HENRIQUE MIRANDA TEIXEIRA**. Pessoas marcantes na sua **encantadora individualidade; admiráveis e respeitáveis** no seu **profissionalismo**.

Especialmente para realização desta obra, a silenciosa coautoria do Dr. **GUTENBERG JOSÉ JUNQUEIRA LEITE** e da Dra. **MARIA ISABEL FAGUNDES AMARAL** fez-se, primeiro, para nós, **admiração**, para depois refletir-se em **gratidão**. Auxiliares-assessores, é deles na obra – sempre por finalizar – o que de melhor há.

A todos esses **nominados**, é **dedicada** esta empreitada, embora jamais possam ser responsabilizados pelos seus eventuais equívocos ou assombrosos erros crassos.



DESPACHO INICIAL

[O **despacho inicial** produz **informações** às partes sobre os **procedimentos formativos** ao **convencimento** do juiz e sua conseqüente **linha de pensamento** na **interpretação** da Constituição e das leis, sua percepção da **juridicidade**. Tudo conducente a **fundamentar** a **decisão judicial definitiva**. Dá a saber, ou potencialmente calcular, ao interessado as **repercussões jurídicas** a que se sujeitará, naturalmente num ambiente conduzido pelo **contraditório** e pela **ampla defesa**. Com ele, prestigia-se o valor jurídico da **previsibilidade** ao princípio da **não surpresa**.]

Processo nº: _____

DARP

Cuida a espécie de **AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE** envolvendo **conflito agrário** estabelecido a partir de uma **ocupação coletiva** de terras particulares.

A celeuma construída em torno do tema tem se alimentado a partir de **convicções filosóficas** radicadas em posturas antagônicas: **uma** tendente a tornar **absoluto** o **conceito de propriedade** (e, por extensão, o de posse a ela atinente); **outra**, de cariz diverso, **relativizando-o** por completo.

No entanto, o advento da **vigente Constituição brasileira**, promulgada em 5 de outubro de 1988, deu novos e definitivos contornos à **propriedade** (e, por extensão, à posse), inserindo na base do conceito o elemento da **função social**, tornada **direito fundamental**, já bastante discutido e em processamento quer na **doutrina**, quer na **jurisprudência**. Nesta **nova disciplina da propriedade**, revela-se nítida a **tendência intervencionista e solidarista**.¹

Toda essa discussão, como indesejável corolário, contamina o quanto se investigue sobre a **posse**, como inegável **manifestação fática da propriedade**, mas também bastante por si a substanciar **independente direito subjetivo**.

Mas isso, de maneira alguma, define antecipadamente a lide seja num sentido (**interesse da parte requerente**) ou noutra (**interesse da parte requerida**).

Ora, na sucessão que o debate enseja, os **argumentos em digladio** se aprimoram e conferem força à **natural dialética** do debate. Entretanto, em meio a esse **confronto de ideias e ideologias** parece que se tem perdido o **rumo processual** dos feitos que na Justiça tramitam em busca de um pronunciamento estatal. O resultado por vezes tem sido, de fato, a **inércia** da máquina judiciária diante da **perplexidade** das partes.

Assim considerado, já de plano importa estabelecer o **puncto saliens da lide** como indicativo da praça de discussão. Mister esclarecer, em lembrança muito salutar, que a **natureza da ação é possessória**, restringindo o debate às **características da posse de quem alega** exercê-la na altura da **efetiva ou iminente invasão/ocupação**, receando dela ser **privado** ou apenas **turbado**.

Não se cuidando a espécie, processualmente, em princípio, de **ação dúplice**, afastada resta a possibilidade de aqui se especular da natureza e legitimidade de atuação do grupo invasor/ocupante, bem como de eventual **pedido contraposto** a desafiar análise e definição judicial. Fica, pois, a esta altura, adstrita qualquer **discussão** do assunto, para **deliberação judicial a título liminar**, a orbitar em torno da **posse do requerente**, com todos os adornos que eventualmente apresente e que como tais hão de ser trazidos aos autos. Demais aspectos perdem relevo de consideração para este momento de primeiras vistas.

A exigência do **cumprimento da função social da propriedade**, inserta em diversos dispositivos da **Constituição Federal vigente**, inelutavelmente irradia-se sobre o direito de **posse**, na medida em que este se apresenta como **exteriorização dos poderes/atributos** daquela.

Independentemente da concepção que se adote para a **função social** (elemento nuclear da propriedade ou dado externo a este direito), não há como se extrair da **realidade fática concreta** que induza **posse** sobre uma coisa (visibilidade do domínio) a exigência constitucional do cumprimento da função social, sem que com isso não se afaste, também, a existência legítima da própria posse, e, por conseguinte, da sua **proteção jurídica**.

Esta **exigência constitucional** estende-se ao **eventual arrendador** da posse, que não se desincumbe do **cumprimento da função social** pelo só fato da transferência da posse direta a terceiro (arrendatário).

Mostrando-se **inviável**, pois, a análise da **pretensão possessória** ou **interdital** sem verificação do **cumprimento da função social**, ainda que em sede de **cognição sumária**, recomenda-se que desde a peça de ingresso seja comprovado o atendimento deste **requisito**, na **medida do possível** (razoabilidade) e sem prejuízo do quanto será apurado no correr da instrução do feito. A ideia segue a linha de raciocínio de FÁBIO KONDER COMPARATO, de que **se não há o cumprimento da função social pela propriedade/posse**, seu titular “*perde as garantias, judiciais e extrajudiciais, de proteção da posse, inerentes à propriedade, como o desforço privado imediato* (CC, art. 502) e as ações possessórias. A aplica-

1 – TEPEDINO, Gustavo. *Contornos constitucionais da propriedade privada*, in Temas de Direito Civil, 3ª ed., rev. e atual., Rio de Janeiro: Renovar, 2004, nº 1, 304p.

ção das normas do Código Civil e do Código de Processo Civil, nunca é demais repetir, há de ser feita à luz dos mandamentos constitucionais, e não de modo cego e mecânico, sem atenção às circunstâncias de cada caso, que podem envolver o descumprimento de deveres fundamentais.”²

Pelo quanto exposto, **venha, em 10 (dez) dias, a comprovação:**

- da **produtividade** do imóvel rural (art. 186, I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) e arts. 6º e 9º, I, ambos da Lei nº 8.629/93) apresentado o respectivo **Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR)** atualizado (2008), bem como a **ficha visi record** do gado porventura apascentado no imóvel, seja ele do(s) requerente(s) ou do possuidor direto;
- da **situação ambiental** do imóvel (art. 186, II, da CRFB/88, e art. 9º, §2º da Lei nº 8.629/93), demonstrado se há **averbação da reserva legal em certidões de inteiro teor das matrículas e/ou transcrições imobiliárias**, bem como eventuais **licenças ambientais** para exploração da terra e da água, concedidas para si ou em favor do arrendatário;
- da **regularidade das relações trabalhistas** (carteira de trabalho, recolhimento do INSS, etc.) mantidas com os eventuais empregados que laboram no imóvel, sejam ou não eles subordinados ao arrendatário (art. 186, III, da CRFB/88, e art. 9º, III, da Lei nº 8.629/93);
- das **eventuais medidas** implementadas no sentido do favorecimento da saúde, lazer e educação do requerente (proprietário, possuidor e/ou arrendatário) e dos trabalhadores (**função bem-estar** – art. 186, IV, da CRFB/88, e art. 9º, IV, da Lei nº 8.629/93).

Venha, ainda, aos autos, **planta de situação e localização do imóvel** no respectivo município, com seus limites e confrontações (indicar as propriedades vizinhas), principais vias de acesso e o local onde se encontram efetivamente os requeridos. Além de indicar as atividades agropastoris desenvolvidas pelo(s) requerente(s) – ou terceiros – em toda área, identificando-as.

18

Cientifiquem-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Ministério do Trabalho, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), o Instituto de Terras de Minas Gerais (Iter), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e a Polícia Ambiental local acerca do conflito instalado.

Por **ofício**:

Solicitar ao **Incra** informações sobre a eventual existência de **decreto expropriatório** do imóvel rural e/ou **procedimento administrativo de desapropriação** e a **remessa** de cópia de eventual **laudo de vistoria**;

Solicitar ao **Ministério do Trabalho** informações quanto à eventual irregularidade em relações trabalhistas no imóvel objeto desta lide;

Solicitar ao **Ibama** e ao **IEF** informações acerca de eventual ocorrência de ilícito ambiental no imóvel;

Solicitar ao **Igam** informações quanto à regularidade do uso de recursos hídricos no imóvel;

Requisitar à **Polícia Ambiental local** a averiguação da prática de ilícitos ambientais no imóvel pelos ocupantes.

Intimem-se.

Belo Horizonte, de _____ de 2008.

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

2 – COMPARATO, Fábio Konder. *Direitos e deveres em matéria de propriedade*, in A Questão Agrária e a Justiça, org. Juvelino José Strozake, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 145-146.





LIMINARES

1 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Processo nº 0024.06.268.036-8

RENAN CHAVES COSTA, qualificado e representado, propõe esta **AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE** em face de MIGUEL GONÇALVES DA PENHA, VALDISON ANTÔNIO DE ALMEIDA, PEDRO CÉSAR, SANTA CÉSAR DA SILVA, VANZINHO DE TAL, PEDRO MACEDO e OSVALDINO NUNES DA CRUZ (vulgo Valdo), alegando ser **legítimo proprietário** dos imóveis rurais, ambos denominados **Fazenda São Felipe**, localizados no Município de **Girú** (MG), com áreas de **192,00** (cento e noventa e dois hectares) e **161,95** (cento e sessenta e um hectares e noventa e cinco ares), de cuja posse diz-se **esbulhado** pelos requeridos há cerca de dois anos. Informa que **notificou** os requeridos, em 17.3.2006 para que **desocupassem** a área, mas eles quedaram-se **inertes**. Quer, desde a concessão liminar e sem audiência da parte contrária, seja determinada a sua **reintegração na posse do imóvel** (f. 3-5). Junta **documentos** (f. 6-112).

Depois de **indeferir** o pedido em concessão liminar e determinar a **citação** dos requeridos, que apresentaram **contestação** à f. 125-129, **impugnada** à f. 155-156, o juízo da Comarca de Jequitinhonha deu-se por **absolutamente incompetente** para processar e julgar o processo, **determinando** fossem os autos remetidos a este juízo agrário (f. 159).

Os atos do juiz incompetente **não foram ratificados** neste juízo agrário.

É o **relatório**.

I –

O procedimento que autoriza a eventual concessão de mandado liminar em sede de ações possessórias condiciona-se ao ajuizamento da respectiva demanda há menos de ano e dia da ocorrência do esbulho ou da turbação da posse (**art. 924 do CPC**).

Porém, *in casu*, o próprio requerente nos dá conta que teve a sua posse esbulhada pelos requeridos há cerca de dois anos da propositura desta ação. Embora o requerente tivesse pleno conhecimento do ato inicial dos requeridos, que aponta como violador do seu direito possessório, **optou** por tão só **notificá-los** judicialmente a fim de recuperar a sua posse esbulhada.

Diante disso, os **efeitos deletérios do tempo** obstaculizam seja este procedimento regido pelas normas dos **art. 926 e sgs.** do CPC, e, por conseguinte, **impedem** a concessão do mandado liminar de reintegração de posse pretendido pelo requerente. Oportuna a lembrança do velho brocardo: *dormientibus non succurit jus*.

Posto isso, **indefiro** o **pedido de concessão liminar de reintegração do requerente na posse do imóvel rural**.

Expeça-se precatória para **citação** dos requeridos.

Cientifiquem-se o **Incra**, o **Iter** e a **PMMG** acerca do conflito instalado, solicitando à autarquia federal (Incra) informações sobre a eventual existência de decreto expropriatório do imóvel rural e/ou procedimento administrativo de desapropriação.

Intimem-se.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2006. (Publicação Minas Gerais, 1.12.2006)

Osvaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Processo nº 0024.06.020.592-9

I –

Nestes autos, a requerente pretende ver **anulado o acordo homologado** nos autos da **Ação de Reintegração de Posse (Processo nº 0024.03.999.729-1)** em que seu marido, Horácio Ferreira de Souza Luz, figurou como parte ativa, por **falta de sua outorga uxória**. Além disso, pede, em sede de concessão **liminar**, a **reintegração da posse do imóvel esbulhado**, com a condenação dos requeridos em **danos materiais e morais** decorrentes do esbulho praticado.

Determinada a citação, por carta precatória, dos requeridos nominados na inicial, eles **não foram encontrados**, estando em **local incerto e não sabido**, conforme certidões de f. 133 e 135.

Diante disso, a requerente quer “*desistir das citações*” em relação aos requeridos nominados na inicial, com a **exclusão** deles do polo passivo da lide (f. 139-145).

O **Ministério Público** requer a **emenda da inicial** para que a requerente esclareça qual dos pedidos (reintegração de posse ou anulação do acordo celebrado) deve subsistir, ante “*à ausência dos requisitos necessários à cumulação de ações*” por não observância do **art. 292, § 2º do CPC**, sob pena de indeferimento da inicial (f. 142-144).

II –

O noticiado esbulho possessório ocorreu no dia 23.3.2003 (f. 23), tratando-se, pois, de **ação de força velha**, não desafiando, assim, a concessão liminar de reintegração de posse (**art. 924 do CPC**), motivo pelo qual a **indefiro**.

III –

O ato jurídico que a requerente pretende ver anulado trata-se de acordo homologado em audiência (f. 64-68), que teve como seus celebrantes os requeridos LUCIMAR EMIDIO PEREIRA e BRASILINO MOREIRA DA SILVA, representando a si mesmos e aos demais acampados da Fazenda Royal/Aranã.

Assim, temos que a **relação jurídica material** formada é incindível, não podendo sua unidade ser quebrada ou dissociada, configurando, dessa forma, o **litisconsórcio necessário** disposto no **art. 47 do CPC**.

Diante disso, **indefiro** o pedido de exclusão do polo passivo da lide dos réus nominados na inicial, **determinando**, desde já, suas **citações por edital**, incluindo-se neste os demais **réus incertos e desconhecidos** acampados no imóvel objeto da lide.

IV –

Com relação ao **pedido do Ministério Público**, **indefiro-o**, vez que, despachada a inicial, há **presunção da existência do juízo de admissibilidade de seus requisitos**, não podendo se falar em emenda à inicial posterior a este ato, *data venia*.

Quanto à **impossibilidade de cumulação de pedidos por diversidade de procedimento** a ser adotado, tenho-a por despcienda, pois o procedimento, *in casu*, é o mesmo, qual seja o **ordinário**.

V –

Por se tratar de ação que versa sobre **direito real imobiliário**, **imprescindível** o **consentimento do cônjuge** para a sua propositura (**art. 10 do CPC**). Assim, deve a requerente juntar aos autos, em 10 (dez) dias, a **outorga uxória** de seu cônjuge, **pena de indeferimento do pedido**.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2006. (Publicação Minas Gerais, 1.12.2006)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Processo nº 0024.06.190.971-9

VALDIR JOSÉ PRAXEDES aforou AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE c/c REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS contra MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA, WILSON, ELIVÂNIA, APARECIDA e réus incertos ou desconhecidos. Diz-se proprietário e possuidor da FAZENDA PORTEIRA, no Município de Unai (MG), com área total de 696,97,50 ha, de cuja posse teria sido **esbulhado** pelos requeridos em 17.4.2006. Alega que o referido imóvel, atualmente utilizado por arrendatário para cultivo e produção de semente de capim, atende à função social da propriedade no aspecto da produtividade. Pede a **concessão liminar**, e sem audiência da parte contrária, da ordem de reintegração (f. 2-11). Junta **documentos** (f. 12-70, 87-125 e 144-177). **Aditamento** à inicial (f. 140-143).

Determinada ao requerente a comprovação, mediante **prova documental**, do cumprimento da **função social** da propriedade (f. 74-76).

O **Ministério Público** opina por **visita** ao local (f. 81).

Edital de citação (f. 139).

Em **audiência** (13.12.2006), ouviu-se testemunha (f. 180-182).

O **Ministério Público** é pelo **deferimento** da concessão liminar (f. 192-196).

Versam os autos, inequivocamente, sobre **conflito coletivo** estabelecido em torno da posse de imóvel rural de propriedade particular.

A matéria em questão desafia, como já observado na mais atualizada doutrina e mais competente jurisprudência, uma reflexão fundada prioritariamente nos preceitos constitucionais, dentro daquilo que hoje já se conhece como o **movimento de constitucionalização do direito**.

Assim, as **exigências constitucionais** que dizem respeito ao **direito de propriedade**, direito inequivocamente **fundamental** – já não só de caráter individual, mas **social** – impõem uma leitura da lei civil sob as luzes e de acordo com a Constituição. Nessa esteira, exsurge a questão da **função social da propriedade**, que, intrínseca ao **exercício do direito de propriedade**, salutarmente contamina o consectário da **posse** que lhe diga respeito.

Não há, pois, como discutir-se na atualidade qualquer questão possessória sem ferir, por natural, o atendimento ao requisito essencial da **função social**. Mais que rima, mostra-se como solução das questões possessórias que ocupam a Vara de Conflitos Agrários e parâmetro que norteia os debates possessórios.

Data venia a entendimentos contrários, mostra-se insubsistente qualquer argumento residente na perspectiva de que as **questões sociais** sejam matéria de polícia. Hoje, mais que nunca, as questões sociais são de **responsabilidade do Estado**, por todos os seus **órgãos** constitutivos. Assim, a questão agrária, bem além de ser “problema do governo” (Poder Executivo), é também questão afeta ao Poder Judiciário.

Ora, a Constituição dispõe **regras** e, mais que regras, **princípios** que norteiam a vida dos cidadãos e orientam a **atuação do Poder Público**, seja por que órgão for. Assim, diz-se que na propositura de um pleito possessório deva o autor declinar e comprovar que no exercício da sua posse preenche os **requisitos legais** que a Constituição sintetizou na expressão **função social**.

É certo, no entanto, que em ações como a presente não se mostra razoável exigir uma prova completa, exaustiva, desse requisito para o fim de atender ao pedido de concessão liminar. Mas isso não isenta o autor da ação em ao menos indicar que tal se dá.

O cumprimento da **função social da propriedade**, tal como delineado no **art. 186, I a IV**, da CRFB, exterioriza-se, em última instância, como **posse qualificada** pelos **requisitos cumulativos** da **produtividade**, **utilização adequada dos recursos naturais** e **preservação do meio ambiente**, observância de **normas trabalhistas** e exploração conducente ao **bem-estar** de proprietários e trabalhadores.

Aqui, o requerente quer ser **reintegrado liminarmente na posse** que aponta **esbulhada** pelos requeridos, cumprindo-lhe **comprovar** o **anterior exercício da posse** qualificada pela função social e as **circunstâncias da perda da posse**.

Ao que consta dos **boletins de ocorrência** lavrados pela PMMG (em 27.6.2006 e 21.11.2006 – f. 13 e 149-150), está suficientemente evidenciada a ocorrência do **esbulho** sobre da FAZENDA PORTEIRA, isso **a menos de ano e dia** da distribuição da presente demanda.

A par disso, as **notas fiscais** de compra e venda de mercadorias agrícolas (f. 41-59), bem como o **contrato de arrendamento rural** para cultivo e produção de sementes de capim (f. 14-16) indicam que o requerente vinha exercendo posse sobre o referido imóvel até a ocorrência do indigitado esbulho, seja de forma direta ou indireta; e, mais, respaldam o alegado **cumprimento da função social da propriedade** em seu aspecto de **produtividade** e aproveitamento **econômico** adequado.

À margem das certidões das matrículas imobiliárias (f. 17-20 e 150-174), encontram-se **averbadas** as áreas de **reserva legal** (art. 16, § 8º, da **Lei nº 4.771/65**), evidenciando, ao menos formalmente, o exercício da posse cumprimento da função social da propriedade, no aspecto da **preservação do meio ambiente**.

Há nos autos **prova documental** bastante a comprovar, ao ensejo de **cognição sumária**, não exauriente, a **regularidade das relações trabalhistas** mantidas com os empregados que trabalham no imóvel, subordinados ao possuidor direto (f. 26-29, 60-68 e 188-190).

O **depoimento** de João Randes Caetano da Silva acresceu relevantes elementos de convicção à prova documental. Extraem-se dali indícios bastantes de que a posse do requerente qualifica-se pela presença dos requisitos da função social, sobretudo nos aspectos da produtividade, da preservação do meio ambiente e da regularidade das relações trabalhistas (f. 181-182), como já destacou o **Ministério Público** (f. 195).

Consigno, por fim, e lamentando, que os requeridos, embora **regularmente citados** (f. 180-182), não se dignaram a **comparecer** à audiência, ou tampouco **justificaram a ausência**, pelo que se considera desde já **deserta**, à míngua de qualquer manifestação anterior, eventual impugnação dos requeridos aos atos praticados naquela oportunidade.

Por convencido, então, sobre a existência de **indícios suficientes** a comprovar os respectivos pressupostos, **DEFIRO A CONCESSÃO LIMINAR DA ORDEM DE REINTEGRAÇÃO** do requerente na posse da FAZENDA PORTEIRA.

Depreque-se a expedição e cumprimento do **MANDADO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE**.

Comprove o requerente a publicação do edital de citação.

Em curso normal, está aberto o prazo de **contestação**.

Intimem-se as partes e o **Ministério Público**.

Belo Horizonte, 26 de dezembro de 2006. (Publicação Minas Gerais, 10.1.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Processo nº 0024.06.027.990-8

I –

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E MULHERES ESPERANÇA DE PRESIDENTE OLEGÁRIO ajuizou AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE contra JOSÉ WILSON DOS SANTOS e requeridos incertos ou desconhecidos. Diz-se proprietária e possuidora da FAZENDA AREIA OU TOMAZINHO, no Município de Presidente Olegário (MG), com área total de 752,34 ha, de cuja posse teria sido esbulhada pelos requeridos em 9.3.2006. Esclarece que o referido imóvel cumpre sua função social, vez que destinado a assentamento rural, segundo projeto de reordenação fundiária elaborado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), com financiamento do Banco da Terra. Pede a concessão liminar, e sem audiência da parte contrária, da ordem de reintegração (f. 2-12). Junta documentos (f. 13-46).

Vieram os autos da Comarca de Presidente Olegário (f. 2).

Visita e constatação em 22.3.2006 (f. 49-52), opinando o Ministério Público pelo indeferimento da concessão liminar (f. 54-55).

Citados (f. 86), os requeridos compareceram à audiência de 10.5.2006, quando houve a suspensão do processo para regularização da representação processual da requerente (f. 89-93), ouvido o Ministério Público (f. 97-98).

Inclusão de parte no polo passivo (f. 94).

O Ministério Público é pelo indeferimento da concessão liminar; regularização e “revitalização” da requerente, mediante atuação do Iter, e citação dos requeridos inominados (f. 106-111).

Informa o Iter a impossibilidade jurídica de intervir em demandas relativas a assentamentos financiados pelo extinto Programa Banco da Terra (f. 118-123).

É o relato dos autos até então.

II –

O processo está suspenso por ordem judicial, para os fins do art. 13 do CPC.

A existência legal da associação, pessoa jurídica de direito privado, começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro. O modo por que se a administra constará de seu estatuto, competindo exclusivamente à assembleia geral a eleição dos administradores (arts. 45, 46, III e 59, I, do CC).

No caso, a representação da requerente em juízo compete ao seu presidente, eleito em assembleia geral, na forma de seu estatuto, regularmente registrado (f. 18-25). A requerente acostou aos autos cópia de ata de assembleia geral extraordinária realizada em 17.5.2006, em que se ratificam as deliberações tomadas em março de 2006, pertinentes à eleição e posse da atual diretoria (f. 100-102). O necessário instrumento de mandato (f. 13-14) está em termos e foi outorgado pelo representante da requerente (art. 12, VI, do CPC).

Sanado o vício de representação que deu azo à suspensão do processo, cumpre impulsionar-lhe o andamento (f. 89-93).

III –

Em que pese a relevância das questões de regularização do quadro de associados e de “revitalização” da associação requerente, cuja situação de fragilidade econômico-financeira se nos revela nos autos, trata-se, a toda evidência, de matéria excêntrica aos contornos desta demanda, que, convém reiterar, versa exclusivamente sobre conflito coletivo sobre a posse de imóvel rural.

Além, o órgão competente – Iter – informa que lhe compete tão só prestar assessoria a propósito de procedimentos administrativos e caminhos burocráticos a serem percorridos, *sponte sua*, pela associação participante de assentamento financiado pelo extinto Banco da Terra, com vistas à reestruturação social e recuperação financeira. Informa, mais, já haver solicitado à requerente o encaminhamento da documentação necessária a tal fim (f. 118-120).

Assim, nada há a perquirir ou deliberar sobre a “revitalização” da requerente, *data venia*.

IV –

Versam os autos, inequivocamente, sobre conflito coletivo residente em torno da posse de imóvel rural de propriedade particular.



A matéria em questão desafia, como já observado na mais atualizada **doutrina** e mais competente **jurisprudência**, uma reflexão fundada prioritariamente nos **preceitos constitucionais**, dentro daquilo que hoje já se conhece como o **movimento de constitucionalização do Direito**.

Assim, as **exigências constitucionais** que dizem respeito ao **direito de propriedade**, direito inequivocamente **fundamental** – já não só de caráter individual, mas **social** – impõem uma leitura da lei civil sob as luzes e de acordo com a Constituição vigente.

Nessa esteira, exsurge a questão da **função social da propriedade**, que, intrínseca ao **exercício do direito de propriedade**, salutarmente contamina o conseqüente da **posse** que por eventual lhe diga respeito.

Não há, pois, como discutir-se na atualidade qualquer questão possessória sem ferir, por natural, o atendimento ao requisito essencial da **função social**. Mais que rima, mostra-se como solução das questões possessórias que ocupam a Vara de Conflitos Agrários e parâmetro que norteia os debates possessórios.

Data venia a entendimentos contrários, mostra-se frágil qualquer argumento residente na perspectiva de que as **questões sociais** sejam matéria de polícia. Hoje, mais que nunca, as questões sociais são de **responsabilidade do Estado**, por todos os seus **órgãos** constitutivos. Assim, a chamada **questão agrária**, bem além de ser “problema do governo” (Poder Executivo), é também questão afeta ao Poder Judiciário.

Ora, a Constituição dispõe **regras** e, mais que regras, **princípios** que norteiam a vida dos cidadãos e orientam a **atuação do Poder Público**, seja por que órgão ou função for. Assim, diz-se que na propositura de um pleito possessório deva o autor declinar e comprovar que no exercício da sua posse preenche os **requisitos legais** que a Constituição sintetizou na expressão **função social**, além dos reclamos da legislação infraconstitucional civil e processual civil.

É certo, no entanto, que em ações como a presente não se mostra **razoável** exigir uma prova completa, exaustiva, desse **requisito constitucional** para o fim de atender ao pedido de concessão liminar. Mas isso não isenta o autor da ação em ao menos indicar que tal se dá.

O cumprimento da **função social da propriedade**, tal como delineado no **art. 186, I a IV**, da CRFB, exterioriza-se, em última instância, como **posse qualificada** pelos **requisitos cumulativos** da **produtividade**, **utilização adequada dos recursos naturais** e **preservação do meio ambiente**, observância de **normas trabalhistas** e exploração conducente ao **bem-estar** de proprietários e trabalhadores, enfim, de toda a coletividade.

Aqui o requerente quer ser reintegrado liminarmente na posse que aponta esbulhada pelos requeridos, cumprindo-lhe comprovar o **anterior exercício da posse qualificada pela função social** e as **circunstâncias da perda da posse**. Ao que consta do **boletim de ocorrência** lavrado pela PMMG em **9.3.2006** (f. 16-17), evidenciada a ocorrência de **esbulho** da FAZENDA AREIA OU TOMAZINHO, **a menos de ano e dia** da distribuição desta ação.

Isso não obstante, não há nos autos qualquer prova, indício nem sequer alegação de que o indigitado imóvel cumpra sua função social. Com efeito, acompanham a inicial tão só documentos sobre a aquisição do imóvel e constituição da associação, imprestáveis a demonstrar a **qualidade da posse** exercida pela requerente (f. 15-45). A tal propósito, limita-se a requerente a **alegar** a destinação do imóvel a assentamento rural, fato que, todavia, **não se constitui em presunção** do atendimento da função social.

À míngua, pois, de **indícios suficientes** a comprovar os respectivos pressupostos, **INDEFIRO O PEDIDO DE CONCESSÃO LIMINAR DA ORDEM DE REINTEGRAÇÃO** da requerente na posse da FAZENDA AREIA OU TOMAZINHO.

Citem-se por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, os demais requeridos, **incertos** ou **desconhecidos**, não identificados na inicial.

Em curso normal, está aberto o prazo de **contestação**.

Intimem-se as partes e o **Ministério Público**.

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2007. (Publicação Minas Gerais, 24.1.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito



Processo nº 0024.06.204.401-1

Cuidam os autos de **conflito coletivo pela posse de imóvel rural privado** em que, já realizada **audiência de justificação**, o feito está maduro para decisão do pedido de **concessão liminar** da tutela possessória.

I –

Antes, porém, cumpre examinar a regularidade das **condições da ação**, inexoravelmente afetadas pelo **indeferimento** do **cúmulo** de pedidos **reintegratório** e **interdital** (f. 103-105).

Em **audiência** (f. 77-79), os requerentes alegam que a **gleba** objeto da **matrícula nº 15.874** (f. 16) está **desocupada**. Flagrante, por conseguinte, a **falta de interesse processual** para manejar ação de **reintegração de posse** confessadamente não esbulhada.

ANTE O EXPOSTO, JULGO EXTINTO O PROCESSO relativamente ao **IMÓVEL OBJETO DA MATRÍCULA Nº 15.874**, nos termos do **art. 267, VI, do CPC**.

II –

Assim, segue o feito **exclusivamente** com relação ao imóvel objeto da **matrícula nº 15.875** (f. 15), sobre o qual os requerentes **LEILA AGUIAR LOURENÇO DE AZEVEDO** e **DJALMA LOURENÇO DE AZEVEDO** confessam **não exercer qualquer posse**. Não sendo titulares da relação de direito material *sub judice*, tornam-se **partes manifestamente ilegítimas** para o exercício de qualquer **pretensão possessória** sobre aquele imóvel.

POSTO ISSO, JULGO EXTINTO O PROCESSO por **ilegitimidade ad causam** de **LEILA AGUIAR LOURENÇO DE AZEVEDO** e **DJALMA LOURENÇO DE AZEVEDO**, nos termos do **art. 267, VI, do CPC**.

III –

Em atendimento ao **princípio da economia e celeridade processuais**, hoje erigido a **direito fundamental** (art. 5º, LXXVIII, da CRFB/88), prosssegue o feito como **AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE**. Integram o polo ativo **NEUZA AURORA AGUIAR BARBOSA, CÉLIA MARIA DE AGUIAR FERREIRA, JOÃO CARLOS FERREIRA, MARIA MAGDA AGUIAR VAZ DE MELO, GERALDO FERREIRA VAZ DE MELLO, FÁBIO AGUIAR** e **OSVALDO ALVES DA SILVA**. O objeto do litígio é a **posse**, aqui dita **esbulhada**, da gleba com área de **560,71,52 ha**, situada na **FAZENDA MARQUES**, no Município de **Coromandel** (MG).

Quanto a isso, proceda a **secretaria às anotações de estilo**.

IV –

Reiteram os requerentes o pedido de **concessão liminar** da ordem (f. 106-109). O **Ministério Público** é pelo **indeferimento** (f. 109).

Versam os autos, inequivocamente, sobre **conflito coletivo** a respeito da **posse de imóvel rural de propriedade particular**.

A matéria em questão desafia, como já observado na mais atualizada **doutrina** e mais competente **jurisprudência**, uma reflexão fundada prioritariamente nos **preceitos constitucionais**, dentro daquilo que hoje já se conhece como **movimento de constitucionalização do direito**.

Assim, as **exigências constitucionais** que dizem respeito ao **direito de propriedade**, direito inequivocamente **fundamental** – já não só de caráter individual, mas **social** – impõem uma leitura da lei civil sob as luzes e de acordo com a Constituição vigente.

Nessa esteira, exsurge a questão da **função social da propriedade**, que, intrínseca ao **exercício do direito de propriedade**, salutarmente contamina o consectário da **posse** que por eventual lhe diga respeito.

Não há, pois, como discutir-se na atualidade qualquer questão possessória sem ferir, por natural, o atendimento ao requisito essencial da **função social**. Mais que rima, mostra-se como solução das questões possessórias que ocupam a Vara de Conflitos Agrários e parâmetro que norteia os debates possessórios.

Data venia a entendimentos contrários, mostra-se frágil qualquer argumento residente na perspectiva de que as **questões sociais** sejam matéria de polícia. Hoje, mais que nunca, as questões sociais são de **responsabilidade** do **Estado**, por todos os seus **órgãos** constitutivos. Assim, a chamada **questão agrária**, bem além de ser “problema do governo” (Poder Executivo), é também questão afeta ao Poder Judiciário.

Ora, a Constituição dispõe **regras** e, mais que regras, **princípios** que norteiam a vida dos cidadãos e orientam a **atuação do Poder Público**, seja por que órgão ou função for. Assim, diz-se que na propositura de um pleito possessório deva o autor declinar e comprovar que no exercício da sua posse preenche os **requisitos legais** que a Constituição sintetizou na expressão **função social**, além dos reclamos da legislação infraconstitucional civil e processual civil.

É certo, no entanto, que em ações como a presente não se mostra **razoável** exigir uma prova completa, exaustiva, desse **requisito constitucional** para o fim de atender ao pedido de concessão liminar. Mas isso não isenta o autor da ação em ao menos indicar que tal se dá.

O cumprimento da **função social da propriedade**, tal como delineado no **art. 186, I a IV**, da CRFB, exterioriza-se, em última instância, como **posse qualificada** pelos **requisitos cumulativos** da **produtividade**, **utilização adequada dos recursos naturais** e **preservação do meio ambiente**, observância de **normas trabalhistas** e exploração conducente ao **bem-estar** de proprietários e trabalhadores, enfim, de toda a coletividade.

Aqui os requerentes querem ser reintegrados liminarmente na posse que apontam esbulhada pelos requeridos, cumprindo-lhes comprovar o **anterior exercício da posse qualificada pela função social** e as **circunstâncias da perda da posse**. Ao que consta do **boletim de ocorrência** lavrado pela PMMG em **14.8.2006** (f. 23-24), evidenciada a ocorrência de **esbulho** da FAZENDA MARQUES, a **menos de ano e dia** da distribuição desta ação.

Já na primeira manifestação deste juízo ficou estabelecido como **puncto saliens** da lide em que se exercita pretensão possessória a **comprovação do cumprimento da função social da propriedade (e posse)**, indeclinável **requisito constitucional** da legitimidade do exercício do **direito de propriedade** e, por conseguinte, de sua proteção judicial (f. 36-38).

Não obstante o **didatismo** daquele despacho, integrado inclusive por rol de documentos idôneos a comprovar o cumprimento da função social, os requerentes nada de proveitoso carregaram aos autos, limitando-se a imputar ao arrendatário a responsabilidade pela exploração do imóvel (f. 55). Mas os **requerentes-proprietários não se exoneram** de comprovar o **cumprimento da função social** da propriedade pelo só fato da **transferência da posse direta a terceiros**, vez que **mero negócio jurídico de direito privado** não tem o condão de afastar **exigência constitucional**. Demais disso, no caso, o arrendatário veio aos autos por direito próprio e integra o polo ativo da demanda, competindo-lhe idêntico **encargo processual, não satisfeito** a contento.

Ao que consta do **boletim de ocorrência** lavrado pela PMMG, o registro da ocupação foi feito por **iniciativa dos próprios requeridos** (f. 23-24). Consignou a autoridade policial que a **vítima não fora localizada** nem procurara a Polícia Militar até aquele momento e, mais, que só o fez **15 (quinze) dias depois** (f. 20-22). Iniludível a conclusão de que, quando da ocupação, o imóvel encontrava-se em **situação de abandono**, conclusão que se firma com mais convicção à vista dos demais elementos que vieram aos autos.

Não obstante dada a possibilidade de acrescer elementos de cognição em audiência, os requerentes **não lograram**, na ocasião, **comprovar** que desenvolvam **atividade produtiva no imóvel**. A tal título, limitaram-se a alegar que o **arrendatário** explora o imóvel para **pastagem extensiva de rebanho bovino** (f. 55), sem instruir o feito com outra prova que respalde tal alegação. Trouxeram só o **respectivo contrato**, de cujos termos sequer se extrai a finalidade do arrendamento, porquanto obrigue o arrendatário a tão somente “*zelar pelo imóvel, principalmente as cercas e benfeitorias lá existentes*” (f. 18-19).

À margem da **certidão da matrícula imobiliária** (f. 15), embora de **abertura recente** (**29.8.2006**), não se encontram averbadas as áreas de **reserva legal** (**art. 16, § 8º da Lei nº 4.771/65**), que pudessem evidenciar, ao menos em um sentido formal, o **cumprimento da função social da propriedade**, no aspecto da **preservação do meio ambiente**.

Além, anote-se, em um imóvel com **área superior a 5.000.000 m²**, os requerentes não foram capazes de comprovar sequer a **regularidade de uma única relação de emprego**. Forçoso concluir que a **fazenda é improdutiva** e prescinde de empregados; ou, acaso não seja, desatendem-se as disposições regentes das **relações trabalhistas**. De todo modo, nenhuma das alternativas labora em prol da legitimidade da concessão liminar da tutela possessória aqui deduzida.

A seu turno, os **evasivos testemunhos** colhidos em audiência **não foram aptos indicar**, ainda que em sede de **cognição sumária**, um juízo de **convencimento** acerca do **exercício qualificado da posse** (f. 77-79).

Com efeito, **fragilizada a força probatória dos depoimentos das testemunhas arroladas**, Leonardo Dayrell e Negi Ragheb Hamade, vez que declararam **não visitar o local há mais de 2 (dois) anos!** A par de tal circunstância, da **situação fática pouco têm a informar** de que saibam por **conhecimento próprio**, limitando-se a reportar o que ouviram dizer a terceiros. No que tange ao aspecto da **produtividade**, os testemunhos convergem no sentido do **desconhecimento completo** de que ali se exerça alguma **atividade econômica**.

À minguá, pois, de **indícios suficientes** a comprovar os respectivos pressupostos, **INDEFIRO O PEDIDO DE CONCESSÃO LIMINAR DA ORDEM DE REINTEGRAÇÃO** dos requerentes na posse da gleba que compõe a **FAZENDA MARQUES, matrícula nº15.875**.

V –

Citem-se por **edital**, com prazo de 20 (vinte) dias, os demais requeridos, **incertos** ou **desconhecidos**, **não identificados** na inicial.

Exclua-se da distribuição os requerentes **LEILA AGUIAR LOURENÇO DE AZEVEDO e DJALMA LOURENÇO DE AZEVEDO**.

Em **curso normal**, está aberto o prazo de **contestação**.

Intimem-se as partes e o **Ministério Público**.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2007. (Publicação Minas Gerais, 2.3.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Processo nº 0024.06.121.789-9 (TJMG – AI nº 1.0024.06.121789-9/001)

RVR – SIDERURGIA E EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS LTDA. aforou AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE c/c REPARAÇÃO DE DANOS e OBRIGAÇÃO DE FAZER contra MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA (MST) (sic), MANOEL XISTO DE SOUZA, MANOEL DE LOURDES DAS NEVES, AGOSTINHO PEREIRA DA CRUZ, HELTON SOARES SANTOS, JOSÉ MARIA DE SOUZA, MARCOS AILTON S. SOARES, PEDRO RODRIGUES DE JESUS, JÚNIOR CÉSAR DE SOUZA, DARCY SIQUEIRA SANTOS, JOANA CLARICE P. SANTOS, LUCILENE SOARES SANTOS, ROSIANE DE CÁSSIA SOUZA e requeridos incertos ou desconhecidos. Diz-se possuidora das FAZENDAS BAHIA, PÉ DO MORRO e SÃO MARCOS, em Bocaiúva (MG), com área total de 4.339,07 ha, de cuja posse teria sido esbulhada pelos requeridos em 25.5.2006. Alega que o imóvel é produtivo, onde desenvolve projeto de reflorestamento com eucalipto para carvão vegetal. Destaca a regularidade das relações trabalhistas ali desenvolvidas e a observância da legislação ambiental. Pede desde a concessão liminar à ordem de reintegração e a condenação dos requeridos à reparação de danos e ao desfazimento de plantações (f. 2-14). Junta documentos (f. 15-195).

O Ministério Público é pelo indeferimento da concessão liminar (f. 201-202).

Visita em 24.8.2006 (f. 204).

A requerente noticia o relato à PMMG da prática, pelos requeridos, de fatos supostamente delituosos (f. 206-209). Junta documentos (f. 210-223).

Do despacho de designação de audiência e de indicação de prova documental idônea a comprovar o cumprimento da função social da posse (f. 224-227), a requerente interpôs agravo de instrumento (f. 240-257). O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em antecipação parcial da tutela recursal, ordenou a paralisação do corte de vegetação e o depósito da madeira cortada em mãos da requerente (AI nº 1.0024.06.121789-9/001 – f. 236-238), de tudo intimados os requeridos (f. 309-327).

Os requeridos, à exceção de PEDRO RODRIGUES DE JESUS (f. 295), foram citados pessoalmente (f. 272-293) e por edital (f. 375-378).

Audiência em 24.1.2007, com oitiva de testemunhas (f. 333-345).

O Ministério Público é pelo indeferimento da concessão liminar (f. 361-366) e junta auto de visita com registro fotográfico do local do litígio (f. 367-369).

É o relatório.

Versam os autos, inequivocamente, sobre conflito coletivo relativo à posse de imóvel rural de propriedade particular.

A matéria em questão desafia, como já observado na mais atualizada doutrina e mais competente jurisprudência, uma reflexão fundada prioritariamente em preceitos constitucionais, dentro daquilo que hoje já se conhece como movimento de constitucionalização do Direito.

Assim, as exigências constitucionais que dizem respeito ao direito de propriedade, direito inequivocamente fundamental – já não só de caráter individual, mas social – impõem uma leitura da lei civil sob as luzes e de acordo com a Constituição vigente.

Nessa esteira, exsurge a questão da função social da propriedade, que, intrínseca ao exercício do direito de propriedade, salutarmente contamina o consectário da posse que por eventual lhe diga respeito.

Não há, pois, como discutir-se na atualidade qualquer questão possessória sem ferir, por natural, o atendimento ao requisito essencial da função social. Mais que rima, mostra-se como solução das questões possessórias que ocupam a Vara de Conflitos Agrários e parâmetro que norteia os debates possessórios.

Data venia a entendimentos contrários, mostra-se frágil qualquer argumento residente na perspectiva de que as questões sociais sejam matéria de polícia. Hoje, mais que nunca, as questões sociais são de responsabilidade do Estado, por todos os seus órgãos constitutivos. Assim, a chamada questão agrária, bem além de ser “problema do governo” (Poder Executivo), é também questão afeta ao Poder Judiciário.

Ora, a Constituição dispõe regras e, mais que regras, princípios que norteiam a vida dos cidadãos e orientam a atuação do Poder Público, seja por que órgão ou função for. Assim, diz-se que na propositura de um pleito possessório-



rio deva o autor declinar e comprovar que no exercício da sua posse preenche os **requisitos legais** que a Constituição sintetizou na expressão **função social**, além dos reclamos da legislação infraconstitucional civil e processual civil.

É certo, no entanto, que em ações como a presente não se mostra **razoável** exigir uma prova completa, exaustiva, desse **requisito constitucional** para o fim de atender ao pedido de concessão liminar. Mas isso não isenta o autor da ação em ao menos indicar que tal se dá.

O cumprimento da **função social da propriedade**, tal como delineado no **art. 186, I a IV**, da CRFB, exterioriza-se, em última instância, como **posse qualificada** pelos **requisitos cumulativos** da **produtividade**, **utilização adequada dos recursos naturais** e **preservação do meio ambiente**, observância de **normas trabalhistas** e exploração conducente ao **bem-estar** de proprietários e trabalhadores, enfim, de toda a coletividade.

Aqui a requerente quer ser reintegrada liminarmente na posse que aponta esbulhada pelos requeridos, cumprindo-lhe comprovar o **anterior exercício da posse qualificada pela função social** e as **circunstâncias da perda da posse**. Ao que consta do **boletim de ocorrência** lavrado pela PMMG em **22.6.2006** (f. 19-21), evidenciada a ocorrência de **esbulho** das **FAZENDAS BAHIA, PÉ DO MORRO e SÃO MARCOS**, a **menos de ano e dia** da distribuição desta ação.

Já na primeira manifestação deste juízo ficou estabelecido como **puncto saliens** da lide em que se exercita pretensão possessória a **comprovação do cumprimento da função social da propriedade (e posse)**, indeclinável **requisito constitucional** da legitimidade do exercício do **direito de propriedade** e, por conseguinte, de sua proteção judicial (f. 224-227).

Não obstante o **didatismo** daquele despacho, integrado inclusive por rol de documentos idôneos a comprovar o cumprimento da função social, a requerente insiste na impertinência da **abordagem da questão possessória pelo viés constitucional**, socorrendo-se na tradicional perspectiva civilista.

Da vasta documentação que acompanhou a inicial, nada havia que demonstrasse o efetivo exercício de atividade econômica nos imóveis, no período posterior à imissão da agravante na posse (f. 97-110). Assim é que o certificado de cadastro dos imóveis no Incra já os classificava como **propriedades improdutivas** (f. 135, 137 e 138).

Em **audiência**, a requerente não logrou acrescentar elementos de cognição que fossem ao encontro de sua pretensão. Com efeito, na ocasião, a requerente **não justificou**, ainda que em sede de **cognição sumária**, o anterior exercício de **posse qualquer**, que dirá de **posse qualificada** pelo cumprimento da função social.

Extraí-se dos **expressivos depoimentos** colhidos em audiência que as fazendas, muito embora com área superior a 43.000.000 m² (quarenta e três milhões de metros quadrados), estão confiadas aos cuidados de apenas três empregados, que se limitam a visitá-las periodicamente, pois nem mesmo lá residem, vez que ali não existe sede:

“Conquanto toda fazenda precise de um prédio de sede, o da Fazenda Bahia caiu, mas não foi refeito, e nas demais o declarante nunca chegou a visitar, por isso não sabe dizer se existe ou não. A sede não fazia falta à autora, pois ela não mantinha funcionários residentes em nenhuma das fazendas, até mesmo porque nelas não havia atividade qualquer. Nas fazendas atuavam apenas os dois empregados já referidos, além do declarante, e nenhum outro, nem eventualmente. Tanto o declarante quanto os dois funcionários ficam sediados em Prudente de Moraes (MG), próximo a Sete Lagoas (MG), pois é ali a sede da empresa. Todos eles residem em Sete Lagoas.”

(**Excerto do depoimento de Wesley Fernandes da Silva, gerente das fazendas** – f. 336-337)

A **ausência de posse** revela-se na situação de abandono em que se encontram os imóveis, num verdadeiro **caso** com a preservação da **cobertura vegetal**, desatendendo a **dimensão ambiental** da função social da posse. Com efeito, a requerente descuidou-se até mesmo de tratar a praga de formigas que há muito assola o eucaliptal ali existente e, ainda, de prevenir e reprimir o reiterado corte ilegal de árvores e a retirada de madeira. A tal propósito, depuseram as **testemunhas Amauri Alves da Silva** (f. 338) e **Sérvulo Figueiredo Godoy** (f. 339):

“Conhece as fazendas objeto desta ação, mas nunca trabalhou nelas. Esteve lá em 2004, no mês de junho, quando a empresa adquiriu a área. (...) Que voltou nas fazendas no ano passado. Da primeira



vez rodou todas as fazendas durante um dia, mas da última vez não chegou a rodar todas. (...) Que desde que foi à primeira vez na fazenda, até a presente data [24.1.2007], a empresa não fez nada na área. (...) Quando visitou da primeira vez, verificou que a maior parte da plantação de eucaliptos estava sadia, e apenas uma parte estava com praga de formiga. (...) Da segunda visita, o depoente não viu qualquer alteração quanto à praga de formigas. Estava tudo do mesmo jeito.”

“Quando visitou a área a autora já havia adquirido as fazendas há mais tempo. Na área havia eucaliptos de terceiro corte, bem como floresta nativa, que compunha a reserva legal. Havia praga de formigas em vários trechos na cultura de eucaliptos. (...) Que desde o estudo do depoente, a RVR não exerceu qualquer atividade nas fazendas, pelo menos até janeiro de 2006. (...) Em março de 2006, o depoente voltou a esta região (...) Nesta oportunidade não viu qualquer invasão de sem-terras, mas com muito corte de árvores. Havia até carros-de-boi levando madeira. E não havia ninguém impedindo aquele trânsito (...) quando fez o estudo na área verificou que as fazendas não estavam bem cuidadas; que os eucaliptos eram passíveis de exploração.”

No que tange ao aspecto da **produtividade**, os testemunhos convergem no sentido do **desconhecimento completo** de que ali se exerça alguma **atividade econômica**, de que é exemplo a lacônica, porém eloquente, declaração de **Antônio Santos Pais Pinto**: “que não sabe informar de nenhuma atividade da RVR nas fazendas” (f. 341).

À mímica, pois, de **indícios suficientes** a comprovar os respectivos pressupostos, **INDEFIRO O PEDIDO DE CONCESSÃO LIMINAR DA ORDEM DE REINTEGRAÇÃO** da requerente na posse dos imóveis rurais **FAZENDAS BAHIA, PÉ DO MORRO e SÃO MARCOS**.

Em curso normal, está aberto o prazo de **contestação**.

Dê-se **vista** à requerente da certidão de f. 295.

Desentranhem-se os documentos de f. 173-176, que são cópias dos de f. 169-172, e restituam-nos à requerente, tudo certificado.

Intimem-se as partes e o **Ministério Público**.

Belo Horizonte, 30 de março de 2007. (Publicação Minas Gerais, 11.4.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Processo nº 0024.06.278.786-6

LUCIANA AVAGLIANO FONSECA aforou **AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE c/c REPARAÇÃO DE DANOS** contra **FLÚVIO BATISTA SILVA, WELLINGTON PEREIRA DA SILVA, PEDRO RODRIGUES** e **requeridos incertos ou desconhecidos**. Diz-se **proprietária e possuidora indireta** do imóvel rural **Fazenda Santos Forte**, em **Santa Vitória (MG)**, com área de **680,03,82 ha**, de cuja **posse**, em torno de **3 ha (três hectares)**, teria sido **esbulhada** pelos requeridos em **26.11.2006**. O imóvel cumpre sua **função social**, com **atividade agropecuária**, destacadamente na criação de gado de corte, “*produzindo e comercializando em alta escala sua produção, gerando dezenas de empregos diretos e indiretos*”. Pede desde a **concessão liminar à ordem de reintegração** (f. 2-9). Junta **documentos** (f. 10-149 e 166-196). **Emenda** à inicial (f. 201).

Os requeridos nominados, à exceção de **PEDRO RODRIGUES** (f. 228v), compareceram espontaneamente ao processo (f. 233-236). **Citação** ficta (f. 210, 230, 231 e 254).

Audiência (5.2.2007), com oitiva de **testemunhas** (f. 233-239).

O **Ministério Público** é pelo **indeferimento** da concessão liminar (f. 246-251).

Peças da ação em curso perante a 5ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão Preto (SP), aforada contra o possuidor direto (f. 256-324).

É o **relatório**.

I –

Versam os autos, inequivocamente, sobre **conflito coletivo** relativo à **posse de imóvel rural de propriedade particular**.

A matéria em questão desafia, como já observado na mais atualizada **doutrina** e mais louvada **jurisprudência**, uma reflexão fundada prioritariamente em **preceitos constitucionais**, dentro daquilo que hoje já se conhece como **movimento de constitucionalização do direito**.

Assim, as **exigências constitucionais** que dizem respeito ao **direito de propriedade**, direito inequivocamente **fundamental** – já não só de caráter individual, mas **social** – impõem uma leitura da lei civil sob as luzes e de acordo com a Constituição vigente.

Nessa esteira, exsurge a questão da **função social da propriedade**, que, intrínseca ao **exercício do direito de propriedade**, salutarmente contamina o consectário da **posse** que por eventual lhe diga respeito.

Não há, pois, como discutir-se na atualidade qualquer **questão possessória** sem ferir, por natural, o atendimento ao requisito essencial da **função social**. Mais que rima, mostra-se como **solução** das questões possessórias que ocupam a Vara de Conflitos Agrários e **parâmetro** que norteia os debates possessórios.

Data venia a entendimentos contrários, mostra-se frágil qualquer argumento residente na perspectiva de que as **questões sociais** sejam matéria de polícia. Hoje, mais que nunca, as questões sociais são de **responsabilidade do Estado**, por todos os seus **órgãos** constitutivos. Assim, a chamada **questão agrária**, bem além de ser “problema do governo” (Poder Executivo), é também questão afeta ao Poder Judiciário.

Ora, a Constituição dispõe **regras** e, mais que regras, **princípios** que norteiam a vida dos cidadãos e orientam a **atuação do Poder Público**, seja por que órgão ou função for. Assim, diz-se que na propositura de um pleito possessório deva o autor declinar e comprovar que no exercício da sua posse preenche os **requisitos legais** que a Constituição sintetizou na expressão **função social**, além dos reclamos da legislação infraconstitucional civil e processual civil.

É certo, no entanto, que em ações como a presente não se mostra **razoável** exigir uma prova completa, exaustiva, desse **requisito constitucional** para o fim de atender ao pedido de concessão liminar. Mas isso não isenta o autor da ação em ao menos indicar que tal se dá.

II –

Aqui a **requerente, proprietária e possuidora indireta**, quer ser reintegrada liminarmente na posse que aponta esbulhada pelos requeridos, cumprindo-lhe comprovar o **anterior exercício da posse qualificada pela função social**, nos termos previstos na Constituição e nas leis, e as **circunstâncias da perda da posse**.

Ao que consta do **boletim de ocorrência** lavrado pela PMMG em 26.11.2006 (f. 12-13), evidenciada está a ocorrência de **esbulho** da **FAZENDA SANTOS FORTE**. O depoimento da autoridade policial que relatou a ocorrência também comprova a **perda da posse a menos de ano e dia** de distribuir esta ação (f. 238-239).

O cumprimento da **função social da propriedade**, tal como delineado no **art. 186, I a IV** da CRFB, exterioriza-se, em última instância, como **posse qualificada** pelos **requisitos cumulativos** da **produtividade, utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente**, observância de **normas trabalhistas** e exploração conducente ao **bem-estar** de proprietários e trabalhadores, enfim, de toda a coletividade.

Com base nestes **parâmetros**, tenho por **suficientes** os indícios e provas produzidos pela requerente, ao menos num **juízo de cognição sumária** em que se processa a análise da **tutela de urgência** pleiteada.

Os **cartões de produtor rural** e **controle sanitário** (f. 40 e 41) e as **notas fiscais** de produtor (f. 52-109) revelam **intensa atividade de compra e venda** de bovinos pelos possuidores diretos, no período entre 2005 e 2006. Os contratos de **locação** para **criação e engorda** de gado bovino (f. 22-25) e de **parceria** para a exploração agropecuária (f. 131-153) aparentam regulares e indicam que a requerente, de forma indireta, vem exercendo posse sobre o imóvel e, mais, respaldam o alegado **cumprimento da função social da propriedade** em seu aspecto de **produtividade e aproveitamento econômico adequado**.

Os documentos de f. 167-190 comprovam estar a requerente em vias de **regularizar** a averbação das áreas de **reserva legal**, quiçá até mesmo em atendimento à produção de prova documental recomendada pelo juízo (f. 152-155). Assim, ao menos em um **sentido formal**, há indícios do exercício da posse compatível com a **preservação do meio ambiente e utilização adequada dos recursos naturais disponíveis**.

III –

Contrariamente ao que aduz o **Ministério Público** (f. 246-251), *data venia*, os documentos que instruem o feito não autorizam, ao menos em sede de cognição sumária, a conclusão de que o imóvel padeça de **produção ilícita**, comprometendo a qualidade do solo e do rebanho.

Da totalização de **1.257** reses a que chega o **Ministério Público** não de ser excluídos **140** garrotes transferidos a outro estabelecimento (f. 63-69) e **154** bezerros adquiridos para fazenda diversa (f. 85, 87, 88 e 91). Há indícios, pois, da existência de **963** cabeças de gado, apascentado em uma área de aproximadamente **476 ha**, segundo testemunho de f. 237-238, o que representa, em **média, duas cabeças por hectare**.

Contudo, o índice de **lotação pecuária**, conforme dispõe a **Lei nº 8.629/93**, além de variar de acordo com o município de localização do imóvel, afere-se segundo o parâmetro **unidade animal por hectare** e não o parâmetro **cabeça por hectare**. Às diversas categorias animais existentes no imóvel correspondem valores distintos, que levam em conta a demanda de pasto em função da idade e/ou peso presumido do animal. **Exemplificativamente**, na Região Sudeste, os bois e as novilhas com idade de 2 (dois) a 3 (três) anos consideram-se 0,75 unidade animal; os bovinos de 1 (um) a menos de 2 (dois) anos, 0,50 unidade animal e os menores de 1 ano, 0,31 unidade animal (Instrução Normativa nº 11/2003, do Incra).

No caso dos autos, a maioria do rebanho adquirido pelo possuidor direto constituía-se de **bezerros** com menos de 1 (um) ano e **bezerros** com idade entre 1 (um) e 2 (dois) anos. Das **963 reses**, somente **21** (vinte e uma) tinham idade superior a 2 (dois) anos. Assim, da mera contagem *per capita* não se pode presumir **atividade pecuária predatória**, supostamente extrapolando os **limites da sustentabilidade do meio ambiente**.

IV –

Consta do **depoimento** do administrador da fazenda, RAINIER DE OLIVEIRA CASTRO, que, além de si, cuidam do gado outros **dois empregados**, de nomes Roberto Carlos e Jorge (f. 237-238). Não há nos autos **prova documental da regularidade de tais relações trabalhistas**. Não se olvide a requerente de que não se desonera de produzir tal prova pelo só fato da transferência da posse direta a terceiros, vez que mero negócio jurídico de direito privado não tem o condão de afastar exigência de matriz constitucional que, demais disso, não excepciona qualquer qualidade de posse. Ainda é bom lembrar que a **fiscalização da prática adequada das relações trabalhistas** é hoje imperioso dever do proprietário arrendante.

Contudo, sem prejuízo do quanto venha a ser comprovado na fase de instrução do feito, tenho por **indícios** da observância das disposições que regulam as **relações de emprego** os recibos de pagamento de salário, as guias de re-

colhimento de contribuição à Previdência Social e ao FGTS e a cópia de carteira de trabalho (f. 114-130), **suficientes a justificar**, ao menos em **fase liminar**, a regularidade de tal aspecto da posse dos requerentes.

V –

Sem razão os requeridos, que arguem **ilegitimidade ativa e falta de interesse processual** (f. 234). Acompanha a inicial prova bastante de ser a requerente **proprietária e possuidora indireta**, consubstanciada nas certidões de registro imobiliário (f. 28-37) e nos contratos de locação e parceria (f. 22-25 e 131-135). **O ordenamento jurídico pátrio põe à disposição do possuidor, direto ou indireto, o manejo dos interditos possessórios.** A só existência de ação pauliana aforada contra a requerente, a seu turno, não tem o condão de desconstituir a **presunção legal** da aquisição da propriedade, derivada do registro imobiliário. Releva anotar que as certidões de matrícula foram expedidas em data próxima à do ajuizamento da ação e ali não consta nada além da averbação da **citação** para a revocatória.

VII –

Por convencido, então, sobre a existência de **indícios suficientes** a comprovar os respectivos pressupostos, **DEFIRO A CONCESSÃO LIMINAR DA ORDEM DE REINTEGRAÇÃO** da requerente na posse da FAZENDA SANTOS FORTE.

VIII –

Depreque-se a expedição e cumprimento do MANDADO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE.

Cientifiquem-se o Incra, o Iter e a PMMG do teor desta decisão.

Em curso normal, está aberto o prazo de **contestação**.

Dê-se vista às partes dos documentos de f. 256-314 e à requerente, da certidão de f. 228v.

Oficie-se ao juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão Preto (SP) no sentido de enviar a esse juízo cópia da inicial, contestação e eventual sentença constante do processo de **ação pauliana** que ali tramita sob o nº 1787/00, envolvendo, como requerente, Massa Falida da Multibrand Internacional Inc. “a/k/a” Multibrand Partnership e, como requeridos, José Antônio Martins, Juliana Machado Oliveira Martins e Luciana Avagliano Fonseca.

Intimem-se as partes e o **Ministério Público**.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2007. (Publicação Minas Gerais, 18.4.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Processo no 0024.05.898.424-6 (TJMG – AI nº 1.0024.05.898424-6/001)

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. aforou AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE contra JOSÉ NEVES DE SOUZA, ANTÔNIO RODRIGUES BARBOSA e requeridos incertos ou desconhecidos. Diz-se proprietário e possuidor do imóvel rural Fazenda Quinta das Palmeiras, em Januária (MG), com área total de 497,97 ha, de cuja posse teria sido esbulhado pelos requeridos em 23.10.2005. Pede a concessão liminar da ordem de reintegração (f. 3-8). Junta documentos (f. 9-18).

Versam os autos, inequivocamente, sobre conflito coletivo sobre a posse de imóvel rural de propriedade particular.

A matéria em questão desafia, como já observado na mais atualizada doutrina e mais competente jurisprudência, uma reflexão fundada prioritariamente em preceitos constitucionais, dentro daquilo que hoje já se conhece como movimento de constitucionalização do direito.

Assim, as exigências constitucionais que dizem respeito ao direito de propriedade, direito inequivocamente fundamental – já não só de caráter individual, mas social – impõem uma leitura da lei civil sob as luzes e de acordo com a Constituição vigente.

Nessa esteira, exsurge a questão da função social da propriedade, que, intrínseca ao exercício do direito de propriedade, salutarmente contamina o consectário da posse que por eventual lhe diga respeito.

Não há, pois, como discutir-se na atualidade qualquer questão possessória sem ferir, por natural, o atendimento ao requisito essencial da função social. Mais que rima, mostra-se como solução das questões possessórias que ocupam a Vara de Conflitos Agrários e parâmetro que norteia os debates possessórios.

Data venia a entendimentos contrários, mostra-se frágil qualquer argumento residente na perspectiva de que as questões sociais sejam matéria de polícia. Hoje, mais que nunca, as questões sociais são de responsabilidade do Estado, por todos os seus órgãos constitutivos. Assim, a chamada questão agrária, bem além de ser “problema do governo” (Poder Executivo), é também questão afeta ao Poder Judiciário.

Ora, a Constituição dispõe regras e, mais que regras, princípios que norteiam a vida dos cidadãos e orientam a atuação do Poder Público, seja por que órgão ou função for. Assim, diz-se que na propositura de um pleito possessório deva o autor declinar e comprovar que no exercício da sua posse preenche os requisitos legais que a Constituição sintetizou na expressão função social, além dos reclamos da legislação infraconstitucional civil e processual civil.

É certo, no entanto, que em ações como a presente não se mostra razoável exigir uma prova completa, exhaustiva, desse requisito constitucional para o fim de atender ao pedido de concessão liminar. Mas isso não isenta o autor da ação em ao menos indicar que tal se dá.

O cumprimento da função social da propriedade, tal como delineado no art. 186, I a IV, da CRFB, exterioriza-se, em última instância, como posse qualificada pelos requisitos cumulativos da produtividade, utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente, observância de normas trabalhistas e exploração conducente ao bem-estar de proprietários e trabalhadores, enfim, de toda a coletividade.

Aqui o requerente quer ser reintegrado liminarmente na posse que aponta esbulhada pelos requeridos, cumprindo-lhe comprovar o anterior exercício da posse qualificada pela função social e as circunstâncias da perda da posse. Ao que consta do boletim de ocorrência lavrado pela PMMG em 24.10.2005 (f. 16-17), evidenciada está a ocorrência de esbulho da FAZENDA QUINTA DAS PALMEIRAS, a menos de ano e dia da distribuição desta ação.

Evidenciado o esbulho, estabelece-se como *puncto saliens* da lide em que se exercita pretensão possessória a comprovação do cumprimento da função social da propriedade (e posse), indeclinável requisito constitucional da legitimidade do exercício do direito de propriedade e, por conseguinte, de sua proteção judicial.

Não obstante o didatismo do despacho de f. 131-134, integrado inclusive por rol de documentos idôneos a comprovar o cumprimento da função social, não há nos autos qualquer prova, indício, nem sequer alegação de que a posse supostamente exercida pelo requerente atenda ao fim social.

Com efeito, a **parca documentação** que instrui o feito refere-se à tão só aquisição da propriedade, imprestável a demonstrar o desenvolvimento de qualquer atividade econômica no imóvel. No mesmo sentido, tem-se o certificado de cadastro no Incra, que classifica a área como **propriedade improdutiva** (f. 145).

Confessa o requerente que não há empregados laborando na fazenda, em seus quase **5.000.000 m²** (f. 137), evidenciando que o imóvel encontra-se em **estado de abandono**, virgem de qualquer aproveitamento (que dirá de exploração racional e adequada).

À margem da **certidão da matrícula imobiliária** (f. 141), não se encontra averbada a área de **reserva legal** (art. 16, § 8º da **Lei nº 4.771/65**), que pudesse indicar, ao menos em um sentido formal, o **cumprimento da função social**, no aspecto da **preservação do meio ambiente**.

À míngua, pois, de **indícios suficientes** a comprovar os respectivos pressupostos, **INDEFIRO O PEDIDO DE CONCESSÃO LIMINAR DA ORDEM DE REINTEGRAÇÃO** do requerente na posse do imóvel rural **FAZENDA QUINTA DAS PALMEIRAS**.

Presente requisito legal (f. 54), **defiro** ao requerido **JOSÉ NEVES DE SOUZA** o benefício da **assistência judiciária gratuita**.

Certifique a secretaria sobre a ausência de assinatura nas procurações de f. 152-259 e, após, **intimem-se os requeridos a assiná-las em 5 (cinco) dias, sob pena de desentranhamento**.

Em curso normal, está aberto o prazo de **contestação**.

Intimem-se as partes e o **Ministério Público**.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2007. (Publicação Minas Gerais, 19.4.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Processo nº 0024.07.593.983-5 (TJMG – AI nº 1.0024.07.593983-5/001)

MARIA OLIVEIRA ARAÚJO aforou AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE contra TARCÍSIO ALVES DA ROCHA, MARIA DE LOURDES DE JESUS e requeridos incertos ou desconhecidos. Diz-se possuidora e proprietária do imóvel rural Fazenda Aliança, em Joáima (MG), com área de 2.260,00 ha, de cuja posse teria sido esbulhada pelos requeridos em 10.7.2007. Alega explorar o imóvel de forma racional e adequada, onde desenvolve atividade pecuária, com criação extensiva de gado bovino e jumentos da raça pega, cuidando da preservação do meio ambiente. Salienta que o imóvel é explorado, em regime trabalhista, por 1 (um) empregado, e em regime contratual, na forma de parceria, por diversas famílias que ali residem. Sustenta o cumprimento da função social. Alega que os requeridos estariam retirando madeira da área de preservação permanente. Pede a ordem de reintegração, desde a concessão liminar, e a reparação de danos (f. 2-13 e 110-121). Aditamento à inicial (f. 143-144-146). Junta documentos (f. 15-99 e 123-126).

Ciente a Promotoria local dos ilícitos ambientais supostamente cometidos pelos requeridos (f. 102-104).

O Incra informa que o imóvel é objeto de decreto expropriatório e de acordo extrajudicial de desapropriação parcial (f. 148).

Indeferimento (f. 163) do pedido de providências para coibir suposta prática de ilícitos, pelos requeridos, envolvendo o uso do transporte escolar municipal (f. 156-158).

Citação da segunda requerida (f. 175v). Pendente a citação do primeiro requerido e dos incertos e desconhecidos (f. 174v).

Em audiência de 3.9.2007, foi ouvida 1 (uma) testemunha, oportunidade em que compareceram espontaneamente ao processo ADILSON VIANA DE SOUZA, ÊNIO JOSÉ BOHNEMBERGER, MARIA GOMES SOARES e SÔNIA BARBOSA LIMA (f. 179-183).

Decreto expropriatório e laudo agrônomo de fiscalização do imóvel encaminhados pelo Incra (f. 184-218).

O Ministério Público é, subsidiariamente, pela extinção do processo sem julgamento de mérito, por falta de interesse de agir; pelo deslocamento da competência para a Justiça Federal, sustentando o interesse do Incra no feito, e pelo indeferimento da concessão liminar (f. 221-226).

A requerente pede a exclusão de MARIA DE LOURDES DE JESUS do polo passivo (f. 227-228).

É o relatório.

I –

Ante à notícia de edição de decreto expropriatório do imóvel objeto do litígio e de celebração de acordo extrajudicial de desapropriação parcial, o Ministério Público pede que seja declinada a competência para a Justiça Federal, entendendo caracterizado o interesse do Incra no feito (f. 221-226).

A questão suscita para nossa análise a compreensão do alcance do que seja “interesse”, pois somente assim poderemos ou não reconhecer a sua efetiva existência, na esteira do previsto no art. 109, I, da CRFB/88, tudo isso sem a pretensão de invadir competência alheia. É que não se nos apresenta defeso partir da análise abstrata da questão.

Por força do referido dispositivo constitucional, “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réus, assistentes ou oponentes” atrairão, impositivamente a competência para julgar tais demandas à Justiça Federal. Pois bem, a Constituição inequivocamente trata aí de interesse processual definido dentro de uma lide (interesse processual efetivamente deduzido).

Assim, o mero interesse, *lato sensu* (interesse material abstrato), tomado como uma potencial intenção (até aqui mera especulação nos autos) em ser parte ou terceiro com interesse jurídico efetivamente deduzido num processo, mas não efetivamente o sendo, não tem o condão de alterar a regra de competência. Competência esta não submetida a regras processuais infraconstitucionais, mas a uma imposição constitucional. Cuida-se de competência jurisdicional de status constitucional.

Ora, nestes autos, o Incra em momento algum se habilita na condição de autor, réu, assistente ou oponente. Ciente do conflito de que tratam estes autos, a autarquia limita-se a noticiar a publicação de decreto expropriatório



ensejador de uma **possível ação expropriatória**, cuja proposição, de resto, periclita ante à superveniente **celebração de acordo de desapropriação parcial**. Tal ação pode vir ou não a ser aviada, tendo, aliás, na expectativa temporal, um termo fatal sinalizado pela **decadência** (caducidade) do diploma legislativo (decreto expropriatório). Existe, é certo, apenas a **declaração** de que a área em litígio é de **interesse social**, oponível, por isso, a qualquer um, seja indivíduo ou coletividade. Registre-se que nem sequer existe a possível **ação de desapropriação em curso**. No entanto, o que aqui só interessa é a **expressa manifestação do Incra do qualificado interesse** (autor, réu, assistente ou oponente) nestes autos de reintegração de posse, até essa altura, ausente.

Assim, não se há de falar em **interesse processual do Incra** para o fim de deslocar a competência na apreciação do feito. Em suma, necessário seria, como **requisito indispensável** para configurar a competência da Justiça Federal, que, nestes autos, o Incra se manifestasse inequivocamente, **vindicando posição processual definida** (RTJ, 46/73; 51/242), e isso de fato **não acontece**. Acaso houvesse, aí sim os autos deveriam de ser remetidos à Justiça Federal, onde se deliberaria legitimamente sobre a existência ou sinceridade do interesse manifesto (**Súmula nº 150, do STJ**).

Poder-se-ia, em proveito de argumento aos que defendem a tese de **incompetência da Justiça Estadual** nos casos similares aos destes autos, trazer à colação o disposto no **art. 8º da Lei nº 7.595, de 8 de abril de 1987**, a dispor: “*consideram-se de interesse da União os litígios referentes ao domínio, posse, uso, exploração e conservação das terras públicas ou particulares, situadas nas áreas declaradas de interesse social, por ato do Poder Executivo federal, para fins de desapropriação.*” Entretanto, o conteúdo da norma se nos afigura como um **complemento** ao conteúdo da nova Constituição de 1988, havendo de ser **conjugado** a ela na interpretação dos reflexos de seu comando. O **art. 109, I, da CRFB/88**, é **expresso e inequívoco** em **qualificar o interesse** apto a fixar a competência da Justiça Federal como sendo somente aquele **deduzido em juízo** pela entidade federal, desde que na **condição** de autora, ré, assistente ou oponente.

A par disso, fica evidenciado, a não desafiar qualquer outro tipo de argumentação ou prova, *data venia*, que em ações que versem sobre domínio, posse, uso, exploração e conservação das terras públicas ou particulares, situadas nas áreas declaradas de interesse social, por ato do Poder Executivo federal, para fins de desapropriação, logo que ingresse em juízo a União, entidade autárquica ou empresa pública federal estarão, em princípio, autorizadas a participar do feito. Desafia a questão, nessa hipótese aventada, a tão só indicação pelo ente público federal dos elementos ora declinados: **tipo da ação** (**art. 8º da Lei nº 7.595/87**) e a sua habilitação no processo na **condição** de **autor, réu, assistente** ou **oponente** (**art. 109, I, da CRFB/88**).

Conclui-se que a **Lei nº 7.595/87** nada mais fez do que **definir** quais os litígios considerados como de **interesse da União, entidade autárquica ou empresa pública federal**. Porém, para os estritos fins de **fixação da competência da Justiça Federal**, apenas saber da **notícia** do interesse não basta; é imperioso que seja **deduzido em juízo** pela entidade federal que esteja nas véstias de uma das figuras da relação processual indicadas no **art. 109, I da CRFB/88**.

POSTO ISSO, NÃO RECONHEÇO A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DESTE JUÍZO ESTADUAL, mantendo os autos nesta Vara dos Conflitos Agrários do Estado de Minas Gerais, e, ato contínuo, **INDEFIRO O PLEITO DE “REMESSA DOS AUTOS À JUSTIÇA FEDERAL”**.

II –

É eminentemente de mérito, e como tal será decidida, a **preliminar** agitada pelo **Ministério Público**, *data venia*, a saber, **carência de ação por falta de interesse de agir**, consubstanciada na inexistência de prova do cumprimento da função social.

III –

Versam os autos, inequivocamente, sobre **conflito coletivo** sobre a **posse de imóvel rural de propriedade particular**.

A matéria em questão desafia, como já observado na mais atualizada **doutrina** e mais competente **jurisprudência**, uma reflexão fundada prioritariamente em **preceitos constitucionais**, dentro daquilo que hoje já se conhece como **movimento de constitucionalização do direito**.

Assim, as **exigências constitucionais** que dizem respeito ao **direito de propriedade**, direito inequivocamente **fundamental** – já não só de caráter **individual**, mas **social** – impõem uma leitura da lei civil sob as luzes e de acordo com a Constituição vigente.





Nessa esteira, exsurge a questão da **função social da propriedade**, que, intrínseca ao **exercício do direito de propriedade**, salutarmente contamina o consectário da **posse** que por eventual lhe diga respeito.

Não há, pois, como discutir na atualidade qualquer **questão possessória** sem ferir, por natural, o atendimento ao requisito essencial da **função social**. Mais que rima, mostra-se como solução das questões possessórias que ocupam a Vara de Conflitos Agrários e **parâmetro** que norteia os debates possessórios.

Data venia a entendimentos contrários, mostra-se frágil qualquer argumento residente na perspectiva de que as **questões sociais** sejam matéria de **polícia**. Hoje, mais que nunca, as questões sociais são de **responsabilidade do Estado**, por todos os seus **órgãos** constitutivos. Assim, a chamada **questão agrária**, bem além de ser “problema do governo” (Poder Executivo), é também questão afeta ao Poder Judiciário.

Ora, a Constituição dispõe **regras** e, mais que regras, **princípios** que norteiam a vida dos cidadãos e orientam a **atuação do Poder Público**, seja por que órgão ou função for. Assim, diz-se que na propositura de um pleito possessório deva o autor declinar e comprovar que no exercício da sua posse preenche os **requisitos legais** que a Constituição sintetizou na expressão **função social**, além dos reclamos da legislação infraconstitucional civil e processual civil.

É certo, no entanto, que em ações como a presente não se mostra **razoável** exigir uma **prova completa, exaustiva**, desse **requisito constitucional** para o fim de atender ao pedido de **concessão liminar**. Mas isso não isenta o autor da ação em ao menos indicar que tal se dá.

O cumprimento da **função social da propriedade**, tal como delineado no **art. 186, I a IV**, da CRFB, exterioriza-se, em última instância, como **posse qualificada** pelos **requisitos cumulativos** da **produtividade**, **utilização adequada dos recursos naturais** e **preservação do meio ambiente**, observância de **normas trabalhistas** e exploração conducente ao **bem-estar** de proprietários e trabalhadores, enfim, de toda a coletividade.

Aqui a requerente quer ser **reintegrada** liminarmente na posse que aponta **esbulhada** pelos requeridos, cumprindo-lhe comprovar o **anterior exercício da posse qualificada pela função social** e as **circunstâncias da perda da posse**. Ao que consta do **boletim de ocorrência** lavrado pela PMMG em 10.7.2007 (f. 27-28) e do depoimento da testemunha (f. 181-182), evidenciada está a ocorrência de **esbulho** da **FAZENDA ALIANÇA**, a **menos de ano e dia** do ajuizamento desta ação.

Provado o esbulho, estabelece-se como **puncto saliens** da lide em que se exercita pretensão possessória a **comprovação do cumprimento da função social da propriedade (e posse)**, indeclinável **requisito constitucional da legitimidade** do exercício do **direito de propriedade** e, por conseguinte, de sua proteção judicial.

Não obstante o **didatismo** do despacho de f. 102-104, integrado inclusive por **rol de documentos idôneos** a comprovar o cumprimento da função social, não há nos autos **índícios** de que a posse porventura exercida pela requerente, **contemporaneamente à ocupação**, atendesse ao fim social.

De início, destaco que o **laudo de fiscalização agrônômico** realizado pelo **Incra** em 2005 é **conclusivo** no sentido na **improdutividade** do imóvel, fato que ensejou a edição de **decreto expropriatório**, por **interesse social** (f. 184-218).

Por ocasião da **vistoria** do Incra, a requerente não exibiu qualquer documento que demonstrasse o efetivo pecuário eventualmente apascentado no imóvel, constando mesmo do laudo que, à míngua de documentação bastante, a aferição dos índices de produtividade baseou-se em informações prestadas por preposto da requerente:

“Não foi apresentada pela proprietária nenhuma documentação que comprove a produção da propriedade. Entretanto, o Sr. Paulo Oliveira Araújo, filho da proprietária responsável pelas atividades produtivas do imóvel, foi devidamente comunicado a respeito das informações e documentos que deveriam ser entregues ao agente administrativo responsável pelo trabalho de vistoria.

O efetivo pecuário apascentado no imóvel foi calculado com base nas informações prestadas pelo Sr. Rosildo Ferreira Lima, que trabalha no imóvel há 35 anos, e foi indicado pelo Sr. Paulo Oliveira Araújo para acompanhar os trabalhos e prestar as informações relacionadas ao efetivo pecuário.

(...)

Cabe ressaltar que não foi apresentado nenhum documento por parte da proprietária, inclusive os relacionados ao efetivo pecuário” (f. 212-214).





Naquela ocasião, também já se constatou a **irregularidade** dos **vínculos** mantidos com os cinco **empregados** ali residentes, nenhum deles com **registro** em carteira profissional (f. 217). Relativamente à **conservação** dos **recursos naturais**, muito embora se ressalve a não ocorrência de práticas que **afetassem** significativamente o **equilíbrio do ecossistema**, registrou-se a **inexistência** de **averbação** de área de reserva legal e o **desrespeito** pontual da área de preservação permanente, topicamente explorada com pastagens (f. 216).

Adiante que a requerente não faz jus à tutela liminar, pois não há nos autos elementos que sinalizem a **modificação qualitativa da posse** dita exercida a partir de 2005, data da vistoria do Incra.

Releva apontar que eventual impossibilidade de desapropriação de imóvel **não vincula** o **juízo possessório** nem configura **questão prejudicial** à apreciação da tutela, vez que nesta seara a questão de mérito por excelência é o **cumprimento da função social**, sob o aspecto de **cada requisito**, que o legislador constituinte quis **cumulativos**.

Pois bem. Tampouco nesta via a requerente exibiu qualquer documento que sustentasse a alegação de **aproveitamento racional e adequado**, hábil a ensejar a concessão liminar da tutela possessória.

Com efeito, a **matrícula imobiliária** (f. 20-23) comprova apenas a **propriedade**, não se prestando a revelar o exercício de qualquer posse. Os **demais documentos** que instruem o feito, a saber, os contratos de aluguel de pasto, notas fiscais de produtor rural, guias de trânsito animal, declarações de produtor rural, declarações e projeto de parceria referem-se, todos, a **período pretérito e ultrapassado**, compreendido entre 1995 e 2005 (f. 23-56 e 72-85). Nada indicam acerca de eventual **aproveitamento econômico** do imóvel no período anterior próximo à ocupação, ocorrida em 10.7.2007, e, mais, não inovam a situação fática de **descumprimento da função social retratada já em 2005** (f. 186-218).

A **testemunha** JOAQUIM DE MIRANDA FAGUNDES tem conhecimento do exercício de atividade pecuária no imóvel (criação de equinos e gado bovino). Declara que ali administra um rebanho de terceiro, com 160 (cento e sessenta) cabeças; que o gado tem “registro no IMA” e é comercializado “com bastante documentação” (f. 181-182). O **depoimento**, contudo, vem **desacompanhado de qualquer documento** que o corroborasse, em prejuízo da força probante que se lhe deve atribuir (f. 181-182).

Demais disso, releva apontar que a adequação e **racionalidade** do aproveitamento consideram-se em **proporção** à **extensão da propriedade**. No caso, trata-se de **grande propriedade**, com área registrada de 2.260,00 ha, área medida de 2.793,9503 ha e 2.447,9211 ha de pastagens (f. 190 e 212). O **efetivo pecuário** de 171 (cento e setenta e uma) cabeças, ali encontrado em 2005 (f. 214), ensejou a conclusão de **improdutividade**. Aqui, melhor sorte não assiste à requerente, vez que a prova oral – **única** pertinente à **atualidade da posse** – sinaliza a existência de **efetivo ainda menor** (f. 181-182).

Consta dos autos que, no **regime de exploração do imóvel**, conta a requerente com **empregados fixos**, empregados **temporários** e **parceiros** (f. 143-146 e 181-182).

Talvez para se eximir do ônus processual de demonstrar a observância das disposições de regência das relações de trabalho, alega a requerente que “os chamados empregados da Fazenda Aliança lá trabalham sob o regime de **parceria**, **não são propriamente empregados**. Alguns nasceram lá e permanecem até hoje, constituíram família, sempre o (sic) regime de parceria. **São como integrantes da família**, há tanto tempo lá se encontram.” (grifo nosso – f. 118-119).

Pelo que se pode inferir do **anêmico conjunto probatório**, repete-se aqui o **modelo de relação social** típico do ambiente rural brasileiro do **século XIX**, baseado em ajustes pessoais de concessões e trocas entre **desiguais**, o fazendeiro e o agregado: de um lado, proteção, terra, habitação, alimento; de outro, trabalho, obediência, dependência, lealdade.

Sem perquirir as vantagens e desvantagens do trabalho assalariado, certo é que o **arcaico modelo patriarcal** toma por dádiva aquilo que, na modernidade, é reconhecido como direito. De todo modo, paira a **incerteza** da natureza do vínculo entre o proprietário e o **quase empregado, quase membro da família**. Na **crise do modelo**, geralmente decorrente do rompimento do vínculo pessoal, seja por falecimento do patriarca, seja pela transferência da propriedade, o agregado vem a juízo reclamar como direito aquilo que para o proprietário eram benesses ou, em outra hipótese, sob a premissa de que dons e favores não obrigam, o agregado, sem mais, é alijado da terra.



No **caso concreto**, incumbia à requerente demonstrar a **regularidade das relações** mantidas com os trabalhadores, ainda que parceiros. Olvida-se a requerente que a tão só circunstância da exploração em parceria não a exonera de demonstrar a **observância** das respectivas disposições de regência. Sabe-se, por exemplo, que a legislação específica proíbe ao proprietário exigir do **parceiro** a prestação de serviço gratuito e efetuar pagamento em “ordens”, “vales” ou outras formas regionais substitutivas da moeda, v. g. (art. 93 da **Lei nº 4.504/64**). No caso, nada veio a lume a sinalizar sequer a **higidez das relações de trabalho** ali mantidas, sejam de emprego, sejam de parceria.

À margem da **certidão da matrícula imobiliária** (f. 20-23), não se encontra averbada a área de **reserva legal** (art. 16, § 8º da **Lei nº 4.771/65**), que pudesse indicar, ao menos em um sentido formal, o **cumprimento da função social**, no aspecto da **preservação do meio ambiente**.

Não obstante os **indícios** de existência de **áreas de preservação permanente** (f. 181-182), consta do **laudo do Incra** que não se encontram totalmente protegidas, sobretudo às margens dos cursos d’água, onde são utilizadas para pastagens, como bem aponta o Ministério Público na manifestação de f. 221-226.

Ressalte-se, em esclarecimento, o **bem imóvel territorial rural é bem de produção**, vocacionado ao **serviço social**, mesmo embora em **mãos privadas** ou **particulares**. E se assim é, a função social dele exigida toma o caráter de **trato sucessivo**. Na categoria **produtividade** tem marco temporal de avaliação na coincidência do **ano agrícola**, a partir dos parâmetros legais (**Lei nº 8629/93**). Quanto aos **demais quesitos**, há de ser de **diuturna observância**.

Isso para dizer, por fim, serem dignas de respeito e consideração as **tradicionalis raízes da propriedade**, onde outrora se preservou e desenvolveu a famigerada raça de jumento-pega e produziram-se ganhões e matrizes de escol, genearcas da raça de equinos mangalarga (f. 64-70).

Contudo, para a solução do conflito de interesses deduzido aqui e agora, desimportante, *data venia*, a **qualidade da posse** exercida em **tempos remotos**, por mais **glorioso o decantado passado** e **insignes** seus atores.

À míngua, pois, de **indícios suficientes** a comprovar os respectivos pressupostos, **INDEFIRO O PEDIDO DE CONCESSÃO LIMINAR DA ORDEM DE REINTEGRAÇÃO** da requerente na posse do imóvel rural **FAZENDA ALIANÇA**.

IV –

Defiro o pedido de **exclusão** de **MARIA DE LOURDES DE JESUS** do **polo passivo** (f. 227-228). À distribuição e à secretaria, para as devidas anotações.

V –

Proceda-se à **inclusão**, no **polo passivo**, de **ADILSON VIANA DE SOUZA, ÊNIO JOSÉ BOHNEMBERGER, MARIA GOMES SOARES** e **SÔNIA BARBOSA LIMA** (f. 179-180).

VII –

Comprove a requerente a **publicação do edital** em **5 (cinco) dias**.

Dê-se **vista** à requerente da certidão de f. 174v, para requerer o que entender de direito.

Em curso normal, está aberto o prazo de **contestação**.

Intimem-se e, pessoalmente, aos requeridos nominados (f. 179-180), ainda sem procurador nos autos.

Tudo feito, ao **Ministério Público**.

Belo Horizonte, 21 de setembro de 2007. (Publicação Minas Gerais, 27.9.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Processo nº 0024.07.595.839-7

LUIZ ALBERTO FRANCO JUNQUEIRA e FLORISPINA RODRIGUES JUNQUEIRA aforaram AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE c/c REPARAÇÃO DE DANOS contra JOÃO BATISTA FERREIRA, ELÁSIO ALVES DOS SANTOS e requeridos incertos ou desconhecidos, integrantes da LIGA DOS CAMPONESES POBRES DO CENTRO-OESTE (LCPCO). Dizem-se possuidores do imóvel rural Fazenda Manga Doce, em Ituiutaba (MG), com área de 1.146,73,68 ha, de cuja posse, em torno de 6 ha (seis hectares), teriam sido esbulhados pelos requeridos em 7.7.2007. O imóvel cumpriria sua função social, com exercício de atividade pecuária até maio de 2007, e, no período posterior, atividade agropecuária, com predomínio de plantação de cana-de-açúcar, gerando renda e emprego, obedecidas as normas ambientais. Pedem, desde a concessão liminar à ordem de reintegração e a reparação de danos (f. 2-10). Juntam documentos (f. 11-526).

Citação ficta (f. 540, 589, 590 e 593). Comparecimento espontâneo do primeiro requerido (f. 599) e de RUBENSNOOD ALVES FERREIRA, ENVER DIAS MURARI BORBA, JOSÉ PEREIRA FILHO e LUIZ ANTONIO DE SOUSA (f. 575-579).

Audiência em 13.9.2007, com oitiva de 2 (duas) testemunhas e juntada de documentos (f. 575-581 e 582-585).

Os requeridos propugnam pela extinção do processo sem julgamento de mérito, por ausência de posse, e, sucessivamente, pelo indeferimento da liminar, por descumprimento da função social (f. 609-618). Juntam documentos (f. 601-606).

O Ministério Público junta documentos (f. 626-628) e é pela concessão liminar (f. 620-625).

É o relatório.

I – Trata-se aqui, inequivocamente, de conflito coletivo relativo à posse de imóvel rural de propriedade particular.

A matéria em questão desafia, como já observado na mais atualizada doutrina e mais louvada jurisprudência, uma reflexão fundada prioritariamente em preceitos constitucionais, dentro daquilo que hoje já se conhece como movimento de constitucionalização do direito.

Assim, as exigências constitucionais que dizem respeito ao direito de propriedade, direito inequivocamente fundamental – já não só de caráter individual, mas social – impõem uma leitura da lei civil sob as luzes e de acordo com a Constituição vigente.

Nessa esteira, exsurge a questão da função social da propriedade, que, intrínseca ao exercício do direito de propriedade, salutarmente contamina o consectário da posse que por eventual lhe diga respeito.

Não há, pois, como discutir-se na atualidade qualquer questão possessória sem ferir, por natural, o atendimento ao requisito essencial da função social. Mais que rima, mostra-se como solução das questões possessórias que ocupam a Vara de Conflitos Agrários e parâmetro que norteia os debates possessórios.

Data venia a entendimentos contrários, mostra-se frágil qualquer argumento residente na perspectiva de que as questões sociais sejam matéria de polícia. Hoje, mais que nunca, as questões sociais são de responsabilidade do Estado, por todos os seus órgãos constitutivos. Assim, a chamada questão agrária, bem além de ser “problema do governo” (Poder Executivo), é também questão afeta ao Poder Judiciário.

Ora, a Constituição dispõe regras e, mais que regras, princípios que norteiam a vida dos cidadãos e orientam a atuação do Poder Público, seja por que órgão ou função for. Assim, diz-se que na propositura de um pleito possessório deva o autor declinar e comprovar que no exercício da sua posse preenche os requisitos legais que a Constituição sintetizou na expressão função social, além dos reclamos da legislação infraconstitucional civil e processual civil.

É certo, no entanto, que em ações como a presente não se mostra razoável exigir uma prova completa, exaustiva, desse requisito constitucional para o fim de atender ao pedido de concessão liminar. Mas isso não isenta o autor da ação em ao menos indicar que tal se dá.

II – Sem razão os requeridos, que arguem ilegitimidade ativa (f. 609-618). Acompanha a inicial prova bastante de serem os requerentes proprietários e possuidores indiretos, consubstanciada na certidão de registro imobiliário

(f. 13); nos contratos de **arrendamento**, celebrado em 14. 5.1997 e vigente até 31.5.2006 (f. 31-34); de **aluguel de pasto**, celebrado 1.6.2005, com validade até 31.5.2008, já rescindido (f. 35-36) e de **parceria agrícola**, firmado em 7. 3.2007, em vigor (f. 38-41).

O **conjunto probatório** autoriza a conclusão de que os requerentes exercem, ao menos **indiretamente**, a **posse** do imóvel. A tão só transferência da posse direta não anula nem esvazia de conteúdo jurídico a posse indireta. O ordenamento jurídico pátrio põe à disposição do **possuidor**, direto ou indireto, o manejo dos **interditos possessórios**, legitimando-os até mesmo a deduzirem entre si pretensão possessória (art. 1.197, do CC/2002). Demonstrada a **condição** de **possuidores indiretos** dos requerentes, na posição de **arrendadores**, **locadores** e **parceiros**, não se há de falar em ilegitimidade.

Melhor sorte não assiste aos requeridos, quando arguem a **falta de pressuposto** da concessão da tutela possessória, consistente na descrição do objeto da posse com base em **memorial georreferenciado** ao Sistema Geodésico Brasileiro (f. 610).

Conquanto salutar instrumento de identificação e fiscalização da malha imobiliária rural brasileira, somente há obrigação de descrição georreferenciada na **transferência da propriedade**, inclusive por **título judicial**, não sendo esse, à evidência, o caso dos autos. Sobre a matéria, confirmam-se os **artigos 176 e 225**, da **Lei nº 6.015/73**, com redação alterada pela **Lei nº 10.267/01**:

“**Art. 176** – O Livro nº 2 – Registro Geral: será destinado à matrícula dos imóveis e ao registro ou averbação dos atos relacionados no art. 167 e não atribuídos ao Livro nº 3.

(...)

II – são requisitos da matrícula:

(...)

3) a identificação do imóvel, que será feita com indicação:

a) se rural, do código do imóvel, dos dados constantes do CCIR, da denominação e de suas características, confrontações, localização e área;

(...)

§3º – Nos casos de **desmembramento**, **parcelamento** ou **remembramento** de imóveis rurais, a identificação prevista na alínea ‘a’ do item 3 do inciso II do § 1º será obtida a partir do **memorial descritivo**, assinado por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), **contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro** e com precisão posicional a ser fixada pelo Incra, garantida a isenção de custos financeiros aos proprietários de imóveis rurais cuja somatória da área não exceda a 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 4º – A identificação de que trata o § 3º tornar-se-á **obrigatória** para efetivação de registro, em qualquer **situação de transferência de imóvel rural**, nos prazos fixados por ato do Poder Executivo.

(...)

Capítulo V – Dos Títulos

Art. 221 – Somente são admitidos a **registro**:

(...)

IV – cartas de sentença, formais de partilha, certidões e mandados extraídos de autos de processo.

Art. 225 (...)

§ 3º – Nos **autos judiciais que versem sobre imóveis rurais**, a localização, os limites e as confrontações serão obtidos a partir de memorial descritivo assinado por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), **contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro** e com precisão posicional a ser fixada pelo Incra, garantida a isenção de custos financeiros aos proprietários de imóveis rurais cuja somatória da área não exceda a 4 (quatro) módulos fiscais.”



Afasto, pois, forte no **princípio da legalidade** (art. 5º, II, da CRFB/88), a arguição de ausência de pressuposto processual.

III – Aqui os requerentes, proprietários e possuidores indiretos, querem ser reintegrados liminarmente na posse que apontam esbulhada pelos requeridos, cumprindo-lhes comprovar o anterior exercício da posse qualificada pela função social, nos termos previstos na Constituição e nas leis, e as circunstâncias da perda da posse.

Ao que consta do **boletim de ocorrência** lavrado pela PMMG em 7.7.2007 (f. 21-26), evidenciada está a ocorrência de **esbulho** da **Fazenda Manga Doce** há menos de ano e dia da distribuição desta ação, fato, demais disso, **documentado** nas fotografias juntadas pelo Ministério Público (f. 627-628), **certificado** pelo Oficial de Justiça (f. 574) e, até aqui, **incontroverso**.

O cumprimento da **função social da propriedade**, tal como delineado no art. 186, I a IV, da CRFB, exterioriza-se, em última instância, como **posse qualificada** pelos **requisitos cumulativos** da **produtividade**, **utilização adequada dos recursos naturais** e **preservação do meio ambiente**, observância de **normas trabalhistas** e exploração conducente ao **bem-estar** de proprietários e trabalhadores, enfim, de toda a coletividade.

Com base nestes **parâmetros**, tenho por **suficientes** os **indícios** e provas produzidos pelos requerentes, ao menos no **juízo de cognição sumária** em que se processa a análise da **tutela de urgência** pleiteada.

Já labora em prol da pretensão dos requerentes a classificação do imóvel como **propriedade produtiva** em sucessivos **certificados** de **cadastro no Incra**, relativos aos exercícios de 1998 até 2005, inclusive (f. 27-29).

A **certidão negativa de débitos** relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), emitida em 7.8.2007, afasta a presunção absoluta de abandono, contida no art. 1.276, §2º do CC/2002.

As **declarações de produtor rural** (f. 91-94); os **cartões de controle sanitário** do IMA (f. 79-80); as **notas fiscais** de produtor rural e as **notas fiscais fatura** (f. 96-205) revelam **intensa atividade** de **criação e compra e venda** de bovinos pelo possuidor direto, no período compreendido entre 2003 e 2007. De mesma sorte, as diversas **notas fiscais** de aquisição de grãos, ferramentas, equipamentos e utensílios diversos, vacinas, remédios veterinários e outros **insumos agropecuários** para aproveitamento do imóvel revelam administração e cuidado, **atos concretos de posse** (f. 210-216, 220-222, 224, 226, 229-236, 239-243, 245, 247, 249-315, 464-467, 470-472, 474-486, 490-493, 495-519, 522, 523 e 525). Os contratos de **arrendamento**, **locação de pasto** e de **parceria agrícola** (f. 31-41) aparentam regulares e indicam que os requerentes, de forma indireta, vêm exercendo posse sobre o imóvel e, mais, respaldam o alegado **cumprimento da função social da propriedade** em seu aspecto de **produtividade e aproveitamento econômico adequado**.

Demais disso, a **prova oral** corrobora a alegação de **produtividade** do imóvel. Nesse sentido, colhe-se dos **depoimentos das testemunhas**:

“Conhece a Fazenda Manga desde há três anos, ocasião em que foi trabalhar com o Sr. Neilton como gerente de suas fazendas. O Sr. Neilton arrendava a fazenda e mantinha ali atividade pecuária, havendo, inclusive, produção de mais ou menos 250 litros de leite por dia. No imóvel eram apascentadas aproximadamente 900 a 1.000 reses” (ADALBERTO JOSÉ DA FONSECA FRANCO – f. 577);

Conhece a Fazenda Manga Doce há dez anos. Foi arrendatário da fazenda de maio de 1997 a maio de 2007. Explorava a atividade agropecuária de cria, cria, engorda e leite. A área útil aproximada aproveitada do imóvel é de mais ou menos 700 ha, nos quais apascentava 1.000 cabeças de gado” (NEILTON JACINTO DE FREITAS – f. 578-579).

Em sede de **cognição sumária**, resta suficientemente demonstrado o **aproveitamento racional e adequado** do imóvel.

IV – Desde 1997 encontra-se averbada como reserva florestal uma área de **“cerrado e cerradão”** com 230 (duzentos e trinta) hectares (f.13). O empreendimento agropastoril ali desenvolvido pelo arrendatário foi precedido de licença ambiental, concedida por órgão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (f. 30). Há, ao menos em um sentido formal, indícios do exercício da posse em consonância com a legislação ambiental.

Além, o depoimento das testemunhas converge no sentido da **efetiva adequação do uso dos recursos naturais disponíveis** no imóvel:



“não sabe precisar a área que era ocupada por gado, mas é certo que só não ocupavam as áreas de reserva ambiental e de preservação; não havia abate de gado no interior da fazenda (...) durante o período em que esteve no local nunca houve autuação ambiental; (...) que a área de preservação é composta de mata nativa, não havendo eucalipto na área” (ADALBERTO JOSÉ DA FONSECA FRANCO – f. 577);

“o depoente arrendava toda a fazenda; o resto do imóvel que não é área utilizada é de reserva legal e mata ciliar; (...) no interior do imóvel não havia abate de gado, isso acontecendo no frigorífico; (...) durante o período em que o depoente explorou o imóvel [maio de 1997 a maio de 2007] não houve autuação ambiental” (NEILTON JACINTO DE FREITAS – f. 578-579);

Consta, ainda, da declaração de lançamento do ITR relativo ao período imediatamente anterior à invasão (2006), a existência de um **efetivo pecuário médio anual** de 759 (setecentas e cinquenta e nove) cabeças (f. 42-48), **compatível**, pois, com a extensão da **área aproveitável** de 911 ha (novecentos e onze hectares), sinalizando o exercício de atividade pecuária dentro dos **limites da sustentabilidade do meio ambiente**.

Os requeridos sustentam a ocorrência de **ilícitos ambientais** no imóvel, com base nas fotografias de f. 601-606. Referidos documentos, contudo, vão de encontro ao conjunto probatório (documentos públicos e depoimento de testemunhas), convergente no sentido da posse conservadora do meio ambiente, e, além, ainda não foram submetidos ao crivo do **contraditório**.

Assim, sem prejuízo do quanto se venha a apurar, em sentido contrário, no curso da instrução, tenho por **demonstrado o cumprimento da dimensão ambiental da posse**.

V – No tocante à observância das disposições que regulam as **relações de trabalho**, arrima a inicial farta documentação pertinente à **regularidade do vínculo mantido com os trabalhadores**, consistente em **recibos** de pagamento de salário, décimo terceiro salário, aviso prévio, férias e indenização por dispensa, bem como documentos que evidenciam a **regular contratação e dispensa** de trabalhadores, tais como livro de **registro de empregados** desde 1997 até 2006 (f. 316-335), **exame médico demissional**, termos de rescisão de contrato e requerimento de **seguro-desemprego** (f. 207, 209, 347-397 e 494); guias de recolhimento de contribuição à **Previdência Social**, no período de janeiro de 2004 até maio de 2007 (f. 206, 218 e 398-421); guias de recolhimento do **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço** relativas ao período de janeiro de 2004 a junho de 2007 (f. 217, 225 e 422-462); e guias de recolhimento da **contribuição sindical** dos assalariados (f. 336-340).

A questão também foi abordada nos depoimentos das testemunhas, havendo o gerente da fazenda, ADALBERTO JOSÉ DA FONSECA FRANCO, declarado que:

“o imóvel eram mantidos dois funcionários fixos e às vezes eram levados funcionários avulsos de outras fazendas do Sr. Neilton [arrendatário]. Todos eram funcionários registrados e com carteira assinada. (...) Os funcionários avulsos eram levados ao imóvel conforme a necessidade. (...) Durante o período em que trabalhou no imóvel não houve nenhuma ação trabalhista contra o Sr. Neilton” (f. 577).

No mesmo sentido, o depoimento do **arrendatário**, NEILTON JACINTO DE FREITAS:

“No imóvel o depoente manteve em média 2 (dois) funcionários efetivos e 4 (quatro) a 6 (seis) avulsos. Todos os funcionários do depoente sempre foram registrados, embora alguns fossem registrados em outras propriedades, todas com exploração de pecuária” (f. 578-579).

Diferentemente do que alegam os requeridos, não há nos autos provas nem indícios de que ali se patrocinasse **trabalho escravo, penoso** ou **degradante**, condutas que, por afrontarem a **dignidade humana**, embasariam a negativa da tutela possessória. A alegação não prescinde do aprofundamento vertical da cognição, em dilação probatória.



Eventual questionamento acerca da **autenticidade** dos **documentos** que instruem a inicial há de ser deduzido em **via própria**, segundo o devido processo legal. Assim, em **fase liminar**, justificada a regularidade de tal aspecto da posse dos requerentes.

VI – Sem indícios, nos autos, de que a posse exercida pelos requerentes seja fonte de tensão e conflitos sociais.

As **testemunhas** foram **unâнимes** em declarar que ali *nunca houve conflitos com trabalhadores sem-terra ou vizinhos* (f. 577-579).

Declarou-se, mais, que os “*filhos dos funcionários do depoente que trabalhavam no imóvel estudavam na escola ali existente. (...) Os imóveis de residência dentro da fazenda consistem em duas casas e um barracão todo em alvenaria, servido de banheiro, instalação hidráulica e elétrica. Também havia no imóvel uma torre de antena de telefone celular rural*” (f. 578-579).

Pelo que se pode depreender do **conjunto probatório**, até aqui a posse dos requerentes se mostra **favorecedora do bem-estar** dos proprietários, possuidores e trabalhadores.

VII – Por convencido, então, sobre a existência de **indícios suficientes** a comprovar os respectivos pressupostos, **DEFIRO A CONCESSÃO LIMINAR DA ORDEM DE REINTEGRAÇÃO** dos requerentes na posse da FAZENDA MANGA DOCE.

Depreque-se a expedição e cumprimento do **MANDADO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE**.

Cientifiquem-se o Inbra, o Iter e a PMMG do teor desta decisão.

Dê-se **vista** aos requerentes da certidão de f. 572 e dos documentos de f. 601-606.

Intime-se JOÃO BATISTA FERREIRA a regularizar sua **representação no processo** (f. 599), em **10 (dez) dias**, juntando **instrumento de mandato**, sob pena de terem-se por inexistentes os atos praticados.

Proceda-se à **inclusão**, no **polo passivo**, de RUBENSNOOD ALVES FERREIRA, ENVER DIAS MURARI BORBA, JOSÉ PEREIRA FILHO e LUIZ ANTONIO DE SOUSA (f. 575-579).

Por **ofício**:

Solicitar ao **Ministério do Trabalho** informações quanto à eventual irregularidade em relações trabalhistas no imóvel objeto desta lide;

Solicitar ao **Ibama** e ao **IEF** informações acerca de eventual ocorrência de ilícito ambiental no imóvel;

Solicitar ao **Igam** informações quanto à regularidade do uso de recursos hídricos no imóvel;

Requisitar à **Polícia Ambiental local** a averiguação da prática de ilícitos ambientais no imóvel, com cópia das fotografias de f. 601-606.

Em curso normal, está **aberto** o prazo de **contestação**.

Certificado nos autos o decurso do prazo do edital sem manifestação dos requeridos incertos ou desconhecidos, na forma do **art. 9º, II, do CPC**, **nomeio-lhes curador especial** na pessoa do **defensor público, Dr. Heverton Flávio Ronconi da Rocha**, que deverá ser **intimado, pessoalmente**, a **apresentar defesa no prazo legal**.

Após, dê-se **vista** aos requerentes para **impugnação** e ao **Ministério Público**.

Intimem-se.

Belo Horizonte, 25 de outubro de 2007. (Publicação Minas Gerais, 30.10.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito



Processo nº 0024.06.997.392-3 (TJMG – AI nº 1.0024.06.997392-3/001)

Indústria e Comércio de Ferro Gusa União Ltda. aforou AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE c/c OBRIGAÇÃO DE FAZER e REPARAÇÃO DE DANOS contra CRISTIANO MEIRELES DE SOUZA e requeridos incertos ou desconhecidos, integrantes do “Movimento Sem-Terra” (sic). Diz-se a requerente possuidora do imóvel rural Fazenda Ferro Liga – Belgominas, em Jequitaiá (MG), com área de 10.863,28,57 ha, de cuja posse teria sido esbulhada pelos requeridos em 24.1.2006. Alega que explora diretamente o imóvel na extração de madeira e produção de carvão vegetal, e, mediante parceria, com atividade pecuária. Destaca ali a nascente do rio Correntes, utilizado no abastecimento do imóvel e de fazendas vizinhas, na dessedentação de animais e irrigação das lavouras. Pede, desde a concessão liminar, à ordem reintegração, assim como o desfazimento de construções e plantações e a reparação de danos (f. 2-12). Junta documentos (f. 13-286).

O Ministério Público é pela justificação da posse (f. 118-119).

Visita em 22.2.2006 (f. 152-156) e audiência em 23.2.2006 (f. 141-143), interposta Ação de Oposição, extinta sem julgamento de mérito (Proc. nº 0024.06.020.770-1).

Comparecimento espontâneo ao processo do requerido nominado e de ANDRÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA (f. 141-143) e citação ficta dos demais (f. 180, 185, 186 e 192).

Facultada a produção de prova documental do cumprimento da função social (f. 193-196), a requerente alega a impossibilidade de fazê-lo, vez que desde a aquisição, em 2004, o imóvel seria objeto de invasões. Demais disso, entende desnecessária tal prova em sede de ação possessória (f. 201-215).

O Ministério Público opõe-se à concessão liminar (f. 218-220).

É o relatório.

I – Versam os autos, inequivocamente, sobre conflito coletivo relativo à posse de imóvel rural de propriedade particular.

A matéria em questão desafia, como já observado na mais atualizada doutrina e mais competente jurisprudência, uma reflexão fundada prioritariamente em preceitos constitucionais, dentro daquilo que hoje já se conhece como movimento de constitucionalização do direito.

Assim, as exigências constitucionais que dizem respeito ao direito de propriedade, direito inequivocamente fundamental – já não só de caráter individual, mas social – impõem uma leitura da lei civil sob as luzes e de acordo com a Constituição vigente.

Nessa esteira, exsurge a questão da função social da propriedade, que, intrínseca ao exercício do direito de propriedade, salutarmente contamina o consectário da posse que por eventual lhe diga respeito.

Não há, pois, como discutir-se na atualidade qualquer questão possessória sem ferir, por natural, o atendimento ao requisito essencial da função social. Mais que rima, mostra-se como solução das questões possessórias que ocupam a Vara de Conflitos Agrários e parâmetro que norteia os debates possessórios.

Data venia a entendimentos contrários, mostra-se frágil qualquer argumento residente na perspectiva de que as questões sociais sejam matéria de polícia. Hoje, mais que nunca, as questões sociais são de responsabilidade do Estado, por todos os seus órgãos constitutivos. Assim, a chamada questão agrária, bem além de ser “problema do governo” (Poder Executivo), é também questão afeta ao Poder Judiciário.

Ora, a Constituição dispõe regras e, mais que regras, princípios que norteiam a vida dos cidadãos e orientam a atuação do Poder Público, seja por que órgão ou função for. Assim, diz-se que na propositura de um pleito possessório deva o autor declinar e comprovar que no exercício da sua posse preenche os requisitos legais que a Constituição sintetizou na expressão função social, além dos reclamos da legislação infraconstitucional civil e processual civil.

É certo, no entanto, que em ações como a presente não se mostra razoável exigir uma prova completa, exaustiva, desse requisito constitucional para o fim de atender ao pedido de concessão liminar. Mas isso não isenta o autor da ação em ao menos indicar que tal se dá.

O cumprimento da função social da propriedade, tal como delineado no art. 186, I a IV, da CRFB, exterioriza-se, em última instância, como posse qualificada pelos requisitos cumulativos da produtividade, utilização ade-



quadra dos recursos naturais e preservação do meio ambiente, observância de normas trabalhistas e exploração conducente ao bem-estar de proprietários e trabalhadores, enfim, de toda a coletividade.

2 – Aqui a requerente quer ser reintegrada liminarmente na posse que aponta esbulhada pelos requeridos, cumprindo-lhe comprovar o **anterior exercício da posse qualificada pela função social** e as **circunstâncias da perda da posse**.

Os requeridos confessam haver ocupado o imóvel em 24.1.2006 (f. 141). Ao que consta do **boletim de ocorrência** lavrado pela PMMG em 25.1.2006 (f. 41, 42 e 45), evidenciada está a ocorrência de **esbulho** da FAZENDA FERRO LIGA – BELGOMINAS, a **menos de ano e dia** da distribuição desta ação.

Comprovado o esbulho, estabelece-se como *puncto saliens* da lide em que se exercita pretensão possessória a **comprovação do cumprimento da função social da propriedade (e posse)**, indeclinável **requisito constitucional** da legitimidade do exercício do **direito de propriedade** e, por conseguinte, de sua proteção judicial.

3 – Não obstante o **didatismo** do despacho de f. 193-196, integrado inclusive por **rol de documentos idôneos** a comprovar o cumprimento da função social e informado explicitamente pelo princípio da razoabilidade, não vieram aos autos **prova** ou **indício** bastantes de que, no exercício da posse, a requerente cumpra a função social.

Da **documentação** que instrui a inicial, são **imprestáveis** a demonstrar o **exercício de qualquer posse** o contrato de particular de promessa de compra e venda e aditivos (f. 17-24), as matrículas imobiliárias, ainda em nome de terceiros (f. 26-39), o projeto de aproveitamento futuro do imóvel, com extração de madeira, confeccionado no dia seguinte à invasão (f. 50-54), e o laudo pericial relativo a imóvel que não é objeto da lide (f. 92-106).

A seu turno, o plano de corte de f. 64-73, a declaração de colheita e comercialização de florestas plantadas (f. 75), os relatórios de aquisição de produtos e/ou subprodutos florestais (f. 76-82), os extratos de notas fiscais (f. 87-89) e as guias de recolhimento de taxa de fiscalização (f. 90-91) revelam tão somente o **aproveitamento parcial** (de 1.015 ha) do imóvel e, demais disso, em período não próximo ao da ocupação (2004 até meados de 2005).

Com efeito, muito embora os extratos de f. 87-89 tenham sido emitidos em 28.1.2006, contemplam tão somente notas fiscais emitidas entre 10.8.2004 e 30.12.2004. Demais disso, tais documentos **perdem força probante**, pela **unilateralidade** da elaboração. Trata-se de **singela planilha**, de que não se infere nem mesmo retratar atividade desenvolvida no imóvel objeto da lide, descurando-se a requerente de trazer aos autos, para o mister, os próprios documentos fiscais, se existentes.

De mesma sorte, a **declaração de colheita e comercialização** de florestas plantadas refere-se à extração de eucalipto também **não contemporânea à invasão** (f. 75). Demais disso, paira dúvida se se refere efetivamente ao bem litigioso, vez que ali identificado pela matrícula nº 10.194, no Livro 2-AK, distinta daquelas que instruem à inicial. De fato, as 14 (quatorze) glebas que compõem a Fazenda Ferro Liga – Belgominas estão cada qual registradas em matrículas próprias, de números 19.471 a 19.485, no Livro 2-BU, ainda em nome de terceiros (f. 26-39). Tendo em vista a alegação da requerente de que ainda não detém título de propriedade (f. 201), fica o julgador *in albis* quanto ao documento efetivamente **referir-se ao imóvel litigioso**, assim como quanto aos gerados com base neste, **fragilizando a prova**.

As **fotografias** (f. 55-63) **não retratam a atualidade da situação** do imóvel, visto que tiradas em 2004, e não há certeza se retratam a Fazenda Correntes ou Fazenda Belgominas, pelo que se depreende da legenda que as encabeça.

A requerente invoca a existência de **lavouras**, irrigadas pelo rio Corrente, bem como a exploração de **atividade pecuária**, até a ocupação, com o apascentamento de aproximadamente **2.000** (duas mil) cabeças de gado (f. 6-7). Contudo, nem ao menos indícios vieram aos autos em sustento de tais alegações.

Do que se depreende da **parca documentação** que arrima a inicial, a requerente teria explorado, no período de 2004 a meados de 2005, tão somente **1.015 ha** (mil e quinze hectares) de floresta plantada, com extração de madeira, isso em um imóvel com área total de **10.863,28,57 ha** (dez mil, oitocentos e sessenta e três hectares, vinte e oito ares e cinquenta e sete centiares) ou, para aquilatar a inadequação do aproveitamento, mais de 100.000.000 m² (cem milhões de metros quadrados).

Não demonstrados, pois, a **utilização racional e adequada** do imóvel nem o exercício de qualquer posse no período imediatamente anterior à ocupação do imóvel, sugerindo antes um **estado de abandono**, à época.



4 – Muito embora sustente o exercício de posse geradora de empregos (f. 7), a requerente **não demonstra a regularidade de um único vínculo trabalhista**, ficando o caderno processual jejuo quanto à prova de que respeite as normas de regência das relações de trabalho, acaso ali se exerça a alegada posse, reforçando a convicção de abandono, na inexistência de empregados, ou de posse antissocial.

Por outro lado, é notório o fato de que a requerente integra, desde julho de 2006, a **lista de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo**, divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria nº 540, de 2004), por decisão definitiva, proferida em procedimento administrativo instaurado a partir de infração ocorrida em imóvel no Estado da Bahia.

Tal fato, não obstante passado em fazenda distinta e sem o condão de elidir o **princípio da inocência**, certamente já não abona a requerente como empregadora, competindo-lhe demonstrar bastante que, no caso concreto, cumpre a dimensão trabalho da função social da posse que alega exercer, do que não se desincumbiu.

5 – À margem das **certidões de matrícula imobiliária** (f. 26-39) já não se encontram averbadas as áreas de **reserva legal** (art. 16, § 8º, da Lei nº 4.771/65), que pudessem indicar, ao menos em um sentido formal, o **cumprimento da função social**, no aspecto da **preservação do meio ambiente**.

Sustenta a requerente a ocorrência de **motivo de força maior** que a teria impossibilitado de regularizar a **situação cartorária** do imóvel, olvidando-se, contudo, de que mais relevante que a averbação é a existência concreta de áreas destinadas à reserva legal e de áreas de preservação permanente, o que não logrou comprovar.

A **requerente declara** que o imóvel palco do conflito “*trata-se de área onde nasce e se avoluma o rio Corrente, com a presença de várias nascentes em seu curso*” (f. 6). A alegação traz para si o **ônus de provar** a regularidade do uso particular de águas públicas, assim como a efetiva preservação das áreas de florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios ou cursos d’água, a teor do que dispõe o **art. 2º, “a” do Código Florestal**, visando assegurar o **bem-estar coletivo**.

Nenhuma **prova** nesse sentido foi produzida, preferindo a requerente, por **comodismo** ou **senso de oportunidade**, haja vista a pleora de ementas colacionadas (f. 202-214), fiar-se na possível, mas não certa, reforma desta decisão de indeferimento da concessão liminar, por ausência de prova quanto ao exercício de qualquer **posse anterior à ocupação**, que é a que se analisa nestes autos, e, ainda, em especial, de prova cumpridora da função social, segundo o **paradigma** trazido pela Constituição vigente (**art. 5º, XXIII c/c art. 186, da CRFB/88**).

6 – À míngua, pois, de **indícios suficientes** a comprovar os respectivos pressupostos, **INDEFIRO O PEDIDO DE CONCESSÃO LIMINAR DA ORDEM DE REINTEGRAÇÃO** da requerente na posse do imóvel rural **FAZENDA FERRO LIGA – BELGOMINAS**.

7 – Proceda-se à inclusão de **ANDRÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA** no polo passivo (f. 141-143)

8 – Por **ofício**:

Solicitar ao **Ministério do Trabalho** informações quanto à eventual irregularidade em relações trabalhistas no imóvel objeto desta lide;

Solicitar ao **Ibama** e ao **IEF** informações acerca de eventual ocorrência de ilícito ambiental no imóvel;

Solicitar ao **Igam** informações quanto à regularidade do uso de recursos hídricos no imóvel;

Requisitar à **Polícia Ambiental local** a averiguação da prática de ilícitos ambientais no imóvel pelos ocupantes.

9 – Traslade-se para estes cópia da sentença proferida nos autos da ação de oposição ainda em apenso.

10 – Em curso normal, está aberto o prazo de **contestação**.

Decorrido o prazo de contestação sem manifestação dos requeridos citados por edital, nomeio-lhes **curador especial** o defensor público, Dr. Heverton Flávio Ronconi da Rocha, que deverá ser intimado pessoalmente a apresentar defesa no prazo legal.

Intimem-se as partes e o **Ministério Público**.

Belo Horizonte, 1º de novembro de 2007. (Publicação Minas Gerais, 8.11.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Processo nº 0024.05.851.286-4 (TJMG – AI nº 1.0024.05.851286-4/001)

Cuida-se de AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE c/c REPARAÇÃO DE DANOS aforada por DILSON DE QUADROS GODINHO JÚNIOR contra ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE BREJO DOS CRIoulos, NILSON REIS SILVA SANTA ROSA, PAULO FERREIRA DA ROCHA, VALDETE FERNANDES DE SOUZA, JOSÉ OSMAR GONÇALVES DA SILVA (nome falso TIAGO PEREIRA DA SILVA), MANOEL LOPES DOS REIS, EVANIRO BATISTA CELESTINO (nome falso JAKSON OLIVEIRA), JOAQUIM PEREIRA DA CUNHA, JOÃO DA LIMEIRA SILVA e requeridos incertos ou desconhecidos. Diz-se o requerente possuidor direto da Fazenda Bonanza, em Varzelândia (MG), com área de 1.452,00 ha, de cuja posse teria sido esbulhado pelos requeridos em 28.8.2005. Alega que o imóvel, onde exerce atividade agropecuária, é produtivo e que, na exploração, cumpre a função social, gerando empregos. Sustenta ser notório o fato da reivindicação de terras na região, pelos remanescentes das comunidades quilombolas. Pede, desde a concessão liminar e sem audiência da parte contrária a ordem de reintegração na posse do imóvel e dos bens móveis que arrola e, em cumulação sucessiva eventual, a reparação de danos (f. 2-9). Junta documentos (f. 11-77).

Citação pessoal (f. 115 e 140) e ficta (f. 86 e 90-92).

Citação de MARLEY FERNANDES DE SOUZA, CLEIDSON FERREIRA DA ROCHA, VALDEIR ARAÚJO LIMA, JOSÉ APARECIDO FERNANDES, JOSÉ DOS REIS NASCIMENTO, JOVITO FERNANDES DE SOUZA, AGAPINTO FERNANDES DE SOUZA, ALBERTINO MOURA DA SILVA, PEDRO DE LIMA SILVA, MARIA JUDITE FERREIRA DE SOUZA, AGENARO FERNANDES DE SOUZA, ERALDO FERNANDES DE SOUZA, VANILSON FERREIRA ROCHA, ELIANE FERREIRA SANTOS, JANEIS FERNANDES DE SOUZA, ANA MARIA BARBOSA DE JESUS e VANETE APARECIDA FERNANDES SOUZA RIBEIRO, ocupantes encontrados no local (f. 140).

Comparecimento espontâneo ao processo de PAULO PEREIRA DA ROCHA, JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA NETO e PAULO MATOS CAMARGOS (f. 163-166), estes últimos incluídos no polo passivo.

Em audiência de 22.11.2005 foi homologado acordo de cessão em comodato aos requeridos de uma área com 48,51,60 ha, com suspensão do processo pelo prazo de 1 (um) ano, até a vistoria do imóvel pelo Incra (f. 164-166).

O Incra informa o resultado da vistoria e junta documento (f. 237-239), com vista geral (f. 240-243).

A pedido do requerente (f. 241), o processo é suspenso por mais 6 (seis) meses, até a ultimação do procedimento administrativo pelo Incra (f. 244).

Decorrido o prazo de suspensão, o requerente pede o prosseguimento do processo, com a concessão liminar (f. 248-249).

Em curso normal, ordenada a produção de prova documental do cumprimento da função social (f. 250-253), vêm aos autos os documentos de f. 307-308.

Lauda de vistoria do imóvel pelo Incra (f. 263-303), com vista às partes (f. 313).

Reiteração do pedido de concessão liminar (f. 305-306) e documentos (f. 309-312).

O Ministério Público é pela designação de audiência de conciliação (f. 313v).

É o relatório.

Sem prejuízo da posterior realização de audiência de conciliação, salutar medida requerida pelo Ministério Público, cumpre-nos, a esta altura, apreciar o pedido de concessão liminar e dar seguimento ao processo para entrega da prestação jurisdicional vindicada.

Assente, no curso da lide, a ocupação do imóvel por integrantes de dois movimentos sociais distintos, a saber, LIGA DOS CAMPONESES POBRES DO NORTE DE MINAS e ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE BREJO DOS CRIoulos.

Extrai-se dos autos que, dos requeridos nominados na inicial, integram o primeiro movimento VALDETE FERNANDES DE SOUZA, JOSÉ OSMAR GONÇALVES DA SILVA, MANOEL LOPES DOS REIS, EVANIRO BATISTA CELESTINO, JOAQUIM PEREIRA DA CUNHA e JOÃO DA LIMEIRA SILVA, e, o segundo, NILSON REIS SILVA SANTA ROSA, PAULO FERREIRA DA ROCHA e JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA NETO.

No curso da lide, vieram a integrar o polo passivo FRANCISCO CORDEIRO BARBOSA, VALDIVINO FERREIRA ROCHA, PAULO MATOS CAMARGOS, MARLEY FERNANDES DE SOUZA, CLEIDSON FERREIRA DA

ROCHA, VALDEIR ARAÚJO LIMA, JOSÉ APARECIDO FERNANDES, JOSÉ DOS REIS NASCIMENTO, JOVITO FERNANDES DE SOUZA, AGAPINTO FERNANDES DE SOUZA, ALBERTINO MOURA DA SILVA, PEDRO DE LIMA SILVA, MARIA JUDITE FERREIRA DE SOUZA, AGENARO FERNANDES DE SOUZA, ERALDO FERNANDES DE SOUZA, VANILSON FERREIRA ROCHA, ELIANE FERREIRA SANTOS, JANEIS FERNANDES DE SOUZA, ANA MARIA BARBOSA DE JESUS e VANETE APARECIDA FERNANDES SOUZA RIBEIRO, também integrantes da associação requerida, que se encontravam no local onde cumprida a ordem de citação.

Em **audiência de justificação**, os requeridos então presentes identificaram-se como membros da **associação quilombola** e, expressamente, ressaltaram que os demais litisconsortes são componentes da **LIGA DOS CAMPONESES POBRES DO NORTE DE MINAS**, havendo mesmo seu patrono ressaltado não deter poderes de representação destes.

As certidões de f. 144-154 corroboram a alegação da existência, no imóvel, de dois grupos de ocupantes. De fato, delas consta que **VALDETE FERNANDES DE SOUZA, TIAGO PEREIRA DA SILVA** (nome verdadeiro JOSÉ OSMAR GONÇALVES DA SILVA), **MANOEL LOPES DOS REIS, JAKSON OLIVEIRA** (nome verdadeiro EVANIRO BATISTA CELESTINO), **JOAQUIM PEREIRA DA CUNHA** e **JOÃO DA LIMEIRA SILVA** “*não faz[em] parte da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE BREJO DOS CRIoulos*”.

No mesmo sentido, excerto do **laudo de fiscalização do Incra**:

“Por ocasião da fiscalização, a propriedade estava ocupada por 2 (dois) grupos distintos de trabalhadores rurais sem-terra, sendo um deles constituído por famílias de quilombolas e o outro por de não quilombolas, vinculadas à Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas” (f. 301).

Na inicial, encabeça o polo passivo a **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE BREJO DOS CRIoulos**, seguida de diversos requeridos ali nominados, sem menção à **LIGA DOS CAMPONESES POBRES DO NORTE DE MINAS** nem distinção a que movimento social pertença cada qual. Ali tampouco se **delimita, especificando**, a área eventualmente ocupada por um e por outro grupo, nem se **individualiza** a conduta espoliativa imputada a cada qual.

Da narração dos fatos na inicial, extrai-se, pois, que o requerente trata **indistintamente**, como **gênero**, as **diferentes espécies** de movimentos sociais em luta pela posse da terra, no caso, descendentes de quilombolas e sem-terra. É razoável que assim seja porque, sob a ótica daquele que sofreu esbulho, são irrelevantes as motivações de fundo que inspiram os agentes da invasão. O foco de seu interesse é único: reaver a posse de quem quer que a tenha esbulhado. Sob a mesma lógica, a **perda parcial da posse** também é sentida como **perda da posse sobre a integralidade do imóvel**, motivo por que a pretensão deduzida em juízo é de reintegração do imóvel rural como um **todo**.

Demais disso, dada a natureza multitudinária dos movimentos sociais, há, em ambos os grupos, **requeridos incertos ou desconhecidos**, citados por edital, inviabilizando, nos planos **fático** e **processual**, a **identificação** de cada um dos requeridos e a **indivuação das condutas**.

Na **casuística**, porém, essa lógica de sentir e narrar os fatos redundava grave ao requerente, pois necessariamente se refletirá na análise dos fundamentos do pedido liminar. É dizer: o exame dos **pressupostos** da **concessão liminar** far-se-á quanto às **circunstâncias** da perda da posse em decorrência de **ato violador uno** ou, quando muito, de **atos praticados em continuidade delitiva**, mas sempre a partir de um **esbulho original**.

Assim, muito embora alguns dos requeridos admitam como verdadeiro o fato da ocupação em **28.8.2005** (f. 141), e, no mesmo sentido, o **boletim de ocorrência** lavrado pela PMMG em **30.8.2005** (f. 58-59), resta inequívoco que tais provas referem-se à ocupação perpetrada exclusivamente por parte dos requeridos (descendentes de quilombolas).

A tal propósito, consta da **ata de audiência**, textualmente (f. 163-166):

“Os ocupantes são membros da associação ré e que tiveram notícia de que a Fazenda Bonanza faz parte de um território em que estudos antropológicos e documentais afirmam ser área remanescente de antigos quilombos e ocupantes descendentes dos quilombolas; que a área fora ocupada anteriormente por outro grupo de pessoas integrantes da Liga Operária e Camponesa do Norte de Minas e que a ocupação pelos requeridos visa impedir que o resultado de negociação existente entre os autores e o Incra proporcione



a aquisição da terra por este órgão federal e sua destinação a outros” (...). Por outro lado, segundo o douto advogado dos requeridos, **as pessoas relacionadas na inicial e abaixo nominadas não são membros da Associação dos Moradores do Brejo dos Crioulos, mas da Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas**: Tiago Pereira da Silva, Manoel Lopes dos Reis, Jakson de Oliveira, Joaquim Pereira da Cunha, João da Limeira Silva. (...) O doutor procurador dos requeridos requereu que fossem intimados **aqueles citados e que não estão presentes e nem representados por ele** sobre a decisão desta audiência” (grifo nosso).

Do mesmo modo, a autoridade policial reporta, em 30.8.2005, tão somente atos praticados pelo **subconjunto quilombola** dos requeridos:

“Comparecemos ao endereço mencionado, Fazenda Bonanza, de propriedade do Sr. Dilson Júnior de Quadros Godinho, onde, em data de 28 de agosto do ano em curso, por volta das 2 horas, segundo o solicitando, pessoas adentraram na fazenda e invadiram-na, dizendo que não iam sair, pois as terras lhe pertencem, pois os mesmos são do movimento quilombolas (quilombos). Ao chegarmos no local, tal fato ficou constatado” (f. 58-59).

Um segundo **boletim de ocorrência** juntado aos autos pelo requerente relata uma **ocupação concomitante**, pelos dois movimentos sociais, supostamente dada em 2005. Na **valoração racional das provas**, porém, atribui-se-lhe **menor força**, ante a **unilateralidade** da elaboração e **contrariedade** ao conjunto probatório. Cuida-se, com efeito, de tão só transcrição de depoimento de empregado do requerente, e não de **registro das circunstâncias efetivamente verificadas** no lugar dos fatos pela autoridade policial (f. 94-96).

A seu turno, o laudo de f. 263-303 nos dá conta de que o requerente teve a sua posse pioneiramente esbulhada pelos requeridos integrantes da **LIGA DOS CAMPONESES POBRES DO NORTE DE MINAS** em 9.7.2004, **há mais de ano e dia**, pois, da distribuição da ação (11.10.2005 – f. 79):

“O imóvel foi primeiramente ocupado pelos **não quilombolas**, em **9.7.04**. O grupo, composto por 30 (trinta) famílias, está acampado às margens do córrego São Vicente, nas proximidades da divisa com o imóvel de Raul e Vito Ardito Lerário. Mesmo sabendo que a Fazenda Bonanza está inserida em território quilombola a ser regularizado, esses acampados reivindicam a instalação de um projeto de assentamento no imóvel.

Em **28.8.05**, o imóvel foi ocupado pelos **quilombolas**. Cerca de 40 (quarenta) famílias estão acampadas defronte ao pátio da casa-sede nova. Segundo elas, a ocupação foi motivada pela falta de terras próprias para o plantio de culturas anuais de subsistência” (grifo nosso – f. 301-302).

No caso, a **anterioridade da perda da posse** decorrente da ação dos requeridos integrantes da **LIGA DOS CAMPONESES POBRES DO NORTE DE MINAS** (ou ao menos a incerteza quanto à data do primeiro esbulho) elide a **qualidade** de “**força nova**” da presente ação, independentemente da posterior ocorrência de atos similares, praticados simplesmente em continuidade ou adesão ao esbulho primitivo.

Ora, o procedimento que autoriza a eventual concessão de mandado liminar em sede de ações possessórias condiciona-se ao ajuizamento da respectiva demanda há menos de ano e dia da ocorrência do esbulho ou da turbação da posse (**art. 924, do CPC**), pressuposto indesejável da concessão liminar, no caso, ausente.

À míngua, pois, de **indícios suficientes** a comprovar os respectivos pressupostos, **INDEFIRO O PEDIDO DE CONCESSÃO LIMINAR DA ORDEM DE REINTEGRAÇÃO** do requerente na posse do imóvel rural **FAZENDA BONANZA**.

Proceda-se à inclusão, no polo passivo, de **MARLEY FERNANDES DE SOUZA, CLEIDSON FERREIRA DA ROCHA, VALDEIR ARAÚJO LIMA, JOSÉ APARECIDO FERNANDES, JOSÉ DOS REIS NASCIMENTO, JOVITO**



FERNANDES DE SOUZA, AGAPINTO FERNANDES DE SOUZA, ALBERTINO MOURA DA SILVA, PEDRO DE LIMA SILVA, MARIA JUDITE FERREIRA DE SOUZA, AGENARO FERNANDES DE SOUZA, ERALDO FERNANDES DE SOUZA, VANILSON FERREIRA ROCHA, ELIANE FERREIRA SANTOS, JANEIS FERNANDES DE SOUZA, ANA MARIA BARBOSA DE JESUS e VANETE APARECIDA FERNANDES SOUZA RIBEIRO (f. 140).

Por **ofício**, informando, na oportunidade, a denominação e o CNPJ da proprietária (f. 268), o nome e CPF do requerente/arrendatário (f. 2) e o número do certificado de cadastro do imóvel no Incra (f. 30):

Solicitar ao **Ministério do Trabalho** informações quanto à eventual irregularidade em relações trabalhistas no imóvel objeto desta lide;

Solicitar ao **Ibama** e ao **IEF** informações acerca de eventual ocorrência de ilícito ambiental no imóvel;

Solicitar ao **Igam** informações quanto à regularidade do uso de recursos hídricos no imóvel;

Requisitar à **Polícia Ambiental local** a averiguação da prática de ilícitos ambientais no imóvel pelos ocupantes.

Em curso normal, está aberto o prazo de contestação. Decorrido o prazo sem manifestação dos requeridos citados por edital, nomeio-lhes curador especial na pessoa do defensor público, Dr. Heverton Flávio Ronconi da Rocha, que deverá ser intimado pessoalmente a apresentar defesa no prazo legal.

Intimem-se as partes e o **Ministério Público**.

Belo Horizonte, 1 de novembro de 2007. (Publicação Minas Gerais, 15.11.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

2 – INTERDITO PROIBITÓRIO

Processo nº 0024.07.567.827-6

OSMAR GUIMARÃES e ANA NUNES GUIMARÃES aforaram AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO contra JOSÉ MAURÍCIO CORREIA e requeridos incertos e desconhecidos, integrantes do Movimento Terra, Trabalho e Luta (MLTT). (Verificar a sigla: é MLTT ou MTTL?) Dizem-se proprietários e possuidores de 5 (cinco) glebas de terras que compõem o imóvel rural Fazenda Cerradão, em Guimarães (MG), com área total de 1.816,47,85 ha. Destacam que exercem a atividade agropecuária, com criação de gado bovino e plantação de soja e milho, respeitando as normas trabalhistas e ambientais. Sendo de seu conhecimento que os requeridos pretendem invadir o imóvel, mesmo porque recentemente foram desalojados de fazenda vizinha, têm por justo o receio de iminente moléstia à sua posse. Pedem desde a concessão liminar, e sem audiência da parte contrária, à ordem interdital, a fim de obstar aos requeridos a prática de atos que importem turbação ou esbulho (f. 3-15). Juntam documentos (f. 16-203 e 223-236).

O Ministério Público é pela justificação e conciliação (f. 239-242).

Citação do movimento social, na pessoa de PAULO JANUÁRIO DA SILVA, JOSÉ CAETANO DE OLIVEIRA, JOSÉ OSVALDO OLIVEIRA BEZERRA, CLÉCIA FERREIRA DE CASTRO, SÉLIO RODRIGUES DA SILVA, JOÃO ADÃO, ONÉZIO QUINTINO DA ROCHA, ELMA A. BARBOSA e JOSÉ REINALDO (f. 270).

Edital de citação (f. 251 e 278). Pendente a citação do requerido nominado (f. 273).

Em audiência de 22.8.2007, foram ouvidas duas testemunhas (f. 280-284).

Os requerentes reiteram o pedido de concessão liminar (f. 286-289), juntando documento (f. 291).

O Ministério Público é pela concessão (f. 293-298).

É o relatório.

Versam os autos, inequivocamente, sobre conflito coletivo estabelecido em torno da posse de imóvel rural de propriedade particular.

A matéria em questão desafia, como já observado na mais atualizada doutrina e mais competente jurisprudência, uma reflexão fundada prioritariamente em preceitos constitucionais, dentro daquilo que hoje já se conhece como o movimento de constitucionalização do direito.

Assim, as exigências constitucionais que dizem respeito ao direito de propriedade, direito inequivocamente fundamental – já não só de caráter individual, mas social – impõem uma leitura da lei civil sob as luzes e de acordo com a Constituição vigente. Nessa esteira, exsurge a questão da função social da propriedade, que, intrínseca ao exercício do direito de propriedade, salutarmente contamina o consectário da posse que lhe diga respeito.

É certo, no entanto, que em ações como a presente não se mostra razoável exigir uma prova completa, exaustiva, desse requisito para o fim de atender ao pedido de concessão liminar. Mas isso não isenta o autor da ação em ao menos indicar que tal se dá.

Aqui, os requerentes pleiteiam a concessão liminar da ordem interdital para obstar qualquer ato dos requeridos que importe esbulho ou turbação da posse que exercem sobre os imóveis descritos na inicial. Em se tratando de INTERDITO PROIBITÓRIO, faz-se necessária a comprovação do justo receio de moléstia à posse, bem como da iminência de turbação ou esbulho. A par disso, a posse a que se pede proteção deve ser exercida em consonância com a sua função social, nos termos previstos na Constituição e nas leis.

O cumprimento da função social da propriedade, tal como delineado no art. 186, I a IV, da CRFB, exterioriza-se, em última instância, como posse qualificada pelos requisitos cumulativos da produtividade, utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente, observância de normas trabalhistas e exploração conducente ao bem-estar de proprietários e trabalhadores, enfim, de toda a coletividade.

Com base nestes parâmetros, tenho por suficientes os indícios e provas produzidos pela requerente, ao menos em um juízo de cognição sumária em que se processa a análise da tutela de urgência pleiteada.



1 – Labora já em prol da pretensão dos requerentes a classificação dos imóveis, pelo Incra, como **propriedades produtivas** (f. 72, 79, 83 e 93). Os diversos **contratos de arrendamento agrícola** (f. 20-24, 75-77, 87-89, 98-102 e 103-107) demonstram o **exercício de agricultura** no imóvel, com plantação de **cana-de-açúcar, milho e soja**. A seu turno, as **notas fiscais** de f. 109-152 evidenciam a **produtividade** da atividade que ali se exerce, com a **comercialização**, em média, de 27 (vinte e sete) toneladas de grãos de soja por dia, no período compreendido entre 30.4.2007 e 24.5.2007. As fichas de controle sanitário do IMA registram a existência, em maio de 2007, de um efetivo pecuário de 776 (setecentos e setenta e seis) cabeças de gado (f. 154-156), indicando que os requerentes, direta ou indiretamente, vêm exercendo posse sobre os imóveis e, mais, respaldam o alegado **cumprimento da função social da propriedade** em seu aspecto de **produtividade e aproveitamento econômico adequado**.

2 – Há nos autos prova da **utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente**.

Com efeito, à margem das matrículas imobiliárias encontram-se **averbadas** áreas de **reserva legal** e de **preservação permanente** (f. 80-81, 84-86 e 94-97). A par da regularidade formal, consta do **laudo** firmado por engenheiro agrônomo que o imóvel possui uma área de 363,29,57 ha destinados à formação de reserva legal e 90,02,19 ha de área de preservação permanente, ao longo dos cursos d'água e no entorno de lagos e nascentes (f. 48-52). As fotografias que integram o referido laudo evidenciam o bom estado de conservação da vegetação nas áreas de reserva legal e preservação permanente (f. 49-51).

Encontram-se **atendidas**, pois, as disposições da **legislação ambiental** (art. 2º e 16, §2º, da **Lei nº 4.771/65**).

Também evidenciam à **utilização adequada dos recursos naturais** as **certidões de registro de uso de águas** públicas estaduais, para consumo humano e dessentação de animais, expedidas em favor dos requerentes pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (f. 194-200).

Há, nos **contratos de arrendamento agrícola**, cláusulas que obrigam o arrendatário, no exercício de sua atividade, a atender ao licenciamento ambiental; cuidar das áreas protegidas pelo Código Florestal; conservar os mananciais e proteger a fauna e a flora, demonstrando a sensibilidade e o cuidado dos requerentes com a questão do meio ambiente (f. 75-77, 87-90, 99-102 e 103-107).

A **prova documental** sinaliza, pois, o **bastante cumprimento** da **dimensão ambiental** da função social.

3 – Há nos autos, ainda, **indícios da regularidade** das **relações trabalhistas** ali mantidas, conforme se extrai dos registros de empregados (f. 156-163), recibos de pagamento de salários e outros direitos trabalhistas (f. 169-171), certidões negativas de débitos relativos a contribuições previdenciárias (f. 184 e 187) e certificados de regularidade do FGTS (f. 185 e 186).

A seu turno, não vieram aos autos provas de que o exercício da posse pelos requerentes torne conflituosas as relações mantidas com os trabalhadores rurais, sinalizando, ao menos em um juízo perfunctório, uma **exploração da propriedade favorável ao bem-estar social**.

4 – Por fim, o **receio de moléstia** se nos apresenta **justo** o quanto basta ao ensejo de concessão liminar da medida interdita. Consta do **boletim de ocorrência** lavrado em 5.6.2007 que os requeridos, forçados a desocupar fazenda vizinha, acamparam-se à margem de rodovia naquela região e **anunciaram** à autoridade policial a **intenção de invadir outro imóvel** (f. 224).

A **prova oral**, colhida sob o crivo do **contraditório**, corrobora a alegação de **violência iminente** à posse. Nesse sentido, o depoimento da testemunha:

“Tem conhecimento de apenas um grupo de sem-terras acampado próximo a Guimarães, mas não conhece nenhum de seus membros; nunca conversou com nenhum deles; ao lado do acampamento existe um barzinho onde servem uma piabinha frita e o depoente é frequentador dali, com sua família; numa de suas frequências, estando na mesa ao lado de dois sujeitos, o depoente ouviu deles, ao conversarem entre si, que planejam fazer uma invasão em Osmar Guimarães ou do finado José Emiliano; (...) ouviu esta conversa há aproximadamente noventa dias.”

(JOSÉ PEREIRA NUNES – f. 281-281).



Por convencido, então, sobre a existência de **indícios suficientes** a comprovar os respectivos pressupostos, **DEFIRO A CONCESSÃO LIMINAR DA ORDEM INTERDITAL**, ordenando aos requeridos que se **abstenham de praticar qualquer ato que importe turbação ou esbulho à posse exercida pelos requerentes sobre a FAZENDA CERRADÃO**, em **Guimarânia** (MG), sob pena de configurar **crime de desobediência**, além de incidir multa de **R\$100,00** (cem reais) por dia de descumprimento.

Depreque-se a expedição e cumprimento do **MANDADO PROIBITÓRIO**, assim como a **citação e intimação** do requerido nominado. Fica desde já **autorizada a requisição de força policial**, acaso necessária.

Comprovem os requerentes a publicação do edital (art. 232, II, do CPC).

Cientifiquem-se o Incra, o Iter e a PMMG do teor desta decisão.

Intimem-se as partes e o **Ministério Público**.

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2007. (Publicação Minas Gerais, 13.9.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Processo nº 0024.06.078.570-6

RYO MATSUURA, MARIA KOSIMA MATSUURA, SÉRGIO KENDI MATSUURA, LILIANE ESTEVES CARDOSO MATSUURA, HUMBERTO KEIJI MATSUURA, MIRNA IAMAMURA CARRARA MATSUURA, DALVA EIKO MATSUURA FRONTINI, CARLO OTÍLIO PAOLO FRONTINI, ALBERTO MATSUURA, MARLI CRISTINA OLIVEIRA MATSUURA e HORÁCIO MATSUURA aforaram AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO contra AFONSO CORREIA GONÇALVES, PARAZINHO DE TAL e GASPAS DE TAL, “líderes do MOVIMENTO DOS SEM-TERRA” (sic). Dizem-se possuidores das FAZENDAS RYO MATSU I, RYO MATSU II, RYO MATSU III, RYO MATSU IV e RYO MATSU VI, em Unai (MG), com área total 3.477,31 ha, sendo de seu conhecimento que os requeridos pretendem ocupar referidos imóveis, como vem acontecendo em fazendas vizinhas. Assim, têm por **justo o receio de iminente moléstia** à sua **posse**, pelo que pedem a **concessão liminar**, e sem audiência da parte contrária, da ordem interdital, a fim de obstar aos requeridos a prática de atos que importem **turbação** ou **esbulho** (f. 2-7). Juntam **documentos** (f. 9-120 e 145-440).

O **Ministério Público** é pelo **indeferimento** da concessão liminar (f. 124-127).

Determinada aos requerentes a comprovação, mediante **prova documental**, do cumprimento da **função social** da propriedade (f. 128-130).

Citados os requeridos nominados (f. 472, 474 e 475), encontrando-se **GASPAR DE TAL** em local ignorado.

Em **audiências** de 21.11.2006 e 13.12.2006, foram ouvidas **testemunhas**, ausentes os requeridos. Em curso ação de desapropriação da **FAZENDA RYO MATSU I**, de competência da **Justiça Federal**, **segue o processo exclusivamente com relação à posse dos demais imóveis** (f. 446-447 e 478-493).

O **Ministério Público** é pelo **deferimento** da concessão liminar (f. 192-196).

É o **relatório**.

Versam os autos, inequivocamente, sobre **conflito coletivo** estabelecido em torno da posse de imóvel rural de propriedade particular.

A matéria em questão desafia, como já observado na mais atualizada **doutrina** e mais competente **jurisprudência**, uma reflexão fundada prioritariamente em **preceitos constitucionais**, dentro daquilo que hoje já se conhece como o **movimento de constitucionalização do direito**.

Assim, as **exigências constitucionais** que dizem respeito ao **direito de propriedade**, direito inequivocamente **fundamental** – já não só de caráter individual, mas **social** – impõem uma leitura da lei civil sob as luzes e de acordo com a Constituição vigente. Nessa esteira, exsurge a questão da **função social da propriedade**, que, intrínseca ao **exercício do direito de propriedade**, salutarmente contamina o consectário da **posse** que lhe diga respeito.

Não há, pois, como discutir-se na atualidade qualquer questão possessória sem ferir, por natural, o atendimento ao requisito essencial da **função social**. Mais que rima, mostra-se como solução das questões possessórias que ocupam a Vara de Conflitos Agrários e parâmetro que norteia os debates possessórios.

Data venia a entendimentos contrários, mostra-se insubsistente qualquer argumento posto na perspectiva de que as **questões sociais** sejam matéria de polícia. Hoje, mais nunca, as questões sociais são de **responsabilidade** do **Estado**, por todos os seus **órgãos** constitutivos. Assim, a questão agrária, bem além de ser “problema do governo” (Poder Executivo), é também questão afeta ao Poder Judiciário.

Ora, a Constituição dispõe **regras** e, mais que regras, **princípios** que norteiam a vida dos cidadãos e orientam a **atuação do Poder Público**, seja por que **órgão** ou **função** for. Assim, diz-se que na propositura de um pleito possessório deva o autor declinar e comprovar que no exercício da sua posse preenche os **requisitos legais** que a Constituição sintetizou na expressão **função social**.

É certo, no entanto, que em ações como a presente não se mostra **razoável** exigir uma prova completa, exaustiva, desse requisito para o fim de atender ao pedido de concessão liminar. Mas isso não isenta o autor da ação em ao menos indicar que tal se dá.

Aqui, os requerentes pleiteiam a concessão liminar da **ordem interdital** para obstar qualquer ato dos requeridos que importe esbulho ou turbação da posse que exercem sobre os imóveis descritos na inicial. Em se tratando de



interdito proibitório, faz-se necessária a comprovação do **justo receio** de moléstia à posse, bem como da **iminência de turbação ou esbulho**. A par disso, a posse a que se pede proteção deve ser exercida em consonância com a sua **função social**, nos termos previstos na constituição e nas leis.

O cumprimento da **função social da propriedade**, tal como delineado no **art. 186, I a IV**, da CRFB, exterioriza-se, em última instância, como **posse qualificada** pelos **requisitos cumulativos** da **produtividade, utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente**, observância de **normas trabalhistas** e exploração conducente ao **bem-estar** de proprietários e trabalhadores, enfim, de toda a coletividade.

Com base nestes parâmetros, tenho por suficientes os indícios e provas produzidos pelos requerentes, ao menos em um **juízo de cognição sumária** em que se processa a análise da tutela de urgência pleiteada.

As **notas fiscais** de compra e venda de mercadorias agrícolas (f. 40-43, 55-59 e 73-120), bem como os contratos de **arrendamento rural** para a exploração de **agricultura**, com cultivo de café, soja, milho, feijão, algodão e sementes de capim (f. 35-39, 50-54, 66-71 e 90-92), indicam que os requerentes, de forma direta ou indireta, vêm exercendo posse sobre os imóveis e, mais, respaldam o alegado **cumprimento da função social da propriedade** em seu aspecto de **produtividade e aproveitamento econômico adequado**.

À margem das certidões das matrículas imobiliárias (f. 23-34, 44-49, 60-65 e 82-89), encontram-se **averbadas** as áreas de **reserva legal** (**art. 16, § 8º da Lei nº 4.771/65**). Comprovam os requerentes a titularidade, até 2004, do **direito de uso de águas públicas** estaduais (f. 214 e 226-228). Evidenciado, pois, ao menos em um **sentido formal**, o exercício da posse em cumprimento ao aspecto da **preservação do meio ambiente e utilização adequada dos recursos naturais disponíveis**.

Invocam os requerentes, possuidores indiretos, a impossibilidade de comprovar a regularidade das **relações trabalhistas**, vez que mantidas exclusivamente com os arrendatários. Olvidam-se, contudo, de que não se desoneram de produzir tal prova pelo só fato da transferência da posse direta a terceiros, vez que mero negócio jurídico de direito privado não tem o condão de afastar exigência de matriz constitucional que, demais disso, não excepciona qualquer qualidade de posse. Ainda é bom lembrar que a **fiscalização da prática adequada das relações trabalhistas** é hoje imperioso dever do proprietário arrendante. Isso não obstante, sem prejuízo do quanto venha a ser comprovado na fase de instrução do feito, tenho por **indícios de regularidade das relações de emprego** as certidões de distribuição de reclamações trabalhistas (f. 169-177), suficientes a justificar, ao menos em **fase liminar**, tal aspecto da posse dos requerentes.

A seu turno, o **receio de moléstia** se nos apresenta **justo** o quanto basta ao ensejo de concessão liminar da medida interdital. **Confirmam as testemunhas Olímpio Antunes Ribeiro Neto e Alberto Correia Gonçalves** que, de fato, correm notícias de ameaça de ocupação de fazendas na região, lideradas pelo primeiro requerido. Informam, até, que consumada a ocupação de fazenda vizinha, onde os requeridos se encontram acampados, sendo, pois, efetivamente **temível** a ocorrência de **iminente turbação ou esbulho** (f. 478-480).

Consigno, por fim, e lamentando profundamente, que os requeridos, embora **regularmente citados** (f. 474 e 476), não se dignaram a **comparecer** à audiência ou tampouco **justificaram a ausência**, pelo que se considera desde já **deserta**, à míngua de qualquer manifestação anterior, eventual impugnação dos requeridos aos atos praticados naquela oportunidade.

Por convencido, então, sobre a existência de **indícios suficientes** a comprovar os respectivos pressupostos, **DEFIRO A CONCESSÃO LIMINAR DA ORDEM INTERDITAL**, ordenando aos requeridos que se **abstenham de praticar qualquer ato que importe turbação ou esbulho à posse exercida pelos requerentes sobre as FAZENDAS RYO MATSUO II, III, IV e VI**, sob pena de se configurar **crime de desobediência**, além de pagar multa de R\$100,00 (cem reais) por dia de desobediência.

Depreque-se a expedição e o cumprimento do **MANDADO PROIBITÓRIO**.

Cite-se por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, o requerido Gaspar de Tal (art. 232, I e art. 231, II, do CPC).

Retifique-se na distribuição o nome do requerido designado como **Parazinho de Tal** (f. 476).

Em curso normal, está aberto o prazo de **contestação**.



Cientifiquem-se o Incra, o Iter e a PMMG do teor desta decisão.

Intimem-se as partes e o **Ministério Público**.

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2007. (Publicação Minas Gerais, 24.1.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Processo no 0024.07.485.096-7 (TJMG – AI no 1.0024.03.059797-5/001)

SOUZA CRUZ S.A. aforou **AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO** contra **LIGA DOS CAMPONESES POBRES**, “na pessoa dos líderes/integrantes” **EUFLÁSIO ALVES DOS SANTOS** e **JOÃO BATISTA FERREIRA**; e **requeridos incertos ou desconhecidos**. Diz-se **proprietária e possuidora** do imóvel rural **FAZENDA BURITI DA PRATA**, em Prata (MG), com área de **2.833,93,13 ha**, onde exerce o **plantio de florestas renováveis** para a produção de lenha. Alega que o imóvel é **produtivo** e que a exploração atende à **legislação ambiental**. Receia a **perda iminente da posse**, ao argumento de se tratar de região palco de recentes conflitos possessórios, existindo acampamentos de sem-terra em torno do imóvel. Acrescenta ser notório o fato de que as invasões se intensificariam a partir de **abril de 2007**. Pede desde a **concessão liminar** à ordem interdital (f. 2-12). Junta **documentos** (f. 13-60 e 72-205).

O **Ministério Público** é pela **justificação e tentativa de conciliação** (f. 207-208), **audiência** realizada em **23.5.2007**, ausentes os requeridos, com substituição dos indicados como líderes do movimento (f. 244-245).

Citação pessoal (f. 283) e ficta (f. 265, 279-281).

Em audiência de **5.7.2007**, novamente ausentes os requeridos, foram ouvidas duas testemunhas (f. 299-303).

O **Incra** informa **inexistir procedimento administrativo** com relação ao imóvel e não ter interesse na sua obtenção (f. 310).

A requerente reitera o pedido de **concessão** da ordem (f. 314-317).

O **Ministério Público** é pela **negativa** (f. 319-324).

É o **relatório**.

Os requerentes pleiteiam a **concessão liminar** da ordem **interdital** para obstar qualquer ato dos requeridos que importe **esbulho** ou **turbação** da posse que exerce sobre o imóvel descrito na inicial.

Em se tratando de **INTERDITO PROIBITÓRIO**, faz-se imperiosa a comprovação do **justo receio** de moléstia à posse, bem como da **iminência** de turbação ou esbulho. A par disso, a posse a que se pede proteção deve ser exercida em consonância com a sua **função social**, nos termos previstos na Constituição.

O cumprimento da **função social da propriedade**, tal como delineado no **art. 186, I a IV**, da CRFB, exterioriza-se, em última instância, como **posse qualificada** pelos **requisitos cumulativos** da **produtividade**, **utilização adequada dos recursos naturais** e **preservação do meio ambiente**, observância de **normas trabalhistas** e exploração conducente ao **bem-estar** de proprietários e trabalhadores.

Relativamente à **função social**, tenho por **suficientes** os **indícios** e **provas** produzidos pela requerente, ao menos em um **juízo de cognição sumária** em que se processa a análise da **tutela de urgência** pleiteada.

As declarações de produtor rural (f. 37-42) comprovam a **produção** de lenha em 1.702,00 ha do imóvel. À margem do respectivo registro, encontram-se averbados a área de **reserva legal** e os termos de compromisso de **execução e preservação florestal**, celebrados com o Ibama (f. 26-27). Há indícios do cumprimento das **normas trabalhistas**, consistentes em fichas de **registro de empregados** e guias de recolhimento de **contribuição social** e **FGTS** (f. 144-157). Nada veio aos autos que sinalizasse exploração desfavorável ao bem-estar.

Isso não obstante, a seu turno, o **receio de moléstia não** se me apresentou **justo** o **quanto baste** a possibilitar a concessão liminar da medida interdital.

Com efeito, a **ameaça** de turbação ou esbulho não vai além de **mera alegação**, não corroborada por qualquer indício ou prova. Nem sequer existe **relato** da prática de **atos concretos preparatórios** de eventual invasão, vindo a inicial desacompanhada de boletim de ocorrência, como mesmo aponta o **Ministério Público** (f. 319-324).

Para que se apresente justo o receio, não bastam as **matérias jornalísticas** que vaticinam a intensificação de invasões durante o famigerado “Abril Vermelho” (f. 33 e 36). Até aqui, entrado já o mês de agosto, nenhum ato concreto e potencialmente ofensivo à posse da requerente foi praticado.

A requerente traz à baila os episódios da invasão da Fazenda Aracruz Celulose e do Congresso Nacional, ocorridos em 2006, em São Paulo e no Distrito Federal (f. 44-54). A alegação de receio, assentada em fatos a tal **distância no tempo e no espaço**, possui **alto grau de abstração**.

Conquanto não se desconheça a atuação dos movimentos sociais na região, a **mera presença** do movimento requerido nas imediações do imóvel não se revelou fundamento idôneo a justificar o temor de ameaça iminente. A tal propósito, extrai-se dos depoimentos das **testemunhas**:

“Quanto a uma possível invasão da fazenda por movimentos sociais, o declarante só sabe dizer pelo que viu na mídia e pelo coordenador da fazenda. O próprio declarante não ouviu de nenhum membro do movimento social notícia de que invadiria a fazenda, mas o coordenador colheu informações, seja no Sindicato de Prata, seja com os proprietários vizinhos da fazenda. Tem conhecimento da existência de um movimento social denominado Liga dos Camponeses Pobres, e sabe dizer que eles estão acampados na fazenda Douradinho, só conhecendo a atual localização do acampamento nesta mesma fazenda, por meio de mapa. Não conhece a Fazenda Rio das Pedras. Não tem conhecimento de que a LCP já tenha estado nessa fazenda. Não sabe precisar o tempo que os trabalhadores estiveram na fazenda Douradinho, muito menos se houve transferência do acampamento ali dentro. (...) Que não sabe onde se localizam as fazendas Canhambola, Vertente do Rio Tejuco e Douradinho, conquanto não tenha visitado todas elas, sendo que não sabe se alguma delas é vizinha do imóvel da requerente. (...) Conquanto haja indícios, atos concretos, porém, não são de conhecimento do declarante como praticados pelos movimentos sociais para a invasão da Fazenda Buriti da Prata.” (Depoimento de EDSON HERALDO DIRGON – f. 302-303).

“A ocupação mais próxima que já aconteceu da fazenda da requerente se deu a 20 km em estrada ou 10 km em linha reta. Como a fazenda da requerente é cortada por uma via municipal, ali transitam várias pessoas, dentre elas componentes dos movimentos dos sem-terra, mas não necessariamente porque estejam rondando a fazenda. O declarante acredita que os membros dos movimentos passem ali apenas como transeuntes, mas não pode afirmar isto com certeza.” (ANDRÉ APARECIDO DE FREITAS ROSA – f. 300-301).

Por convencido, então, sobre a **inexistência** de **indícios suficientes** a comprovar os respectivos pressupostos, **INDEFIRO A CONCESSÃO LIMINAR DA ORDEM INTERDITAL**.

Em curso normal, está aberto o prazo de **contestação**.

Intimem-se as partes e o **Ministério Público**.

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2007. (Publicação Minas Gerais, 17.8.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito



SENTENÇAS

[Aqui apresentamos as sentenças exaradas na Vara de Conflitos Agrários, cuja composição estruturou-se, fundamentalmente, da seguinte forma:

I – RELATÓRIO

II – FUNDAMENTAÇÃO

- 1 – Considerações Preliminares Gerais
- 2 – Estabelecendo os Limites da Lide
- 3 – O Caso na Especialidade

III – DISPOSITIVO

Na FUNDAMENTAÇÃO, o conteúdo das Considerações Preliminares Gerais (1) e de Estabelecendo os Limites da Lide (2) mantiveram-se, com algumas poucas alterações, basicamente o mesmo em todas as sentenças, pelo que entendemos de apresentar aqui a versão derradeira logo de plano, seguindo-se dos casos concretos, cujas decisões são transcritas com omissão dos dois referidos itens].

Comarca de Belo Horizonte
Processo nº 0024.0
Ação: Interdito / Manutenção / Reintegração
Origem:
Requerente:
Requerido:
Imóvel: Fazenda

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

II – FUNDAMENTAÇÃO

1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES GERAIS

Por quão peculiar a matéria em trâmite nesta especialíssima Vara dos Conflitos Coletivos Agrários, afigura-se-nos bastante, embora alongando no esforço, e mesmo que desconsiderados pelo eventual leitor volvido apenas para o dispositivo (se insatisfeito buscará na fundamentação o quanto discorda), adiantar algumas considerações um tanto teóricas – que não chegam ao dogmatismo – para, de alguma forma, suavizar o peso da “*cruz antropológica da decisão*”.¹

O desafio é encontrar uma solução de direito responsivo para desenvolver a capacidade de resolver o problema,² assim mantendo-se este juízo singular à altura do quanto o tempo presente provoca. É o que observamos na matéria, em que muito se diverge e pouco se discute.

A temática enseja, no âmbito que alcança – um conflito nitidamente social –, uma reflexão em sede da Sociologia do Direito (“*articulações do direito com as condições e as estruturas sociais em que opera*”), marcadamente naquele aspecto fundamental da polarização dos defensores do direito como variável dependente (passivo) versus os defensores do direito como variável independente (ativo).³ E como um elemento problematizante, em acréscimo, eis o fato de não se estar diante de uma construção jurídica informal ou não oficial do direito, centrada numa coletividade social periférica que envolve, mas põem-se em digladio classes sociais bem distintas e distinguíveis, seja no plano histórico e político, como no sociológico, existencial, real.

Ainda antes de tudo, põe-se em causa a leitura dos contornos indesviáveis do Estado Moderno, reconhecido ou não, e para o qual concorrem as realidades postas, no desafio, sobretudo, de um novo perfil – para ser eficiente – da Administração Pública lato sensu.⁴

Fenômeno sociológico inegável, a invasão/ocupação/tomada, é dado da faticidade posto à análise a que se mostra ineficiente o positivismo jurídico clássico.⁵ No entanto, não se prestam, no radicalismo ideológico industrializado, o relativismo e o subjetivismo elevados a critério absoluto para a solução do litígio criado. E mais: há de haver uma percepção atual, contemporânea do problema.⁶

1 – Cfr. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Entre a justiça e a prudência: uma carta para o Centro de Estudos Judiciários*, in Revista do Ceej, [Lisboa]: Centro de Estudos Judiciários, 1º semestre 2006, nº 4 (número especial), p. 7.

2 – Cfr. NONET, Philippe, SELZNIK, Philip. *Law e society in transition*, New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 2001 (1978), p. 16.

3 – Cfr. SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução à sociologia da administração da justiça*, in Direito e Justiça: a função social do Judiciário, org. José Eduardo de Faria, São Paulo: Editora Ática, 1989, Série Fundamentos, vol. 48, p. 40.

4 – Cfr. SUORDEM, Fernando Paulo da Silva. *O princípio da separação de poderes e os novos movimentos sociais. A Administração Pública no Estado Moderno: entre as exigências de liberdade e organização*, Coimbra: Almedina, 1995, 476p.

5 – “De qualquer forma, o positivismo crítico, ou pós-positivismo, ou positivismo inclusivo, hoje, submete o texto da lei ao filtro dos princípios materiais de justiça e dos direitos fundamentais positivados” (LAMY, Marcelo. *Jurisdição no estado constitucional*, in Escola Superior de Direito Constitucional (Esdc) – EAD (Educação a Distância), Curso Fundamentos do Processo Civil, Parte 1, 2008, p. 6 – grifo nosso).

6 – “... não se pode esquecer da função social da posse, que é digna de proteção jurisdicional. Nos dias de hoje é preciso ver a posse como um direito que, muitas vezes, estará em posição de ataque, e não de defesa, em relação à propriedade. É chegada a hora de o jurista abandonar os exemplos tradicionalmente empregados, mas que muitas vezes são impossíveis de se verificar na prática, para examinar casos concretos, ou que podem acontecer na prática. Não se pode mais aceitar a utilização apenas dos exemplos maniqueístas, envolvendo relações simples, individuais, entre Caio e Tício. É certo que não há maior dificuldade em resolver um caso em que Fulano invade um imóvel pertencente a Beltrano, esbulhando sua posse, e vindo este último a postular tutela jurisdicional para seu direito. A solução do problema, porém, não seria tão fácil se a invasão do imóvel fosse feita por um grupo de ‘sem-terras’, num caso em que o imóvel invadido fosse um dos tantos latifúndios improdutivos espalhados pelo Brasil. É num caso como este que deve o jurista examinar qual dos dois interesses deve ser tutelado: a posse, exercida conforme a sua função social; ou a propriedade, que não cumpre tal função, desrespeitando o comando constitucional que estabelece ser a função social da propriedade uma garantia fundamental (art. 5º, XXIII, da Constituição da República).” (CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil*, 6ª ed., rev. e atual. segundo o Código Civil de 2002, Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2004, vol. III, Cap. XXIII, §1º, p. 385).



Nesse diapasão, ação **irresponsável** e **caprichosa** é a de movimentos que adotam a postura do **agir por agir**, buscando **marcar presença midiática** ao arrepio de qualquer direito (fundamental) alheio. À **desarticulação** e **desorganização** tentam camuflá-la como **questão de ordem** de uma **estrutura interna** (e respectiva **estratégia**, forjada a partir do nada). Empunhando a **bandeira** da **falta** de propriedade, a luta assim estampada adquire cariz **contrário** à propriedade; seus **argumentos falaciosos** não encontram suporte em qualquer **elemento fático** ou **legal**, menos ainda se justificando **moralmente**. A **anarquia** que se vê no **abuso de direito** de **liberdade de ação**⁷ **compromete** e **desacredita** a **luta** de tantos outros movimentos que se esforçam em construir um **novo modelo agrário** para o Brasil. A **conflituosidade**, na espécie, radica no **caráter acintoso** da atitude do movimento social, assim como tal visto pelo desapossado. Isso mais se evidencia naqueles imóveis cujo atendimento aos **pressupostos elementares** da **função social** é **evidente** e **provável**. É que nesses casos – modo geral –, os movimentos sociais não se assessoram da **melhor orientação** na escolha de áreas de **invasão/ocupação/tomada**.

Prosseguindo no plano do **radicalismo**, em nada contribui a atitude dos **possuidores** (muitas vezes coincidentemente proprietários) de vastas ou pequenas áreas que se encastelam na tese de que os **sem-terra** são todos um **bando de desocupados** e **oportunistas**. Nesse ambiente, justificam-se na manutenção do **preconceito** e na ideia **egoísta** de detenção da terra, fundados apenas na falida **tradição pela tradição**. E para o confronto se armam de **estrutura miliciana privada**, sequer acatando a estrutura estatal, que, a bem da verdade, por vezes é lerda na presteza de sua atuação, embora assim também se mostre na fiscalização da **improdutividade**, do **abandono** de imóveis rurais e dos **desmandos** de seus **prepotentes** proprietários/possuidores.

É habitual, por **razoável**, pontuar-se a **análise** e o debate a partir de uma perspectiva **focada na propriedade**,^{8,9} exibindo as informações quanto à **evolução do seu conceito**, até encontrar a sua realização operada na **realidade brasileira** (propriedade pública absoluta da Monarquia Portuguesa), desde **tempos imemoriais**, cravados na **vivência lusitana**, perpassando séculos, ao sabor **alfonsino** (1446), **manuelino** (1521) ou **filipino** (1603), enfim, transitando na **história do sesmariamento**¹⁰, etc. Disso não nos ocupamos, dispensável que se nos afigura nesta seara, cujo enfoque buscará a **vivência possessória**, socorrendo-nos da propriedade no quanto se mostre mesmo viés **imprescindível** (e sempre muito será).^{11 12}

Não prevalece, isso é sabido de há muito, aquela **concepção essencialmente individualista**, típica das **correntes liberais**, segundo a qual a ação do **indivíduo**, primada na **liberdade** (quase absoluta), prescreve uma **mínima esfera** de **intervenção coercitiva** do **Estado**. Mercê disso, tanto o proprietário ou possuidor deliberam, com **exclusividade**, como **utilizar** o bem (inclusive **não utilizá-lo**); de outro lado, ainda em sede de uma concepção ultrapassada, eivada de uma primária visão liberal (clássica), manifesta-se em **perspectiva abusiva inversa** aquela que defende a ação de indivíduo ou de grupo que, pela **violência** do **inopino**, da **surpresa** e do exclusivo **arbítrio**, insere-se num espaço físico que não lhe pertence nem constitui objeto de apropriação pública, nos trilhos do **devido processo legal**.

Justapostos o mundo do Direito (juridicidade) e a **realidade social**, desta **inter-relação** exsurge a **dinamicidade** do Direito. Nesse quadro, curiosamente, não raro nos deparamos não só com um **conflito socialmente posto** à vista de **posições efetivas, factuais, diametralmente opostas**, em **sentido igual** e **contrário**, mas vemos afirmar-se

7 – STF – Pleno – ADI-MC nº 2.213-DF – Distrito Federal – Rel. Min. CELSO DE MELLO – j. 4.4.2002 – publ. DJ 23.4.2002 – p. 00007 – Ementário vol. 02148-02 – p. 00296.
8 – Cfr. MOTTA, Maria Clara Mello. **O conceito constitucional de propriedade: tradição ou mudança?** (Estudo Comparado das Constituições de 1824, 1946 e 1988), Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997, 218p.; SMITH, Roberto. **Propriedade da terra & transição: estudo da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil**, São Paulo: Brasiliense, Programa Nacional do Centenário da República e Bicentenário da Inconfidência Mineira e CNPq, 1990, 362p.
9 – Para um **aprofundado estudo** sobre a propriedade, por todos, cfr. PERLINGIERI, Pietro. **Introduzione alla problematica della "proprietà"**, Camerino: Jovene, 1971, (Série Università degli Studi di Camerino, Scuola di Perfezionamento in Diritto Civile, Lezioni raccolte da Pietro Perlingieri, nº 1), 203p.
10 – Sobre **sesmarias**, cfr. PORTO, José da Costa. **Estudo sobre o sistema sesmariar**, Recife, 1965, 201 p. Apenas fazendo mercê a um **informe histórico** (cfr. BORGES, Marieta. **Fernando de Noronha – cinco séculos de história**, 2007), o arquipélago de Fernando de Noronha foi a primeira capitania hereditária no Brasil, ainda antes de ser adotado esse sistema de ocupação em larga escala, tendo sido confiada ao donatário FERNÃO DE LORONHA, "**principal figura da Sociedade de Cristãos Novos na então colônia portuguesa. Ele recebeu a doação em 16 de janeiro de 1504, mas diferentemente do que se chegou a crer, nunca esteve no arquipélago**" (O Globo, 5 de janeiro de 2008, Caderno Ciência, p. 27).
11 – A propósito, são lições que se colhem em Ruy Barbosa, sempre amparado na doutrina e jurisprudência norte-americanas: (...) Acabemos, pois, de uma vez com o equívoco, definindo a verdadeira doutrina americana, que é a nossa. Uma questão pode ser distintamente política, altamente política, segundo alguns, até puramente fora dos domínios da justiça, e, contudo, em revestindo a forma de um pleito, estar na competência dos tribunais, desde que o ato, executivo, ou legislativo, contra o qual se demande, fira a Constituição, lesando ou negando um direito nela consagrado. (...) (BARBOSA, Ruy. **O direito do Amazonas ao Acre setentrional**, in Obras Completas de Rui Barbosa, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983, vol. XXXVII, t. V (1910), p.129). (...) Certo, dos casos meramente políticos não julga[m] os tribunais. Mas o caso cessa de ser meramente político, desde que nele se envolvem direitos legais de uma pessoa, de caráter privado ou público, judicialmente articulado contra outra. Porque meramente político é só o caso, em que um dos poderes do Estado exerce uma função de todo o ponto discricionária; não se pode ter como discricionária uma função que encontra limites expressos em um direito legalmente definido. (...) (BARBOSA, Ruy. Memória sobre a eleição presidencial, in Obras Completas de Rui Barbosa, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1971, vol. XXXVII, t. II (1910), p. 47). Cfr., ainda, do mesmo Ruy Barbosa, Os actos inconstitucionales do Congresso e do Executivo ante a Justiça Federal, Capital Federal (Rio de Janeiro): Companhia Impressora, 1893, p. 144.
12 – No sentido específico das **ações possessórias**, cfr. DRESCH, Renato Luis. **A repercussão da função social da propriedade nas ações possessórias**, in A Lei Agrária Nova, org. Lucas Abreu Barroso et alii, Curitiba: Juruá, 2006, vol. 1, p. 87-118.





cada **polo** da discórdia com indicação ou **respaldo normativo**. Daí é que se evidencia para o jurista – operador do Direito – um **conflito de comandos normativos** ao oferecer para a espécie **soluções antagônicas**.

Assim, pois, aquele **conflito de natureza fenomenológica** então posto à análise e solução **transcende** da sua realidade e passa a figurar como um **desafio**, também, de **caráter legal positivo** e **dogmático**. E como num rosário de **especulações** e profundas **reflexões**, traz por contas e mistérios profundos **debates** no campo **filosófico aplicado**.

Tratar a **questão possessória**, especialmente aquela que toca ao debate **ideológico** e ao confronto de **atitudes concretas** de movimentos sociais organizados, como uma **simpplória situação judicial**, cuja **solução** repousa também em **simples procedimento** de **mera subsunção**, é mesmo uma postura **alienada**, **covarde** ou de deliberada **ignorância**.

No campo da **dogmática** e da **hermenêutica possessória** – seja do direito **material** ou **processual** –, não se há mais que proceder com um **automatismo**, crente na facilidade que ao **ingênuo** se afigura na **elementar conjunção** de um **fato** descrito como um **dizer legal** (aparentemente óbvio).

Eis que o dispositivo do CPC, art. 927, ao arrolar a prova da “**posse**” como **pressuposto** à concessão de **proteção interdital judicial** (e até mesmo do **desforço imediato**), é **típico dispositivo** de **conteúdo aberto** ao **conceito** que lhe empreste o **tempo presente**. E o **Direito**, como as **instituições** outras e a **sociedade** por primeiro, **mudou**, **evoluiu**. As **relações sociais** de agora já não se estabelecem como as do início do século passado e nem se podem pretender iguais para daqui a décadas. Porque a **norma** na sua **generalidade não predetermina** completamente o **ato de aplicação**; o dizer de um dispositivo legal dever ser **pensado** e **contextualizado**, assim à luz dos ditames de seu **tempo**, o **tempo presente**, indene de **preconceitos calcificantes**.¹³ Exemplo disso é o complexo de **símbolos gráficos lexicais** da **bicentenária Constituição dos Estados Unidos da América do Norte**, de 1797. As **palavras** continuam as **mesmas**, mantidas as suas **funções gramaticais** e **sintáticas**, embora o **conteúdo** de seus **comandos** se tenham **engrandecido** na diuturna aplicação judicial, como atesta a **quilométrica jurisprudência** naquele solo construída (e em construção).

Na busca de uma chamada **democracia substantiva**, há um **estímulo** ao **Poder Judiciário** (por seus atores), a se **empolgar**, nas situações, como **protagonistas** do **cenário político**. Ao debate sobre o sistema judicial tem-se denominado **judicialização da política** e **politização do Judiciário**.¹⁴ O **constitucionalismo democrático** pode-se dizer como a resposta a um **positivismo jurídico liberal** no domínio do **racionalismo** das **decisões judiciais**. Houve, observa-se, uma **modificação** no **permanente** processo – sempre **evolutivo** – do **pensamento jurídico** em aprimoramento a caminho da almejada **justiça**. Se num **momento histórico** definido pelas **revoluções liberais** foi importante **vigiar** e **atrelar** o **Judiciário**, tão viciado que viu sob o **Ancien Régime**, ensejando a **implantação** de um modelo de **integração** e **aplicação** do Direito (**positivismo jurídico**), já sob o calor das **grandes guerras** da primeira metade do século XX, o imperativo foi outro. Já então o **modelo político** se assentara na regra das maiorias parlamentares, e o resultado sanguinolento desafiou um **novo modelo**, voltado para assegurar direitos mínimos a todos (**constitucionalismo democrático**). Só então passa o Judiciário a perceber sua ativa e nobre função de guarda desses direitos “maiores” e fundamentais; não lhe basta mais a função de mero aplicador de leis, mantenedor de um *status quo* iminentemente liberal (acepção clássica).

Ora, se a **noção** mesma do **Direito** e dos **direitos** se **expande**, num mundo que experimenta **profundas e rápidas modificações**, a ponto de mostrar-se essencial na **regulação** de todo **processo social**, ao **Judiciário** passa a ser exigida uma manifestação permanente de **lucidez** e **capacidade de resposta** aos naturais conflitos que emergiram no bojo dessa **modernidade**. À **ausência** da **resposta pronta** e **engessada** do **normativismo hermético** que o **positivismo jurídico** engenhou, ao Judiciário houve de se reconhecer um mais **largo espaço** de **discrecionariade**. Mas não a **discrecionariade infundada**, pelo contrário, uma **discrecionariade constitucional**, sobretudo **democrática**, o que **legitima** esta nova **postura ativa** do Poder Judiciário. E nossos **tribunais superiores** já se têm investido dessa **responsabilidade**, preparando-se e praticando uma **concepção** de **vanguarda**.

13 – Cfr. OST, François. *O Tempo do Direito* (Le Temps du Droit), Lisboa: Instituto Piaget, 1999, 442p.

14 – Cfr. WERNECK VIANNA, Luiz *et. alii*. *Judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, 232p.; RIBEIRO, Hélcio. *Justiça e democracia: judicialização da política e controle externo da magistratura*, Porto Alegre: Síntese, 2001, 186p.





A nossa já vintenária **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88)** não se furtou aos ares do **contemporâneo**. Forjada sob orientação de **atualizada doutrina**, sob os auspícios do quanto de **moderno** se pode haurir no **constitucionalismo moderno**, adotou o chamado **modelo aberto**, a clamar pela **integração** a partir do **farto corpo de princípios** que encerra. Uma **constituição dirigente** que prestigia o **modelo de democracia participativa**, sensível ao **declínio** que se anuncia do **modelo representativo**, tão afeto à **corrupção**. É daí a **legitimidade democrática** de atuação do **moderno Judiciário**. As **razões de decidir** não mais se prendem em **estreitos espalhos** do achado de uma **leitura meramente positivista**; a **Sociologia**, a **História**, a **Política**, a **Antropologia**, a **Economia**, dentre outras ciências ou ramos do saber, estão presentes e à **disposição do julgador** que deles não mais se pode furtar de considerar.

Da questão, na **generalidade**, passamos à **especialidade**, tocando os **direitos sociais** presentes nas denominadas **controvérsias de classe**.

1.1 – Dos conflitos sociais e de sua composição

Por **equivoco** toma-se, no **plano conceitual**, “**tradição**” opondo-se a “**mudança**”, quando haveria de se ter aquela como uma **fonte renovável** na vida de uma **instituição**, de um **grupo** ou de uma **pessoa**. No **Direito**, a **tradição não se fossiliza** em **ciência social aplicada**; pelo contrário, ensina a tradição que a **vanguarda** dos acontecimentos e das concepções cunha o friso por onde, adiante, palmilhará a ciência da **fixação**, a ordem de **consolidação**. O **Direito** é de **permanente construção** na **mutabilidade** dos fatos e de **experiência social**, e na sua aparente imutabilidade só mesmo apresenta-se sólido como tudo que se desmancha no ar. Ele é, além do **dever ser**, o **devenir**. É pensado ser na **doutrina avançada** e **vanguardista**, mas transformado pela **jurisprudência de sensibilidade**. Diante do Direito há **estabilidade**, jamais **acomodação**; direitos não são **ignorados** ou **desrespeitados**, são permanentemente **questionados**. E são **estímulos** de **ordem não jurídica**, como aspectos de sua **problematicidade sociológica, axiológica, crítico-cultural e funcional** (para ficar naquelas de que se vale CASTANHEIRA NEVES em suas incursões sobre a **autonomia do Direito** e o problema da **juridicidade**),¹⁵ enfim, são **informações extrajurídicas** que nos desafiam a pensar o Direito **evolutivamente** (o que não importa em imperiosas **mudanças estruturais**, mas em **atualização** da ótica e da leitura).

No **processo evolutivo** da **concepção de Estado**, com marco no **ocidente**, verificou-se, sobretudo a partir do chamado **welfare state**, uma sensível modificação na **perspectiva estrutural** da **organização da sociedade**. O **princípio da separação** ou **divisão do poder**, neste processo, terá sido o mais alterado, sofrendo, no curso da História, **releituras** constantes. É nesse diapasão que o Legislativo hipertrofiou-se ao clamar para si tarefas tantas que findou por **abdicar** de algumas de suas responsabilidades (*overload*), então **recambiadas** aos demais poderes (assim chamados). No quanto coube ao **Executivo** assumir algumas dessas funções, resultou na figura do **Estado Administrativo**, também insuficiente no atendimento da demanda, mais ainda porque representou a sua repressão pelo fenômeno do **burocratismo**. Resultado: uma forte **desilusão** e **desconfiança**, seja quanto à **eficiência**, seja quanto à **capacidade** do Legislativo e Executivo de responderem aos **anseios sociais** sempre crescentes. De uma proposta radicada no **bem-estar social**, surgiu um **paradoxo** de **abandono social**. Ficassem por aí os nefastos efeitos desse “abandono institucional” da sociedade, que certamente gerou um sentimento de **infelicidade** generalizado, pôs em causa a **legitimação democrática**. Os chamados **poderes políticos**, de suporte **eletivo**, já não conseguem deixar claro, pela atuação dos representantes, aquele originário **liame presumível** entre eleitores e eleitos. O **vácuo** resultante de toda essa **crise**, em apertada epítome posta, representa a chamada à cena do **Judiciário**. Com isso, **aumentaram** as suas **funções** e conseqüentemente as suas **responsabilidades**, já agora muito mais convocado pelo cidadão a vir contribuir para resolver as graves **aflições sociais**.¹⁶

Cabe aqui algum registro acerca da chamada **criatividade judicial**, envolvida com a concepção de um **Direito Judicial**, este que surge reconhecido como ocupando o espaço das **vicissitudes** tais reveladas nos parágrafos acima.

15 – Cfr. NEVES, António Castanheira. *O problema da autonomia do Direito no actual problema da juridicidade*, in *O Homem e o Tempo – Liber Amicorum* para Miguel Baptista Pereira, coord. J. A. Pinto Ribeiro, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1999, p. 88-114.

16 – Cfr. Sobre todo o processo: CAPPELLETTI, Mauro. *Juizes Legisladores? (Giudici Legislatori?)*, trad. Carlos Alberto Álvaro de Oliveira, Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor, 1993, segunda parte, nº 8 e 9, p. 43-60.





A busca de um **conceito de criatividade** remete-nos a **reflexões** que se podem **compartimentar**, embora constituam um **bloco**, um **todo sistemático** que deságua naquilo que se pode denominar **Direito Judicial**.

A **criação do Direito** é tema que ocupa vários ramos do saber, em especial a **Teoria do Direito**, a **Filosofia do Direito**, a **Sociologia Jurídica** e a **Antropologia Jurídica**.¹⁷ Há que se identificar que o direito não se constrói, em absoluto, na **exclusividade**, na **forma estatal**, mesmo em se considerando o **sofisticado espaço de convivência social** dos tempos que correm, mormente nas **sociedades organizadas**. Se se toma o direito como **realidade relacional**, natural que **emerja** das relações sociais a **despeito** de qualquer **interveniência normativa formalista**.

Dinâmico, o Direito desafia, mesmo do **Estado**, uma **pronta resposta institucional** à sua **formulação**. Creu-se, por algum tempo, marcadamente a partir das **revoluções liberais** do **século XVIII**, na organização estatal fundada num **direito reconhecido** e **formulado apenas** pelo **órgão legislativo**, bastando-se o Judiciário em **declarar** aquilo que a lei dissesse, quando à presença de um **fato social qualquer porventura polêmico (litigioso)**.

A **realidade na vivência** do Direito, com os **desafios** cada vez maiores e **típicos da atualidade**, à vista mesmo de **relações sociais** cada vez mais **complexas**, envolvendo, dentre outros elementos de influência, a **tecnologia**, fez surgir **problemas novos** postos à prova do Estado. Embora **inéditas**, tais situações merecem **“subsunção”**. O chamado **aplicador da lei**, o **Judiciário**, há de dar **resposta** a tudo que se lhe é posto à apreciação; em caso algum se **omitirá**, à vista do **direito fundamental de ação**, típico já de um **Estado Democrático de Direito**. Sobretudo nessas ocasiões surge o espaço de exercício daquilo que se passou a designar por **“criatividade judicial”**, a qual pode assumir um tom **positivo** ou **pejorativo**.

Alguns a **defendem** como a **melhor expressão de realizar** o **Direito** pelo Poder Judiciário a partir de uma **aguçada** e **sensível leitura crítica** das **leis** ou **normas** de qualquer natureza, bem como das **instituições jurídicas**. Nesse passo a chamada **“Jurisprudência Sociológica”**, que **não se coaduna** com o **radicalismo** do **“Realismo Jurídico norte-americano”**.

Há os que temem e **atacam** a chamada **criatividade** com o **receio** de se tornarem os julgadores típicos **ditadores**. O âmbito **interpretativo**, por vezes **contra legem**, pode ensejar uma **atuação desmedida** do julgador, instigando-o a, sempre, buscar **soluções extrajurídicas** ao fato jurígeno, ir para muito **além** ou **aquém** da **lei**, para, alfim, instaurar-se a **ditadura do Judiciário**. Noutras palavras, teme-se a **desestabilização social** diante de possibilidades sempre múltiplas de interpretação judicial acerca de **regras legislativas aceitas** porque postas evidentes pelos **órgãos eleitos** para tanto. A resposta do **Direito**, neste particular, ou de acordo com os que não apreciam a criatividade, deve sempre guardar o tom da **generalidade**, típica da lei, ainda que nas decisões judiciais, estas que apreciam **casos concretos**.

Existe, sem dúvida, uma **maneira de construção do Direito no âmbito judicial** – e por que não? Embora não se tenha uma nítida aceitação desse aspecto ou **“vício”** de criação do Direito, pode-se tranquilamente falar num **Direito Judicial**. E o que se tem de **garantia** de seus **limites** de construção é a existência de um **modus faciendi legal**, uma forma precisa de fazê-lo, enfim, um **devido processo legal judiciário** de criação do Direito. E o **reflexo** disso está naquele movimento que se nomeou de **“jurisdicionalização”**, **“judicialização”**¹⁸ ou **“judicialização”** da política (englobando aqui os processos legislativo, executivo e administrativo).

A **criatividade judicial** participa, então, da forma consoante de realizar a teoria da **“separação de poderes”**, tão decantada, obediente, embora, ao **preceito intrínseco** dessa teoria quanto à **harmonia** das funções, num **plano flexível**, como convém às **realidades sociais em fluxo**, **nunca estanques**. Daí é que a **atividade de julgar** não pode ser tomada como algo **mecânico, automático**.

No tocante aos **limites** impostos à criatividade do juiz, pode-se afirmar com CAPPELLETTI e outros, que o primeiro **plano** inevitável é o **processual**, a partir do qual o julgador não agirá senão **impulsionado** pelas partes – ou pela parte interessada. Raras serão as ocasiões em que o julgador agirá **de ofício**.

Além do mais, o julgador age, no **ofício de julgar**, **interpretando a norma** em face de sua **aplicação no caso con-**

17 – Cfr. SUPLOT, Alain. *Homo juridicus: ensaio sobre a função antropológica do Direito (Homo Juridicus)*, trad. Joana Chaves, Lisboa: Instituto Piaget, 2006, Col. Direito e Direitos do Homem, nº 24, 246p.

18 – Cfr. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Um olhar jurídico-constitucional sobre a judicialização da política*, in Estudos de Direito Constitucional em Homenagem à Profa. Maria Garcia, Lauro Luiz Gomes Ribeiro e Luciana Andréa Accorsi Berardi (Org.), São Paulo: IOB / Tompson, 2008, p. 230-241.



creto, em sede de um processo judicial, à vista de princípios retores de caráter limitador, quais sejam – além do devido processo legal e do direito de ação – o da imparcialidade do juiz, o da ampla defesa e do contraditório.

Aponta-se, ainda, no quadro das limitações à ação criativa do juiz, a falta de competência técnica para realizar exaustivamente uma investigação por si só; a ausência de legitimidade democrática na ação de “criar” qualquer direito, o que está reservado àqueles que são para tanto escolhidos em processo de eleição democrática, submetendo-se ao crivo da aprovação popular nas urnas (déficit contra-majoritário); e o espaço de imprevisibilidade a que fica tocada a decisão criativa, o que não se coaduna com um Estado de Direito, no qual todos devem ser capazes de prever, a partir do conteúdo normativo vigente, o que possa ser decidido, naturalmente se decidido de acordo com a lei – diz-se segurança jurídica.

A aceitação de que o Judiciário, como órgão de Poder, e os juízes (julgadores), como seus especiais agentes, devem ter uma atuação proativa nos tempos que correm, promovendo tudo quanto prescreve a Constituição do Estado, leva-nos a crer na aceitação de uma criatividade judicial que se exprime na sociedade como mecanismo de aperfeiçoamento das políticas públicas, sejam elas quais forem. Dir-se-á de uma função criadora do juiz.¹⁹ Além disso, essa atuação criativa nada mais representa que o agir judicial vertido para o aperfeiçoamento da função legislativa, conformando a lei – genérica por excelência – aos casos concretos – plenos de especificidade, como também para a função executiva e administrativa, pelos mesmos motivos. Serve, ainda, para ajuste de eventuais desvios industriados.

Com isso, o que se convencionou tratar por criatividade judicial passa a ser senão o mecanismo de expressão judicial do direito posto, com o necessário temperamento do caso concreto. Nada parece de inovador se considerarmos que, mesmo nas organizações sociais mais rígidas e formatadas sob o domínio dos códigos, a inserção da leitura principiológica é aceita como meio de perenizar, sempre atuais, regras de antanho.

É que, como ciência social (aplicada) que é, o Direito não se agrilha, embora por alguns seja visto como a revelação da norma posta imutável; o Direito é certamente mais que isso, alcançando a juridicidade. Nesse contexto, a criatividade é o caminho institucional de se aplicar a norma institucionalizada, atualizada e conforme ao sentimento maior de justiça que rege um povo. Isso bem se evidencia nas técnicas de julgamento que são habitualmente utilizadas, sobretudo pelo Supremo Tribunal Federal nas decisões de controle de constitucionalidade das leis. Assim, há a interpretação conforme à Constituição, declaração de inconstitucionalidade (nulidade parcial) com e sem redução de texto (nulidade parcial qualitativa), nulidade quantitativa e a modulação ou calibragem dos efeitos das decisões de controle.

Retomando o foco de observação quanto ao Estado-juiz na composição dos litígios, é de ter que se impõe ao Judiciário, apercebido da mudança evidente na formação do Estado contemporâneo ocidental, e acompanhando a marcha desse desenvolvimento, situar-se em consciência hermenêutica.²⁰ Pois é no “Judiciário onde os conflitos deságuam já em grau de enfrentamento,”²¹ consistindo numa “caixa de ressonância das movimentações sociais”,²²

19 – Cfr. HECK, Philipp. *El problema de la creación del Derecho (Das Problem der Rechtsgewinnung)*, trad. Manuel Entenza, Barcelona: Ariel, 1961, 120p.; BELAID, Sadok. *Essai sur le pouvoir créateur et normatif du juge*, Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1974, Bibliothèque de Philosophie du Droit, vol. XVII, 360p.; FERNANDEZ, Alberto Vicente. *Función creadora del juez*, Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1980, 128p.; GUELLENZU, Mario Dean. *La función creadora y normativa del juez*, in Primeras Jornadas de Derecho Judicial, Madrid: Presidencia del Tribunal Supremo, Secretaría Técnica, 1983, Ponencia 25, 655-670; GARCIA, Juvêncio Gomes. *Função criadora do juiz*, Brasília: Brasília Jurídica, 1996, 182p.; ROMBOLI, Roberto. *Lattività creativa di diritti da parte del giudice*, in *Questione Giustizia*: bimestrale promosso da Magistratura democratica, Franco Angeli 2008, no 6, numero monográfico: La Costituzione Repubblicana I principi, le libertà, le buone ragioni, parte seconda, p. 195-216; CARETTI, Paolo. Le sentenze nn. 303/2003 e 14/2004: due letture creative del nuovo titolo V della costituzione, in *Le Regioni Bimestrale di analisi giuridica e istituzionale*, Bologna: Il Mulino, anno XXXVI, no 4-5, agosto-ottobre, 2008, p. 807-810; MANGIAMELLI, Stelio. *Giurisprudenza costituzionale creativa e costituzione vivente*. A proposito delle sentenze n. 303 del 2003 e n. 14 del 2004, in *Le Regioni Bimestrale di analisi giuridica e istituzionale*, Bologna: Il Mulino, anno XXXVI, no 4-5, agosto-ottobre, 2008, p. 825-842.

20 – Ainda em sede de ação do Poder Judiciário, vale lembrar o conteúdo da Carta do Judiciário, de 28.8.2008, subscrita em Brasília, no Encontro Nacional do Judiciário, pelos presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, do Tribunal Superior Eleitoral, do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, do Superior Tribunal Militar, do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o Coordenador-Geral da Justiça Federal e os presidentes dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais Regionais Eleitorais, dos Tribunais de Justiça, dos Tribunais de Justiça Militar e do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça dirigida aos seus próprios órgãos, aos poderes públicos das esferas federal, estadual e municipal e à sociedade brasileira. Em excerto impressionante, no qual se proclama o compromisso com o aperfeiçoamento da instituição e à efetividade da prestação jurisdicional, consta: “Pautam este compromisso na crença no serviço público, na ética, na função institucional do Poder Judiciário, na segurança jurídica, no espírito público e de cooperação, na transparência e identidade institucional, no respeito às diferenças, na criatividade, na proatividade, na eficiência, na economicidade e na gestão democrática” (grifo nosso).

21 – TJRS – Agravo de Instrumento nº 598.360.402 – Comarca de São Luiz Gonzaga – 19ª Câmara Cível – Rel. Des. GUNTER SPODE – j. 6.10.1998 (cfr. *Questões agrárias: julgados comentados e pareceres*, org. Juvelino José Strozake, São Paulo: Método, 2002, VII, p. 104).

22 – TARS – Agravo de Instrumento s/nº – Câmara de Férias – Rel. Juiz PERCIANO DE CASTILHOS BERTOLUCCI – j. 25.7.1997 (cfr. *Questões agrárias: julgados comentados e pareceres*, VIII, p. 134).





não havendo, no entanto, de ser, por isso, surdo e mudo, como destacou o Juiz PERCIANO CASTILHOS BERTOLUCI.²³ A **solução de conflitos** ou **litígios** pelo **Judiciário (fenomenologia da juridicização)**,²⁴ quando se pretende **pacificar** em vez de meramente manifestar **poder jurisdicional**, está muito distante dos Tribunais Colegiados. O **discurso da realidade dos fatos ecoa da sede do conflito**, perdida em rincões distantes, cujo **testemunho** só o dão os alados, os rastejantes e a vegetação. Não será recente que, com o advento da “**massificação**”, os **conflitos se coletivizaram**, fazendo afetar, por vezes, um só ato individual a uma comunidade ou a um grupo de pessoas. A par de tal realidade, no Direito se tem buscado encontrar um **mecanismo processual eficiente** a intervir, para compensar o já ultrapassado “*esquema tradicional do processo judiciário como ‘lide entre duas partes’ (Zweparteienprozess) e ‘coisa das partes’ (Sache der Parteien)*,” como bem destacou CAPPELLETTI.²⁵ Também se insere nesse âmbito de preocupações a vertente da **gênese da decisão judicial**, que numa expressão simplista polarizaria entre o **positivismo jurídico** de um lado e, de outro, a **razão teórica e prática**, aliada ao **senso de justiça** do magistrado.²⁶

Mas ao **conflito social**, não se pode considerá-lo apenas como algo **desconfortável e desconfortante**, revelação de **ódios e ressentimentos** antigos contra atores de hoje, a quem repugna também essa **lastimável história do pernicioso e anacrônico processo de formação do Estado brasileiro** (especialmente quanto ao **aspecto fundiário**);²⁷ mais que isso, no entanto, ele cria a **ambiência** do crescimento, moldando a **crise**. Já se disse que no **conflito das forças sociais** nasce a **interpretação constitucional democrática do juiz**. Eis porque exatamente esses mesmos conflitos geraram a **Constituição Federal**,²⁸ e num **processo de continuidade**, diante de um sabido **pluralismo**, desafiando a **harmonização** de comandos constitucionais **paralelos, contrastantes, mas não contraditórios**.²⁹ E para além dela, em processo de dar **efetividade** a todos aqueles **preceitos constitucionais** afetos à “**questão agrária**” – embora especialmente obedecendo ao **art. 126 da CRFB/88** (com a redação da **EC nº 45/2004**) –, criou-se a **Vara de Conflitos Agrários em Minas Gerais, única**, ao que parece, no País, com a **competência exclusiva** para o trato dos **conflitos coletivos agrários**.

A **retórica**, o **silogismo** e o domínio dos **dizeres das leis** por vezes respondem ao **imediatismo simplista** de pleitos indignados. A **pompa de autoridade**, que se acredita bem mais na força do **costume** à do **convencimento**, torna-se a ruína de boa fama do Judiciário. Por mais que saibamos do quanto de **manifestação política, insinceridade e desvios** florescentes no seio de movimentos sem-terra, não ignoramos a vertente de **luta**, a **consistência ideológica e cidadã** de proposta por uma **reforma fundiária**. O **governo**, que há de agir, não é uma **realidade** abstraída da sociedade; por vezes dela se **afasta**, mas lhe pertence, sem dúvida. O governo que deve promover a **reforma agrária** somos **todos nós** em **parceria** com os **órgãos estatais**, cujos mandatários primeiros escolhemos pelo **voto**.³⁰ Eis assim porque, como mesmo destacou o Juiz PERCIANO CASTILHOS BERTOLUCI, há séculos a **questão agrária** desafia o interesse e habilidade dos **governos**, que muito pouco contribuem no **curso da história** para oferecer **soluções**. A par disso, os **movimentos populares** proliferam, sempre reclamando providências por **ações políticas** que nunca chegam ou se operam muito **lentas**: o **problema cresce** e continua sem desate.³¹

O **tempo atual** constrói **padrões** que dizemos **contemporâneos**. As **mudanças inexoráveis** nem sempre trazem **aprimoramento**, por vezes causando a **degenerescência** na **forma** ou no **conteúdo** de **práticas, usos ou relações**. Há, em cada **tempo**, um **sinal**.

As **mutações históricas**, típicas do **processo de marcha e evolução** da **sociedade**, refletem-se no Direito – em sua **permanente elaboração jurídica** –, este que, por isso mesmo, sempre se diz em **crise**; este que, em face do **descompasso** causado pelas **mutações históricas**, emerge como “*única força social capaz de encaminhar tais transfor-*

23 – *Idem, ibidem*.

24 – Cfr. MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do fato jurídico: plano de existência*, 13ª ed., São Paulo: Saraiva, 2007, Cap. IV, p. 74-97.

25 – Cfr. CAPPELLETTI, Mauro. *Vindicating the public interest through the courts*, nota nº 99, supra, p. 518-519 (*apud Idem*. *Juízes legisladores*, segunda parte, nº 9, p. 57).

26 – Cfr. SOUZA, Artur César de. *As cortes warren e rehnquist: judicial activism ou judicial self-restraint*, in RT vol. 874, 97º ano, ago. 2008, Primeira Seção, p. 12.

27 – Cfr. SMITH, Roberto. *Propriedade da terra & transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*, São Paulo: Brasiliense e Programa Nacional do Centenário da República e Bicentenário da Inconfidência Mineira, MCT/CNPq, 1990, 362 p.

28 – Cfr. LEITE, Marcelo Santos. *A influência dos grupos de pressão na interpretação constitucional*, in Revista de Direito Constitucional e Internacional – Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais e Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, ano 12, jul./set., 2004, nº 48, 5.2, p. 204.

29 – Cfr. LAMY, Marcelo. *Jurisdição no estado constitucional*, in Escola Superior de Direito Constitucional (Esdc) – Educação a Distância (EAD), Curso Fundamentos do Processo Civil, Parte 1, 2008, p. 6.

30 – Cfr. CRITSINELIS, Marco Falcão. *Políticas públicas e normas jurídicas*, Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002, Cap. 10, nº 10.1, p. 47-48.

31 – TARS – Agravo de Instrumento s/nº – Câmara de Férias – Rel. Juiz PERCIANO DE CASTILHOS BERTOLUCI – j. 25.7.1997 (cfr. *Questões agrárias: julgados comentados e pareceres*, VIII, p. 133-134).



mações no sentido do menor sofrimento e do maior benefício para os homens.”³² E para compreendermos porque assim se dá, tomamos o marco do **individualismo jurídico**, no passo das reflexões de AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO.³³ O **Estado Moderno**, forjado das cinzas da **Idade Média**, cuja **sociedade orgânica** fixava sua estrutura num **status social imutável**, gerou, sob o influxo marcante do **humanismo filosófico**, o **individualismo político-jurídico**. Nada havendo, entretanto, de confusão com o **personalismo**, este de sentido **pejorativo, desintegrador e antissocial**.

No centro de um **processo judicial**, diante de **fatos inexoráveis**, a **realidade** dissipa a **fantasia**, desafiando muito além de meras **especulações ideológico-partidárias** ou exclusivamente **filosóficas**. É tomar distância de segurança do **discurso** – muitas vezes fácil – de um propalado **engajamento**, a consubstanciar-se numa **falaciosa justiça alternativa**. Num **Estado de Direito** não há alternativa; num **Estado de Direito Democrático** – ou num **Estado Democrático de Direito** –, a alternativa não é outra que não aquela posta a partir da **Constituição**. Nesta o **processo interpretativo** não se torna o palco das simpatias e dos *shows* de **fraternidade e solidariedade** das instituições no arrendamento e terceirização que *onera* ao particular (ainda que bem-sucedida). Pois está visto e constatado que nem a cor dos governos é capaz de *per si* fazer acontecer o que não esteja maduro para tal: as **grandes expectativas**, já no primeiro Governo LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, **arrefeceram-se** à constatação de que pouco andou a **reforma agrária** comparada ao Governo FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.³⁴

Discutir as **mazelas sociais** e ser capaz de sabê-las é louvável atitude a não se furtar o Judiciário. Mas há este **Poder Judiciário** que se guardar da **demagogia**, sob o manto diáfano da **hipocrisia** de canetas fluentes. Noutras palavras, deve-se lutar por um compromisso do **Estado como um todo**, com esta **complexidade** de **órgãos e funções** que engloba na partilha. É buscar menos Babel e mais Pentecostes.

No específico **campo dos conflitos coletivos agrários**, particularmente no tocante à **luta pela terra**, pela **implementação** de uma **política de assentamento de trabalhadores rurais sem-terra**, sob o **modelo constitucional** implantado no Brasil a partir de 1988, o tema enseja muitas reflexões e acalorados debates. Ora, a **violência** ínsita na **estratégia de ocupação/invasão/tomada** de terras é a **mesma** a que se vê estimulado o proprietário, quando na **defesa** de seu **patrimônio** arma-se para o **desforço** (§ 1º do art. 1.210 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil Brasileiro – CCB/2002).³⁵ É comum ouvir-se dos trabalhadores autoproclamarem-se **pacíficos**, brandindo embora suas enxadas, foices e facões, ditos na circunstância **meros instrumentos de trabalho**. Faca de dois gumes, palavras de duas verdades na esteira da **conveniência**: a mesma mão que **ataca** é a que **acalenta**; o uso das “ferramentas de trabalho” (sic!), **fora da lida típica**, de sua **função econômica**, vale para **intimidar** quem, desavisado, avista-se com a flagrância de um “**pacífico**” movimento de **invasão coletiva**, muitas vezes sob **sugestivas palavras de ordem**. Na **perplexidade**, a priori não se divisa o ato legitimado do **esbulho possessório**. E também hão de ser reconhecidas outras tantas **formas históricas de violência arraigada, explícitas ou camufladas**.³⁶

Divisam-se nesta **ação possessória coletiva agrária** duas **situações singulares** e íntimas, porém **sem necessário nexos de causalidade** uma com a outra, *d.v.*: (1) – situação de **descumprimento da função social da propriedade** (e **posse**) do imóvel por seu proprietário/possuidor ou eventual possuidor; (2) – **ação** de movimentos sociais organizados ao **invadir/ocupar/tomar** o imóvel que eventualmente não venha sendo palco do cumprimento de sua função social (e/ou até mesmo por razões de **cunho eminentemente político** de **pressão aos órgãos governamentais** responsáveis pela **reforma agrária**).

Tem-se, por **equivoco** ou deliberado **preconceito**, buscado estabelecer **ilações e relações inexistentes** para sufragar a **sofismática conclusão** de que o **eventual descumprimento** de função social **justificaria** o ato de **invasão**

32 – FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Crise do direito e direito da crise*, in Revista Forense, Rio de Janeiro: Ed. Revista Forense, vol. 142, ano 49, jul./ago. 1952, p. 14. Trata-se de oração de sapiência proferida na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro. O texto pode ser encontrado também in FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Estudos e Discursos*, São Paulo: Editora Comercial Ltda., 1961, Col. Digesto, p. 172-180.

33 – *Idem*, p. 14-19.

34 – Cfr. LACERDA, Andressa Elisa et alii, “*A geografia serve para desvendar máscaras sociais*”, in *Conflitos no Campo no Brasil*, 2006, Coord. Antonio Canuto, Cássia Regina, da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena Santos, Goiânia: Comissão Pastoral da Terra Nacional Brasil, 2006, p. 90.

35 – Cfr., Na *doutrina*, dentre outros THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Direito de propriedade – a defesa da posse pela via judicial e pela força própria do possuidor: uma reflexão jurídica sobre a violência no campo*, in RJ, nº 238, ago./1997.

36 – Cfr. MANIGLIA, Elisabete. *A proteção penal do patrimônio imóvel rural: invasões rurais*, São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1994, Tese (Mestrado em Direito Penal), 171p.; *Idem*, *Criminalidade e violência no âmbito rural – críticas e reflexões*, in A Lei Agrária Nova, org. Lucas Abreu Barroso et alii, Curitiba: Juruá, 2006, vol. I, destacadamente notas nº 19 e 20, p. 179-192.





ou **ocupação** perpetrado por um movimento social organizado qualquer. Mas não é absolutamente **nada disso**. Não será incomum que qualquer das partes envolvidas no litígio esteja certa: uma, a do **polo ativo**, porque **não cumpre a constitucional obrigação** de atender à função social (vinculada ao direito mais do que ao objeto); a outra, a do **polo passivo**, porque comete o **ilícito civil** de entrar em área que não é sua, **ofendendo potencialmente** ao direito de alguém. A nós se nos afiguram bem **distintas**, nesta hora, a **posse** e a **propriedade**. Aquela passível de **perecer** à vista meramente do **não atendimento da função social** (como fato); esta, sujeita ao **pericimento em via típica da desapropriação**, com **devido processo legal** (como direito).

Parece-nos que **compatibilizar os princípios de realização de função social em completude e a legitimidade de invasão** mostra-se difícil, porque seriam **juízos de dever ser jurídicos contraditórios**. A situação desafia a **técnica da ponderação**, cujo **resultado** não invalida qualquer dos **princípios em colisão**, mas **cria uma exceção**, reconhecendo a **um deles peso maior** diante das **circunstâncias reais e jurídicas do momento de sua aplicação**. Nesses casos, reconhecida a **ausência de cumprimento da função social**, a hipótese de **perda de propriedade** – e mesmo de **posse** – só se dará, cumpridos os preceitos de um **devido processo legal** (administrativo e judicial), nos termos da **Constituição (contraditório e ampla defesa)**, para o Estado (União Federal), pois **só a ele** compete **expropriar por interesse social**, e mediante **indenização**. Situações que, como tais, desafiarão uma **postura crítica** a partir de uma inevitável **reflexão** sobre as **instituições jurídicas vigentes** e a **validade das normas**. Há neste processo algo do **pragmatismo jurídico**, que traz para o auxílio do Direito às ciências sociais e outras. É uma herança do **realismo jurídico** de ROSCOE POUND, OLIVER WENDELL HOLMES e BENJAMIN CARDOZO, na busca de aperceber-se da **vontade geral** que emerge do **contexto**. Não se diga, no entanto, que haja uma adesão a estas escolas com seus métodos de interpretação, ditos por DWORKIN, **teoria externa do Direito**.³⁷

A **glamurosa e fantástica** visão de um conflito de **coronéis poderosos**, amigos da política e da polícia, contra **frágeis trabalhadores**³⁸ é capítulo sem atualidade, narrativa ultrapassada (ao menos em Minas Gerais). As **diferenças** persistem na sofisticação do **agora**. É um tempo de **resultados consolidados**, embora de **continuidade de luta**. Foi-se a era das **facilidades no campo**, quando imperava a **plutocracia fundiária**, os **barões da terra**, os **ricos latifundiários**. A chegada da **agroindústria** – hoje marcadamente com a **cana-de-açúcar** – os **avanços tecnológicos**, a **sanha tributária** e a **ausência de políticas agrícolas eficientes** de sucessivos governos, a **organização de trabalhadores rurais**, tudo contribui na caracterização de um **novo quadro de forças** imperante. Por ocasião das **audiências de justificação e tentativa de conciliação**, envolvendo os **conflitos coletivos pela posse da terra**, a presença maciça dos trabalhadores rurais (homens, mulheres e até crianças), por eventualmente em seus **trajos típicos**, isso não lhes diminui a condição, não impressiona desfavoravelmente. E de maneira alguma são constringidos a não se **manifestarem** ou a não **participarem**. Considere-se, ademais, a presença de advogados comprometidos, que jamais permitiriam tais discriminações. Em **Minas Gerais**, a **experiência** tem revelado. **Circunstâncias** têm caracterizado com **tipicidade os conflitos** na sua maioria quase absoluta: há sensível **diminuição de técnicas recíprocas de violência**, e a um só tempo ampliam-se as **discussões** em torno de **áreas distintas** de um **latifúndio improdutivo**. Felizmente, o resultado tem sido a **compreensão** e o **acordo** entre as partes.

No tocante à **atuação das instituições públicas**, seja o **órgão de poder**, sejam **auxiliares da Justiça**, impõe-se a **equidistância**, para ouvirem das partes os clamores: nem tão de **perto** que se **confundam** as vozes, nem tão **distante** que deles só saibam dos **ecos**. O **equilíbrio** dos profissionais de Direito é **imperioso**, pois lidam com a **realidade** do conflito para **resolvê-lo**, menos como **árbitro** do que como **conciliador**, de **visão crítica aguçada**. De outra sorte, a atuação do “jurista” descamba para o **sociologismo** ou para a **politicologia**, nenhum bem causando à demanda. Se qualquer das partes se percebe **afrontada** pela **autoridade** num **oportunismo** de execução meramente **ideológica** – e aí quase sempre **preconceituosa**, porque nunca ponderada e aberta ao diálogo –, põe-se a **perder** toda uma delicada tessitura construtora da **solução razoável e pacífica**.

37 – DWORKIN, Ronald. *O império do Direito (Law's Empire)*, trad. Jefferson Luiz Camargo, rev. Dr. Gildo Rios, São Paulo: Martins Fontes, 1999, Cap. I, p. 18-19.

38 – Cf. CUNHA, Sérgio Sêrvulo, *A nova proteção possessória*, in *A Questão Agrária e a Justiça*, org. Juvelino José Strozake, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, nº 9.1, p. 250.





Obter a **compreensão** das partes na **visão do todo**, apartando da **paixão egoística** que cega os contendores para a **história** – passada e contemporânea –, e trazê-las para **afinarem seus discursos** sob o diapasão do **possível**, do **adequado**, do **congruente**, do **razoável**, afigura-se como a melhor contribuição dos **operadores do Direito** no seio de um **processo judicial**. Mesmo reconhecido o **progresso** nas **negociações** em **juízo especial agrário**, de se admitir que nem sempre tem sido assim, infelizmente.

Sob uma **hipocrisia legalista**, os **dispositivos** e **princípios** constitucionais são **manipulados** a serviço de **interesses de postulação**. São arranjados os argumentos tão só para elaborar o **silogismo impressionante** a vestir os mais **variegados sofismas**. Exatamente aí que se acerbam as **diferenças** e os discursos recrudescem nas suas **razões particulares**. O todo, o contexto, já não mais interessa; faz-se uma **polêmica insuperável** no **radicalismo polarizado**. A **condescendência** de cada parte com os seus **próprios argumentos** passa a ser tal que, a seguir as teses de uma ou outra, não há saída a não ser a **fórmula maniqueísta** “zero ou cem”, “tudo ou nada”.

Fica, pois, a **ponderação** como o caminho mais viável para o **consenso – jurisconstrução**. Mas ele não reside, absolutamente, no pressuposto de que os contendores adiram cada qual às teses *ex adversis*; pelo contrário, o **consenso é mesmo a reafirmação de posições** (sustentáveis), mas sem prejuízo de admitir-se, no **diálogo**, a existência de **perspectivas**, e que o mais importante e **construtivo** para a sociedade é prestigiar o **pluralismo** e a **convivência dos diferentes** do que jogar à arena as **desinteligências** na expectativa de uma eliminar por completo a outra.

Vivendo, então, o **fato novo** dos **conflitos coletivos** pela **posse da terra**, o **Judiciário** é desafiado à **relatoria** de uma **solução produzida conjunta** e coletivamente no **bojo processual**, desde que o **direito escrito** não vem de contemplar essa **situação singular**. E de imediato surge a exigência de uma **justiça ideal** (a não se confundir com caridade) em contraposição às **desigualdades sociais** presentes (estruturais, permissivas), calhando para tanto o socorro de MIGUEL REALE,³⁹ quanto a se encontrar a solução na ótica **tridimensional do Direito**, cuja estrutura se ergue na **dialética da complementaridade**, conjugando-se a **norma** (a que tiver, inclusive e sobretudo a **Constituição**) ao **fato** (inexorável porque **consumado**) e a um **valor** (na Constituição inscrito **explícito**).⁴⁰

E se se fala de **valor**, fica à tona a **síntese** do **conflito socialmente revelado**, na sua interna **perspectiva filosófica**: o **aparente confronto entre valores**. Não sem razão adverte-nos DWORKIN quanto a que a “ênfase liberal nos direitos individuais negligencia as responsabilidades que as pessoas devem à comunidade.”⁴¹ Exatamente como ocorre nos **litígios coletivos** pela posse da terra, confrontam-se (**aparentemente**, dirá DWORKIN) dois valores: **igualdade** (defendido pelos movimentos sociais) e **liberdade** (defendido pelos proprietários e/ou possuidores esbulhados ou em via de sê-lo). De fato – em acompanhando a linha de raciocínio dworquiana –, o **conflito** tornar-se-á **ameaçador** não na medida em que envolver **escolhas**, mas na medida em que envolver **escolhas trágicas**.⁴² Para compreensão dessa demanda de um **conflito inevitável**, a postura de acatar uma **concepção dinâmica** atende perfeitamente à espécie (conflito coletivo pela posse da terra), em vez de uma **concepção estática**. Na defesa desse ponto de vista, o pensador ianque (muito em moda) destaca que a escolha de concepções não se há de fundar em **dicionários**, pesquisa de **opinião pública** e nem mesmo na voz dos **especialistas**; definitivamente não será uma **questão semântica**, mas trata-se de **conceito interpretativo**.⁴³ Não se contêm, as concepções, numa composição química ou de um peso específico. Assim é que, tudo joeirado, ter-se-á por legítimo, na proposição das concepções dinâmicas, as pessoas não possuírem “uma oportunidade razoável e igual de proteger-se contra a má sorte.”⁴⁴ Em síntese, defende a **complementaridade** dos **valores** em vez da sua **conflituosidade**.

39 – Cfr. REALE, Miguel. *Teoria tridimensional do Direito*, 5ª ed., rev. e aum., São Paulo: Saraiva, 1994, 161p.

40 – Cfr. VILHENA, Paulo Emilio Ribeiro de. *Valor: realidade, ficção ou projeção da realidade*, in Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 2000, Nova Fase, vol. 37, p. 235-259.

41 – DWORKIN, Ronald. *Valores entram em conflito? Uma perspectiva de um ouriço*, trad. Emílio Peluso Neder Meyer, rev. Alonso Reis Siqueira Freire, in Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, 2000, Nova Fase, ano XXV, jul./ set. 2007, vol. 64, nº 3, p. 17. A questão vem também tratada a partir de reflexões acerca da **igualdade**: DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade*, trad. Jussara Simões, rev. Cícero Araújo e Luiz Moreira, São Paulo: Martins Fontes, 2005, 689p.; e acerca da **liberdade**: *Idem*, *O Direito da liberdade: a leitura moral da Constituição Norte-Americana (Freedom's Law)*, trad. Marcelo Brandão Cipolla, rev. Alberto Alonso Muñoz, São Paulo: Martins Fontes, 2006, 572p.

42 – Cfr. DWORKIN, Ronald. *Valores entram em conflito?*..., p. 18.

43 – DWORKIN, Ronald. *O império do Direito*..., Cap. II, p. 55-108.

44 – Cfr. DWORKIN, Ronald. *Valores entram em conflito?*..., p. 23.



1.1.1 – Da apreciação judicial das questões agrárias

1.1.1.1 – Da matriz constitucional de criação e fixação da competência da Vara Agrária estadual

As **questões agrárias**, no Brasil, por **comando constitucional**, receberam cuidadosa atenção, de modo que da matéria, em sede de **conflito judicial**, ocupam-se os dois **âmbitos judiciários federativos**: **Justiça Federal** (i) e **Justiça Estadual** (ii).

(i) – Para os **conflitos agrários quaisquer**, em que litiguem, de um lado, a **União, entidade autárquica ou empresa pública**, na condição de **autoras, rés, assistentes ou oponentes** competirá aos juízes federais processar e julgar tais feitos (art. 109, I, da CRFB/88). Eis, destarte, por **corolário evidente**, incidir nas malhas da Justiça Federal os conflitos originários do processo de **desapropriação**, como tal definido na Constituição vigente: **arts. 5º, XXIV; 22, II; e 184 a 186**. Em síntese, só se **efetivar**, em definitivo, a **política agrária** tangente ao **assentamento de trabalhadores rurais sem-terra**, em sede **judicial**, perante a **Justiça Federal** (equivale a dizer: à Justiça Estadual não toca adquirir ou tomar, para doar ou entregar terra de quem quer que seja a quem quer que seja). Por tudo, a **competência da Justiça Federal** é de **fundo constitucional**.

(ii) – Mas não de outra sorte se dirá da competência da **Justiça Estadual** em matéria agrária, justo por força do disposto no **art. 126 da CRFB/88**: “Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias” (redação dada pela **Emenda Constitucional nº 45/2004**).

Bem ao largo de algum **modismo perecível**,⁴⁵ *data venia*, antes como sinal indelével dos tempos de hoje, a criação no Estado de **Minas Gerais** de uma vara especialmente destinada à **composição de conflitos coletivos pela posse da terra** atendeu, em boa hora, de modo **vinculado**, ao **comando constitucional**, respondendo, de modo sensível, antes, a uma **demand social**. Decalcando o originário comando da Constituição Federal, a **Constituição Estadual**, de 1989, prescreve em seu **art. 114**: “Para conhecer e julgar conflito fundiário, será, pelo Presidente do Tribunal de Justiça, designado juiz de entrância especial, com competência exclusiva para questão agrária.”

A partir de uma pergunta quanto ao significado da **designação de juízes de entrância especial** para dirimir conflitos agrários, PINTO FERREIRA, em comentando a **redação originária do caput do art. 126 da CF**, compreende a determinação como indicativa de que tal mister se faça exercer por **juiz experiente**, pronto já à promoção ao Tribunal de Justiça. E complementa: “Entretanto, quando o texto constitucional fala de juízes com competência exclusiva para questões agrárias, de certo modo aponta a ideia de uma especialização da Justiça Estadual com varas privativas de questões agrárias.”⁴⁶ Na mesma linha, NAPOLEÃO NOGUEIRA DA SILVA pontifica destacando que os juízes assim designados pelo Tribunal para dirimir os conflitos fundiários “*não poderão julgar normalmente nas causas de natureza diversa*”.⁴⁷ O vaticínio se confirmou na nova redação que a **Emenda Constitucional nº 45/2004** deu ao citado **art. 126 da Constituição Federal**.

Para justificar aquela que seria a nova redação do **caput** do citado art. 126 da CF, a relatora da **EC nº 45/2004**, Deputada ZULAIÊ COBRA, destaca que a mudança proposta (então aceita) para a criação de varas especializadas vinha “*com o escopo de impedir que juízes continuem [continuassem] a ser designados tão somente de acordo com critérios subjetivos das cúpulas dos Tribunais de Justiça, em frontal violação do princípio constitucional do juiz natural, eis que o Texto Magno não dá [dava] garantia de que a designação do juiz deva ser anterior ao nascimento do conflito fundiário*.”⁴⁸

Para aferir o **alcance prático** desta norma, perquire-se em qual categoria do **plano da eficácia** se acomoda o indigitado dispositivo constitucional.

Com sua típica acuidade, CANOTILHO, no enquadramento normativo da Constituição, põe à calva a **permanência** e a **prevalência** daqueles plúrimos sentidos dela, assim o histórico, o político e o jurídico. Afirma que como

45 – “A disciplina e os conflitos resultantes da propriedade e do uso da terra para exploração agropecuária existem praticamente desde o descobrimento” (LANA, João Bosco Cavalcanti e PASSOS, Celso Gabriel Rezende. *Comentários à Constituição Federal*, Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas, 1989, vol. III, p. 117). CELSO BASTOS não diz outra coisa: “Os problemas agrários, é óbvio, existem de há muito. No entanto, agudizou-se acentuadamente nos últimos tempos. Aos problemas tradicionais consistentes no conflito e titulação sobre a mesma área, ou sobre a separação de terras devolutas, de terras privadas, vieram se acrescer os conflitos consistentes em invasão de terras, até mesmo das produtivas. É o equivalente na área rural dos problemas do desemprego na área urbana. Aliás, não se consegue nem mesmo apartar um do outro. Há contingentes humanos que, provindos originariamente do campo, hoje refluem das cidades para o interior. Até mesmo desempregados estritamente urbanos vão tentar a sorte na área agrícola” (BASTOS, Celso Ribeiro e MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Comentários à Constituição do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*, São Paulo: Saraiva, 1997, 4º vol., Tomo III, p. 524-525).

46 – FERREIRA, Luis Pinto. *Comentários à constituição brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1992, 4º vol., p. 555.

47 – SILVA, Paulo Napoleão Nogueira da. *Breves comentários à Constituição Federal*. Rio de Janeiro: Forense, 2003, vol. II, p. 385.

48 – Diário da Câmara dos Deputados – Suplemento, terça-feira, 14 de dezembro de 1999, p. 267 de 560 (Disponível na Internet no site: <www2.camara.gov.br/proposicoes> acessado em 20.5.2008).



ordem jurídica fundamental, a Constituição estabelece “em termos de direito e com os meios do direito,”⁴⁹ embora haja nela **densidade** diversa quanto a cada qual de seus **princípios** ou **normas**, todos eles **válidos como lei**. Destaca a Constituição como norma, para concluir que “se o Direito Constitucional é direito positivo, se a Constituição vale como lei, então as regras e princípios constitucionais devem obter normatividade regulando jurídica e efectivamente as relações da vida (P. Heck), dirigindo as condutas e dando segurança a expectativa e comportamentos (Luhmann).”⁵⁰

Partindo dessa **premissa inegável**, de que **tudo o que se contenha na Constituição vale como lei**, cuida que consideremos sua **cláusula expressa** atinente às varas especializadas agrárias (**art. 126, caput**, da CF) e as **consequências** desse ditame. Se não todas as consequências, pelo menos alguma que próxima a nosso intuito.

Em JOSÉ AFONSO DA SILVA, as **normas constitucionais** podem ser **classificadas**, no âmbito da sua **eficácia**, em **plena, contida e limitada**, subdividindo-se esta última categoria em normas de **princípio institutivo** ou **organizativo** (ou **orgânico**) e normas de **princípio programático**.⁵¹ As de princípio institutivo entram em vigor exatamente com a Constituição, deixando pendente apenas o seu **caráter executório**, no aguardo do **regulamento** a lhe dar **eficácia integral**,⁵² daí porque de aplicabilidade mediata ou indireta. Diz o mestre que a norma de **eficácia limitada definidora de princípio institutivo** contém “o início ou esquema de determinado órgão,”⁵³ acometendo a uma norma infraconstitucional, complementar ou **ordinária integrativa** a sua “**efetiva criação, estruturação ou formação**.”⁵⁴ Lembra, ainda, que essas mesmas normas de **eficácia limitada definidora de princípio institutivo** subdividem-se em **impositivas** ou **facultativas** (ou **permissivas**), consoante seu conteúdo **determine** em termos **peremptórios** ou apenas abram a **possibilidade** ao legislador ordinário na tal esperada **ação complementadora integrativa**.⁵⁵

Forte nessa classificação, apresenta-se a norma do **art. 126, caput**, da CF de **eficácia limitada, declaratória de princípio institutivo** ou **organizativo**, cujo atendimento é **impositivo, obrigatório**. Tudo porque este dispositivo **impõe** (dever) a **criação de órgão** (organizativa) dentro da estrutura do Poder Judiciário estadual: “... o Tribunal de Justiça **proporá a criação de varas especializadas**...” (**art. 126, caput**, da CF – grifo nosso).

Assim, desde logo à promulgação da Carta Magna brasileira de 1988, até que fossem criadas as **varas especializadas** referidas no dispositivo, a norma constitucional em comento apresentar-se-ia de **aplicabilidade mediata e/ou diferida**, sem prejuízo, contudo, da sua **eficácia ab-rogativa** da legislação anterior e com ela incompatível. São inegáveis, ainda, os seus efeitos imediatos no sentido de estabelecer um múnus ao órgão a que se dirige e ao próprio legislador infraconstitucional, **vinculando-os** aos seus preceitos e comandos. Face ao **silêncio** desses órgãos, na inércia de cumprirem o preceito constitucional, bem comportaria, como calha, o aforamento do **mandado de injunção** (**art. 5º, LXXI**, da CRFB/88) e da **inconstitucionalidade por omissão** (**art. 103, §2º**, da CF).

O **Estado de Minas Gerais**, no entanto, embora com atraso de quatro anos, ainda assim foi o primeiro que, por obra do Poder Judiciário local, sob a presidência do Desembargador GUSTESTU BIBER SANTIAGO, **criou e instalou** a Vara de Conflitos Agrários (**Resolução nº 391**, de 27 de maio de 2002, **Portaria nº 1296**, de 6 de junho de 2002, da Presidência do Tribunal de Justiça, e **Resolução nº 398**, 17 de setembro de 2002).

1.1.1.2 – Da blindagem constitucional da Vara de Conflitos Agrários

Como visto, tratando-se, como trata-se, o **caput** do **art. 126** da CF de norma de **eficácia limitada**, da categoria **impositiva**, porque de **princípio institutivo**, vale dizer, na esteira do quanto ensina JOSÉ AFONSO DA SILVA, **duas situações** se afiguram certas diante do dispositivo constitucional: (i) a **omissão** do **destinatário** da norma a constituir-se num comportamento **inconstitucional**,⁵⁶ a desafiar o manuseio daqueles **instrumentos constitucionais típicos** (**mandado de injunção** e **inconstitucionalidade por omissão**); (ii) ou, em caso de já atendido de alguma forma o

49 – CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e Teoria da Constituição*, [Coimbra]: Almedina, 2003, Parte IV, Tit. I, Cap. 3, D, I, p. 1.776 (Destaques no original).

50 – *Idem*, *ibidem* (Destaques originais).

51 – Cfr. SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*, 3ª ed., 2ª tiragem, rev., ampl. e atual., São Paulo: Malheiros, 1999, Cap. IV, p. 117-178.

52 – *Idem*, Cap. IV, seção II, VII, nº 25, p. 130.

53 – *Idem*, Cap. IV, seção II, III, nº 5, p. 119.

54 – *Idem*, *ibidem*.

55 – *Idem*, Cap. IV, seção II, VII, nº 21, p. 126.

56 – Cfr. SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*, Cap. IV, seção II, VII, nº 20, p. 129.





comando constitucional, a eventual **revogação** – ou tentativa de revogação – desse **ato positivo** do destinatário será considerada da mesma forma **inconstitucional**.

Para esta situação, aplica-se a lição de JOSÉ AFONSO DA SILVA quanto à **inadmissão** da hipótese de **revogar-se** a criação da Vara de Conflitos Agrários em Minas Gerais, nos termos da **Resolução nº 438/2004**, desafiando, em caso de insistência, sujeitar-se a ação ao **controle jurisdicional de constitucionalidade**, pois “a *discricionariedade do legislador diante das normas constitucionais de eficácia incompleta só se verifica quanto à iniciativa de lei integrativa; emitida esta (a preexistência a isso equivale), a questão passa a ser jurídico-constitucional, visto ter a lei aderido ao ditame da lei maior, com o quê sua revogação pura e simples abre um vazio que não mais é permitido constitucionalmente.*”⁵⁷

A essa mesma **classificação** de JOSÉ AFONSO DA SILVA **corresponde** àquela forjada por JORGE MIRANDA, eminente constitucionalista português. Símbolos em suas **estruturas e formatação**, as **constituições brasileira e portuguesa** comportam leituras bastante **próximas**, a tal ponto de muito contribuir o estudo de **direito comparado** entre esses respectivos sistemas e ordenamentos jurídicos. JORGE MIRANDA, tratando da **força jurídica** das “*normas preceptivas não exequíveis por si mesmas*”, destaca-lhes, como **características**, dentre outras, a de que “*proíbem a emissão de normas legais contrárias e proíbem a prática de comportamentos que tendam a impedir a produção de actos por elas impostos; donde inconstitucionalidade material em caso de violação;*”⁵⁸ bem como, em sendo o caso, “*uma vez caracterizadas por meio de normas legais, não podem ser, pura e simplesmente revogadas, retornando-se à situação anterior.*”⁵⁹ Nessa última hipótese, destaca que o legislador “*não tem é a faculdade de subtrair supervenientemente a uma norma constitucional a exequibilidade (ou o conteúdo essencial da exequibilidade) que esta tenha, entretanto, adquirido.*”⁶⁰ Ainda com força de **explicação**, lembra o catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa a lição, dentre outros, de GALVÃO TELES,⁶¹ segundo a qual, “*quando o comando visa criar situações duradouras, uma vez cumprido convola-se em proibição de destruir essa situação.*”⁶² Trazendo subsídios da **jurisprudência constitucional portuguesa**, lembra o Acórdão nº 39/84, do Tribunal Constitucional, de 11 de abril,⁶³ dele extraindo, como em peroração: “*O Estado não pode voltar atrás, não pode descumprir o que cumpriu, não pode tornar a colocar-se na posição de devedor.*”⁶⁴

1.1.1.3 – Da competência da Vara de Conflitos Coletivos Agrários estadual

Por considerarmos como **ponto nevrálgico** a questão relativa à **competência** do juízo agrário mineiro, seus **limites, contornos** e eventual possibilidade da sua **ampliação** ou **extinção**, desafia-nos saber qual o **alcance da eficácia** (ainda que limitada) desta norma constitucional, ou seja, o que falta ao dispositivo para torná-lo dependente da edição de uma norma infraconstitucional para sua **plena eficácia**.

Parece que esta **limitação eficaz** da norma se processa tão só no pertinente às medidas necessárias para **implementar a criação** (proposta do Tribunal de Justiça e edição da lei) das varas especializadas nela referidas.

A seu turno, em relação à **competência** destas varas especializadas, não seria absurdo concluir pela **impossibilidade** da sua fixação/regulamentação/extinção via **norma infraconstitucional** (lei ou resolução), pois em sendo esta referida norma constitucional de **eficácia limitada**, cabe, em princípio, à lei tão-só integrá-la (criando a vara especializada) sem estabelecer **critério limitador**. É que, ao contrário das normas constitucionais de eficácia contida, que permitem a limitação do seu alcance pela norma infraconstitucional, a **norma de eficácia limitada** deve ter, em regra, o **alcance ampliado** pela lei sem sofrer **limitações** e muito menos limitações tão **radicais** que impliquem **supressão**.⁶⁵

Em **tese**, então, à lei (**sentido formal**) cumpriria apenas **criar** as referidas **varas especializadas**, sem, en-

57 – SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*, Cap. IV, seção II, VII, nº 24, p. 129.

58 – MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*, 5ª ed., reimpressão, rev. e actual., [Coimbra]: Coimbra Editora, 2003, Tomo II, Parte II, Tit. II, Cap. I, nº 66, I, “c”, p. 279.

59 – *Idem*, “e”, p. 279.

60 – *Idem*, *ibidem*.

61 – TELES, Miguel Galvão. *Eficácia dos tratados na ordem interna portuguesa: condições, termos e limites*, in *Ciência e Técnica Fiscal*, Lisboa: Centro de Estudos Fiscais da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos do Ministério das Finanças, nº 83 a 85 e 106, nov.-dez. 1965, jan. 1966 e out. 1967, pág. 206, nota.

62 – MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*, nota nº 1, p. 280.

63 – Cfr. Diário da República, 1ª série, nº 104, de 5 de maio de 1984.

64 – MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*, nota nº 2, p. 280.

65 – Nesse sentido, preleciona PEDRO LENZA “Ao contrário do que ocorre com as normas constitucionais de eficácia limitada, como será visto no item seguinte, em relação às quais o legislador infraconstitucional amplia o âmbito de sua eficácia e aplicabilidade, no tocante a normas constitucionais de eficácia contida, ao contrário, percebemos verdadeira limitação (restrição) à eficácia e à aplicabilidade” (LENZA, Pedro. *Direito Constitucional esquematizado*, 10ª ed. rev. atual. e ampl., São Paulo: Editora Método, 2006, p. 82).





tretanto, **disciplinar** – ampliando, limitando ou suprimindo – a sua **competência**, já (em **princípio**) fixada na **Constituição Federal**.

Desejável seria que a atividade de estremar os contornos e avivar os limites (**interpretação**) desta **competência constitucional** se processasse no exercício da **jurisdição in concretum** pelo **magistrado**, à luz dos **princípios constitucionais gerais** de **interpretação** da Constituição e dos instrumentos fornecidos pela **hermenêutica constitucional**.

Em Minas Gerais, a **ideia** da existência de uma **vara especializada** em **conflitos agrários** não adveio, absolutamente, de nenhum de seus juízes, titulares ou eventuais. Pelo contrário, surgiu da **resposta** do legislador constitucional (federal e estadual) ao clamor público pelo enfrentamento jurisdicional especial e especializado (**célere**, **eficiente**, **não traumático** e orientado à **pacificação**) desse tipo de conflito social, resultando no comando da Constituição Federal e Constituição Estadual mineira de criarem os tribunais estaduais, vara com **competência exclusiva** para o mister. Assim, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no exercício do **poder-dever**, de modo não discricionário, criou a Vara Especializada em Conflitos Agrários, **concretizando** o preceito constitucional. À vista disso, parece já conduzir o gérmen da **inconstitucionalidade proposta** tendente a modificar, ampliando ou restringindo à extinção, a competência exclusiva desta **Vara Especializada dos Conflitos Agrários**.

No entanto, inegável que a redação atual do **art. 126, caput** da CRFB/88, confere uma **competência jurisdicional** demasiada **aberta** e **genérica** (“*questões agrárias*”) aos juízos das varas especializadas a que refere. Assim, uma vez **criadas** as varas especializadas sem nenhuma **regulamentação** acerca da **competência jurisdicional** dos respectivos juízos, estes poderão, em tese, **processar** e **julgar quaisquer demandas** envolvendo “*questões agrárias*” para “*dirimir conflitos fundiários*”.

Ora, não parece **razoável** nem **proporcional** conferir-se a estes juízos **tamanho competência**, pena de **inviabilizar-se** a própria **atividade jurisdicional** que lhes cumpre desempenhar. Tal advertência dessume-se de posicionamento da doutrina com entendimento demasiadamente aberto, amplo e quase ilimitado sobre a competência destas varas especializadas. À guisa de exemplo, ENÉAS DE OLIVEIRA MATOS, compilando entendimentos **doutrinário** e **jurisprudencial**, pontificou que a competência para as questões agrárias pode compreender as demandas decorrentes:

“– do domínio, da posse da terra e de direitos de vizinhança em terras rurais; assim, por exemplo, as ações possessórias, reivindicatórias, usucapião, demarcatórias e divisórias;
– à disputa do solo, seus acessórios naturais e benfeitorias; assim, também, as relativas aos direitos reais sobre propriedades rurais, considerada a especificidade da propriedade imobiliária rural;
– do registro público dos imóveis rurais;
– à prática da atividade agrária, assim consideradas as atividades de produção, as rurais típicas, como da lavoura, pecuária, hortigranjearia, extrativismo animal e vegetal, exploração florestal, exploração florestal atípica, como agroindústria, atividade agrária de conservação dos recursos naturais renováveis, atividades agrárias de pesquisa e experimentação, e atividades complementares da atividade agrária; excluindo-se as atividades relacionadas com energia hidráulica, exploração de minérios e recursos marítimos.”⁶⁶

Duvidoso este posicionamento, pois a **inserção desavisada**, no âmbito de **competência** destas varas especializadas, de **quaisquer matérias** que de alguma forma tenham **semelhança** ou **afinidade** com as “*questões agrárias*” **inviabilizaria** a efetividade da **prestação jurisdicional**.

Recomendável a **prudência** no trato da matéria, pois, antes da discussão doutrinária (em **abstrato**), preocupa-nos a **efetividade da prestação jurisdicional** (em concreto e na **prática**), certamente prejudicada pelos equívocos de **afeita interpretação constitucional**, *data venia*, acerca dos **limites** da **competência** das referidas varas especializadas.

⁶⁶ – Cfr. MATOS, Enéas de Oliveira. *Varas Agrárias na Emenda Constitucional nº 45/2004*, in Reforma do Judiciário: Emenda Constitucional nº 45/2004, André Ramos Tavares, Pedro Lenza, Pietro de Jesús Lora Alarcón (Coord.), São Paulo: Método, 2005, p. 425.





Considerando a nossa **realidade**, impõe-se a regulamentação, em nível infraconstitucional (ato normativo), da competência jurisdicional prevista no **art. 126 da CRFB/88**, a fim de adequá-la ao **exercício da jurisdição** na forma em que se encontra estruturada esta **Vara de Conflitos Agrários**. E com vista a eventual **inconstitucionalidade** da norma regulamentadora, entendemos que a delimitação/regulamentação do campo competencial da jurisdição a ser exercida pelos juízos de tais varas especializadas deva se processar à luz do que informam os **princípios** próprios de **interpretação** da Constituição.

É que a atividade de **regulamentação** da norma contida no **art. 126, caput da CRFB/88**, deve direcionar-se para possibilitar que seja emprestada **máxima efetividade** ao dispositivo, tornando-o apto ao “*desempenho concreto de sua função social*”⁶⁷ (que ao inserir, no conteúdo de um direito **tradicionalmente** de **interesse individual, interesse social** – muitas vezes **incoincidente** –, de alguma forma torna o **direito de propriedade conflitivo consigo próprio**).⁶⁸ Este **princípio da máxima efetividade** está intimamente jungido ao **princípio da força normativa** da Constituição de 1988, segundo o qual a interpretação constitucional deve primar pelas soluções que **densifiquem** as suas normas, tornando-as mais **eficazes e permanentes**.⁶⁹

Saliente-se que o **princípio da razoabilidade** ou **proporcionalidade**⁷⁰ (o STF não os distingue) se posta, para nós, como a **base interpretativa** do indigitado dispositivo, para o fim de elaboração da norma infraconstitucional que deverá regulamentá-lo. Oportuna a síntese de LUÍS ROBERTO BARROSO quanto ao entendimento de vários autores sobre esse princípio, concluindo ser “*razoável o que seja conforme à razão, supondo equilíbrio, moderação e harmonia; o que não seja arbitrário, caprichoso; o que corresponda ao senso comum, aos valores vigentes em dado momento ou lugar.*”⁷¹

Socorre-nos tal reflexão acerca dos **princípios constitucionais** mencionados para enfatizar a concreta **possibilidade/necessidade** de se regulamentar – mesmo **criando limites e diminuindo a extensão** – a competência prevista no **art. 126, caput, da CRFB/88** (“*questões agrárias*”), de modo a tornar **eficiente, viável e possível** a prestação jurisdicional.

A regulamentação da competência referida passa, impreterivelmente, pela análise de duas expressões contidas no dispositivo constitucional, a saber: “*questões agrárias*” e “*dirimir conflitos fundiários*”. Acode-nos serem **expressões umbilicalmente ligadas**, cuja interpretação dilucida qual seja a **essência e limites** da competência das varas especializadas mantidas na Constituição.

Por “*dirimir conflitos fundiários*”, pode-se entender a **atividade conciliatória e pacificadora** de qualquer litígio (individual ou coletivo) envolvendo direitos cujo **objeto material** recaía sobre **imóvel rural**, seus **accessórios e benfeitorias**. Definindo o que seja **imóvel rural**, dispõe a **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**:

“**Art. 4º** Para os efeitos desta Lei, conceituam-se:

I – **Imóvel Rural**: o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se **destine** ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial” (grifo nosso).

Já a expressão “*questões agrárias*”, dada à sua **amplitude conceitual**, desafia interpretação em **estrita sintonia** com o sentido da expressão “*dirimir conflitos fundiários*”. Sua **interpretação isolada** significa que a competência para questões agrárias compreende várias outras demandas, necessariamente **relacionadas** com **conflitos fundiários** (v.g., negócios jurídicos cujo objeto sejam bens de natureza agrária, reparação de danos originados da atividade agrária, etc.).

A partir da expressão “*dirimir conflitos fundiários*”, tem-se que a **competência jurisdicional** para “*questões agrárias*” é a que compreende o processamento e julgamento das demandas em que se discutem **direitos**

67 – CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 6ª ed., rev., Coimbra: Almedina, 1993, p. 1.187.

68 – Cfr. TJSP – Ap. civ. nº 212.726-1/8 – 8ª Câmara Cível – Comarca de São Paulo – Rel. Des. JOSÉ OSÓRIO – j. 16.12.1994 (RT, 723/208).

69 – Cfr. STF – RE (AgR) nº 328.812/AM, Rel. Min. GILMAR MENDES, pub. 11.4.2003.

70 – Princípio da proporcionalidade no Direito Tedesco: *Verhältnissigkeitsprinzip*.

71 – BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição*, p.198.





subjetivos disciplinados **primordial**, mas **não exclusivamente**, por normas e princípios jurídicos do **Direito Agrário**, cujas espécies necessariamente possuam algum **vínculo jurídico** (real ou obrigacional) com **imóvel rural**, seus **accessórios** e **benfeitorias**. Seria o caso, *verbi gratia* e *de lege ferenda*, das **ações discriminatórias** envolvendo **imóveis rurais**, cuja arrecadação pelo Estado **preferencialmente** se destinarão ao **programa de reforma agrária**.

Todavia, a tarefa de delimitar todos os contornos desta **competência constitucional** deve servir tão só como **parâmetro** para a sua fixação *in concretum* por ulterior **norma infraconstitucional**. Isso porque a nossa vigente **estrutura e organização judiciárias** não comportam ser conduzidas para um só juízo todo o espectro da competência prevista no **art. 126, caput**, da CRFB/88.

Assim, recomendável **regulamentar-se** tal competência por **ato normativo** indicador (limitando expressamente) de quais os **direitos substanciais** cujo **objeto material** (bem da vida) seja **imóvel rural**, suas **benfeitorias** e **accessórios**, passíveis de discussão no bojo das **demandas** processadas perante este juízo. Nesse sentido, oportuna a referência acerca da atual competência desta Vara, regulada na forma da **Resolução nº 438**, de **21 de junho de 2004**, do TJMG:

“Art. 2º O Juiz de Direito da Vara de Conflitos Agrários, com sede em Belo Horizonte, tem jurisdição em todo o Estado de Minas Gerais e competência para processar e julgar as ações que envolvam litígios coletivos pela posse de terras rurais, mencionadas no art. 82, inciso III, do Código de Processo Civil, e as que lhe são conexas.”

A primeira consideração vem a despeito da **terminologia** nele adotada. É que o termo *jurisdição*, ao menos como utilizado, não se nos apresenta consoante a melhor **técnica jurídica**, pois a **jurisdição**, como uma das **manifestações da soberania** (poder do Estado) é **una**, só admitindo limitação quanto a seu exercício pela atribuição de **competência jurisdicional** aos diversos órgãos do Poder Judiciário. Noutras palavras, a **investidura do juiz na jurisdição** não se processa de forma parcelada ou limitada; ela **se dá por inteiro**. O que se permite limitar é o **exercício** desta jurisdição, por meio da **atribuição de competências específicas** ou **residuais** aos diversos magistrados do País. Eis porque até a decisão de juiz incompetente produz efeitos (**art. 219, in fine**, do CPC).

Apesar da aparente **confusão terminológica**, resta claro que a competência deste juízo foi fixada, à época, com base (**paradigma**) nas atribuições do **Ministério Público** descritas no **art. 82, III**, do CPC (lamentavelmente foi mesmo um decalque para prestígio daquela já honrada instituição).

Enfim, toda demanda ajuizada no Estado de Minas Gerais em que se apresente num dos polos da **relação processual** uma **coletividade** de pessoas, e na qual se discuta posse sobre imóvel(is) rural(is), e as que com ela tenham **pedido** ou **causa de pedir comuns** configuram ações de competência do juízo da Vara de Conflitos Agrários. Evidente o objetivo de relevar a **qualidade de uma das partes** – coletividade (1) e a **posse sobre imóvel rural** (2) como **requisitos** para fixação da competência do juízo.

Observada a alteração do **art. 126, caput** da CRFB/88, e remetidos às nossas considerações sobre a amplitude da competência jurisdicional atribuída pela Constituição de 1988 às referidas varas especializadas, alguma alteração, em aprimoramento caberia, o que, no entanto, refoge ao nosso objetivo nestas incursões.

1.1.1.4 – Da atribuição de competência residual e pontual a juízes nas comarcas do interior, descentralizando a competência até aqui exclusiva deste juízo: inviabilidade

É **sem novidade** a proposta de se estender a competência deste juízo agrário, até aqui exclusiva, para varas localizadas em comarcas do interior. Noutras oportunidades, **semelhantes propostas** não mereceram acolhida no TJMG. Isso não obsta embora à criação de outras varas, também especializadas e exclusivas de caráter regional.

É sempre bom salientar que a **competência absoluta** deste **juízo único** se **justifica** pela **natureza peculiar** das demandas nele processadas, a recomendarem **primazia** da **atividade conciliadora** do conflito, na quase totalidade das vezes mais eficiente para a solução da lide do que a decisão proferida de plano, galgada exclusivamente no reco-





nhecimento de eventual “melhor” direito de uma das partes, e ainda tanto **distante** de uma mais nítida coloração **constitucional**.

Na Vara de Conflitos Agrários, aborda-se a **função social** da **posse** e da **propriedade**, matéria de tratamento novo, a partir dos **conceitos constitucionais** de propriedade e posse e dos institutos de direito material e processual a ela ligados – matérias afins. Nela se processa o debate de matérias hoje tratadas – no âmbito material sobretudo – do Direito Civil Constitucional (ou Constitucional Civil).

A **convivência** diuturna e o trato com as **questões agrárias**, no específico âmbito dos **conflitos coletivos**, não recomenda tomar por regra qualquer apreciação *in limine, inaudita altera parte*. Pelo contrário, a **experiência** nesta **novel realidade** – que desafiou e ensejou a criação de uma **vara especializada de imposição constitucional** – aponta por **precipitado** se não se avista o julgador, na **sede dos acontecimentos**, com o **calor das emoções** que adornam os **fatos**. Assim, a **eficiência** da prestação jurisdicional dependerá da **disponibilidade** (e **disposição**) daquele que esteja à testa da Vara de Conflitos Agrários em **percorrer, pessoalmente**, durante a semana, os distantes rincões das Minas Gerais, onde pululam os conflitos.

A **especialização da matéria** justifica a **manutenção** da **competência** de forma **centralizada** num juízo que, a um só tempo, esteja distante e próximo do calor das pressões políticas locais, de modo a garantir, por um lado, a necessária **isenção** no desempenho da atividade jurisdicional (pois sediado alhures), e, por outro, a construção da **solução negociada** de conflitos de tão graves proporções (por se fazer sempre presente à Comarca palco dos acontecimentos).⁷²

1.1.2 – Do conceito de imóvel rural e a questão da competência

Outro importante aspecto para desate da questão é o de se perquirir sobre o **conceito de imóvel rural**,⁷³ sem perder o foco na **fixação da competência** deste **juízo agrário**.

Dois são os **tradicionais critérios** para orientar a **distinção do conceito** – no trato dos imóveis –, quais sejam: (1) o da **situação** (ou **localização**) e (2) o da **destinação** do imóvel. Se se orienta o observador pelo **critério da situação**, coincidirá sempre o **imóvel rural** em **zona rural**, e o **imóvel urbano** na **zona urbana** (consoante **lei municipal**). Se, porém, de outro lado, o observador reger-se pelo **critério da destinação**, aí ocorrerá que um imóvel, mesmo localizado em zona urbana, poderá ser de **natureza rurícola**, e vice-versa.

Haverá uma **flexibilização conceptual** e, logo, de **definição**, variando a mercê do **interesse** a que estejam jungidos: tributário/fiscal, fins de Direito Registral, Direito Sanitário, Direito Municipal, etc. Contudo, a nossa preocupação liga-se ao **Direito Agrário**, de modo a saber, especificamente, sob quais **circunstâncias** o imóvel cuja posse seja objeto de **litígio coletivo** será tido como **rural**.

A **norma** em análise atribui ao juízo **competência excepcional** e, consoante a **regra clássica de hermenêutica**,⁷⁴ de **interpretação restrita**. Assim, buscar-se-á sua **exegese** no conjunto do sistema normativo específico a que pertence.

A **Lei nº 4.504**, de 30 de **novembro de 1964 (Estatuto da Terra)**, conceitua imóvel rural:

“**Art. 4º** Para os efeitos desta Lei, definem-se:

I – Imóvel Rural: o prédio rústico de área contínua qualquer que seja a sua localização que se **destina** à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer por meio de planos públicos de valorização, quer por meio de iniciativa privada.”

E, ainda, a **Lei nº 8.629/93**:

“**Art. 4º** Para os efeitos desta Lei, conceituam-se:

I – Imóvel Rural: o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se **destina** ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial” (grifo nosso).

72 – A **realidade da rotina** da Vara de Conflitos Agrários é, pois, a de sair o juiz de Belo Horizonte no **domingo** ou **segunda-feira** com destino às Comarcas do interior, ali realizar, durante a semana, **visitas aos acampamentos e audiências** até a quinta-feira, e retornar na sexta-feira, à tarde.

73 – Cf., dentre outros, **MARQUES, Benedito Ferreira. Direito Agrário brasileiro**, 7ª ed. rev. e ampl., São Paulo: Editora Atlas, 2007, Cap. 3, nº 1, p. 29-33.

74 – **MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do Direito**, 4ª ed., Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1947, p. 322.





Vê-se que o legislador, no âmbito do **Direito Agrário**, inequivocamente optou pelo **critério da destinação ou uso econômico específico do imóvel**, para classificá-lo como **rural**. Em qualquer **situação**, será rural o imóvel que tenha como **finalidade a exploração agrícola, pecuária, agroindustrial ou extrativa vegetal e florestal**.

Diversos **atos normativos** fixam, para cada município, a **área mínima** permitida para a constituição de um **imóvel rural**, segundo as **características ecológicas e econômicas** homogêneas das regiões, denominadas **Zonas Típicas de Módulo** (art. 8º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, Portaria nº 36/97, do Incra, Instrução Especial nº 50/97, do Incra).

1.1.3 – Da presença do Incra e a questão da competência

Na sequência, a questão comporta a análise para compreender-se o alcance do que seja “**interesse**”, pois somente assim reconheceremos ou não a sua **efetiva existência**, na esteira do previsto no art. 109, I, da CRFB/88, tudo sem a pretensão de invadir competência alheia. É que não se nos apresenta defeso partir da **análise abstrata da questão**.

Por força desse dispositivo constitucional, “*as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes*” atrairão, impositivamente, a competência para julgar tais demandas à Justiça Federal. Pois bem, a Constituição inequivocamente trata aí de **interesse processual definido dentro de uma lide** (interesse processual efetivamente deduzido). Assim, o **mero interesse**, *lato sensu* (**interesse material abstrato**), tomado como uma **potencial intenção** (até aqui mera especulação nos autos) em ser parte ou terceiro com **interesse jurídico** efetivamente deduzido num processo, mas não efetivamente o sendo, não tem o condão de alterar a **regra de competência**. Competência esta não submissa a regras processuais infraconstitucionais, mas a uma **imposição constitucional**. Cuida-se de **competência jurisdicional de status constitucional**. E mais, **não prevê a Constituição** em seu rol a figura do *amicus curiae*.

Ora, tem sido comum o **Incra** apresentar-se nos processos (na maioria das vezes a convite do juízo) como *amicus curiae*, e em momento algum se habilita na condição de autor, réu, assistente ou oponente. Há casos em que notícia a **publicação de decreto expropriatório** ensejador de uma **possível ação expropriatória**. Tal ação pode vir ou não a ser aviada, tendo, aliás, na **expectativa temporal**, um termo fatal sinalizado pela **decadência** do diploma legislativo (decreto expropriatório). Existe, é certo, apenas a **declaração** de que a área em litígio é de **interesse social**, oponível, por isso, a qualquer um, seja indivíduo ou coletividade. Registre-se que sequer existe a possível **ação de desapropriação em curso**. Pois bem, a partir dessa **específica e exclusiva** manifestação, alguns têm pretendido bastante a caracterizar interesse da autarquia, tal a render a alteração de competência do juízo da Vara de Conflitos Agrários estadual. No entanto, o que só interessa para alterar-se a competência é a **expressa manifestação** do **Incra** do **qualificado interesse** (autor, réu, assistente ou oponente), não se nos afigurando satisfatório apresentar-se como *amicus curiae*, ou mesmo **portador da notícia** do decreto expropriatório.

Vale pontuar que *amicus curiae*,⁷⁵ conquanto já de uso e incorporação no **costume constitucional**, especialmente em sede de **controle judicial abstrato de constitucionalidade** no STF,⁷⁶ é figura sem forma na legislação processual comum **codificada** em vigor (exceto a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994). Esclareça-se, com CAPPELLETTI, que o *amicus curiae* *brief* consiste, nos processos de **controle de constitucionalidade**, numa “*exposição escrita das autoridades, não com vestes de verdadeiras partes, mas simples terceiros interessados em facilitar a tarefa dos juízes, [e assim] manifestam ao tribunal sua opinião sobre a questão de constitucionalidade surgida no caso concreto.*”⁷⁷ Aqui é acolhido, no entanto, como um **auxiliar do juízo** (*friend of court*), constituindo-se num **sujeito processual** distinto das partes, do Ministério Público e do juiz, vindo à luz para prestar **auxílio de natureza específica**, em aprimoramento da tutela jurisdicional, mas sem alçar-se à condição de **terceiro**.

75 – Cfr., dentre outros: BUENO, Cássio Scarpinella. *Amicus curiae no processo civil brasileiro: um terceiro enigmático*, 2ª ed., rev. atual. e ampl., São Paulo: Saraiva, 2008, 721p.; CUNHA JR, Dirley da. *A intervenção de terceiros no processo de controle abstrato de constitucionalidade: a intervenção do particular, do co-legitimado e do amicus curiae na ADIN, ADC e ADPF*, in Aspectos Polêmicos e Atuais sobre os Terceiros no Processo Civil e Assuntos Afins, Fredie Didier Jr. e Teresa Arruda Alvim Wambier (Coord.), São Paulo: RT, 2004; AGUIAR, Mirella de Carvalho. *Amicus curiae*, Salvador: Edições Juspodivm, 2005.

76 – STF – ADIn(MC) nº 2130-SC – Relator Min. CELSO DE MELLO – j. 20.12.200 – pub. 2.2.2001.

77 – Cfr. CAPPELLETTI, Mauro. *O controle judicial de constitucionalidade das leis no Direito Comparado* (IL Controllo Giudiziaro di Costituzionalità delle Leggi nell Diritto Comparato), trad. Aroldo Plínio Gonçalves, rev. José Carlos Barbosa Moreira, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1984, Cap. IV, § 1, p. 103.





Assim, não se há de falar em **interesse processual do Incra** para o fim de deslocar a competência na apreciação do feito. Em suma, necessário seria, como **requisito indispensável** para configurar a competência da Justiça Federal, que, nos autos, o Incra se manifestasse inequivocamente, **vindicando posição processual definida**,⁷⁸ que nessa hipótese de fato não acontece. Acaso houvesse, aí sim os autos deveriam de ser remetidos à Justiça Federal, na qual se deliberaria legitimamente sobre a existência ou sinceridade do interesse manifesto (**Súmula nº 150 do STJ**).⁷⁹

Poder-se-ia, em proveito de argumento aos que defendem a tese de **incompetência** da Justiça Estadual nos casos similares aos destes autos, trazer à colação o disposto no **art. 8º da Lei nº 7.595**, de **8 de abril de 1987**, a dispor: “*consideram-se de interesse da União os litígios referentes ao domínio, posse, uso, exploração e conservação das terras públicas ou particulares, situadas nas áreas declaradas de interesse social, por ato do Poder Executivo federal, para fins de desapropriação.*” Entretanto, o conteúdo da norma se nos afigura como um **complemento** ao conteúdo da nova Constituição de 1988, havendo de ser **conjugado** a ela na interpretação dos reflexos de seu comando. É que o **art. 109, I da CRFB/88** é **expresso e inequívoco** em **qualificar o interesse** apto a fixar a competência da Justiça Federal como somente aquele **deduzido em juízo** pela entidade federal, desde que na **condição** de autora, ré, assistente ou oponente. A par disso, fica evidenciado, a não desafiar qualquer outro tipo de argumentação ou prova, que em ações que versem sobre **domínio, posse, uso, exploração e conservação** das terras públicas ou particulares, situadas nas áreas declaradas de **interesse social**, por ato do Poder Executivo federal, para fins de **desapropriação**, logo que ingresse em juízo a **União, entidade autárquica ou empresa pública federal** estarão, em princípio, autorizadas a participar do feito. Desafia a questão, nessa hipótese aventada, a tão só indicação pelo ente público federal dos elementos ora declinados: **tipo da ação** (**art. 8º, da Lei nº 7.595/87**) e sua habilitação no processo na **condição de autor, réu, assistente ou oponente** (**art. 109, I, da CRFB/88**).

Conclui-se que a **Lei nº 7.595/87** nada mais fez do que **definir** quais sejam os litígios considerados como de interesse da União, entidade autárquica ou empresa pública federal. Mas para os estritos fins de **fixação da competência da Justiça Federal**, apenas saber da notícia do interesse não basta; é imperioso que seja ele **deduzido em juízo** pela entidade federal que esteja nas **véstias** de uma das **figuras da relação processual** indicadas no **art. 109, I, da CRFB/88**.

A seu turno, o **parágrafo único do art. 5º, da Lei nº 9.469**, de **10 de julho de 1997**, disciplina a **intervenção anômala de pessoas jurídicas de direito público** nas causas em que deduzam simples **interesse econômico**, *verbis*:

“As pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes”.

Aqui, o legislador ordinário **amplia** o **conteúdo normativo** do instituto da **assistência**, cujo cabimento, na espécie, prescindiria da demonstração de **interesse jurídico**. O dispositivo em comento tornou inaplicável a **Súmula nº 61 do TFR**, mas de maneira alguma interfere desfavorável na linha de raciocínio até aqui por nós adotada. Mais contempla a espécie a figura do **amicus curiae** (“*intervir (...) para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria*”) do que a de um assistente, pois o **deslocamento da competência** só se dará se o ente público manifestar **recurso** (“*hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes*”),⁸⁰ quanto a isso embora havendo críticas acertadas.⁸¹

78 – RTJ, 46/73; 51/242.

79 – **Súmula 150 do STJ**: “*Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas*” (DJ 13.2.1996, p. 2608, RSTJ vol. 80 p. 439, RT vol. 724 p. 237).

80 – STJ: RE nº 754.696-RS (2003/0150143-8) – 1ª Turma – Relator Min. FRANCISCO FALCÃO – j. 13.12.2005; RE nº 633.028-PR (2004/00230304) – 1ª Turma – Relator Min. JOSÉ DELGADO – j. 5.10.2004.

81 – Cfr. CARNEIRO, Athos Gusmão. **Da intervenção da União como amicus curiae**. *Illegitimidade para, nesta qualidade, requerer a suspensão dos efeitos de decisão de jurisdição*. Leis nº 8.437/92, art. 4º e nº 9.469/97, art. 5º, in Revista Forense, vol. 363, set./out. 1992, p. 181-192 (especialmente p. 186-187).





Logo, fica certo, a hipótese então contemplada na **Lei nº 9.469/97** é de participação da União, entidade autárquica ou empresa pública federal apenas *ad adjuvandum* (lembração do **art. 7º da Lei nº 6.825, de 22 de setembro de 1980**). E não sem considerar, igualmente, o evidente **vício de fundo** (ampliação do conteúdo de elementar do tipo constitucional de competência), pois a norma não pode elidir para fins de fixação de competência, o **pressuposto constitucional** do ingresso **voluntário** daquelas pessoas jurídicas, na hipótese vindicando posição processual de **assistente economicamente interessado**.

1.2 – Da posse: a posse agrária

A **posse**, embora **componha a propriedade**, dela se **aparta conceitualmente**. Constitui-se num dos seus elementos **sem se confundir** em absoluto. Na **ordem natural das coisas** (manifestações), a posse **precedeu** à propriedade. Em **abstrato**, em **tese**, hão de estar de braços dados, mas na **experiência** essa coincidência não é necessariamente detectável: uma **sobreviverá aparentemente** sem a outra. Contudo, para a propriedade a inexistência da posse compromete a sua **vitalidade**, conduzindo ao seu **pericimento** (**art. 1.276, IV, do CCB/2002**)⁸² e à sua **arrecadação** (**art. 1.276, § 2º, do CCB/2002**).

A **construção** do **conceito** de **propriedade** começa já nas clássicas **Roma e Grécia**, com **fundamento familiar e religioso**, para mais tarde alcançar um **sentido jurídico**.⁸³ Na busca da compreensão do **conceito** de **propriedade**, mais especificamente do **direito de propriedade**, especialmente do **direito fundamental** de propriedade ou à propriedade, carece, por primeiro, distinguirmos a **propriedade** dos **bens** sobre os quais eventualmente recaia. O direito de propriedade reside no **campo conceitual**, das **ideias**, materializando-se quando incide numa **relação de caráter real** de um **indivíduo** humano ou de uma **coletividade** deles com um **determinado bem** (material, imaterial, fungível, infungível, etc.). A **Constituição** prescreve, nesta **relação**, à propriedade exercer a sua **função social**. Assim, não há **imposição legal** a que o bem, por si só, cumpra uma função social, pois a **natureza inanimada** dos **bens materiais**, ou **impalpável** de **bens imateriais**, não lhes permite cumprir função social qualquer, senão uma **função econômica**. Limita-se essa categoria de coisas a **existir no espaço temporal**. Seu **sentido**, sua **valoração**, dará o homem nas **relações**.

O **reconhecimento constitucional**, no âmbito dos **direitos fundamentais**, alcança a **propriedade** na condição de um **direito**. Considerando a **caracterização** dos direitos fundamentais (**imprescritibilidade; inalienabilidade; irrenunciabilidade; inviolabilidade; imutabilidade; intemporabilidade; absolutividade; permanência; pessoalidade; não patrimonialidade; universalidade; efetividade; interdependência; complementaridade; historicidade**)⁸⁴ abre-se um **espaço** válido de **discussão** quanto a que se deva ou não considerar a propriedade um direito fundamental. A despeito dessa possível discussão, resta certo que a **propriedade é um direito fundamental formal**, porque assim dito **expressamente** pela Constituição brasileira.⁸⁵ **Protege-a em potência**, ainda antes de **concretizada** em **subsunção** pelo **homem** que se torna, a qualquer tempo, **proprietário**. Muito mais direcionada em benefício daquele **não proprietário**, prescreve a mesma Constituição (**art. 5º, XXIII**) a **função social** da propriedade.⁸⁶ Este dispositivo, a um só tempo, **declara** um **direito** (fundamental) passível de conceder **pertença ao particular** e também à toda **coletividade**, ao cingir a **propriedade** com o **ônus essencial** de cumprir uma função em **benefício do todo**, do **coletivo**: a **função social**.

O **direito à propriedade** que a **Constituição garante** é aquele referente à propriedade que ela mesma **define**, ou seja, à **propriedade** (**art. 5º, XXII**) que cumpre sua **função social** (**art. 5º, XXII**). Em absoluto que não se tratam de **duas propriedades** as contempladas, embora nesse instituto (*lato sensu*) encontraremos espécies diversas (*stricto*

82 – Sobre o **pericimento**, ainda na vigência do Código Civil de 1916, cfr. TJSP – Ap. civ. nº 212.726-1/8 p. 1.187 – 8ª Câmara Cível – Comarca de São Paulo – Rel. Des. José Osório – j. 16.12.1994 (RI, 723/206-207).

83 – Cfr. COMPARATO, Fábio Konder, *Direitos e deveres fundamentais em matéria de propriedade*, p. 130-133.

84 – Cfr. SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 25ª ed., rev. e atual. nos termos da reforma constitucional (até a Emenda Constitucional nº 48, de 10.8.2005), São Paulo: Malheiros, 2007, cap. II, nº 5, p. 185; ANDRADE, José Carlos Vieira de. *Dos Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 3ª ed. (reimp. da edição de 2004), Coimbra: Almedina, 2006, cap. I, nº 1.2, p. 19; e ALEXANDRINO, José de Melo. *Direitos Fundamentais: introdução geral*, São João do Estoril: Príncipe, 2007, parte I, nº 4, II, p. 22.

85 – Cfr. MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*, 3ª ed., rev. e actual. (Direitos Fundamentais), Coimbra: Coimbra Editora, 2000, parte IV, tít. I, Cap. I, §1º, nº 1, II, p. 8-9.

86 – Cfr. o capítulo “La proprietà ‘ha’ funzione sociale o ‘è’ funzione sociale?” em PERLINGIERI, Pietro. *Introduzione...*, nº 22, p. 77-80.





sensu).⁸⁷ O objeto de que cuida a Constituição, em sede de **direitos fundamentais**, é um só: a **propriedade**. Propriedade, embora, de **leitura atualizada** e **bem delimitada** no corpo do texto constitucional. Não se trata, pois, de algo displicentemente cuidado; pelo contrário, o **constituente** demorou-se sobre tema, dispondo sobre ele em **diversos momentos** e de tal sorte a contemplar em **especial** a propriedade de **imóvel territorial rural**.

Propriedade não se confunde com o seu **objeto**. Aquela se consubstancia numa **relação teorizada**, a **expressão psicológica** do dono, dos **impulsos** e **pretensões** de alguém sobre algo (material ou imaterial); seu conteúdo se expressa no **reconhecimento** pela **ordem jurídica** (pela comunidade dos pares) de uma **relação do ser humano** com a **coisa**. Em si, a ideia de propriedade induz **exclusividade** quanto a todos. O **objeto** de exercício da propriedade é a **entidade**, a **coisa**, **corpórea** ou **incorpórea**, sobre a qual **incide** a **egoística vontade pessoal** de se **apoderar** com **exclusividade** em **detrimento** dos demais cidadãos.

Já o **exercício do direito de propriedade não prescinde da posse** – no caso, a **manifestação fática** (visualização para IHERING)⁸⁸ daquele **direito potencial fundamental** (mas a posse não se limita a ser apenas a **expressão fática**, a **visualização** da propriedade – art. 1.196, do CCB/2002 – desafiando uma **reflexão autônoma** dela: a **posse pela posse – ius possessionis**).⁸⁹ Se a **propriedade** há de realizar uma **função social**, nos termos da Constituição e da lei, por ilação e óbvia **conclusão**, a **posse** a ela **correspondente** haverá de cumprir, também, **necessária função social** no **efetivo uso** e/ou **fruição** do bem. A posse, nesse caso, **consumará** a **função social** (assim **imprescindível** para reconhecer-se como **situação fática**), mesmo porque se afigura **impensável** uma propriedade sem posse, senão como um instituto em **tese**, **objeto acadêmico da ontologia**, essencialmente **laboratorial**. Por fim, comprometida que se veja a consecução da função social pela posse que se exerça em **determinado bem**, fracassado estará o desiderato da função social da propriedade.⁹⁰ E, em casos tais, o resultado deveria ser a **desapropriação**, **única saída institucional** prevista pela Constituição. E quanto aos **imóveis rurais**, “a existência de posse agrária ofensiva à função social do bem que conduz à perda dessa posse e do direito de propriedade”;⁹¹ a **expropriação, in casu**, se dará numa perspectiva de **política agrária** implementada (ou a implementar) pelo **Governo Federal**, via **Incra**.

87 – Tomada a propriedade na condição de um **instituto jurídico**, indagando se se dirá “a” propriedade ou “as” propriedades, incluindo a perspectiva de **noção** e **conceito** do instituto, Perlingieri leciona, in verbis: “Come si è già chiarito il tema della proprietà può interessare come situazione soggettiva, come rapporto giuridico, come istituto giuridico. Secondo quest’ultima prospettiva, la ‘proprietà’ è la risultante di un complesso di norme giuridiche. Il problema della proprietà come istituto si traduce in sostanza nell’opportunità di verificare se essa costituisce un istituto unitario o se invece sotto la tematica della proprietà, al singolare, si nascondono istituti diversi, tali da far considerare la proprietà non più unitariamente, bensì quei minimi comuni denominatori che caratterizzano un istituto – anziché a sottolineare le differenze che possono esserci nell’ambito di un istituto, in riferimento a situazioni soggettive concrete sostanzialmente diverse; si che si discorre di ‘obbligazione’ al singolare, di ‘proprietà’ al singolare, e così via. Invece, negli ultimi tempi, in Italia – ma ancor prima in Francia – si tenta di affrontare con una metodologia nuova il tema della proprietà, sostenendo che la proprietà come istituto unitario non risponde ad un’esigenza interpretativa e che invece la proprietà si attegge pluralisticamente in forme diverse si da escludere la validità di una costruzione della proprietà in termini unitari, uniformi; si giunge cioè a sostenere la così detta teoria delle proprietà differenziate. Pian piano si è notato che una cosa è la proprietà su fondi rustici e una cosa è la proprietà su beni industriali, che altro è la proprietà dei beni di consumo altro è la proprietà dei beni di produzione, che altro è la proprietà che spetta ad un soggetto privato altro è la proprietà pubblica, che altro è la proprietà che spetta ad un solo soggetto altro è la proprietà invece in comproprietà e via di séguito; la figura della proprietà collettiva cominciò a farsi strada accanto alla proprietà personale, individualistica e alla proprietà comunista (proprietà in comunione); si notò che non si poteva costruire la comproprietà in termini di somma di proprietà singole, che la proprietà collettiva era una forma particolare di comproprietà rispondente a una determinata funzione sociale-giuridica, che particolari tipi di proprietà proprio perché rispondenti a particolari esigenze, ancor prima che di carattere patrimoniale, di carattere personale come appunto la proprietà personale (proprietà dell’abitazione, il piccolo risparmio, ecc.) erano forme di proprietà che nel nostro ordinamento – come nella gran parte degli ordinamenti civili – hanno una disciplina diversa. E’ evidente che uno studio di questo tipo, ispirato ad una metodologia rivolta ad individuare le differenze nell’ambito di questa ampia tematica, era tutto intento a cogliere le differenti discipline in riferimento alle singole concrete proprietà; entrava in crisi la nozione unitaria dell’istituto, giacché se un istituto è un complesso di norme che regola un fatto o una relazione socialmente rilevante, si potrebbe anche affermare che la proprietà è un istituto unitario, qualora si individuassero talune norme del nostro ordinamento applicabili a qualsiasi forma di proprietà, minimo comun denominatore giustificante la costruzione di una categoria unitaria. Nell’ambito, poi, di quest’eventuale, ipotetica unitarietà, che sarebbe generica, si dovrebbero poi cogliere quei complessi di norme caratterizzanti le singole particolari forme di proprietà, si da costruire, ad esempio, la proprietà su fondo rustico come un istituto chiamandola appunto proprietà rustica, la proprietà urbana o la proprietà edilizia, individuando quel complesso di norme di carattere ordinario e speciale che disciplinano quella forma di proprietà che è appunto la proprietà edilizia. In tal guisa si procede all’individuazione della proprietà come istituto unitario sì, ma anche come istituto estremamente generico perché consistente soltanto in quelle poche norme eventualmente applicabili a tutte le forme possibili di proprietà; poi, nell’ambito di questa nozione unitaria della proprietà, è da individuare di volta in volta, con analisi minuziosa, paziente, quella che è la disciplina di particolari forme di proprietà che, sia sotto il profilo della tipicità normativa sia sotto quello della tipicità meramente sociale, hanno assunto una loro autonomia, una loro lisionomia si da reclamare un’indipendenza, anche in termini di istituto, nei confronti di quell’istituto-madre unitario che si potrebbe definire la proprietà generica.” (PERLINGIERI, Pietro. **Introduzione...**, n° 43, p. 135-138). Ainda antes o autor foca essa mesma questão sob o título “Crisi della nozione unitaria della proprietà” (idem, n° 12, p. 59-60).

88 – “A ideia de que a posse é o exercício de fato do direito de propriedade já se encontra na obra monumental de Savigny, aparecida em 1803 (Das Recht des Besitzes, 192 = Traité de la Possession, 173); reproduzem a mesma ideia, além de Mackelley, autores divulgadíssimos: Maynz – Cours de Droit Romain I § 80; Lafayette – Cousas § 17; Lacerda – Cousas § 7 nota 2 e § 8 nota*. Ihering não repeliu essa ideia; ao contrário aceitou-a e desenvolveu-a na sua primeira obra sobre a posse intitulada Fundamento dos Interditos Possessórios (Ueber den Grund des Besitzeschutzes, 2ª ed., 1869). Nessa obra, Ihering ora diz que a posse é a exterioridade (Thatsächlichkeit) da propriedade, ora que é o exercício (Ausübung) da propriedade (45, 158-160, 179, 187, 224 = tr. fr. 42, 141, 142, 159, 165, 197). Entre as duas fórmulas não há contradição; há apenas uma diferença extrínseca, accidental: a primeira apanha a posse em posição estática; a segunda, em posição dinâmica. São, portanto, fórmulas equivalentes. Ihering acentua explicitamente essa equivalência, em Teoria Simplificada da Posse, tr. fr. Em Oeuvres Choisies I, p. 235: ‘O que é protegido na posse é o estado de fato como tal, mas um estado de fato que pode ter por base um direito e que, por consequente, pode ser como exercício ou a exterioridade de um direito’. Essa exterioridade (ou exercício) da propriedade resume, numa palavra, toda teoria possessória, como bem assinalou Ihering ao finalizar a sua obra sobre os interditos possessórios” (PEIXOTO, José Carlos de Matos. **Em defesa de Clóvis Beviláqua**, in Separata da Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Ceará, Imprensa Universitária do Ceará, 1959, p. 10 – ortografia original).

89 – Cfr. TORRES, Marcos Alcino de Azevedo. **A propriedade e a posse: um confronto em torno da função social**, Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007, p. 303-310.

90 – Cfr. COMPARATO, Fábio Konder. **Direitos e deveres fundamentais em matéria de propriedade**, p. 130-133.

91 – RESEK, Gustavo Elias Kallás. *Op. cit.*, p. 75.





Ressalte-se, em esclarecimento, o **bem imóvel territorial rural é bem de produção**, vocacionado ao **serviço social**, mesmo embora em **mãos privadas** ou **particulares**. E se assim é, a função social dele **exigida** toma o caráter de **trato sucessivo**. Na categoria **produtividade** tem **marco temporal** de avaliação na coincidência do **ano agrícola**, a partir dos parâmetros legais (**Lei nº 8629/93**). Quanto aos **demais quesitos**, há de ser de **diuturna observância**. Desta sorte, em sede de **ação possessória** a exigência de **prova** da posse há de acontecer observando a **exigência constitucional**. Se quanto à **propriedade** se pode discutir a prova de sua existência a partir de um **registro cartográfico** válido, a **posse**, por essencialmente **visível** no **mundo fático**, tem justo na sua **faticidade** a prova eficiente de sua **existência**. Com a explícita **imposição constitucional**, agregou-se ao **conteúdo conceitual**, ao **núcleo duro** da posse, a **observância da função social**. Ora, por tudo, as **estruturas jurídica e judiciária** só se explicam como **criação e aplicação** na ótica de um **grupo social organizado**; logo, fora dessa perspectiva, *in casu*, falar-se-á numa **mera utilização**, quiçá uma **mera detenção**, mas não de uma posse.

Surge, pois, a questão relativa à **posse exercida sem atenção ao princípio constitucional da função social**. Se jungida ou fundada no direito de propriedade bastante, pode redundar na **perda da propriedade**. Tal se dará, no entanto, nos **limites**, também **constitucionalmente estabelecidos**, de um **procedimento expropriatório**, com fases administrativa e judicial; respeitados o **contraditório** e a **ampla defesa** (princípios constitucionais), ao fim, com **indenização justa**, dar-se-á a **expropriação compulsória**.

Entretanto, os **conflitos possessórios** nem sempre envolverão **exercício de posse** fundada na propriedade, a ensejar possível desapropriação. Nessa discussão, apura-se um **possível completo abandono (derrelição)** do imóvel pelo **proprietário**, e mesmo pelo eventual – ou último – **possuidor direto**. Em tal circunstância, a “**posse anterior**” não encontrará, no âmbito judicial, qualquer abrigo, permanecendo a **realidade** como tal se apresenta **ao tempo da instauração do litígio**. Em síntese, haverá a **perda da posse** em favor dos circunstantes requeridos invasores/ocupantes/tomadores do imóvel; no entanto, por ser ação em que se **discutiu apenas o caráter da posse do(s) requerente(s)**, a sentença não terá qualquer teor de, por isso, declarar eventual qualidade de **posse boa** aos requeridos.

88

Por fim – e é a maneira dos casos submetidos a esta **Vara especializada dos Conflitos (coletivos) Agrários** –, surge a questão dos imóveis cuja **posse** vem sendo **exercida** (direta ou indiretamente) pelo **proprietário**, de **maneira plena** ou **subutilizando** sua área. Casos há em que a função social não vem sendo **efetivamente cumprida** e nem **fiscalizada** pelo órgão público competente. O fato – lamentável – só surge a partir de um **evento (ilícito jurídico em princípio)** de **esbulho possessório**.⁹² Já estabelecido o **conflito social**, surge a **demanda judicial** da questão. Neste foro, passa-se a discutir a **qualidade da posse** exercida sobre o imóvel rural, de modo a sabê-la (aquela posse) passível de ser contemplada por qualquer **interdito possessório**. Para alguns, em evidente **radicalismo insano**, o não **atendimento pleno e absoluto** dos requisitos da **função social** enseja ao **Estado** abandonar e tirar de sua **proteção judicial** à posse assim qualificada (ou desqualificada), desconsiderando nela a que **grau** abaixo das **exigências legais** referidas (a partir da obrigação constitucional) se encontre. Nessa **perspectiva radical**, pretendem seus acólitos que o possuidor **perca** não só a **posse** como a **propriedade** sobre o imóvel **esbulhado** em favor dos autores do esbulho. Mas essa posição nada tem de pacificada e muito menos vai ao encontro do **espírito constitucional**, porque, ou redundando numa possível **desapropriação indireta**, ou, de outra sorte, ensejará ambiente de **ação dominial**. No bojo dessa **ação reivindicatória**, o proprietário poderá **reaver** o imóvel mediante **indenização** aos já então possuidores, desde que não se lhe será exigido, àquela altura, provar o cumprimento da função social por si, por atos inequívocos seus, visto ser tal ônus acometido ao(s) pseudoesbulhador(es).

O **legislador infraconstitucional** editou **normas** (MP nº 2.027-38/2000 ou nº 2.183-56/2001) em **desestímulo** a **atos unilaterais**, para ensejar, aos imóveis invadidos/ocupados/tomados, **imunidade de vistoria** pelo **Incra** para os **fins da reforma agrária**, por dois ou quatro anos, contados a partir de sua efetiva **desocupação**. Enfim, a única maneira de obter-se o imóvel que não atenda ao preceito da função social, no Brasil, passa pela **desapropriação**, jamais pelo **confisco** ou o **perdimento** por **sequestro** (exceto o caso dos crimes de tráfico ilícito de drogas).⁹³

É que a **ação de invasão, ocupação** ou **tomada** pelos **movimentos sociais** (organizados?) jamais encontra **respaldo legal** como capaz de **determinar** ou **designar** qualquer imóvel à **expropriação**. **Indicar** imóvel a ser contem-

92 – STF – Pleno – ADI-MC nº 2.213-DF – Distrito Federal – Rel. Min. CELSO DE MELLO – j. 4.4.2002 – publ. DJ 23.4.2002 – p. 00007 – Ementário vol. 02148-02 – p. 00296.
93 – Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.





plado no rol de incidência da **política de reforma agrária**, isto sim, é aceitável e louvável. Avançar o movimento além do **plano administrativo**, fazendo-se notar em **atividade violenta (invasão resistida)**, cria o **conflito** no campo, em ofensa ao aspecto do **bem-estar** prescrito na Constituição. De outro lado, muita vez essa atitude reduz-se a uma **denúncia** da circunstância de **injustiça social** no quadro de **divisão de terras** no Brasil, focando a **existência acin-tosa** de imóveis rurais **manifestamente improdutivos** (sobretudo). Finalmente, constatam-se, ainda, ações de **cunho eminentemente político**, como **estratégia de pressão** ao Inca para efetivar **vistoria** em áreas adrede indicadas pelos movimentos sociais.

Quanto ao **imóvel rural**, bem foco desta ação, em torno do qual se discute o **direito à posse** (ou à propriedade), a sua **qualidade**, observamos dois enfoques imperiosos de se estudar: **primeiro**, quanto àquele **titular reconhecido** – mor parte das vezes a partir do **direito de propriedade**; **segundo**, daqueles **outros todos** que não os primeiros, mas que almejam **direito à propriedade** – ainda **potencial**. Daí todos nos tornarmos **fiscais** do **exercício do direito de propriedade** à luz do atendimento da **função social**.

Merece atenção, ainda, o fato de que a posse em si, como um **conceito no plano meramente doutrinário e especulativo**, aí se basta. Seu significado toma vulto no **campo relacional**, alçando à **categoria jurídica de direito real**.⁹⁴ O condão de importância adquire-se pela **interseção** com uma **personalidade qualquer**, pois que esta vem **imbuída** do aspecto inafastável de **dignidade**, e com ela o **direito ao livre desenvolvimento**. Essa **concreção** mais se evidencia no palco das **relações privadas**, como na espécie. A **proteção possessória** a que se prestam o **interdito**, a **manutenção** e a **reintegratória** são, em última instância, a **proteção da dignidade humana, direito fundamental**.⁹⁵

A **dogmática** há tempos se afastou da **realidade** no campo possessório e, só mesmo por conveniências detectáveis sem muito esforço, mantém-se numa “crença de fixação”, ainda sob os influxos de uma **ordem eminentemente privada**, hoje **caduca**, insubsistente – pelo menos – ao segundo pós-guerra do século passado.

A **posse pode ser causa e consequência**. Se se considera a posse como a **mera exposição**, elemento que evidencia e externa a propriedade, ela é **consequência**; todavia, se se lhe reconhece uma importância ou **existência de per si**, ela será **causa e ensejo de exercício** ou **garantia** de **outros direitos**, dentre eles a **propriedade**. Sob tal prisma, **paradoxalmente**, a posse poderia ser **causa e efeito** da **propriedade**; pode ela anteceder ou suceder no tempo. Conquanto se ligue à propriedade **circunstancialmente** de maneira umbilical, não é, em absoluto, **neces-sária** essa **relação**. À vista disso, é que se impõe uma mais detida reflexão sobre a matéria.

No trato com as teorias de SAVIGNY e IHERING, epígonos das **teorias subjetiva e objetiva** da **posse**, respectivamente, e que, lumináres do século XIX, inspiraram as discussões sobre a posse no século XX, sobretudo no Brasil, havemos de atentar e ter sempre em mente que nesses autores a posse que teorizavam era a do **direito romano**.

Certo é que os **movimentos sociais** operam dentro de sua estratégia em busca da propriedade. Então, não **pretendem** tão-só a posse da terra; querem, além, o **domínio**, a **propriedade**, no exercício pleno daquele **direito fundamental** que a Constituição consagra.

Ao realizarem uma **ocupação**, não ignoram muita vez a **existência de um proprietário**, eis porque não supõem para si tal condição (*oprimio sue cogitatio domini*). Malgrado tudo se dê no **plano possessório**, porque os movimentos sociais são designados por “sem-terra”, seu objetivo mesmo, porém, é a **obtenção** da **propriedade** da **terra**; pretendem ser **proprietários** para se **assentarem** num pedaço de chão, **explorá-lo** e fazê-lo **herança** para seus pósteros familiares. Não há, nesta luta, nenhum caráter de **matriz comunizante**.

Frente a um **pedido de cunho possessório**, sobretudo se ombreado a um pleito **incidental** de **concessão liminar inaudita altera parte**, importa exclusivamente refletir sobre a **qualidade da posse do requerente**. Tal análise baliza-se, por primeiro, nos eflúvios que exalados da **Constituição Federal**. A questão elementar, na espécie, é de **cunho principiológico** e reside na **Carta Fundamental de Direitos** do ordenamento jurídico.

94 – Dentre os que consentem com a **natureza de direito real** da **posse** cfr.: LOPES, Miguel Maria de Serpa. Rio de Janeiro / São Paulo, 1960, vol. VI, Cap. II, nº 45, p. 91; PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil: direitos reais*, 19ª ed., de acordo com o Código Civil de 2002, rev. e atual. por Carlos Edson do Rego Monteiro Filho, Rio de Janeiro: Forense, 2005, vol. IV, Cap. LXIV, nº 186, p. 27; GOMES, Orlando. *Direitos reais*, 19ª ed., rev., atual. e aum. por Luiz Edson Fachin, Rio de Janeiro: Forense, 2004, Cap. 2, nº 15, p. 43; DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil brasileiro: direito das coisas*, 22ª ed., rev. e atual. de acordo com a Reforma do CPC, São Paulo: Saraiva, 2007, vol. 4, Cap. II, nº 4, p. 52.

95 – Especialmente a respeito o título “*Incidenza dei principi di solidarietà e di tutela della dignità delle persone sulla disciplina della proprietà*”, cfr. PERLINGIERI, Pietro. *Introduzione...*, nº 20, p. 73-75.



Até o advento da Constituição de 1988 vigia ainda no Brasil uma **equivoca técnica de interpretação do direito nas relações privadas** sob a égide absoluta do **Código Civil**. Ainda a tempo, em boa hora, com o novo texto da Constituição operou-se o geométrico “**giro hermenêutico**” na apreciação dos temas privados, instalando-se a **primazia** (óbvia) da **Constituição** na aplicação do direito.

Em sede dos **direitos reais**, marcadamente o **direito de propriedade**, aconteceu **profunda modificação**, infelizmente ainda hoje não bastante percebida nem aceita. No movimento conhecido por **constitucionalização do Direito**,⁹⁶ surge até um ramo ou disciplina – quando não uma **técnica de afirmação** –: o **Direito Civil Constitucional**.⁹⁷ Nessa perspectiva, na análise dos **institutos do Direito Civil**, eles são contemplados a partir do seu **colorido constitucional**, para, então, buscar subsunção com as regras do direito privado. Esse **necessário caminho harmoniza as interpretações**, voltadas todas para a **referencial base**, a **Constituição**.

De tudo ainda se pode considerar pertinente o **fato** de uma **ocupação** se dar no intuito de subsumir-se à hipótese contemplada pelo **art. 1.276, § 1º, do Código Civil** em vigor, que trata do **abandono de imóvel rural**. É disposição da **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002:

“**Art. 1.276.** O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não o mais conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, 3 (três) anos depois, à propriedade do município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.

§ 1º – O imóvel situado na zona rural, abandonado nas mesmas circunstâncias, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, 3 (três) anos depois, à propriedade da União, onde quer que se localize.

§ 2º – Presumir-se-á de modo absoluto a intenção a que se refere este artigo, quando, cessados os atos de posse, deixar o proprietário de satisfazer os ônus fiscais.”

1.3 – Da hermenêutica constitucional à exegética infraconstitucional

Conquanto nos empolgue a possibilidade de uma **interpretação pluralista e livre da Constituição**, mais ou menos nos moldes propostos por PETER HÄBERLE,⁹⁸ não nos consola aferrarmo-nos nela pelo mero prazer da **interpretação – atividade essencialmente intelectual, tarefa lógica** com trânsito entre **categorias inflexíveis**. Bem mais que isso, aguça-nos pelo **desafio** de dar vida às normas na **aplicação do Direito** – processo de enfrentamento das exigências numa **exegese extensiva, filológica, atualizadora das leis** na vertente das **possibilidades** ensejadas pelas **mudanças**.⁹⁹ Prevalece, mais que tudo, a necessidade premente da confecção de uma **nova exegese** em sede dos **conflitos coletivos agrários**.

96 – Cfr., em meio a tantas obras, v.g., SOUZA NETO, Cláudio Pereira de e SARMENTO, Daniel (Coordenadores). *A Constitucionalização do Direito: fundamentos teóricos e aplicações específicas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, 1.009p.; AA.VV. *Direitos Constitucionalizados*, coord. Adrolado Leão e Rodolfo Pamplona Filho, Rio de Janeiro: Forense, 2005, 448p.; AA.VV. *Constitucionalização do Direito: a Constituição como locus da hermenêutica jurídica*, org. André Andrade, Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2003, 551p.; RAMOS, Carmem Lucia Silveira. *A Constitucionalização do Direito Privado e a sociedade sem fronteiras*, in *Repensando Fundamentos do Direito Civil Brasileiro Contemporâneo*, Luiz Edson Fachin (Coord.), Rio de Janeiro: Renovar, 1988, p. 3-29; GSCHWENDTNER, Loacir. *A constitucionalização do direito privado contemporâneo*, Florianópolis: OAB/SC Editora, 2006, 174 p.; BARROSO, Luís Roberto. *Ne Constitucionalismo e constitucionalização do direito: o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil* in 20 Anos da Constituição Cidadã, Zulmar Fachin (Coord.), Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2008, 101-148.

97 – GARCIA, Juan Antonio Alejandre. *Derecho del constitucionalismo y la codificación*, in *Temas de Historia del Derecho*, Sevilla: Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1978, vol. I, 197 p.; FERNÁNDEZ, Enrique Gacto. *Derecho del constitucionalismo y da codificación*, in *Temas de Historia del Derecho*, Sevilla: Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1979, vol. II, 284 p.; ANDRADE, Fábio Siebenschler. *Da codificação: crônica de um conceito*, Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1997, 189 p.; LORENZETTI, Ricardo Luis. *Fundamentos do direito privado (Las normas fundamentales de derecho privado)*, trad. Vera Maria Jacob de Fradera. São Paulo: Editora RT, 1998, 613 p.; TEPEDINO, Gustavo (coord.). *Problemas de Direito Civil Constitucional*, Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2000, 577 p.; TEPEDINO, Gustavo. *Temas de direito civil*, 2 ed. rev. e atual., Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001, 521p.; MARTINS-COSTA, Judith (org.). *A construção do direito privado: reflexos dos princípios, diretrizes e direitos fundamentais constitucionais no direito privado*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, 861 p.; PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do Direito Civil: introdução ao direito civil constitucional*, 2 ed., Rio de Janeiro: Renovar, trad. Maria Cristina de Cicco, 2002, 359 p.; RAMOS, Carmem Lúcia Silveira et alli (org.). *Diálogos sobre direito civil: construindo a racionalidade contemporânea*, Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2002, 537 p.; SARMENTO, Daniel. *A ponderação de interesses na constituição federal*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002, 220 p.; ANDRADE, André (org.). *A constitucionalização do Direito: a constituição como locus da hermenêutica jurídica*, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2003, 551 p.; BARROSO, Luís Roberto (org.). *A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas*, Rio de Janeiro: Renovar, 2003, 419 p.; BARROSO, Luís Roberto. *Temas de direito constitucional*, Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, Tomo II, Parte I, 2003, p. 3-46 (Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito Constitucional brasileiro: pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo); LOTUFO, Renan (coord.). *Direito civil constitucional*, São Paulo: Malheiros, caderno 3, 2003, 334 p.; ROBERTO, Giordano Bruno Soares. *Introdução à história do direito privado e da codificação: uma análise do novo código civil*, Belo Horizonte: Del Rey, 2003, 129 p.; SARLET, Ingo Wolfgang (org.). *Constituição, direitos fundamentais e direito privado*, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, 357 p.; SARMENTO, Daniel. *Direitos fundamentais e relações privadas*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, 410 p.

98 – Cfr. HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica Constitucional. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição* (Die offene Gesellschaft der Verfassungsverstehenden. Ein Beitrag zur pluralistischen und “prozessualen” Verfassungsinterpretation), trad. Gilmar Mendes, Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1987, 55p.

99 – Cfr. HERKENHOFF, João Baptista. *O Direito Processual e o Resgate do Humanismo*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Tex Editora, 2001, p. 18-30.





Quando se discute o **Estado Democrático de Direito**, importa observar a perspectiva de sua **submissão à Constituição e não à lei**. Isso implica considerar um **novo momento da vivência jurídica** a que alguns denominam **Estado Constitucional de Direito** ou simplesmente **Estado Constitucional**. Basta-se aí reconhecida a importância atual da Constituição, afastando-se evidentemente dos coloridos **liberais de superdimensionamento da lei** (com a prevalência do **privado**). Porém, nunca se há de perder de vista que, a despeito de a Constituição deter tal relevo, a vida que acontece sob ela não se limitará jamais a mera “execução da Constituição”.¹⁰⁰ Esta **passagem do Estado de Direito Legal ao Estado de Direito Constitucional** implica um **salto de qualidade**, fato não desconsiderado por ZAGREBELSHY e GARCÍA PELAYO, como mesmo destaca ANTONIO-CARLOS PEREIRA MENAUT.¹⁰¹ De tudo isso temos o **protagonismo judicial**, quando as **tormentosas questões sociais**, convoladas em **jurídicas na formulação processual**, submetem-se ao crivo de uma **sentença**.

De outro lado, a **atuação judicial**, mercê da **jurisprudência (lato sensu)**, enseja, de algum modo, determinar-se o **justo** discriminando o **injusto**. Se o **mundo fático** sobre o qual se constrói a **norma** vive em plena **mudança**, a norma jurídica, sem que se lhe seja imposta qualquer **alteração gráfica**, pode passar a uma **nova significação**.¹⁰² E tal aconteceu com o nosso sistema jurídico, a partir de uma **nova ética valorativa**, em que um vigente **individualismo jurídico** cedeu “*lugar a suma compreensão social e humanística do Direito*.”¹⁰³ Particularmente se se toca em **direitos fundamentais nas relações possessórias, igualdade e liberdade** não de ser **harmonizadas** a partir do **prisma constitucional**. O conjunto de **preceitos de conteúdo privatista** contribuirá, porém, num segundo momento, valendo qualquer advertência de **moderação** na empreitada para **evitar-se o risco da exclusividade** de um **judicialismo constitucional**.

Mais do que nunca a tendência do **Direito moderno** é, na sua **dinâmica**, fundar-se em **preceitos principiologicos – fundamentais**, bem como considerar especialmente os contributos da **semântica jurídica**. Os **princípios** ensinam, sobretudo, a favor do **Direito** e das **pessoas**, uma **abertura interpretativa**, mas também o “*fornecimento de elementos essenciais para a análise sistemática da ordem jurídica positiva, e a conseqüente manutenção de sua unidade*.”¹⁰⁴

Apesar de a **Constituição** guardar características particularíssimas por sua **natureza superior**, não se desconsidere que, **em princípio**, mesma é a **técnica de investigação legislativa** que remanesce para as leis ordinárias. Melhor explicando, a elaboração das **normas positivadas – constitucionais ou ordinárias – segue técnica única**, com **preceitos gerais**, aplicáveis, quanto à **lógica do texto**, desde à **Constituição** até aos mais elementares dos **estatutos ou portarias**.

Eis que a **concretização** daqueles **valores** impressos pelo constituinte no Texto Magno há de acontecer, seja pelas mãos do **legislador infraconstitucional**, seja pelos **operadores do Direito** indistintamente, seja pelo **cidadão** enfim. Reduz-se tudo à **conscientização geral**: autoridades, profissionais e povo. E em sede de **direito fundamental de propriedade**, muito se acomete ao **legislador ordinário (infraconstitucional)**, ao contemplar as múltiplas **situações de índole patrimonial**, quando há de partir de uma nítida definição do **núcleo essencial (Wesensgehalt)** do Direito e das possíveis **restrições ou limitações**, estas a melhor dizerem-se em **regulação** ou **conformação (Regelung oder Ausgestaltung)**.¹⁰⁵

A afirmação dos **princípios** no panorama do Direito, possibilitando uma nítida **abertura do sistema**, não se pode dizer de uma criação laboratorial, como só acontece em setores das ciências exatas e médicas; para o Direito, **ciência social aplicada**, o laboratório é mesmo a **realidade social** e a **evolução do bioma**, submetido a toda espécie de **mutações no modus vivendi** da humanidade e das diversas classes sociais. Também muito contribui a **evolução** extraordinariamente rápida dos **meios de comunicação** e do **processamento dos saberes**. Sob tais

100 – Cfr. Schmidt – *Assma Allerhand Verfassungsstaatlichkeit*, p. 1002, *apud* MENAUT, Antonio-Carlos Pereira. *Rule of law o estado de Drecho*, Madrid/Barcelona: Marcial Pons, 2003, Col. Prudentia Iuris, vol. 5, Cap. V, c, nº 1, p. 79.

101 – *Op. loc. cit.*, p. 81.

102 – Cfr. LARENZ, Karl. *Metodologia da Ciência do Direito* (Methodenlehre der Rechtswissenschaft), trad. José Lamego, 3ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, Cap. IV, nº 3, “b”, p. 495-500.

103 – REALE, Miguel. *Teoria Tridimensional do Direito*, p. 127.

104 – CALGARO, Geison Amauri. *Patrimônio genético: comércio e proteção de substâncias do corpo humano*, in Revista de Direito Privado, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, vol. 16, ano 4, out./dez. 2003, nº 1.1, p. 101.

105 – Cfr. MENDES, Gilmar Ferreira. *A reforma monetária de 1990 – problemática jurídica da chamada “retenção dos ativos financeiros” (Lei nº 8.024, de 12.04.1990)*, in Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – Renovar, vol. 186, out./dez. 1991, p. 50-61.





aspectos, há de ser pensado e tratado o **Direito contemporâneo (pós-moderno)**, sempre atento a que o homem é um **ser em construção**.¹⁰⁶

Não havendo como, de **súbito**, romper com o **sistema fechado** (na **leitura fossilizada** dos códigos), aquele **sintomático e arcaico** apego à **literalidade** e **fixidez** das regras jurídicas positivadas, a **saída** se deu, como lembra LUCIANO DE CAMARGO PENTEADO, na **fuga** por expressões como **função social**.¹⁰⁷ Ainda compondo este quadro, revela-se a **crise da legalidade**, já detectada em meados do século passado por AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO, exteriorizada na “*insuficiência de uma legalidade construída sobre postulados do individualismo jurídico, para atender às condições impostas pelo primado do social, nas relações jurídicas.*”¹⁰⁸

Há, por **equivoco**, quem entenda **despiciendo** **perquirir da função social da propriedade** em sede das **possessórias**. **Julgados** existem, **infelizmente**, embora de respeitável lavra, que não se assessoram de melhor reflexão ao evitarem o enfrentamento das razões de **nova perspectiva** na **concepção** das **possessórias** à luz da vigente **Constituição** (inovadora no trato da **propriedade** e da **posse**). Daí o perigo de nos aferrarmos cegamente a **ementas de julgados**. É possível colacionar dos tribunais **decisões** que, **ao arrepio da Constituição** e da boa e mais **atualizada doutrina**, têm por **sem importância** a **produtividade**, o **bem-estar**, o respeito às **leis ambientais** e **trabalhistas** de um imóvel rural – enfim, o cumprimento da **função social** –, bastando-se por vezes nas exigências de uma **leitura fundamentalista** do **art. 927 do CPC**.¹⁰⁹ São decisões, *data venia*, que **acriticamente** se vão constituindo em **precedentes preceptivos**, utilizados embora sem a salutar **técnica da distinção** (*distinguishing* – dessemelhança) ou da **superação** (*overruling* – novo critério) deles. Não se afirmam tais decisões – ainda que várias – em **jurisprudência confiável**, menos ainda em **precedentes vinculantes**, pois **carecem de profundidade** e são **acanhadas** na **extensão** do raciocínio, daí porque não alcançam a esperada **generalização**. Em lugar algum do **ordenamento jurídico pátrio** em vigor, há inscrita a restrição de que a função social, por quaisquer de seus aspectos, seja considerada **exclusivamente** em casos de **desapropriação**. Pelo contrário, em sede de **excepcionalidade** (e ainda há quem discorde), só restringe um dos elementos da função social, a **produtividade**, para dizer que, na sua presença, mesmo ausentes os demais, o **imóvel não será desapropriado** (art. 185, II, da CRFB/88).¹¹⁰ Enfim, despidos de **preconceitos** e dos **trapos retrógrados** de uma **leitura privatista do Direito**, estaremos aptos e desvendados para fazer coro à melhor e mais comezinha **doutrina constitucional**, destacadamente à vista de uma **nova ordem jurídica em vigor**.¹¹¹

A **posse, íntima** da **propriedade** só será sua **manifestação** na **justa medida** do que manifesta. A **propriedade evoluiu** no mundo do **Direito** e da **juridicidade** e com ela a **posse** (quase sempre **respectiva**). Assim está dito na **Constituição da República Federativa do Brasil**, não nos cansamos de aqui **repetir** isso. Já entrados no **século XXI** do **terceiro milênio**, **confrange-nos** encontrar a **preguiça** dominando espíritos, estes de esferográficas em punho com o talhe de penas de ganso. A **constitucionalização voga** e é **fase na ciência do Direito** muito já depois da **codificação** discutida por THIBAUT e SAVIGNY. A partir dessa compreensão, o **Direito evolui**. Ora, a **função social não serve**, absolutamente, em excelência, para **induzir desapropriação**; ela é **muito mais** e tem **sentido de amplitude con-**

106 – Cfr. PENTEADO, Luciano de Camargo. *Sistema e Direito Privado: panorama histórico e perspectivas para uma racionalidade construtiva*, in Revista de Direito Privado, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, vol. 16, ano 4, out./dez. 2003, p. 161-198.

107 – *Idem*, p. 178.

108 – FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Op. cit.*, p. 16.

109 – Cfr., dentre outros: **STJ**: EDcl na IF 15/PR 1992/0032907-1 – Corte Especial – Rel. Min. ADHEMAR MACIEL – j. 17.12.1993 – publ. DJ 9.5.1994. **TJMG**: AI nº 2.0000.00.492837-0/000(1) – 11ª Câmara Cível – Comarca de Belo Horizonte – Rel. Des. TERESA CRISTINA DA CUNHA PEIXOTO – j. 31.8.2005 – publ. 24.9.2005; AI nº 2.0000.00.509471-5/000(1) – 9ª Câmara Cível – Comarca de Belo Horizonte – Rel. Des. PEDRO BERNARDES – j. 6.9.2005 – publ. 24.09.2005; AI nº 2.0000.00.519782-6/000(1) – 11ª Câmara Cível – Comarca de Belo Horizonte – Rel. Des. AFRÂNIO VILELA – j. 9.11.2005 – publ. 17.06.2006; AI nº 1.0024.05.785685-8/000(1) – 17ª Câmara Cível – Comarca de Belo Horizonte – Rel. Des. LUCIANO PINTO – j. 17.11.2005 – publ. 1.12.2005; AI nº 2.0000.00.518.899-2/000 – 14ª Câmara Cível – Comarca de Belo Horizonte – Rel. Des. RENATO MARTINS JACOB – j. 01.12.2005 – publ. 1.2.2006; AI nº 1.0024.05.811922-3/001 – 15ª Câmara Cível – Comarca de Belo Horizonte – Rel. Des. GUILHERME LUCIANO BAETA – j. 20.7.2006 – publ. 5.9.2006; Ap nº 2.0000.00.477227-8/000(1) c/c Ap nº 2.0000.00.477221-6/000 – 9ª Câmara Cível – Comarca de Belo Horizonte – Rel. Des. PEDRO BERNARDES – j. 1.8.2006 – publ. 16.9.2006; AI nº 1.0024.06.088432-7/001 – 14ª Câmara Cível – Comarca de Belo Horizonte – Rel. Des. DIDIMO INOCÊNCIO DE PAULA – j. 11.1.2007 – publ. 26.1.2007. **TAMG**: AI nº 20000.00.478797-9/000(1) – 2ª Câmara Cível – Comarca de Belo Horizonte – Rel. Juíza EVANGELINA CASTILHO DUARTE – j. 9.3.2005 – publ. 29.3.2005; AI nº 2.0000.00.461399-2/000(1) – 4ª Câmara Cível – Comarca de Belo Horizonte – Rel. Juiz NILO LACERDA – j. 10.11.2004 – publ. 27.11.2004; AI nº 20000.00.407689-7/000(1) – 4ª Câmara Cível – Comarca de Belo Horizonte – Rel. Juiz SALDANHA FONSECA – j. 18.6.2003 – publ. 9.8.2003; AI nº 353.105-3 – 6ª Câmara Cível – Comarca de Patrocínio – Rel. Juiz DOMINGOS COELHO – j. 7.2.2002 – publ. 26.2.2002; AI nº 2.0000.00.288830-8 – 3ª Câmara Cível – Comarca de Conselheiro Pena – Rel. Juiz KILDARE CARVALHO – j. 15.3.2000 – publ. 25.3.2000; AI nº 20000.00.030170-4/000(1) – 1ª Câmara Cível – Comarca de Uberlândia – Rel. Juiz NEPOMUCENO SILVA – j. 13.6.2000 – publ. 1.7.2000; AI nº 289.617-9 – 5ª Câmara Cível – Rel. Juiz. ARMANDO FREIRE – j. 28.11.1996; **TJRS**: AI nº 70005770664 – Rel. Des. ÍCARO CARVALHO DE BEM OSÓRIO – j. 30.1.2003.

110 – Cfr. TOURINHO NETO, Fernando da Costa. *Legitimidade dos movimentos populares*, in A Questão Agrária e a Justiça, org. Juvelino José Strozake, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, nº 5.3, p. 183.

111 – Cfr. Comentário de GUSTAVO TEPEDINO e ANDERSON SCHREIBER ao Agravo de Instrumento nº 598.360.402 – TJRS – Comarca de São Luiz Gonzaga – 19ª Câmara Cível – Rel. Des. GUINTER SPODE – j. 6.10.1998 (in *Questões agrárias: julgados comentados e pareceres*, VII, p. 114).





siderável. Mas não basta ao imóvel que se pretende cumpridor da função social se apresente apenas como objeto da propriedade produtiva. É como lucidamente já detectou o ministro SEPÚLVEDA PERTENCE quanto a que não se reduz “à identidade os conceitos de propriedade produtiva e de imóvel que cumpra a função social.”¹¹² É nesse sentido que vem o parágrafo único do art. 185 da CF/88. Eis porque o ministro insiste: “o conceito de propriedade produtiva é antes econômico do que naturalístico. Não se contenta com o fato neutro de existência de produção, mas exigirá sempre, índices positivos na equação produção-produtividade, para usar a expressão feliz do parecer do Ministério Público: ora, esses índices traduzirão precisamente o ‘aproveitamento racional e adequado’ da terra, com a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis.”¹¹³ Na possessória, há de haver prova cabal de atendimento satisfatório ao elemento constitutivo da função social. Nas ações dessa natureza, pode-se dizer que menos importa é o título de propriedade, mesmo porque nelas é vedada a *exceptio domini* do art. 923 do CPC.

Existem mesmo opiniões quanto a participar o Judiciário do processo de pacificação dos conflitos coletivos, no sentido de que haveria de se afastar da questão da reforma agrária.¹¹⁴ Ledo e lastimável engano!

A imprescindível presença do Estado, na espécie, é o desafio advindo da existência de um litígio por vezes ocasionado pela ausência deste mesmo Estado. Cuida-se da temática da separação dos poderes, tão cara a LOCKE e a MONTESQUIEU, para apenas mencionarmos os corifeus da matéria. Por seus diversos órgãos ou setores, o Estado, que é uma unidade a partir da diversidade (membros da sociedade política), atua na consecução de seus fins constitucionais, inscritos precipuamente no art. 3º da Constituição de 1988, neste particular ainda em vigor.

As políticas públicas atinentes à clamada e proclamada reforma agrária competem ao Poder Executivo a partir de diretrizes legais oriundas do Poder Legislativo. Diante da falência desses órgãos em cumprirem a contento seu desiderato constitucional, de maneira qualquer há o mesmo Estado de, por um órgão, dar alguma resposta institucional à sociedade: eis quando entra em cena o Poder Judiciário – último bastião, derradeira porta.

É certo, no entanto, que este agir do Poder Judiciário jamais será de invasão do âmbito de competência do Poder Executivo, pena de periclitare a ordem constitucional, ofendendo a estabilidade das instituições; faz-se, pois, consoante limites já constitucionalmente postos e de maneira suplementar, contemporizando os nefastos efeitos que a omissão e ou inconveniente atuação dos outros órgãos (incluindo o Legislativo) possam causar.

Seja por que órgão for, o estudo da matéria se circunscreve especialmente ao âmbito do chamado Direito Econômico, ou até mesmo Direito Econômico das Propriedades;¹¹⁵ evidentemente a partir de toda a gama de considerações fornecidas pelo Direito Constitucional,¹¹⁶ sempre atentos aos ditames dos direitos fundamentais, estes, mesmo reconhecidos e declarados no texto da Constituição, metaconstitucionais.

Contemplando a propriedade, dela sabemos que sai da Antiguidade Clássica sob o influxo marcadamente religioso para o utilitarismo econômico, ao domínio da civilização burguesa. O titular de um bem age ou mantém-se inerte, absoluta e egoisticamente sobre ele. Num giro ético, essa nova concepção alcança uma dicotomia com reflexos ainda mais amplos, pois serve de uma distinção estabelecida entre o público e o privado, em reverência a este; Estado e sociedade civil tornam-se realidades bem distintas, e, mais que isso, nitidamente divorciadas.¹¹⁷ A propriedade passa a ser esteio do privado, mantendo embora um ar de religiosidade, um quê de totêmico, com uma intocabilidade tabuizante. Sob o constitucionalismo liberal, inspirado em LOCKE e ROUSSEAU, cristalizou-se, então, como garantia individual da liberdade do cidadão contra outrem. A esta altura, como ressalta FÁBIO KONDER COMPARATO, a propriedade apresenta dupla natureza: de direito subjetivo e de instituto jurídico; com isso, além de desafiar proteção contra investidas dos demais sujeitos privados ou do Estado, deve “evitar que o legislador venha a su-

112 – STF – Pleno – MS 20960-7-DF – Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – j. 2.3.94 - pub. 7.4.95.

113 – *Idem*.

114 – Cfr., v. g. TJMG – Unidade Francisco Sales – Ap. Cív. nº 20000.00.477227-8/000(1) – 9ª Câmara Cível – Comarca de Belo Horizonte – Rel. Des. PEDRO BERNARDES – j. 1.8.2006 – publ. 16.9.2006.

115 – Cfr. VAZ, Isabel. *Direito Econômico das Propriedades*, Rio de Janeiro: Forense, 1992, 698p.

116 – Sendo mais específico, um *Direito Constitucional Econômico* (Cfr., dentre outros: SOUZA, Washington Peluso Albino. *Teoria da Constituição Econômica*, Belo Horizonte: Del Rey, 2002, 555p.; TAVARES, André Ramos, *Direito Constitucional Econômico*, São Paulo: Método, 2003; BERCOVICI, Gilberto. *Constituição Econômica e Constituição Dirigente*, in *Constituição e Democracia: Estudos em Homenagem ao Professor J. J. Gomes Canotilho*, coord. Paulo Bonavides, Francisco Gérson Marques de Lima e Fayga Silveira Bedê, São Paulo: Malheiros, 2006, p. 219-251; STÖBER, Rolf; SOUSA, António Francisco de. *Direito administrativo econômico geral: fundamentos e princípios: direito constitucional econômico*, 15 ed., Lisboa: Universidade Lusitana Editora, 2008, Coleção Manuais, 396 p.).

117 – Cfr. BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política* (Stato, governo, società. Per una teoria generale della politica), trad. Marco Aurélio Nogueira, 9ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1992, Col. Pensamento Crítico, vol. 69, 173p.





primir o instituto ou a desfigurá-lo completamente, em seu conteúdo essencial.”¹¹⁸ **Hodiernamente**, na linha da pregação de HESSE, “a base da subsistência e do poder de autodeterminação do homem moderno não é mais a propriedade privada em sentido tradicional, mas o próprio trabalho e o sistema previdenciário e assistencial instituído e gerido pelo Estado.”¹¹⁹ Daí porque o **conceito de propriedade constitucional** (necessariamente **dinâmico**) é, por assim dizer, **extensivo**, alcançando, além da já conhecida **propriedade privada**, outras tantas **relações patrimoniais**, como o são as “*hipotecas, penhores, depósitos bancários, pretensões salariais, ações, participações societárias, direitos de patente e de marcas, etc.*”¹²⁰ Contempla, enfim, a propriedade, uma **gama de compreensões**, desde aquilo que é **próprio**, ligando-se a **patrimônio (direitos subjetivos patrimoniais)**, englobando **direitos reais (direitos subjetivos reais)** e **pessoais**, açambarcando a ideia de **corporiedade**, mas também os **bens incorpóreos**; e finalmente, no mais estrito sentido, significa a propriedade **domínio (art. 1572 do CCB/1916)**.¹²¹

Muito embora **constituições contemporâneas** como, v.g., a do **Brasil** e a de **Portugal** encartem a **propriedade** como **direito fundamental**, marcadamente a **privada, individual**, em obediência à forte **herança liberal** que desde antes do **século XVIII** faz uso e **domina** entre os **povos ocidentais**, é de se questionar a sua **inclusão** no rol dos **direitos naturais**. É que se **confundem**, por vezes, os **direitos fundamentais** com os **direitos naturais**, a despeito de serem **categorias autônomas, óticas distintas** de apreciação científica. Mas a propriedade **não é um direito imanente**; é **direito criado e conformado** pela lei; vem da **experiência** e de um **modelo de relação social complexa**, nitidamente afastado da **construção platônica**, menos ainda de uma **proposta marxista pura**. A propriedade constrói-se consoante a **opção** de um **modelo econômico**. **Não existe sem a sociedade**, pois existe **em virtude dela**, é apenas uma **convenção social**, como disse CONSTANT.¹²²

Não sem razão, no Brasil, a propriedade se encontra **destrinchada e desenvolvida** no **capítulo da ordem econômica**. Mas entre os **juristas menores**, aplicadores do Direito no **varejo**, não tem sido comum explorar o **estudo e a avaliação** do instituto sob a **ótica constitucional**, ou a partir dele. Como que **retalham o contexto constitucional pinçando** parcialmente seus comandos, deles **escolhendo** o que mais **convém**.

Por fim, a tudo serve apercebermo-nos de que o **direito público**, em sua **rota evolutiva**, saciou-se no **direito privado**, este que por sua vez se abeberou no **direito natural**. Daí é que se verifica a **contaminação recíproca** das duas vertentes de **ótica jurídica dicotômica**, de um **critério de divisão** (reconhecidamente já **superado** quanto à sua **radicalidade**) do Direito como **público e privado**.¹²³ Dir-se-á das **relações de subordinação** como de **direito público** e das **relações de coordenação** como de **direito privado**. A **composição** dessas concepções acontece, na lavra de GERALDO CAMARGO VIDIGAL, como o reconhecimento da existência de **relações de dominação**, sob cujo título se albergam, **interpenetradas**, as **regras de direito público e privado**.¹²⁴ E, como ressalta IVES GANDRA, o **Direito Econômico** veio de alguma maneira como o **resultado dessa interpenetração**.¹²⁵

Ora, o **Direito Econômico** trata de **macroeconomia**, espaço em que se situam as **relações envolvendo a propriedade** com sua **essencial função social (art. 170, III, da CRFB/88)**. Nesse campo não prevalecem as facetas jurídicas regidas então pelos preceitos de **Direito Comercial** ou de **Direito Civil**, que tratam da **microeconomia**.¹²⁶ Isso importa

118 – COMPARATO, Fábio Konder. *Direitos e Deveres em Matéria de Propriedade*, in A Questão Agrária e a Justiça, org. Juvelino José Strozake, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 136.

119 – MENDES, Gilmar Ferreira. *Op. cit.*, p. 48.

120 – *Idem*, p. 49.

121 – Cfr. TOMASETTI JR., Alcides. Comentário [à ap. civ. nº 212.726-1/8 – TJSP – 8ª Câmara Cível – Comarca de São Paulo – Rel. Des. JOSÉ OSÓRIO – j. 16.12.1994] (RT, 723/210).

122 – Cfr. CONSTANT, Benjamin. *Princípios de Política aplicáveis a todos os governos* (Principes de Politique applicables à tous les Gouvernements), trad. Joubert de Oliveira Brízida, Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, Livro X, Cap. 3, p. 289.

123 – Cfr. ZANOBINI, Guido. *Diritto pubblico e diritto privato: criteri di distinzione*, in Novissimo Digesto Italiano, Torino: Casa Editrice Torinese, 1957, p. 1.022; BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política* (Stato, governo, società. Per una teoria generale della politica), trad. Marco Aurélio Nogueira, 9ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1992, Col. Pensamento Crítico, vol. 69, p. 13-31; SALDANHA, Nelson. *Conceituações do Direito: tendência privatizante e tendência publicizante*, in Revista de Direito Público, ano XX, nº 81, jan.-mar. 1987, p. 74-81; SILVEIRA, Michele Costa da. *As grandes metáforas da bipolaridade*, in A Reconstrução do Direito Privado; Reflexos dos princípios, diretrizes e direitos fundamentais constitucionais no direito privado, org. Judith Martins-Costa, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 21-53; LUDWIG, Marcos de Campos. *Direito Público e Direito Privado: a superação da dicotomia*, in A Reconstrução do Direito Privado; Reflexos dos princípios, diretrizes e direitos fundamentais constitucionais no direito privado, org. Judith Martins-Costa, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 87-117; MARQUES NETO, Floriano Peixoto de Azevedo. *Regulação estatal e interesses públicos*, São Paulo: Malheiros, 2003, Cap. III, nº III.6, §§ 33-44, p. 133-143; COSTA, Divanir José. *Direito público e privado, ordem pública e direito social*, in Revista de Informação Legislativa, Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, ano 44, nº 175, jul./set. 2007, p. 109-116.

124 – VIDIGAL, Geraldo Camargo. *Teoria Geral do Direito Econômico*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1977; p. 72-73.

125 – MARTINS, Ives Gandra da Silva. *A teoria da imprevisão é aplicável aos contratos de câmbio travado pactuados durante os malsucedidos planos de estabilização econômica – parecer*, in A Constituição Aplicada, Belém: Cejup, vol. 5, 1992, nota de rodapé de página nº 1, p. 78.

126 – MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Op. cit.*, p. 81.





substancialmente considerar, porque qualquer influência dos dispositivos do **Direito Civil** há de ser considerada a título **complementar** ou **suplementar**, tomados sempre à luz dos **cânones** do **Direito Econômico**, cuja **literatura jurídica** já se avoluma no correr dos tempos. É guardar que a **latitude** e **unidade** dos princípios próprios do direito privado “*estão, na moderna ciência jurídica, delimitados pelo complexo pertinente ao Direito Econômico em todas as relações que envolvem os direitos e garantias relativos ao patrimônio.*”¹²⁷

1.4 – Do enfoque constitucional: a função social

A **função social** cuida de **princípio concretizado explícito** na Constituição Federal brasileira que, relacionada a direitos focados em bens materiais, é marcante quanto ao **domínio da terra** (urbana ou rural). Princípio **informador** e **impositivo** pela concomitância de seus três **elementos conceituais**: **econômico**, **social** e **ecológico**. Mas não se desconsidere haver **vários regimes** da **função social**, consoante a pluralidade de domínios em que se exerce a propriedade,¹²⁸ como também não se deve afastar a compatibilidade da função com um direito, embora se afaste uma primeira aparência **paradoxal** da ideia de **direito subjetivo** (*facultas agendi*) encontrar-se **limitado** por uma **função**,¹²⁹ se entendermos o **direito subjetivo**, conforme o conceitua e define GOFFREDO DA SILVA TELLES JÚNIOR,¹³⁰ como uma **permissão** para o uso da faculdade.¹³¹ Por fim, **princípio jurídico fundamental** é daqueles que “*pertencem à ordem jurídica positiva e constituem um importante fundamento para a interpretação, conhecimento e aplicação do direito positivo,*” estando, mais, elevado à **condição de justiça social**.¹³²

Residindo nosso interesse no **âmbito da posse** (e inevitavelmente da propriedade) **imobiliária rural**, não nos adiantaremos em **excursões imprecisas** por toda a órbita da imensa seara que o tema posse-propriedade alcança. Limitados mais à **posse** de **imóvel rural**, prosseguimos nossa **incursão propedêutica**, não sem reconhecer, ainda, que toda a matéria envolve uma **moderna concepção** de **agrariabilidade**, a partir de uma **especificidade** ineludível do **Direito Agrário**. Também não sem ter em vista que a **agrariabilidade** da posse **não anula** absolutamente seu **aspecto civil**.

Tal qual na **Alemanha**, onde a Lei Fundamental de 1949 prescreve que a **propriedade obriga**, tendo de **servir ao bem-estar geral** (art. 14, II), há um **limite qualificado**, como quando, no **Brasil**, a Constituição prescreve a **função social da propriedade** (art. 5º, XXIII).

Várias as **teorias** erigidas em **justificação racional da propriedade privada**, classificadas assim por ROSCOE POUND: 1 – de direito natural, 2 – metafísicas, 3 – históricas, 4 – positivas, 5 – psicológicas, 6 – sociológicas.¹³³ Já numa **análise funcional** da propriedade, FÁBIO KONDER COMPARATO releva a circunstância de que os bens, sejam de **produção (capital)** ou de **consumo**, classificam-se por sua **destinação** muito mais que por sua **natureza** ou **consistência**.¹³⁴ É mesmo uma **distinção racional**, posto a **ontologia** caber mais ao homem que às coisas. COMPARATO vai além, distinguindo a “**função econômica da coisa**” da “**função econômica da relação jurídica**” que a toma por objeto, bem como da “**função econômica do negócio jurídico**” daí advindo.¹³⁵ Sob tais **premissas** prossegue, para **concluir** que a **propriedade privada deixou** a sua função de garantir a **subsistência** do indivíduo ou da família ante aos inúmeros **mecanismos** surgidos no contexto da atualidade. O homem tem, sempre **focando o Estado**, **equipamentos institucionalmente estruturados e observados** que lhe inspiram a **garantia** (social) outrora exercida pela propriedade privada (particular).

A expressão hoje muito em voga, **função social**, difundiu-se a partir da lavra de DUGUIT, conquanto nele se haja

127 – *Idem*, p. 82.

128 – Cfr. BASTOS, Celso e MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Comentários à Constituição brasileira*, São Paulo: Saraiva, 1990, 7ª vol. (arts. 170 a 192), 1990, p. 285; CARVALHO, Milton Paulo de. *Aspectos processuais da adjudicação por ofensa à função social da propriedade*, in *Direito Civil e Processo: Estudos em Homenagem ao Professor Arruda Alvim, Araken de Assis et alii* (coord.), São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 1.085-1.094.

129 – “... la proprietà non è più configurabile come diritto soggettivo; essa è una situazione soggettiva complessa” (PERLINGIERI, Pietro (coord.). *Crisi dello stato sociale e contenuto minimo della proprietà*, Napoli, 1983, p. 156).

130 – Cfr. TELLES JÚNIOR, Goffredo da Silva. *O Direito Quântico*, 5ª ed. São Paulo: Max Limonad, 1980, p. 395-398.

131 – Tratando especificamente do tema, cfr. GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica*, 10ª ed., rev. e atual., São Paulo: Malheiros, 2005, Cap. 5, nº 104, p. 241-242; *Idem*, *Elementos de Direito Econômico*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1981, p. 117-123.

132 – CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7ª ed., Almedina: Coimbra, 2003, parte IV, tit. I, Cap. 3, B, I, 1, p. 1165.

133 – Cfr. POUND, Roscoe. *Introdução à filosofia do Direito* (An Introduction to the Philosophy of Law), trad. Álvaro Cabral, Rio de Janeiro: Zahar Editores, Biblioteca de Ciências Sociais, 1965, p. 112-127.

134 – Cfr. COMPARATO, Fábio Konder. *Função social da propriedade dos bens de produção*, in *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*, São Paulo: Malheiros, 1986, vol. 63, p. 73.

135 – *Idem*, *ibidem*.





com um **radicalismo** nem tanto recomendável. Na perspectiva do mestre de Bordeaux, ela como a propriedade também **antagonizavam** mesmo com o **direito subjetivo do titular**.¹³⁶ A inserção da função social no compósito do conceito de propriedade, como defendido por DUGUIT em conferência de 1911, proferida na Faculdade de Direito de Buenos Aires, encontrará argumento contrário quanto à **generalização**, considerando que nem todo **bem apropriável**, como o caso dos de **consumo**, cuja **destinação potencial** não encontre coincidência com o **interesse público**, comportaria subsunção. É o caso do cigarro, v. g.¹³⁷ Nessa linha de raciocínio, aflora evidente que a função social da propriedade é cunhada numa **condição** afeta ao **uso** de um **bem apropriável**, particularmente um **bem de produção**, que à toda evidência não se contém num **espaço vital individualizado**;¹³⁸ é condicionante ao **exercício do direito de propriedade**, a traduzir-se mais como uma **caracterização da posse** que da propriedade especificamente considerada (direito em si). Antes, mais acertado se dirá que a função social¹³⁹ aplica-se ao **bem** (valor social) **objeto do direito de propriedade** ou do **exercício fático da posse**, contrário ao que entende KONDER COMPARATO.¹⁴⁰

ALCIDES TOMASETTI JR., em palestra de 7 de maio de 2002, denominada *A Propriedade Privada entre o Direito Civil e a Constituição*, divisa uma **distinção** na propriedade a partir de quando ela foi **alçada, constitucionalmente**, ao patamar do direito à vida, à liberdade, à segurança, tornando-se superior ao **direito patrimonial de propriedade**. Quando “*imantado à significação existencial ínsita à dignidade da pessoa*,” toma-se de uma **carga ético-jurídica** que ultrapassa o **egoístico** sentido de se contrapor a todos e qualquer um; vale, pois, para assegurar ao ser humano ensejo de “*criar, expandir e consolidar a própria personalidade*.”¹⁴¹

A **função social** da propriedade **precede e procede** à propriedade. O homem, ainda antes de pretender apropriar-se (com exclusividade) dos bens, conviveu em **comunidades**, sobretudo quando vivia **nômade**. O **sedentarismo** exigiu-lhe especificar o **espaço** que ocuparia. A **repetição dos atos** que a **rotina** cria levou-o a construir a ideia de propriedade. A **função social antecede**, por isso mesmo, a **qualquer ideia de propriedade ou posse**, estas surgidas como **consequência** daquela. É certo que ambas, função social e propriedade se **dissociaram, descambando** a propriedade para o **egoísmo** e se **desconstituindo** a função social sob a **ideologia autoritária** do Estado personalizado na figura de monarcas e imperadores, estes que fortalecidos por um **acervo considerável de bens apropriados e possuídos**.

O **tratamento constitucional** da **posse** situa-se no reconhecimento do **direito de propriedade**, que, na **Constituição** vigente, alocou-se como **direito fundamental**, nos termos do **art. 5º, incisos XXII** (garantia do direito), **XXIII** (função social), **XXIV** (desapropriação por interesse social) e **XXVI** (impenhorabilidade da pequena propriedade rural). O **direito fundamental à propriedade**, como posto na Constituição Federal brasileira, impõe-lhe **características próprias muito especiais**. Típico deste direito **classicamente individual** é, agora, no Brasil, necessariamente **atender à função social**. A sua **classificação** já **não** pode mais ser **exclusivamente direito fundamental individual**; mas também não se pode dizê-lo, ainda, um **direito fundamental social**. Seria de **classificá-lo** numa **categoria de tertius generis**, um **intermediário** entre os direitos individuais e os direitos sociais. A um só tempo, o direito à propriedade serve a todos **indistintamente**, como um desejo almejável ao **gozo exclusivo**, porém **não mais ilimitado**, mas observando sua **essencialidade** de prestar-se à **satisfação mediata a toda sociedade**. Assim é, v. g., no caso do respeito e prestígio às **leis ambientais**. A adjetivação do **inciso XXIII do art. 5º da CRFB/88** não implica **limitação** ou **restrição** ao direito de propriedade, muito embora alguns assim a entendam.¹⁴² Incidente sobre o **sujeito**, o **ad-**

136 – DUGUIT, Leon. *Les transformations du droit privé depuis le code napoléon*, 2ª ed., Paris: Librairie Félix Alcan, 1920. *Idem*, *Las transformaciones del Derecho (público y privado)*, trad. Adolfo G. Posada y Ramón Jaén (Las transformaciones del Derecho público) y Carlos G. Posada (Las transformaciones del Derecho privado), Buenos Aires: Editorial Heliasta S. R.L., 2001, Biblioteca Jurídica Heliasta, Primeira Série, vol. II, Cap. VI, p. 235-247.

137 – Cfr. REZEK, Gustavo Elias Kallás. *Amplitude do princípio da função social da propriedade no Direito Agrário*, in *A Lei Agrária Nova*, org. Lucas Abreu Barroso et alli, Curitiba: Juruá, 2006, vol. I, destacadamente notas nº 19 e 20, p. 56-57.

138 – Cfr. TOMASETTI JR., Alcides. Comentário [à ap. civ. nº 212.726-1/8 – TJSP – 8ª Câmara Cível – Comarca de São Paulo – Rel. Des. JOSÉ OSÓRIO – j. 16.12.1994] (RT, 723/215).

139 – Cfr. OPTZ, Oswaldo e OPTZ, Sílvia. *Princípios de Direito Agrário*, Rio de Janeiro: Borsoi, 1970, p. 61; VAZ, Isabel. *Op. cit.*, p.358. REZEK, Gustavo Elias Kallás. *Op. cit.*, p. 59.

140 – Cfr. COMPARATO, Fábio Konder. *Função social da propriedade dos bens de produção*, p. 73.

141 – *Apud* PENTEADO, Luciano de Camargo. *Op. cit.*, p. 184.

142 – Cfr. ALMEIDA, Paulo Guilherme de. *Direito Agrário: a propriedade imobiliária rural: limitações*, São Paulo: LTr., 1980, p. 17; FACHIN, Luiz Edson. *A função social da posse e a propriedade contemporânea: uma perspectiva da usucapião imobiliária rural*, Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988, p. 19; PEREIRA, Rosalina Rodrigues. *A teoria da função social da propriedade rural e seus reflexos na aceção clássica de propriedade*, in *Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial*, São Paulo: Revista dos Tribunais, jul./set. 1993, nº 65, p. 111.





jetivo fala dele, melhor o apresentando por suas qualidades. A **função social** não cuida de algo **incompatível** com o **interesse individual** do **proprietário ou possuidor**; ela é, deveras, um **poder-dever**, carregada de **sentido positivo**, a desafiar **ação**, nunca omissão, vale dizer, arredia ao “deixar de fazer” (**sentido negativo**).

Fundado em HANS-JOCHEN, KONDER COMPARATO adverte que “*nem toda propriedade privada há de ser considerada direito fundamental e como tal protegida.*”¹⁴³ Seguindo adiante na sua ótica, é a partir da consideração da propriedade como **fonte de deveres (constitucionais) fundamentais**¹⁴⁴ que se deve compreender o **inciso XXIII do art. 5º da CRFB/88**. Assim, a função social não será uma diretriz (*Leitlinie, Richtschnur*) como se pretendeu no direito alemão, mas uma **vinculação jurídica efetiva** que alcança o Estado e os particulares.¹⁴⁵ O **cumprimento da função social** “*decorre da própria natureza do bem, de sua destinação normal,*”¹⁴⁶ valendo crer que só se adequará ao **estatuto de direito humano (fundamental)** a propriedade que assim se caracterizar, no **caso concreto**, e justamente pelo que desafiará a **especial proteção** a si **constitucionalmente dispensada**. É o caso, v. g., de perder esse condão a propriedade consistente num **latifúndio improdutivo**.¹⁴⁷

Quando cuida da “**ordem econômica e financeira**” (Título VII), a Constituição volta a lidar com o **direito de propriedade**, já não mais como objeto de um reconhecimento ou **declaração de existência**, com **força constitucional**, além de garantir-lhe **sobrevivência**, mas já como um **instituto aplicado**. Traça, então, **diretrizes** para sua **aplicabilidade**. Primeiro estabelece, declarando no **art. 170**, ao **fundamento** de assegurar a **todos a existência digna**, conforme os ditames da **justiça social**, dentre outros, os **princípios da propriedade privada** (inciso II), da **função social da propriedade** (inciso III), da **defesa do meio ambiente** (inciso VI) e da **redução das desigualdades regionais e sociais** (inciso VII). E para a **política agrária, fundiária e a reforma agrária**, dedica todo o **Capítulo II (art. 184-191)**, valendo destacar que a Lei Fundamental brasileira **não deplora o latifúndio** (nascido na dinâmica abusiva de nosso sistema colonial), em momento algum, exceto se não atender à função social; e mais, “*ela não mais faz referência à distribuição de terras como meio de alcançar a justiça social.*”¹⁴⁸

E não fiquem no olvido os demais **dispositivos constitucionais conexos**: **art. 22, II; art. 24, VI; art. 30, VIII; art. 136, § 1º, II; art. 139, VII; art. 231; e art. 243**.

Pois bem, quer por **atecnia** ou **demagogia**, como querem uns, ou por **sensibilidade** e consonância com as **conquistas** da fluência do tempo que corre, a função social existe como elemento de **força constitucional**, por isso desafiando **respeito**. A **função social da propriedade rural é definida constitucionalmente** (além do **art. 5º, XXIII**) no **art. 186** e seus **quatro incisos de imperioso simultâneo cumprimento**:

“**Art. 186.** *A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:*

- I – *aproveitamento racional e adequado;*
- II – *utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;*
- III – *observância das disposições que regulam as relações de trabalho;*
- IV – *exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores”.*

Ora, por tudo resta **indubitável** que a Constituição, quando vem de exigí-la, não põe na **condicional** a função social da propriedade, ou como se algo externo a ela; pelo contrário, afirma que **sem a função social não há propriedade**,¹⁴⁹ considerando aquela como **elemento integrante da estrutura** e do **conceito jurídico-positivo**

143 – COMPARATO, Fábio Konder. *Direitos e deveres em matéria de propriedade*, in A Questão Agrária e a Justiça, org. Juvelino José Strozake, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 139.

144 – No mesmo sentido, observando a lição de KONDER COMPARATO, cfr. DIDIER JR., Fredie. *A função social da propriedade e a tutela processual da posse*, in Revista de Processo (RePro), ano 33, nº 161, julho de 2008, p. 14-15.

145 – COMPARATO, Fábio Konder. *Direitos e deveres em matéria de propriedade*, p. 141.

146 – *Idem*, p. 143.

147 – *Idem*, p. 140-141.

148 – TOURINHO NETO, Fernando da Costa. *Legitimidade dos movimentos populares*, org. Juvelino José Strozake, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, nº 5.4, p. 184-185.

149 – Cfr. CUNHA, Sérgio Sérulo. *Op. cit.*, nº 9.6, p. 262.





desta¹⁵⁰ **propriedade-função social**.¹⁵¹ Vale aqui a observação de EROS GRAU sobre que a **coisa** ou o **bem não exercerão a função social**, sendo esta afeta à **propriedade** como **direito reconhecido** que é, **tocando**, por isso mesmo ao respectivo **proprietário** titular executá-la, realizá-la.¹⁵² Nessa esteira virá toda uma construção no campo da **legislação ordinária** do ordenamento jurídico – especialmente quanto à **propriedade rural** –, a saber, v. g., os **art. 187 e 1.228 do CCB/2002** e ainda a **Lei nº 8.629/93**.

Quando a própria **Constituição declara e impõe os requisitos objetivos** para o atendimento à **função social**, destaca CELSO BASTOS, ela “*retira o conceito daquele campo das abstrações e das vaguidades sob o qual tudo acaba encontrando guarida.*”¹⁵³ Doravante o **direito de propriedade** passa a ser “*uma relação do proprietário com o alter, a comunidade, e não mais como coisa possuída, como pregou o douto Pontes de Miranda.*”¹⁵⁴

Conquanto **incidam num mesmo objeto**, divisa-se a **função econômica da função social**: aquela como **ínsita à coisa**, ao bem; esta **obra da cultura**, afeta a um **direito**, a depender de **circunstância** para se impor. Tudo isso voga se se tem que o **conceito de função social** surge **constitucionalizado** ao **pressuposto** de que é um **conceito a ser funcionalizado**,¹⁵⁵ rompendo – desde a **Carta de 1934 (art. 113, 17)**,¹⁵⁶ alcançando a **Constituição de 1946 (art. 147)** e passando pela **Carta de 1967 (art. 157, III)** – com a **tradição privatista**, entre nós dominante, de **valorização exclusiva do aspecto estrutural da propriedade**. Insculpida no rol dos **direitos fundamentais**, cuida a **função social** mais um **dever fundamental** propriamente, instrumento de **prestígio e garantia** ao direito fundamental da propriedade. É que o étimo **função**, em Direito, estabelece-se para **ampliar fins**, desbordando daqueles estatuídos para o **titular da situação jurídica**.¹⁵⁷ Mas, no terreno do **razoável**, há de se considerar *cum grano salis* tais exigências, de modo a que o **proprietário/possuidor** tenha a oportunidade de se **adaptar, gradualmente**, a elas.¹⁵⁸

Na **jurisprudência** do STF, OROZIMBO NONATO, lembrando DUGUIT, já considerava a ótica do “**dever social**” como ingrediente de **redefinição** do conteúdo do direito de propriedade, não sem recordar que até no **direito romano** ele foi **não absoluto** ou sem contraste, como o demonstrara IHERING.¹⁵⁹

Tratada a matéria em sede de um **processo judicial**, especialmente no quanto nos interessa (invasão/ocupação/tomada coletiva **recente**), despiciendo qualquer estudo acerca da **usucapião rural**, seja de natureza **constitucional** (art. 191 da CRFB/88) ou da que trata a **Lei nº 10.406/2002**, o novo **Código Civil brasileiro** (art. 1.228, §§ 4º e 5º, e 1.238). É que na hipótese em comento está o **conflito** deflagrado **desde a imediata** (menos de ano e dia) **invasão/ocupação/tomada** de uma sorte de **terras rurais**.

A **função social** eleva-se a **tema irresistível**. Não se trata de discuti-lo, reconhecendo-o viável ou não; ele **se impõe à literatura jurídica** porque radicado no texto da **Constituição Federal**, quer como **princípio** assim reconhecido ou como **regra positivada**, declaradamente garantida como **direito fundamental**. E não é novidade entre nós, como se imposição de **cunho socialista**; foi **constitucionalizado** em 1946, mantido, contudo, até 1988, de forma **estéril**, fazendo o “**discurso da ausência**”. Colhe-se, do **direito comparado** de ainda antes, exemplo na **Constituição de Weimar do império alemão**, de 11 de agosto de 1919, que continha um catálogo de direitos fundamentais, dispondo o **art. 154, parte 2**: “*A propriedade envolve obrigações. O seu uso deve aproveitar simultaneamente ao bem comum.*”

Num **sistema fechado**, adverte LUCIANO DE CAMARGO PENTEADO, isso é “*inconcebível por implicar uma permeabilidade de todo organizado a elementos extrassistêmicos. Até mesmo em matemática se estuda a função a partir da ideia de relação entre conjuntos, pela qual os elementos de um deles referem-se aos dos outros.*”¹⁶⁰

O desafio, *in casu*, é mesmo **compatibilizar a imputação privada** da propriedade, tão ao gosto do **liberalismo**,

150 – Cfr. SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 25ª ed., rev. e atual. até EC nº 48/2005, São Paulo: Malheiros, 2005, p. 283-284.

151 – Cfr. GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na constituição de 1988...*, Cap. 5, nº 104, p. 239-246.

152 – *Idem*, p. 242.

153 – BASTOS, Celso Ribeiro e MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Comentários à Constituição...*, 7ª vol., p. 286.

154 – BUCCI, Nilton. *A função social da propriedade*, in Revista da Faculdade de Direito de Curitiba, Curitiba: Faculdade de Direito de Curitiba, 1989, ano 25, nº 25, p. 174.

155 – Cfr. PENTEADO, Luciano de Camargo. *Op. cit.*, p. 183.

156 – Mas o “*texto de 1934 poderia ter sido, entretanto, bem diferente, caso tivesse a Assembleia Nacional Constituinte adotado o ‘Projeto Itamarati’, remetido à mesma em novembro de 1933 pelo Governo Provisório. No projeto que foi rejeitado, há flagrante influência das ideias defendidas por León Duguit, com radical postura de adoção à concepção de função social da propriedade, conforme se verifica do seu art. 144.*” (MAZZEI, Rodrigo. *Função social da propriedade: uma visão pela perspectiva do Código Civil de 2002*, in *Função do Direito Privado no Atual Momento Histórico*, Rosa Maria de Andrade Nery (Coord.), São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 384).

157 – *Idem*, p. 185.

158 – Cfr. BASTOS, Celso Ribeiro e MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Comentários...*, 7ª vol., p. 286; NASCIMENTO, Tupinambá Miguel Castro do. *A ordem econômica e financeira e a nova Constituição*, Rio de Janeiro: Aide, 1989, p. 123.

159 – STF – Ap. nº 7.377 – Rel. Min. CASTRO NUNES – j. 17.6.1942 (RDA, vol. 2, p. 100).

160 – PENTEADO, Luciano de Camargo. *Op. cit.*, p. 161-182.





com a **socialista** ideia de função social. A “ordem econômica” da **Constituição Federal** vigente fez isso expresso no **caput** do **art. 170** ao declarar como **fundamentos** tanto a **valorização do trabalho humano** quanto a **livre iniciativa**, arrolando nos **incisos princípios** como a **propriedade privada**, com **função social**, além da **livre concorrência** com a **busca do pleno emprego** e **redução das desigualdades sociais**.

Entretanto, **não vivemos**, é certo, numa **tendência coletivizante**, e, como mesmo já observou CELSO BASTOS, “*não há uma oposição irrefregável entre o social e o individual ou mesmo de que o social avança na medida em que se sufocam os direitos individuais.*”¹⁶¹

Toda nossa **preocupação**, com respectivas **reflexões**, perde o sentido naqueles sistemas jurídicos inspirados pela concepção marcadamente **socialista**. Ali, a propriedade não está alçada à condição de direito fundamental particular, individual. Aquilo que dentre nós – ainda um tanto polêmico – se designa por função social quebra o **absolutismo** eminentemente **liberal-capitalista** da propriedade.

Postando-se a meio caminho entre o **liberalismo** e o **socialismo**, entre o **capitalismo** e o **comunismo**, o constituinte brasileiro de 1987-1988 ficou por inserir no sistema uma **nesga de perplexidade**, a vivenciar-se no confronto (não havendo termo mais apropriado) entre o **direito de propriedade** e o **direito-dever de função social da propriedade**. Isso se mostra evidente nos conflitos possessórios, sobretudo os coletivos, nestes em cuja sede atuam os **movimentos sociais organizados** sob bandeira pela **reforma agrária**, particularmente pelejando pela **distribuição de terras** (política macro), e, especialmente, de imediato, da ocupação de **terras abandonadas** ou **subutilizadas**, ambas em prejuízo ao cumprimento da função social. Nem se considera aqui a **luta contra o latifúndio**.

Contemplando com mais vagar o **conteúdo constitucional** relativo à **propriedade**, notadamente a **imobiliária rural**, de temática íntima da **reforma agrária**, somos levados a considerar a preocupação do **legislador constituinte** voltada para o **desestímulo** e mesmo **extirpação** em nossa **cultura** dos **latifúndios improdutivos**. Orienta toda uma gama de conceitos quanto a isso no sentido de que esteve na mira do constituinte uma ação, por assim dizer, no atacado. Pende, ainda, o **conceito** mesmo de **latifúndio**. A **lei infraconstitucional** logrou definir as **propriedades imóveis territoriais rurais** quanto à sua **extensão**, sem, no entanto, estipular o que seja o latifúndio. A bem de se ver, o conceito de latifúndio não toma bem a **extensão** por **essência**, mas corresponde à **detenção** ou **titularidade exclusiva** de uma ou mais pessoas de **quantidade de terras**. A **concentração**, ideia contraposta à **socialização**,¹⁶² aqui em particular, congrega o sentimento dos tantos quantos digladiam nos autos: **ambas as partes**, ambos os vértices pretendem **ter a coisa por sua, para si** e sua **família**, jamais expectando entregar o bem ao Estado ou à coletividade em sucessão legal *post mortem*.

1.4.1 – Da função social da posse

Reconhecendo que a **Constituição Federal** qualifica, **adjetivando**, a **propriedade**, **via de consequência** o faz em relação à **posse** que se exercerá como **corolário** daquela. A **posse defluente da propriedade**, e que como tal vem sendo requerida nos **interditos** que tramitam nesta **Vara Agrária**, há de atender à **função social** prescrita pela **Constituição** vigente para a propriedade, nos exatos termos que a lei infraconstitucional dispuser. Daí que se diz na doutrina da “**função social da posse**”,¹⁶³ tal já reconhecida como um novo **pressuposto processual** para a **possessória** (o “quinto inciso” ao **art. 927** do **CPC** – decorrente do modelo constitucional de proteção da propriedade).¹⁶⁴ Daí, também, de se concluir “*que o princípio da função social diz mais respeito ao fenômeno da possessório que ao direito de propriedade.*”¹⁶⁵

Se, em coro a ERNANE FIDÉLIS DOS SANTOS, **afirmamos**, indubitavelmente, que “*a simples exteriorização da propriedade chama-se ‘posse’ e, como tal, por si só é protegida*”,¹⁶⁶ da mesma forma e em **idêntica construção lógica** concluímos que a “**simples**” exteriorização da função social da propriedade chama-se **função social da posse**. É a função social da

161 – BASTOS, Celso Ribeiro e MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Comentários à Constituição...*, 2ª vol. (arts. 5ª a 17), 1989, p. 124.

162 – LEBRET, Louis-Joseph et alii. *Propriedade e socialização*, Trad. Tereza Cruz e José Carlos Marques, Barcelos: Livraria Figueirinhas, 1965, Col. Por um Mundo Melhor, 413p.

163 – Cfr. ALBUQUERQUE, Ana Rita Vieira. *Da função social da posse*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

164 – Cfr. DIDIER JR., Fredie. *A função social da propriedade e a proteção possessória*, p. 18 e; BECHER, Laércio. *Função social da propriedade e processo civil*, in Revista de Direito Processual Civil, Curitiba: Gênese, 2000, vol. 15, p. 45.

165 – ZAVASCKI, Teori Albino. *A tutela da posse na Constituição e no projeto do novo Código Civil*, in A Reconstrução do Direito Privado, Judith Martins-Costa (Org.), São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 844.

166 – SANTOS, Ernane Fidelis dos. *Manual de Direito Processual Civil*, 3ª ed. São Paulo: Saraiva, vol. 3, p. 38.





posse **corolário necessário** da função social da propriedade. Assim, talvez não seja impróprio dizer que é na posse (exteriorização da propriedade) o **locus** de **manifestação plena** do **exercício constitucional** da **imperiosa** função social. E a ponto tal isso fica claro quando percebemos que muito mais importa a posse numa **contextualização** do princípio de **comunidade** e consoante aos preceitos de um **Estado social**. A propriedade em si permanece aquele direito fundamental reconhecido, embora **mitigado** de seus elementos conceituais tradicionais.

Por conseguinte, a **proteção possessória**, como toda e qualquer proteção a direito clamada judicialmente, só será viável em virtude da **demonstração** e **caracterização** do **direito eventualmente envolvido**. Assim, quando se pleiteia o direito à saúde ou mesmo à vida – e outros constitucionalmente reconhecidos e consagrados –, o requerente **de pronto** há de **demonstrar**, em **subsunção** à **Constituição**, o **quanto** atenda aos elementos constitutivos do **conceito constitucionalmente posto**.

Assim, tanto a **posse** quanto, antes, a **propriedade**, hão de **atender, por primeiro**, ao que delas **exige**, em **termos conceituais**, a **Constituição Federal vigente**.

Sabido, como **pressuposto clássico**, que a posse **exterioriza** a propriedade; é compreensível que tudo o quanto se diga sobre esta **funcionalmente**, sobretudo, se dirá daquela.

Enfim, como cumprir-se a função social da propriedade senão pelo **exercício** da **posse**. Daí **posse com função social** (a única a se admitir). E mais, mesmo não se vinculando, íntima, a uma titularidade do direito de propriedade, *v.g.*, a posse *ad usucapionem*, ainda assim há de estar **consoante** ao princípio da função social.

Por fim, como **princípio** da **interpretação** de todo o **ordenamento** no que tange à propriedade ou à posse, fica o **princípio da função social inserido no âmago** do **conceito** de uma ou outra. O Código Civil, o Código de Processo Civil e as leis extravagantes civis – as que de perto nos interessam aqui – só se compreenderão **à luz** do **princípio da função social**.

Só é **propriedade ou posse** aquela que cumpra a função social, e só em sendo assim podem assumir-se como **objetos de proteção judicial dominial ou possessória**.

Lamentável, pois, e **ledo engano** de quem afirme que a **função social** não importa como **pressuposto** na apreciação de um **pedido possessório**, relegando-a, a função social, apenas às circunstâncias de um pleito expropriatório típico. E menos ainda há suporte para concluir que a consideração da função social enseja apoio à ação de movimentos sociais organizados para **invadir ou ocupar terras alheias**.

1.5 – Da legislação infraconstitucional

Vista, pois, a **raiz** do tratamento da **questão fundiária e agrária**, especialmente para os fins de uma **querela de natureza possessória** no âmbito da **Constituição Federal** brasileira, avançamos para a pesquisa da **legislação infraconstitucional** que trata da matéria. Não sem antes deixar acertado, por **inequívoco**, que a espécie alberga, **tipicamente**, o caso de **aplicação direta da Constituição**, esta que de há muito se tornou **espaço normativo primário**. Aplica-se, em acréscimo, o procedimento da **filtragem constitucional**, de modo a se proceder a uma **releitura** permanente das leis sob a **ótica constitucional (interpretação conforme a Constituição)**.

Tomaremos primeiro o **direito material**, recolhendo e joeirando os dispositivos aplicáveis à espécie, e, a seguir, os preceitos de **direito processual**, com a mesma preocupação.

1.5.1 – Do direito material

A partir do reconhecimento declarado explicitamente pelo constituinte de 1987-1988 na opção pelo **princípio da função social** da propriedade (art. 186 da CRFB/88), toda a legislação ordinária passou a ser lida e erigida adequando-se ao **comando constitucional**. Eis que o caso da função social absolutamente não é o de **reserva legal**, pois os **requisitos** dela já se contêm **explícitos em rol exaustivo** no corpo da **Constituição Federal**.

Bem por isso o novo **Código Civil brasileiro** dispõe:



“Art. 1.228.

§ 1º – O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas”.

E, ainda, no seu Livro Complementar, Das Disposições Finais e Transitórias:

“Art. 2.035.

Parágrafo único – Nenhuma convenção prevalecerá se contrariar preceitos de ordem pública, tais como os estabelecidos por este Código para assegurar a função social da propriedade e dos contratos.”

Desrespeitar essa **diretiva civil** não será mera desconsideração, e, implicando **consequência jurídica**, constitui **ato ilícito**:

“Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.”

Também é **regra de concretização** a **Lei nº 8.629/93**, que regulamenta e disciplina disposições relativas à **reforma agrária**, previstas no **Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal**:

“Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.

§ 1º O grau de utilização da terra e de eficiência na exploração.

§ 2º O grau de eficiência na exploração da terra deverá ser igual ou superior a 100% (cem por cento), e será obtido de acordo com a seguinte sistemática:

I – para os produtos vegetais, divide-se a quantidade colhida de cada produto pelos respectivos índices de rendimento estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada microrregião homogênea;

II – para a exploração pecuária, divide-se o número total de Unidades Animais (UA) do rebanho, pelo índice de lotação estabelecido pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada microrregião homogênea;

III – a soma dos resultados obtidos na forma dos incisos I e II deste artigo, dividida pela área efetivamente utilizada e multiplicada por 100 (cem), determina o grau de eficiência na exploração.

§ 3º Considera-se efetivamente utilizadas:

I – as áreas plantadas com produtos vegetais;

II – as áreas de pastagens nativas e plantadas, observado o índice de lotação por zona de pecuária, fixado pelo Poder Executivo;

III – as áreas de exploração extrativa vegetal ou florestal, observados os índices de rendimento estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada microrregião homogênea, e a legislação ambiental;

IV – as áreas de exploração de florestas nativas, de acordo com plano de exploração e nas condições estabelecidas pelo órgão federal competente;

V – as áreas sob processos técnicos de formação ou recuperação de pastagens ou de culturas permanentes.

§ 4º No caso de consórcio ou intercalação de culturas, considera-se efetivamente utilizada a área total do consórcio ou intercalação.



§ 5º No caso de mais de um cultivo no ano, com um ou mais produtos, no mesmo espaço, considera-se efetivamente utilizada a maior área usada no ano considerado.

§ 6º Para os produtos que não tenham índices de rendimentos fixados, adotar-se-á a área utilizada com esses produtos, com resultado do cálculo previsto no inciso I do § 2º deste artigo.

§ 7º Não perderá a qualificação de propriedade produtiva o imóvel que, por razões de força maior, caso fortuito ou de renovação de pastagens tecnicamente conduzida, devidamente comprovados pelo órgão competente, deixar de apresentar, no ano respectivo, os graus de eficiência na exploração, exigidos para a espécie.

§ 8º São garantidos os incentivos fiscais referentes ao Imposto Territorial Rural relacionados com os graus de utilização e de eficiência de exploração, conforme o disposto no art. 49 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Art. 9º A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos:

- I – aproveitamento racional e adequado;
- II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – observância das disposições que regulam as leis do trabalho;
- IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

§ 1º Considera-se racional e adequado o aproveitamento que atinja os graus de utilização da terra e de eficiência na exploração especificados nos §§ 1º a 7º do art. 6º desta lei.

§ 2º Considera-se adequada a utilização dos recursos naturais disponíveis quando a exploração se faz respeitando a vocação natural da terra, de modo a manter o potencial produtivo da propriedade.

§ 3º Considera-se preservação do meio ambiente a manutenção das características próprias do meio natural e da qualidade dos recursos ambientais, na medida adequada à manutenção do equilíbrio ecológico da propriedade e da saúde e qualidade de vida das comunidades vizinhas.

§ 4º A observância das disposições que regulam as relações de trabalho implica tanto o respeito às leis trabalhistas e aos contratos coletivos de trabalho, como as disposições que disciplinam os contratos de arrendamento e parceria rurais.

§ 5º A exploração que favorece o bem-estar dos proprietários e trabalhadores rurais é a que objetiva o atendimento das necessidades básicas dos que trabalham a terra, observa as normas da segurança do trabalho e não provoca conflitos e tensões sociais no imóvel.”

A par dessas referidas outras há, pertinentes, como a **Portaria nº 3.067**, de 12 de **abril** de 1988, do **Ministério do Trabalho**, que, conquanto anterior, põe-se de acordo com o **espírito** do conteúdo integral do **art. 7º** da **Constituição Federal**. Também uma farta regulamentação de **natureza ambiental**, como, dentre outras: **Lei nº 4.771**, de 15 de **setembro** de 1965, **Lei nº 6.938**, de 31 de **agosto** de 1981, **Lei nº 7.802**, de 11 de **julho** de 1989 (regulamentada pelo **Decreto nº 94.074**, de 4 de **janeiro** de 2002), **Lei nº 9.605**, de 12 de **fevereiro** de 1998, **Decreto nº 750**, de 10 de **fevereiro** de 1993, **Decreto nº 3.179**, de 21 de **setembro** de 1999, **Lei nº 9.985**, de 18 de **junho** de 2000.

1.5.2 – Do direito processual

Mesmo que a **lei processual** regente das **possessórias** se mostre, de plano, inequívoca, a desafiar, para alguns, o amparo do há muito desusado brocardo *in claris cessat interpretatio*, cumpre-nos uma **leitura crítica** desses dispositivos para conferir-lhes a **constitucionalidade** (não a essencial): se se inscrevem ou aplicam **conforme a Constituição**. Impende, para a **segura e atualizada aplicação** dos dispositivos processuais, sejam decompostos em seus elementos constitutivos para compreendê-los no **contexto** da **ordem jurídica**, quando de sua aplicabilidade. Essa **técnica** atualiza permanentemente as leis, já que seu órgão fautor não lhe acompanha a vida atualizando-a literalmente, *pari passu* à **evolução social** e das **instituições**.





Não se pense, porém, em consagrar o fenômeno MAGNAUD, o bom juiz, primeiro presidente do Tribunal de Château-Thierry,¹⁶⁷ com a sua **jurisprudência sentimental**, ou de adesão aos cânones da Escola Livre de Direito ou da Escola do Direito Vivo.¹⁶⁸ Cuida que nos mantenhamos dentro de um **sistema jurídico científico, racional**, a um só tempo **amplo e aberto**.

Já o **art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro (Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942)** – uma lei de introdução às leis¹⁶⁹ (*lex legum, Ueberrecht*) – impõe **regra de hermenêutica** ao juiz quanto à atenção aos **fins sociais da lei**, o que, no entender de BARROS MONTEIRO, vincula-se às **linhas mestras** traçadas pelo **ordenamento político**.¹⁷⁰ LIMONGI FRANÇA vê na expressão “fins sociais” uma **condenação legal** ao método dogmático ou exegético, na linha de ALEXANDRE ÁLVARES e BEVILÁQUA.¹⁷¹ E ALEXANDRE ÁLVARES concebe **sociologicamente o processo de interpretação**, na medida em que aplicar a lei exige a observância da **marcha dos fenômenos sociais** para obter-se a “*maior soma possível de energia jurídica*.”¹⁷² Enfim, isso tanto não resolveria, a princípio, pois é certo, como salienta MARIA HELENA DINIZ, “*não há lei que não contenha uma finalidade social imediata*.”¹⁷³

Ora, quando o **Código de Processo Civil (art. 927, I, do CPC)** exige do autor de uma **ação possessória**, de pronto, a **prova de sua posse**, exige-a consoante ao que o **ordenamento jurídico positivo** e mesmo o **Direito**, por suas demais manifestações ou formas de expressão¹⁷⁴ (**doutrina, jurisprudência, costumes: princípio da juridicidade**), entendam por posse. E a **posse agrária**, ou **posse imobiliária rural constitucional** – se assim a pudermos designar –, é a **cumpridora da função social (art. 186 da CRFB/88)**. Mais ainda assim o será se é posse alegada em razão do **direito de propriedade concretamente considerado**, a exigir, “*como pressuposto para a tutela da posse a demonstração do cumprimento da sua função social. Trata-se de pressuposto implícito, decorrente da eficácia direta e imediata do princípio constitucional da função social da propriedade*.”¹⁷⁵ Pressuposto implícito, é bem verdade, mas de importância considerável, a ponto de, com FACHIN, concluirmos que “*ficou sem proteção possessória constitucional a propriedade que não cumprir a sua função social*.”¹⁷⁶

De se lamentar que **alguns aplicadores** se agigantem na **leitura estritamente gramatical** do **art. 927 do CPC**, e, bastando-se nela, **não alcancem a semântica**. O dispositivo reconheceu um **pressuposto indeclinável, objetivo: provar a posse**. E assim sempre foi e é **elementar às possessórias**. Fica, então, uma primeira pergunta: **o que é posse?** Afigure-se-nos importante a seguir **responder** ainda à questão: o que é **provar a posse** (nos termos de lei **processual**)? Posse é **meramente a situação fática** descrita pela consecução por **qualquer de atos inequívocos** de efetiva **ocupação?**

Decisões há – e muitas – **reproduzindo**, embora **sem enfrentamento** da questão, *d.v.*, aduzindo, **à larga** de qualquer **argumento**, apenas **afirmando por afirmar**, então **sem fundamentar**. É que **mudam os tempos**, mudam as **orientações**, muda a **doutrina**, muda a **Constituição**, mas **só não evoluem** – senão a custo – **algumas decisões**. Um movimento de **letargia mental** parece **empecer** a vontade de discutir à base de argumentos, isso não pelo só estágio de **autoridade revisora**.

Há de se ter bem **distintos** o significado e alcance, bem como a relação que se estabelece entre os **dispositivos legais** e mesmo as **normas em geral** de conteúdo **material** e **processual**. Assim, **inquestionável**, a teor do **art. 927 do CPC**, competir ao **autor da possessória** (seja qual for) o **dever de**, necessariamente, **provar a sua posse**. Até aqui prevalece a **imposição da lei processual**. É **comando inequívoco**. No entanto, não é a lei processual quem **definirá** o conteúdo da “posse” que exige seja provado. Para a **concepção da posse**, há o intérprete e aplicador da lei socorrer-se da **lei material** para **desvelar o sentido** da posse.

167 – Sobre o fenômeno MAGNAUD, cfr. CRUET, Jean. *A vida do Direito e a inutilidade das leis*, [s.t.], Lisboa: Aillaud e Bertrand, [s.d.], p. 83-85; SICHES, Luis Recaséns. *Nueva filosofía de la interpretación del Derecho*, 3ª ed., México: Porrúa, 1980, p. 53; MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*, 7ª ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1961, p. 113.

168 – Cfr. EHRLICH, Eugen. *Fundamentos da sociologia do Direito* (Grundlegung der Sociologie des Rechts), trad. René Ernani Gertz, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, p. 24-25 e LARENZ, Op. cit., 1978, p. 69-72.

169 – DINIZ, Maria Helena. *Lei de introdução ao Código Civil brasileiro interpretada*, São Paulo: Saraiva, 1994, Cap. I, n 1, p. 3.

170 – MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*, 22ª ed., rev. e atual., São Paulo: Saraiva, 1983, vol. I, p. 77.

171 – FRANÇA, R. Limongi. *Formas e aplicação do Direito Positivo*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1969, Cap. IV, p. 57.

172 – *Apud* BEVILÁQUA, Clóvis. *Teoria geral do Direito Civil*, 7ª ed., atual. Achilles Beviláqua e Isaias Beviláqua, São Paulo: Livraria Francisco Alves Editora Paulo de Azevedo Ltda., VIII, nº 38, p. 41.

173 – DINIZ, Maria Helena. Op. cit., Cap. II, art. 5º, p. 160.

174 – FRANÇA, R. Limongi. Op. cit., Cap. III, p. 21-25.

175 – DIDIER JR, Fredie. *A função social da propriedade e a tutela processual da posse*, p. 10.

176 – FACHIN, Luiz Edson. *O estatuto constitucional da proteção possessória*, in *Leituras complementares de Direito Civil*, Cristiano Chaves de Farias (Coord.), Salvador: Jus Podivm, 2007, p. 271 (destaque no original).





Hipótese não afastável de pronto, com feição de **paradoxo**, é aquela resultante de **sentença judicial** dando pela **improcedência** de um pedido **possessório**, consolidando, por isso, uma invasão/ocupação/tomada por um grupo social qualquer. No caso, **reconhecido** e **legítimo** proprietário ficar **apartado** de sua respectiva posse em razão de não lograr êxito em ação possessória, justo porque naqueles autos **não provou** o **cumprimento** da função social (é que se para a **propriedade** o comando importa **continuidade** e **manutenção**, para a **posse** é, antes, **essencial** e **vital**, **peremptório**). A **função social da posse**, no entanto, implica **bem mais grave** do que a função social da propriedade. A **propriedade existe** como **direito a despeito** de uma **boa posse**, valendo, portanto, que haja um **respectivo registro cartorial** (Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição de localização do bem imóvel rural). Já a **posse**, por ser fato – **qualificado** pela **função social** –, é suscetível de perder **densidade** e **essência**, passando a **não existir**, senão, contrariamente, se estiver na **plenitude** do cumprimento da função social, esta tal como definida no corpo da Constituição Federal (**art. 5º, XXIII, da CRFB/88**). Assim, a **posse sem a correspondente função social nem posse será**, mas **mera detenção** (quando muito). Fica no **limbo jurídico** a situação da **realidade possessória** resultante de uma **sentença** – transitada em julgado – especialmente cuidando de um **conflito coletivo**. **Declarando**, por **sentença**, que **alguém (requerente)**, **proprietário ou não** do imóvel, a este não dá, pela posse (exercício do uso), a sua função social, admite-se, por conseguinte, a **permanência** de um grupo (**requerido**) naquele imóvel (**objeto de ação**), que assume, doravante, a **responsabilidade** do **exercício da posse** ali, à ausência de outro mais habilitado.

Nessa perspectiva da **hipótese** levantada, cabe **indicar** o imóvel ao Poder Público federal, de modo a que averigue da **viabilidade** de **desapropriação** por **desrespeito à função social** (focado em qualquer dos seus aspectos), este já então **reconhecido judicialmente**. O **Incra** é o órgão federal **autorizado** a **indicar** um imóvel qualquer (dentro de prescrição constitucional) à **desapropriação** para os fins de reforma agrária. **Não prescreve** a Constituição ou a legislação infraconstitucional outra “**penitência**” ao proprietário que **descumpra** a função social. É, neste particular, **norma em branco** – *de lege ferenda*. Mais ainda quando a **lei** (medida provisória) **impede** que **área invadida** seja **vistoriada** pelo Incra. Mas mesmo assim pode o **Judiciário determiná-la** em sede de **perícia judicial** no bojo dos autos da **possessória**, e a eventual conclusão pelo descumprimento da função social **poderia redundar**, aí sim, até na consideração de **abandono**. A situação enseja discutir-se até que ponto valeria a **decisão** da **Justiça Estadual** perante a **Justiça Federal** numa **possível ação expropriatória** (ainda mesmo que uma desapropriação rural por interesse social, não necessariamente destinada à **reforma agrária**, mas a outro fim qualquer compatível com a **política agrícola e fundiária**). Ou se reconheceria a mesma hipótese **perda da propriedade** – não em favor dos requeridos, mas do Poder Público (União), por força do **art. 1.276, § 1º, do CCB/2000**. Nessa linha de raciocínio, pode acontecer que um **mesmo imóvel**, conquanto não seja **objeto** de cumprimento da função social, de outro lado **não se mostre apto ao assentamento**, por não abrigar número razoável de famílias (proporção custo/benefício). Se a tanto, a **questão administrativa** deve ser desvendada pelo Incra.

A permanecer, ao fim, **inerte o Estado**, sem conduzir o caso a uma efetiva solução, aí prevalecerá especialmente **desconsiderada** a situação do **proprietário** (ou **possuidor**) **relapso** no **exercício** e **fiscalização** da **posse**, a redundar no **não cumprimento da função social**. Mantém-se, embora, quanto a ele – se o proprietário – o **direito à propriedade** do mesmo imóvel, deste não podendo ser privado sem a competente **indenização**, pena de **confisco**. Neste particular, há quem entenda na expressão constitucional “**justa indenização**” incoincidência com “**valor de mercado**”, porque a **desapropriação**, quando acontece em **caráter sancionatório**, há de considerar, inexoravelmente, a **desobediência** do proprietário expropriado a um **dever fundamental**, valendo a **regra da proporcionalidade**.¹⁷⁷

Neste acaso pode **cair por terra**, e ainda considerando os **pressupostos elencados**, a **necessidade** de qualquer **vistoria** nos termos exigidos pelo **art. 2º, § 2º, da Lei nº 8.629/93**, ao mesmo tempo proibida pelo seu **§ 6º** (por força do **art. 4º da Medida Provisória nº 2.183-56/2001**). Trata-se de uma **realidade nova** a ser considerada e discutida. À parte do **procedimento ordinário** destinado à implementação de eventual **política de reforma agrária**, levada a cabo pelo **Incra**, surge a **nova demanda** oriunda de um **conflito possessório** por **imóvel rural**, questão pontualmente

177 – COMPARATO, Fábio Konder. *Direitos e deveres em matéria de propriedade...*, p. 145.





apreciada pelo Poder Judiciário de estado-membro da Federação que substitui a **vistoria**, adiantando-se em **declarar o não cumprimento da função social**. Essa linha de reflexão incide exatamente nos casos trazidos a uma **vara especializada em conflitos coletivos agrários**.

Considere-se também que em **área subutilizada** não há como **indeferir parcial proteção possessória**, cabendo, por vezes, o comparecimento do **Incra** ao processo, de modo a que, no bojo dos autos, proceda à **vistoria** em sede de **contraditório**, até mesmo com força de **perícia**. Em comprovado o **não atendimento** da função social, poderá a autarquia indicar a área para **decreto** do Presidente da República. Ressalte-se que o **Incra** está **impedido de vistoriar imóvel invadido ou ocupado apenas administrativamente**.

Ora, ao **declarar protegida a propriedade**, sob admissível sua perda (**expropriação**) mediante bastante **indenização**, a Constituição manifesta **expressa escolha** do constituinte – povo brasileiro – por um **sistema capitalista de propriedade privada**; de outra sorte o **indeferimento** do pleito de **proteção possessória** da totalidade de um bem imóvel rural é a declaração estatal de uma **expropriação indireta** pelo particular. Se o proprietário fica **impedido ao acesso** ao bem, por **impossibilitado de usufruir** dele no exercício de sua posse, isso **indefinitamente** no tempo, **objetivamente** lhe está sendo **tirada a propriedade**, e maculado o **direito constitucional fundamental** a uma **expropriação** mediante **indenização** e dentro de um **devido processo legal**.

Então, a situação que melhor se apresenta num contexto de análise dos **princípios conflitantes**, na **ponderação** deles, é prestigiar a ordem no que tange ao **desestímulo a ações passionais** e ao largo da Constituição e da lei. Se por um lado é **abusivo e desrespeitoso** não cumprir o proprietário o preceito constitucional da **função social** da propriedade, por outro lado, menos desrespeitoso não será a **busca violenta** do mesmo **direito de propriedade** pelo uso da **invasão** de áreas, criando um **modo enviesado de aquisição**, ainda que precária, da propriedade.

Criou-se um **argumento, data venia, sofisticado**, de que aquele que **não dá função social à propriedade** e, **via de consequência**, à posse **não teria a proteção possessória**. A lógica desta assertiva é a mesma que sustenta a tese de que “ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão”. É o **absurdo** de contemplar situações de **barbárie** ou de **desconsideração do Estado de Direito**. E nós vivemos num Estado Democrático de Direito – com tantas imperfeições – assim como tal **proclamado e reconhecido** pela mesma **Constituição** que **consagra o direito de propriedade**, a **função social da propriedade** e a imperiosa política de reforma agrária. A par disso há de se considerar que o reconhecimento de uma tese tal importaria quase que um **juízo sumário**, dentro dos **pressupostos processuais**, a redundar no **indeferimento da inicial possessória**.

Enfim, como haveria de ser é. O feito é **processado**. Concedida ou não a **ordem de desocupação** ou **interdital liminar**, a **ação corre**, não no sentido de reconhecer afinal uma desapropriação da área litigiosa, mas para **restabelecer a ordem**, de modo que não se prestigie nem a atitude de **deslize** no cumprimento da constitucional função social, e muito menos a ação de **invasão** de área particular. Ao **proprietário relapso** há de resultar a **comunicação** de sua **omissão aos órgãos competentes** para as **providências cabíveis**.

Afastar em absoluto a **proteção possessória** para aqueles casos de **subutilização** do imóvel rural – o que difere do **abandono** – conduz, pois, a uma **insustentável** ideia de **perda** daquela **posse**, inviabilizando o **exercício do direito de propriedade**. Concomitantemente estimula **ações violentas** de invasão de terras. Por tudo, **subverte-se o devido processo legal**, isso nada obstante a que a **subutilização** conduza à negação da tutela possessória, **dependendo de seu grau** (razoabilidade, proporcionalidade).

1.5.2.1 – Dos movimentos sociais como parte

Quanto aos **pleitos coletivos (invasão multitudinária)**, incomum não será, nos compêndios, o estudo acerca da **legitimidade ativa** envolvendo **interesses supraindividuais**,¹⁷⁸ as chamadas **partes ideológicas**.¹⁷⁹ A não ser no tocante às greves de trabalhadores e movimentos afins, atinentes à Justiça do Trabalho, na **área cível** ficam os acadê-

178 – A partir do estudo pioneiro de LOUIS JAFFE (JAFFE, Louis. *The citizen as litigant in public actions: the non-hohfeldian or ideological plaintiff*, in Univ. of Pennsylvania Law Rev., vol. 116, 1968, p. 1033-1047) conferir dentre outros: SILVA, F Nicolau Santos. *Os interesses supraindividuais e a legitimidade processual civil activa*, Lisboa: Quid Juris? Sociedade Editora, [s. d.], 159p.

179 – Cfr. sobre todo o processo CAPPELLETTI, Mauro. *Juízes Legisladores?*..., Segunda parte, nº 9, p. 57.





micos e os especuladores bissexto a deverem reflexões quanto à **legitimidade passiva coletiva**.¹⁸⁰

Caracterizada a **circunstância de coletividade** dos requeridos, assim **organizados** para tal ação, nesse panorama desconsideram-se as **características pessoais** dos **componentes** do movimento, e mesmo o **caráter circunstancial da organização**. Muitos dos membros do grupo costumam ser **arregimentados** nas **periferias** das grandes cidades, ou mesmo constam de uma **arrecadação** de **marginalizados sociais**, cuja **vocação agrícola** nunca antes se manifestara. Não tem sido incomum encontrarmos nos grotões dessas Gerais inúmeros grupos desde há muito descaracterizados pela **opressão de lideranças** que **suprimem** a **espontaneidade** dos **trabalhadores**, seja por sua **presença oportunista** em momentos de **publicidade**, seja por **negacearem informações** e a **formação leal** ao grupo. Temos testemunhado muitas vezes a **perplexidade**, por **ignorância** e **desconexão**, da assistência nas **audiências públicas** de tentativa de conciliação e justificação.

A **promessa** da **obtenção fácil** – **gratuita** – de uma gleba de terra qualquer **fascina** e **seduz**; muitos a pretendem para futura **venda** ou **repasso**. Escarnece a condição de trabalhadores rurais, simples candidatos a posseiros, a **arregimentação** que se faz, pelo resultado de grupos minados com inúmeros componentes **sem qualquer perfil rurícola**; é muita gente sem qualquer **traquejo caipira** ou **atitudes** de **matuto típico**. Essas **circunstâncias**, conquanto admissíveis de **provável existência**, não se elevam à categoria de importância para os autos, senão após exaurir-se a análise dos **atributos possessórios incidentes sobre o imóvel** objeto da ação. As **características** particulares dos **componentes** dos movimentos sociais – então parte no processo – só será apurada em momento posterior, quando se operar **eventual assentamento** (se for o caso).

De outro lado, ainda remanescem grupos orientados pela **mais boa vontade** e **sincera disposição**. Nestes não se percebe articulação para **perpetuar** um movimento em moldes de **profissionalismo**; tais cuja **indignação** se convola em **luta** e a disposição ao **diálogo** enseja **acordos** e **sensibiliza autoridades**.

A teor do **grau de organização** dos **movimentos sociais** que atuantes em diversas regiões do Estado de Minas Gerais – e mesmo do Brasil –, deve-se considerar *cum grano salis* o aspecto de sua **hipossuficiência**. Quando se nomeia **defensor** – público ou particular – ao **cidadão parte economicamente mais fraco**, a **desigualdade processual** se **desfaz**, e se alinham os contendores neste campo. As **diferenças econômicas**, conquanto importem na apreciação da querela judicial, no plano da **análise contextual** não se podem tornar o mais relevante elemento, sob pena de uma exacerbada e **inoportuna ideologização do processo judicial**, inspirando **insegurança** e reverência à **parcialidade**, o que deveras não cabe bem num processo judicial.

A despeito de qualquer **especulação** sobre a **legitimidade de agir** dos **movimentos sociais organizados** para a **luta pela terra**, não nos furtamos de aceitá-los como **parte no processo judicial**. Essa reconhecida condição de **legitimado passivo no processo** se dá mercê da **força inexorável dos fatos**, especialmente do **fato** de uma **invasão/ocupação/tomada** de **terras particulares** por um **grupo organizado de cidadãos** denominados “**sem-terra**”.

A esta concepção não se furtou o legislador de reconhecer a existência desses movimentos, prevendo para a atuação deles, em alguns casos, o condão de impedir a vistoria para fins de **desapropriação** (art. 6º da **Lei nº 8.629/93**, com a redação da **MP nº 2.183-56/2001**).

1.5.2.1.1 – Da legitimidade dos movimentos sociais

Manifestação sociológica irrecusável da contemporaneidade desde antanho, os **movimentos sociais** representam **força marcante** e **considerável** na **formulação das regras jurídicas**, e, ainda antes, no estabelecimento de um **pacto estatal**. A tal propósito, o das organizações sociais um tanto distantes das **intencionalidades** do **direito positivo**, havemos de reconhecê-las como “*entidades (ou objectivações) juridicamente conformadas e conceitualizadas, mas em que um dos termos distinguidos recebe a designação ‘de facto’ por razões particulares (juridicamente particulares), fundamentalmente diferentes das razões pelas quais, usando a expressão, se poderá opor o jurídico ao puro não jurídico; pois a designação ‘de facto’ traduz agora uma específica estrutura jurídica de certas relações e instituições concretas, quando postas em confronto com aquelas outras que mereçam, também nesta perspectiva, a predicação ‘de di-*

180 – Vólvido para a questão dos contratos, cfr. MACHADO, Luciano Rodrigues. *A função social e a legitimação para a causa*, in *Questões Processuais do Novo Código Civil*, Rodrigo Mazzei (Coord.), Barueri: Manole; Vitória: Instituto Capixaba de Estudos (ICE), 2006, Coleção Instituto Capixaba de Estudos, p. 318-352.





reito', e para significar que de umas relativamente às outras se verificaria uma divergência na índole dos fundamentos das suas respectivas juridicidades – as primeiras de uma juridicidade que elas em si mesmas exibem e impõem, as segundas de uma juridicidade que lhes vai formal e antecipadamente reconhecida –, sem deixar, ao mesmo tempo, de querer assim traduzir uma diversa acentuação de validade jurídica, que só seria plena se fosse 'de direito' e apenas como que larvar se houvesse dizer-se 'de facto'.¹⁸¹ Bem lembra ainda CASTENHEIRA NEVES, que tais situações de **constituição autônoma** na vida social possuem **juridicidade concreta e real** (com relevo jurídico, seja *praeter* ou *contra legem*), incoincidentes embora com a **juridicidade legalmente positiva** (ou do **direito oficial**, como diria C. SFORZA).¹⁸²

Na visão de S. EHRLICH,¹⁸³ em recolha de MANCUSO, os grupos sociais organizados são um **representante único de parte da sociedade**; a sua **vontade é geral** em relação aos seus aderentes, mas continua entretanto **fragmentária** em relação ao Estado.¹⁸⁴

A esta **articulação** afluída no seio da sociedade, como **organização interna “extraestatal”, “não institucional”**, a que modernamente se reconhece como **setor organizado civil**, ou simplesmente **“sociedade civil organizada”**,¹⁸⁵ há quem reconheça em seus atos (atos sociais) frutos da **consciência nacional**, desafiando **força coercitiva** por “*mera questão de opinio necessitatis*.”¹⁸⁶ Daí advém o **direito consuetudinário**, este nada mais senão que **atos sociais de fato com força jurídica**, vindo a pelo dos **problemas sociojurídicos**.¹⁸⁷

Para MANCUSO, na análise dos **grupos ocasionais, espontâneos**, quanto a usufruírem o **direito fundamental de acesso à Justiça**, há de se desconsiderar, dispensando, a **concepção rígida ou clássica de personalidade jurídica**, à vista de se tratar de **interesses metaindividuais**. Nessa hipótese, buscar-se-á a qualificação “*em critérios objetivos: a capacidade de expressão coletiva do grupo e a natureza socialmente relevante de seu objeto*.”¹⁸⁸ Releva a existência de **certos objetivos**, e não a existência legal do grupo.¹⁸⁹ “*E, para mais, força é convir que um ente desprovido de personalidade jurídica não é um pária na ordem jurídica. (...) Em síntese, ente de fato não significa ente irrelevante do ponto de vista jurídico*.”¹⁹⁰

Vige para a **teoria da pessoa jurídica** a tese da **desconsideração**, reconhecendo, antes, a **capacidade objetiva do grupo**.¹⁹¹ Da **natureza** mesmo da **tutela aos interesses difusos** não exigir **rigor formal** em matéria de personalidade jurídica como **pressuposto da capacidade processual**.¹⁹² Considerar a **personalidade jurídica**, em se tratando de **interesses difusos**, portanto, desafia “*temperamentos especiais, à vista da natureza fluída, por vezes fugaz, desses interesses*.”¹⁹³ Não será, nesta linha de raciocínio, impediante à **tutela jurisdicional** “*o mero reconhecimento da higidez jurídico-formal do grupo que deles se faz portador*.”¹⁹⁴

Questão tormentosa, no entanto, põe-se quanto à **legitimidade dos movimentos sociais** em sua atitude de **violar um declarado direito de propriedade**, quantas vezes fruto de uma **cadeia dominial** secular ininterrupta, constante de **registros públicos** impecáveis. A **invasão dos limites do direito de propriedade, fundamental**, assim como o diz a Constituição, rompe com o dever de cada particular ao respeito dos **direitos fundamentais** na sua **perspectiva horizontal**. Como sintetizou o Des. GUNTER SPODE, a **invasão por força coletiva dos movimentos é sem sustentação jurídica nos códigos**, sequer havendo **lei que a discipline**; a **ação** desses **grupos organizados** sustenta-se em argumentos de “*natureza moral e de caráter político-social, suscitando seus direitos fundamentais, garantidos pela Constituição Federal*.”¹⁹⁵ E por tudo isso é que “*não se tem notícia de que alguma dessas ocupações, de per si, tenha deter-*

181 – NEVES, António Castanheira. *A distinção entre a questão-de-facto e a questão-de-direito*, In, Digesta: escritos acerca do Direito, do pensamento jurídico, da sua metodologia e outros, Coimbra: Coimbra Editora, 1995, vol. 1^a, p. 502-508 (Destaque original).

182 – *Idem*, p. 509.

183 – EHRLICH, Stanislaw. *Le pouvoir et les groupes de pression*, Paris: Mouton, 1971, p. 6.

184 – MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Interesses difusos: conceito e legitimação para agir*, 5^a ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, Cap. 1, n^o 1.7, p. 38.

185 – Cfr. Dagnino, Evelina (org). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra e Unicamp, 2002, 364p.

186 – FRANÇA, R. Limongi. *Op. cit.*, Cap. III, p. 37.

187 – *Idem, ibidem*.

188 – MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Op. cit.*, Cap. 3, n^o 3.3.2.2.2, p. 198.

189 – *Idem*, p. 200.

190 – *Idem, ibidem*.

191 – *Idem*, p. 201.

192 – *Idem*, p. 194.

193 – *Idem*, p. 202.

194 – *Idem, ibidem*.

195 – TJRS – Agravo de Instrumento n^o 598.360.402 – Comarca de São Luiz Gonzaga – 19^a Câmara Cível – Rel. Des. GUNTER SPODE – j. 6.10.1998 (cfr. *Questões agrárias: julgados comentados e pareceres*, VII, p. 103).





minado a alteração da posse, perdendo-a o titular domínio para os possuidores assim introduzidos na terra.”¹⁹⁶

As ações dos **movimentos sociais organizados**, ainda que ditas de conteúdo marcadamente **político**, têm **óbice de aceitação** na impossibilidade de subsumirem-se ao chamado “**direito à indignação**”, lembrado por CANOTILHO.¹⁹⁷ É que a **desobediência civil**, típica forma de expressão de **oposição política**, tem como pressuposto a **não violência**, assim como um **conteúdo político consciente**, isto é, assimilado por todos os componentes do grupo de maneira inequívoca. O objetivo é mesmo **provocar** a **mudança** nas leis ou programas de governo. Reside num **plano ideológico**, assim **mais elevado** do que o plano material envolvendo barganhas com proprietários, emoldurando um **conflito** mesmo de **caráter privado** – infelizmente.¹⁹⁸

Afigura-se nos **elementar** a **distinção** a se estabelecer entre a **legitimidade de existência** dos movimentos sociais de luta a favor da implementação de uma **justa divisão de terras no Brasil** e a **legitimidade da ação** desses mesmos grupos, particularmente da **estratégia de luta** que elejam na forma de **invasão/ocupação/tomada de terras**. Absolutamente ninguém há de ignorar, ainda hoje, a prevalência de profundas – e por isso ecoam injustas – **diferenças sociais**, a desafiarem a **organização das minorias**. Se já nos localizamos num **Estado de Direito**, seguramente **democrático**, a ponto de ensejar aos plúrimos grupos sociais possibilidade de manifestarem seu pensamento e interferirem na formulação das **políticas públicas**, a opção pela **violência** não se nos afigura como uma evoluída forma de agir, senão revela um **instinto anarquista** ou **demagógico**, partidário de uma **ideologia ultrapassada**.

Aspecto importante de observação nestes autos, a partir da **matéria esteio da lide**, em torno do qual se estabelece o debate – um **direito fundamental** –, cuida que devemos atentar para os **efeitos** dos **direitos fundamentais**, porque seu **titular compartilha-o** com toda a **comunidade** (função social), ou porque a comunidade obriga-se a respeitá-lo na titularidade do particular.

Ora, se a **propriedade** não cumpre sua **função social**, a quem caberá restituir esse direito ao seu **curso constitucional**? Tornada a propriedade já agora um **típico direito social**, nesta condição assim vista como da **essência do homem**, igual aos ditos **direitos naturais** pelo **jusnaturalismo**, legitimar-se-ão os **grupos sociais**, ou mesmo o particular, à disputa da posse a partir de um **ato de invasão (violência)** fundado em que o declarado possuidor não cumpre a função social da propriedade?

Há de se entender – pelo menos em tese – que o **movimento social**, na caracterização de um **conflito coletivo**, não pleiteia absolutamente nada para si, para seus **circunstantes componentes**. Seu pleito, sua luta, é **metaindividual**, neste aspecto **mais difuso** que **propriamente coletivo**. Luta para além de um **interesse público** ou **fazendário**, luta por um **interesse social**, típico da **coletividade**.¹⁹⁹ Seus **limites pessoais** talvez se possam dizer divisados na coincidência do território do estado-membro da Federação, ou, quando ainda menos, se se trata de um Estado tão plúrimo quanto o das **Minas Gerais** deste Sudeste. Ou, ainda, contemplando uma categoria infinda de “sem-terra” de um município ou de uma região.

Acolher esta tese redundante grave para os **movimentos sociais, grupos diversamente organizados sob bandeiras multicores**, quase sempre de fundo **escarlate**, tom **quente**, símbolo da humana seiva que transita, tépida, nas vias venosas ou arteriais. É dizer, **qualquer decisão** num **conflito coletivo agrário** é **erga omnes, data venia**.

A **posse** que se discute nas ações da **Vara Agrária estadual** (dos **conflitos coletivos**) é aquela analisada à luz de um **compromisso social estruturante**, por isso **constitucional**. Não se vincula à pessoa do então possuidor (proprietário ou não), mas liga-se umbilicalmente ao **modo de exercício**, a ser **universalizado** na sua tipificação sob a ótica da **análise estatal** – judiciária ou administrativa. O **veredito** do **Estado-Juiz** ou do **Estado-Administração** (Incra) redundante em efeitos defensáveis pela comunidade jurisdicionada, não exclusivamente por aqueles **componentes indiscriminados** do processo. Eles, embora **reconhecidos** e **conhecidos** dentro do **processo social**, no seio do grupo, nem sempre são descritos nos autos do **processo judicial**, declinados por suas respectivas **identidades** (por vezes, por eles mesmos, **ocultadas**).

196 – TARS – Agravo de Instrumento s/nº – Câmara de Férias – Rel. Juiz PERCIANO DE CASTILHOS BERTOLUCI – j. 25.7.1997 (cfr. *Questões agrárias: julgados comentados e pareceres*, VIII, p. 134).

197 – Cfr. CANOTILHO, Gomes, *Direito constitucional...*, 7ª ed., Tit. 2, Cap. 2, E, IV, p. 328.

198 – Cfr. Teoria de Justiça, John Rawls, Faticidade, Habermas.

199 – Cfr. MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *A proteção judicial de interesses difusos e coletivos: funções e significados*, in *Processo Civil e Interesse Público: o processo como instrumento de defesa social*, org. Carlos Alberto de Salles, São Paulo: Coedição Editora Revista dos Tribunais – Associação Paulista do Ministério Público, 2003, Cap. 8, p. 128-129 (destaques no original).





Assim, uma **concessão liminar** ou **decisão de mérito** obtida em feito interdital **opera-se plena** em face de todos e de qualquer um, valendo sobretudo diante do mais próximo “inimigo”, perigo imediato. Outra a ótica, estabelecer-se-ia uma **sofismática proteção** a que o **comando judicial** ofereceria ao requerente da tutela judiciária, que teria de renovar a todo o instante seu pleito, porque os movimentos, **camaleônicos** por essência, transmutar-se-iam com o só intuito de **ludibriarem** uma decisão judicial. Aliás, nisso está a excelência dos referidos movimentos que, deliberadamente, não assumem qualquer **personalidade jurídica**, com isso se esquivando de qualquer **responsabilidade exequível**.

Finalmente, o que mais **impressiona** é, no bojo dos autos, a **desarticulação dos movimentos sociais**, estes que acabam por se fiar, mor parte das vezes, no zelo do **Ministério Público** na defesa de seus interesses enquanto atua na defesa do **interesse público** evidente na lide.²⁰⁰ Eles não se empolgam, têm uma **atuação processual ineficiente**, distinta do empenho e da combatividade das ruas, se sob o foco da mídia; nos autos os “sem-terra” são marcadamente **passivos, inertes e silenciosos, desinteressados** na produção de provas, **esquivos** de assumirem-se no processo, receosos da **responsabilidade civil**. Muito disso, informa-nos a experiência, é fruto da **banalização das invasões**, a que se têm dedicado inúmeros grupos, sem qualquer **estudo prévio de área**.

1.5.2.1.2 – Da ausência de personalidade jurídica dos movimentos

A **Vara de Conflitos Agrários estadual** não procede, de maneira alguma, à implantação de qualquer **política agrária ou fundiária efetiva** para **distribuir terras**. Ela lida tão só com os **conflitos coletivos** instalados no **confronto dos interesses de grupos organizados (ou não) de “sem-terra” e proprietários de áreas rurais**. É do ofício da Vara, apenas vertida para a **tensão social** criada, buscar **resolver**, compondo, o **litúgio** que nasce.

A **primeira dificuldade processual** ao **operador do direito** (advogado, promotor e juiz) atuante em sede de um **litúgio possessório** – ou de **natureza conexa** com este feito – será **divisar o polo passivo da lide**. Formado por um **grupo de pessoas** que – modo geral – deliberadamente não se dispõem à **identificação individualizadamente**, o polo passivo da lide fica pendente de uma **definição**, que em **serra processual** redundará em **consequência** quanto à **efetividade e alcance da coisa julgada** pretendida ao fim do **processo**.

Se a demanda é proposta em face de **requeridos certos e discriminados**, não há polêmica, pois os indicados serão citados (pessoal ou fictamente, conforme o caso).

Havendo, porém, pedido de citação do **movimento X**, ou, ainda, de componentes do **movimento cuja bandeira flamule** no acampamento dos invasores, a **questão processual incidente** surge clamorosa. Modo geral pede-se a citação de alguém (ou várias pessoas) indicado(s) como **líder(es)**. Esta a solução nascida dos tribunais, buscando a analogia com as figuras da **gestão de negócios** e do **mandato indireto**,²⁰¹ com isso concluindo pela **desnecessidade de identificação** dos requeridos.²⁰² Enfim, conquanto **sem personalidade jurídica**, possuem **capacidade processual**.

De mais a mais, bem já se destacou que o **ato jurídico coletivo é sempre unitário**, ou seja, **a obra é uma só**. Eis que a **circularidade** de pessoas, seu **comparecimento gradativo** ao palco do esbulho, para ali se fixar, bem como sua inclusão no processo judicial, não pode alcançar o efeito de instalar um quadro de **perplexidade jurídica** a redundar em **típica denegação de justiça**.²⁰³

Os **movimentos sociais** que militam em Minas Gerais – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (**MST**); Movimento de Luta pela Terra (**MLT**); Movimento de Libertação dos Sem-Terra (**MLST**); Movimento Popular pela Reforma Agrária (**MPRA**); Movimento Popular dos Sem-Terras (**MPST**); Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (**MTL**); Movimento do Trabalhador Rural (**MTR**); Liga Operária dos Camponeses (**LOC**); Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas (**LCPNM**); Liga dos Camponeses Pobres do Centro-Oeste (**LCPCO**); Comissão Pastoral

200 – Art. 82, III do CPC (com a redação da Lei nº 9.415/96).

201 – Cfr. 1ª TA Cível São Paulo: MS nº 293.445 – 8ª C. – Rel. NELSON HANADA – j. 24.11.81 (RT, 572/136); Ap. Cív. nº 337.950 – 7ª C. – Rel. OSVALDO CARON – j. 30.4.85 (600/116-117).

202 – Cfr. STJ: REsp. nº 28.900/RS – Rel. Min. EDUARDO RIBEIRO – j. 12.4.1993 – publ. 3.5.1993; AgRg na MC nº 610-8 (2003/0018104-3)/SP – Relª Min. NANCY ANDRIGHI – j. 1.4.2003 – publ. 5.5.2003; REsp. nº 154.906-MG (1997/0081257-0) – 4ª Turma – Rel. Min. BARROS MONTEIRO – j. 4.5.2004 – publ. 2.8.2004. TTMG: AI nº 1.0024.04.342224-5/001 – Comarca de Belo Horizonte – 12ª Câmara Cível – Rel. JOSÉ FLÁVIO DE ALMEIDA – j. 17.1.2005 – publ. 27.1.2005. TAMG: AI nº 2.0000.00.436616-9/000(1) – Comarca de Belo Horizonte – 7ª Câmara Cível – Rel. D. VIÇOSO RODRIGUES – j. 29.4.2004 – publ. 19.5.2004; AI nº 2.0000.00.411529-5/000(1) – Comarca de Belo Horizonte – 6ª Câmara Cível – Rel. DIDIMO INOCÊNCIO DE PAULA – j. 25.3.2004 – publ. 6.5.2004.

203 – Cfr. TARS – 3ª Câmara – MS nº 187022264 – Rel. Juiz CLARINDO FAVRETO – j. 10.4.84 (Julgados do TARGS, 66/173-177).





da Terra (CPT); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf); Movimento de Luta pela Terra (MLUPT); Movimento Brasileiro dos Sem-Terra (MBST); e Organização para Libertação dos Sem-Terra (OLST) – encontram-se **cadastrados** em **órgãos governamentais** de maneira **informal**, ainda que haja uma **intensa e permanente negociação** com eles. É, no entanto, uma relação mais fundada na **realidade** que propriamente uma busca ávida por uma **organização social institucionalizada**. Ademais, eles não se apresentam **uniformes** nos diversos conflitos de que participam. Há **subgrupos, alas, correntes**, etc.

O fato de não **existirem** nem **agirem** sob um **título jurídico – personalidade jurídica** – reflete para os movimentos numa **estratégia de ação**, pois, desta sorte, ficam imunes a uma **responsabilização civil** ou **criminal** por seus **eventuais ilícitos**. Também pode ser causa de **confusão** e **entranhe** ao aforamento de **ação judicial** por parte dos proprietários ou possuidores de áreas objeto de intenção desses diversos grupos sociais.

Mas tal **realidade** não se pode erigir em **impediente** ao **exercício livre** do **constitucional direito de ação** dos proprietários e/ou possuidores de áreas objeto de invasão por movimentos sociais organizados.

Apenas a título de registro, um dos mais conhecidos agrupamentos, o **MST**, quando objeto de investigação pelo Congresso Nacional, na chamada CPMI da Terra, detectou-se consistir num **grupo de entidades** compostas pela Associação Nacional de Produção Agrícola (**Anca**), Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (**Concrab**), Escola Florestan Fernandes, etc.

1.5.2.1.3 – Dos réus incertos e não sabidos (membros difusos)

Pretendendo aquele que se tenha por **ofendido em sua posse** por uma **invasão/ocupação/tomada** de um **grupo de sem-terra** que sejam citados para o feito todos os **membros do grupo** ali definido, mas **desconhecidos** e/ou **não sabidos**, além dos quantos possam, naquela esteira de conduta, **vir a se interessar** por aquelas terras, deverá pedir deles a citação por edital. É a saída indicada pelo **CPC (art. 231, I e II)** para os casos de o citado ou apontado para compor o **polo passivo** da lide seja **desconhecido** ou **incerto**, ou se encontre em **lugar ignorado, incerto** ou **inacessível**.²⁰⁴

Para o nosso intuito, cuida-se não propriamente da **localização**, mas da **individualização da parte**.

Tal como acontece numa **ação de usucapião**, em que a parte deve promover a **citação dos interessados incertos e não sabidos**. É matéria nitidamente **possessória**, transformando-se num **paradigma válido**.

204 – Cfr. **STJ**: REsp. nº 28.900-6/RS (92.0027860-4) – 3ª Turma – Rel. Min. EDUARDO RIBEIRO – j. 12.4.93 – publ. 3.5.93; REsp nº 362.365-SP (2001/0110517-2) – 4ª Turma – Rel. Min. BARROS MONTEIRO – j. 3.2.2005 – publ. 28.3.2005. Ainda, JTAERGS, 78/79 e RJTAMG, 60/273 (cfr. NEGRÃO, Thetônio e GOUVÊA, José Roberto F. **Código de Processo Civil e legislação processual civil em vigor**, 36ª ed., nota nº 7, ao art. 231, p. 311). Na doutrina: ARAGÃO, E. D. Moniz. **Comentários ao Código de Processo Civil**, 7ª ed., Forense: Rio de Janeiro, vol. II, p. 304-305.



2 – ESTABELECENDO OS LIMITES DA LIDE

| 111



Trava-se nestes autos discussão de **cunho e natureza eminentemente possessórios**. Por inevitável, o debate tangenciará a **temática dominial**. Embora íntimos, os temas não se podem confundir de modo a tumultuar, no desvio, o **rumo da demanda**. Mas é certo que a **decisão** (extensão dela) na **possessória** (concessão liminar ou mérito) busca prestigiar a **segurança jurídica**, pois sem esta sequer se cogitará de um **direito de propriedade**.

Aqui o debate fixa-se mais vincado na **posse contemporânea à instalação do litígio coletivo**. Não importa a que **título o possuidor** ocupa o imóvel ao tempo da invasão pelos requeridos, bastando que se evidencie numa **posse qualquer**. Essa é a **realidade a se observar**.

O foco da pretensão versada na **petição inicial** funda-se em **posse exercida pelo(s) requerente(s)**, a ser tomada como **objeto único do processo**. As eventuais **características** ou **conduta** do **movimento social** requerido, seja na sua totalidade, seja mesmo de algum(ns) de(s) seu(s) componente(s) isolado(s), é matéria que refoge ao interesse deste feito. Contudo, não será ignorada a conduta dos requeridos quanto ao uso e à intensidade de **violência** ou a outros **abusos** noticiados. Como já teve oportunidade de se manifestar o **STF**, em sede de julgamento ainda não encerrado (com votos vencidos, embora):

“O ESBULHO POSSESSÓRIO – MESMO TRATANDO-SE DE PROPRIEDADES ALEGADAMENTE IMPRODUTIVAS – CONSTITUI ATO REVESTIDO DE ILICITUDE JURÍDICA. – Revela-se contrária ao Direito, porque constitui atividade à margem da lei, sem qualquer vinculação ao sistema jurídico, a conduta daqueles que – particulares, movimentos ou organizações sociais – visam, pelo emprego arbitrário da força e pela ocupação ilícita de prédios públicos e de imóveis rurais, a constranger, de modo autoritário, o Poder Público a promover ações expropriatórias, para efeito de execução do programa de reforma agrária. – O processo de reforma agrária, em uma sociedade estruturada em bases democráticas, não pode ser implementado pelo uso arbitrário da força e pela prática de atos ilícitos de violação possessória, ainda que se cuide de imóveis alegadamente improdutos, notadamente porque a Constituição da República – ao amparar o proprietário com a cláusula de garantia do direito de propriedade (CF, art. 5º, XXII) – proclama que ‘ninguém será privado (...) de seus bens, sem o devido processo legal’ (art. 5º, LIV). – O respeito à lei e à autoridade da Constituição da República representa condição indispensável e necessária ao exercício da liberdade e à prática responsável da cidadania, nada podendo legitimar a ruptura da ordem jurídica, quer por atuação de movimentos sociais (qualquer que seja o perfil ideológico que ostentem), quer por iniciativa do Estado, ainda que se trate da efetivação da reforma agrária, pois, mesmo esta, depende, para viabilizar-se constitucionalmente, da necessária observância dos princípios e diretrizes que estruturam o ordenamento positivo nacional. – O esbulho possessório, além de qualificar-se como ilícito civil, também pode configurar situação revestida de tipicidade penal, caracterizando-se, desse modo, como ato criminoso (CP, art. 161, § 1º, II; Lei nº 4.947/66, art. 20). – Os atos configuradores de violação possessória, além de instaurarem situações impregnadas de inegável ilicitude civil e penal, traduzem hipóteses caracterizadoras de força maior, aptas, quando concretamente ocorrentes, a infirmar a própria eficácia da declaração expropriatória. Precedentes.”²⁰⁵

Praza que a espécie alberga um **aparente conflito de princípios constitucionais** – ambos **imperiosos** – a serem **ponderados** na apreciação da causa: princípio da **propriedade** e o princípio da **função social da propriedade**. Se se toma apenas o princípio que consagra o **direito de propriedade**, assim **solteiro** de sua **necessária** – e já **ontológica** – **função social**, esta que **contamina** todos e quaisquer dos **poderes inerentes à propriedade** – dentre eles, a **posse** – a matéria não acolherá **dirimente isenta e acertada**. Tomará, nesse diapasão, a **forma capenga** e a **visão caolha**, nada contribuindo para a compreensão da causa como um todo muito maior do que o **clamor pelo sagrado direito de propriedade**; será, buscando na cultura popular cristã (aludindo à oração do *Pai-Nosso*) uma expressão mais apropriada, querer apenas o “*venha a nós*”, mas “*o vosso reino*”, nada. De outra sorte, não será indevido **compartimentar** o

205 – STF – Pleno – ADI-MC nº 2213-DF – Distrito Federal – Rel. Min. CELSO DE MELLO – j. 4.4.2002 – publ. DJ 23.4.2002 – p. 00007 – Ementário vol. 02148-02 – p. 00296.





imprescindível **conúbio** da **propriedade** e da **função social**, ambas **princípios expressos constitucionalmente**, se tomados **isoladamente** (como se isso fosse preciso; que embora possível repugna à Constituição). Assim feito, se não para fins meramente **didáticos** ou **científicos**, em quando constatado, o **divórcio** no mundo **fenomênico** causará o **conflito** pela **não convivência**, pela **incoincidência**: é que são, por assim dizer, **siameses**, mais ainda, **xifópagos**, componentes de um **único e mesmo conceito**. Não há mais espaço para se conceber a propriedade senão como “**propriedade que cumpre função social constitucional**”.

Indubitavelmente, **adentrar** o que não é seu é **violar** o **direito** de **alguém**, de **outrem**, ainda que **indeterminado**. Mas até que se saiba, mercê de uma manifestação do Estado-Juiz, pode-se estar em *res nullius*, coisa **abandonada**. Mas não se deve partir do **pressuposto** da **violência** dos invasores/ocupantes/tomadores, certamente **abusiva** pela **arbitrariedade ínsita** nessa ação. Pelo contrário, antes há de ser contemplada a **condição** do **autor** da ação quanto à sua **legitimidade de pedir**. É mesmo uma questão de **antecedência lógica**, pondo-se à primeira vista a posse mesma alegada de haver no imóvel, então dita **esbulhada** ou **turbada**: se **bastante** ou não. É que o **CPC (art. 927)** prescreve a **evidência** em **prova eficiente** da **posse**. Aí está prescrita apenas a **formalidade** (provar a posse), típica de uma **norma processual**, que o **conteúdo** lhe dá a **Constituição**, secundada, em **harmonia subserviente**, pelo **Código Civil brasileiro** em vigor.

Por tudo, a **violência** de uma invasão/ocupação/tomada não elide a **inconstitucionalidade** e **ilegalidade** da **conduta omissiva** de um proprietário ou possuidor **relapso**. Estabelece-se uma **ordem** de apreciação dessas **faticidades**. O que se constatará por **primeiro** é exatamente a **relação** do **proprietário** ou **possuidor** com o **imóvel rural** em foco e sua **responsabilidade social** mercê do **princípio da função social da propriedade**;²⁰⁶ imediatamente após se aquilata a **violência** que **eventualmente** se opera contra o **bem** (ofensa **imediate**) e contra seu circunstante **possuidor** (ofensa **mediata**).

Tudo assim é considerado na espécie mercê de que as consequências criminais são distintas das cíveis; se de uma parte a invasão/ocupação/tomada pode constituir-se em crime(s), **ilícito penal**, de outro foco não cumprir a função social, para além de um **ilícito civil**, é **ilícito constitucional**.

Também não se há de cogitar quanto à **situação econômica** do(s) **requerente(s)**. Perquire-se tão só a **natureza da posse** que eventualmente exerça(m) sobre a terra.

No **estudo da posse** que sobre o imóvel recaía, **ainda antes da invasão** dos requeridos, busca-se saber, tecnicamente, se se trata de um ato de **ocupação** ou mesmo de uma **invasão**. **Ocupação**, se comprovado que nenhum **ato eficiente de posse** havia; **invasão**, se, concomitante à posse do(s) requerente(s), impuseram-se na área os requeridos. Esta **posse anterior** definirá a condição do imóvel de modo a sabê-lo apto a ser objeto de uma posterior **desapropriação**, na sequência de um **procedimento administrativo** no Incra, ou, se a tanto não, por impediante legal, a estabelecer negação ao **amparo possessório** aqui pleiteado.

Por **abusivos** e **violentos** hão de ser tomados aqueles **atos de invasão** de **cunho eminentemente político**, consistindo em **pressão** aos órgãos públicos responsáveis pela **implementação** das **políticas públicas agrárias**, como o Incra. E assim hão de ser considerados, pois **irrazoável** que o **particular** suporte atos dessa natureza, que o Poder Público é capaz e tem a responsabilidade de suportar. Ainda nesse caso, **confrontar-se-iam direitos fundamentais** (dos movimentos sem-terra e do particular – proprietário ou possuidor). Oportuno o registro, em acréscimo, que a **inação do Poder Público** (federal, estadual, municipal) em implementar políticas públicas fundiárias ou agrárias implica evidente **inconstitucionalidade por omissão**.²⁰⁷

Uma **posse ad interdicta** há de acontecer na perspectiva da **Constituição**. A Constituição define para a propriedade ou a posse a realização da já consagrada, por propalada, **função social**, esta consistente em atender a **quatro aspectos fundamentais**: **produtividade**, atenção às **leis ambientais**, atenção às **leis trabalhistas** e promoção do **bem-estar**.

206 – “Parece-nos que a função social da posse a torna uma posição jurídica digna de proteção, ainda que confrontada com a propriedade, ou outro direito sobre a coisa, quando este segundo direito não cumpre sua função social.” (CÂMARA, Alexandre Freitas. *Op. cit.*, vol. III, Cap. XXIII, §1º, p. 385).

207 – Cf. COMPARATO, Fábio Konder. *Direitos e deveres em matéria de propriedade*, p. 144; *Idem*, *Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas*, in RT, Fascículo 1, Matéria Cível, ano 86, vol. 737, março de 1997, p. 20-21.





Não será, no entanto, a **ação possessória** sede de **fiscalização do cumprimento da função social**, para que ao inadimplente devedor dessa conduta incida a **pena de perda da propriedade ou da posse**. Isso não obstante a que arque com as **consequências** de sua **inação**, se e quando este agir (**comissivo por omissão**) conflitar com os **objetivos da juridicidade** direcionada ao **plano social**. Assim, se a função social se mostra **insuficientemente atendida**, fato constatado no seio do processo judicial possessório, caracterizando até um **abuso de direito**, tal não implicará **sanção administrativa** já prevista para apuração em sede específica, em procedimento administrativo. Então, **fora do âmbito da ação possessória**, pode o proprietário ou possuidor responder por desrespeito às leis ambientais, trabalhistas, fiscais e civis, estas últimas quanto ao índice de produtividade, chegando, a partir de **multas**, a suportar a desapropriação. Logo, **jamais se desapropriará alguém em ação possessória**, razão por que se deve atentar para o **objetivo deste litígio judicial** quanto ao **resultado** que poderá alcançar. Fica certo, então, haver casos em que não se constata propriamente um desrespeito ao **art. 191 da CRFB/88**, mas infringência às normas do **poder de polícia**, para cuja eventualidade há **fiscalização** pelo Estado que mantém **órgãos** especialmente competentes como **Incra, Iter, IEF, Ibama, Ministério do Trabalho, Procuradoria do Trabalho** e outros.

De outro lado, pesa, em **desfavor** do pleito de um **requerente em ação possessória**, o fato de **não promover** ou não se habilitar a provar bastante o **atendimento à função social da propriedade** em sua completude. Eis que a **proteção possessória** deve **harmonizar-se na proporção do atendimento da exigência constitucional da função social**.

Ainda cuida considerar o fato de que, diante de uma **invasão/ocupação/tomada**, não se munem os **invasores/ocupantes/violadores** de melhor estatura relativamente à área que invadem para se **titularizarem na posse do imóvel** do que outro indivíduo ou grupo qualquer. Na eventualidade, a questão será dirimida no âmbito de atuação e deliberação do Incra.

Tem-se, ainda, dos autos, não haver pretensão dos requeridos em obter a posse ou a propriedade, mercê deste processo. Pois todos sabem não ser esta a sede para tanto. E, mais, repita-se, **pela só invasão/ocupação/tomada não se habilitam** os requeridos à **posse ou propriedade**. A **desapropriação** ou **desapossamento** hão, ambos, de acontecer nos moldes de um **devido processo legal**. Logo, o **só fato de não cumprir a função social** é o bastante a desamparar a **propriedade** ou a **posse** do acolhimento da lei; **penitenciar-se-á** o proprietário ou possuidor **relapso**, mas não com a **perda sumária** de um direito seu em favor de **outrem aleatório**.







3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

[Sob este título são analisados os casos concretamente postos em juízo, e como tal aparecem a seguir: Toda a parte envolvendo as (1) Considerações Preliminares Gerais e (2) Estabelecendo os Limites da Lide, que precedem ao nº 3, constam da exposição retro, cujo texto vem sendo alterado com leves modificações embora.]

3.1 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Comarca de Belo Horizonte

Proc. no 0024.04.443.422-3

Ação: Reintegração de Posse

Origem: Unai/MG

Reqtes: Paulo Veloso dos Santos e outra

Reqdos: MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e outros

Imóvel: Fazenda Jardim

I - RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuida-se de AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE, convertida em AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE, aforada por PAULO VELOSO DOS SANTOS e EREMITA BARCELOS VELOSO contra MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST, MANOEL DA CONCEIÇÃO VAZ e requeridos incertos ou desconhecidos. Dizem-se proprietários e possuidores da Fazenda Jardim, em Unai/MG, com área de 1.806,18,80 ha, de cuja posse teriam sido turbados pelos requeridos em 05.09.2004, ao ocuparem uma área com 91,98,05 ha. Alegam que o imóvel é produtivo, onde exercem atividade pecuária, apascentando mais de 1.700 reses. Afirmam-se quites os encargos tributários e trabalhistas e atendidas as normas sanitárias. Pedem, desde a concessão liminar, a ordem de manutenção (f. 02-05 e 555). Juntam documentos (f. 06-528).

Concessão liminar de manutenção da posse sobre os semoventes (f. 531), cumprida (f. 585).

Ouvido o M.P., pelo deferimento (f. 534-538), foi concedida liminarmente a ordem reintegratória (f.541-543), bastante cumprida (f. 576).

Comparecimento espontâneo ao processo de MANOEL DA CONCEIÇÃO VAZ (f. 550-551), incluído no pólo passivo (f. 568). Citação ficta (f. 549, 563, 564, 590). Os requeridos são revéis (f. 591).

Contestação, pelo Curador Especial nomeado aos revéis citados por edital (f. 593-594), que, em preliminar, argúi nulidade da citação e carência de ação. No mérito, alega descumprimento da função social (f. 595-598).

Impugnação (f. 608-609).

Rejeição das preliminares (f. 611-612).

Em audiências (03.08.2005 e 20.09.2005), foram ouvidos o requerente (f. 635-636) e três testemunhas (f. 650-652).

Memoriais, com razões finais: requeridos (f. 656-657), requerente (f. 663-666); o M.P., pela improcedência (f. 668-674).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas, pois, as premissas a cuja luz decidir-se-á a lide, passamos aos termos do caso na especialidade.

1 – O esbulho vem relatado pela autoridade policial no boletim de ocorrência, ali constando que “os invasores haviam montado acampamento com barraca de lonas às margens do Rio Preto e bloquearam a entrada do acampamento para impedir o acesso ao interior do mesmo” (f. 07-08).

As testemunhas foram unânimes na confirmação da perda da posse:

“sabe dizer que Paulo está na posse da Fazenda Jardim há pelo menos 03 anos; a Fazenda Jardim foi invadida pelo MST no mês de setembro de 2004” (JOSÉ RODRIGUES CALDEIRA – f. 650);

“Paulo está na posse da Fazenda; (...) a Fazenda foi invadida em setembro de 2004 por integrantes do movimento Sem Terra” (NIVALDIR PEREIRA DA COSTA – f. 651);



“a fazenda tem como possuidor a pessoa de Paulo Veloso dos Santos; (...) que o MST invadiu a Fazenda no mês de setembro de 2004” (ALDEMAR DE SOUSA ROCHA – f. 652).

2 – No tocante ao **aproveitamento racional e adequado da propriedade**, acompanham a inicial fotografias (e respectivos negativos) de **rebanho bovino** encontrável no imóvel, bem como de **pastagens formadas** (f. 49-52). O **cartão de controle sanitário** de f. 41 registra um efetivo pecuário de 1.705 (mil, setecentas e cinco) cabeças na fazenda. As **notas fiscais** de produtor, de entrada e saída de **insumos agropecuários**, as **guias de trânsito animal** (f. 104-463) e as **declarações de produtor rural** (f. 23-28) demonstram o exercício de **intensa atividade pecuária** no indigitado imóvel, no período imediatamente anterior ao ajuizamento da presente ação.

Resta **suficientemente demonstrado**, pois, o **exercício de atividade econômica no imóvel**.

3 – Há nos autos **indícios da utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente**. O efetivo pecuário encontrado no imóvel (1.705 cabeças – f. 41) é compatível com a extensão da propriedade (1.860,84,50 ha), sinalizando o **uso racional e não-predatório da terra**.

Encontra-se **parcialmente atendida** disposição da **legislação ambiental** (art. 16, §2º da **Lei nº 4.771/65**), estando averbada, à margem de matrícula imobiliária, área de **reserva legal** (f. 11v).

Muito embora o **percentual** da área reservada **não atinja o parâmetro legal de 20%** da superfície total do imóvel, não há, por outro lado, prova da **inexistência da averbação** no registro das demais glebas que compõem a Fazenda Jardim. Com efeito, vindo aos autos tão somente as **escrituras** de aquisição de 1.345,22,50 ha (f. 09-10, 12, 14-15, 16 e 17-18), fica o julgador *in albis* sobre a **efetiva inexistência da averbação registral**.

Acrescente-se que 5 (cinco) das 8 (oito) glebas de que se compõe o imóvel (f. 09-10, 13, 14-15, 16 e 17-18) foram adquiridas anteriormente à edição da **Lei nº 7.803/89**, que acrescentou os §§ 2º e 3º ao **art. 16 do Código Florestal**. Exigir a averbação, nesse caso, importa flagrante violação do **princípio da legalidade** (art. 5º, II da **C.R.F.B./88**).

De se destacar, ainda, a **controvérsia jurisprudencial** que paira sobre a questão da obrigatoriedade da averbação. A própria Corte Superior do **Tribunal de Justiça de Minas Gerais**, no julgamento do **Mandado de Segurança nº 1.000.00.279477-4/000**, assentou o entendimento de que o Código Florestal não impõe a averbação da reserva legal a todo e qualquer imóvel rural nem condiciona a prática de atos notariais e registrais à averbação, ali tratada como **mero ato administrativo autônomo**, sem caráter auto-executório.

Conquanto não se ignore a incipiente (e salutar) **mudança na orientação**, na esteira de **precedente** do **Superior Tribunal de Justiça (RMS nº 18.301/MG)**, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, j. 24.08.2005), grassa ainda a controvérsia no T.J.M.G., de que são exemplos, **favoráveis à obrigatoriedade da averbação**, os recentes julgados nº 1.0694.06.031274-1/001(1), Rel. Des. MAURÍCIO BARROS, j. 03.07.2007; 1.0499.06.000299-9/001(1), Rel. Des. ARMANDO FREIRE, j. 12.06.2007; 1.0309.04.001296-0/001(1), Rel. Des. EDGARD PENNA AMORIM, j. 01.03.2007; 1.0694.06.030368-2/001(1), Rel. Des. EDILSON FERNANDES, j. 09.01.2007 e 1.0517.05.978219-6/000(1), Rel. Des. MARIA ELZA, j. 06.04.2006. E, **contrários**, os julgados nº 1.0283.05.002623-8/001(1), Rel. Des. SILAS VIEIRA, j. 26.04.2007; 1.0000.07.449726-4/000(1), Rel. Des. BELIZÁRIO DE LACERDA, j. 29.05.2007; 1.0283.06.004492-4/001(1), Rel. Des. BELIZÁRIO DE LACERDA, j. 22.05.2007; 1.0694.06.031433-3/001(1), Rel. Des. ALBERGARIA COSTA, j. 29.03.2007 e 1.0283.06.004242-3/001(1), Rel. Des. ALBERGARIA COSTA, j. 08.03.2007.

Revela-se, pois, **desproporcional exigir** do jurisdicionado a observância de conduta cuja **imposição nem ao menos pacífica** perante os tribunais. Assim, milita em prol da **legitimidade** da pretensão dos requerentes o **laudo** elaborado por **engenheiro-agrônomo** (f. 30-38), acompanhado de **Anotação de Responsabilidade Técnica** perante o CREA-MG (f. 39). Ali se registra a existência de uma **área de preservação permanente** com 109,73,36 ha e uma **área de reserva legal** com 355,33,94 ha, satisfazendo o requisito da função social, no tangente à **dimensão ambiental**.

E por derradeiro, mas não em último, é de se privilegiar, em **análise teleológica da norma**, a **concreta preservação de área de reserva legal**, em detrimento da exigência de observância de **formalidade administrativa**. A própria Justiça Federal, a quem compete julgar ações de desapropriação para fins de reforma agrária, vem entendendo que a **irregularidade formal não compromete** o cumprimento da função social da propriedade. A tal propósito, lúcida manifestação da **Procuradoria da República**, em parecer da lavra da i. Procuradora Dra. MARIANE G. DE MELLO OLIVEIRA,



nos autos do processo nº 2003.35.011233-7, em trâmite perante a 9ª Vara da Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Goiás:

*“Entende este Órgão Ministerial que, muito embora tenha ficado caracterizado nos autos que a indigitada reserva legal não fora devidamente averbada antes da vistoria administrativa, mas somente após a mesma, a **confirmação de sua existência** torna-se suficiente para que esta seja considerada no cálculo do Grau de Utilização da Terra – GUT do imóvel em estudo. (...) A obrigação de preservar a área relativa à reserva legal decorre de lei, ainda que não esteja averbada. Segundo o Código Florestal, o proprietário está impedido de explorar pelo menos 20% de sua propriedade rural (art. 16, “a” e parágrafos 2º e 3º), independentemente de haver assinado e averbado no registro imobiliário o termo de compromisso de preservação de reserva legal. (...) O Ministério Público Federal, apesar de ter conhecimento e respeitar a posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal [de não considerar como reserva legal área não averbada], não pode com ela concordar. Se assim o fizesse, estaria sendo conivente com uma formalidade que despreza a real situação fática do imóvel, prejudicando de forma desproporcional uma das partes, o que não pode ser tolerado. A Lei Ambiental tutela a **preservação do meio ambiente** e não a **burocracia**. De se ressaltar que a Lei nº 8.629/93, em seu art. 10, IV, considera a área de reserva legal não aproveitável para fins de cálculo da produtividade do imóvel, não condicionando esta exclusão ao fato de estar averbada no registro imobiliário.”*²⁰⁸¹

4 – A par de **racional e adequada**, a **exploração econômica** também se mostra favorecedora da **saúde, educação e lazer** dos proprietários, empregados, vizinhos, sem indícios de que ali se exerçam atividades perigosas, penosas ou insalubres, em risco à **integridade física e psíquica** de quantos circulem naquele **microcosmo social**. Tampouco há provas de que a posse exercida pelos requerentes gere conflitos e tensões sociais no imóvel.

De tudo, pelo contrário, extrai-se das **certidões** (f. 09-10, 14-15, 16, 17-18 e 22-22) e **fotografias** (f. 49-68) que acompanham a inicial que o imóvel é dotado de **poço artesiano, casas de colono, rede de energia elétrica e outros equipamentos, capazes de atender às necessidades básicas dos trabalhadores**.

5 – No cumprimento da função social, é requisito necessário, embora insuficiente, a observância das disposições de regência das relações de trabalho (art. 186, III da C.R.F.B./88). Ancorado no **fato omissivo da exibição das carteiras funcionais**, o M.P. sustenta o descumprimento da função social (f. 668-674).

A verificação da **irregularidade**, contudo, restou frustrada pela **insuficiente instrução** do feito, visto **a questão não haver sido explorada pelos requeridos**, que têm defensor nos autos, **nem pelo próprio órgão ministerial**, que a deixaram – todos – passar em branco quanto a discuti-la e prová-la em audiência, declinando da oportunidade de a respeito inquirir o requerente e seu empregado, testemunha não contraditada (f. 636 e 652).

A função social da propriedade, por certo, repercute o **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88).

Porém, na **dicção do direito**, deve o julgador atentar sobretudo aos **efeitos concretos** que os **valores** eleitos pelo sistema produzirão na **composição dos litígios**, em detrimento da **valoração genérica e abstrata** ínsita à norma.

Assim, dentro da **lógica do razoável**, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de direitos trabalhistas em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social, existência digna e redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

No caso concreto, provou-se o **emprego de 5 (cinco) trabalhadores**, a par do **pagamento** de salários e verbas trabalhistas como 13º salário, hora-extra, descanso remunerado sobre hora-extra, remuneração extraordinária do trabalho prestado aos feriados e domingos, férias, abono obrigatório sobre férias e salário-família (f. 464-526). Dos recibos extraem-se ainda elementos que sinalizam o recolhimento de **encargos previdenciários e sindicais**.

Não há prova, indício ou alegação de que no imóvel se patrocinasse **trabalho escravo ou degradante**, condutas que, por afrontarem a **dignidade humana**, fundamento do **Estado Democrático de Direito**, repugnam à **Constituição e à lei**, tais a embasar a negativa da tutela possessória.

208 – Cfr. Justiça Federal de 1ª Instância – Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais – Mandado de Segurança Individual – proc. nº 2007.38.00.022941-6.



Nesse contexto, a suposta **infração**, se existiu, **nada representou no âmbito da verificação do cumprimento da função social**. Acaso relevante, a irregularidade haveria de ser **sanada** e mesmo **sancionada** – fosse o caso – em **via própria**. Não há nos autos notícia sequer de que o **Ministério Público** tenha requerido ou adotado alguma **providência** entendida **necessária** ao **saneamento de irregularidade** que saiba existente, em prejuízo da **gravidade** que vem atribuir à questão no parecer de f. 668-674, *data venia*.

O **legislador constituinte** dispôs que a função social da propriedade rural cumpre-se segundo **graus** e **critérios estabelecidos em lei** (art. 186). O espectro dos bens sociais valorados como indicadores do cumprimento da função social admite, pois, **gradação** e **escalonamento**, sempre sob a ótica da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**.

Na **solução dos conflitos**, o julgador renunciará a um **grau absoluto de certeza**, sob pena de infligir às partes **ônus probatório desproporcional** e **inatingível**, em prejuízo da **justiça da decisão**.

Assim, suficientemente atendidos todos os requisitos da função social, não há **razoabilidade** em se negar a tutela possessória aos requerentes, a modo de **verdadeira pena** por suposta inobservância de específica norma trabalhista. No deslinde de causa dessa natureza, **rejeita-se o rigor do esquadramento microscópico** dos requisitos constitucionais da função social, sob pena de **banalizar-se** questão tão relevante quanto a da perda da posse imobiliária.

As lides de **alta densidade social**, como soem ser as **possessórias coletivas**, requerem **sensibilidade** bastante do Poder Judiciário, na pena do julgador, de modo a perceber que a solução do conflito, já a tal **distância no tempo**, deve cuidar de não reverter o **delicado equilíbrio** em que os **fatos se acomodaram** no decorrer do processo. Compete ao julgador, na aplicação do direito, orientar-se sempre pelo **princípio da estabilidade social**, de modo a evitar a perpetuação ou, o que seria pior, a **ressurreição do conflito**.

Por **legítima** que seja a pressão sobre o INCRA pela obtenção da terra, o **apego quase ritualístico a detalhes**, a essa altura, atira o jurisdicionado em situação de **abandono**, ao mesmo tempo em que, de modo nefasto, estimula a **atuação dos movimentos sociais** como **justiceiros**. Isso vale, por óbvio, noutra vertente, quando se cuida da violência semeada por **milícias armadas**.

III – DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL POR PAULO VELOSO DOS SANTOS e EREMITA BARCELOS VELOSO** contra **MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST, MANOEL DA CONCEIÇÃO VAZ** e **requeridos INCERTOS ou DESCONHECIDOS, TORNANDO DEFINITIVA A LIMINAR CONCEDIDA**.

Condeno os **requeridos** nas **custas processuais**, além de suportar **honorários** de **R\$1.000,00** (mil reais) devidos ao Advogado dos requerentes, tendo em conta o **comprido tempo do serviço**, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e o **empenho** demonstrado no **trabalho do profissional** (art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.), ficando **suspensa a exigibilidade**, em razão do benefício da **assistência judiciária gratuita** (f. 612).

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

Altere-se a classe para AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE.

Desentranhem-se as cópias de f. 659-662, já substituídas pelos originais (f. 663-666), restituindo-as ao advogado, mediante recibo, tudo certificado.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2007.

(Publicação Minas Gerais, 5.9.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito



Comarca de Belo Horizonte
Proc. no 0024.05.856.970-8
Ação: Reintegração de posse
Requerente: Votorantim Metais Zinco S.A.
Reqdos: Wellington Costa Ezequiel e outros
Imóvel: Fazenda Riacho

I - RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuida-se de **AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE** aforada por **VOTORANTIM METAIS ZINCO S.A.** contra **WELLINGTON COSTA EZEQUIEL**, identificado como **líder** de movimento social vinculado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – **CONTAG**, e “**demais invasores**” (sic). Diz-se a requerente **proprietária** e **possuidora** do imóvel rural **Fazenda Riacho**, em **Paracatu/MG**, com área de **17.310,58,41 ha**, de cuja posse teria sido **esbulhada** pelos requeridos em **24.9.2005**. Destaca que o imóvel é **produtivo**, onde exerce atividade **agropecuária**, com plantio de arroz e soja e criação de gado bovino, e desenvolve **projeto de reflorestamento**. Acrescenta que ali mantém uma vila residencial, escola, quadra de esportes, ambulatório médico e outras benfeitorias e instalações para o **bem-estar** dos empregados. Pedes, desde a **concessão liminar**, a ordem de **reintegração** (f. 02-12). Junta **documentos** (f. 13-111).

Citação e comparecimento ao processo de **OFERTINA CÉLIA DE SOUZA BOTELHO** e **34** (trinta e quatro) **ocupantes** (f. 136 e 143-147).

Visita em **16.12.2005** (f. 141-142) e **audiência** em **17.12.2005**, sem conciliação (f. 143-147).

A requerente junta **documentos** (f. 150-153), vistos pelos requeridos (f. 155-156) e pelo **M.P.** (f. 157).

O **DNIT** informa a largura da faixa de domínio da BR-040, lindeira à área ocupada (f. 160).

O **M.P.** é pelo **deferimento** liminar da ordem (f. 168-170).

Concessão liminar da ordem (f. 171-181), **cumprida** (f. 313).

A requerente junta **documentos** (f. 197-277), vistos pelos requeridos (f. 281v).

Contestação (f. 282-289) com argüição, em **preliminar**, de **inépcia da inicial**, por ausência de qualificação da parte requerida. No **mérito**, negam o esbulho e a prova de posse e de cumprimento de sua função social pela requerente.

Impugnação (f. 290-291).

A requerente pede o **julgamento antecipado** da lide (f. 316-317); os requeridos não especificam provas. O **M.P.** é pela **procedência** do pedido (f. 326-330).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidir-se-á a lide e desnecessária a produção de prova em audiência (**art. 330, I do C.P.C.**), passamos aos termos do caso na **especialidade**.

1 – Não prospera a **preliminar** de **inépcia** argüida pelos requeridos.

A ausência de qualificação de cada integrante do grupo invasor não torna **inepta a inicial**, a que não faltam **causa de pedir**, **pedido juridicamente possível** e **decorrente logicamente da narração dos fatos** (**art. 295, parágrafo único do C.P.C.**).

Com efeito, existe **pedido de recuperação da posse**, **fundado** na alegação de perda em razão de **esbulho** praticado pelos requeridos; a **conclusão**, contemplada pelo **ordenamento jurídico** (**art. 926 do C.P.C.**), é, pois, **consecutório lógico** da narração dos fatos.



A inicial restou despachada sem desafiar emenda. Em se tratando de **conflito coletivo**, não se exige da parte requerente a **qualificação exaustiva** de cada um dos agentes da suposta ofensa à posse, sob pena de **inviabilizar-se** a própria **atividade jurisdicional**, mesmo porque, ensina-nos a experiência, com frequência **os próprios requeridos recusam-se a se identificar quando da citação pessoal**.

Demais disso, revela-se descabida tal argüição em sede de contestação. Consta que os ocupantes que se encontravam no imóvel foram **citados** (f. 136), tanto assim que **compareceram** à audiência (f. 143-147) e **contestaram** (f. 282-289).

Ora, a **nulidade** porventura decorrente da ausência de qualificação **convalida-se** no momento mesmo em que a **parte oferece defesa**, elidindo eventual prejuízo que a omissão ensejasse.

De outra sorte, a preliminar, tal como posta, revela mais um **oportunismo processual** à evidência mesmo do quanto já se tem construído em sede de um “direito processual coletivo (e agrário)” pela **jurisprudência**.

2 – A questão acerca do **efetivo domínio e posse** da requerente sobre a área invadida, que poderia pertencer ao DNIT, restou dirimida pelo **croqui** de f. 152 e pela **manifestação** do próprio DNIT (f. 160).

3 – O **esbulho**, a par de relatado pela **autoridade policial** no **boletim de ocorrência** (f. 39-40), foi **confessado** pelos requeridos em audiência:

“os ocupantes informaram que estão nesta área desde a data de 24.09.2005, uma vez que foram desalojados da fazenda que ocupavam há um ano e cinco meses, por força de uma liminar do Tribunal de Justiça; que referida fazenda está em processo de vistoria e de parecer para decreto de desapropriação por parte do INCRA” (f. 143-144).

4 – No tocante ao **aproveitamento racional e adequado da propriedade**, acompanham a inicial **notas fiscais de produtor** rural, hábeis a comprovar intensa atividade **agropecuária** no imóvel, com plantação de manga, milho, abóbora, soja e arroz (f. 86-94, 96, 103-104, 107-112) e criação de gado bovino (f. 95, 97, 101, 102, 105, 106). As **fichas de controle sanitário** registram o **efetivo pecuário** de 947 cabeças de gado, ao tempo do ajuizamento da presente ação (f. 243-244). Do tão-só montante de tributos recolhidos em razão das atividades ali desenvolvidas infere-se a grande produtividade do imóvel. No período de janeiro de 2004 a agosto de 2005 foram recolhidos aos cofres públicos R\$ 2.574.160,81 em impostos e contribuições sociais (f. 35).

Além, a matéria não foi eficientemente apreciada em **contraprova** pelos requeridos a sobreviver ao **contraditório**.

Resta **suficientemente demonstrado**, pois, o **exercício de atividade econômica no imóvel**.

5 – Há nos autos prova da **utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente**.

Com efeito, consta do laudo firmado por engenheiro florestal que “o imóvel possui uma área de 3.285,4 ha de **reserva legal**, averbada (...) sob o nº AV-12.17873, de 26.12.2002, no Cartório de Registro de Imóveis de Paracatu” (f. 33-38). Encontra-se **atendida**, pois, disposição da **legislação ambiental** (art. 16, §2º da Lei nº 4.771/65).

Também evidenciam a **utilização adequada dos recursos naturais** os **certificados de outorga de uso de águas públicas** estaduais, referentes a cursos d’água que integram a Bacia do Rio Paracatu, expedidos em favor da requerente pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (f. 266-269). A **exploração florestal** no imóvel é precedida de **autorização** pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), obrigando-se a requerente a respeitar as áreas de reserva legal e as essências florestais nativas não-cultivadas (f. 270-277).

O laudo de f. 33-38 registra ainda a existência de **2.111,3 ha de área de preservação permanente**, em conformidade com a legislação específica (art. 2º da Lei 4.771/65).

A **prova documental** sinaliza, pois, o bastante cumprimento da **dimensão ambiental** da função social, além do que a matéria não foi eficientemente apreciada em **contraprova** pelos requeridos a sobreviver ao **contraditório**.

6 – A par de **racional e adequada**, a **exploração econômica** também se mostra favorecedora da **saúde, educação e lazer** dos proprietários, empregados, vizinhos, sem indícios de que ali se exerçam atividades perigosas, penosas ou insalubres, em risco à **integridade física e psíquica** de quantos circulem naquele **microcosmo social**. Tampouco há provas de que a posse exercida pelos requerentes gere conflitos e tensões sociais no imóvel.

De tudo, pelo contrário, extrai-se das **certidões** (f. 18-32) e **fotografias** (f. 67-69, 71 e 73-77) que acompanham a inicial que o imóvel é dotado de **clube recreativo, armazém, grupo escolar, pátio para recreação, praça de esportes, alojamento para vinte e dois trabalhadores, conjunto de sessenta e quatro casas residenciais, ambulatório,**



posto de saúde, rede de energia elétrica, sistema de telefonia e outros equipamentos, capazes de atender às necessidades básicas dos trabalhadores.

Além, a matéria não foi eficientemente apreciada em **contraprova** pelos requeridos a sobreviver ao **contraditório**.

7 – O **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88), repercute na função social da propriedade, razão por que, no cumprimento, não se observam as disposições de regência das **relações de trabalho** (art. 186, III da C.R.F.B./88).

No **caso concreto**, há nos autos documentação idônea a demonstrar o atendimento da **legislação trabalhista**, consistente em comprovantes de recolhimento do **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço** e de contribuição para a **Previdência Social**, em benefício de mais de 300 (trezentos) trabalhadores (f. 198-206).

Demais disso, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de direitos trabalhistas em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social, existência digna e redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

Na **casuística**, destaca-se do já mencionado **laudo técnico** que, contemporaneamente ao ajuizamento da ação, a empresa contava com 345 (trezentos e quarenta e cinco) empregados próprios e 69 (sessenta e nove) terceirizados. Além, o empreendimento gera diversos **empregos indiretos**, notadamente na área de operação de maquinário agrícola e transporte da produção (f. 33-38).

Aqui como aquém, a matéria não foi eficientemente apreciada em **contraprova** pelos requeridos a sobreviver ao **contraditório**.

III – DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL POR VOTORANTIM METAIS ZINCO S.A. contra WELLINGTON COSTA EZEQUIEL, OFERTINA CÉLIA DE SOUZA BOTELHO, ANTÔNIO CAIXETA DE ARAÚJO, FRANCISCO GONÇALVES CARNEIRO, EUSTÁQUIO PEREIRA CAIXETA, ADELÁDIO PEREIRA SILVA, PAULO ROBERTO CAIXETA, JOSÉ EUSTÁQUIO EZEQUIEL, ALCIR CORREIA GUIMARÃES, JURANDI BARBOSA LIMA, MOACIR SILVA BARBOSA, RUTH GONZAGA SANTOS OLIVEIRA, HILDA JOAQUIM DE ASSIS, ACINA RODRIGUES BARBOSA, GERALDO DOMINGOS SILVA, MARIA BENEDITA BRAGA MELO, LÍDIA LIMA SOARES CHAVES, MÁRCIO SEVERINO BOTELHO, HÉLIO GONÇALVES CABECEIRA, VANILDA GONÇALVES DA SILVA, ZACARIAS MARQUES NETO, MARIA BENEDITA GOMES DA CRUZ, ALDÁVIO RAMOS OLIVEIRA, EDSON JOSÉ OLIVEIRA, JANAÍNA DE JESUS LOPES, VALDERINO GOMES DE SOUZA, JOSÉ MELCHIOR OLIVEIRA MELO, VONES MONTEIRO DOS SANTOS, JONAS DA SILVA SOARES, JORGE ANTONIO DA SILVA, PATRÍCIA SANTOS FABIANE, JAQUELINE SANTOS CUNHA, JOSÉ MARIA ALVES VIANA, MARIZA JOSÉ DE OLIVEIRA, DOMINGOS LOPES DOS SANTOS e SEBASTIÃO MOREIRA MENDANHA, TORNANDO DEFINITIVA A LIMINAR CONCEDIDA.**

Condeno os requeridos nas custas processuais, além de suportar **honorários** de **R\$1.000,00** (um mil reais) devidos ao Advogado da requerente, tendo em conta, por um lado, o **comprido tempo do serviço**, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e o **empenho** demonstrado no **trabalho do profissional** e, por outro, a relativa simplicidade da instrução do feito, limitada à prova documental (art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.), ficando **suspensa a exigibilidade**, em razão do benefício da **assistência judiciária gratuita**, ora deferida.

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2007.

(Publicação Minas Gerais, 5.9.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte

Proc. no 0024.03.059.797-5 (TJMG – Ap. Cív. no 1.0024.03.059797-5/001)

Origem: Pirapora/MG

Ação: Reintegração de Posse

Requerente: Fazendas da Prata S.A. - FAPRASA

Reqdos: João Crisóstomo de Oliveira e outros.

Imóvel: Fazenda da Prata

I - RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuidam os autos de **AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE c/c REPARAÇÃO DE DANOS** aforada por **FAZENDAS DA PRATA S.A. – FAPRASA** contra **JOÃO CRISÓSTOMO DE OLIVEIRA, ELIAQUIM BATISTA LIMA, MST – MOVIMENTO DOS SEM TERRA (sic)** e **requeridos desconhecidos ou incertos**. Diz-se a requerente **proprietária e possuidora da Fazenda da Prata, em Pirapora/MG, com área de 2.937,88 ha, de cuja posse vem sendo esbulhada** pelos requeridos, com última invasão em 05.08.2003. Alega que o imóvel fora classificado pelo INCRA, em vistorias anteriores, como **grande propriedade produtiva**. Pleiteia, desde a **concessão liminar**, a ordem de **reintegração** bem como a **reparação dos danos** (f. 02-07). Junta **documentos** (f. 08-105 e 144-252).

Em **audiência** de 13.08.2003 (f. 130-138), foram ouvidas três **testemunhas**.

Citação pessoal (f. 258v) e ficta (f. 496 e 581-583).

Concessão liminar de reintegração parcial, permitida a permanência dos requeridos em uma área de **150 ha** (f. 274-277), do que interpuseram **agravo de instrumento** o **M.P.** (f. 287-316) e a requerente (f. 335-348). Houve concessão de **antecipação da tutela** no AI nº 425.142-7, para reintegração na totalidade do imóvel (f. 353-356), bem como **efeito suspensivo** ao AI nº 425.429-9, **mantendo os requeridos no imóvel** e determinando a coleta do nome dos grupos familiares ali instalados (f. 357-360), o que restou cumprido (f. 519-522).

Contestação (f. 320-331).

Em razão da notícia do **agravamento da tensão** no local do conflito, com pedido **providências** e juntada de **documentos** (f. 377-401), realizou-se **visita** em 07.10.2003 (f. 402-403).

Parecer da procuradoria do INCRA pelo **arquivamento** do **processo administrativo de desapropriação** (f. 411-418).

Por **acórdão** (f. 560-579) o **TJMG** determina a manutenção dos requeridos na posse até o exame do mérito desta ação (f. 443).

A requerente noticia a **prática de ilícitos** pelos requeridos (f. 455-459), com ciência ao **M.P.** e à **P.M.M.G.**

Juntada de cópia de: **a)** – termo de **vistoria** realizado nos autos de ação de manutenção de posse (Proc. nº 0024.03.060.226-2), já arquivada; **b)** – **acórdão** do AI nº 425.429-9; e **c)** – **sentença** de indeferimento da inicial de ação cautelar, ao fundamento de **litispendência** com este feito (f. 484-494).

Visita em 15.04.2004 (f. 530-531).

Por “*impasse nas negociações*” o **INCRA não fez vistoria** (f. 547), mas nos autos constam **laudos** de **anteriores vistorias do INCRA** (f. 696-719, 720-738, 739-758 e 759-798).

Audiência em 29.11.2005, com oitiva de três **testemunhas** (f. 838-847).

O **M.P.** junta **documentos** (f. 855-928) vistos pela requerente (f. 932-933), e se põe pela nomeação de **Curador Especial** aos requeridos incertos ou desconhecidos, citados por edital (f. 945v).

Contestação, pelo **Curador Especial**, argüindo, em **preliminar**, a **nulidade da citação editalícia** (f. 964-969). **Impugnação** às f. 970-981.

Memorial, com razões finais, pela **requerente** (f. 938-944). O **M.P.** é pela **improcedência dos pedidos iniciais** (f. 984-1.005).

A requerente junta cópia de **laudo pericial de avaliação** do imóvel, extraído dos autos de execução de sentença da 2ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília (f. 1.014-1.036), visto pelas partes (f. 1.044) e pelo **M.P.** (f. 1.062).

Rejeição da **preliminar** levantada pelos requeridos (f. 1.041-1.044).

Memorial, com **razões finais**, pelo Curador Especial nomeado em substituição (f. 1.055-1.058). O **M.P.** ratifica o parecer de f. 984-1.005.

Em **apenso** os autos de **ação de vistoria** (proc. nº 0024.03.090.377-7) e **ação de reintegração de posse** (proc. nº 0024.04.285.582-5).

É o **relatório**.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas, pois, as premissas a cuja luz decidir-se-á a lide, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

O **imóvel rural** cuja posse é objeto da demanda tem área de **2.937,88 ha** e classifica-se como **grande propriedade**. Na inicial, a requerente alega tratar-se de imóvel **produtivo**, ancorada em **vistoria do INCRA** nos idos de 1.996 (f. 56). No mesmo sentido, a conclusão de laudos realizados pela autarquia em 1.989 e 1.998 (f. 696-719 e 739-758). O cumprimento da função social, contudo, é **dever de trato sucessivo**, por assim dizer, não se salvaguardando de demonstrá-lo aquele cuja posse foi, em alguma ocasião, declarada cumpridora da função social. No deslinde da causa, portanto, importa a análise **qualidade da posse imediatamente anterior à invasão**, esta ocorrida em 05.08.2003.

1 – Há de se considerar, ainda, na análise do **desempenho da atividade econômica**, o **potencial de produtividade** do imóvel, em razão até mesmo da própria estrutura física. No caso concreto, a fazenda é dotada de diversos galpões, fábrica de ração, laboratório de sêmen, instalações cobertas para bovinos, 8 (oito) currais, 14 (quatorze) casas de empregados, escritório, 3 (três) silos, palco para leilões e campo de aviação, entre outros equipamentos (f. 783-789). Trata-se de imóvel que, por sua **magnitude**, foi oferecido em décima quarta **hipoteca** para garantia de dívida consolidada em US\$8,616,000,00, contraída com o Banco do Brasil S.A. em 10.02.1982 (f. 31-32).

Não se olvide também que a requerente é **sociedade empresarial** cujo **objeto social**, constante dos respectivos atos constitutivos, é a “*exploração de atividades agropecuárias e de outros gêneros de negócios ou indústrias correlatas*” (f. 38-52). Na lógica do **regime capitalista**, aceito entre nós, espera-se das empresas ao menos a eficiência lucrativa, sob a premissa de que, na livre persecução desse objetivo, a sociedade como um todo será beneficiada.

O **baixo rendimento da propriedade**, comprovado no depoimento do empregado da fazenda (f. 165-166), sinaliza certa **insuficiência** de utilização, em **prejuízo** da geração e circulação de bens e serviços. Contudo, a questão é saber se o imóvel objeto da posse atende a um **grau mínimo de exploração e utilização** da terra, conforme prescreve a lei, sob pena de ofensa ao **princípio da legalidade**.

Na **casuística**, a aparente inadequação da **exploração econômica** não consubstancia uma situação de **completo abandono**. Com efeito, o **conjunto probatório** é apto a demonstrar ao menos a existência de alguma atividade econômica no imóvel, mediante a formação de **pastagens e arrendamento rural**. Nesse sentido, os **depoimentos** testemunhais são convergentes:

“que trabalha na Fazenda há treze anos; que a fazenda mantém a atividade de pecuária de corte e leite; que atualmente quem resolve as coisas na fazenda é o depoente; que a fazenda tem hoje gado de corte e de leite, de diversas pessoas; que o proprietário arrenda as instalações na pastagens da fazenda para diversas pessoas; (...) que atualmente existem dezesseis arrendatários na fazenda; que a capacidade da fazenda está quase totalmente tomada e está ela toda formada; que a fazenda tem capim braquiara, provisório, colônia e cetali; que a fazenda tem cinco empregados fixos e sendo necessário contrata mão de obra esporádica” (depoimento de ADEMILSON FRANCISCO RAMOS – f. 135);

“que arrenda pasto na fazenda da Prata há dois anos e meio e ali empasta cerca de duzentas e cinquenta reses; que a fazenda da Prata sempre aluga pasto para pecuaristas, até o limite de sua capacidade; que quem zela da fazenda e administra é Denilson, gerente; que Denilson quem administra todos os interesses da fazenda; que conhece Vani, proprietário da fazenda, mas não tem relacionamento com o mesmo; que não sabe dizer há quanto tempo Vani não vem à fazenda da Prata; que lá na



fazenda não existe gado de propriedade dos autores; que ali ocorre plantações, principalmente de milho; que quem promove a roça de milho é o próprio gerente, mas não sabe dizer a área; que o depoente já remeteu contrato escrito para formalizar o arrendamento, mas não recebeu de volta” (depoimento de VILSON SANTANA DA ROCHA – f. 137);

“que arrenda pasto na fazenda da Prata há dois anos; que ali mantém cerca de 210 reses de corte; que não conhece o proprietário; que qualquer coisa que alguém precisar na fazenda é Adenilson; que não sabe se o proprietário tem reses ou planta na fazenda; que nunca teve contrato escrito de arrendatário da fazenda” (depoimento de ANSELMO LUÍS MAIA CAIRES – f. 138).

Além da prova oral, os diversos **recibos de pagamento** (f. 164-252) comprovam a **exploração** do imóvel, cujas pastagens foram **arrendadas** a dezenove pessoas (WALTER ALVES PEREIRA, MESSIAS FERREIRA, OSMAR JOSÉ JOAQUIM, WILSON L. CORREIA FILHO, WALTER ALVES PEREIRA, IVAN BALBINO CORREIA, DALVIO DE PAIVA OLIVEIRA, ROBSON FERNANDES VELOSO, EDICILMAR LOPES, VALÉRIO MAGNO, GENILSON JUARES SANTOS, GEREMIAS MARÇAL SOUZA, ANTÔNIO PEREIRA OLIVEIRA, ANSELMO L.M. CAIRES, WILSON SANTANA, IDEMAR CORDEIRO, ROSELY GUEDES MOTA, JOSÉ LUIS PEREIRA SILVA e PEDRO MILTON CARDOSO). É **prova documental idônea**, não desconstituída pela parte contrária.

No **cumprimento da função social**, não se exige que a exploração seja feita direta e pessoalmente pelo proprietário, idéia que representa harmonia com o próprio **instituto jurídico** de desmembramento da **posse em direta e indireta**. Demais disso, no caso dos autos, o arrendamento do imóvel é atribuição de empregado da requerente, ficando evidente, da própria **relação de subordinação**, o ânimo do proprietário em usar e explorar o bem, dando-lhe alguma destinação econômica.

De outro lado, irrelevante a questão da **forma verbal** dos **contratos de arrendamento rural**, vez nem mesma a lei específica (Estatuto da Terra) condiciona sua **validade** à forma escrita ou solene:

Art. 92 – “A posse ou uso temporário da terra serão exercidos em virtude de **contrato expresso ou tácito**, estabelecido entre o proprietário e os que nela exercem atividade agrícola ou pecuária, sob forma de arrendamento rural, de parceria agrícola, pecuária, agro-industrial e extrativa, nos termos desta Lei” (*negreji*).

Assim, da presença dos requisitos do art. 104 do CC/2002 (agente capaz; objeto lícito, possível e determinado; forma prescrita ou não defesa em lei), decorre a higidez dos contratos de arrendamento celebrados pela requerente. Eventuais suspeitas de vícios ou defeitos do negócio jurídico permaneceram no âmbito das ilações, solteiras de provas quaisquer.

A questão da **produtividade** não foi suficientemente explorada nestes autos, sob o crivo do **contraditório**. Com efeito, aqui não se aferiu atingir o imóvel o **patamar legal mínimo** de **utilização da terra** e de **eficiência na exploração econômica**. Lado verso, extrai-se do parecer do procurador do INCRA, a propósito da última vistoria ali realizada, que nem mesmo naquela ocasião os técnicos da autarquia procederam à contagem física dos animais lá encontrados (f. 793-797). Por tal motivo, entre outros, o procurador opinou pela produtividade, amparado na **presunção de veracidade** de que gozam as fichas de controle do IMA.

O **conjunto probatório** autoriza, pois, a conclusão de uso econômico do imóvel, ainda que aparentemente não na medida de todo o seu potencial. Mas a prova dos autos não é conclusiva a respeito da extensão do **grau de subutilização** e, por conseqüência, de sua aptidão para caracterizar o descumprimento da função social nesse aspecto. Inequívoco, de outra sorte, o fato de que a atividade exercida no imóvel **não revela** uma situação de **absoluto abandono**.

Com esteio na **prova oral**, o **Ministério Público** aponta a **inadequação da exploração do imóvel**, onde **clandestinamente** teria funcionado um **abatedouro de gado**, ao arrepio das normas de **saúde pública e vigilância sanitária**:

“que é comum açougueiros da cidade que compram gado empastados na fazenda lá mesmo fazem (sic) o abatimento, trazendo para a cidade ossada, couro e cabeça” (f. 135-136);

“que antes da invasão era comum o abate de gado na fazenda, abate esse feito por pessoas que arrendavam o pasto; que tinha o costume de fazer sabão com o sebo do abate do gado” (f. 843-844);

“que o arrendamento era apenas para criação, mas quando precisava de uma rês matava lá”. (f. 845-846).

No contexto, a **infração**, se existiu, **nada representou** no âmbito da **verificação do uso econômico** do imóvel e desafia, antes, medidas de ordem pública, a cargo das autoridades de saúde e vigilância sanitária. Acaso relevante, a irregularidade haveria de ser **sanada** e mesmo **sancionada** – fosse o caso – em **via própria**. Não há nos autos no-



tícia sequer de que o **Ministério Público** tenha requerido ou adotado alguma **providência** entendida **necessária** ao **saneamento de irregularidade** que sabia existente, em prejuízo da **gravidade** que vem atribuir à questão no parecer de f. 984-1005, *data venia*.

O **legislador constituinte** dispôs que a função social da propriedade rural cumpre-se segundo **graus** e **critérios estabelecidos em lei** (art. 186). O espectro dos bens sociais valorados como indicadores do cumprimento da função social admite, pois, **gradação** e **escalonamento**, sempre sob a ótica da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**, **princípios constitucionais**.

Na **solução dos conflitos**, o julgador renunciará a um **grau absoluto de certeza**, sob pena de infligir às partes **ônus probatório desproporcional** e **inatingível**, em prejuízo da **justiça da decisão**. Nessa perspectiva, a posse *sub judice* **atende** bastante ao **aspecto econômico da função social**.

Releva apontar que eventual impossibilidade de desapropriação de imóvel dado por produtivo **não vincula** o **juízo possessório** nem configura **questão prejudicial** à apreciação da tutela, visto ser a **produtividade requisito** necessário, mas não suficiente, do cumprimento da função social. Imperioso, pois, o **exame analítico** da posse em questão, sob o aspecto de **cada requisito** da função social, que o legislador constituinte quis **cumulativos**.

2 – Contudo, **a requerente não logrou comprovar o cumprimento da função social da posse** no que tange a um de seus mais relevantes componentes estruturais: a **dimensão ambiental**.

O **exercício da posse da propriedade rural**, em consonância com as **diretrizes constitucionais**, só atenderá à função social quando, ainda que usada economicamente em aproveitamento racional e adequado, harmonize a **exploração** e a **preservação** (incluída a **recuperação**) do meio ambiente, enfocando o paradigma da **exploração sustentável**, baseada em práticas que estimulam a diversidade da fauna e da flora, comprometidas com a conservação dos recursos naturais. E nesse paradigma é que cumpre a justiça social prevista no **art. 170, III** da C.F./88, atendendo, além, ao **art. 186** e seus **incisos**, da C.F./88.

Nesse diapasão, o poder público consagra a **reserva legal** e as **áreas de preservação permanente** como espaços territorialmente protegidos, inserindo-os na concepção de **bem de uso comum do povo** e **essencial à sadia qualidade de vida**, visando ao bem maior que é o **meio ambiente ecologicamente equilibrado** (florestas e demais vegetações). Nunca é demais lembrar a expressão do Texto Constitucional:

Art. 225 – “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

A **forma jurídico-institucional** encontrada pelo legislador ordinário para democratizar a **fruição indistinta**, no todo do **meio ambiente**, assim como distribuir ônus da manutenção desde **direito essencial** aos diversos proprietários privados de qualquer quinhão de área rural foi instituir a **Reserva Florestal Legal**, onde não se permite o corte raso, e as **Áreas de Preservação Permanente**. E, para garantia e real efetividade do comando, impôs a **averbação** da reserva legal à margem do registro dos imóveis rurais, como **obrigação indeclinável**.

No caso, a abertura da **matrícula do imóvel** em nome da requerente deu-se nos idos de 1.977 (f. 30-33). Sem prova nos autos, necessariamente documental, de superveniente **averbação da reserva legal**.

Tampouco se evidenciam, nos diversos **laudos de fiscalização** juntados pela requerente, o **uso responsável** das **áreas de preservação permanente** nem a **regular destinação** de área de no **mínimo 20%** da propriedade para a reserva legal. Assim, em **vistoria** realizada em **dezembro de 1.989**, já sob a égide da **Lei nº 7.803/89**, que incluiu o **§ 2º** no **art. 16** do **Código Florestal**, constatou-se a destinação de apenas **1,03%** da área para **reserva legal** e **91,49%** para pastagem artificial (f. 706). Idêntica situação registra o **laudo de vistoria** realizada em **15.05.1996**:

“Observa-se no imóvel o descumprimento da legislação ambiental em aspectos referentes às áreas de reserva legal e preservação permanente.

A área de reserva legal não se encontra averbada à margem da inscrição da matrícula do imóvel, no CRI competente.



As áreas de preservação permanente ao longo dos cursos d'água apresentam mata ciliar bastante rala, estando ocupadas, em sua quase totalidade, por pastagens artificiais.” (f. 726)

No mesmo sentido, conclusão do **relatório de vistoria** realizada em **17.04.1998** (f. 755):

“Deixa de ser cumprido o quesito referente à utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, inexistindo no imóvel área de reserva legal averbada além de estarem sendo utilizadas como pastagens artificiais áreas legalmente destinadas à preservação permanente.”

E, por fim, o **relatório de vistoria** de **02.02.2001**:

“Podemos afirmar que a proprietária vem descumprindo a legislação ambiental vigente pois, ao longo dos cursos d'água, a mata ciliar praticamente foi devastada, estando atualmente ocupada com pastagens plantadas não respeitando a faixa de preservação permanente exigida na referida legislação (Leis 4.771/65 e 7.803/89). Também no que refere-se a (sic) reserva legal, a mesma não foi devidamente preservada e averbada à margem da matrícula do imóvel no CRI.”

As **conclusões técnicas**, quase **tautológicas**, revelam à exaustão a constante **inobservância** e **reiterada violação**, pela requerente-proprietária, das **normas ambientais** no exercício da posse.

O **Código Florestal**, ao classificar como “bens de interesse comum a todos os habitantes do País” as florestas existentes no território e as demais formas de vegetação, impõe **limitações** ao exercício dos direitos de propriedade. Considera, ainda, **uso nocivo** da propriedade as **ações** ou **omissões** contrárias às suas disposições, na utilização e exploração das coberturas vegetais (**art. 1º e § 1º da Lei 4.771/65**), merecendo tal **desabonadora qualificação** a posse exercida pela requerente.

3 – Quanto ao aspecto da **regularidade das relações trabalhistas** mantidas com os empregados que labo-ram no imóvel, limita-se a requerente a exhibir cópia da carteira de trabalho de **quatro empregados** (f. 156-159), havendo **indícios**, contudo, de que o salário ali anotado não corresponda ao efetivamente pago, consoante se extrai do depoimento de f. 135-136. Isso, porém, no contexto probatório, mesmo não determinante, milita **desfavorável** à requerente.

O **laudo de fiscalização do INCRA**, de elaboração mais próxima à época da ocupação, registra a existência no imóvel de oito **empregados assalariados**, quatro dos quais **sem carteira assinada** (f. 789-790).

Demais disso, **jejuno** o processo de prova do regular pagamento dos salários e eventuais vantagens trabalhistas nem do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e das contribuições previdenciária e sindical.

Registre-se que, muito embora **garantida a ampla produção de provas**, havendo este Juízo fixado, como **ponto controvertido**, o **cumprimento da função social**, designando perito para o mister (f. 589), à realização da prova técnica se opôs a requerente, entendendo-a, desavisadamente, incabível (f. 602-603).

A par de não haver a requerente se desincumbido a contento do **ônus de provar o cumprimento da função social**, advém do **conjunto probatório** a certeza do **uso anti-social do imóvel**, do que decorre a **ilegitimidade da concessão da tutela possessória** aqui pleiteada.

4 – De mesma sorte, os **danos materiais** restaram tão somente alegados.

Não obstante tenha a requerente especificado **prova pericial** (f. 586), o subseqüente pedido de julgamento antecipado do feito (f. 628-652), importou **preclusão lógica** da oportunidade de realização da prova.

Assim, reduzida a instrução às **provas documental e oral**, nenhuma delas se prestou a comprovar os **alegados danos**, **aquela**, pela **unilateralidade** da produção, ao largo do crivo do contraditório, e **esta**, pela **inaptidão** de demonstrar o necessário **nexo de causalidade** entre os supostos prejuízos e a **ação dos requeridos**, sem o que não exsurge dever de **indenizar**. Confirmam-se, a propósito, os depoimentos testemunhais:

“que, quando da invasão, alguns móveis da sede da fazenda foram colocados dentro de um caminhão e descarregados em outro local, dentro da própria fazenda; que não pode afirmar, com certeza, se os móveis mencionados anteriormente eram da Fazenda da Prata ou de Admilson Francisco Ramos; que não sabe informar as pessoas que retiraram a fiação” (f. 845-846);

“que ontem houve um incêndio na fazenda, mas não sabe quem ateou fogo” (f. 137).

Não há nos autos elementos suficientes a formar um **juízo positivo de convencimento** a respeito de **prejuízos** porventura experimentados pela própria requerente. Mesmo alegando a **perda** de **inúmeras reses**, consta do depoimento de f. 135-136 que a requerente apascentava ali duas cabeças de gado leiteiro. Ao que se extrai do caderno



processual, **animais** eventualmente abatidos e bens **móveis** ditos danificados pertenceriam a **terceiros**, falecendo à requerente interesse de pleitear em nome próprio direito alheio. Nesse sentido depuseram as testemunhas:

“que só o depoente perdeu 20 cabeças de suínos, além de reses bovinas; que o depoente conferiu e deu falta de 20 reses bovinas” (ADEMILSON FRANCISCO RAMOS – f. 135-136);

“que nesses dois anos que ali está perdeu duas reses abatidas a tiro, mas não conseguiu saber o autor (ANSELMO LUÍS MAIA CAIRES – f. 138);

“que, inclusive, o carro do depoente foi todo quebrado, sendo que foi dado parte à polícia” (SILVIO PEREIRA DOS SANTOS – f. 845-846).

Assim, a **inexistência de prova dos pressupostos do dever de indenizar**, a saber, a **ocorrência de danos**, a **ação** ou **omissão ilícita** dos requeridos e o **nexo de causalidade** entre um e outra, conduz forçosamente à **improcedência** do pleito.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o quanto mais dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS AVIADOS NA INICIAL** por **FAZENDAS DA PRATA S.A.**, **REVOGANDO AS ORDENS CONCEDIDAS LIMINARMENTE**.

Condeno a requerente ao pagamento das **custas processuais** e **honorários advocatícios sucumbenciais** no valor de **R\$500,00** (quinhentos reais) a **cada um** dos quatro defensores dos requeridos, arbitrados na forma do **art. 20, §§4º e 3º** do **C.P.C.**, tendo em conta, por um lado, o longo tempo de duração do processo e a relevância da causa, que versa sobre sério conflito social, e, por outro, a atuação de cada qual, restrita à prática de ato isolado e determinado nos autos do processo.

Transitada em julgado, arquivem-se, com baixa.

P.R.I.C.

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2007.

(Publicação Minas Gerais, 13.9.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte

Proc. no 0024.05.812.006-4

Ação: Reintegração de Posse

Origem: Paracatu/MG

Requerente: Calminas Óxido de Cálcio, Magnésio e Fertilizantes Ltda.

Reqdos: Éder Pereira de Souza e outros

Imóvel: Fazenda Frutuoso

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuida-se de AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE c/c REPARAÇÃO DE DANOS aforada por CALMINAS ÓXIDOS DE CÁLCIO, MAGNÉSIO E FERTILIZANTES LTDA. contra EDER PEREIRA DE SOUZA, GILMAR GERALDO DA SILVA, DÁRIO JOSÉ DE OLIVEIRA, EDUARDO SOARES DOS SANTOS, RAIMUNDO XAVIER SILVA e HÉLIO CAROLINO DA COSTA. Diz-se possuidora e proprietária do imóvel rural FAZENDA FRUTUOSO, em Paracatu/MG, com área de 10,13,78 ha, de cuja posse teria sido esbulhada pelos requeridos em 07.09.2005. Pede, desde a concessão liminar, a ordem de reintegração, assim como a reparação de danos (f. 03-05). Junta documentos (f. 06-31).

Vieram os autos da Comarca de Paracatu (f. 34).

Visita em 06.10.2005 (f.43-45).

Da concessão liminar da ordem (f. 46 v.) o M.P. interpôs agravo de instrumento (f. 55-81), a que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em 03.11.2005, concedeu efeito suspensivo (f. 85-87) e, ao fim, deu provimento (AI nº 1.0024.05.812006-4/001 – f. 164-170). Contudo, a ordem fora cumprida já em 18.10.2005 (f. 116-117).

Citação (f. 104, 106, 108, 112, 114 e 119). Homologação (f. 131v) da desistência da ação (f. 129) quanto ao requerido não citado, JOÃO EUSTÁQUIO DE SOUZA, ouvido o M.P. (f. 131).

Contestação, pelo Curador Especial nomeado aos requeridos revéis, argüindo, em preliminar, inépcia da inicial, a que faltaria causa de pedir (posse anterior); no mérito, alegam descumprimento da função social; exercício de posse por si, requeridos, dando destinação social à propriedade; e direito subjetivo às condições mínimas de vida digna. No mais, contestam por negativa geral (f. 139-147).

Impugnação (f. 151-152).

As partes não especificaram provas (f. 154).

Memorial com razões finais, só pelos requeridos (f. 156v). O M.P. é pela improcedência do pedido inicial (f.158-162).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as premissas a cuja luz decidir-se-á a lide, passamos aos termos do caso na especialidade.

1 – De início, anoto que a nomeação de Curador Especial aos revéis citados pessoalmente refoge ao devido processo legal (art. 9º, II do C.P.C.), motivo por que é de se ter por anódinas as peças de f. 139-147 e 156v, não sem antes louvar a prestimosa participação no feito do douto e combativo Defensor Público.

Contudo, o mero decreto de revelia, na espécie, não induz o efeito de reputarem-se verdadeiros os fatos alegados, em face do interesse público ínsito à função social da posse, matéria de mérito por excelência nas lides possessórias, marcadamente as coletivas.

2 – O boletim de ocorrência lavrado em 07.09.2005 relata o esbulho nos seguintes termos: “conversamos com os ocupantes, aproximadamente cem pessoas, eles foram orientados pelo líder a não fornecer dados pessoais. Os ocupantes

reclamaram a falta de cuidados do terreno e, por isso, o invadida (sic); o ato estava em fase inicial, vários lotes estavam sendo marcados (cercados)” (f. 10-11).

3 – Entretanto, no que diz respeito à **qualidade da posse** exercida no período imediatamente anterior àquele ato, a prova dos autos é nenhuma. Conforme bem aponta o Ministério Público (f. 72), instruem o feito tão-somente os títulos de propriedade (f. 16-23), certificados de cadastro do imóvel no INCRA, relativos aos períodos de 1998/2002 (f. 24-25) e guias de recolhimento de Imposto Territorial Rural referentes aos exercícios de 1995 a 2005 (f. 26-31), **nenhum deles apto a demonstrar o exercício de qualquer posse.**

O Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais, dando provimento ao agravo interposto da decisão concessiva liminar, anotou que “*não há como aferir no caso se cumpre-se ou não a função social da propriedade e da posse. O autor da ação de reintegração de posse não traz nenhuma comprovação de que a função social vem sendo observada. Além disso, os documentos acostados nos autos que comprovam a propriedade do bem não o legitimam a interpor a referida ação, uma vez que eles não certificam a posse direta ou mesmo indireta do bem em litígio. Sendo assim, não há como admitir cumpridos os requisitos autorizadores da medida liminar, uma vez que o autor da ação não observou o disposto no art. 927, I do CPC, o que só poderia ser feito depois de realizada audiência de justificação.*” (AI nº 1.0024.05.812006-4/001, Rel. Desembargador DÁRCIO LOPARDI MENDES – f. 169).

Atente-se para o fato de que, em segunda instância, entendeu-se **insuficientemente instruída a petição inicial** até mesmo para fundamentar a decisão concessiva liminar, ainda que proferida em sede de cognição sumária e não-exauriente. Pois bem. A par dos **documentos** em que se arrima a inicial, **nenhuma outra prova foi produzida no curso do processo**, deixando a requerente passar em branco a oportunidade quanto a demonstrar, por qualquer meio, o **exercício de posse em cumprimento da função social** (f. 154).

De mesma sorte, o **prejuízo material** de que a requerente se pretendia ver indene restou **tão-somente alegado**, sem vir aos autos **sequer indícios** de sua ocorrência.

Por certo, a participação no processo tem viés de **faculdade** e não de dever, arcando a parte, entretanto, com os ônus de sua **omissão**. Não se desincumbindo a requerente do encargo processual de comprovar os fatos constitutivos de seu direito, impõe-se a **improcedência do pedido**.

Na espécie, porém, a omissão da requerente deixa transparecer, antes, **reprovável senso de oportunidade**, estampado no satisfazer-se com a tão-só obtenção de provimento de caráter essencialmente provisório, levado a efeito anteriormente à comunicação de sua suspensão, pelo T.J.M.G.

Olvida-se a requerente de que o dever de provar o cumprimento da função social vai muito além dos estreitos limites do **interesse individual** na obtenção do **bem da vida** objeto do litígio. Cuida-se, pelo contrário, de **responsabilidade social maior**, à vista do **interesse público** ínsito ao uso da propriedade orientado ao **benefício da coletividade em geral** e das gerações presentes e futuras.

Ao **abandonar o feito** na fase de instrução, depois de pôr em marcha o dispendioso aparato estatal, a requerente revela nos autos uma postura de **ausência de seriedade** e **má-fé**, pretendendo, por via canhota, dar foros de perenidade a decisão cunhada pela provisoriedade.

Faltando com o dever de proceder com **lealdade** e **boa-fé processuais**, a conduta da requerente subsume-se à hipótese de prática de **ato atentatório ao exercício da jurisdição**, tipificada no **art. 14, II do C.P.C.** e **penalizada com multa em percentual máximo**, dada a **gravidade** do agir contrário à **ética social**, em manipulação da asoberbada máquina estatal e com dispêndio perdulário de energia processual.

Devido ao caráter de **trato sucessivo** da obrigação de cumprimento da função social, registre-se, alfim, que a decisão de improcedência do pedido não salvaguarda nem autoriza qualquer invasão, à vista de possível modificação do substrato fático jacente, decorridos já dois anos da propositura desta ação.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL POR CALMINAS ÓXIDO DE CÁLCIO, MAGNÉSIO E FERTILIZANTES LTDA.** contra **EDER PEREIRA DE SOUZA, GILMAR GERALDO DA SILVA, DÁRIO JOSÉ DE OLIVEIRA, EDUARDO**

SOARES DOS SANTOS, RAIMUNDO XAVIER SILVA e HÉLIO CAROLINO DA COSTA, REVOGANDO A LIMINAR CONCEDIDA.

Condeno a requerente nas custas processuais e em multa de 20% (vinte por cento) do valor atualizado da causa, pela prática de ato atentatório ao exercício da jurisdição, a ser paga em 05 (cinco) dias do trânsito em julgado desta decisão (art. 14, parágrafo único do C.P.C.). Sem condenação em honorários, ante a revelia dos requeridos.

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C.

Belo Horizonte, 3 de outubro de 2007.

(Publicação Minas Gerais, 6.10.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte

Proc. no 0024.04.463.667-8 (TJMG – Ap. Cív. no 1.0024.04.463667-8/001)

Ação: Reintegração de posse

Origem: Buritis

Reqtes: Espólio de Abílio Fabris e outro

Reqdos: Jonas Ferreira de Souza e outros

Imóvel: Fazenda Fetal

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

ESPÓLIO DE ABÍLIO FABRIS e MILTON CÉSAR RODRIGUES WATANABE aforaram AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE contra JONAS FERREIRA DE SOUZA, JOCÉLIO CORREIA BARROS, JUVECI BARROS DA SILVA, IVONE DIAS DA SILVA, DARLAN SARAIVA SANTOS, MANOEL PEREIRA DE SOUZA e requeridos incertos ou desconhecidos, ditos componentes do MOVIMENTO PARA TERRA. Dizem-se respectivamente proprietário/ arrendador e arrendatário do imóvel rural FAZENDA FETAL, em Buritis/MG, com área de 606,00 ha, de cuja posse teriam sido esbulhados em 01.10.2004 pelos requeridos. Ressaltam que o referido imóvel, atualmente utilizado para o apascentamento de gado bovino e plantio, é produtivo. Pedem, desde a concessão liminar e sem audiência da parte contrária, a ordem de reintegração, bem como a reparação de danos e o desfazimento de eventuais construções e plantações feitas pelos requeridos, tudo sob cominação de multa (f. 02-10). Juntam documentos (f. 11-36).

Visita em 19.10.2004 (f. 45-48) e audiência em 20.10.2004. Comparecimento espontâneo ao processo de JONAS FERREIRA DE SOUZA, IVONE DIAS DA SILVA, DARLAN SARAIVA SANTOS e MANOEL PEREIRA DE SOUZA (f. 39-43).

Inclusão de DARLAN SARAIVA SANTOS e MANOEL PEREIRA DE SOUZA no pólo passivo (f. 50).

Os requeridos juntam documentos (f. 65-68).

Citação pessoal de JOCÉLIO CORREIA BARROS (f. 85v) e ficta dos requeridos incertos ou desconhecidos e de JUVECI BARROS DA SILVA, não localizado para citação pessoal (f. 85v – edital às f. 74 e 100).

Audiência em 09.03.2005, ouvidas 03 (três) testemunhas (f. 92-96).

O M.P. é pelo indeferimento do pedido de reintegração liminar (f. 104-106).

Indeferimento da concessão liminar (f. 107-113), de que foi interposto agravo de instrumento (AI nº 2.0000.00.517964-0/000 – f. 114-127), não provido pelo T.J.M.G. (f. 185-192).

Contestação, pelos requeridos JONAS FERREIRA DE SOUZA e DARLAN SARAIVA SANTOS (f. 128-131), desentranhada por vício, não sanado, de representação processual (f. 229), com decreto de revelia (f. 232).

Os requeridos IVONE DIAS DA SILVA, MANOEL PEREIRA DE SOUZA e JOCÉLIO CORREIA BARROS não contestaram (f. 132).

Contestação, pelo Curador Especial nomeado aos revéis citados por edital (f. 142), em que se alega, em preliminar, nulidade da citação ficta, falta de interesse processual, ilegitimidade passiva e, no mérito, descumprimento da função social (f. 143-146).

Impugnação (f. 148-151).

Rejeição das questões preliminares (f. 157-158), ouvido o M.P., no mesmo sentido (f. 153-156).

Audiências em 02.05.2006 e 10.08.2006, inquiridas 03 (três) testemunhas (f. 181-183 e 220-222).

Memoriais com razões finais: requerentes (f. 236-239); requeridos (f. 241-242).

O M.P. é pela improcedência do pedido (f. 244-249).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidir-se-á a lide, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

1 – O **esbulho** vem relatado pela **autoridade policial** no **boletim de ocorrência**, ali constando que “na Fazenda se encontram 19 famílias com 95 pessoas aproximadamente. Parlamentamos com os invasores onde o autor do envolvimento 02, que é o coordenador do acampamento, nos informou que pertencem ao Movimento do Para-Terra, liderado pelo Sr. Manoel Mecânico. Que deram informações de que a terra estava para ser invadida e se encontram desativada, assim resolveram a ocupar; que a posição dos acampados é de aguardar a posição da Justiça, ou seja, se estiver a reintegração de posse. No local havia feito uma pequena limpeza no cerrado, para construções das barracas, em uma área de 00,25,00 hc vinte e cinco centiares” (f. 24-27).

As **testemunhas** foram **unânicas** em confirmar a **perda da posse** há **menos de ano e dia** do ajuizamento da ação:

“que tomou conhecimento de que, aproximadamente há uns três meses atrás, houve a ocupação do imóvel de propriedade do espólio de Abílio Fabris; que acredita o depoente que ocuparam o imóvel mais ou menos seis pessoas, porém não as conhece; que mencionadas pessoas se encontram no imóvel até a presente data” (FRANTIELLO SILVA OLIVEIRA – f. 95);

“que é do seu conhecimento que houve ocupação do imóvel, porém não sabe declinar os nomes dos mesmos, sabendo apenas que se trata de pessoas desta região; que a ocupação ocorreu, acredita o depoente, no mês de setembro ou outubro do ano de 2004” (JAIRO BUENO CARNEIRO – f. 93-94);

“que no mês de setembro ou outubro o imóvel foi invadido, sendo que o depoente viu várias pessoas do movimento, em torno de mais ou menos quarenta pessoas” (ALCIDES INÁCIO HOFFLING – f. 96).

2 – Contudo, no tocante ao **aproveitamento racional e adequado da propriedade**, a prova dos autos vai de encontro à pretensão dos requerentes. Mesmo em sede de cognição sumária, por ocasião da apreciação do pedido liminar, os requerentes já **não lograram demonstrar bastante** o exercício de **qualquer posse**, permitindo concluir, pelo contrário, que o imóvel encontrava-se **abandonado**. Àquela oportunidade, consignou o então Juiz oficiante:

“No caso em tela, embora se trate de média propriedade rural, com área de 606,00 ha, constatou na visita realizada ao imóvel (f. 45-48) que se trata de propriedade abandonada. Não há qualquer produção. Há sinais visíveis de que nos últimos dez anos não houve produção. Além disso, as fotografias da sede acostadas pelos requeridos (f. 65-68) retratam com clareza a situação de abandono da propriedade.

Ao serem instados a provar a produtividade do imóvel, o autor manteve-se inerte (f. 57-58), como se o cumprimento da função social não tivesse relevância para a propriedade.

A prova oral produzida somente dá conta da posse jurídica do imóvel” (f. 112).

No mesmo sentido, excerto do voto proferido pelo eminente Desembargador Relator PEDRO BERNARDES, na **decisão unânime de indeferimento** do agravo interposto perante o T.J.M.G.:

“Compulsando os autos, denota-se que o agravante não trouxe nenhum elemento capaz de comprovar que realmente estava exercendo a posse do imóvel, bem como o esbulho se deu a menos de um ano e dia, limitando-se a trazer aos autos contrato de arrendamento que, conforme declaração do próprio arrendatário, disse que ‘está sendo providenciado o licenciamento ambiental para limpeza e desmate da área, sendo que tal requerimento ainda não foi formulado junto ao IEF, embora tenham sido iniciados os trabalhos técnicos’. (...) O autor agravante não trouxe elementos capazes de comprovar o exercício regular da posse e nem mesmo que sua perda se deu há menos de ano e dia.” (AI n. 2.0000.00.517964-0/000 – f. 191).

Em **justificação da posse**, as **testemunhas** revelam ignorar a existência de **atividade produtiva** no imóvel à época da ocupação:

“que sabe informar que há mais ou menos dois anos atrás o senhor Abílio explorava o imóvel unicamente na criação de bois; (...) que posteriormente tomou conhecimento de que o senhor Abílio teria arrendado o imóvel para o senhor Milton Watanape; que, quando da ocupação do imóvel, acredita o depoente que o mesmo não estava sendo explorado pelos herdeiros do senhor Abílio; que tem a esclarecer que apesar do imóvel ter sido arrendado para o senhor Milton Watanape, o mesmo não chegou a explorá-lo, vez que também estava aguardando a regularização de documentos para efetuar o desmate; que não chegou a ver ninguém cuidando do imóvel, quando o mesmo foi ocupado” (depoimento de JAIRO BUENO CARNEIRO – f. 93);

“que tomou conhecimento, por ouvir dizer, que há tempos atrás, o imóvel descrito às fls. 04 era explorado na criação de gado; que atualmente o imóvel não estava sendo explorado; que não sabe informar se existia algum funcionário do requerente cuidando do imóvel; (...) que tomou conhecimento de que o imóvel foi arrendado no ano de 2004 pelo senhor Milton Watanabe, porém o mesmo não chegou a explorá-lo, por motivo de força maior, vez que a área seria aberta no período das águas (final do ano), para o plantio de soja” (ALCIDES INÁCIO HOFFLING – f. 96).

As **fotografias** (f. 65-66), não impugnadas, revelam o **péssimo estado de conservação** das instalações da sede da fazenda, sem nenhuma condição de **habitabilidade**, sinalizando mesmo a **ausência** de qualquer **posse**.

Pois bem. No decorrer do processo, os requerentes não inovaram o **conjunto probatório**, olvidando-se de que modernamente a ordem jurídica já não mais tutela a **posse clássica**, apartada da função social.

Para acrescer elementos de cognição imprescindíveis à formação do **juízo de convencimento** da qualidade de sua posse, valeram-se os requerentes tão-somente de **prova testemunhal**, cuja força probante, porém, fragilizou-se na medida da contrariedade aos depoimentos prestados anteriormente pelas mesmas testemunhas em justificação da posse.

Destaco, por exemplo, no concernente à **questão essencial** da **exploração** do imóvel no **período anterior próximo à ocupação**, que o depoimento de FRANTIELLO SILVA OLIVEIRA, tomado em audiência de instrução, **discrepa** daquele prestado em sede de justificação, em prejuízo da força de convencimento que se lhe pudesse atribuir (negreji):

“Já houve época, quando a pastagem estava mais baixa, de ter visto gado no imóvel; que, atualmente, acredita o depoente que ainda existe gado no imóvel; (...) **que não sabe qual a exploração do imóvel, quando da ocupação, porém é do seu conhecimento que o senhor Milton chegou a arrendar o imóvel com o objetivo de explorá-lo na plantação de grãos**” (f. 95);

“**que antes da ocupação a fazenda era produtiva; que via gado; que não era pouco gado, mas como passava rápido de carro não prestava muita atenção; que não reparou se tinha benfeitorias; que só passava em frente;**” (f. 221).

Diz-se o segundo requerente **possuidor direito** do imóvel, por força de **contrato de arrendamento** celebrado em 30.04.2004, para **plantação** de “*lavoura branca de ciclo rápido, da espécie de soja, milho, arroz, algodão e outras*” (f. 20-21). Contudo, inexistente prova do exercício da atividade agrícola porventura desenvolvida, havendo as testemunhas, ao revés, declarado mesmo que o arrendamento não chegou a se concretizar (f. 93-94, 95, 96). Assim, o mero **instrumento do arrendamento** é sem aptidão para demonstrar a **materialidade** de atos de posse eventualmente praticados em execução do **negócio jurídico** ali formalizado.

A seu turno, a testemunha EUSTACHIO DE ARAÚJO PASSOS declara que, antes da mudança do proprietário para São Paulo, fato que se passou **há quatro anos da ocupação**, teria prestado assistência técnica na formação de pasto e comprado gado do Sr. Abílio. Declara ainda que, mesmo depois de se mudar, o Sr. Abílio ainda manteria gado no pasto, embora em menor quantidade (f. 182-183).

Conquanto **outrora** o imóvel possa ter sido explorado, conforme declarou a testemunha, deve-se ter em conta o caráter de **trato sucessivo** da **obrigação** de cumprir a **função social**. Na solução do **conflito coletivo possessório**, importa, pois, a **qualidade da posse** que se exerça no **período imediatamente anterior ou contemporâneo à ocupação**. No caso concreto, porém, não vêm aos autos **documentos idôneos** que corroborassem ao menos a alegação de **pretérita atividade pecuária** no imóvel, tais como **cartão de controle sanitário** do gado porventura ali apascentado, **notas fiscais** de produtor rural e de aquisição de insumos, **guias de trânsito animal** ou qualquer outro de teor semelhante. Assim, o testemunho isolado e, demais disso, em contrariedade com o conjunto da prova oral, não convence do aproveitamento racional e adequado do imóvel.

Sem prova nos autos, pois, do **exercício de atividade econômica no imóvel**.

2 – A função social da propriedade repercute o **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (art. 1º, V e art. 170, ambos da C.R.F.B./88).

Dentro da **lógica do razoável**, a **valoração do trabalho** há de privilegiar não apenas a observância de direitos trabalhistas em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social**, **existência digna** e **redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas **coletivamente**, de modo compartilhado com os carentes de trabalho.



Por óbvio, o imóvel que não se utiliza como **fator de produção** tampouco se habilitará à **geração de trabalho e emprego**, à **distribuição de renda** ou ao favorecimento da **saúde, educação e lazer** (bem-estar) de quantos circulem naquele **microcosmo social**.

Na **casuística**, ausente já o antecedente lógico do aproveitamento econômico adequado, também não resta provado o exercício de posse orientada à satisfação do **elemento social** (observância das normas que regulam as **relações de trabalho e exploração** que favoreça o **bem-estar** dos proprietários e trabalhadores rurais), em reforço da convicção de **abandono** do imóvel.

A **única menção à relação de trabalho** havida no imóvel consta do depoimento da testemunha EUSTACHIO DE ARAÚJO PASSOS, cujos termos, entretanto, revelam antes que a situação não perdurou até o tempo da ocupação, ocorrida após o falecimento do proprietário: “*que durante muito tempo Abílio manteve funcionário empregado morando na fazenda*” (f. 182). Aqui, como alhures, nada mais vem aos autos em sustento da pretensão dos requerentes, que não se desincumbiram a contento do ônus de provar a regularidade da **dimensão-trabalho** da função social.

3 – Há nos autos, contudo, prova da **utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente**. Com efeito, à margem da matrícula imobiliária encontra-se averbada a área de **reserva legal** (f. 18), evidenciando, ao menos em um **sentido formal**, a observância da **legislação ambiental** (art. 16, §2º da Lei nº 4.771/65).

Além, as testemunhas confirmam que parte do imóvel não era explorada, ao que lhes parecia por se tratar de **área de cerrado**, de **preservação permanente**, ainda sem autorização legal de manejo (f. 93-96 e 222).

Contudo, a concessão da tutela possessória não se compraz com a **satisfação isolada** de um dos requisitos da função social, que o legislador constituinte quis **cumulativos**.

4 – Não sendo de se acolher o pedido de tutela possessória, **prejudicados** os pedidos de **reparação de danos** e de **desfazimento** de plantações e construções, formulados em **cumulação sucessiva eventual**.

III – DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL POR ESPÓLIO DE ABÍLIO FABRIS e MILTON CÉSAR RODRIGUES WATANABE contra JONAS FERREIRA DE SOUZA, JOCÉLIO CORREIA BARROS, JUVECI BARROS DA SILVA, IVONE DIAS DA SILVA, DARLAN SARAIVA SANTOS, MANOEL PEREIRA DE SOUZA e requeridos incertos ou desconhecidos.**

Condeno os requerentes nas **custas processuais**, além de suportar **honorários de R\$ 500,00** (quinhentos reais) ao **Curador Especial**, tendo em conta o **comprido tempo do serviço**, a **relevância** da causa, que trata de sério **conflito social de proporção considerável**, e a **participação do profissional** no feito, inerte na fase instrutória (art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.). **Sem condenação em honorários** em favor da Advogada dos requeridos nominados, à vista do não oferecimento de defesa válida.

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C.

Belo Horizonte, 5 de outubro de 2007.

(Publicação Minas Gerais, 9.10.2007)

Osvaldo Oliveira Araújo firmo

Juiz de Direito



Comarca de Belo Horizonte

Proc. no 0024.04.508.920-8

Ação: Reintegração

Origem: São João da Ponte e Varzelândia

Reqtes: Névio de Figueiredo Neves e outra

Reqdos: Associação dos Moradores do Quilombo Brejo dos Crioulos e outros

Imóveis: Fazendas Boa Vista e Aurora

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

NÉVIO DE FIGUEIREDO NEVES e ANA MARIA TOLENTINO DE FIGUEIREDO ajuizaram AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE c/c REPARAÇÃO DE DANOS contra ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO QUILOMBO BREJO DOS CRIoulos, FRANCISCO CORDEIRO BARBOSA, vulgo TICÃO, VALDIVINO SILVA, vulgo VALDIVINO, por si e na condição de presidente e vice-presidente da associação; SENHORINHO FERNANDES e CIRIACO CARDOSO, ditos membros do MST e conhecidos como JOAQUIM TOCO, CIRIACO, EDIM e/ou ALCIDES; JOÃO PINHEIRO DE ABREU, MANOEL PEREIRA DA SILVA, AMELICIA CARDOSO DE OLIVEIRA e requeridos incertos ou desconhecidos. Dizem-se possuidores dos imóveis rurais Fazendas Boa Vista e Aurora, com áreas de 484,00 ha e 112,20 ha, respectivamente, em Varzelândia/MG, de cuja posse teriam sido turbados pelos requeridos em 19.10.2004, os quais, derrubando cercas, teriam ocupado parte da fazenda. Destacam que o imóvel cumpre sua função social, porquanto ali desenvolvam atividade pecuária, com um rebanho de 880 reses; mantenham empregados e encontre-se averbada a reserva legal. Pedem, desde a concessão liminar e sem audiência da parte contrária, a ordem de manutenção (f. 02-08). Juntam documentos (f. 09-69).

O Ministério Público é pela emenda à inicial e justificação da posse (f. 73-75).

Citação pessoal e comparecimento espontâneo ao processo (f. 108, 110, 112, 114, 116, 122 e 124, 126-129); citação ficta dos requeridos incertos ou desconhecidos (f. 84, 137-138 e verso).

Visita (f. 132-133) e audiência em 21.12.2004, com homologação de acordo para desocupação em até 19.10.2005, termo final da vistoria do imóvel pelo INCRA, e suspensão do processo (f.126-129).

Decorrido o prazo de suspensão, os requerentes reiteram o pedido de concessão liminar (f. 147).

O Ministério Público se põe, sucessivamente, pela extinção do processo sem julgamento de mérito, por inépcia da inicial; determinação de emenda à exordial e indeferimento da concessão liminar (f. 149-156).

O INCRA informa, em 19.01.2006, a medição do imóvel (f. 160-161).

Rejeição das alegações de vício no processo, suscitada pelo Ministério Público, e indeferimento da concessão liminar (f. 163 e verso).

Os requeridos nominados são revéis. Contestação, pelo Curador Especial nomeado (f. 163v) aos requeridos incertos ou desconhecidos, revéis citados por edital. Alegam inexistência de posse anterior; inserção da área ocupada em terras pertencentes a comunidades de quilombolas; descumprimento da função social; exercício de posse por si, requeridos, dando destinação social à propriedade; direito subjetivo às condições mínimas de vida digna e à proteção dos elementos culturais afro-brasileiros das coletividades remanescentes de antigos quilombos. No mais, contestam por negativa geral (f. 169-177).

Impugnação (f. 181-182).

O INCRA informa, em 19.06.2006, não haver vistoriado o imóvel (f.188).

Instados a fundamentar o pedido de provas (f. 192), os requerentes nada manifestaram (f.192v), incidindo a sanção de indeferimento expressamente cominada (f. 193). Os requeridos não especificaram provas.

O M.P. é pela improcedência do pedido (f. 194-200).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidir-se-á a lide, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

1 – De início, consigno que, na espécie, a **revelia** dos requeridos nominados não induz os respectivos efeitos materiais, haja vista o oferecimento de **contestação** pelo **Curador Especial** nomeado aos litisconsortes necessários.

Aqui se pleiteia a proteção à posse dos imóveis rurais **Fazenda Boa Vista**, em São João da Ponte/MG, e **Fazenda Aurora**, em Varzelândia/MG. Depreende-se do **conjunto probatório** que os requeridos se encontram nas proximidades de lagoa existente na **Fazenda Aurora** (f. 12-13, 15, 130, 132-133 e 161).

O **esbulho** vem relatado pela **autoridade policial** no **boletim de ocorrência** lavrado em 19.10.04: “Diante da solicitação, comparecemos à **Fazenda Aurora**, onde constatamos a invasão e fomos informados pelos invasores que os mesmos pertencem aos quilombolas e que são os mesmos que saíram da Fazenda de Raul A. Lerário por ordem judicial e invadiram o local posteriormente. No local, verificamos aproximadamente 150 pessoas, entre homens mulheres e crianças e aproximadamente 50 barracas de lona e palha” (negrejei – f. 12-13).

Não é certa, nos autos, a **data da invasão**. Contudo, é de **conhecimento geral**, ante a **publicidade** dos processos, e deste juízo, em particular, que a ordem de desocupação de imóvel vizinho à Fazenda Aurora, referido no boletim de ocorrência, foi proferida em 06.05.2004 e cumprida em 15.09.2004 (proc. nº 0024.04.334.044-7), corroborando a alegação de esbulho.

2 – Porém, no tocante aos **atributos constitucionais** da posse, a prova dos autos vai de encontro à pretensão dos requerentes. Mesmo em sede de cognição sumária, por ocasião da apreciação do pedido liminar, os requerentes já **não lograram demonstrar bastante** o exercício de **posse** em cumprimento à função social. Àquela oportunidade, consignou o então Juiz oficiante:

“Até aqui, inexistente nos autos comprovação efetiva do cumprimento da função social da posse que se afirma exercida sobre o imóvel” (f. 163 v).

Olvidando-se de que a ordem jurídica já não mais tutela a **posse clássica**, apartada da função social, os requerentes, no decorrer do processo, descuraram de inovar o **conjunto probatório**, que ficou restrito aos documentos que arriam a inicial. Causa mesmo **perplexidade** o fato de os requerentes deixarem passar em branco a oportunidade de acrescentar elementos de cognição necessários à formação do **juízo de convencimento** da legitimidade de sua pretensão, depois de pôr em marcha a **dispendiosa** máquina do Poder Judiciário, submetendo-lhe à apreciação fatos que, em tese, quebrantam a ordem jurídica.

Ora, a **insubsistência** da prova da função social, mesmo em sede de cognição sumária, ensejou a decisão – irrecorrida – de indeferimento da concessão liminar; agora, quando da entrega da **prestação jurisdicional definitiva**, o fato de permanecer inalterado o **raso conjunto probatório** obsta, de modo intransponível, o **aprofundamento da cognição**, imprescindível à formação do **juízo de certeza** que se exige nesta fase do processo.

Assim, cumpria aos requerentes demonstrar que o imóvel invadido é **explorado** de modo **racional e adequado**, com utilização correta dos recursos naturais, **preservação** do **meio ambiente** e observância das normas de regência das **relações de trabalho**, de modo a trazer **bem-estar** a quantos circulem naquele **microcosmo social**.

Contudo, consta da **declaração de produtor rural** que instrui a inicial que na **Fazenda Aurora**, onde efetivamente se encontram os requeridos, não se exerce **qualquer tipo** de **atividade econômica**, seja pecuária, seja agrícola, inexistindo ali animais apascentados e área plantada ou colhida (f. 32).

Note-se que, muito embora a **posse** lhe tenha sido **formalmente transferida** em 1989 (f. 16-17), o requerente só cuidou de se **cadastrar** como **produtor rural** depois da ocupação, em 26.10.2004. E, de modo **sintomático**, quando da inscrição, declarou que a Fazenda Aurora “*está toda em mata, constituindo-se em reserva legal*” (f. 31-32), como que para **escusar o não-aproveitamento**. Muito embora os requerentes sustentem a anterior averbação do imóvel como reserva legal (f. 3, item I), nada carregaram aos autos bastante a comprovar a alegação.

Destarte, a **declaração** – unilateral e não corroborada por outras provas – de que o imóvel se erige em **reserva legal** é **insuficiente**, por si só, a legitimar a concessão da tutela possessória. Com efeito, a satisfação do **requisito ambiental** da função social requer se demonstre a prática de ações positivas de uma posse especial, orientada à preservação do bioma, conservação do solo, utilização adequada dos recursos hídricos, trato das matas ciliares e áreas de

preservação permanente e outros atos semelhantes, que revelem um inequívoco cuidado com o meio ambiente, para além da tão-só enunciação de constituição formal da integralidade do imóvel em reserva legal, isolada atrás de cercas e porteiras fechadas. **Inexistente a prova**, no caso, forçoso concluir que os requerentes não demonstram sequer o exercício da posse civil clássica sobre a Fazenda Aurora.

De mesma sorte, relativamente à Fazenda Boa Vista, tanto a **declaração de produtor rural** (f. 33-34) quanto o **cartão de controle sanitário** (f. 28) só foram confeccionados depois de invadido o imóvel. Considerando o caráter de **trato sucessivo da obrigação** de cumprir a **função social**, na solução do **conflito coletivo possessório** importa a **qualidade da posse** que se exerça no **período imediatamente anterior à ocupação**. Nessa linha de raciocínio, conclui-se que os requerentes tampouco se desincumbem do **ônus** de comprovar o **aproveitamento racional e adequado** da Fazenda Boa Vista, no período anterior próximo à invasão.

Demais disso, o imóvel situado em São João da Ponte (Fazenda Boa Vista), confessadamente, **não tem** área de **reserva legal**. A legislação específica autoriza a **recomposição** da reserva, mediante **aquisição** de gleba contígua ou **compensação** por outra área pertencente ao mesmo ecossistema e localizada na mesma micro-bacia (**art. 17, III e IV da Lei 14.309/02**). Tais procedimentos de recomposição, contudo, não prescindem da estrita observância das **normas** impostas pela autoridade competente, vez que já pressupõem o prejuízo ambiental da tão-só inexistência de reserva legal no imóvel. Assim, ficam condicionados à **vistoria e aprovação** do Instituto Estadual de Florestas, conforme critérios estabelecidos em regulamento próprio. Nada há nos autos que sinalize a adequação da eleição voluntária da Fazenda Aurora como área de reserva legal da Fazenda Boa Vista e tampouco a aprovação desse procedimento pelo órgão competente.

Insuficiente, pois, a prova do cumprimento da função social nos aspectos econômico e ambiental.

3 – A função social da propriedade repercute o **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (**art. 1º, V e art. 170**, ambos da C.R.F.B./88).

Dentro da **lógica do razoável**, a **valoração do trabalho** há de privilegiar não apenas a observância de direitos trabalhistas em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social**, **existência digna** e **redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas **coletivamente**, de modo compartilhado com os carentes de trabalho.

Por óbvio, o imóvel que não se utiliza como **fator de produção** tampouco se habilitará à **geração de trabalho e emprego**, à **distribuição de renda** ou ao favorecimento da **saúde, educação e lazer** (bem-estar) de quantos circulem naquele **microcosmo social**.

No caso, ausente já o **antecedente lógico** do **aproveitamento econômico adequado** da **Fazenda Aurora**, onde de fato se encontram os requeridos, também não resta provado o exercício de posse orientada à satisfação do **elemento social** (observância das normas que regulam as **relações de trabalho** e **exploração** que favoreça o **bem-estar** dos proprietários e trabalhadores rurais), em reforço da convicção de **abandono** do imóvel.

É certo que há nos autos comprovante de pagamento de salário a empregado da **Fazenda Boa Vista** (f. 35-57). Contudo, a concessão da tutela possessória não se compraz com **meros indícios** de **satisfação isolada** de um dos requisitos da função social, que o legislador constituinte quis **cumulativos**.

4 – Não sendo de se acolher o pedido de tutela possessória, **prejudicado** o pedido de **reparação de danos**, formulado em **cumulação sucessiva eventual**.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL POR NÉVIO DE FIGUEIREDO NEVES e ANA MARIA TOLENTINO DE FIGUEIREDO** contra **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO QUILOMBO BREJO DOS CRIoulos, FRANCISCO CORDEIRO BARBOSA, VALDIVINO SILVA, SENHORINHO FERNANDES, CIRIACO CARDOSO, JOÃO PINHEIRO DE ABREU, MANOEL PEREIRA DA SILVA, AMELICIA CARDOSO DE OLIVEIRA** e requeridos incertos ou desconhecidos.

Condeno os requerentes nas custas processuais, além de suportar honorários de **R\$800,00** (oitocentos reais) devidos ao Advogado e ao Curador Especial, na proporção de $\frac{1}{4}$ (um quarto) e $\frac{3}{4}$ (três quartos), respectivamente, tendo em conta o **comprido tempo** do processo, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e a **atuação** de cada **profissional** no feito, aquele, sem contestar nem produzir provas, e este, pelo exercício zeloso do *munus* da Curadoria Especial (art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.).

Altere-se a classe da ação para REINTEGRAÇÃO DE POSSE e anote-se a prioridade na tramitação (art. 71 da Lei nº 10.741/ 2003).

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 19 de outubro de 2007.

(Publicação Minas Gerais, 25.10.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte
Proc. no 0024.06.088.432-7
Ação: Reintegração de Posse
Origem: Uberlândia
Requerente: Marcos de Oliveira Martins e outro
Requerido: José Vicente de Oliveira e outros
Imóvel: Fazenda Paraíso

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

MARCOS DE OLIVEIRA MARTINS e ESPÓLIO DE ÁUREA PEREIRA MARTINS, devidamente representado por seu inventariante (f. 08), ajuizaram **AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE** contra **JOSÉ VICENTE DE OLIVEIRA, GUSTAVO MARCELO ALVES** e **requeridos incertos ou desconhecidos**. Dizem-se **possuidores** do imóvel rural **Fazenda Paraíso**, em **Uberlândia/MG**, com área total de **603,70 ha**, constituído das matrículas nºs 6.591, 12.872, 26.060 e 26.071, de cuja **posse** teriam sido **esbulhados** pelos requeridos em **29.05.2006**, os quais, arrombando o cadeado da entrada, teriam ocupado parte da fazenda e devastado área de reserva legal. Destacam que o imóvel foi classificado pelo INCRA como **propriedade produtiva**, porquanto ali desenvolvam atividade **agropecuária**, com plantações de soja, milho e outros cereais, além da criação de gado, direta e indiretamente por meio de contrato de parceria agrícola. Pedem, desde a **concessão liminar** e sem audiência da parte contrária, a ordem de **reintegração** (f. 02-06). Juntam **documentos** (f. 07-59).

Ofício do 32º Batalhão de Polícia Militar – Uberlândia-MG, encaminhando “*Relatório*” de visita feita à Fazenda Paraíso, em **05.06.2006** (f. 62-64).

Com o **deferimento** da **liminar** (f. 62-64), o Ministério Público interpôs **Agravo de Instrumento** (f. 94-117), ao qual foi **negado provimento** (f. 203-218).

A P.M.M.G. relata **furto** e **ameaça** aos requerentes, praticados pelos requeridos (f. 88-90).

Os requerentes informam a celebração de **acordo** com os requeridos para **desocupação “amigável”**, com a devolução dos bens furtados (f. 125-127).

A P.M.M.G. informa a **desocupação** pacífica do imóvel (f. 146 e 154).

Citação ficta (f. 84 e 166-168).

Contestação, por **negativa geral**, pelo **Curador Especial** nomeado (f. 184) aos requeridos, revéis citados por edital (f. 188-190).

Impugnação (f. 194-195).

Da ordem de comprovação do exercício de posse qualificada pelos requisitos constitucionais da função social decisão (f. 198-202), foi interposto **Agravo de Instrumento** (f. 299-314).

O **INCRA** informa, em **10.05.2007**, que não há procedimento administrativo de vistoria da Fazenda Paraíso, e que, “*pelo Sistema de Informações Rurais o imóvel está enquadrado como grande propriedade produtiva*” (f. 317 – grifo nosso).

Audiência em **28.08.2007**, ouvidas **02** (duas) **testemunhas** (f. 366-370).

Memoriais finais, pelos **requeridos** (f. 373) e pelos **requerentes** (f. 386-390). O **Ministério Público** é pela **improcedência** do pedido (f. 374-385).

É o **relatório**.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE



Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidir-se-á a lide, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

1 – O **esbulho possessório** vem relatado pela **autoridade policial** no **boletim de ocorrência**, ali constando que “em conversa com dois dos líderes (...) a invasão se deu por volta das 20:00hs da data de ontem” (f. 34-36), e, no “Relatório – Conflito Agrário” (f. 63-64) no qual consta a existência de “250 (duzentas e cinquenta) famílias”, além das fotos anexadas (f. 65-76).

Lado outro, de nenhuma forma foi contestado o **fato do esbulho**, sendo de reconhecê-lo por **incontroverso**.

2 – No tocante ao **aproveitamento racional e adequado da propriedade**, acompanham a inicial **fotografias**, não impugnadas, de **rebanho bovino** apascentado no imóvel e de áreas de **pastagens formadas** (f. 39, 42-43, 50-53 e 56). Os **contratos de parceria agrícola** de f. 17-24 demonstram que eram desenvolvidas **culturas de cereais** em **217,8 ha** da Fazenda Paraíso.

Consta do **relatório** produzido pela **P.M.M.G.** que “1) a área de produtos vegetais tem sido cultivada com soja em anos anteriores pelo proprietário, no último ano agrícola sob arrendamento, conforme contratos com Sr. Ednei Forner (108,9 ha) e Sr. Norberto Forner (108,9 ha). (Cópias anexas). A safra foi colhida no mês passado de maio e depositada. Outra parte foi plantada em semente de capim. 2) A área de pastagens é utilizada em parte pelo proprietário Sr. Marcos Oliveira Martins que cria gado leiteiro. Outra parte vinha sendo arrendada pelo Sr. Marco Paulo Teixeira de Paiva, produtor rural vizinho, que ali mantinha 205 (duzentas e cinco) cabeças empastadas. Com a invasão, o arrendatário retirou o seu gado, receoso de prejuízo, por se tratar de gado selecionado. 3) Existem ainda suínos e cavalos” (f. 63-64).

O **contrato de abertura de crédito fixo** – FINAME, acostado às f. 245-250 dos autos, para a aquisição de plantadeira, adubadeira, plana carregadeira e carreta distribuidora de calcário e adubo, evidencia investimentos em produção agrícola.

As **notas fiscais e demonstrativos de depósito** (f. 251-287) referentes às safras de soja no biênio 2005-2006 revelam intensa atividade agrícola na Fazenda Paraíso.

A **Ficha “Visi Record”** fornecida pelo Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA (f. 225-226), embora desatualizada com relação à “população existente de bovinos”, como alerta o Ministério Público (f. 374-385), retrata a quantidade de bovinos vacinados contra a febre aftosa no interregno de fev./2000 a nov./2006, sendo que, neste último ano, foram vacinadas 89 (oitenta e nove) reses.

Aduz o Ministério Público a “**inexpressiva atividade pecuária**”, o subaproveitamento da área utilizável do imóvel rural objeto da lide e a inaptidão dos depoimentos das testemunhas para comprovar a adequação da atividade pecuária ao tamanho do imóvel (f. 374-385). Contudo, o **conjunto probatório** é robusto o suficiente a formar convicção contrária, *data venia*, revelando a presença de tais elementos à saciedade. Senão, vejamos:

As **testemunhas** MARCO PAULO TEIXEIRA PAIVA e SÍLVIO SORNA asseveram a existência de **contrato de arrendamento** rural antes do esbulho, bem como a **adequada exploração** da área aproveitável:

“o depoente já mantinha contrato de aluguel com o autor da ação desde dois anos antes da invasão (...). Além do gado que o depoente mantinha na área, em torno de 240 (duzentos e quarenta), também na fazenda havia produção de soja por um gaúcho (...). Quando da invasão o depoente visitou o local e, apesar de não ter sido exigido pelos invasores, resolveu retirar seu gado do local, tendo de alugar outro pasto para apascentar (...). Acredita que alugasse mais de 200 (duzentos) hectares, aproximadamente, e, na seca, o gaúcho cedia alguma área de lavoura colhida” (MARCO PAULO TEIXEIRA – f. 367-368).

“Quando da invasão, havia na fazenda cultura de soja e aluguel de pasto para gado de corte. Também o Sr. Marcos mantinha algumas cabeças de gado de leite (...). Marcos Paulo era um que alugava pasto (...). A fazenda dos autores tem aproximadamente 126 (cento e vinte seis) alqueires. Acredita que explorava-se 50 (cinquenta) alqueires com soja. O restante da área era utilizada com o gado, seja de corte, seja de leite. Tudo isso, descontada a área de preservação legal” (SÍLVIO SORNA – f. 369-370).

Ora, **não** é da **essência** dos **contratos agrários a forma escrita**, nem necessária a produção de **prova documental** para atestar a sua existência. Ao revés, tais contratos podem estabelecer-se também pela **forma verbal** ou mesmo **tácita**, a **provam-se por testemunhas**, quaisquer que sejam o seu **valor** ou **forma** (art. 92, § 8º do Estatuto da Terra c/c arts. 11 e 14 do Decreto nº 59.566/66).

Há ainda nos autos comprovantes de rendimentos com o **comércio de leite**, embora em pequena escala, a comprovar a criação de gado leiteiro pelo primeiro requerente (f. 288-289).

Além, consta do **Certificado de Cadastro de Imóvel Rural** – CCIR (f. 25) e do ofício expedido pelo INCRA (f. 317), que a **propriedade** foi classificada como **produtiva**.



Resta **suficientemente demonstrado**, pois, o **exercício de atividade econômica sustentável no imóvel**.

3 – Há nos autos **indícios da utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente**.

As áreas de **reserva legal, averbadas** à margem das matrículas imobiliárias que compõem a Fazenda Paraíso, totalizam **177,53 ha**, correspondendo a **30%** (trinta por cento) da área total do imóvel, percentual superior ao exigido pela **legislação ambiental (art. 16, §2º da Lei nº 4.771/65)** (f. 227-238).

O **depoimento** de MARCO PAULO TEIXEIRA PAIVA evidencia a preocupação com a proteção ao meio ambiente, sobretudo quanto à preservação das **nascentes** e das **matas ciliares**:

“(…) *próxima ao pasto ocupado pelo depoente, havia uma área de reserva legal. Tem conhecimento de que, na fazenda, existe nascente d’água, e sabe dizer que, próximo, numa represa, há mata ciliar* “ (f. 367).

As **provas documental e testemunhal** sinalizam, pois, o bastante cumprimento da **dimensão ambiental** da função social, além do que a matéria não foi eficientemente apreciada em **contraprova** pelos requeridos a sobreviver ao **contraditório**.

4 – A par de **racional e adequada**, a **exploração econômica** não gera conflitos e tensões sociais no imóvel, conforme se extrai da certidão negativa fornecida pela Justiça do Trabalho (f. 242). As **fotografias**, não impugnadas, que acompanham a inicial (f. 37-58), revelam que o imóvel é dotado de **casa de colono e rede de energia elétrica**, atendendo às **necessidades básicas do trabalhador**.

Ademais, dos testemunhos, respectivamente, de **MARCO PAULO TEIXEIRA PAIVA** e **SÍLVIO SORNA** temos que “*até a data da invasão, o depoente desconhece a existência de qualquer conflito dos proprietários com quem quer que seja naquela área*” (f. 367-368) e, “*antes da invasão, na fazenda dos autores nunca houvera qualquer problema de conflito no local*” (f.369-370).

Também **não há indícios** de que ali se exerçam **atividades perigosas, penosas** ou **insalubres**, em risco à **integridade física e psíquica** de quantos circulem naquele **microcosmo social**, mostrando-se favorecedora da **saúde, educação e lazer** dos proprietários, empregados, vizinhos.

Além, a matéria não foi eficientemente apreciada em **contraprova** pelos requeridos a sobreviver ao **contraditório**.

5 – No cumprimento da função social, é requisito necessário, embora insuficiente, a observância das disposições de regência nas **relações de trabalho (art. 186, III da C.R.F.B./88)**.

O **Ministério Público**, sustentando o inadimplemento dos requerentes com relação às **obrigações previdenciárias** alusivas ao **único trabalhador** que, formalmente, **presta serviços** na Fazenda Paraíso, e, ante o fato de que, somente após o ajuizamento desta ação, ter sido realizado o registro dele, pugna pelo indeferimento do pedido, por, no ponto, descumprida a função social (f. 374-385).

Recomenda-se que, desde a peça de ingresso, seja comprovado o atendimento do cumprimento da função social, na medida do possível (**razoável**), e sem prejuízo do que será apurado no correr da instrução do feito.

Certo é que, o pedido de reintegração de posse veio **despido de provas** no tocante ao cumprimento da função social com relação à observância das **disposições trabalhistas**.

Entretanto, atentos aos **atributos constitucionais da posse**, os requerentes, no decorrer do processo, diligenciaram em **innovar o conjunto probatório**, acrescentando elementos de cognição necessários à formação do juízo de convencimento da legitimidade de sua pretensão.

Quando da fase de instrução, os requerentes trouxeram aos autos **documentos** que evidenciam o cumprimento da **função social** em seus aspectos **econômico, ambiental e social** (f. 222-297). Entre eles, consta o registro e a **carteira de trabalho** do empregado ADAIR TEODORO (f. 239-241).

Indubitável que tal registro e anotação na **CTPS** foram feitos em momento posterior ao ajuizamento da ação (01.07.2006). Todavia, não podemos desconsiderar a relevância destes registros, ainda que tardios, não só com relação ao cumprimento da função social, mas também, com relação ao aspecto da **dignidade**, baseada na respeitabilidade do ser humano, reconhecendo ao trabalhador os **direitos sociais** decorrentes da **relação de emprego**.

O **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica (art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88)**, repercute na função social da propriedade, razão por que, no cumprimento, hão de se observar as disposições de regência das **relações de trabalho (art. 186, III da C.R.F.B./88)**.



Entretanto, o instituto da **função social** não foi desenvolvido para perseguir, nem sancionar, ou mesmo coagir os proprietários/possuidores de imóvel rural; ao contrário, o seu objetivo é o de proporcionar um **bem-estar** geral, **conscientizando** os proprietários/possuidores a promoverem um **adequado e eficiente aproveitamento do imóvel rural**, nos seus elementos **econômico, ambiental e social**, sendo, pois, obrigação de **trato sucessivo**.

Na **dicção do direito**, deve o julgador atentar sobretudo aos **efeitos concretos** que os **valores** eleitos pelo sistema produzirão na **composição dos litígios**, em detrimento da **valoração genérica e abstrata** ínsita à norma.

Assim, dentro da **lógica do razoável**, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de direitos trabalhistas em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social, existência digna e redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

No **caso concreto**, verificada a existência de um **único trabalhador** dos requerentes no imóvel, foram trazidos aos autos os documentos relativos ao cumprimento das disposições trabalhista, ao menos em seu **aspecto formal**.

Aqui como aquém, a matéria não foi eficientemente apreciada em **contraprova** pelos requeridos a sobreviver ao **contraditório**.

O **legislador constituinte** dispôs que a função social da propriedade rural cumpre-se segundo **graus e critérios estabelecidos em lei (art. 186)**. O espectro dos bens sociais valorados como indicadores do cumprimento da função social admite, pois, **gradação e escalonamento**, sempre sob a ótica da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**.

Na **solução dos conflitos**, o julgador renunciará a um **grau absoluto de certeza**, sob pena de infligir às partes **ônus probatório desproporcional e inatingível**, em prejuízo da **justiça da decisão**.

6 – Assim, suficientemente atendidos todos os requisitos da função social, não há **razoabilidade** em se negar a **tutela possessória** aos requerentes, a modo de **verdadeira pena** por suposta inobservância de específica norma trabalhista ao tempo do esbulho. No deslinde de causa dessa natureza, **rejeita-se o rigor do esquadramento microscópico** dos requisitos constitucionais da função social, sob pena de **banalizar-se** questão tão relevante quanto a da perda da posse imobiliária.

As lides de **alta densidade social**, como soem ser as **possessórias coletivas**, requerem **sensibilidade** bastante do Poder Judiciário, na pena do julgador, de modo a perceber que a solução do conflito, já a tal **distância no tempo**, deve cuidar de não reverter o **delicado equilíbrio** em que os **fatos se acomodaram** no decorrer do processo. Compete ao julgador, na aplicação do direito, orientar-se sempre pelo **princípio da estabilidade social**, de modo a evitar a perpetuação ou, o que seria pior, a **ressurreição do conflito**.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL POR MARCOS DE OLIVEIRA MARTINS e ESPÓLIO DE ÁUREA PEREIRA MARTINS contra JOSÉ VICENTE DE OLIVEIRA, GUSTAVO MARCELO ALVES e requeridos INCERTOS ou DESCONHECIDOS, TORNANDO DEFINITIVA A LIMINAR CONCEDIDA.**

Condeno os requeridos nas custas processuais, além de suportar **honorários** de R\$400,00 (quatrocentos reais) devidos aos Advogados dos requerentes, tendo em conta o razoável **tempo do serviço**, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e a relativa **simplicidade** do feito, contestado por negativa geral.

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

Oficie-se ao Desembargador Relator do Agravo de Instrumento nº 1.0024.04.06.088432-7/002, remetendo-lhe cópia dessa decisão.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 25 de outubro de 2007.

(Publicação Minas Gerais, 1.11.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito



Comarca de Belo Horizonte
Proc. no 0024.04.334.044-7
Ação: Reintegração de posse
Origem: Varzelândia/MG
Reqtes: Raul Ardito Lerário e outros
Reqdos: Associação dos Moradores do Quilombo de Brejo dos Crioulos e outros
Imóvel: Fazenda Aparecida

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Trata-se de AÇÃO DE MANUTENÇÃO, transmutada em AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE, c/c REPARAÇÃO DE DANOS aforada por RAUL ARDITO LERÁRIO, VITO ARDITO LERÁRIO e ANA ROSA MARCONDES LERÁRIO contra ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO QUILOMBO DE BREJO DOS CRIoulos, FRANCISCO CORDEIRO BARBOSA, SENHORINHO FERNANDES, CIRÍACO CARDOSO, JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA NETO, VALDIVO SILVA e os demais integrantes da associação, incertos ou desconhecidos. Dizem-se os requerentes **possuidores** da **Fazenda Aparecida**, em **Varzelândia/MG**, com área medida de medida **513,4762 ha** e de cuja posse teriam sido **turbados** pelos requeridos em **28.04.2004**. Alegam que o imóvel, onde exercem atividade pecuária, é **produtivo**, respeitadas, na exploração, as disposições de regência das **relações de trabalho** e a **legislação ambiental**. Pedem a ordem de **manutenção**, desde a **concessão liminar**, e a **reparação de danos** (f. 02-09). Juntam **documentos** (f.10-196).

Com o parecer favorável do **Ministério Público** (f.199-201), houve a **concessão liminar** da ordem (f. 202-205), **cumprida** (f. 365).

Contestação com alegação de que o imóvel litigioso estaria inserido em território remanescente de **quilombolas**, de quem os requeridos seriam **descendentes**, e negativa da prática de atos de turbação (f.210-215), com **documentos** (f. 227-234 e 236-334).

Indeferimento do pedido de **ampliação dos limites objetivos da lide** (f. 449-451) feito pelos requerentes, quanto a **estender-se** a **concessão liminar** à gleba acrescida à Fazenda Aparecida com a **unificação das matrículas** (f.370-377), pondo-se contrário o **Ministério Público** (f. 447-448). Juntam **documentos** (f.392-393).

O INCRA informa que a Fazenda Aparecida insere-se em território da **Comunidade Remanescente do Quilombo do Brejo dos Crioulos** (f. 390), cujo **processo de regularização fundiária está em curso** (f. 444-445).

Em **audiência** de **14.06.2006**, ouviram-se três **testemunhas** (f.438-441).

Por representação processual irregular, **SENHORINHO FERNANDES, CIRIACO CARDOSO e JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA NETO** são **revéis** (f. 459).

Memorial com **razões finais** só dos requerentes (f. 460-461). O **Ministério Público** é pela **procedência** do pedido reintegratório, **condicionada** à averbação da reserva legal, e **improcedência** do indenizatório (f. 170-176).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES GERAIS

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidir-se-á a lide, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

1. Restou **provada** nos autos a prática de atos de **turbação, preparatórios à invasão** do imóvel, que afinal se **consumou**. A autoridade policial relata, em 29.04.2004 (f. 32-33), a denúncia de **ilícito de dano**, consubstanciado no **corte dos arames** das cercas que guarneciam o imóvel e na **retirada de mourões**. Arrimam a inicial **fotografias**, não impugnadas, que registram bastante a situação alegada (f. 172—177 e 184-188). Em que pese a **unilateralidade**



da produção do boletim de ocorrência, confeccionado tão-somente com base nas informações prestadas por preposto dos requerentes, as **testemunhas** ouvidas em audiência foram **unânicos** em **confirmar** a prática de atos de **turbação** e **esbulho**, pelos requeridos:

“que tem conhecimento [de] que houve uma invasão à aludida fazenda do Sr. Raul pelo pessoal dos quilombolas, que cortaram o arame em trezentos metros da cerca dos dois lados de um corredor; que, quando cortaram o arame, não entraram na fazenda, todavia, de uma segunda vez, invadiram a fazenda; (...) que conhece a Associação dos Moradores do Quilombo do Brejo; que conhece o presidente da Associação, que tem o apelido de ‘Ticão’; que conhece Valdivino, marido da dona Iolanda; que conhece as pessoas de Senhorinho Fernandes, Ciríaco Cardoso, José Carlos de Oliveira Neto, Edim, Tarcilo e Mané Preto; que todos eles participaram da referida invasão; (...) que na primeira tentativa de invasão houve corte dos arames das cercas, de cinco em cinco metros, atingindo todos os cinco fios; que na segunda oportunidade invadiram a casa do curral” (depoimento de ANTÔNIO FERNANDO SILVA – f. 439);

“que o Sr. Raul é proprietário da fazenda Aparecida, no município de Varzelândia; que tem conhecimento [de] que houve uma invasão à aludia fazenda do Sr. Raul pelo pessoal dos quilombolas; que os Quilombolas tinham invadido uma fazenda vizinha à do Sr. Raul e quando saíram de lá invadiram a fazenda do Sr. Raul; que houve uma primeira tentativa, quando os invasores cortaram o arame em trezentos metros da cerca dos dois lados de um corredor; que, quando cortaram o arame, não entraram na fazenda, todavia, de uma segunda vez, invadiram a fazenda” (depoimento de GERALDO BATISTA ANTUNES – f. 440);

“que tem conhecimento [de] que houve uma invasão à aludida fazenda do Sr. Raul nas terras do Furado Seco, pelo pessoal da Associação dos Moradores do Quilombo de Brejo dos Criolos; que na época dos fatos o presidente da Associação era o Sr. Francisco Cordeiro Barbosa, conhecido como Ticão; (...) que conhece as pessoas de Senhorinho Fernandes, Ciríaco Cardoso, José Carlos de Oliveira Neto, Joaquim Toco, Edim, Tarcilo e Mané Preto; que todos eles participaram da referida invasão, exceto Tarcilo, que o depoente não tem certeza da participação; (...) que ficou sabendo que antes da invasão houve o corte dos arames das cercas de parte da fazenda” (depoimento de JOSÉ AFONSO SILVA – f. 441).

2 – Superada a questão dos **atos de turbação e esbulho**, então reconhecidos por incontrovertidos, passamos a apreciar os elementos atinentes ao direito de os ora requerentes virem a Juízo pleitearem proteção possessória.

3 – No tocante ao **aproveitamento racional e adequado da propriedade**, acompanham a inicial **notas fiscais** de **produtor rural** e **guias de trânsito animal** (f. 145-154, 166 e 169), hábeis a comprovar a alegação de exercício de **atividade pecuária** no imóvel, com criação de gado bovino. As **fichas de controle sanitário** registram um **efetivo pecuário** de 1.273 reses ao tempo do ajuizamento da presente ação (f. 42). Os **demonstrativos de produção rural** relativos aos exercícios de 2002 e 2003 informam a existência em estoque de, além de eqüinos, suínos e aves, 610 e 962 cabeças de gado, e a comercialização, nos mesmos períodos, de 610 e 972 reses, respectivamente, bem como a plantação de **cana-de-açúcar**, **feijão**, **mandioca** e **milho** em 32 ha (f. 135-136). Consta da declaração de lançamento do Imposto Territorial Rural, exercício de 2003, a existência de uma área com 506 ha de pastagens formadas (f. 138-144).

Também a **prova oral** vai ao encontro da alegação de **produtividade** do imóvel, havendo as **testemunhas** declarado que na fazenda se exerce **atividade pecuária** de “cria, cria e engorda de gado” (f. 439-441).

Resta **suficientemente demonstrado**, pois, o **exercício de atividade econômica no imóvel**, no período imediatamente anterior ao ajuizamento da presente ação.

4 – Há nos autos prova da **utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente**.

O Ministério Público é pelo julgamento de procedência do pedido reintegratório desde que **condicionado** à **regular averbação** da área de **reserva legal**. Contudo, muito embora este juiz entenda ser cogente a norma do Código de Defesa Florestal que trata da matéria (**art. 16, § 2º da Lei nº 4.771/65**), de se destacar, ainda, a **controvérsia jurisprudencial** que paira sobre a questão da **obrigatoriedade da averbação**. A própria Corte Superior do **Tribunal de Justiça de Minas Gerais**, no julgamento do **Mandado de Segurança nº 1.000.00.279477-4/000**, assentou o entendimento de que o Código Florestal **não impõe** a averbação da reserva legal a todo e qualquer imóvel rural nem condiciona a prática de atos notariais e registrais à averbação, ali tratada como **mero ato administrativo autônomo**, sem caráter auto-executório.





Conquanto não se ignore a incipiente (e salutar) **mudança na orientação**, na esteira de **precedente** do **Superior Tribunal de Justiça (RMS nº 18.301/MG, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, j. 24.08.2005)**, grassa ainda a **controvérsia** no T.J.M.G., de que são exemplos, **favoráveis à obrigatoriedade da averbação**, os recentes julgados nº 1.0694.06.031274-1/001(1), Rel. Des. MAURÍCIO BARROS, j. 03.07.2007; 1.0499.06.000299-9/001(1), Rel. Des. ARMANDO FREIRE, j. 12.06.2007; 1.0309.04.001296-0/001(1), Rel. Des. EDGARD PENNA AMORIM, j. 01.03.2007; 1.0694.06.030368-2/001(1), Rel. Des. EDILSON FERNANDES, j. 09.01.2007 e 1.0517.05.978219-6/000(1), Rel. Des. MARIA ELZA, j. 06.04.2006. E, **contrários**, os julgados nº 1.0283.05.002623-8/001(1), Rel. Des. SILAS VIEIRA, j. 26.04.2007; 1.0000.07.449726-4/000(1), Rel. Des. BELIZÁRIO DE LACERDA, j. 29.05.2007; 1.0283.06.004492-4/001(1), Rel. Des. BELIZÁRIO DE LACERDA, j. 22.05.2007; 1.0694.06.031433-3/001(1), Rel. Des. ALBERGARIA COSTA, j. 29.03.2007 e 1.0283.06.004242-3/001(1), Rel. Des. ALBERGARIA COSTA, j. 08.03.2007.

Revela-se, pois, **desproporcional exigir** do jurisdicionado a observância de conduta cuja **imposição** nem ao menos **pacífica** perante os tribunais. Assim, milita em prol da **legitimidade** da pretensão dos requerentes o memorial descritivo dos limites e confrontações da área de reserva legal (f. 25-26), com 103,30,86 ha, atingido o **parâmetro legal mínimo** de 20% da superfície total (**art. 16, §2º da Lei nº 4.771/65**). A **reserva legal** está **demarcada** na planta de f. 29, confeccionada e assinada por profissional habilitado em Engenharia de Agrimensura, sob a fé de seu grau. Além, todas as **testemunhas** declararam que na exploração econômica do imóvel preserva-se a “*reserva de mata natural*” (f. 439-441).

E por derradeiro, mas não em último, é de se privilegiar, em **análise teleológica da norma**, a **concreta preservação de área de reserva legal**, em detrimento da exigência de observância de **formalidade administrativa**. A própria Justiça Federal, a quem compete julgar ações de desapropriação para fins de reforma agrária, vem entendendo que a **irregularidade formal não compromete** o cumprimento da função social da propriedade. A tal propósito, lúcida manifestação da **Procuradoria da República**, em parecer da lavra da i. Procuradora Dra. MARIANE G. DE MELLO OLIVEIRA, nos autos do processo nº 2003.35.011233-7, em trâmite perante a 9ª Vara da Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Goiás:

“Entende este Órgão Ministerial que, muito embora tenha ficado caracterizado nos autos que a indigitada reserva legal não fora devidamente averbada antes da vistoria administrativa, mas somente após a mesma, **a confirmação de sua existência** torna-se suficiente para que esta seja considerada no cálculo do Grau de Utilização da Terra – GUT do imóvel em estudo. (...) A obrigação de preservar a área relativa à reserva legal decorre de lei, ainda que não esteja averbada. Segundo o Código Florestal, o proprietário está impedido de explorar pelo menos 20% de sua propriedade rural (art. 16, “a” e parágrafos 2º e 3º), independentemente de haver assinado e averbado no registro imobiliário o termo de compromisso de preservação de reserva legal. (...) O Ministério Público Federal, apesar de ter conhecimento e respeitar a posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal [de não considerar como reserva legal área não averbada], não pode com ela concordar. Se assim o fizesse, estaria sendo conivente com uma formalidade que despreza a real situação fática do imóvel, prejudicando de forma desproporcional uma das partes, o que não pode ser tolerado. A Lei Ambiental tutela a **preservação do meio ambiente** e não a **burocracia**. De se ressaltar que a Lei nº 8.629/93, em seu art. 10, IV, considera a área de reserva legal não aproveitável para fins de cálculo da produtividade do imóvel, não condicionando esta exclusão ao fato de estar averbada no registro imobiliário.”²⁰⁹¹

No caso concreto, pois, as **provas documental e testemunhal** sinalizam o bastante cumprimento da **dimensão ambiental** da função social, além do que a matéria não foi eficientemente apreciada em **contraprova** pelos requeridos a sobreviver ao **contraditório**.

5 – O valor social do trabalho, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (**art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88**), repercute na função social da propriedade, razão por que, no cumprimento, não de se observar as disposições de regência das **relações de trabalho** (**art. 186, III da C.R.F.B./88**).

Assim, dentro da **lógica do razoável**, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de direitos trabalhistas em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social**, **existência digna** e **redução**

209 – Cfr. Justiça Federal de 1ª Instância – Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais – Mandado de Segurança Individual – proc. nº 2007.38.00.022941-6.





de desigualdades. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

No caso dos autos, os requerentes mantinham um **único trabalhador** no imóvel ao tempo da moléstia à posse, ao que se infere da **Relação Anual de Informações Sociais** prestadas ao Ministério do Trabalho e Emprego (f. 60) e do Resumo de Informações à Previdência Social constantes do Arquivo do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS (f. 61-106). A adequação da **mão-de-obra única** para a exploração econômica do imóvel é questão não explorada nos autos. Há, por outro lado, **documentação idônea** a demonstrar a **higidez do vínculo empregatício** mantido com o trabalhador. De fato, os lançamentos apostos no livro de registro de empregados sinalizam o recolhimento de contribuição sindical; revisão anual do salário; concessão de férias; jornada legal de trabalho rural, com intervalo para almoço; inscrição no Programa de Integração Social; recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de contribuição à Previdência Social e pagamento de 13º salário (f. 46-47, 60 e 108).

Não há prova, indício ou alegação de que no imóvel se patrocinasse **trabalho escravo ou degradante**, condutas que, por afrontarem a **dignidade humana**, fundamento do **Estado Democrático de Direito**, **repugnam à Constituição** e à **lei**, tais a embasar a negativa da tutela possessória. Aqui como aquém, a matéria não foi eficientemente apreciada em **contraprova** pelos requeridos a sobreviver ao **contraditório**.

6 – A par de **racional e adequada**, a **exploração econômica** também se mostra favorecedora do **bem-estar** dos proprietários, empregados, vizinhos, sem indícios de que ali se exerçam atividades perigosas, penosas ou insalubres, em risco à **integridade física e psíquica** de quantos circulem naquele **microcosmo social**, nem de que a posse exercida pelos requerentes gere conflitos e tensões sociais no imóvel.

De tudo, pelo contrário, alegam os requerentes que o imóvel é dotado de **casa de colono, poço artesiano, rede de energia elétrica** e outros equipamentos **capazes de atender às necessidades básicas dos trabalhadores** (f. 04), alegação que, a par de **incontroversa**, foi corroborada pelos **documentos** – não impugnados – que acompanham a petição inicial (f. 14 e 187-188).

Em que pese a **relevância** e a **legitimidade** do pleito dos requeridos, albergados por norma constitucional que reconhece aos remanescentes das comunidades dos quilombos a propriedade definitiva das terras que ocupem (**art. 68 do A.D.C.T. da C.R.F.B./88**), nesta seara cumpre-nos tão-somente analisar se o requerente, à luz da função social, faz jus à proteção possessória vindicada. E é o que resta feito, sem prejuízo de, em sendo efetivamente provado, já em **via própria e bastante**, façam valer os requeridos seus direitos em razão do **viés étnico-cultural**.

7 – Pedem os requerentes ainda a reparação dos **danos materiais** que teriam sido causados pelos requeridos, consistentes na **destruição da cerca** “*limitrofe de um corredor que dá acesso ao povoado de Furado Seco, em dois lugares distintos, numa extensão de 300,00 metros*”.

Ao contrário do que sustenta o Ministério Público, restaram **provados os pressupostos do dever de indenizar**: a **ação dolosa** dos requeridos; o **dano** experimentado pelos requerentes e a **relação de causalidade** entre um e outro.

O **Oficial de Justiça relacionou** os **danos constatados** por ocasião do cumprimento do mandado de reintegração de posse: “*No local, constatei alguns danos que passo a relacionar: cercas do curral foram desmanchadas pelos ocupantes para servirem de lenha. Algo em torno de 40% do curral foi danificado*” (f. 366). As **testemunhas** também confirmaram o corte de arames das cercas, a danificação do curral e a queima dos mourões das cercas e do curral, para fazer lenha, construir barracas e iluminar o acampamento (f. 439-441).

Em sede de **contraprova**, não lograram convencer os requeridos de estarem isentos da responsabilidade quanto aos **danos contemporâneos ao esbulho** levado a cabo por eles, requeridos. De outras sorte, aliás, seria mesmo uma **inconseqüência aplaudida**, deixar pender a **presunção absoluta** a favor de quem invade (**violência ínsita**) imóvel alheio, sem que assuma a responsabilidade pela manutenção e conservação do patrimônio então apropriado na subtração. Cumpriria aos requeridos afastarem, nesta discussão cível, por **provas bastantes**, aquelas trazidas pelos requerentes, seja da lavra acreditada por fé pública do Sr. Oficial de Justiça, seja pelo depoimento testemunhal; e aliado a isso a **evidência inafastável do dano material visível**.



Muito embora não se especifique a participação de **cada requerido** no evento danoso, certo é que a **associação** requerida, atuando como **entidade coletiva**, assim também será **civilmente responsabilizada** pela conduta de seus integrantes, que agiram em **unidade de desígnio**, na estratégia de concretizar conteúdo programático da associação. Caberá à associação, querendo, exigir do associado culpado, em **ação de regresso**, o ressarcimento de prejuízo que experimente.

Para não ensejar **enriquecimento sem causa**, a extensão do dano mensura-se pelo menor denominador comum, tendo em vista as ligeiras divergências quantitativas que os subconjuntos das provas documental e oral apresentam. Assim, deve a associação requerida reparar os danos consistentes no corte de 300 metros da cerca, com cinco fios de arame (f. 439-440), e na destruição de 40% das cercas do curral (f. 366) ou 70 “*régua*s” (f. 440), o que for menor, segundo se apure em fase de **liquidação de sentença**.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL RAUL ARDITO LERÁRIO, VITO ARDITO LERÁRIO e ANA ROSA MARCONDES LERÁRIO** contra **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO QUILOMBO DE BREJO DOS CRIoulos, FRANCISCO CORDEIRO BARBOSA, SENHORINHO FERNANDES, CIRÍACO CARDOSO, JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA NETO** e os demais integrantes da associação, incertos ou desconhecidos, **TORNANDO DEFINITIVA A LIMINAR CONCEDIDA**.

CONDENO a associação requerida à REPARAÇÃO DOS DANOS MATERIAIS havidos na cerca e no curral da propriedade, em montante a ser apurado em **liquidação de sentença**, por **arbitramento**.

CONDENO os requeridos nas custas processuais, além de suportar **honorários** de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais) devidos ao Advogado dos requerentes, tendo em conta, por um lado, o **comprido tempo do serviço**, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e o **empenho** demonstrado no **trabalho do profissional**, atuante em todas as fases do processo (art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.).

Altere-se a classe da ação para **REINTEGRAÇÃO DE POSSE**.

Transitada em julgado, arquivar, com **baixa**.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 5 de dezembro de 2007.

(Publicação Minas Gerais, 12.12.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte
Proc. no 0024.04.458.086-8
Ação: Reintegração de Posse c/c Reparação de Danos
Origem: Buritis/MG
Requerente: UBSB Participações S.A.
Reqdos: Celito Carlos da Costa e outros
Imóvel: Fazenda Barriguda

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

UBSB PARTICIPAÇÕES S.A. aforou AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE c/c REPARAÇÃO DE DANOS e OBRIGAÇÃO DE FAZER contra CELITO CARLOS DA COSTA, JOÃO RAIMUNDO RODRIGUES MENDES, MARCOS AURÉLIO DA SILVA, EDÍLSON MONTEIRO DOS SANTOS, ELIEL MARTINS DOS SANTOS, LUCIANO MONTEIRO DOS SANTOS e requeridos incertos ou desconhecidos. Diz-se possuidora da FAZENDA BARRIGUDA, em Buritis/MG, com área de 2.674,00 ha, de cuja posse teria sido esbulhada pelos requeridos em 25.08.2004. Alega que a referida fazenda é produtiva, ali exercendo atividade pecuária de corte. Pede, desde a concessão liminar, a ordem de reintegração, bem como o desfazimento de eventuais construções e plantações e a reparação dos danos materiais (f. 02-10). Junta documentos (f. 11-86).

O Ministério Público é pela negativa da concessão liminar (f. 90-93).

Citação pessoal do primeiro requerido (f. 111v) e ficta dos demais (f. 103, 180, 207 e 228). Comparecimento espontâneo ao processo de EDILSON MONTEIRO DOS SANTOS e LUCIANO MONTEIRO DOS SANTOS (f. 112-114).

Visita em 19.10.2004 (f. 120-124) e audiência em 20.10.2004 (f. 112-114).

Ouvido o Ministério Público, pela concessão (f. 129-131), foi deferida a ordem liminar (f. 134-135), cumprida (f. 175).

Contestação pelo Curador Especial nomeado aos requeridos citados por edital, com alegação, no mérito, de ausência de posse, descumprimento da função social e, no mais, por negativa geral (f. 212-218 e f. 234).

Decreto de revelia dos requeridos CELITO CARLOS DA COSTA, EDILSON MONTEIRO DOS SANTOS e LUCIANO MONTEIRO DOS SANTOS (f. 242).

Em audiência de 22.03.2007, foram ouvidos o primeiro requerido, duas testemunhas e um informante (f. 272-277).

Memorial com razões finais (requerente – f. 297-310 e requeridos – f. 296) O Ministério Público é pela procedência do pedido reintegratório (f. 312-317).

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as premissas a cuja luz decidir-se-á a lide, passamos aos termos do caso na especialidade.

I – Nos termos do art. 334, II do C.P.C., independe de prova, posto afirmado pela requerente e confessado pela parte contrária, a perda da posse por ato dos requeridos. Com efeito, o requerido CELITO CARLOS DA COSTA, ao depor em audiência na condição de líder do movimento, confessa a invasão do imóvel:

“Que contribui como liderança no MST; que o grupo que ocupou a Fazenda Barriguda é constituído de excedentes de um projeto de assentamento, ‘Chico Mendes’, do INCRA; o declarante visitou o grupo já quando efetivada a ocupação, vindo prestar solidariedade e orientação” (depoimento pessoal de CELITO CARLOS DA COSTA – f. 273).

Demais disso, a prática de atos de esbulho há menos de ano e dia do ajuizamento da ação vem relatada no boletim de ocorrência lavrado em 30.08.2004. A autoridade policial, presente ao local dos fatos, constata a “presença de 10 (dez) indivíduos, pertencentes ao MST, ocupando 03 (três) barracas de plástico. Os invasores entraram na fazenda na

data de 25/08/04 e lá pretendem permanecer até que o INCRA resolva a situação deles, desapropriando a fazenda invadida ou indicando outra área para ocuparem” (f. 85-86).

2 – Superada a questão dos fatos de **esbulho**, passamos a apreciar os elementos atinentes ao direito de a ora requerente vir a Juízo pleitear **proteção possessória**.

3 – No tocante ao **aproveitamento racional e adequado da propriedade**, o então juiz oficiante, presente ao imóvel palco dos acontecimentos tão logo instaurado o conflito, registra já sua convicção “de que são desenvolvidas atividades agropecuárias na fazenda” (f. 120). As impressões iniciais daquele magistrado confirmam-se pelas **provas documental e oral** produzidas pela requerente.

Labora já em prol da pretensão da requerente a seguida **classificação** do imóvel como grande **propriedade produtiva** pelo INCRA, nos triênios de 2000/2001/2002 e 2003/2004/2006 (f. 47 e 283). Demais disso, acompanham a inicial **notas fiscais de produtor rural** e **guias de trânsito animal** emitidas entre janeiro e abril de 2004 (f. 52-73), hábeis a comprovar a alegação de exercício de **atividade pecuária** no imóvel, com criação de gado bovino para corte. O **Extrato de Agente Rural** fornecido pelo Instituto Mineiro de Agropecuária, relativo ao período de 01.01.2003 a 03.09.2004, registra um **efetivo pecuário** de 807 (oitocentos e sete) reses ao tempo do ajuizamento da presente ação (f. 74). O **demonstrativo da produção rural** havida no exercício de 2003 informa o efetivo de 850 (oitocentas e cinquenta) cabeças de gado no imóvel e a comercialização de 66 (sessenta e seis) reses naquele período (f. 81).

Também a **prova oral** vai ao encontro da alegação de **produtividade** do imóvel, havendo as **testemunhas** e o **informante** declarado que na fazenda se exerce **atividade pecuária** de gado bovino de corte, destacando que a **área** do imóvel **não é integralmente aproveitável**, em razão dos acidentes naturais do relevo (f. 274-277):

“que conhece o local há quarenta e dois anos; (...) a fazenda era ocupada com pastagens e gado de corte, cria e recria. Apascentava-se lá de setecentas a oitocentas cabeças de gado. Apesar de grande, a área não é toda aproveitada, pois tem muita serra, talvez uns mil hectares (...). Atualmente a propriedade apascenta aproximadamente de setecentas e oitocentas cabeças de gado. Todos os pastos são formados” (testemunho de JUSCELINO RODRIGUES NETO – f. 274-275);

“A fazenda trabalha apenas com gado de corte, além de uns cinco hectares de cana para alimentar o gado. Quando entrou, em 2002, a Fazenda possuía aproximadamente umas trezentas e noventa cabeças de gado, mas logo depois subiu para umas oitocentas e noventa cabeças de gado. Que a fazenda é toda ocupada com o gado, sendo que ele inclusive sobe para a serra e também pasta na chapada. (...) A pastagem da chapada é natural, de capim agreste. Apenas o lado de baixo é que é de pasto todo formado. A maior parte de área de pasto é formada de capim andropogon e brachiária. (...) A fazenda sempre teve, nunca esteve largada” (informação de ANTÔNIO MOREIRA SANTANA – f. 276);

“Na época da invasão, a atividade da fazenda era a criação de gado. Nessa época a fazenda teria aproximadamente três funcionários. A partir do Sr. Urias [representante legal da requerente] a fazenda nunca deixou de ser explorada. (...) Acredita que hoje a fazenda tenha aproximadamente oitocentas cabeças de gado, mas a fazenda comporta até mais (...) A fazenda mantém aproximadamente mil hectares de pasto formado. De área não aproveitável a fazenda terá uns quinhentos e cinquenta hectares” (testemunho de SIDNEY RODRIGUES PIMENTEL – f. 277).

Nesta seara, importa a prova de que o imóvel não se encontra em estado de **abandono** e é **aproveitado** de modo **adequado**, segundo os princípios da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**. Sob pena de infligir às partes **ônus probatório desproporcional e inatingível**, em prejuízo da **justiça da decisão**, não nos compete aferir a consecução dos índices de utilização da terra (GUT) e eficiência na exploração (GEE), utilizados pelo INCRA no procedimento de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária (**Lei nº 8.629/93**).

No deslinde de causa dessa natureza, **rejeita-se o rigor do esquadrinhamento microscópico** dos requisitos constitucionais da função social, sob pena de **banalizar-se** questão tão relevante quanto a da **perda da posse imobiliária**.

Resta **suficientemente demonstrado**, pois, o **exercício de atividade econômica no imóvel**, no período imediatamente anterior ao ajuizamento da presente ação.

4 – Há nos autos prova da **utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente**.

De início, verifica-se **atendida disposição** do Código Florestal (art. 16, §2º da Lei 4.771/65), estando **averbada**, à margem da respectiva matrícula imobiliária, a área de **534,00 ha de reserva legal** (f. 50), não inferior a **20%** da superfície do imóvel, evidenciando, ao menos em um **sentido formal**, a preservação do meio ambiente.



A par da **regularidade formal**, as **testemunhas** confirmaram a efetiva preservação da área de reserva legal, onde não se desenvolve atividade extrativa de madeira nem há exploração de pecuária, sem formação de pastos (f. 274-277).

Conquanto possa ter havido no passado **desmatamento irregular** da área de chapada (1994/1995), segundo o depoimento das **testemunhas** (f. 274-277) e o expediente encaminhado pela P.M.M.G. (f. 148), certo é que, no **período anterior próximo** ao de ajuizamento da ação, a prova dos autos sinaliza o bastante cumprimento da **dimensão ambiental** da função social, havendo mesmo notícia da elaboração recente de projeto de exploração sustentável da área de chapada (f. 275-277).

5 – O **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88), repercute na função social da propriedade, razão por que, no cumprimento, não se observar as disposições de regência das **relações de trabalho** (art. 186, III da C.R.F.B./88).

Assim, sob a **lógica do razoável**, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de direitos trabalhistas em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social**, **existência digna** e **redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

No **caso concreto**, à inicial acompanha cópia do **livro de registro de empregados**, aberto em 01.12.2001, ali demonstrada a **regular contratação** de 5 (cinco) trabalhadores, também inscritos no Programa de Integração Social e no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (f. 75-80). Muito embora não exaustiva a **prova documental** produzida, a matéria não foi eficientemente apreciada em **contraprova** pelos requeridos, a sobreviver ao **contraditório**, que deixaram passar em branco, assim também o Ministério Público, quanto à oportunidade de a respeito inquirir as testemunhas em audiência.

Pelo contrário, a **prova oral** corrobora a alegação de **regularidade** das **relações de trabalho** mantidas pela requerente, no exercício da posse do imóvel:

“que é funcionário da Barriguda há quatro anos. Desde 2002 a Fazenda mantém de quatro a cinco funcionários para o serviço geral. (...) Esporadicamente eram contratados uns dois funcionários, diaristas. Todos os funcionários estão registrados desde que entraram (...) Que é administrador da Fazenda Barriguda, com carteira assinada, mas não tem jornada fixa, aliás, não tem dia e nem hora. Que ocupa, normalmente, dois ou três dias inteiros da semana na Fazenda Barriguda. Nestes dias almoça por lá. Sua carteira é assinada como administrador” (depoimento de JUSCELINO RODRIGUES NETO – f. 274-275);

“é funcionário com carteira assinada. E desde 2002 a Fazenda tem um quadro de aproximadamente uns cinco funcionários. Juscelino é o chefe imediato, mas ele também ajuda no serviço duro. Comparece umas duas vezes por semana na Fazenda. (...) O salário do declarante só aumenta quando o Governo manda aumentar (...). Dos funcionários, somente o declarante, sua mulher e dois filhos moram na fazenda (depoimento de ANTÔNIO MOREIRA SANTANA – f. 276).

Além, **sem prova**, **indício** ou **alegação** nos autos de que no imóvel se patrocinasse **trabalho escravo ou degradante**, condutas que, por afrontarem a **dignidade humana**, fundamento do **Estado Democrático de Direito**, **repugnam à Constituição** e à **lei**, tais a embasar a negativa da tutela possessória.

6 – A par de **racional** e **adequada**, há indícios de que a **exploração econômica** se mostra favorecedora da **saúde**, **educação** e **lazer** dos proprietários, empregados, vizinhos, sem notícia de que ali se exerçam **atividades perigosas**, **penosas** ou **insalubres**, em risco à **integridade física e psíquica** de quantos circulem naquele **microcosmo social**.

Consta dos autos que o imóvel, onde teria já havido uma escola (f. 274), é servido de **água corrente** (f. 276) e dotado de rede de **energia elétrica** (f. 277), sede, casa de empregado, galpão, paiol e **outros equipamentos** para facilitação do trabalho e atendimento às necessidades básicas dos empregados (f. 120).

Tampouco há prova de que a posse exercida pelos requerentes gerasse **conflitos** e **tensões sociais** no imóvel. Mesmo durante o período da invasão, o empregado residente no imóvel, evitando o confronto direto, logrou fazer amizade com os ocupantes (“o único incômodo que os sem terra causaram ao declarante foi pressioná-lo a sair da casa, mas, tão logo o declarante disse que não sairia, eles não o incomodaram mais. O declarante até ficou amigo deles” – f. 276). A **via pacífica** trilhada no **clímax do conflito** deve-se, por certo, à índole tranqüila e tolerante do empregado, mas refletirá também o **espírito indulgente** e **não belicoso** de seu empregador, a quem é subordinado.



Assim, havendo a requerente **demonstrado suficientemente o atendimento de todos os requisitos da função social, faz jus à tutela possessória vindicada.**

7 – Pede a requerente ainda a reparação dos **danos materiais** sofridos, propugnando, desde a inicial, pela oportunidade de **prová-los no curso do processo**. Contudo, a tal respeito, a **prova** dos autos, seja **documental**, seja **oral**, é **nenhuma**. Ao revés, o boletim de ocorrência que relata o esbulho nos dá conta de que “*durante a invasão nenhum dano foi causado à propriedade*” (f. 85-86). No tangente ao **suposto prejuízo patrimonial**, nada conta nas certidões do Oficial de Justiça, que diversas vezes se fez presente no local do conflito (f. 167, 172, 174v e 175). É de se reconhecer que o dano alegado **não é fato notório**, confessado ou incontroverso, e tampouco se reveste de presunção legal, tal a eximir aquele que o alega do ônus de ao menos indicar como tal se dá (**art. 334 do C.P.C.**). No caso, a requerente **não se desincumbiu do encargo**, ensejando a **improcedência do pedido indenizatório**.

Prejudicado o pedido de desfazimento, formulado em **cumulação sucessiva eventual**, para a hipótese, não verificada, de realização de **construções e plantações** pelos requeridos, até pela exigüidade do tempo de permanência no imóvel.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL POR UBSB PARTICIPAÇÕES S.A.** em face de **CELITO CARLOS DA COSTA, JOÃO RAIMUNDO RODRIGUES MENDES, MARCOS AURÉLIO DA SILVA, EDÍLSON MONTEIRO DOS SANTOS, ELIEL MARTINS DOS SANTOS, LUCIANO MONTEIRO DOS SANTOS** e requeridos incertos ou desconhecidos, **TORNANDO DEFINITIVA A ORDEM DE REINTEGRAÇÃO NA POSSE** da Fazenda Barriguda, em Buritis/MG, concedida liminarmente.

Em virtude da **sucumbência recíproca e equivalente**, **condeno** as partes no pagamento das **custas processuais**, dividindo-as pela metade, na mesma proporção (**art. 21 do C.P.C.**). Condeno os requeridos em **honorários** arbitrados em **R\$1.000,00** (mil reais), devidos à **Advogada da requerente**, tendo em conta o **comprido tempo do serviço**, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e o **empenho** demonstrado no **trabalho da profissional**, atuante em todas as fases do processo; e em **R\$500,00** (quinhentos reais) ao **Defensor Público**, considerando, de um lado, o **exercício zeloso** do *munus* da curadoria de ausentes e, de outro, a intervenção em **estágio avançado** do processo (**art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.**). Fica desde já determinada a **compensação** dos honorários, até onde possível (**Súmula nº 306/STJ**).

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2007.

(Publicação Minas Gerais, 19.12.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte
Proc. no 0024.05.785.564-5
Ação: Reintegração de posse
Origem: Unai/MG
Requerente: Tunemaça Shimada
Reqdos: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST e outros
Imóvel: Fazenda Curral do Fogo

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuida-se de **AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE** aforada por **TUNEMAÇA SHIMADA** contra “**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST**” (sic), sob a liderança de **JOSÉ EUSTÁQUIO FREITAS, ADAILTON RODRIGUES DE AMORIM, FRANCISCO ARAÚJO COSTA, TARCISO PEREIRA JORGE, JOSÉ FRANCISCO RIBEIRO, CLAUDINEI BARBOSA MEDEIROS** e **requeridos incertos ou desconhecidos**. Diz-se o requerente possuidor do imóvel rural **Fazenda Curral do Fogo**, em **Unai/MG**, com área de **994,05 ha**, de cuja posse teria sido **esbulhado** pelos requeridos em **16.07.2005**. Destaca ser **produtivo** o imóvel, onde exerce **atividade agrícola**, com plantação de café, feijão, soja, milho, melancia, abóbora, arroz, sorgo e banana. Pede, desde a **concessão liminar**, a ordem de **reintegração** (f. 02-09). Junta **documentos** (f. 12-1316).

O **Ministério Público** é pela **justificação** da posse (f. 1318-1319).

Comparecimento espontâneo ao processo de **CLAUDINEI BARBOSA MEDEIROS** (f. 1331-1332). **Citação pessoal** (f. 1405v) e **ficta** (f. 1327, 1390-1391 e 1431).

Visita em **10.08.2005** (f. 1329-1330) e **audiência** em **11.08.2005**, com oitava de 02 (duas) **testemunhas** (f. 1331-1337) e juntada de **documentos** (f. 1341-1375).

Concessão liminar da ordem (f. 1415-1420), **cumprida** (f. 1465-1466), embora contrário o **Ministério Público** (f. 1377-1380).

Sendo os requeridos são **revéis**, veio **contestação**, pelo **Curador Especial** nomeado aos citados por edital, com alegação de descumprimento da função social, invocação de direito subjetivo às condições mínimas de vida digna, e, no mais, por negativa geral (f. 1483-1490).

Instadas a **especificar provas** e a oferecer **razões finais**, as partes nada manifestaram (f. 1495 e verso). **Parecer final** do **Ministério Público** pela **improcedência** do pedido (f. 1496-1501).

O requerente noticia a **re-ocupação** do imóvel e pede a concessão de nova ordem de reintegração (f. 1503-1505). Junta **boletim de ocorrência** (f. 1506-1507).

Ouvido o **Ministério Público**, pela prolação da sentença (f. 1510), houve **indeferimento** do pedido, declaração da **perda da eficácia** da ordem concessiva liminar e condenação do requerente em pena por **litigância de má-fé** (f. 1512-1513).

É o **relatório**.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidir-se-á a lide, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

I – A prática, pelos requeridos, de atos de **esbulho** há **menos de ano e dia** do ajuizamento da ação vem relatada no boletim de ocorrência lavrado em **20.07.2005**. A **autoridade policial, presente ao local dos fatos**, consigna que, “*em contato com os invasores, tivemos conhecimento [de] que são militantes do MST e pretendem adquirir a terra através do INCRA. O motivo da invasão foi porque tiveram conhecimento [de] que a referida fazenda, através de seus proprietários, são devedores (sic) de um banco público. Os invasores são pessoas do município e vieram do acampamento existente às margens da Rodovia MG 628, Unai/Buritit, na Ponte do Roncador. Segundo eles, a invasão se deu no dia 16-07-2005*” (f. 31-32).

A **prova oral** corrobora a alegação de **perda da posse**, havendo a testemunha SÍLVIO FURTADO DE OLIVEIRA declarado que o imóvel fora **invadido** em 17 de **julho** de **2005**, encontrando-se acampadas no local **70** (setenta) **famílias**. No mesmo sentido, o **depoimento** da testemunha JOSÉ EDUARDO DE OLIVEIRA:

“que o autor sempre teve posse tranqüila do imóvel; que uns 20 dias para cá algumas pessoas ocuparam uma parte da fazenda do autor; que não sabe dizer qual a área ocupada pelos réus; que a área ocupada pelos réus está próxima à antiga sede da fazenda e a estrada” (f. 1333-1334).

Também as **fotografias** que arrimam a inicial, acompanhadas dos respectivos negativos (f. 1314), dão a ver que integrantes de movimento de sem-terra se estabeleceram precariamente no imóvel, onde levantaram **tendas e barracas** e fincaram bandeira (f. 34-46).

2 – Superada a questão dos **fatos de esbulho**, passamos a apreciar os elementos atinentes ao **direito** de o ora requerente vir a Juízo pleitear **proteção possessória**.

3 – O processo está **fartamente instruído** com prova do **aproveitamento racional e adequado da propriedade**. Não obstante a classificação de **improdutividade** nos certificados do INCRA relativos a 1998/1999 e 2000/2001/2002 (f. 27 e 26), é de se ver que aqueles cadastros referem-se à área maior de **1.527,80 ha**, que deu **origem** ao imóvel cuja posse é objeto desta ação, por força de escritura de **divisão amigável** lavrada em 28.11.1995 e não levada a conhecimento da autarquia (f. 18-19).

Acompanham a inicial **declarações**, prestadas à Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, da **expressiva produção rural** havida nos exercícios de **2003** e **2004**, biênio anterior à perda da posse. Os **demonstrativos anuais** revelam o exercício de **intensa atividade agrícola** no imóvel, com plantação significativa de **culturas diversas**. Durante o ano de **2004**, por exemplo, foram colhidas mais de 30 (trinta) toneladas de **arroz**, 88 (oitenta e oito) toneladas de **café**, 612 (seiscentas e doze) toneladas de **feijão**, 683 (seiscentas e oitenta e três) toneladas de **milho** em grão, 272 (duzentas e setenta e seis) toneladas de **soja**, 1.076 (mil e setenta e seis) toneladas de **milho** em espiga, 11 (onze) toneladas de **sorgo**, 66.000 (sessenta e seis mil) caixas de **banana**, 487.000 (quatrocentas e oitenta e sete mil) **melancias** e 415 (quatrocentas e quinze) toneladas **abóboras** (f. 24).

As **notas fiscais** emitidas nos exercícios de **2004** e **2005** demonstram a comercialização da vultosa produção de **café, feijão, soja, milho** em espiga, **milho** em grão, **arroz, sorgo, abóbora, melancia** e **banana** (f. 69-587 e 590 – 718). Há também **documentos fiscais** representativos das despesas efetuadas na produção no mesmo período, tais como o aluguel de máquinas e a aquisição de suplementos e insumos agrícolas (f. 722-1312), tudo em molde a provar bastante o **exercício de atividade econômica** no imóvel no período imediatamente anterior ao ajuizamento da ação.

Também a **prova oral** vai ao encontro da alegação de **produtividade** do imóvel, havendo as **testemunhas** declarado que na fazenda se exercem **atividades agrícola e pecuária**, esta explorada por **possuidor direto**:

“que conhece o autor há 15 anos, aproximadamente, que na fazenda do autor são plantados feijão, milho, soja, banana, abóbora, melancia; que a área plantada é irrigada por 03 pivôs, não sabendo informar a área total que eles ocupam; que no restante da fazenda existem pastagem e parte de cerrado, que o depoente acredita que seja de reserva legal; que o depoente arrenda parte da propriedade do autor para colocação de gado; que atualmente o depoente tem 100 cabeças de gado no local; que, dependendo da época do ano, o depoente chega a ter 300 cabeças de gado no local” (testemunho de JOSÉ EDUARDO DE OLIVEIRA – f. 1333-1334);

“que a propriedade rural do autor tem aproximadamente 995 hectares; que o autor planta em 336 hectares do imóvel, em área irrigada; que na fazenda existem 03 pivôs; que um dos pivôs é utilizado na plantação de café, o outro para plantação de feijão e o terceiro para milho, abóbora, melancia e soja; o autor utiliza o restante da área para pastagens; (...) que na fazenda existem 250 cabeças de gado, aproximadamente, de propriedade do Sr. José Eduardo de Oliveira” (testemunho de SÍLVIO FURTADO DE OLIVEIRA – f. 1335-1336).

Melhor seria que a alegada existência de **bovinos** pertencentes a um arrendatário do imóvel fosse **mais robustamente provada** com **documentos**, como ficha do IMA. No entanto, a prova oral produzida não logrou ser **desconstituída**, pelo que, resta certo que gado há na propriedade, embora possa ser que **não** devidamente **registrado**. Isso evidencia duas realidades distintas a se considerar: **uma**, da **efetiva exploração** de caráter **pecuário**; **outra**, a de que a manutenção do gado no imóvel, por arrendatário, acontece na pendência de **registro** no **IMA**, a desafiar, neste



particular, **ação fiscalizadora** do ente estatal competente. A situação de possível irregularidade será comunicada ao IMA por ofício deste juízo.

Nesta seara, importa a prova de que o imóvel não se encontra em estado de **abandono** e é **aproveitado** de modo **adequado**, segundo os princípios da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**. Sob pena de infligir às partes **ônus probatório desproporcional e inatingível**, em prejuízo da **justiça da decisão**, não nos compete aferir a consecução dos índices de utilização da terra (**GUT**) e eficiência na exploração (**GEE**), utilizados pelo **INCRA** no procedimento de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária (**Lei nº 8.629/93**), muito embora seja importante o cumprimento deles. O que se põe em destaque nesta chamada de atenção é a **circunstancialidade** da análise: se há **abandono** do imóvel ou descumprimento tal dos índices a caracterizar o **abandono**; ou, de outro lado, o descumprimento em **limites não relevantes** para evidenciar o **abandono (mera irregularidade)**.

No deslinde de causa dessa natureza, **rejeita-se o rigor do esquadrinhamento microscópico** dos requisitos constitucionais da função social, sob pena de **banalizar-se** questão tão relevante quanto a **perda da posse imobiliária**.

Resta **suficientemente demonstrado**, pois, o **exercício de atividade econômica no imóvel**, no período imediatamente anterior ao ajuizamento da presente ação.

4 – O **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88), repercute na função social da propriedade, razão por que, no cumprimento, não se observam as disposições de regência das **relações de trabalho** (art. 186, III da C.R.F.B./88).

Assim, sob a **lógica do razoável**, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de **direitos trabalhistas** em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social**, **existência digna** e **redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

No **caso concreto**, à inicial acompanha cópia de **fichas de registro de empregados**, ali demonstrada a **regular contratação** de 17 (dezessete) trabalhadores, também inscritos no Programa de Integração Social e no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (f. 1359-1375).

A testemunha SÍLVIO FURTADO DE OLIVEIRA sustenta a regularidade das relações de trabalho mantidas no imóvel, afirmando que ele próprio e os demais 16 (dezesseis) trabalhadores têm registro em carteira profissional (f. 1335-1336).

Muito embora não exaustiva a **prova documental** produzida, a matéria não foi eficientemente apreciada em **contraprova** pelos requeridos, a sobreviver ao **contraditório**, que deixaram passar em branco, assim também o Ministério Público, quanto à oportunidade de a respeito inquirir as testemunhas em audiência de justificação, em especial o próprio empregado, testemunha não contraditada.

Além, **sem prova, indício** ou **alegação** nos autos de que no imóvel se patrocinasse **trabalho escravo ou degradante**, condutas que, por afrontarem a **dignidade humana**, fundamento do **Estado Democrático de Direito**, **repugnam à Constituição** e à **lei**, tais a embasar a negativa da tutela possessória.

5 – A par de **racional** e **adequada**, há indícios de que a **exploração econômica** se mostra favorecedora da **saúde**, **educação** e **lazer** dos proprietários, empregados, vizinhos, sem notícia de que ali se exerçam **atividades perigosas, penosas** ou **insalubres**, em risco à **integridade física e psíquica** de quantos circulem naquele **microcosmo social**.

Verifica-se das faturas de f. 1298-1310 que o imóvel é servido de **água corrente** e dotado de rede de **energia elétrica** e **telefônica**. Em visita ao local do conflito, o juiz então oficiante constatou a existência de **dormitório** para 16 (dezesseis) trabalhadores, **banheiro** e **sanitário coletivo** e galpão de apoio (f. 1329-1330), cuja existência também foi confirmada pela testemunha (f. 1335-1336). Na exploração o requerente utiliza três pivôs e diversas máquinas agrícolas, sinalizando a **facilitação do trabalho** e o atendimento às necessidades básicas dos empregados, do que não discrepam as fotografias de f. 48-56 e 61, cujos negativos encontram-se à f. 1316.

Tampouco há prova de que a posse exercida pelo requerente gerasse **conflitos** e **tensões sociais** no imóvel. Pelo contrário, a testemunha SÍLVIO FURTADO DE OLIVEIRA, que trabalhava no imóvel havia treze anos, declarou que a fazenda nunca fora alvo de invasão por integrantes de movimentos sociais pela Reforma Agrária (f. 1335-1336). Além, por ocasião da segunda ocupação, o requerente, não obstante tenha solicitado à autoridade policial o registro da ocorrência,





aquiesceu com a **permanência provisória** dos requeridos em parte do imóvel, até ulterior manifestação jurisdicional. A **via pacífica** trilhada em **momento crítico** do conflito reflete, por certo, a **índole tolerante** do requerente, mas também revelará um exercício de posse especialmente refratário às tensões sociais.

6 – A **posse da propriedade rural**, exercida em consonância com as **diretrizes constitucionais**, só atenderá à **função social** quando, ainda que usada **economicamente** em **aproveitamento racional** e **adequado**, harmonize a **exploração** e a **preservação** (incluída a **recuperação**) do **meio ambiente**, enfocando o paradigma da **exploração sustentável**, baseada em práticas que estimulam a **diversidade** da **fauna** e da **flora**, comprometidas com a **conservação dos recursos naturais**. E nesse paradigma é que cumpre a **justiça social** prevista no **art. 170, III** da **C.F./88**, atendendo, além, ao **art. 186** e seus **incisos**, da **C.R.F.B./88**.

De início, verifica-se **atendida disposição** do **Código Florestal** (**art. 16, §2º** da **Lei 4.771/65**), estando **averbada**, à margem da matrícula imobiliária anterior ao desmembramento, a **área de 305,57,00 ha de reserva legal** (f. 20-23), não inferior a **20%** da superfície total, evidenciando, ao menos em um **sentido formal**, a preservação do meio ambiente.

O **laudo técnico** e anexos de f. 1342-1358 registra a existência no imóvel de **área de reserva legal com 257,6880 ha** (duzentos e cinqüenta e sete hectares, sessenta e oito ares e oitenta centiares) e **área de preservação permanente com 81,6475 ha** (oitenta e um hectares, sessenta e quatro ares e setenta e cinco centiares). Muito embora se cuide de documento de produção unilateral, releva apontar que, confeccionado e assinado por profissional habilitado em Engenharia Agrônômica, sob a fé de seu grau, foi submetido ao **crivo do contraditório**, subsistindo sua força probante.

O **Ministério Público** sustenta o descumprimento da função social, ao argumento de existirem *”fortes indícios de degradação ambiental, com a produção recente de carvão vegetal na propriedade, utilizando vegetação de cerrado, confirmada por ruínas de pequenas carvoarias, sem autorização legal do órgão competente”* (f. 1501).

De fato, em visita ao acampamento, o juiz então oficiante constatou **vestígios** de uma **carvoaria** (f. 1333-1334), cujo funcionamento, com autorização do requerente, foi confirmado pela testemunha **SILVIO FURTADO DE OLIVEIRA**. Infere-se do depoimento da referida testemunha que ali era **produzido carvão vegetal** com árvores retiradas de **mata de cerrado** do imóvel e de fazenda vizinha, sinalizando **exploração ilegal**, que teria sido **suspensa** em virtude de fiscalização do **Instituto Estadual de Florestas**:

“Que na fazenda do autor atualmente não existem carvoeiras; que próximo à área ocupada pelos réus existe uma antiga carvoeira, explorada pelo sr. Silvio Lapesquer; que nessa carvoeira foi utilizado mata de cerrado retirada da fazenda do autor e da fazenda de Silvio (...); que o forno para confecção de carvão ficou no local durante uns 06 meses, tendo sido desmanchado em novembro do ano passado, aproximadamente; que não foi informado por que motivo foi suspensa a exploração de carvão no local; que, em data que não se recorda, o IEF esteve na fazenda do autor, não sabendo dizer se a suspensão da produção do carvão esteve relacionada com esta visita; (...) que o autor tinha conhecimento da construção do forno de carvão; que o depoente acredita que existia autorização do autor para construção do forno de carvão na propriedade” (f. 1335-1336).

Conquanto possa ter havido **desmatamento irregular** de área de cerrado, certo é que se trata de **situação passada e finda**, conforme assentado já na decisão concessiva liminar (f. 1377-1380). A seu turno, no tangente à posse exercida em **período anterior próximo** ao de ajuizamento da ação, a prova dos autos sinaliza o bastante cumprimento da **dimensão ambiental** da função social, havendo as testemunhas declarado, em uníssono, que então não mais havia carvoaria em funcionamento no imóvel (f. 1333-1334 e 1335-1336).

Demais disso, o **provável ilícito ambiental pretérito** deveria ter sido averiguado e, acaso efetivamente praticado, **reprimido** e **sancionado** pelo Instituto Estadual de Florestas, **órgão competente** que teria **fiscalizado** o imóvel.

Por tudo, *data venia*, tenho por **suficientemente** demonstrado, pois, o **cumprimento da função social** na sua **dimensão ambiental**.

7 – Há de se ter em perspectiva que as lides de **alta densidade social**, como soem ser as **possessórias coletivas**, requerem **sensibilidade** bastante do Poder Judiciário, na pena do julgador, de modo a perceber que a **solução do conflito**, já a tal **distância no tempo**, deve cuidar de não reverter o **delicado equilíbrio** em que os **fatos se acomodaram** no decorrer do processo. Compete ao julgador, na aplicação do direito, orientar-se sempre pelo **princípio da estabilidade social**, de modo a evitar a perpetuação ou, o que seria pior, a **ressurreição do conflito**.





Por **legítima** que seja a **pressão** sobre o INCRA pela obtenção da terra, o **apego quase ritualístico a detalhes**, a essa altura, atira o jurisdicionado em situação de **abandono**, ao mesmo tempo em que, de modo nefasto, estimula a **atuação dos movimentos sociais** como **justiceiros**. Isso vale, por óbvio, noutra vertente, quando se cuida da violência semeada por **milícias armadas**.

No caso concreto, **resolveu-se de modo útil** o conflito que poderia se instaurar a partir da perpetuação da **invasão** e a situação de **paz, consumada, perdura no tempo**. Além, a própria **não-participação (omissão)** dos **requeridos** no processo revela seu desinteresse no bem da vida litigioso, conclusão corroborada pela declaração constante de boletim de ocorrência de que, em segunda ocupação, não tinham interesse na terra re-invasida, visando tão-somente a uma “*permanência provisória*”, até que lhes fosse destinada outra área (f. 1506-1507).

Por tudo, conquanto não **robustíssima** nem **exaustiva** a prova do cumprimento da função social quanto ao aspecto **ambiental**, é de se notar que o feito **não foi instruído com o cuidado necessário**, declinando todos da faculdade de produzir provas em audiência. Também é certo que, quanto ao ponto, tampouco há dúvida bastante a ensejar a decisão de improcedência do pedido.

Convocado a **compor o conflito coletivo possessório**, ao **Estado-juiz** incumbe, a um só tempo e **equitativa-mente**, zelar pelo **cumprimento da função social** e pelo **apaziguamento da tensão social**, sem negligenciar nem privilegiar qualquer de suas indesviáveis atribuições.

Assim, muito embora os elementos dos autos não sejam bastantes a fundamentar uma decisão de improcedência, não deixa de causar **preocupação a especulação** de que, na **exploração econômica** do imóvel, os requerentes **des-crem** de utilizar adequadamente os recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente.

Em atendimento ao **preceito constitucional do cumprimento da função social**, solicitar-se-á aos **órgãos competentes** (IBAMA e IEF), pois, a **averiguação** da ocorrência das **supostas violações**, do que decorrerá, se for o caso, a inclusão do imóvel no roteiro de fiscalização e vistoria pelo INCRA e a tomada das **providências cabíveis**.

Por tudo, então, havendo o requerente **demonstrado suficientemente o atendimento dos requisitos da função social**, faz jus à **tutela possessória vindicada**.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL POR TUNEMAÇA SHIMADA** em face de “**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST**” (*sic*), sob a liderança de **JOSÉ EUSTÁQUIO FREITAS, ADAILTON RODRIGUES DE AMORIM, FRANCISCO ARAÚJO COSTA, TARCISO PEREIRA JORGE, JOSÉ FRANCISCO RIBEIRO, CLAUDINEI BARBOSA MEDEIROS** e **requeridos incertos ou desconhecidos, REINTEGRANDO O REQUERENTE NA POSSE** da Fazenda Curral do Fogo, em Unai/MG.

Condeno os requeridos nas custas processuais, além de **honorários de R\$800,00** (oitocentos reais) devidos ao Advogado do requerente, tendo em conta o **longo tempo do serviço**, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e o aparente **desinteresse** na causa desde o cumprimento da ordem liminar.

Por ofício, informando, na oportunidade, o **nome e o número do CPF do requerente** (f. 02), a **denominação do imóvel** e o **código de seu cadastro no INCRA** (f. 26), **solicitar ao IBAMA e ao IEF** averiguação acerca de eventual irregularidade ambiental no imóvel. E ao **IMA**, sobre eventual falta de registro de gado lá apascentado.

Transitada em julgado, expeça-se o competente mandado de reintegração, deprecando-se o seu cumprimento. Tudo feito, **arquivar, com baixa**.

Belo Horizonte, 22 de janeiro de 2008.

(Publicação Minas Gerais, 24.1.2008)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito



Comarca de Belo Horizonte
Proc. no 0024.03.105.789-6
Ação: Reintegração de posse
Origem: Unai/MG
Reqtes: Dauro Vitório de Faria e outra
Reqdos: Alexandre Batista Pereira e outros
Imóvel: Fazenda Vargem Bonita

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuida-se de AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE aforada por DAURO VITÓRIO DE FARIA e PATRÍCIA OLIVEIRA BATISTA DE FARIA contra ALEXANDRE BATISTA PEREIRA, VALDERICO ARAÚJO MESQUITA, JOEL MENDES DE SOUZA, ALDO RIBEIRO DA SILVA, JOSÉ RIBAMAR DA SILVA e requeridos incertos ou desconhecidos. Dizem-se os requerentes possuidores do imóvel rural Fazenda Vargem Bonita, em Unai/MG, com área de 438,40,00 ha, de cuja posse teriam sido esbulhados pelos requeridos em 15.06.2003, em invasão de uma área com 15 ha. Destacam que o INCRA já manifestara não ser o imóvel suscetível de desapropriação. Pedem, desde a concessão liminar, a ordem de reintegração (f. 02-04). Juntam documentos (f. 05-11).

O Ministério Público é pela justificação da posse (f. 13-17).

Os requerentes noticiam a invasão de imóvel limítrofe e reiteram o pedido de desocupação (f. 18 e 21-23). Juntam documentos (f. 19-20 e 24).

Concessão liminar da ordem (f. 26-29), cumprida em 16.01.2004 (f. 169), de que o Ministério Público interpôs agravo de instrumento (f. 37-54), provido pelo T.J.M.G. em 20.05.2004 (AI nº 444.880-4 – f. 103-111). Negado provimento, pelo STJ, ao agravo interposto do despacho de inadmissão de recurso especial dos requerentes (f. 242-248).

Citação ficta (f. 61, 74, 80 e 81).

Os requerentes juntam documentos (f. 82-101).

O INCRA informa a inviabilidade do imóvel para reforma agrária (f. 75 e 120) e encaminha Relatório Agrônomo de Fiscalização (f. 122-149), visto pelos requerentes (f. 159-160) e pelo Ministério Público (f. 150-153).

Audiência em 02.09.2004, ouvidas 02 (duas) testemunhas (f. 178-180).

Os requerentes pedem o restabelecimento da ordem concessiva (f. 199).

Contestação, pelo Curador Especial nomeado aos requeridos revéis citados por edital (f. 198), alegando, em preliminar, nulidade da citação, falta de interesse processual, ilegitimidade passiva e, no mérito, descumprimento da função social (f. 199-203).

Impugnação (f. 208-209) e documentos (f. 210-215).

O Ministério Público encaminha expediente do INCRA, referente a possível aquisição ou desapropriação do imóvel, e propugna pela suspensão da ordem (f. 222-224).

Restabelecimento da ordem de reintegração liminar e anulação do processo por vício da citação (f. 225-228).

Citados por edital (f. 231, 250, 254 e 257), os requeridos nominados não se manifestaram (f. 259), sendo-lhes nomeado Curador Especial, que ofereceu contestação, alegando, em preliminar, nulidade da citação, falta de interesse processual, ilegitimidade passiva e, no mérito, descumprimento da função social. Pede a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita (f. 261-264).

Impugnação (f. 266).

Encerrada a instrução (f. 268), memoriais, com razões finais, pelos requerentes (f. 274-276) e requeridos (f. 281-282). O Ministério Público é pela improcedência do pedido (f. 284-290).

Anulação do feito a partir da fase de especificação de provas, inclusive, e nomeação de Curador Especial aos requeridos incertos ou desconhecidos (f. 293-295), que ofereceu contestação, com alegação de descumprimento da função social e, quanto ao mais, por negativa geral (f. 302-303).

Impugnação (f. 305).

Recomendação de produção de **prova documental** do cumprimento da **função social** (f. 308v-311). As partes e o Ministério Público não requereram provas (f. 319 e v).

O **Ministério do Trabalho e Emprego** e o **Ministério do Meio Ambiente** informam inexistir registro de infrações trabalhistas e ambientais no imóvel (f. 320 e 321).

É o **relatório**.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidir-se-á a lide, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

1 – A prática, pelos requeridos, de atos de **esbulho** há **menos de ano e dia** do ajuizamento da ação vem relatada no boletim de ocorrência lavrado em 20.07.2005. A **autoridade policial, presente ao local dos fatos**, consigna que, “em contato com os invasores, tivemos conhecimento [de] que são militantes do MST e pretendem adquirir a terra através do INCRA. O motivo da invasão foi porque tiveram conhecimento [de] que a referida fazenda, através de seus proprietários, são devedores (sic) de um banco público. Os invasores são pessoas do município e vieram do acampamento existente às margens da Rodovia MG 628, Unai/Buritit, na Ponte do Roncador. Segundo eles, a invasão se deu no dia 16-07-2005” (f. 31-32).

A **prova oral** corrobora a alegação de **perda da posse**, havendo a testemunha SÍLVIO FURTADO DE OLIVEIRA declarado que o imóvel fora **invadido** em **17 de julho de 2005**, encontrando-se acampadas no local **70** (setenta) **famílias**. No mesmo sentido, o **depoimento** da testemunha JOSÉ EDUARDO DE OLIVEIRA:

“que o autor sempre teve posse tranqüila do imóvel; que uns 20 dias para cá algumas pessoas ocuparam uma parte da fazenda do autor; que não sabe dizer qual a área ocupada pelos réus; que a área ocupada pelos réus está próxima à antiga sede da fazenda e a estrada” (f. 1333-1334).

Também as **fotografias** que arrimam a inicial, acompanhadas dos respectivos negativos (f. 1314), dão a ver que integrantes de movimento de sem-terra se estabeleceram precariamente no imóvel, onde levantaram **tendas e barracas** e fincaram bandeira (f. 34-46).

2 – Superada a questão dos **fatos de esbulho**, passamos a apreciar os elementos atinentes ao **direito** de o ora requerente vir a Juízo pleitear **proteção possessória**.

3 – O processo está **fartamente instruído** com prova do **aproveitamento racional e adequado da propriedade**. Não obstante a classificação de **improdutividade** nos certificados do INCRA relativos a 1998/1999 e 2000/2001/2002 (f. 27 e 26), é de se ver que aqueles cadastros referem-se à área maior de **1.527,80 ha**, que deu **origem** ao imóvel cuja posse é objeto desta ação, por força de escritura de **divisão amigável** lavrada em 28.11.1995 e não levada a conhecimento da autarquia (f. 18-19).

Acompanham a inicial **declarações**, prestadas à Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, da **expressiva produção rural** havida nos exercícios de **2003** e **2004**, biênio anterior à perda da posse. Os **demonstrativos anuais** revelam o exercício de **intensa atividade agrícola** no imóvel, com plantação significativa de **culturas diversas**. Durante o ano de **2004**, por exemplo, foram colhidas mais de 30 (trinta) toneladas de **arroz**, 88 (oitenta e oito) toneladas de **café**, 612 (seiscentas e doze) toneladas de **feijão**, 683 (seiscentas e oitenta e três) toneladas de **milho** em grão, 272 (duzentas e setenta e seis) toneladas de **soja**, 1.076 (mil e setenta e seis) toneladas de **milho** em espiga, 11 (onze) toneladas de **sorgo**, 66.000 (sessenta e seis mil) caixas de **banana**, 487.000 (quatrocentas e oitenta e sete mil) **melancias** e 415 (quatrocentas e quinze) toneladas **abóboras** (f. 24).

As **notas fiscais** emitidas nos exercícios de **2004** e **2005** demonstram a comercialização da vultosa produção de **café, feijão, soja, milho** em espiga, **milho** em grão, **arroz, sorgo, abóbora, melancia** e **banana** (f. 69-587 e 590 – 718). Há também **documentos fiscais** representativos das despesas efetuadas na produção no mesmo período, tais como o aluguel de máquinas e a aquisição de suplementos e insumos agrícolas (f. 722-1312), tudo em molde a provar bastante o **exercício de atividade econômica** no imóvel no período imediatamente anterior ao ajuizamento da ação.



Também a **prova oral** vai ao encontro da alegação de **produtividade** do imóvel, havendo as **testemunhas** declarado que na fazenda se exercem **atividades agrícola e pecuária**, esta explorada por **possuidor direto**:

“que conhece o autor há 15 anos, aproximadamente, que na fazenda do autor são plantados feijão, milho, soja, banana, abóbora, melancia; que a área plantada é irrigada por 03 pivôs, não sabendo informar a área total que eles ocupam; que no restante da fazenda existem pastagem e parte de cerrado, que o depoente acredita que seja de reserva legal; que o depoente arrenda parte da propriedade do autor para colocação de gado; que atualmente o depoente tem 100 cabeças de gado no local; que, dependendo da época do ano, o depoente chega a ter 300 cabeças de gado no local” (testemunho de JOSÉ EDUARDO DE OLIVEIRA – f. 1333-1334);

“que a propriedade rural do autor tem aproximadamente 995 hectares; que o autor planta em 336 hectares do imóvel, em área irrigada; que na fazenda existem 03 pivôs; que um dos pivôs é utilizado na plantação de café, o outro para plantação de feijão e o terceiro para milho, abóbora, melancia e soja; o autor utiliza o restante da área para pastagens; (...) que na fazenda existem 250 cabeças de gado, aproximadamente, de propriedade do Sr. José Eduardo de Oliveira” (testemunho de SÍLVIO FURTADO DE OLIVEIRA – f. 1335-1336).

Melhor seria que a alegada existência de **bovinos** pertencentes a um arrendatário do imóvel fosse **mais robustamente provada** com **documentos**, como ficha do IMA. No entanto, a prova oral produzida não logrou ser **desconstituída**, pelo que, resta certo que gado há na propriedade, embora possa ser que **não** devidamente **registrado**. Isso evidencia duas realidades distintas a se considerar: **uma**, da **efetiva exploração** de caráter **pecuário**; **outra**, a de que a manutenção do gado no imóvel, por arrendatário, acontece na pendência de **registro** no **IMA**, a desafiar, neste particular, **ação fiscalizadora** do ente estatal competente. A situação de possível irregularidade será comunicada ao IMA por ofício deste juízo.

Nesta seara, importa a prova de que o imóvel não se encontra em estado de **abandono** e é **aproveitado** de modo **adequado**, segundo os princípios da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**. Sob pena de infligir às partes **ônus probatório desproporcional** e **inatingível**, em prejuízo da **justiça da decisão**, não nos compete aferir a consecução dos índices de utilização da terra (**GUT**) e eficiência na exploração (**GEE**), utilizados pelo **INCRA** no procedimento de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária (**Lei nº 8.629/93**), muito embora seja importante o cumprimento deles. O que se põe em destaque nesta chamada de atenção é a **circunstancialidade** da análise: se há **abandono** do imóvel ou descumprimento tal dos índices a caracterizar o **abandono**; ou, de outro lado, o descumprimento em **limites não relevantes** para evidenciar o **abandono (mera irregularidade)**.

No deslinde de causa dessa natureza, **rejeita-se o rigor do esquadramento microscópico** dos requisitos constitucionais da função social, sob pena de **banalizar-se** questão tão relevante quanto a da **perda da posse imobiliária**.

Resta **suficientemente demonstrado**, pois, o **exercício de atividade econômica no imóvel**, no período imediatamente anterior ao ajuizamento da presente ação.

4 – O valor social do trabalho, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88), repercute na função social da propriedade, razão por que, no cumprimento, não se observam as disposições de regência das **relações de trabalho** (art. 186, III da C.R.F.B./88).

Assim, sob a **lógica do razoável**, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de **direitos trabalhistas** em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social**, **existência digna** e **redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

No **caso concreto**, à inicial acompanha cópia de **fichas de registro de empregados**, ali demonstrada a **regular contratação** de 17 (dezessete) trabalhadores, também inscritos no Programa de Integração Social e no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (f. 1359-1375).

A testemunha SÍLVIO FURTADO DE OLIVEIRA sustenta a regularidade das relações de trabalho mantidas no imóvel, afirmando que ele próprio e os demais 16 (dezesseis) trabalhadores têm registro em carteira profissional (f. 1335-1336).





Muito embora não exaustiva a **prova documental** produzida, a matéria não foi eficientemente apreciada em **contraprova** pelos requeridos, a sobreviver ao **contraditório**, que deixaram passar em branco, assim também o Ministério Público, quanto à oportunidade de a respeito inquirir as testemunhas em audiência de justificação, em especial o próprio empregado, testemunha não contraditada.

Além, **sem prova, indício** ou **alegação** nos autos de que no imóvel se patrocinasse **trabalho escravo ou degradante**, condutas que, por afrontarem a **dignidade humana**, fundamento do **Estado Democrático de Direito**, repugnam à **Constituição** e à **lei**, tais a embasar a negativa da tutela possessória.

5 – A par de **racional** e **adequada**, há indícios de que a **exploração econômica** se mostra favorecedora da **saúde, educação** e **lazer** dos proprietários, empregados, vizinhos, sem notícia de que ali se exerçam **atividades perigosas, penosas** ou **insalubres**, em risco à **integridade física e psíquica** de quantos circulem naquele **microcosmo social**.

Verifica-se das faturas de f. 1298-1310 que o imóvel é servido de **água corrente** e dotado de rede de **energia elétrica** e **telefônica**. Em visita ao local do conflito, o juiz então oficiante constatou a existência de **dormitório** para 16 (dezesseis) trabalhadores, **banheiro** e **sanitário coletivo** e galpão de apoio (f. 1329-1330), cuja existência também foi confirmada pela testemunha (f. 1335-1336). Na exploração o requerente utiliza três pivôs e diversas máquinas agrícolas, sinalizando a **facilitação do trabalho** e o atendimento às necessidades básicas dos empregados, do que não discrepam as fotografias de f. 48-56 e 61, cujos negativos encontram-se à f. 1316.

Tampouco há prova de que a posse exercida pelo requerente gerasse **conflitos** e **tensões sociais** no imóvel. Pelo contrário, a testemunha SÍLVIO FURTADO DE OLIVEIRA, que trabalhava no imóvel havia treze anos, declarou que a fazenda nunca fora alvo de invasão por integrantes de movimentos sociais pela Reforma Agrária (f. 1335-1336). Além, por ocasião da segunda ocupação, o requerente, não obstante tenha solicitado à autoridade policial o registro da ocorrência, aquiesceu com a **permanência provisória** dos requeridos em parte do imóvel, até ulterior manifestação jurisdicional. A **via pacífica** trilhada em **momento crítico** do conflito reflete, por certo, a **índole tolerante** do requerente, mas também revelará um exercício de posse especialmente refratário às tensões sociais.

6 – A **posse da propriedade rural**, exercida em consonância com as **diretrizes constitucionais**, só atenderá à **função social** quando, ainda que usada **economicamente** em **aproveitamento racional** e **adequado**, harmonize a **exploração** e a **preservação** (incluída a **recuperação**) do **meio ambiente**, enfocando o paradigma da **exploração sustentável**, baseada em práticas que estimulam a **diversidade** da **fauna** e da **flora**, comprometidas com a **conservação dos recursos naturais**. E nesse paradigma é que cumpre a **justiça social** prevista no **art. 170, III** da C.F./88, atendendo, além, ao **art. 186** e seus **incisos**, da C.R.F.B./88.

De início, verifica-se **atendida disposição** do **Código Florestal** (**art. 16, §2º** da **Lei 4.771/65**), estando **averbada**, à margem da matrícula imobiliária anterior ao desmembramento, a área de **305,57,00 ha** de **reserva legal** (f. 20-23), não inferior a **20%** da superfície total, evidenciando, ao menos em um **sentido formal**, a preservação do meio ambiente.

O **laudo técnico** e anexos de f. 1342-1358 registra a existência no imóvel de **área de reserva legal** com **257,6880 ha** (duzentos e cinqüenta e sete hectares, sessenta e oito ares e oitenta centiares) e **área de preservação permanente** com **81,6475 ha** (oitenta e um hectares, sessenta e quatro ares e setenta e cinco centiares). Muito embora se cuide de documento de produção unilateral, releva apontar que, confeccionado e assinado por profissional habilitado em Engenharia Agrônômica, sob a fé de seu grau, foi submetido ao **crivo do contraditório**, subsistindo sua força probante.

O **Ministério Público** sustenta o descumprimento da função social, ao argumento de existirem “*fortes indícios de degradação ambiental, com a produção recente de carvão vegetal na propriedade, utilizando vegetação de cerrado, confirmada por ruínas de pequenas carvoarias, sem autorização legal do órgão competente*” (f. 1501).

De fato, em visita ao acampamento, o juiz então oficiante constatou **vestígios** de uma **carvoaria** (f. 1333-1334), cujo funcionamento, com autorização do requerente, foi confirmado pela testemunha SÍLVIO FURTADO DE OLIVEIRA. Infere-se do depoimento da referida testemunha que ali era **produzido carvão vegetal** com árvores retiradas de **mata de cerrado** do imóvel e de fazenda vizinha, sinalizando **exploração ilegal**, que teria sido **suspensa** em virtude de fiscalização do **Instituto Estadual de Florestas**:

“*Que na fazenda do autor atualmente não existem carvoeiras; que próximo à área ocupada pelos réus existe uma antiga carvoeira, explorada pelo sr. Silvio Lepesquer; que nessa carvoeira foi utilizado mata de cerrado retirada da fazenda do autor e*



da fazenda de Silvio (...); que o forno para confecção de carvão ficou no local durante uns 06 meses, tendo sido desmanchado em novembro do ano passado, aproximadamente; que não foi informado por que motivo foi suspensa a exploração de carvão no local; que, em data que não se recorda, o IEF esteve na fazenda do autor, não sabendo dizer se a suspensão da produção do carvão esteve relacionada com esta visita; (...) que o autor tinha conhecimento da construção do forno de carvão; que o depoente acredita que existia autorização do autor para construção do forno de carvão na propriedade” (f. 1335-1336).

Conquanto possa ter havido **desmatamento irregular** de área de cerrado, certo é que se trata de **situação passada e finda**, conforme assentado já na decisão concessiva liminar (f. 1377-1380). A seu turno, no tangente à posse exercida em **período anterior próximo** ao de ajuizamento da ação, a prova dos autos sinaliza o bastante cumprimento da **dimensão ambiental** da função social, havendo as testemunhas declarado, em uníssono, que então não mais havia carvoaria em funcionamento no imóvel (f. 1333-1334 e 1335-1336).

Demais disso, o **provável ilícito ambiental pretérito** deveria ter sido averiguado e, acaso efetivamente praticado, **reprimido e sancionado** pelo Instituto Estadual de Florestas, **órgão competente** que teria **fiscalizado** o imóvel.

Por tudo, *data venia*, tenho por **suficientemente** demonstrado, pois, o **cumprimento da função social** na sua **dimensão ambiental**.

7 – Há de se ter em perspectiva que as lides de **alta densidade social**, como soem ser as **possessórias coletivas**, requerem **sensibilidade** bastante do Poder Judiciário, na pena do julgador, de modo a perceber que a **solução do conflito**, já a tal **distância no tempo**, deve cuidar de não reverter o **delicado equilíbrio** em que os fatos se **acomodaram** no decorrer do processo. Compete ao julgador, na aplicação do direito, orientar-se sempre pelo **princípio da estabilidade social**, de modo a evitar a perpetuação ou, o que seria pior, a **ressurreição do conflito**.

Por **legítima** que seja a **pressão** sobre o INCRA pela obtenção da terra, o **apego quase ritualístico a detalhes**, a essa altura, atira o jurisdicionado em situação de **abandono**, ao mesmo tempo em que, de modo nefasto, estimula a **atuação dos movimentos sociais** como **justiceiros**. Isso vale, por óbvio, noutra vertente, quando se cuida da violência semeada por **milícias armadas**.

No caso concreto, **resolveu-se de modo útil** o conflito que poderia se instaurar a partir da perpetuação da **invasão** e a situação de **paz, consumada, perdura no tempo**. Além, a própria **não-participação (omissão)** dos **requeridos** no processo revela seu desinteresse no bem da vida litigioso, conclusão corroborada pela declaração constante de boletim de ocorrência de que, em segunda ocupação, não tinham interesse na terra re-invadida, visando tão-somente a uma **“permanência provisória”**, até que lhes fosse destinada outra área (f. 1506-1507).

Por tudo, conquanto não **robustíssima** nem **exaustiva** a prova do cumprimento da função social quanto ao aspecto **ambiental**, é de se notar que o feito **não foi instruído com o cuidado necessário**, declinando todos da faculdade de produzir provas em audiência. Também é certo que, quanto ao ponto, tampouco há dúvida bastante a ensejar a decisão de improcedência do pedido.

Convocado a **compor o conflito coletivo possessório**, ao **Estado-juiz** incumbe, a um só tempo e **equitativamente**, zelar pelo **cumprimento da função social** e pelo **apaziguamento da tensão social**, sem negligenciar nem privilegiar qualquer de suas indesejáveis atribuições.

Assim, muito embora os elementos dos autos não sejam bastantes a fundamentar uma decisão de improcedência, não deixa de causar **preocupação a especulação** de que, na **exploração econômica** do imóvel, os requerentes **descrem** de utilizar adequadamente os recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente.

Em atendimento ao **preceito constitucional** do **cumprimento da função social**, solicitar-se-á aos **órgãos competentes (IBAMA e IEF)**, pois, a **averiguação** da ocorrência das **supostas violações**, do que decorrerá, se for o caso, a inclusão do imóvel no roteiro de fiscalização e vistoria pelo INCRA e a tomada das **providências cabíveis**.

Por tudo, então, havendo o requerente **demonstrado suficientemente o atendimento dos requisitos da função social**, faz jus à tutela possessória vindicada.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL POR TUNEMAÇA SHIMADA** em face de “MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA –

MST” (sic), sob a liderança de JOSÉ EUSTÁQUIO FREITAS, ADAILTON RODRIGUES DE AMORIM, FRANCISCO ARAÚJO COSTA, TARCISO PEREIRA JORGE, JOSÉ FRANCISCO RIBEIRO, CLAUDINEI BARBOSA MEDEIROS e requeridos incertos ou desconhecidos, REINTEGRANDO O REQUERENTE NA POSSE da Fazenda Curral do Fogo, em Unaí/MG.

Condeno os requeridos nas custas processuais, além de honorários de R\$800,00 (oitocentos reais) devidos ao Advogado do requerente, tendo em conta o **longo tempo** do **serviço**, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e o aparente **desinteresse** na causa desde o cumprimento da ordem liminar.

Por **ofício**, informando, na oportunidade, o **nome** e o **número do CPF** do **requerente** (f. 02), a **denominação** do **imóvel** e o **código** de seu **cadastro** no **INCRA** (f. 26), **solicitar** ao **IBAMA** e ao **IEF** averiguação acerca de eventual irregularidade ambiental no imóvel. E ao **IMA**, sobre eventual falta de registro de gado lá apascentado.

Transitada em julgado, **expeça-se** o competente **mandado de reintegração**, **deprecando-se** o seu **cumprimento**. Tudo feito, **arquivar**, com **baixa**.

Belo Horizonte, 22 de janeiro de 2008.

(Publicação Minas Gerais, 24.1.2008)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte

Proc. no 0024.05.812.430-6 (TJMG – Ap. Cív. no 1.0024.05.769023-2/001)

Ação: Reintegração de posse c/c Reparação de Danos e Obrigação de fazer

Origem: Buritis/MG

Requerente: José Fonseca Melo

Reqdos: Lidiane Evangelista de Sousa e outros

Imóvel: Fazenda Atrás da Serra

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

JOSÉ FONSECA MELO aforou AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE c/c REPARAÇÃO DE DANOS e OBRIGAÇÃO DE FAZER contra LIDIANE EVANGELISTA DE SOUSA, MANOEL PEREIRA DE SOUSA, LUCIANO MEDEIROS DOS SANTOS e requeridos incertos ou desconhecidos, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Diz-se o requerente possuidor do imóvel rural Fazenda Atrás da Serra, em Buritis/MG, com área de 252,80 ha, explorado com atividade agropecuária, observadas as disposições de regência das relações de trabalho, e de cuja posse teria sido esbulhado pelos requeridos em 21.08.2005. Destaca que os requeridos teriam derrubado ilegalmente 46 (quarenta e seis) árvores em área de preservação permanente. Pede, desde a concessão liminar, a ordem de reintegração, bem como a condenação dos requeridos à reparação dos danos materiais e ao desfazimento de plantações e construções (f. 02-10). Junta documentos (f. 11-62).

O Ministério Público é pela justificação da posse (f. 64-66).

Recomendação de complemento da documentação comprobatória da produtividade do imóvel (f. 67-68).

Os requeridos foram citados (f. 88v e editais – f. 75 e 171) ou se deram por tanto (f. 98-102 e 211).

Visita (f. 89-97) e audiência em 05.10.2005, dispensada a justificação. Juntada de documentos (f. 98-106).

Ouvido o Ministério Público, pela negativa (f. 110-115), houve a concessão liminar (f. 120-123), de que foi interposto Agravo de Instrumento (AI nº 1.0024.05.812430-6/001 – f. 132-141), a que o T.J.M.G., depois de conceder efeito suspensivo (f. 162-164), considerou prejudicado (f. 173-174), em razão do anterior cumprimento da ordem (f. 151).

Em audiência de 03.08.2006, foram ouvidas 03 (três) testemunhas (f. 211-214).

Contestação, pelo Curador Especial nomeado aos revéis citados por edital, com argüição, em preliminar, de nulidade da citação e, no mérito, alegação de descumprimento da função social, invocação do direito fundamental à dignidade humana e, quanto ao mais, por negativa geral (f. 219-226).

Impugnação (f. 228-230).

O Ministério Público é pela validade da citação (f. 232-234).

Decreto de revelia dos requeridos nominados; rejeição da preliminar suscitada pelo Curador Especial e reabertura da instrução (f. 235-237).

Sem especificação de provas por ninguém (f. 237v e 238), vieram os memoriais com razões finais (requerentes – f. 242-258 e requeridos – f. 272). O Ministério Público é pela improcedência do pedido (f. 263-269).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as premissas a cuja luz decidir-se-á a lide, passamos aos termos do caso na especialidade.

I – Nos termos do art. 334, II do C.P.C., independe de prova, posto afirmada pelo requerente e confessada pela parte contrária, a perda da posse por ato dos requeridos. Com efeito, os requeridos, em audiência, confessam a invasão do imóvel:



“O Sr. Luciano disse que a escolha do imóvel para a ocupação se deu em virtude de que teve notícias da existência de um plantio da erva conhecida como maconha, na gleba atual e parcialmente ocupada, trazendo ao Juiz cópia xerox de material exposto no ‘site’ de notícias de Buritys, sendo que este material foi encaminhado ao Dr. Promotor de Justiça” (LUCIANO MONTEIRO DOS SANTOS - f. 99);

“Que estava acampado num local chamado Balsa de São Domingos, e que é um corredor sujeito à inundação, estando lá há quase quatro anos, tendo de lá se deslocado para o acampamento há uns vinte dias mais ou menos; que antes de chegar já tem uns sessenta dias que foi iniciada a ocupação” (EDILSON MONTEIRO DOS SANTOS - f. 100).

Demais disso, a prática de atos de **esbulho** há **menos de ano e dia** do ajuizamento da ação vem relatada no **boletim de ocorrência** lavrado em 21.08.2005. A **autoridade policial**, **presente** ao **local dos fatos**, relata “que havia aproximadamente 30 pessoas adultas naquela propriedade e fomos informados por Lidiane de Tal, filha de Manoel Mecânico, a qual também era uma das invasoras, que já existem barracas construídas no local e pretendem reunir naquela fazenda cerca de 70 (setenta) famílias” (f. 51-52).

Também as testemunhas EDSON VALADARES PIMENTEL e JOÃO BATISTA DOS SANTOS, ouvidas em audiência, foram unânimes em **confirmar** a prática do **esbulho** pelos **requeridos** (f. 212-213).

2 – O **Ministério Público** propugna pela **improcedência** do pedido, ao argumento da existência de **indícios** de que a posse do requerente possibilite a prática de **conduta criminosa** no âmbito do imóvel, qual seja, o **plantio** e **cultivo** de **maconha** (f. 263-269).

De fato, há nos autos **relato** da **autoridade policial** de que, “próximo à grotá, à margem direita, dentro do mato, fora feito (sic) uma limpeza no terreno de aproximadamente 2 m², onde foram encontrados plantados 06 pés (planta) de maconha com aproximadamente 10 cm de altura e também 05 sacos de mudas em fase de germinação”. Na ocasião também foram encontrados e apreendidos um borrifador com veneno, um saco plástico grande e uma enxada sem cabo. A ocorrência, descrita como “exploração do plantio, cultivo, colheita de substância entorpecente (maconha)”, foi registrada em 18.05.2005, no local designado como **Fazenda Funil** e de propriedade do requerente. Consigna a autoridade policial, ainda, que o **filho** do requerente fora **preso** por **tráfico** de **maconha** em 15.05.2005, em Unai/MG (f. 116-118).

Pois bem.

O **imóvel objeto da posse litigiosa** denomina-se **Fazenda Atrás da Serra**, como consta da **certidão** do **registro imobiliário** (f. 12-14), do **cartão de inscrição de produtor rural** perante a Secretaria de Estado da Fazenda (f. 15), das **guias de recolhimento do ITR** à Secretaria da Receita Federal (f. 16-17), das diversas **notas fiscais** de comercialização da produção (f. 18-20 e 26-35), da **conta de energia elétrica** da CEMIG (f. 21), do **extrato de agente rural** e **cartão de controle sanitário** do Instituto Mineiro de Agropecuária (f. 22-23), das **guias de recolhimento de contribuição sindical rural** (f. 24-25), do **livro de registro de empregados**, visado pelo Ministério do Trabalho (f. 36), do **boletim de ocorrência policial** que relata o esbulho (f. 51-52) e do **depoimento** de testemunha (f. 213).

Em **audiência** (f. 98-102), os requeridos declararam estarem ocupando a gleba onde encontrada a plantação de maconha (**Fazenda Funil** – B.O. de f. 116-118). A seu turno, o boletim que relata o ilícito ambiental por eles ali praticado registra como local da ocorrência a **Fazenda Atrás da Serra/Funil** (f. 54-55).

Pairam **dúvidas**, portanto, sobre o **local do ilícito** (Fazenda Funil) ser o mesmo cuja posse é objeto da lide (Fazenda Atrás da Serra). Tanto é possível que sejam **denominações diferentes** do **mesmo imóvel**, quanto se trate de **imóveis distintos**, percebidos pelo **senso comum** como unidade imobiliária, quiçá por pertencerem ao mesmo proprietário. Tal questão **não** restou **esclarecida** no curso da instrução, assim como a inequívoca identificação das plantas encontradas, não vindo aos autos o laudo respectivo. Para o deslinde da causa, portanto, releva anotar que, como já afirma o próprio Ministério Público, tais circunstâncias são apenas **indícios** do **exercício anti-social** da posse sobre a **Fazenda Atrás da Serra**, insuficientes, porém, à formação do necessário juízo de certeza. Tudo isso não obstante possa o **Estado** recolher, em **confisco**, a sede imobiliária da prática de **tráfico de entorpecentes** (tudo **na forma da lei**).

Todavia, certo é que o fato da plantação de maconha não foi infirmado pelo requerente, que se limitou a alegar deles não ter qualquer conhecimento anterior:

“O Dr. Advogado do autor requereu que ficasse registrado que este não tinha conhecimento algum do fato narrado sobre a plantação, até que a polícia militar obtivesse sucesso na sua diligência, que arrecadou seis plantas em um local distante



da sede da fazenda e quase não visitado pelo autor, até mesmo porque se encontra com dificuldade de locomoção, fazendo uso de muletas” (f. 100).

Se para aplicação da **pena de perdimento do imóvel** (art. 243 da C.R.F.B./88) possa ser irrelevante a **ciência do plantio ilegal** pelo proprietário ou posseiro, tendo em vista ser objetiva sua responsabilidade, como mesmo já decidiu o Superior Tribunal de Justiça (v.g., REsp 498742/PE, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, j. 16.09.2003), nesta seara, diferentemente, o conhecimento da ilicitude importa para caracterizar o **exercício anti-social** da posse, que é situação de **fato**. O **desconhecimento**, por outro lado, se **inescusável**, revelará **omissão negligente do possuidor** e, por conseguinte, um **estado de abandono** do imóvel – ou **não-posse** –, apto a fundamentar uma decisão denegatória da tutela possessória vindicada.

Na **casuística**, porém, **não há prova, indício** ou alegação de que o requerente fosse o autor do ilícito nem de que houvesse consentido tal prática, condutas que, por sua **gravidade** e flagrante contrariedade ao ordenamento jurídico, conduziriam à improcedência do pedido.

O **boletim de ocorrência policial** (f. 116-118) relata que o plantio teria sido feito em 2 m² (dois metros quadrados), área ínfima do imóvel, que tem superfície total de 2.528.000 m² (dois milhões, quinhentos e vinte e oito mil metros quadrados). Infere-se do B.O., ainda, que o cultivo **não** era feito às **escâncaras**, mas à **sorrelfa**, nas proximidades de uma grotta, distante 2 km (dois quilômetros) da sede (f. 89). Além de 05 (cinco) mudas em fase de germinação, foram encontrados 06 (seis) pés de maconha com aproximadamente 10 cm (dez centímetros) de altura, sinalizando **plantio recente**. Forçoso concluir, das circunstâncias do caso concreto, ser **escusável** o desconhecimento do fato pelo requerente, ilícito que, acaso praticado, em tese poderia até caracterizar (e tudo leva a crer) cultivo para **consumo próprio**, conduta de **menor gravidade**, tratada como questão de **saúde pública** pela nova Lei de Tóxicos (art.28, § 1º da Lei nº 11.343/2006).

Com a devida *venia*, dissentimos, pois, da posição externada pelo Ministério Público e, superada a questão, passamos a apreciar os elementos atinentes ao direito de o ora requerente vir a Juízo pleitear **proteção possessória**.

3 – No tocante ao **aproveitamento racional e adequado da propriedade**, acompanham a inicial **notas fiscais** da **produtor rural** emitidas entre janeiro e julho de 2005 (f. 19, 20, 26 e 28-35), hábeis a comprovar a alegação de exercício de **atividade agropecuária** no imóvel, com criação de gado leiteiro, comercialização de leite e plantação de milho. O **Extrato de Agente Rural** relativo ao período de 10.11.2000 a 02.05.2005 e o Cartão de Controle Sanitário, ambos fornecidos pelo Instituto Mineiro de Agropecuária, registram um **efetivo pecuário** de 256 (duzentas e cinquenta e seis) reses ao tempo do ajuizamento da presente ação (f. 22 e 23).

Também a **prova oral** vai ao encontro da alegação de **produtividade** do imóvel, havendo as **testemunhas** confirmado, em **uníssono**, que na fazenda se exerce **atividade pecuária** leiteira e **agrícola**, com cultura de milho, cana e arroz (f. 212-214):

“que conhece a fazenda do autor; que há áreas de pastagens para o gado, casa de morada, instalação para criação de bovinos, pastagens; que a propriedade se destina à pecuária de leite; que a fazenda produz alguma coisa de gado de corte; que se planta milho; que possui máquinas, como trator, uma carreta, uma ensiladeira, uma grade aradora” (EDSON VALADARES PIMENTEL – f. 212);

“que conhece a Fazenda Atrás da Serra; (...) que tem benfeitorias voltadas à produção de leite e gado de corte; que a fazenda tem uma sede, curral, tanque, balança, cocheira, sendo bem divididas em piquetes; que produz milho, cana e arroz; que as primeiras culturas mencionadas são para a alimentação do gado; que a fazenda é produtiva; que possui máquinas agrícolas, tais como trator, grade, forrageira, ensiladeira, carreta, arado; (...) que à época da ocupação já existiam todas as benfeitorias mencionadas; que não sabe informar quantas cabeças de gado tinha na fazenda; que a produção variava de cem a duzentos litros de leite/dia; que na época da invasão já era essa a produção” (JOÃO BATISTA DOS SANTOS – f. 213);

“que conhece a fazenda do autor; (...) que tem estábulo para tirar leite, barracões para tirar leite, curral, troncos, balança, casa de morada, casa do caseiro; que a fazenda possui máquinas, tratores; que o autor produz lavoura, gado de corte; que a produção de leite é em média de cem a duzentos litros de leite/dia; que o autor já produziu bem mais leite; que acredita que hoje possa estar mais do que está falando” (GESY RODRIGUES PIMENTEL – f. 214).



Nesta seara, importa a prova de que o imóvel não se encontra em estado de **abandono** e é **aproveitado** de modo **adequado**, segundo os princípios da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**. Sob pena de infringir às partes **ônus probatório desproporcional e inatingível**, em prejuízo da **justiça da decisão**, não nos compete aferir a consecução dos índices de utilização da terra (GUT) e eficiência na exploração (GEE), utilizados pelo INCRA no procedimento de **desapropriação** por interesse social, para fins de reforma agrária (**Lei nº 8.629/93**).

No deslinde de causa dessa natureza, **rejeita-se o rigor do esquadramento microscópico** dos requisitos constitucionais da função social, sob pena de **banalizar-se** questão tão relevante quanto a da **perda da posse imobiliária**.

Resta **suficientemente demonstrado**, pois, o **exercício de atividade econômica no imóvel**, no período imediatamente anterior ao ajuizamento da presente ação.

4 – O **exercício da posse da propriedade rural**, em consonância com as **diretrizes constitucionais**, só atenderá à **função social** quando, ainda que usada **economicamente** em **aproveitamento racional e adequado**, harmonize a **exploração** e a **preservação** (incluída a **recuperação**) do **meio ambiente**, enfocando o paradigma da **exploração sustentável**, baseada em práticas que estimulam a **diversidade** da **fauna** e da **flora**, comprometidas com a **conservação dos recursos naturais**. E nesse paradigma é que cumpre a **justiça social** prevista no **art. 170, III** da **C.F./88**, atendendo, além, ao **art. 186** e seus **incisos**, da **C.R.F.B./88**.

É fato que **não** se encontra **averbada**, à margem da respectiva matrícula imobiliária, a área de **reserva legal**, que pudesse evidenciar, ao menos em um sentido formal, o cumprimento da **dimensão ambiental** da função social (f. 12-14).

Muito embora entendamos **cogente** a norma do **Código de Defesa Florestal** que trata da matéria, de se destacar a **controvérsia jurisprudencial** que paira sobre a questão da **obrigatoriedade da averbação**. A própria Corte Superior do **Tribunal de Justiça de Minas Gerais**, no julgamento do **Mandado de Segurança nº 1.000.00.279477-4/000**, assentou o entendimento de que o **Código Florestal não impõe** a averbação da reserva legal a todo e qualquer imóvel rural nem condiciona a prática de atos notariais e registrais à averbação, ali tratada como **mero ato administrativo autônomo**, sem caráter auto-executório.

Conquanto não se ignore a incipiente (e salutar) **mudança na orientação**, na esteira de **precedente** do **Superior Tribunal de Justiça (RMS nº 18.301/MG, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, j. 24.08.2005)**, grassa ainda a **controvérsia** no T.J.M.G., de que são exemplos, **favoráveis** à **obrigatoriedade da averbação**, os recentes julgados nº 1.0694.06.031274-1/001(1), Rel. Des. MAURÍCIO BARROS, j. 03.07.2007; 1.0499.06.000299-9/001(1), Rel. Des. ARMANDO FREIRE, j. 12.06.2007; 1.0309.04.001296-0/001(1), Rel. Des. EDGARD PENNA AMORIM, j. 01.03.2007; 1.0694.06.030368-2/001(1), Rel. Des. EDILSON FERNANDES, j. 09.01.2007 e 1.0517.05.978219-6/000(1), Rel. Des. MARIA ELZA, j. 06.04.2006. E, **contrários**, os julgados nº 1.0283.05.002623-8/001(1), Rel. Des. SILAS VIEIRA, j. 26.04.2007; 1.0000.07.449726-4/000(1), Rel. Des. BELIZÁRIO DE LACERDA, j. 29.05.2007; 1.0283.06.004492-4/001(1), Rel. Des. BELIZÁRIO DE LACERDA, j. 22.05.2007; 1.0694.06.031433-3/001(1), Rel. Des. ALBERGARIA COSTA, j. 29.03.2007 e 1.0283.06.004242-3/001(1), Rel. Des. ALBERGARIA COSTA, j. 08.03.2007.

Revela-se, pois, **desproporcional exigir** do jurisdicionado a observância de conduta cuja **imposição** nem ao menos é **pacífica** perante os tribunais. E por derradeiro, mas não em último, é de se privilegiar, em **análise teleológica da norma**, a **concreta preservação de área de reserva legal**, em detrimento da exigência de observância de **formalidade administrativa**. A própria Justiça Federal, a quem compete julgar ações de desapropriação para fins de reforma agrária, vem entendendo que a **irregularidade formal não compromete** o cumprimento da função social da propriedade. A tal propósito, lúcida manifestação da **Procuradoria da República**, em parecer da lavra da i. Procuradora Dra. MARIANE G. DE MELLO OLIVEIRA, nos autos do processo nº 2003.35.011233-7, em trâmite perante a 9ª Vara da Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Goiás:

*“Entende este Órgão Ministerial que, muito embora tenha ficado caracterizado nos autos que a indigitada reserva legal não fora devidamente averbada antes da vistoria administrativa, mas somente após a mesma, a **confirmação de sua existência** torna-se suficiente para que esta seja considerada no cálculo do Grau de Utilização da Terra – GUT do imóvel em estudo. (...) A obrigação de preservar a área relativa à reserva legal decorre de lei, ainda que não esteja averbada. Segundo o Código Florestal,*



o proprietário está impedido de explorar pelo menos 20% de sua propriedade rural (art. 16, “a” e parágrafos 2º e 3º), independentemente de haver assinado e averbado no registro imobiliário o termo de compromisso de preservação de reserva legal. (...) O Ministério Público Federal, apesar de ter conhecimento e respeitar a posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal [de não considerar como reserva legal área não averbada], não pode com ela concordar. Se assim o fizesse, estaria sendo conivente com uma formalidade que despreza a real situação fática do imóvel, prejudicando de forma desproporcional uma das partes, o que não pode ser tolerado. A Lei Ambiental tutela a **preservação do meio ambiente** e não a **burocracia**. De se ressaltar que a Lei nº 8.629/93, em seu art. 10, IV, considera a área de reserva legal não aproveitável para fins de cálculo da produtividade do imóvel, não condicionando esta exclusão ao fato de estar averbada no registro imobiliário.”²¹⁰¹

Há nos autos **prova da concreta existência** no imóvel de **área de preservação permanente**, cujas espécies arbóreas, em número de 46 (quarenta e seis), foram ilicitamente derrubadas pelos requeridos, nos termos do boletim de ocorrência de f. 54-55.

Na **casuística**, a matéria não foi eficientemente apreciada em **contraprova** pelos requeridos, a sobreviver ao **contraditório**. Demais disso, não há nos autos **alegação, prova** ou **indício** da ocorrência de **infração por ilícito ambiental** porventura praticado pelo requerente. Por tudo, tenho por **suficientemente** demonstrado, pois, em **grau mínimo**, o **cumprimento da função social** na sua **dimensão ambiental**.

5 – O **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88), repercute na função social da propriedade, razão por que, no cumprimento, não se observam as disposições de regência das **relações de trabalho** (art. 186, III da C.R.F.B./88).

Assim, sob a **lógica do razoável**, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de direitos trabalhistas em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social, existência digna e redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

No **caso concreto**, à inicial acompanha cópia do **livro de registro de empregados**, aberto em 01.04.1987, ali demonstrada a **contratação** de diversos trabalhadores. Muito embora não exaustiva a **prova documental** produzida, aqui, como alhures, a matéria não foi eficientemente apreciada em **contraprova** pelos requeridos, que deixaram passar em branco, assim também o **Ministério Público**, quanto à oportunidade de a respeito inquirir as testemunhas em audiência.

Além, **sem prova, indício** ou **alegação** nos autos de que no imóvel se patrocinasse **trabalho escravo ou degradante**, condutas que, por afrontarem a **dignidade humana**, fundamento do **Estado Democrático de Direito**, repugnam à **Constituição** e à **lei**, tais a embasar a negativa da tutela possessória.

6 – A par de **racional e adequada**, há indícios de que a **exploração econômica** se mostra favorecedora da **saúde, educação e lazer** dos proprietários, empregados, vizinhos, sem notícia de que ali se exerçam **atividades perigosas, penosas ou insalubres**, em risco à **integridade física e psíquica** de quantos circulem naquele **microcosmo social**.

Consta dos autos que o imóvel é dotado de rede de **energia elétrica** (f. 21), casa-sede, **moradia de empregado, maquinário agrícola e outros equipamentos** para facilitação do trabalho e atendimento às necessidades básicas dos empregados (f. 212-214). Também as **fotografias** de f. 57-60, não impugnadas pelos requeridos, que têm procurador nos autos, revelam bom estado de **conservação e habitabilidade** do imóvel.

Tampouco há prova de que a posse exercida pelo requerente gerasse **conflitos e tensões sociais** no imóvel. Assim, havendo o requerente **demonstrado suficientemente o atendimento de todos os requisitos da função social, faz jus à tutela possessória vindicada**.

7 – Pede o requerente ainda a reparação dos **danos materiais** sofridos, consistentes na **contaminação do gado, no corte raso de árvores** e na **destruição de benfeitorias**.

A tal propósito, **não há** nos autos qualquer **prova** da contaminação do gado do requerente por suposto contágio com rebanho não vacinado dos requeridos e **tampouco** da destruição de benfeitorias ou acessões.

A seu turno, o boletim de ocorrência de f. 54-55 nos dá conta do **corte**, pelos requeridos, de **46** (quarenta e seis)

210 – Cfr. Justiça Federal de 1ª Instância – Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais – Mandado de Segurança Individual – proc. nº 2007.38.00.022941-6.

árvores. Em se tratando, contudo, de árvores encontradas em área de **preservação permanente**, cuja exploração requer **prévia autorização** do Poder Público (art. 3º, § 1º da Lei 4.771/65), o **prejuízo material** porventura sofrido pelo particular depende da prova da autorização de manejo da cobertura vegetal, no caso, inexistente. **Não comprovado o dano, nada há o que reparar.**

Prejudicado o pedido de **desfazimento**, formulado em **cumulação sucessiva eventual**, para a hipótese, não verificada, de realização de **construções** e **plantações** pelos requeridos, até pela exigüidade do tempo de permanência no imóvel.

III – DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL POR JOSÉ FONSECA MELO** em face de **LIDIANE EVANGELISTA DE SOUSA, MANOEL PEREIRA DE SOUSA, LUCIANO MEDEIROS DOS SANTOS** e **requeridos incertos ou desconhecidos, TORNANDO DEFINITIVA A ORDEM DE REINTEGRAÇÃO NA POSSE** da **Fazenda Atrás da Serra**, em **Buritit/ MG**, concedida liminarmente.

Em virtude da **sucumbência recíproca e equivalente**, **condeno** as partes no pagamento das **custas processuais**, na proporção de 50% para o requerente e 50% para os requeridos (**art. 21 do C.P.C.**). Condeno os requeridos em **honorários** arbitrados em **R\$1.000,00** (mil reais), devidos à **Advogada da requerente**, tendo em conta o **comprido tempo do serviço**, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e o **empenho** demonstrado no **trabalho da profissional**, atuante em todas as fases do processo; e o requerente, em **R\$200,00** (duzentos reais) devidos à Advogada dos requeridos, que compareceu às duas audiências, mas não ofereceu contestação, e em **R\$500,00** (quinhentos reais) ao **Defensor Público**, considerando, de um lado, o **exercício zeloso** do *munus* da curadoria de ausentes e, de outro, o ingresso em **estágio avançado** do processo, até pela própria especificidade de sua intervenção (**art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.**). Fica desde já determinada a **compensação** dos honorários, até onde possível (**Súmula nº 306/STJ**).

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C.

Belo Horizonte, 22 de janeiro de 2008.

(Publicação Minas Gerais, 24.1.2008)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte

Proc. no 0024.05.769.023-2

Ação: Reintegração de posse c/c reparação de danos e obrigação de fazer

Origem: Araguari

Reqtes: Péricles Barbosa e outros

Reqdos: Ana Maria de Lima e outros

Imóvel: Fazenda Quilombo

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

PÉRICLES BARBOSA, ACHILES BARBOSA, MARDEN DE OLIVEIRA BARBOSA, PRISCILA DE OLIVEIRA BARBOSA, MARILDA BARBOSA GEBRIM, OABI GEBRIM, WALDOMIRO BARBOSA FILHO, MARCOS BARBOSA, MARIA ANGÈLICA BRANDÃO BARBOSA, TEREZINHA PEREIRA DA SILVA e o ESPÓLIO DE HILDA RODRIGUES DA CUNHA BARBOSA aforaram AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE c/c REPARAÇÃO DE DANOS e OBRIGAÇÃO DE FAZER contra ANA MARIA DE LIMA, AUGUSTO PEREIRA MOTA, MARISA ANTÔNIA DA SILVA FERREIRA, JOVELINO FERREIRA VELOSO, ALAOR FRANCISCO DOS SANTOS, VALDIR SACOMAN, FRANCISCO JUBIANO DE FREITAS, ANTÔNIO EURÍPEDES BORGES, WALKIRIA PEREIRA MARQUES e requeridos incertos ou desconhecidos. Dizem-se possuidores de quatro glebas de terras que compõem o imóvel rural Fazenda Quilombo, em Araguari/MG, com área total de 574,75,00 ha, onde exerceriam, há décadas, atividades agropecuárias, sem se descurarem da preservação do meio-ambiente, e de cuja posse teriam sido esbulhados pelos requeridos em 27.12.2004. Destacam que os requeridos teriam adentrado clandestinamente no imóvel, mediante arrombamento de porteiros e portas, e estariam impedindo os parceiros de cultivar as lavouras e hortaliças nas terras já preparadas para tal fim. Pedem, desde a concessão liminar, a ordem de reintegração, bem como a condenação dos requeridos à reparação dos danos materiais e ao desfazimento de benfeitorias (f. 04-08). Juntam documentos (f. 09-29).

Vieram os autos da Justiça Federal (f. 32).

O Ministério Público se pôs pela justificação da posse (f. 36-38).

Recomendação de produção de prova documental da produtividade do imóvel (f. 39-41),

Citação pessoal (f. 62 e 68) e ficta (f. 49, 154, 156 e 157).

Comparecimento espontâneo ao processo de FRANCISCO JUBIANO DE FREITAS, ANTÔNIO EURÍPEDES BORGES e WALKIRIA PEREIRA MARQUES (f. 80-83), incluídos no pólo passivo.

Visita (f. 74-79) e audiência em 09.09.2005, com oitiva de 03 (três) testemunhas e juntada de documentos (f. 80-92 e 93-131).

Ouvido o Ministério Público, pela negativa (f. 134-138), foi indeferida a concessão liminar (f. 139-153), de que os requerentes interpuseram Agravo de Instrumento (f. 162-169), havendo o T.J.M.G., depois de indeferir a antecipação da tutela recursal (f. 173-174), negado provimento ao recurso (AI nº 1.0024.05.769023-2/001 – f. 227-237).

Contestação, pelo Curador Especial nomeado aos revéis citados por edital, com alegação de descumprimento da função social e, no mais, por negativa geral (f. 191-195).

Impugnação (f. 197-201).

Fixação do cumprimento da função social como ponto controvertido (f. 206).

Ninguém pleiteando especificar provas (f. 206), encerrou-se a instrução (f. 209-210).

Memoriais com razões finais (requerentes – f. 212-213 e requeridos – f. 238v). O Ministério Público é pela improcedência do pedido (f. 217-223).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidir-se-á a lide, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

1 – A **perda da posse** vem relatada no **boletim de ocorrência** lavrado em 30.12.04 pela **autoridade policial**, presente ao local do conflito: “o que pudemos perceber que havia algumas barracas montadas aos arredores da sede, alguns móveis expostos ao tempo e um grupo de aproximadamente 50 pessoas, que nos receberam, sendo o número de famílias bem menor do que nos foi informado” (f. 17-18).

No mesmo sentido, a edição de 30.12.2004 de **jornal** local noticia a ocupação do imóvel por integrantes de movimento social em luta pela terra (f. 19).

Demais disso, trata-se de **fato admitido** no processo como **incontroverso**, vez que os requeridos, em audiência, reconheceram a autoria da ocupação (f. 80-86).

Superada a questão da perda da posse, passamos a apreciar os elementos atinentes ao direito de os ora requerentes virem a Juízo pleitear **proteção possessória**.

2 – A alegação de exercício de “*ininterruptas atividades agro-pastoris há décadas*” (f. 06) constitui-se em **fato constitutivo do direito** dos requerentes, circunstância que atrai para si o ônus de prová-la. Contudo, a petição inicial veio acompanhada tão-somente das **certidões de registro imobiliário** (f. 21-28) e da guia de recolhimento do **imposto territorial rural** (f. 29), documentos que comprovam o **domínio**, mas sem aptidão para demonstrar qualquer **posse** (f. 21-28).

Facultada, já no despacho inicial, a produção de **prova documental** da **produtividade** (f. 40), a tal propósito os requerentes **nada carrearam** aos autos. Do mesmo modo, quedaram-se **inertes** os requerentes ao despacho que fixou, como ponto controvertido da lide, o cumprimento da função social (f. 206).

Em **visita ao local do conflito**, o Juiz então oficiante registrou impressão inicial de que o imóvel aparentava **estado de abandono** (f. 74), impressão que, no decorrer da instrução, à míngua de outras provas, tornou-se **convicção** a se abraçar.

Em fase de **justificação**, foram inquiridas três **testemunhas**, uma das quais desconhece o imóvel, onde nunca esteve (MARINHO RIBEIRO GONÇALVES – f. 87-88). Seu conhecimento dos fatos advém da circunstância de que respondia pela “*escrita fiscal*” da fazenda. O conteúdo do testemunho cinge-se, pois, à **mera referência** à exploração econômica nos documentos que elaborava, mas sequer corroborada, contudo, pela prova documental em si, que não veio aos autos.

De fato, para provar a alegação de **atividade agropecuária** não foram juntados sequer uma **nota fiscal** de comercialização da produção, nem, por exemplo, o **cartão de vacinação** do efetivo pecuário ali porventura apascentado, nem guias de trânsito de animal ou qualquer outro documento comprobatório da exploração econômica.

Uma **segunda testemunha**, AGMAR GOMES FERREIRA, declara que os requerentes mantinham gado no imóvel por ocasião da ocupação. Acrescenta, porém, não ter conhecimento próprio dos fatos ocorridos próximos à invasão, vez que deles fora **informado por terceiros** (f. 89-91), circunstância que **mitiga a força probante** do depoimento.

A seu turno, MÁRCIO HENRIQUE VIEIRA DOS SANTOS atesta que os requeridos mantinham **pouco gado** na propriedade, a qual, segundo seu conhecimento, não tinha pasto plantado; que o imóvel era cuidado por terceiros, os irmãos ANÍSIO, HÉLIO e ADALCINO, que também ali moravam e plantavam à meia; que os irmãos, à época da ocupação, já haviam deixado o imóvel (f. 84-86).

O **testemunho isolado** é insuficiente a demonstrar que os requerentes, no exercício da posse, explorassem o imóvel de modo **adequado e racional**, dando-lhe **função econômica** bastante, considerando o conjunto probatório. De fato, o **laudo técnico** de f. 93-122 evidencia que, no período de novembro de 2002 a outubro de 2003, somente **4,4734 ha** da área total medida de 653,3960 ha, estavam ocupados com **culturas temporárias** de **milho e abóbora**. O **efetivo pecuário** encontrado no mesmo período foi de **44** (quarenta e quatro) cabeças. Constatou-se também a plantação de **tomates** em **0,2202 ha** da área de **reserva legal**, dados que ensejaram a classificação do imóvel como **improdutivo** (f. 93-122).

Assim, no que tange ao **aproveitamento racional e adequado** do imóvel, prevalece a declaração de **improdutividade** constante do **laudo técnico**, em conclusão à **vistoria** realizada em abril de 2004, por **não atingidos** os patamares **mínimos de uso e exploração suficiente** da terra (f. 84-86).

É certo que, nesta seara, importa a prova de que o imóvel não se encontra em estado de **abandono** e é **aproveitado** de modo **adequado**, segundo os princípios da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**. Sob pena de infligir às



partes ônus probatório desproporcional e inatingível, em prejuízo da justiça da decisão, não nos compete aferir a consecução dos índices de utilização da terra (GUT) e eficiência na exploração (GEE), utilizados pelo INCRA no procedimento de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária (Lei nº 8.629/93), muito embora seja importante o cumprimento deles. O que se põe em destaque nesta chamada de atenção é a circunstancialidade da análise: se há abandono do imóvel ou descumprimento tal dos índices a caracterizar o abandono; ou, de outro lado, o descumprimento em limites não relevantes para evidenciar o abandono (mera irregularidade).

No caso concreto, portanto, não desconstituída por prova em contrário, prevalece hígida a presunção de veracidade do laudo de fiscalização, documento público submetido no processo ao crivo do contraditório.

Não demonstrado, pois, o exercício de atividade econômica no imóvel, no período imediatamente anterior ao ajuizamento da presente ação.

3 – O valor social do trabalho, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da ordem econômica (art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88), repercute na função social da propriedade, razão por que, no cumprimento, hão de se observar as disposições de regência das relações de trabalho (art. 186, III da C.R.F.B./88).

Assim, sob a lógica do razoável, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de direitos trabalhistas em sentido estrito (direitos do trabalho), mas também e principalmente o direito ao trabalho, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por corolário, de ascensão social, existência digna e redução de desigualdades. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

Por óbvio, o imóvel que não se utiliza como fator de produção tampouco se habilitará à geração de trabalho e emprego, à distribuição de renda ou ao favorecimento da saúde, educação e lazer (bem-estar) de quantos circulem naquele microcosmo social.

Na casuística, ausente já o antecedente lógico do aproveitamento econômico adequado, também não resta provado o conseqüente exercício de posse orientada à satisfação do elemento social (observância das normas que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores rurais), em reforço da convicção de abandono do imóvel.

De fato, nenhuma prova, seja documental, seja testemunhal, socorre os requerentes quanto a demonstrar a regularidade da dimensão-trabalho da função social da posse que exercem. Ao revés, consta do laudo de vistoria a inexistência de empregados, confirmando a conclusão de improdutividade do imóvel.

A única menção a uma possível relação de trabalho havida no imóvel está no depoimento de MÁRCIO HENRIQUE VIEIRA DOS SANTOS, cujos termos, entretanto, pela vaguidade, não se prestam a se constituir como elemento bastante de convicção:

“que o depoente não sabe qual o vínculo empregatício dos irmãos [Anísio, Hélio e Adalcino] com os autores (...); que o depoente não sabe qual a forma de remuneração dos irmãos” (f. 84-85).

A natureza do vínculo jurídico existente entre os requerentes e os três irmãos que residiam no imóvel permaneceu tão obscura quanto já constataria o Juiz então oficiante, ainda em sede de negativa do pedido de concessão liminar, nada vindo aos autos ao propósito de esclarecê-la, no curso da demanda:

“Neste requisito [aspecto trabalhista da função social], não há nos autos qualquer prova de seu cumprimento. Pelo contrário, os autores mantinham na propriedade três pessoas sem registro em carteira que cuidavam da mesma para os autores. Os três irmãos, Anísio, Hélio e Adalcino plantavam apenas 4,4734 ha, o que significa que não eram arrendatários ou parceiros agrícolas, como os autores pretendem constituir-los, já que essa área é absolutamente insuficiente para a subsistência dos moradores. Fica a dúvida que tipo de relacionamento os três irmãos tinham na propriedade. Não podem ser considerados parceiros e não são considerados empregados pelos autores. Eventualmente eram comodatários, mas com isso não imprimiam função social à propriedade. Essa dúvida pode ser esclarecida no curso do processo” (f. 151).

Também sem prova, pois, do exercício de posse em cumprimento à dimensão-trabalho da função social.

4 – O exercício da posse da propriedade rural, em consonância com as diretrizes constitucionais, só atenderá à função social quando, ainda que usada economicamente em aproveitamento racional e adequado, harmonize a exploração e a preservação (incluída a recuperação) do meio ambiente, enfocando o paradigma da exploração sustentável, baseada em práticas que estimulam a diversidade da fauna e da flora, comprometidas com a conser-





vação dos recursos naturais. E nesse **paradigma** é que cumpre a **justiça social** prevista no **art. 170, III** da C.F./88, atendendo, além, ao **art. 186** e seus **incisos**, da C.R.F.B./88.

No **caso concreto**, encontra-se averbada, à margem da matrícula imobiliária, uma área de **reserva florestal** com 128,00 ha, atendido o patamar legal mínimo de 20% da superfície total do imóvel (**art. 16, § 2º** da **Lei nº 4.771/65**).

A par da **regularidade formal**, consta do laudo de vistoria que, excluída a exploração de cultura anual (tomate) em 0,2202 ha da reserva legal, não foram observadas “*práticas de vulto capazes de afetar o equilíbrio do ecossistema e propiciar degradação ambiental*” (f. 119).

Conquanto a prova dos autos sinalize a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente, quis o legislador constituinte fossem cumulativos os requisitos de cumprimento da função social (**art. 186, caput**, da C.R.F.B./88). É dizer, a satisfação da dimensão ambiental da função social é requisito necessário à concessão da tutela, porém insuficiente, se isolado, como no caso dos autos.

5 – Sem prova, pois, do exercício de posse qualificada pela função social, os requerentes não fazem jus ao interdito possessório.

A **negativa da tutela à posse** – situação, aliás, comuníssima na lida forense, em ações individuais – não exorbita do ordenamento jurídico. Não se cuida, aqui, de **decretar a perda da propriedade**, o que sempre se dará mediante justa indenização. Como dito alhures, o exercício de **posse não-qualificada** pela função social ensejará a instauração do procedimento de desapropriação, **inexistente**, no caso, o óbice da **imunidade** conferida ao imóvel pela **MP nº 2.027-38/2000**, vez que a **vistoria** pelo INCRA antecedeu a ocupação.

Em caso de eventual frustração do procedimento expropriatório, a situação subsumir-se-á à hipótese de possível **desapropriação indireta** ou dela exsurgirá **pretensão reivindicatória**, dedutível mediante **indenização** em face dos já então possuidores, a quem se transferirá o **ônus** de dar ao imóvel, no exercício da posse, **destinação social constitucionalmente conforme**.

6 – Não sendo de se acolher o pedido de tutela possessória, **prejudicados** os pedidos de **reparação de danos e obrigação de fazer**, formulados em **cumulação sucessiva eventual**.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS AVIADOS NA INICIAL** por PÉRICLES BARBOSA, ACHILES BARBOSA, MARDEN DE OLIVEIRA BARBOSA, PRISCILA DE OLIVEIRA BARBOSA, MARILDA BARBOSA GEBRIM, OABI GEBRIM, WALDOMIRO BARBOSA FILHO, MARCOS BARBOSA, MARIA ANGÈLICA BRANDÃO BARBOSA, TEREZINHA PEREIRA DA SILVA e ESPÓLIO DE HILDA RODRIGUES DA CUNHA BARBOSA contra ANA MARIA DE LIMA, AUGUSTO PEREIRA MOTA, MARISA ANTÔNIA DA SILVA FERREIRA, JOVELINO FERREIRA VELOSO, ALAOR FRANCISCO DOS SANTOS, VALDIR SACOMAN, FRANCISCO JUBIANO DE FREITAS, ANTÔNIO EURÍPEDES BORGES, WALKIRIA PEREIRA MARQUES e requeridos incertos ou desconhecidos, **TORNANDO DEFINITIVA A DECISÃO NEGATIVA DE CONCESSÃO LIMINAR**.

Condeno os requerentes nas **custas processuais**, além de suportar **honorários** de **R\$800,00** (oitocentos reais) devidos ao Advogado e ao Curador Especial, na proporção de $\frac{1}{4}$ (um quarto) e $\frac{3}{4}$ (três quartos), respectivamente, tendo em conta o **comprido tempo** do processo, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e a **atuação** de cada **profissional** no feito, aquele, sem contestar nem produzir provas, e este, pelo exercício zeloso do *munus* da Curadoria Especial (**art. 20, §§ 4º e 3º** do C.P.C.).

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C.

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2008.

(Publicação Minas Gerais, 15.2.2008)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito



Comarca de Belo Horizonte

Proc. no 0024.03.116.208-4 (TJMG – Ap. Cív. no 1.0024.03.116208-4/001)

Ação: Reintegração de posse c/c reparação de danos

Origem: Porteirinha/MG

Reqtes: Espólio de Anísio Alves dos Santos e outros

Reqdos: Zeferino Cardoso de Brito e outros

Imóvel: Fazenda Mulunguzinho

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

ESPÓLIOS DE ANÍSIO ALVES DOS SANTOS E DE MARIETA AUGUSTA SANTOS, DENISON SANTOS e DALCI MIRANDA SANTOS aforaram AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE c/c REPARAÇÃO DE DANOS contra ZEFERINO CARDOSO DE BRITO, GABRIEL JOSÉ ODILON, DENIZAR ALVES DE SOUZA, REGINO JOSÉ DE LIMA e requeridos incertos ou desconhecidos, integrantes MOVIMENTO DA LIGA DOS CAMPONESES POBRES DO NORTE DE MINAS. Dizem-se **esbulhados** pelos requeridos, em 29.08.2003, da **posse** que exercem de uma gleba de terras com área de **1.453,12 ha**, onde desenvolvem **atividade pecuária**; que tal gleba coube por **herança** ao requerente DENISON SANTOS e se origina do imóvel rural FAZENDA MULUNGUNZINHO, em **Porteirinha/MG**, com área total de **4.888,00 ha**. Pedem, desde a **concessão liminar**, a ordem de **reintegração**, bem como a **condenação** dos requeridos à **reparação de danos** (f. 02-05). Juntam **documentos** (f. 06-25 e 33).

O Ministério Público é pela **extinção do processo por impossibilidade jurídica do pedido** ou pela **justificação** da posse (f. 28-30).

Da **recomendação** de comprovação do cumprimento da função social da posse (f. 30v) os requerentes interpu- seram **Agravo de Instrumento** (f. 40-51), a que o T.J.M.G., por decisão monocrática do Desembargador Relator, concedeu **efeito suspensivo** e, alfim, julgou **prejudicado** (AI nº 431.135-9, em apenso).

Citação pessoal (f. 97v-98v) e **ficta** (f. 250, 262, 323 e 323v). **Comparecimento espontâneo ao processo** de DENIZAR ALVES DE SOUZA e REGINO JOSÉ DE LIMA (f. 107-112).

Em **audiência** de 16.12.2003, **rejeitadas** questões **preliminares** de **ilegitimidades ativa e passiva e incompetência absoluta**, suscitadas pelos requeridos, foram ouvidas 02 (duas) **testemunhas** (f. 107-116 e 256-257) e juntados **documentos** (f. 118-131v).

Laudo de vistoria do imóvel e **anexos** encaminhados pelo INCRA (f. 138-195), **impugnados** pelos requerentes (f. 200-207), juntando **documentos** (f. 208-243).

Indeferimento da concessão liminar (f. 246-248), desafiando dos requerentes **agravo de instrumento** (f. 263-289), com **juízo negativo de retratação** (f. 314-317), **não provido** pelo T.J.M.G. (AI nº 454.115-5 – f. 398-410).

Agravo retido interposto pelos requeridos (f. 295-298) da **decisão de rejeição de preliminares** (f. 107-112), **mantida** por seus próprios fundamentos (f. 624-627).

Contestação, com argüição, em **preliminar**, de **ilegitimidade ativa e inépcia da inicial**. No **mérito**, os requeri- dos infirmam as alegações de exercício anterior da posse e de cumprimento da função social (f. 299-310).

Autorização de levantamento das benfeitorias existentes no imóvel (f. 337), para instruir ação de execução movi- da pela Fazenda Pública de Minas Gerais em face do requerente DENISON SANTOS (f. 325-336).

Impugnação e documentos (f. 339-354 e 355-378).

O Ministério Público é pela manutenção da negativa da concessão liminar (f. 380-385).

Especificação de provas (requerentes – f. 387 e requeridos – f. 389-390), parcialmente deferidas (f. 394-395).

O INCRA diz que **analisa a viabilidade** jurídica do procedimento de vistoria, em face do superveniente **des- membramento** do imóvel (f. 411-413), encaminhando **documentos** (f. 414-419). No mesmo sentido, ofícios de f. 530 e 541.

Os requerentes juntam **documentos** (f. 425-431).

Concessão do benefício da **assistência judiciária** aos requeridos (f. 433).

Em **audiências** de 23.02.2005 e 09.05.2005, tomado o **depoimento pessoal** dos requerentes e ouvidas 12 (doze) **testemunhas** (f. 460-475 e f. 479-480).

Memoriais com razões finais, pelos **requerentes** (f. 485-497), com os **documentos** de f. 498-507, e **requeridos** (f. 512-524). O **Ministério Público** é pela **improcedência** (f. 532-540).

Em razão do **pedido** dos requerentes de **desocupação das áreas de pastagens** (f. 543-545), com **documentos** (f. 546-554), realizaram-se **visita** (f. 581-583) e **audiência** em 12.01.2006, com **homologação de acordo** para autorizar **vistoria pelo INCRA** e **suspensão** do processo (f. 584-587).

Alegando **intimação a destempo**, os **requeridos** pedem a **redesignação da audiência** (f. 589), **nada dizendo** (f. 601v) sobre **propostas de acordo** dos requerentes (f. 593-595).

O **INCRA** diz que ainda **não vistoriou** o imóvel por “*reduzida capacidade operacional*” (f. 600) e apresenta cópia de **parecer jurídico** pela **improcedência da impugnação ao laudo de vistoria** (f. 603-605).

Em curso normal, **rejeição** das **preliminares** suscitadas pelo requerido; decretação de **revelia** de **ZEFERINO CARDOSO DE BRITO, DENIZAR ALVES DE SOUZA e REGINO JOSÉ DE LIMA** e **indeferimento** do pedido de redesignação da audiência (f. 606-610).

Contestação, pelo **Curador Especial** nomeado aos requeridos incertos ou desconhecidos, revéis citados por edital, com alegação de descumprimento da **função social** e, no mais, por negativa geral (f. 617-622).

Recomendou-se a produção de **prova documental** do cumprimento da função social e decretou-se a **revelia** do requerido **GABRIEL JOSÉ ODILON** (f. 624-627).

Só o **Curador Especial** manifestou-se – e negativamente – pela produção de provas (f. 636 e verso), **encerrou-se** a instrução (f. 639).

Ofícios do INCRA, Ministério do Trabalho e Emprego e do IBAMA (f. 635, 637 e 638).

É o **relatório**.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidir-se-á a lide, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

I – Nos termos do **art. 334, II do C.P.C.**, **independe** de prova, posto afirmada pelos requerentes e **confessada** pela parte contrária, a **perda da posse** por ato dos requeridos. Com efeito, consta da **ata de audiência** de 16.12.2003 que os requeridos “*disseram estar no local desde o final de agosto passado, respeitando a casa sede da fazenda e o curral. Os requeridos disseram que escolheram essa fazenda porque tiveram informações de que foi vistoriada pelo INCRA e considerada improdutiva*” (f. 107-112).

Demais disso, a prática de atos de **esbulho** há **menos de ano e dia** do ajuizamento da ação (11.09.2003 – f. 27) vem relatada no **boletim de ocorrência policial nº 1332/03**, lavrado em 30.08.2003. A autoridade policial, **presente** ao **local** dos fatos por solicitação do requerente DENISON, constata que “*uma pequena parte da fazenda, que fica à direita da sede, próxima a duas lagoas, havia sido invadida, bem como duas casas da sede da fazenda, sendo que os invasores haviam colocado um cadeado e uma corrente na cancela que dava acesso ao local onde se encontravam. Também colocaram estacas e plantas com espinhos para impedir o acesso de pessoas; estes, ainda, fixaram na estrada da Fazenda bandeiras da Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas, relatando que queriam a liberação da terra para eles, contudo, se negaram a fornecer o nome de seu líder e/ou representante. (...) Segundo o vaqueiro da Fazenda, testemunha 05 [EDNEY FERNANDES DE SOUZA], este nos relatou que estava dormindo na sede da Fazenda, como de costume, e, aproximadamente às 24:00 hs do dia 29 de agosto de 2003, os invasores adentraram na referida Fazenda*” (f. 22-25).

No mesmo sentido, o **depoimento** tomado em **audiência de justificação**:

“*que é de seu conhecimento que em agosto deste ano trabalhavam na fazenda como vaqueiros as pessoas de Nei e Quelé, este último cuida da sede; que em agosto do mesmo correu a notícia em Tocandira que os acampados haviam ocupado a fazenda no local onde eles estão*” (DELVANIR FERREIRA CAMPOS – f. 113-114).

2 – Superada a questão dos **fatos de esbulho**, passamos a apreciar os elementos atinentes ao direito de os ora requerentes virem a Juízo pleitear **proteção possessória**.

3 – Agora em sede de **cognição exauriente, modificando** entendimento manifestado anteriormente pelo ilustre julgador que me antecedeu nesta Vara de Conflitos Agrários, impende acolher as razões dos requerentes, no que diz respeito à **imprestabilidade do laudo de vistoria do INCRA** como prova do descumprimento da função social do imóvel, quanto ao aspecto econômico.

A petição inicial **descreve** nos seguintes termos o **imóvel** cuja posse é objeto da lide:

“Um grupo de famigerados sem terra (...) invadiram de forma violenta, em molde a intimidar seus trabalhadores, a Fazenda Mulunguzinho, no distrito de Tocandira, comarca e município de Porteirinha, no Norte do Estado, de propriedade e posse dos Autores. (...) Referida propriedade é constituída de área maior, totalmente cercada e dividida, que se encontra na posse e propriedade dos espólios autores, há mais de 50 anos, sendo que, por fruto de partilha amigável ajustada entre os herdeiros (que são apenas dois), o 2º Autor, Denison Santos, já ocupa há cerca de 3 anos exclusivamente a área de 1.453,12 ha, que foi invadida e que é assim descrita, para a qual se pede a proteção possessória:

‘Começa à margem esquerda da rodovia Janaúba a Porteirinha, daí segue limitando por cercas com João da fazenda Amargoso; daí por estrada até Virgulino de Lima Preto; Joaquim M. Santos, Antônio [rectius, Ambrósio] B. Oliveira, Juvenato S. Pereira, até a estrada de Tocandira a Porteirinha; daí, por essa estrada, até a linha férrea; daí pela linha férrea até a Fazenda de Mundico, por cercas, Fazenda Salobro, sempre por cercas, até o ponto inicial’” (negrejei – f. 03-04).

Acompanha a inicial **planta** do imóvel, ali representadas com nitidez tais **divisas e confrontações** (f. 08). As mesmas **referências-chave** (linha de ferro, estrada de Tocandira para Porteirinha, JUVENATO S. PEREIRA, AMBRÓSIO B. DE OLIVEIRA, VIRGULINO DE LIMA PRETO, JOÃO DA FAZENDA AMARGOSO, estrada Janaúba-Porteirinha, Fazenda de Mundico, Fazenda Salobro etc.). Também constam da certidão da matrícula nº 12.422, relativa a uma sorte de terras situada na Fazenda Mulunguzinho, com área de **1.453,12 ha**, que coube ao requerente DENISON por força de **formal de partilha** de 12.08.2003, extraído dos autos de inventário dos bens deixados por falecimento de seus pais, ANÍSIO ALVES DOS SANTOS e MARIETA AUGUSTA SANTOS (f. 118 e 120).

Do **conjunto probatório** extrai-se que a antiga Fazenda Mulunguzinho (matrícula nº 5.077 – f. 09) foi transferida aos dois únicos herdeiros, **DENISON SANTOS** e **DOLOR SANTOS**, cabendo àquele uma gleba com **1.453,12 ha** e, a este uma área de 3.441,0437 ha, respectivamente matriculadas sob os nºs 12.422 e 12.420, no Cartório de Registro de Imóveis de Porteirinha (f. 417-418 e 419).

Extreme de dúvida, pois, que o **objeto litigioso** é a posse exercida sobre a gleba com **1.453,12 ha**. A seu turno, foi objeto da ação de reintegração tombada sob o nº 0024.03.888.286-6 a posse exercida pelo segundo herdeiro, **DOLOR SANTOS**, sobre a gleba com área de 3.441,0437 ha, denominada Torrão ou Embaré, em cujos autos foi homologado acordo autorizando a vistoria pelo INCRA (f. 503-504).

Todavia, o **laudo de fiscalização agrônômico** elaborado pelo INCRA versou sobre a **integralidade** da Fazenda Mulunguzinho, **desconsiderado o desmembramento** do imóvel, regularíssimo no caso, porquanto decorrente de fato jurídico necessário (transmissão *causa mortis*).

Contudo, impende destacar que a **matrícula imobiliária individualizada** somente foi aberta em 29.10.2003, após o ajuizamento da ação. Até que fosse regularmente transferida a propriedade ao herdeiro, subsistia o **condomínio**, a justificar mesmo a **legitimidade ativa** dos espólios. Pois bem. Presume-se a **ineficácia** das modificações quanto ao **domínio** do imóvel, acaso ocorridas até seis meses após a data da comunicação da vistoria e antes da edição do **decreto expropriatório** (art. 2º, §4º da **Lei 8.629/93**, com redação dada pela **Medida Provisória nº 2.183/2001**).

No que nos interessa, a **presunção legal** tem o condão de **desconstituir** os registros imobiliários resultantes do desmembramento porventura irregular, **subsistindo a higidez** de eventual declaração de improdutividade resultante do laudo de vistoria.

Porém, na **casuística**, o **desmembramento** ocorreu depois do período crítico de 6 (seis) meses da autorização de vistoria, que, demais disso, teria sido dada tão-somente pelo outro herdeiro, **DOLOR SANTOS**, motivo por que o Procurador Federal do INCRA/MG, em parecer de 05.10.2004, opinou pela *“continuidade do processo de desapropriação*



tendo como objeto somente as áreas claramente ofertadas na audiência da ação de reintegração de posse 0024.03.888.286-6: *Torrão e Embaré*” (f. 501-507).

Assim, as conclusões sobre o descumprimento da função social quanto a **imóvel já inexistente no mundo jurídico** não se prestam a convencer da **ilegitimidade** da concessão da tutela possessória a imóvel distinto, ainda que originário daquele.

Releva notar que a juntada aos autos do **elucidativo parecer** deu-se tão-somente em 06.06.2005, impossibilitando que se constituísse como elemento de convicção da decisão concessiva liminar, proferida que foi em 27.02.2004 (f. 246-248) e confirmada pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais em 09.06.2004 (f. 398-404).

Não subsistindo, pois, a **classificação** do **imóvel** como **grande propriedade improdutiva**, vez que resultado de vistoria de área maior, cumpre-nos verificar o cumprimento da dimensão econômica da função social no restante do conjunto probatório.

Já o **boletim de ocorrência policial** que relata a **ocupação**, lavrado em 30.08.2003, noticia que os requeridos teriam soltado aproximadamente 300 (trezentas) reses que se encontravam no curral da fazenda (f. 23-25). Quando do **esbulho**, estava **em vigor** o contrato de **arrendamento** celebrado pelo requerente **DENISON SANTOS** com JURACY FREIRE MARTINS em 29.11.2002, com termo final em 01.12.2003, hábil a comprovar a alegação de exercício de **posse produtiva**, porquanto o objeto daquele negócio jurídico fosse o **arrendamento oneroso** de 1.452,00 ha para uso na criação e manejo de 450 (quatrocentas e cinquenta) vacas (f. 20-21).

O **cartão de controle sanitário** do **Instituto Mineiro de Agropecuária** demonstra o exercício constante de intensa **atividade pecuária**, desde 1993 até 2004. O **efetivo pecuário médio apascentado** na Fazenda Mulunguzinho no biênio anterior à perda da posse (agosto de 2001 a agosto de 2003) era de **611** (seiscentas e onze) **cabeças de gado bovino** (f. 427) e, no período subsequente ao fracionamento do imóvel, de **557** (quinhentas e cinquenta e sete) **reses** (425-426).

A par da prova documental, as **testemunhas** também confirmam o fato da **exploração** do imóvel, **diretamente** pelo requerente **ou** por intermédio do **arrendatário**:

“que a fazenda estava na posse do Sr. Anísio Santos, pai de Denison Santos, posse essa exercida desde o mês de janeiro de 1976; (...) que a fazenda estava arrendada para o Sr. Juracy Freire Martins, que inclusive teve que retirar o gado após a invasão; que não sabe informar quantas cabeças de gado estavam na fazenda; que tem conhecimento por ouvir dizer que a fazenda ficou para os herdeiros, sendo que Denison ficou com a sede da fazenda, objeto da ação, e o seu irmão, com a fazenda conhecida por Santa Maria; que não sabe informar o que era produzido na fazenda, mas apenas que era desenvolvida atividade agropecuária já mencionada; que acha que parte do gado pertencia também aos autores” (depoimento de BRUNO SÉRGIO RODRIGUES – f. 465);

“que não sabe precisar a data da invasão, mas sabe que se tratava de fazenda produtiva; que antigamente cultivava-se algodão, pastagens, milho; que, por ocasião da invasão, havia apenas as pastagens, além do gado (...); que ouviu falar que a fazenda estava arrendada para a pessoa de Juracy Freire, pessoa esta que retirou seu gado após a invasão; que sabe informar que na fazenda havia aproximadamente mil cabeças de gado; que pode informar que por ocasião da invasão a fazenda estava na posse dos autores; que pode informar que o cultivo de algodão na fazenda se deu há aproximadamente seis anos; que sabe dizer sobre a quantidade de gado no local por ouvir dizer” (depoimento de JOSÉ CARLOS MENDES – f. 466).

Não obstante a **imprecisão** acerca do *quantum* do rebanho apascentado no imóvel, certo é que os testemunhos convergem no sentido da **suficiente exploração econômica** do imóvel, **elidindo** a **alegação de abandono** sustentada em uníssono pelas testemunhas arroladas pela parte contrária.

Além, das **sete testemunhas** arroladas pelos requeridos (f. 469-475), **quatro** estavam **impedidas** de depor (**art. 405, §2º, II do C.P.C.**), vez que integraram o pólo passivo, a saber: IZABEL PEREIRA SANTOS, DAVID JOSÉ DA COSTA, ALEX EUSTÁQUIO FARIA e EDIVALDO RIBEIRO DOS SANTOS, ocupantes presentes às audiências (f. 115 e 587). A seu turno, JOSÉ LIMA DA ENCARNAÇÃO foi ouvido simplesmente como **informante**, pelo manifesto interesse na causa, em razão de parentesco com os requeridos (f. 474). Por fim, a testemunha JOANES FERREIRA DOS SANTOS demonstrou **parcialidade**, declarando que “*teve vontade de fazer parte da invasão, mas que não o fez porque lá está difícil, pois não tem mais saúde para fazer parte do movimento*” e que “*se fosse mais novo e tivesse saúde com certeza estaria fazendo parte do movimento*” (f. 475). A alegação



de **abandono do imóvel** ampara-se, pois, tão-somente no **testemunho isolado** de EDILSON CARDOSO DOS SANTOS (f. 473), de **força probante mitigada** em face do conjunto de provas em contrário produzidas pelos requerentes.

Nesta seara, importa a prova de que o imóvel não se encontra em estado de **abandono** e é **aproveitado** de modo **adequado**, segundo os princípios da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**. Sob pena de infligir às partes **ônus probatório desproporcional** e **inatingível**, em prejuízo da **justiça da decisão**, não nos compete aferir a consecução dos índices de utilização da terra (**GUT**) e eficiência na exploração (**GEE**), utilizados pelo **INCRA** no procedimento de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária (**Lei nº 8.629/93**), muito embora seja importante o cumprimento deles. O que se põe em destaque nesta chamada de atenção é a **circunstancialidade** da análise: se há **abandono** do imóvel ou descumprimento tal dos índices a caracterizar o **abandono**; ou, de outro lado, o descumprimento em **limites não relevantes** para evidenciar o **abandono** (**mera irregularidade**).

No deslinde de causa dessa natureza, **rejeita-se o rigor do esquadramento microscópico** dos requisitos constitucionais da função social, sob pena de **banalizar-se** questão tão relevante quanto a da **perda da posse imobiliária**.

Resta **suficientemente demonstrado**, pois, o **exercício de atividade econômica no imóvel**, no período imediatamente anterior ao ajuizamento da presente ação.

4 – O exercício da posse da propriedade rural, em consonância com as **diretrizes constitucionais**, só atenderá à **função social** quando, ainda que usada **economicamente** em **aproveitamento racional e adequado**, harmonize a **exploração** e a **preservação** (incluída a **recuperação**) do **meio ambiente**, enfocando o paradigma da **exploração sustentável**, baseada em práticas que estimulam a **diversidade** da **fauna** e da **flora**, comprometidas com a **conservação dos recursos naturais**. E nesse **paradigma** é que cumpre a **justiça social** prevista no **art. 170, III** da **C.F./88**, atendendo, além, ao **art. 186** e seus **incisos**, da **C.R.F.B./88**.

É fato que **não** se encontra **averbada**, à margem da respectiva **matrícula imobiliária**, a área de **reserva legal**, que pudesse evidenciar, ao menos em um sentido formal, o cumprimento da **dimensão ambiental** da função social (f. 417-418).

Muito embora entendamos **cogente** a norma do **Código de Defesa Florestal** que trata da matéria, de se destacar a **controvérsia jurisprudencial** que paira sobre a questão da **obrigatoriedade da averbação**. A própria Corte Superior do **Tribunal de Justiça de Minas Gerais**, no julgamento do **Mandado de Segurança nº 1.000.00.279477-4/000**, assentou o entendimento de que o **Código Florestal não impõe** a averbação da reserva legal a todo e qualquer imóvel rural nem condiciona a prática de atos notariais e registrais à averbação, ali tratada como **mero ato administrativo autônomo**, sem caráter auto-executório.

Conquanto não se ignore a incipiente (e salutar) **mudança na orientação**, na esteira de **precedente** do **Superior Tribunal de Justiça (RMS nº 18.301/MG, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, j. 24.08.2005)**, grassa ainda a **controvérsia** no **TJ.M.G.**, de que são exemplos, **favoráveis** à **obrigatoriedade da averbação**, os recentes julgados nº 1.0287.07.029442-9/001, rel. Des. CAETANO LEVI LOPES, j. 25.09.2007; 1.0694.06.031274-1/001(1), Rel. Des. MAURÍCIO BARROS, j. 03.07.2007; 1.0499.06.000299-9/001(1), Rel. Des. ARMANDO FREIRE, j. 12.06.2007; 1.0309.04.001296-0/001(1), Rel. Des. EDGARD PENNA AMORIM, j. 01.03.2007; 1.0694.06.030368-2/001(1), Rel. Des. EDILSON FERNANDES, j. 09.01.2007 e 1.0517.05.978219-6/000(1), Rel. Des. MARIA ELZA, j. 06.04.2006. E, **contrários**, os julgados nº 1.0283.05.002623-8/001(1), Rel. Des. SILAS VIEIRA, j. 26.04.2007; 1.0000.07.449726-4/000(1), Rel. Des. BELIZÁRIO DE LACERDA, j. 29.05.2007; 1.0283.06.004492-4/001(1), Rel. Des. BELIZÁRIO DE LACERDA, j. 22.05.2007; 1.0694.06.031433-3/001(1), Rel. Des. ALBERGARIA COSTA, j. 29.03.2007 e 1.0283.06.004242-3/001(1), Rel. Des. ALBERGARIA COSTA, j. 08.03.2007.

Revela-se, pois, **desproporcional exigir** do jurisdicionado a observância de conduta cuja **imposição** nem ao menos é **pacífica** perante os tribunais. E por derradeiro, mas não em último, é de se privilegiar, em **análise teleológica da norma**, a **concreta preservação de área de reserva legal**, em detrimento da exigência de observância de **formalidade administrativa**. A própria Justiça Federal, a quem compete julgar ações de desapropriação para fins de reforma agrária, vem entendendo que a **irregularidade formal não compromete** o cumprimento da função social da propriedade. A tal propósito, lúcida manifestação da **Procuradoria da República**, em parecer da lavra da i. Procura-



dora Dra. MARIANE G. DE MELLO OLIVEIRA, nos autos do processo nº 2003.35.011233-7, em trâmite perante a 9ª Vara da Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Goiás:

*“Entende este Órgão Ministerial que, muito embora tenha ficado caracterizado nos autos que a indigitada reserva legal não fora devidamente averbada antes da vistoria administrativa, mas somente após a mesma, a **confirmação de sua existência** torna-se suficiente para que esta seja considerada no cálculo do Grau de Utilização da Terra – GUT do imóvel em estudo. (...) A obrigação de preservar a área relativa à reserva legal decorre de lei, ainda que não esteja averbada. Segundo o Código Florestal, o proprietário está impedido de explorar pelo menos 20% de sua propriedade rural (art. 16, “a” e parágrafos 2º e 3º), independentemente de haver assinado e averbado no registro imobiliário o termo de compromisso de preservação de reserva legal. (...) O Ministério Público Federal, apesar de ter conhecimento e respeitar a posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal [de não considerar como reserva legal área não averbada], não pode com ela concordar. Se assim o fizesse, estaria sendo conivente com uma formalidade que despreza a real situação fática do imóvel, prejudicando de forma desproporcional uma das partes, o que não pode ser tolerado. A Lei Ambiental tutela a **preservação do meio ambiente** e não a **burocracia**. De se ressaltar que a Lei nº 8.629/93, em seu art. 10, IV, considera a área de reserva legal não aproveitável para fins de cálculo da produtividade do imóvel, não condicionando esta exclusão ao fato de estar averbada no registro imobiliário.”²¹¹*

No **caso concreto**, encontra-se **averbada**, à margem da matrícula de origem, a área de **reserva legal** com **1.054 ha** (f. 414-415), **superior a 20%** da superfície total do imóvel (4.693,00 ha), **transposta** para a matrícula nº 12.420, relativa ao imóvel que coube ao herdeiro DOLOR SANTOS (f. 419).

Por ocasião do **desmembramento** do imóvel, já na vigência do **art. 16, § 8º do Código Florestal**, introduzido pela **Medida Provisória nº 2.166-67/2001**, o requerente **DENISON SANTOS** deveria ter previamente instituído a reserva legal sobre o quinhão que lhe coube na Fazenda Mulunguzinho, **inexistente** no caso, mesmo por que o próprio título judicial translativo da propriedade (formal de partilha) nada dispõe a respeito.

Deve-se ter em conta, todavia, que o proprietário ou possuidor de imóvel rural com área de **floresta nativa, natural, primitiva** ou **regenerada** inferior ao mínimo legal sempre poderá pleitear a **compensação da reserva legal** por *“outra área equivalente em importância ecológica e extensão, desde que pertença ao mesmo ecossistema e esteja localizada na mesma microbacia, conforme critérios estabelecidos em regulamento próprio”* (**art. 44, III do Código Florestal**).

Assim, nada obsta a que o requerente **DENISON SANTOS** pleiteie a **compensação do passivo ambiental** de seu imóvel com a área de reserva florestal existente no quinhão que coube a seu irmão, tendo em vista que, antes do desmembramento, encontrava-se averbada a reserva legal com extensão proporcional à integralidade da Fazenda Mulunguzinho.

Nesse contexto, a questão da **inexistência da formalidade da averbação**, passível de regularização, não se mostra grave o bastante a fundamentar eventual negativa de concessão da tutela possessória.

Demais disso, o **laudo técnico** anota a efetiva existência de **1.058,1895 ha de reserva legal no imóvel de origem** (f. 165), em regular estado de **regeneração**: *“observamos a existência de uma área de reserva legal devidamente averbada à margem da matrícula do imóvel, com predomínio de vegetação secundária, localizada naquelas áreas de relevo mais acentuado, enquanto que em outras, onde o relevo apresenta-se mais favorável, houve, no passado, exploração da vegetação para carvoejamento, encontrando-se hoje em processo de regeneração, em estágio avançado, de modo geral. Alcança esta área um total de 1.058,00 ha, ligeiramente superior aos 20% da área total do imóvel, mínimo exigido em lei”* (f. 170).

E, ainda, quanto às **condições de preservação da reserva**: *“A área de Reserva Legal, localizada na porção noroeste do imóvel, em área de relevo mais movimentado, encontra-se atualmente preservada, estando sob o domínio de capoeira e vegetação arbórea/arbustiva, sendo possível observar evidências de exploração seletiva de espécies nobres no passado”* (f. 158).

Quanto à **degradação** da área de **preservação permanente**, constatada no referido laudo técnico (f. 165) e invocada pelo Ministério Público como fundamento da improcedência do pedido (f. 538), subsiste a **dúvida** quanto ao **ilícito** ocorrer efetivamente no imóvel cuja posse é objeto da lide, pela circunstância alhures declinada de versar o laudo sobre a integralidade da Fazenda Mulunguzinho, **desconsiderado o regular desmembramento**.

211 – Cfr. Justiça Federal de 1ª Instância – Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais – Mandado de Segurança Individual – proc. nº 2007.38.00.022941-6.



E, alfim, registre-se que, na **casuística**, a matéria não foi eficientemente apreciada em **contraprova** pelos requeridos, a sobreviver ao **contraditório**, não havendo nos autos **alegação, prova** ou **indício** da atualidade de **ilícito ambiental** porventura praticado pelos requerentes. Ao revés, **certifica** o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis a **inexistência** de auto de **infração** eventualmente lavrado em nome dos requerentes (f. 638).

Por tudo, tenho por **suficientemente** demonstrado, pois, em **grau mínimo**, o **cumprimento** da **função social** na sua **dimensão ambiental**.

5 – O **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88), repercute na função social da propriedade, razão por que, no cumprimento, não se observam as disposições de regência das **relações de trabalho** (art. 186, III da C.R.F.B./88).

Assim, sob a **lógica do razoável**, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de direitos trabalhistas em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social, existência digna e redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

Declara a **testemunha** DELVANIR FERREIRA SANTOS que no imóvel trabalhavam os vaqueiros *Quelê e Nei* (f. 113-114), com certeza os dois empregados sem registro em carteira profissional, a que se refere o laudo do INCRA: “*Trabalham na fazenda os Srs. Clemente Farias, 75 anos, residente na comunidade de Amargoso, e Ednei Fernandes de Souza, 23 anos, vive em comum com Dimaete Maria de Jesus, com quem tem dois filhos menores, este, desde fevereiro de 2003 e aquele por mais de 40 anos, ambos sem carteira assinada*” (f. 171).

Além, há no imóvel **diversos posseiros**, cuja situação vem assim retratada no **laudo do INCRA** nos seguintes termos:

“*Sr. Jerônimo Pereira Lima, 5 anos, casado com Edite Natividade de Lima, trabalhou para o Sr. Anísio Santos por 23 anos sem carteira assinada, segundo o mesmo, e desde 1988 vem explorando uma área de aproximadamente 5,0 ha pertence à fazenda (posseiro).*”

Sr. Antônio da Costa Faria, residente à Rua Francisco da Chagas, 149, Tocandira, trabalhou sem carteira assinada por 26 anos na fazenda, recebendo como ‘acerto’ uma área de aproximadamente 7,0 ha. ‘Vendeu’ seu direito no início de 2003.

Sr. Albano Batista da Costa, casado com Sra. Delcina Maria de Jesus, 06 filhos, residem no imóvel, numa área de aproximadamente 4,00 ha, onde existe uma casa e rede elétrica monofásica de 5 kva há 13 anos.

Sr. José Nascimento, casado com Laudilina Pereira Ramos, 12 filhos, sendo que um (Carlos Pereira Nascimento) mora com o casal, residente na comunidade do Amargoso, trabalhou para o Sr. Anísio sem carteira assinada por 30 anos e no momento toma posse de uma área que, segundo o mesmo, lhe foi ‘dada como acerto’ pelo tempo do serviço prestado.

Nos acompanhou em parte dos trabalhos de campo o Sr. Milton Barbosa da Silva, 34 anos, casado com Helenira Conceição Santos, com quem tem 3 filhos menores, nascido e criado na fazenda, onde trabalhou por 23 anos sem carteira assinada, recebeu uma área de 28,40 ha dividindo com a fazenda, como acerto pelo tempo de serviço.

Sr. Francisco Barbosa (Chiquinho), residente à Rua Janaúba, 430, em Tocandira, recebeu uma área de aproximadamente 7,0 ha, também como forma de acerto pelo tempo que trabalhou na fazenda (também nos acompanhou nos trabalhos de campo).

Ressaltamos que por ocasião dos trabalhos de vistoria, nenhuma das pessoas citadas acima possuíam documentação referente a tais áreas” (f. 171-172).

Convicto da **inobservância** das disposições que regulam as **relações de trabalho**, o **Ministério Público** pugna pela improcedência do pedido, entendimento do qual, *data venia*, **divirjo**. Com efeito, os autos **carecem de elementos** de cognição **bastantes** a definir a natureza do vínculo outrora existente entre os requerentes e os posseiros, inexistindo óbice a que prestassem **serviço eventual** e **sem subordinação**, circunstâncias que, em tese, impediriam a caracterização de vínculo de emprego, tornando **irrelevante** a ausência de **registro em carteira profissional**.

Extraí-se, como exemplo da **complexidade** das relações laborais mantidas no imóvel, excerto do **depoimento** de DELVANIR FERREIRA SANTOS. A testemunha, compromissada, declarou textualmente haver “**trabalhado** para Anísio Santos”, na condição de “**arrendatário** de pedaços de terras para plantar algodão na companhia de seus pais e seus irmãos”



(**negrejei** – f. 113-114). Especialmente se se considerar a **informalidade** do depoimento leigo, a prova dos autos haveria de permitir a inequívoca subsunção da relação ao tipo contratual legal, sendo plausível que, no caso, entre a testemunha referida e o requerente houvesse relação negocial de **arrendamento**²¹² ou **parceria**²¹³, conforme a distribuição dos riscos (**Decreto nº 59.566/66**); simples **sociedade de fato**, acaso presente a “*affectio societatis*” (**art. 981 do Código Civil/2002**) ou mesmo **vínculo empregatício**.

Pois bem.

Ainda que se admita a **natureza empregatícia da relação**, não há nos autos provas ou indícios do **descumprimento de direitos materiais** do obreiro, relegando a ausência de registro em carteira à esfera de **mera irregularidade**, corroborada pela ausência de notícia de irresignação dos ex-empregados quanto a eventuais créditos insatisfeitos.

Demais disso, a prova dos autos não elide a possibilidade de que os próprios créditos trabalhistas, se existentes, estejam atingidos pela **prescrição**. Ora, em sede de **cognição exauriente**, não se nos revela **razoável** negar a tutela possessória com base em **mera ilação** de descumprimento de normas de regência das relações de emprego, se é possível esteja já extinta a própria pretensão nascida da suposta violação do direito.

Certo é que dos autos se infere que, bem ou mal, regular ou irregularmente, os **posseiros** não foram sumariamente alijados do imóvel, **sobrevivendo** da exploração das glebas que lhes foram concedidas, onde **residem** com a família há vários anos, circunstância que, de certo modo, não deixa de **atender à função social**.

Por tudo, então, no contexto, a **infração**, se existiu, **nada representou** no âmbito da **verificação** da regularidade das relações de trabalho, e desafia, antes, medidas de ordem pública, a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego ou do Ministério Público do Trabalho. Acaso relevante, a irregularidade haveria de ser **sanada** e mesmo **sancionada** – fosse o caso – em **via própria**. Sequer há nos autos notícia de que o **Ministério Público** tenha requerido ou adotado alguma **providência** entendida **necessária** ao **saneamento de irregularidade** que saiba existente, em prejuízo da **gravidade** que vem atribuir à questão no parecer de f. 532-540, *data venia*.

A **testemunha** ouvida em audiência, DEVANIR FERREIRA SANTOS, declarou existir **dois empregados** no imóvel, evidenciando que a posse exercida pelos requerentes é, ao menos, **geradora de empregos** (f. 113-114).

Muito embora não haja **prova documental** da observância das normas de regência das relações de trabalho, aqui, como alhures, a matéria não foi eficientemente apreciada em **contraprova** pelos requeridos, a sobreviver ao **contraditório**, que deixaram passar em branco, assim também o Ministério Público, quanto à oportunidade de a respeito inquirir em audiência os próprios requerentes e as testemunhas, duas das quais já teriam trabalhado no imóvel, DELVANIR FERREIRA SANTOS (f. 113-114) e JERÔNIMO PEREIRA LIMA (f. 467).

A seu turno, o **Ministério do Trabalho e Emprego**, pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, informa que **não há registro de irregularidades trabalhistas** no imóvel (f. 637). Assim, **sem prova, indício** ou **alegação** nos autos de que no imóvel se patrocinasse **trabalho escravo ou degradante**, condutas que, por afrontarem a **dignidade humana**, fundamento do **Estado Democrático de Direito**, **repugnam à Constituição** e à **lei**, tais a embasar a negativa da tutela possessória.

6 – A par de **racional** e **adequada**, há indícios de que a **exploração econômica** se mostra favorecedora da **saúde, educação** e **lazer** dos proprietários, empregados, vizinhos, sem notícia de que ali se exerçam **atividades perigosas, penosas** ou **insalubres**, em risco à **integridade física e psíquica** de quantos circulem naquele **microcosmo social**.

Consta dos autos que o imóvel é servido de **água corrente** e dotado de rede de distribuição de **energia elétrica**, casa sede, cinco casas para colono com instalações elétricas e hidrosanitárias internas, casa de empregado, quatro galpões, casa para máquinas, reservatório de água e **outros equipamentos** e **instalações** para facilitação do trabalho e atendimento às necessidades básicas dos empregados (f. 118 e 120 e 169).

Tampouco há prova de que a posse exercida pelos requerentes gerasse **conflitos** e **tensões sociais** no imóvel. Pelo

212 – “**Art. 3º** – Arrendamento rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agro-industrial, extrativa ou mista, mediante certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da Lei.”

213 – “**Art. 4º** – Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agro-industrial, extrativa vegetal ou mista; e ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias primas de origem animal, mediante partilha de riscos do caso fortuito e da força maior do empreendimento rural, e dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais da lei (artigo 96, VI do Estatuto da Terra).”





contrário, no curso da lide os requerentes celebraram **acordo** para autorizar a **vistoria** do imóvel pelo INCRA (f. 584-587) e, mais adiante, formularam **nova proposta de acordo**, aquiescendo com a **permanência** dos requeridos em área que indicaram (f. 591-594), não efetivado tão-somente por ausência de manifestação dos requeridos (f. 601v). A **via conciliatória** buscada e trilhada pelos requerentes, no intuito de **não acirrar o conflito**, revela um exercício de posse especialmente **refratário às tensões sociais**.

Assim, havendo os requerentes **demonstrado suficientemente o atendimento de todos os requisitos da função social, fazem jus à tutela possessória vindicada**.

7 – Por **legítima** que seja a **pressão** sobre o INCRA pela obtenção da terra, o **apego quase ritualístico a detalhes**, a essa altura, atira o jurisdicionado em situação de **abandono**, ao mesmo tempo em que, de modo nefasto, estimula a **atuação dos movimentos sociais** como **justiceiros**. Isso vale, por óbvio, noutra vertente, quando se cuida da violência semeada por **milícias armadas**.

Por tudo, conquanto não **robustíssima** nem **exaustiva** a prova do cumprimento da função social quanto aos aspectos **ambiental** e **das relações de trabalho**, é de se notar que o feito **não foi instruído com o cuidado necessário**, declinando todos da faculdade de, a respeito, produzir provas em audiência. Também é certo que, quanto ao ponto, tampouco há dúvida bastante a ensejar a decisão de improcedência do pedido.

Convocado a **compor o conflito coletivo possessório**, ao **Estado-juiz** incumbe, a um só tempo e **equitativamente**, zelar pelo **cumprimento da função social** e pelo **apaziguamento da tensão social**, sem negligenciar nem privilegiar qualquer de suas indesviáveis atribuições.

Assim, muito embora os elementos dos autos não sejam bastantes a fundamentar uma decisão de improcedência, não deixa de causar **preocupação a especulação** de que, na **exploração econômica** do imóvel, os requerentes **des-crem** de observar as normas de regência das relações de trabalho e de utilizar adequadamente os recursos naturais disponíveis e preservar o meio ambiente.

Em atendimento ao **preceito constitucional do cumprimento da função social**, solicitar-se-á aos **órgãos competentes (IBAMA, IEF e Ministério do Trabalho e Emprego)**, pois, a **averiguação** da ocorrência das **supostas violações**, do que decorrerá, se for o caso, a inclusão do imóvel no roteiro de fiscalização e vistoria pelo INCRA e a tomada das **providências cabíveis**.

8 – Pedem os requerentes ainda a **reparação dos danos materiais** sofridos, consubstanciados no **prejuízo** advindo da prematura **rescisão do contrato de arrendamento** do imóvel (f. 04).

O **contrato** de f. 20-21, celebrado em 29.11.2002, com termos inicial em 01.12.2002 e final em 01.12.2003, faz prova do **arrendamento oneroso** do imóvel para JURACY FREIRE MARTINS. Também as **testemunhas** confirmam o fato do arrendamento (depoimentos de DELVANIR FERREIRA SANTOS e NEUZI MENDES SILVA – f. 113-114 e 256-257).

A **invasão/ocupação** deu-se em 29.08.2003 (f. 22-25), na **vigência do contrato**. A **prova oral** corrobora a alegação de rescisão prematura daquele negócio jurídico, em virtude da superveniência da ocupação. Com efeito, convergem nesse sentido os **depoimentos dos requerentes** (f. 462 e 463-464), das **testemunhas** (BRUNO SÉRGIO RODRIGUES e JOSÉ CARLOS MENDES – f. 465 e 466) e do próprio **arrendatário**, ouvido como informante (f. 479).

Evidenciado o **nexo de causalidade** entre a **conduta** culposa ou dolosa dos requeridos e o **dano material**, decorre o **dever de indenizar** (art. 927 c/c art. 186 do Código Civil/2002). Fazem jus os requerentes, portanto, à reparação do **prejuízo** de **R\$9.000,00** (nove mil reais), consistente na frustração do recebimento da retribuição mensal de R\$3.000,00 (três mil reais) pela **cessão do uso da terra**, referente às parcelas que venceriam em 01.10.2003, 01.11.2003 e 01.12.2003, acaso **não extinto o contrato de modo anômalo**, por efeito imediato de ato dos requeridos.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL POR ESPÓLIOS DE ANISIO ALVES DOS SANTOS E DE MARIETA AUGUSTA SANTOS, DENISON SANTOS e DALCI MIRANDA SANTOS em face de ZEFERINO CARDOSO DE BRITO, GABRIEL JOSÉ ODILON, DENIZAR ALVES DE SOUZA, REGINO JOSÉ DE LIMA e requeridos incertos ou desconhecidos**, integrantes do



MOVIMENTO DA LIGA DOS CAMPONESES POBRES DO NORTE DE MINAS, REINTEGRANDO OS REQUERENTES NA POSSE da Fazenda Mulunguzinho, em Unaí/MG, objeto da matrícula imobiliária nº 12.422.

CONDENO os requeridos ao pagamento da quantia de **R\$ 9.000,00** (nove mil reais), a título de indenização pela **perda dos frutos civis**, acrescida de **juros de mora** de 1% (um por cento) ao **mês**, a partir de **12.04.2004** (primeiro dia útil seguinte ao termo final da dilação do edital de citação dos últimos requeridos – f. 262), e **corrigida monetariamente** pelos índices da **tabela da Corregedoria-Geral do Estado de Minas Gerais**, a partir do vencimento de cada parcela (01.10.2003, 01.11.2003 e 01.12.2003).

Condeno os **requeridos** nas **custas processuais**, além de **honorários** de **R\$1.800,00** (mil e oitocentos reais) devidos ao Advogado dos requerentes, equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor da condenação (art. 20, § 3º do C.P.C.), tendo em conta o **longo tempo** do **serviço**, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e o **empenho** do profissional, atuante em todas as fases do processo. Fica **suspensa a exigibilidade** de tais verbas, em virtude da **concessão** aos requeridos do benefício da **assistência judiciária gratuita** (art. 12 da Lei nº 1.060/50).

Por **ofício**, informando, na oportunidade, o **nome** e o **número do CPF** dos **requerentes** (f. 02), a **denominação** e o **número da matrícula do imóvel** (f. 417-418), **solicitar** ao **IBAMA**, e ao **IEF** averiguação acerca de **eventual irregularidade ambiental** no imóvel. E ao **Ministério do Trabalho e Emprego**, sobre **eventual inobservância** das normas de regência das **relações de trabalho**.

Transitada em julgado, **depreque-se** a expedição e cumprimento do competente **mandado de reintegração**. Tudo feito, **arquivar**, com **baixa**.

À Secretaria, para juntar aos autos a decisão do Agravo de Instrumento nº 431.135-9 em apenso e a certidão de trânsito em julgado (f. 67-71), naqueles permanecendo cópia.

P.R.I.C..

Comarca de Belo Horizonte
Proc. no 0024.02.819.019-7 (TJMG – Ap. Cív. no 1.0024.02.819019-7/001)
Ação: Reintegração de posse
Origem: Novo Cruzeiro/MG
Reqtes: Erpino Alves Faria e outros
Reqdos: Paulo Sérgio Barbosa de Oliveira e outros
Imóvel: Fazenda Córrego Fundo Gravatá

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuida-se de **AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE** aforada por **ERPINO ALVES FARIA, MARIA APARECIDA ROSSI ALVES FARIA, NELITA ALVES FARIA, LINDAURA ALVES FARIAS ROSA, GERALDO ROSA PINHEIRO, MARIA ALVES FARIA, ERNANE ANTÔNIO ALVES COELHO, SHIRILENE ALVES COELHO, TÂNIA DE FÁTIMA ALVES COELHO, CÉLIO ALVES COELHO e ANTÔNIO FRANCELINO COELHO** em face de **PAULO SÉRGIO BARBOSA DE OLIVEIRA**, “*por si e representando o grupo de invasores*”, **JOSÉ OTACÍLIO RAMOS DA CRUZ, VICENTE PINHEIRO SILVA e WILSON ROSA**, ditos “*integrantes do MST*”. Dizem-se os requerentes **proprietários** do imóvel rural **Fazenda Córrego Fundo – Gravatá**, em **Novo Cruzeiro/MG**, com área de **374,34,01 ha**, havido por herança e de cuja posse teriam sido **esbulhados** pelos requeridos em **15.04.2002**. Pedem, desde a concessão **liminar**, a ordem de reintegração (f. 02-08). Juntam **documentos** (f. 09-39).

Da decisão de **concessão liminar** da ordem (f. 43-46), os requeridos interpuseram **agravo de instrumento** (AI nº 375.395-1 –f. 56-91), recebido no efeito **suspensivo** pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (f. 51), a que, ao final, **negou provimento** (f. 192-210).

Citação dos requeridos nominados e dos circunstantes ocupantes encontrados no imóvel, à exceção de **BRASILINO MOREIRA DA SILVA** (f. 54).

Contestação, com argüição, **em preliminar**, de **inépcia da inicial, ilegitimidade passiva, impossibilidade jurídica do pedido e nulidade** do processo, por ausência de manifestação do **Ministério Público**. No **mérito**, alega-se o descumprimento da função social, a ausência de posse e não-ocorrência de esbulho (f. 92-117). Juntam-se **documentos** (f. 118-141).

Vieram os autos da Comarca de Novo Cruzeiro (f. 145).

Deprecado o cumprimento da ordem (f. 217), **sem desocupação voluntária** (f. 243). **Visita** em **24.09.2003** (f. 289-290) e **audiência** em **24.09.2003**, com a concessão de prazo para a desocupação (f. 291-293).

Expediente encaminhado pelo INCRA, por solicitação dos requeridos (f. 258-261).

O **Ministério Público** se pôs pela **extinção** do processo sem julgamento de mérito, por impossibilidade jurídica do pedido, e, sucessivamente, pela nulidade da decisão concessiva sem audiência do órgão ministerial (f. 298-317).

Sentença (f. 327-335) **anulada** pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais que, dando provimento à **apelação** dos requerentes (f. 342-349), contra-razoada (f. 369-391), ordenou a **instrução** (AC nº 450.645-2 – f. 416-423). Os **embargos de declaração** dos requeridos (f. 427-428) foram **rejeitados** (f. 421-435), **transitando em julgado** o acórdão (f. 438).

Especificação de provas (requerentes – f. 443 e requeridos – f. 450).

O **INCRA** manifesta **interesse** na obtenção do imóvel (f. 458 e 468-469) e encaminha documento (f. 459-461), concordando as partes na vistoria pela autarquia (f. 463 e 471), assim como o **Ministério Público** (f. 473-473), **suspense** o feito (f. 475), sem prejuízo da realização de **audiência** de instrução em **24.03.2006**, quando ouvidas **04** (quatro) **testemunhas** e juntados **documentos** (f. 500-508).

O **INCRA** informa o estágio do procedimento administrativo de desapropriação (f. 514), pelo que prorrogada a **suspensão** do processo (f. 515-516).

Em curso, os requerentes pedem o prosseguimento do feito, sem prejuízo da ultimação da negociação do imóvel com o **INCRA** (f. 521). Os requerentes pugnam pelo julgamento de improcedência do pedido (f. 523).

Ordem de produção de prova **documental** do cumprimento da **função social** (f. 524-526).

Homologação (f. 536) da **desistência** da ação quanto a **BRASILINO MOREIRA DA SILVA**, ainda não citado (f. 535).

Ofícios encaminhados pelo INCRA, IBAMA, Ministério do Trabalho e Emprego, IGAM, P.M.M.G. e IEF (f. 537, 538, 540, 541, 542 e 546-565).

Memorial com razões finais, só pelos requerentes (f. 546-554). O **Ministério Público** é pela **improcedência** do pedido, por descumprimento da função social (f. 556-562).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidem-se os conflitos coletivos pela posse de imóvel rural, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

3.1 – Das Preliminares

a) – Argüem os requeridos **inépcia da inicial**, por ausência de individualização dos integrantes do pólo passivo da lide.

I – Em se tratando de **conflito coletivo**, não se exige do requerente a **qualificação exaustiva** de cada um dos agentes da suposta ofensa à posse, sob pena de **inviabilizar-se** a própria **atividade jurisdicional**, mesmo porque, ensina-nos a **experiência**, é comum a **rotatividade** dos ocupantes do imóvel, muitas vezes ali resistindo somente alguns dos integrantes do movimento, como **postos avançados**, para assegurar a destinação das terras à **bandeira** que representam.

Demais disso, não se ignora que comumente os próprios requeridos **recusam-se** à identificação, como se deu no caso dos autos. Com efeito, certifica o Sr. Oficial de Justiça que, além dos requeridos nominados, foram citados os **circunstantes ocupantes do imóvel**, em torno de **50** (cinquenta) pessoas, que não declinaram sua qualificação (f. 54).

Nesse contexto, a argüição de inépcia da inicial sob o fundamento da ausência de qualificação dos integrantes do pólo passivo viola o **princípio da boa-fé processual**, pois os próprios requeridos preferiram o **anonimato**. A realidade de tal estratégia de ação, que tem o escopo de elidir a responsabilização civil ou penal, não se pode erigir em **impediente** ao **exercício livre do constitucional direito de ação** dos proprietários e/ou possuidores de áreas objeto de invasão por movimentos sociais, organizados ou não.

Igualmente, não há qualquer nulidade na ordem de citação e qualificação de quantos fossem encontrados no imóvel litigioso, cuidando-se mesmo de hipótese de incidência da norma constante do **art. 168, §1º do Provimento nº 161/2006 da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais**.²¹⁴

II – Pelos mesmos fundamentos, não procede a argüição de falta de condição da ação, por ilegitimidade passiva, ao argumento de que não citados os cônjuges dos requeridos.

Rejeito, pois, as preliminares de inépcia da inicial e falta de condição da ação.

b) Agitam ainda a **preliminar de carência de ação**, por **impossibilidade jurídica do pedido** de tutela possessória a imóvel rural que não cumpria sua função social.

A impossibilidade jurídica do pedido diz tão-somente com a existência de vedação legal à pretensão deduzida em juízo, não sendo essa a hipótese do pedido de tutela possessória. A toda evidência, é de **mérito** a questão do **exercício da posse qualificada pela função social**, razão por que **rejeito** a preliminar de carência de ação, suscitada pelos requeridos.

214 – “Art. 168. O servidor responsável pela solicitação dos mandados deverá proceder com a devida atenção, verificando a existência de identificação das partes devidamente cadastradas no SISCOM, evitando-se, ainda, a indicação errônea dos endereços.

§1º Em caso de inexistência de dados de identificação da parte, o mandado será expedido contendo a determinação de que os Oficiais de Justiça, no momento de proceder à citação da parte ou cumprir a diligência correspondente, deverá fazer constar de sua certidão os dados relativos à qualificação de tais pessoas, mencionando-se o número do registro do CPF, o número da Carteira de Identidade ou qualquer outro documento válido como prova de identidade o território nacional.”

c) Sustentam os requeridos a **nulidade** da concessão liminar da ordem, sem audiência da parte contrária, por ofensiva ao princípio do **contraditório** e da **ampla defesa**.

Assim como a ampla defesa e o contraditório, também é do **devido processo legal** o cabimento da concessão liminar de ordem reintegratória, *inaudita altera parte*, conforme se convença o julgador da presença dos respectivos requisitos (art. 928 do C.P.C.). Cuida-se, aqui, de conflito entre direitos processuais constitucionais de mesma estrutura – ampla defesa e efetividade –, para cuja solução, em sede de **possessória**, o sistema põe à disposição do julgador a técnica do **contraditório diferido**.

No caso, os requeridos exerceram amplamente o direito de defesa, à vista da interposição de agravo de instrumento da decisão concessiva liminar, oferecimento de contestação e produção de provas.

Também rejeito a arguição de nulidade da decisão concessiva liminar.

3.2 – Do Mérito

3.2.1 – Do cumprimento da função social

De início registre-se que os requerentes **declinaram** da **oportunidade** de produzir prova documental do exercício de posse com função social.

Determinou-se aos requerentes a juntada da documentação comprobatória do aproveitamento racional e adequado; da utilização adequada dos recursos naturais disponíveis; da observância das disposições que regulam as relações do trabalho e da exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores, nos seguintes termos:

“Nos termos do art. 130, do C.P.C., determino venham aos autos, em 10 (dez) dias, a comprovação:

da produtividade do imóvel rural (art. 186, I da C.R.FB./88 e arts. 6º e 9º, I, ambos da Lei nº 8.629/93), apresentado o respectivo Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) atualizado (2006), bem como a ficha ‘visi record’ do gado porventura apascentado no imóvel, seja ele dos requerentes ou do possuidor direto;

da situação ambiental do imóvel (art. 186, II da C.R.FB./88 e art. 9º, §2º da Lei nº 8.629/93), demonstrado se há averbação da reserva legal em certidões de inteiro teor das matrículas e/ou transcrições imobiliárias, bem como eventuais licenças ambientais para exploração da terra e da água, concedidas para si ou em favor de possuidor direto;

da regularidade das relações trabalhistas (carteira de trabalho, recolhimento do INSS, etc.) mantidas com os eventuais empregados que laboram no imóvel, sejam ou não eles subordinados aos requerentes (art. 186, III da C.R.FB./88 e art. 9º, III da Lei nº 8.629/93);

das eventuais medidas implementadas no sentido do favorecimento da saúde, lazer e educação dos requerentes (proprietário, possuidor e/ou arrendatário) e dos trabalhadores (função bem-estar – art. 186, IV da C.R.FB./88 e art. 9º, IV da Lei nº 8.629/93).”

Ao termo da **dilação** de 30 (trinta) dias concedida para o mister (f. 536), deferindo pedido seu (f. 535), os requerente **nada carrearam** aos autos, oferecendo tão-somente memorial com alegações finais, tornando **preclusa** a oportunidade de produção da prova documental (f. 546-554).

Nessa quadra do **século XXI**, já completados 20 (vinte anos) da vigência da Constituição Federal, forçoso reconhecer que passa a ser **marcadamente documental** a prova da posse imobiliária rural, especialmente em sede de **conflito coletivo**. Em lides desta natureza, os documentos (geralmente emitidos pela **Administração Pública** e, destarte, revestidos de **presunção de legitimidade e legalidade**) têm maior carga probante, em cotejo com a prova testemunhal. Assim, revelam-se idôneos a comprovar posse **produtiva**: (1) – **cartão de controle sanitário** e (2) – **ficha “visi record” do rebanho**, emitidos pelo Instituto Mineiro de Agropecuária; (3) – **certificado de cadastro** do imóvel no **INCRA**, que declara sua produtividade ou improdutividade; (4) – **notas fiscais de comercialização** da produção agrícola, pecuária ou extrativa; (5) – **guias de trânsito animal** expedidas pelo IMA ou por veterinários habilitados pela autarquia; (6) – comprovante de pagamento do Imposto Territorial Rural (**ITR**) e (7) – **certidão negativa** de débito do imóvel para com a **Receita Federal**, que elidem a presunção absoluta de abandono do imóvel (art. 1.276, §2º do **Código Civil**). Para comprovar a posse conservadora dos **recursos naturais** e do **meio ambiente**: (8) – **averbação da reserva legal** à margem da matrícula imobiliária, cuja inexistência erige-se em infração administrativa ambiental (**Decreto nº 6.514**, de 22 de julho de 2008; (9) – **declaração** para lançamento de ITR, em que conste a existência de áreas de **preservação permanente**; (10) – instrumento de outorga de



direito de uso dos recursos hídricos ou (11) – **cadastro obrigatório**, acaso insignificante o uso, fornecidos pelo **Instituto Mineiro de Gestão de Águas (Lei nº 13.199/99)** ou pela **Agência Nacional de Águas (Lei nº 9.433/97)**, conforme seja estadual ou federal o curso d'água; (12) – cadastro de captação de águas estaduais subterrâneas (**Lei nº 13.771/00**); (13) – **certidão negativa** de infração ambiental, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; (14) – **autorização para exploração florestal**, concedida pelo Instituto Estadual de Florestas. Para prova da posse conforme às normas de regência das **relações de trabalho**: (14) – carteira de trabalho, fichas de registro de empregados, visadas pelo Ministério Público do Trabalho; (15) – guias de **recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço** e das **contribuições previdenciárias** ao Instituto Nacional de Seguro Social; (16) – declaração ao Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (**Portaria Interministerial MPS/MTS nº 227/2005**); (17) – certidão negativa de débito para com o **INSS**; (18) – certificado de regularidade do **FGTS**; (19) – inexistência de registro de infração por manutenção de trabalhadores em condições **análogas** à de **escravo (Portaria nº 540/2004 do Ministério do Trabalho e Emprego)** e um longo *et coetera*, pois o **rol é meramente exemplificativo**.

Nesse contexto, forçoso concluir o **caráter subsidiário** da prova oral, seja o depoimento das testemunhas ou das próprias partes, prestando-se tão-somente a **suprir eventual insuficiência** da prova **documental**, tudo, por óbvio, a ser apreciado no **caso concreto**, segundo um juízo de **razoabilidade** e **proporcionalidade** (nos moldes preconizados por ALEXV).

De se ver então:

a) – No caso dos autos, acompanham a petição inicial tão-somente as **certidões de registro imobiliário** (f. 20-27), documentos **sem aptidão** para demonstrar qualquer **posse**. Olvidando-se de que a ordem jurídica já não mais tutela a **posse clássica**, apartada da função social, os requerentes, no decorrer do processo, descuraram de inovar o **conjunto probatório documental**, que ficou restrito aos documentos que arrimam a inicial.

Assim, no tocante ao **aproveitamento racional e adequado da propriedade**, labora em **desfavor** da pretensão dos requerentes a **classificação** do imóvel como **propriedade improdutiva** pelo **INCRA** (f. 514).

Em **visita ao local do conflito**, o Juiz então oficiante registra impressão inicial de que o imóvel aparentava **estado de abandono**. Relata que, depois de ter percorrido boa parte da divisa das terras ocupadas, foi possível perceber que, à exceção da área cultivada pelos requeridos com feijão e milho, todo o terreno em volta era constituído de capoeiras, “*com aparência de jamais ter sido cultivado ou utilizado em atividades de pecuária*” (f. 289-290). Tal impressão, no decorrer da instrução, à **míngua de outras provas**, tornou-se **convicção** a se abraçar.

Com efeito, a **prova testemunhal** é **evasiva** e até **contraditória**, sem trazer elementos de cognição suficientes a demonstrar o **exercício bastante** de atividade econômica no **período anterior próximo à ocupação**.

Mais favorável aos requerentes é o **testemunho** de GERALDO DIVINO NEVES, que declarou:

“*quem tomava conta da área invadida eram Moisés e Admilson; ambos residiam na propriedade como agregados e trabalhavam, de terça, com Erpino, um dos herdeiros que administrava a propriedade; na propriedade tinha lavoura de milho, feijão, um pouco de arroz; na propriedade tinha animais de Erpino e de Antônio, pai de Admilson, que também morava no local antes de falecer; que o autor Erpino tinha na propriedade umas éguas*” (f. 503).

No mesmo sentido, o depoimento da testemunha ERLY NAVARRO ORTEGA, acrescentando que “*inclusive tirava leite para a Cooperativa*”. Ressalva, porém, que “*atualmente os ocupantes cultivam milho e feijão; que a área agora é mais produtiva, pois o pasto foi capinado*” (negrejei - f. 504).

ODÁLIO ESTEVES PEREIRA atesta que na propriedade havia “*uma roça de milho, alguns animais, umas éguas de propriedade de um dos herdeiros, Erpino*” (f. 501), confirmado pelo depoimento de CARLOS ALVES RAMOS, destacando, todavia, que no imóvel não havia nenhum animal (f. 502).

Assim, os **testemunhos**, se tanto, constituem-se em **meros indícios** do exercício de alguma atividade econômica, inidôneos, contudo, à formação do juízo de **certeza** da **adequação, racionalidade** e **atualidade** do aproveitamento, necessário à concessão da tutela possessória definitiva.

É certo que, nesta seara, importa a prova de que o imóvel não se encontra em estado de **abandono**, segundo os princípios da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**. Sob pena de infligir às partes **ônus probatório desproporcional e inatingível**, em prejuízo da **justiça da decisão**, não nos compete aferir a estrita consecução dos índices de utilização da





terra (GUT) e eficiência na exploração (GEE), utilizados pelo INCRA no procedimento de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, muito embora seja importante o cumprimento deles. O que se põe em destaque nesta chamada de atenção é a **circunstancialidade** da análise: se há **abandono** do imóvel ou descumprimento tal dos índices a caracterizar o **abandono**; ou, de outro lado, o descumprimento em **limites não relevantes** para evidenciar o **abandono (mera irregularidade)**. O abandono do imóvel ou a **subutilização** em grau tal que não concretize a função social constitui-se em **exercício abusivo** do direito de propriedade, desconforme à Constituição e repudiado, como **ilícito**, pelo ordenamento jurídico (art. 187 do Código Civil).²¹⁵

No **caso concreto**, não desconstituída por qualquer prova em contrário, permanece **hígida** a declaração de **improdutividade** do imóvel, pela autarquia federal (f. 122 e 514).

Não demonstrado, pois, o exercício racional e adequado de atividade econômica no imóvel, no período imediatamente anterior ao ajuizamento da presente ação.

(Embora a **Constituição Federal – art. 186 da CF/88** – proclame **rol exaustivo de observância estrita concomitante** daqueles requisitos, valendo o descumprimento de apenas um deles o bastante para **desqualificar** qualquer posse como **subconstitucional** e até mesmo **inconstitucional**, prosseguimos na análise dos demais tópicos especificados no referido dispositivo constitucional)

b) – O **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88), repercute na função social do imóvel, razão por que, no cumprimento, hão de se observar as disposições de regência das **relações de trabalho** (art. 186, III da C.R.F.B./88).

Assim, sob a **lógica do razoável**, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de **direitos trabalhistas** em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social**, **existência digna** e **redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

No **caso concreto**, **prova alguma** foi produzida a tal propósito. Dizem os requerentes, e as testemunhas confirmam, que no imóvel havia dois “**agregados**”, ao que parece antigos posseiros.

Cumpria aos requerentes demonstrar, como **fato constitutivo** de seu direito, a **regularidade** do **vínculo** estabelecido com os trabalhadores da terra, seja sob regime de emprego seja em razão do liame contratual rural. Sabe-se que a legislação específica, entre outras vedações, proíbe ao proprietário exigir do parceiro a prestação de **serviço gratuito** e efetuar pagamento em “ordens”, “vales” ou outras formas regionais substitutivas da moeda (art. 93 da Lei nº 4.504/64). Sabe-se, também, a lei garante ao trabalhador, remunerado parte em dinheiro e parte em percentual da lavoura cultivada ou gado tratado, a percepção do salário mínimo, no cômputo das duas parcelas (art. 96, §4º da Lei nº 4.504/64). Assim, competia aos requerentes instruir os autos com prova indicativa da **higidez do vínculo**, quer empregatício, quer contratual rural, a que mesmo foram instados a fazer (f. 524-526). Contudo, os requerentes não se desincumbiram do ônus de provar tal aspecto da posse.

Pelo que se pode inferir do **anêmico conjunto probatório**, repete-se aqui o modelo de relação social típico do ambiente rural brasileiro do **século XIX**, baseado em ajustes pessoais de concessões e **trocas** entre **desiguais**, o fazendeiro e o agregado:²¹⁶ de um lado, proteção, terra, habitação, alimento; de outro, trabalho, obediência, dependência, lealdade. Sem perquirir as vantagens e desvantagens do trabalho assalariado, certo é que **arcaico modelo patriarcal** toma por dádiva aquilo que, na **modernidade**, é reconhecido como direito. De todo modo, paira a **incerteza** da **natureza do vínculo** entre o proprietário e o quase-empregado, quase-membro da família. Na **crise do modelo**, geralmente decorrente do rompimento do vínculo pessoal, seja por falecimento do patriarca, seja pela transferência da propriedade, o agregado vem a juízo reclamar como direito aquilo que para o proprietário eram benesses ou, em outra hipótese, sob a premissa de que dons e favores não obrigam, o agregado, sem mais, é alijado da terra.

215 – “Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.”

216 – RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. *Agregação e poder rural nas fazendas do baixo jequitinhonha mineiro*, in Revista Unimontes Científica, nº 2, vol. 5, julho/dezembro de 2003. Disponível em <http://www.unimontes.br/unimontescientifica/revistas/Anexos/artigos/revista_v5_n2/03_dossie_agregacao.htm>. Acesso em 07.08.2008.





No que diz respeito ao aspecto do exercício de posse como fonte de bem-estar aos proprietários/possuidores e trabalhadores, traduzido em exploração que ofereça condições materiais capazes de ensejar **existência digna**, a prova oral sinaliza no sentido da **exploração geratriz de tensões sociais no imóvel**. Com efeito, confessam os requerentes que os antigos posseiros, ADMILSON NUNES DOS SANTOS e MOISÉS COELHO DOS SANTOS, aderiram à ação do movimento social, tornando **manifesto** o **conflito social** no imóvel (f. 04). No mesmo sentido, colhe-se da **prova testemunhal**:

“que conhece a área em litígio, invadida acerca de 03 anos por movimento de integrantes sem terras, conhecendo alguns deles, apenas de vista (...); que conhece Admilson e Moisés, ambos já moravam na propriedade antes da invasão; conheceu também Antônio, que morava na propriedade e era pai de Admilson; que, pelo que percebeu, Admilson e Moisés, depois da invasão, passaram a integrar aquele grupo” (ODÁLIO ESTEVES PEREIRA – f. 501);

“que na propriedade havia um agregado conhecido como ‘Didi’, que inclusive aderiu ao movimento de invasão; que também Moisés morava na propriedade, que também aderiu ao movimento da invasão, inclusive fazia guarda na guarita, para não deixar ninguém entrar” (CARLOS ALVES RAMOS – f. 502);

“pelo que percebeu no movimento, tanto Admilson como Moisés passaram a integrar o movimento de invasão” (GERALDO DIVINO NEVES – f. 503).

O curioso fato da adesão dos “agregados” ao movimento social revela a ausência de relação de **subordinação** entre si e os requerentes, em prejuízo da veracidade da alegação de que aqueles possuíam ou detinham o imóvel em nome destes.

Demais disso, não há nos autos indício ou prova de que o imóvel seja dotado de **benfeitorias**, instalações e pertencas que objetivem atender as necessidades básicas de eventuais trabalhadores e proprietários/possuidores. Bem observa o **Ministério Público** que sequer há no imóvel casa-sede. As únicas edificações que ali existem, além da ponte e dos barracões levantados pelos requeridos, são três casas antigas de alvenaria, moradia dos agregados (f.561).

Por óbvio, o imóvel que não se utiliza como **fator de produção** tampouco se habilitará à **geração de trabalho e emprego**, à **distribuição de renda** ou ao favorecimento da **saúde, educação e lazer** (bem-estar) de quantos circulem naquele **microcosmo social**.

Assim, ausente já o **antecedente lógico** do **aproveitamento econômico adequado**, também não resta provado o exercício de posse orientada à satisfação do **elemento social** (observância das normas que regulam as **relações de trabalho e exploração** que favoreça o **bem-estar**), em reforço da convicção de **abandono** do imóvel.

Por tudo, sem notícia de observância das disposições que regulam as relações de trabalho.

c) – O **exercício da posse da propriedade rural**, em consonância com as **diretrizes constitucionais**, só atenderá à **função social** quando, ainda que usada **economicamente** em **aproveitamento racional e adequado**, harmonize a **exploração** e a **preservação** (incluída a **recuperação**) do **meio ambiente**, enfocando o paradigma da **exploração sustentável**, baseada em práticas que estimulam a **diversidade** da **fauna** e da **flora**, comprometidas com a **conservação dos recursos naturais**. E nesse **paradigma** é que cumpre a **justiça social** prevista no **art. 170, III da C.F./88**, atendendo, além, ao **art. 186** e seus **incisos**, da **C.R.F.B./88**.

De início, verifica-se **desatendida disposição** do **Código Florestal (art. 16, §2º da Lei 4.771/65)**, não se encontrando **averbada**, à margem das matrículas imobiliárias, abertas em **1993** e **1998** (f. 20-27), a área de **reserva legal**, correspondente no mínimo a **20%** da superfície total, que pudesse evidenciar, ao menos em um **sentido formal**, a preservação do meio ambiente. Cuida-se de obrigação legal cujo inadimplemento tipifica infração administrativa ambiental, sancionada com **multa**, nos termos do recente **Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008**.

Além, em análise **teleológica** da norma, a **mera irregularidade formal** não compromete o cumprimento da dimensão ambiental da função social, desde que o requerente logre demonstrar a existência concreta da reserva legal e sua **efetiva conservação** ou **regeneração**. Não é, contudo, o caso dos autos, em que não se produziu qualquer prova nesse sentido, a tanto não se prestando a proposta de venda do imóvel. Não obstante ali se mencione a existência de reserva legal e áreas de preservação permanente, a força probante do documento particular é **mitigada** pela **unilateralidade da elaboração** (f. 124).

Por tudo, então, não havendo os requerentes demonstrado o exercício de posse conforme à Constituição Federal, em nenhuma de suas quatro dimensões, não fazem jus à tutela possessória vindicada.



3.2.2 – Da perda da posse

Alfim, saliento que, contrariamente a quanto alegam os requerentes, a **perda da posse** deu-se não por ocasião da ocupação, mas quando em tempo **pretérito** abstiveram-se do exercício de fato do poder/dever de **ingerência socio-econômica** sobre o imóvel, relegando-o ao evidente **abandono**.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL** por ERPINO ALVES FARIA, MARIA APARECIDA ROSSI ALVES FARIA, NELITA ALVES FARIA, LINDAURA ALVES FARIAS ROSA, GERALDO ROSA PINHEIRO, MARIA ALVES FARIA, ERNANE ANTÔNIO ALVES COELHO, SHIRILENE ALVES COELHO, TÂNIA DE FÁTIMA ALVES COELHO, CÉLIO ALVES COELHO e ANTÔNIO FRANCELINO COELHO em face de PAULO SÉRGIO BARBOSA DE OLIVEIRA, JOSÉ OTACÍLIO RAMOS DA CRUZ, VICENTE PINHEIRO SILVA e WILSON ROSA, REVOGANDO A ORDEM LIMINAR DE REINTEGRAÇÃO NA POSSE da Fazenda Córrego Fundo – Gravatá, em Novo Cruzeiro/MG, com área de 374,34,01 ha.

CONDENO os **requerentes** nas **custas processuais** e no pagamento de **honorários** de **R\$2.400,00** (dois mil e quatrocentos reais) aos Advogados dos requeridos (f. 118-119, 120 e 121), cabendo a cada um a **terça parte**, tendo em conta o **comprido tempo do serviço**, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e o **empenho** demonstrado no **trabalho dos profissionais**, atuantes em quase todas as fases do processo e em duas instâncias, porém ausentes à audiência de instrução (**art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.**).

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 7 de agosto de 2008.

(Publicação Minas Gerais, 14.8.2008)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte
Proc. no 0024.07.392.744-4
Ação: Reintegração de posse c/c reparação de danos
Origem: Bambuí/MG
Reqtes: Ediléia Pinto Andrade
Reqdos: Alam Sander de Oliveira Martins e outros
Imóvel: Fazenda Urubu - Córrego d'Areia

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuida-se de **AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE c/c REPARAÇÃO DE DANOS** aforada por **EDILÉIA PINTO ANDRADE** em face de **ALAM SANDER DE OLIVEIRA MARTINS, CELSO JOSÉ MOREIRA, SAULO FERREIRA, FARLEM AUGUSTO FERREIRA, JOÃO BATISTA SILVA, DATIVO PEREIRA MACHADO, JEOVANE ANTÔNIO PEREIRA, MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST** e **requeridos incertos ou desconhecidos**. Diz-se a requerente **proprietária e possuidora** de uma gleba de terras no imóvel rural **Fazenda Urubu e Córrego d'Areia**, em **Tapiraí/MG**, com área de **783,16 ha**, de cuja **posse** teria sido **esbulhada** pelos requeridos em **08.01.2007**. Destaca que o imóvel é **produtivo**, porquanto ali exerça atividade **pecuária**. Pede, desde a **concessão liminar**, a ordem de **reintegração**, bem como a reparação de **danos materiais** (f. 02-05 e 27). Junta **documentos** (f. 06-17 e 28).

Citação pessoal (f. 54-58, 78 e 103) e **ficta** (f. 37 e 66-68). **Comparecimento espontâneo** ao processo de **DATIVO PEREIRA MACHADO** e **JEOVANE ANTÔNIO PEREIRA** (f. 60-61).

Visita (f. 89-93) e **audiência** em **15.02.2007**. Superada a fase de apreciação do pedido liminar com **homologação** de **acordo** autorizando a **permanência** dos requeridos em **1ha** (um hectare) do imóvel, até solução final do litígio. Cominada a pena de **desocupação compulsória** para a hipótese de **violação** do acordo (f. 60-63).

A requerente junta **documentos** (f. 64-65 e 69-74).

O **INCRA** diz não haver procedimento administrativo para reforma agrária no imóvel (f. 79).

Relação dos ocupantes da área concedida (f. 81-82).

Os requeridos indicam imóvel a ser vistoriado pelo **INCRA** na região (f. 86), com encaminhamento da petição à autarquia, pelo Juízo (f. 94)

Os **requeridos** são **revéis** (f. 105).

Expediente encaminhado pela **P.M.M.G.** informa o **descumprimento** do acordo pelos requeridos (f. 99-101). Em vista, os requeridos sustentam a estrita observância da avença, propugnando pela **permanência** na área cedida (f. 107 e 136); a requerente, a seu turno, pede a concessão da ordem de desocupação (f. 111-112 e 138-139).

Constatação da situação fática (f. 132), por ordem do Juízo (f. 113).

Contestação, por **negativa geral**, pelo **Curador Especial** nomeado aos **requeridos incertos ou desconhecidos**, citados por **edital** (f. 142-143), devidamente **Impugnada**, reiterado o pedido de desocupação (f. 147-149).

O **Ministério Público** sustenta a **higidez do acordo** e se põe pelo curso normal do processo (f. 150).

Indeferimento do pedido de desocupação (f. 151-153).

À minguada da especificação de provas pelas partes e pelo **Ministério Público** (f. 159), encerrada a instrução (f. 159v).

Memorial com **razões finais** (requerente – f. 161; requeridos **CELSO JOSÉ MOREIRA** e **ALAN SANDER DE OLIVEIRA**, pela extinção do processo quanto a si, ante a notícia de desocupação espontânea, e, sucessivamente, pela improcedência – f. 165-166; e Curador Especial – f. 167). O **Ministério Público** é pela **improcedência** do pedido, por descumprimento da função social e ausência de prova do prejuízo material (f. 168-173).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidem-se os conflitos coletivos pela posse de imóvel rural, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

3.1 – Da preliminar

Em sede de alegações finais, os requeridos **CELSO JOSÉ MOREIRA** e **ALAN SANDER DE OLIVEIRA** pedem, quanto a si, a **extinção** do processo **sem julgamento de mérito**, ao argumento de que, tendo **desocupado espontaneamente** o imóvel, careceria a requerente de interesse de agir (f. 166).

Em sendo o **interesse de agir** identificado pelo **binômio necessidade-adequação**, tem-se por atendidos ambos os requisitos, pois a necessidade da requerente advém da alegação de perda da posse por ato de terceiro e a adequação, da abdicação da via do desforço imediato para recuperação da posse que se diz perdida.

A circunstância de não mais se encontrarem os dois requeridos no imóvel ocupado implica tão-somente o **esvaziamento** de eventual **conteúdo executório** de sentença contra si prolatada.

Indefiro, pois, o pedido de extinção do processo quanto aos requeridos **CELSO JOSÉ MOREIRA** e **ALAN SANDER DE OLIVEIRA**.

3.2 – Do Mérito

3.2.1 – Do esbulho

Restou **suficientemente provado** o fato da **perda da posse** pela requerente, notadamente pelo **boletim de ocorrência policial (B.O.)** lavrado em 08.01.2007, em que a autoridade **constata** a existência no local de aproximadamente **40** (quarenta) **barracas** e **70** (setenta) **famílias** (f. 08-10).

Demais disso, a entrada dos requeridos no imóvel é **fato incontroverso**, conforme se depreende dos próprios termos do acordo que ofertaram à homologação judicial, em que as partes convencionaram que “os requeridos, por suas aproximadas quarenta famílias fixas, com seus barracos, permanecerão na área que atualmente ocupam, de aproximadamente um hectare” (f. 61), bem como da **relação** dos **44** (quarenta e quatro) **ocupantes**, juntada aos autos pela parte requerida (f. 81-82).

Superada a questão do **fato** do **esbulho**, passamos a apreciar os elementos atinentes ao **direito** de a ora requerente vir a Juízo pleitear **proteção possessória**.

3.2.2 – Do cumprimento da função social

a) – No tocante ao **aproveitamento racional e adequado da propriedade**, labora em **prol** da pretensão dos requerentes a **declaração** do imóvel como **propriedade produtiva** pelo **INCRA**, relativamente ao **triênio** de **2003/2004/2005** (f. 14).

Demais disso, acompanham a inicial **documentos idôneos** a evidenciar o exercício de alguma atividade **pecuária** no imóvel, consistentes em **nota fiscal** de transferência de **63** (sessenta e três) reses, emitida em **2006**, exercício imediatamente anterior ao de perda da posse (f. 15), e no **cartão de controle sanitário** fornecido pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (f. 17), em que se registra, em 25.11.2006, um efetivo pecuário de **153** (cento e cinquenta e três) cabeças de gado bovino e **50** (cinquenta) bubalinos, totalizando **253** (duzentas e cinquenta e três) animais, apascentados em **690 ha** (seiscentos e noventa hectares), que é a área efetivamente medida do imóvel (f. 14).

Muito embora não exaustiva a prova, certo é que, nesta seara, importa comprovar que o imóvel não se encontra em estado de **abandono**, segundo os princípios da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**. Sob pena de infligir às partes **ônus probatório desproporcional** e **inatingível**, em prejuízo da **justiça da decisão**, não nos compete aferir a estrita consecução dos índices de utilização da terra (**GUT**) e eficiência na exploração (**GEE**), utilizados pelo **INCRA** no procedimento de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, muito embora seja importante o cumprimento deles. O que se põe em destaque nesta chamada de atenção é a **circunstancialidade** da análise: se há **abandono** do imóvel ou descumprimento tal dos índices a caracterizar o **abandono**; ou, de outro lado, o descumprimento em **limites não relevantes** para evidenciar o **abandono (mera irregularidade)**. O abandono do imóvel ou a subutilização



em grau tal que não concretize a função social constitui-se em **exercício abusivo** do direito de propriedade, desconforme à Constituição e repudiado, como **ilícito**, pelo ordenamento jurídico (**art. 187 do Código Civil**).²¹⁷

No **caso concreto**, não desconstituída por qualquer prova em contrário, permanece **hígida** a declaração de **produtividade** do imóvel, pela autarquia federal (f. 14), corroborada pelos documentos referidos.

Resta demonstrado, pois, em grau mínimo, o exercício racional e adequado de atividade econômica no imóvel, no período imediatamente anterior ao ajuizamento da presente ação.

b) – O **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (**art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88**), repercute na função social do imóvel, razão por que, no cumprimento, hão de se observar as disposições de regência das **relações de trabalho** (**art. 186, III da C.R.F.B./88**).

Assim, sob a **lógica do razoável**, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de **direitos trabalhistas** em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social, existência digna e redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

No **caso concreto**, comprova a requerente a contratação de 01 (um) único empregado, Sr. **JOÃO BATISTA DA SILVA** (f. 69-74), qualificado no **B.O.** do **esbulho** como “encarregado da fazenda” (f. 08-10), o qual, todavia, foi **incluído** no **pólo passivo** pela requerente, sob a alegação de que teria articulado a ocupação (f. 10).

Por outro lado, ao que consta da certidão lavrada em cumprimento de ordem de constatação emanada deste Juízo, o Sr. **JOÃO BATISTA** residiria na fazenda e, ao menos segundo sua convicção, permaneceria prestando serviços à requerente:

“Quanto ao Sr. João Batista da Silva, o localizamos em sua residência, fora do acampamento, ocasião em que fomos por ele informados [de] que é funcionário da requerente e que por isto trafega por toda a área da fazenda para executar o seu trabalho do dia-a-dia” (f. 132).

Todavia, **nega-lhe** a requerente a **condição de atual empregado**, admitindo, com isso, a anterior existência do vínculo trabalhista. Assim, cumpria à requerente demonstrar, como **fato constitutivo** de seu direito e estabelecido como **ponto controvertido** (f. 151-153), a **regularidade da relação de emprego** mantida com o trabalhador da terra, **ônus de que não se desincumbiu**.

Além, como argumentamente observa o **Ministério Público**, a se admitir a condição de ex-empregado de **JOÃO BATISTA**, necessariamente haveria a requerente de demonstrar a existência e **regularidade** de **outras relações de trabalho**, a menos que nada se produza no imóvel (f. 173). Assim, as alegações da requerente prendem-na em um **embaraçoso paradoxo**: ou bem o imóvel é produtivo e se descumprem as normas que disciplinam as relações laborais ou bem o imóvel é improdutivo e prescinde de empregados. Em todo caso, uma ou outra proposição **desfavorece** a pretensão da requerente.

No que diz respeito ao aspecto do exercício de posse como **fonte de bem-estar** aos proprietários/possuidores e trabalhadores, traduzido em exploração que ofereça condições materiais capazes de ensejar **existência digna**, as **alegações contraditórias** a propósito do rompimento do vínculo de trabalho entre a requerente e **JOÃO BATISTA** e a notícia da adesão do empregado ao movimento social sinalizam uma **exploração com potencial de gerar tensões sociais** no imóvel.

De fato, a ausência de indício ou prova bastante da observância das disposições que regulam as relações de trabalho (**art. 186, III da CF**), de um lado, e, de outro, a alegação – solteira de provas – do rompimento do liame empregatício entre a requerente e o Sr. João Batista, por ele próprio infirmada, sugerem um ambiente de litígio trabalhista, não se sabe se latente ou manifesto.

Por tudo, **sem notícia de observância das disposições que regulam as relações de trabalho**.

c) – O **exercício da posse da propriedade rural**, em consonância com as **diretrizes constitucionais**, só atenderá à **função social** quando, ainda que usada **economicamente em aproveitamento racional e adequado**, harmonize a **exploração** e a **preservação** (incluída a **recuperação**) do **meio ambiente**, enfocando o paradigma da **exploração sustentável**, baseada em práticas que estimulam a **diversidade** da **fauna** e da **flora**, comprometidas com a **conservação dos recursos naturais**. E nesse **paradigma** é que cumpre a **justiça social** prevista no **art. 170, III da C.F./88**,

²¹⁷ – **Art. 187**. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.



atendendo, além, ao **art. 186** e seus **incisos**, da **C.R.F.B./88**.

De início, verifica-se **desatendida disposição** do **Código Florestal** (**art. 16, §2º** da **Lei 4.771/65**), não se encontrando **averbada**, à margem da matrícula imobiliária, aberta em **1982** (f. 07), a área de **reserva legal**, correspondente no mínimo a **20%** (vinte por cento) da superfície total, que pudesse evidenciar, ao menos em um **sentido formal**, a preservação do meio ambiente. Cuida-se de **obrigação legal** cujo inadimplemento tipifica **infração administrativa ambiental**, sancionada com **multa**, nos termos do recente **Decreto nº 6.514**, de **22 de julho** de 2008.

Além, em **análise teleológica** da norma, a **mera irregularidade formal não compromete** o cumprimento da dimensão ambiental da função social, desde que o requerente logre demonstrar a **existência concreta** da **reserva legal** e sua **efetiva conservação** ou **regeneração**. Não é, contudo, o caso dos autos, em que não se produziu qualquer prova nesse sentido, a tanto não se prestando a representação feita pela requerente à Polícia Militar (f. 64-65). Não obstante ali se mencione a existência no imóvel de formação vegetal de Mata Atlântica, cuida-se de **documento particular** de **elaboração unilateral**, em prejuízo da **força probante**. Demais disso, nada noticia a propósito do **estado de conservação** ou regeneração da cobertura florística, erigida em patrimônio nacional pela Constituição Federal (**art. 225, § 4º**).

Por tudo, então, não havendo a requerente demonstrado o exercício de posse conforme à Constituição Federal, não faz jus à tutela possessória vindicada.

Em atendimento ao **preceito constitucional** do **cumprimento da função social**, solicitar-se-á aos **órgãos competentes** (**Ministério do Trabalho e Emprego, IBAMA e IEF**) a **averiguação** da ocorrência de **supostas violações**, do que decorrerá, se for o caso, a tomada das **providências cabíveis**.

4 – Do pedido de indenização

Não é de se acolher o pedido de **reparação de danos materiais**, consistentes na suposta destruição de cercas e abate de bois e búfalos, pois restaram **tão-somente alegados**.

Sem qualquer **demonstração** do dano, efetivo ou potencial, **não procede o pleito reparatório**.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL** por **EDILÉIA PINTO ANDRADE** em face de **ALAM SANDER DE OLIVEIRA MARTINS, CELSO JOSÉ MOREIRA, SAULO FERREIRA, FARLEM AUGUSTO FERREIRA, JOÃO BATISTA SILVA, DATIVO PEREIRA MACHADO, JEOVANE ANTÔNIO PEREIRA, MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST** e **requeridos incertos ou desconhecidos**.

CONDENO a **requerente** nas **custas processuais** e no pagamento de **honorários** de **R\$1.000,00** (mil reais) aos Advogados dos requeridos (f. 75 e 83-84) e ao Curador Especial, na proporção de 1/5 (um quinto), 2/5 (dois quintos) e 2/5 (dois quintos), respectivamente, tendo em conta o relativamente curto **tempo do serviço**, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e a extensão da participação de cada qual no processo, o primeiro só presente à audiência; o segundo, sem oferecer contestação, e o Curador Especial, segundo a especificidade de sua zelosa intervenção (**art. 20, §§ 4º e 3º** do **C.P.C.**).

Por **ofício**, informando, na oportunidade, o **nome** e o **número do CPF** da **requerente** (f. 02), a **denominação** do **imóvel** e o **código** de seu **cadastro** no **INCRA** (f. 14), **solicitar** ao **Ministério do Trabalho e Emprego** e ao **IBAMA** e **IEF** **averiguação** acerca da ocorrência, no imóvel, de eventual irregularidade nas relações de trabalho e na utilização dos recursos naturais e preservação do meio ambiente.

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2008.

(Publicação Minas Gerais, 14.8.2008)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte
Proc. no 0024.06.991.874-6
Ação: Reintegração de posse c/c reparação de danos
Origem: Araguari/MG
Reqtes: Espólio de Eurico Ferreira da Cunha e outro
Reqdos: Wellington da Silva Moreira e outros
Imóvel: Fazenda Bocaina

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuida-se de AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE aforada por ESPÓLIO DE EURICO FERREIRA DA CUNHA, BELIZÁRIO FERREIRA DE GODÓI e LUCY PEIXOTO GODÓI em face de WELLINGTON DA SILVA MOREIRA, ROSINEI NOGUEIRA, ADOLFO DOS SANTOS BRITO, ADÃO FERNANDES DA SILVA, JANICE EVARISTA DO NASCIMENTO, JOÃO ROBERTO ALVES, VALDIR DA SILVA ROCHA, NILSON ANTÔNIO DA SILVA, TEREZINHA DIAS DA SILVA, GILMAR DA SILVA DIAS, UEDILMAR SOARES VARGEM, ADRIANO DA SILVA ROCHA, SARA MARIA ROCHA, JOHNYS FERNANDO SOUZA RIBEIRO, MÔNICA ROCHA BRITO, ANTÔNIO MOREIRA DA SILVA, MARILDA VIEIRA CUNHA ALMEIDA, BOLÍVAR UMBELINO DE CASTRO e DINALDO BALBINO DA SILVA. Dizem-se os requerentes, o primeiro proprietário e possuidor indireto e os demais, possuidores diretos do imóvel rural Fazenda Bocaina, em Araguari/MG, com área de 3.197,88,12 ha, de cuja posse teriam sido esbulhados pelos requeridos em 22.09.2005. Alegam que o imóvel é produtivo, porquanto ali exerçam atividade agropecuária, apascentando em tomo de 450 (quatrocentos e cinqüenta) a 800 (oitocentas) cabeças de gado bovino e cultivando sorgo, milho e feijão para consumo interno, não obstante mais da metade da superfície do imóvel seja inaproveitável, em razão do relevo acentuado e da má qualidade do solo. Salientam que o imóvel já fora objeto de ação de reintegração de posse contra o mesmo movimento, sob outra coordenação, cujo processo foi extinto por sentença transitada em julgado. Sustentam que sofreram prejuízos, consistentes na transferência de parte do plantel para outros pastos e na danificação das áreas de pastagens, com a montagem de barracas. Pedem, desde a concessão liminar, a ordem de reintegração, bem como a condenação dos requeridos a desfazer eventuais construções e plantações e a reparar os danos causados (f. 02-13). Juntam documentos (f. 14-64).

Os requeridos foram citados (pessoalmente – f. 108 e por edital – f. 260 e 263-265) ou comparecem espontaneamente ao processo (f. 130-132).

O Ministério Público é pela justificação da posse (f. 68-69).

Após visita (f. 124-129) e audiência em 21.03.2006 (f. 130-132), o Ministério Público opina pelo indeferimento da concessão liminar (f. 137-140 e 185-186).

Os requerentes juntam documentos (f. 135, 143-164, 172-183) e reiteram o pedido de concessão liminar (f. 166-171).

Da ordem de reintegração liminar (f. 190-191), cumprida (f. 228), o Ministério Público interpõe Agravo de Instrumento (AI nº 1.0024.06.991874-6/001 – f. 232-249), a que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, sem atribuir ao recurso efeito suspensivo (f. 251-252), negou provimento (f. 279-284), após colher informações do juízo agrário (f. 255-256).

Juízo negativo de retratação da decisão agravada; ordem de regularização da formação da relação processual e da representação processual dos requeridos; declaração de revelia (f. 257-259 e 268 e verso).

Contestação, pelo Curador Especial nomeado aos requeridos WELLINGTON DA SILVA MOREIRA e NILSON ANTÔNIO DA SILVA, revéis citados por edital, com alegação do descumprimento da função social e, no mais, por negativa geral (f. 276-277).

Regularização da representação processual dos requerentes (f. 270-271).

Recomendação de produção de prova documental do cumprimento da função social (f. 289-292).

As partes e o Ministério Público não têm mais provas a produzir (f. 309 e 314 e verso).

Ofícios e expedientes vindos do IBAMA, INCRA, Ministério do Trabalho e Emprego, IGAM, IEF e P.M.M.G. (f. 303, 304, 311, 312-313, 315-318 e 320-328).

Memoriais, com alegações finais (requerentes – f. 334-348 e Curador Especial – f. 357). O Ministério Público é pela improcedência do pedido, por descumprimento da função social (f. 358-364).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as premissas a cuja luz decidem-se os conflitos coletivos pela posse de imóvel rural, passamos aos termos do caso na especialidade.

Sem preliminares argüidas, sequer as vislumbro que deva apreciar de ofício.

3.1 – Do Mérito

3.1.1 – Da perda da posse

Independe de prova o fato da perda da posse do imóvel, posto que incontroverso no processo. Com efeito, em audiência de 21.03.2006, os requeridos admitiram a invasão do imóvel (f. 130-131). Demais disso, a ocupação está relatada no boletim de ocorrência policial (B.O.) lavrado em 23.09.2005 (f. 59-64). A autoridade policial, presente ao local dos fatos, registra que se encontravam acampados no imóvel 63 (sessenta e três) famílias, num total de aproximadamente 160 (cento e sessenta) pessoas.

Superada a questão do fato de esbulho, passamos a apreciar os elementos atinentes ao direito de os ora requerentes virem a Juízo pleitear proteção possessória, qual seja a análise do cumprimento da função social (sob seus quatro aspectos constitucionais).

3.1.2 – Do cumprimento da função social

a) – De início registre-se que a inicial estabelece como litigiosa a posse de imóvel composto de 21 (vinte e uma) glebas de terras (f. 03-04), constantes de títulos de propriedade autônomos (f. 16-36), com área total de 3.197,88,12 ha (três mil, cento e noventa e sete hectares, oitenta e oito ares e doze centiares). Não obstante a alegação, encontra-se provado apenas o registro de uma área com 2.692,88,26 ha, 88 alqueires e fração e 30 litros, que somam em torno de 3.120,61,26 ha, adotando-se a tabela de conversão de medidas agrárias não-decimais encontrada no sítio da internet do Ministério do Desenvolvimento Agrário (1 alqueire mineiro = 4,84 ha; 1 litro = 0,06 ha).²¹⁸

Além das certidões de registro imobiliário (f. 16-36), sem aptidão para demonstrar qualquer posse, arrima a inicial contrato de comodato entre Eurico Ferreira da Cunha e Sandra Lúcia Izidoro, esta inventariante do espólio daquele, ora requerente (f. 37-38). O contrato destina-se à exploração pecuária e foi celebrado em 14.07.2000, pelo prazo de 10 (dez) anos, encontrando-se, pois, em vigor. Tem por objeto uma área com aproximadamente 100 (cem) alqueires (ou 484,00 ha – quatrocentos e oitenta hectares), inserida em parte de 2 (duas) das 21 (vinte e uma) glebas de que se compõe a Fazenda Bocaina, a saber, aquelas registradas sob os números 12.729 e 10.555 (f. 17 e 21). Feitos os cálculos, conclui-se que o contrato sinaliza o exercício de atividade econômica em aproximadamente 15% (quinze por cento) do imóvel.

A seu turno, o parecer técnico de vistoria do imóvel, elaborado em 22.12.2004 por encomenda do primeiro requerente, consigna a área registrada de 2.697,90 ha (f. 39-43), com uma diferença, a menor, de 499,98,12 ha, relativamente à área de posse alegada na inicial. Muito embora ali se assevere que o imóvel seja produtivo, é de se notar que o estudo técnico contemplou imóvel com área quase 500 ha menor. Tal circunstância autoriza a conclusão de que possivelmente seriam inferiores os índices de “utilização da terra” e “eficiência na exploração” alcançados, se o parecer porventura aferisse a situação de imóvel com superfície significativamente maior, em prejuízo da afir-

218 – <http://www.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf>. Acesso em 14.08.2008.



mação de produtividade. Demais disso, toma por base o **efetivo pecuário** encontrado em **exploração pretérita**, supostamente desenvolvida em **1999**, sem retratar, portanto, a **atualidade** da **atividade econômica** no imóvel, assim entendida a que tenha havido no **exercício imediatamente anterior** à data da **ocupação**, no caso, entre setembro de 2004 e agosto de 2005.

Porém, já aproveita em parte aos requerentes a **declaração de produtividade** constante do certificado de **cadastro** de imóvel rural no **INCRA**, emitido para o triênio de 2003/2004/2005 (f. 135). A despeito de se referir a imóvel denominado **Fazenda Bocaina**, inequivocamente trata tão-somente da **situação** de **02** (duas) de suas **21** (vinte e uma) glebas, com áreas de 474,70 ha e 242,00 ha, respectivamente objeto das transcrições nº **10.555** (f. 17) e nº **12.729** (50 alqueires mineiros – f. 21), as mesmas de que se originam o imóvel cedido em comodato, alhures referidas.

A seu turno, o contrato de **locação** firmado entre **Eurico Ferreira da Cunha** e o requerente **BELIZÁRIO FERREIRA DE GODOY** em 01.07.2000, pelo mesmo prazo de contrato de **parceria rural** ali referido, tem por objeto “*uma propriedade de terras rurais de aproximadamente 480 (quatrocentos e oitenta) alqueires, situada no Município de Araguari-MG, em seu Distrito de Amanhece, no lugar denominado ‘Bucáina’, composta por diversas glebas, mas em área contínua*” (f. 327-328). Destina-se a locação dos **2.323,20 ha** (dois mil, trezentos e vinte e três hectares e vinte ares) **exclusivamente** ao apascentamento de **gado bovino**, em execução a negócio jurídico de parceria que existiria entre os contratantes.

A **atualidade** do **vínculo contratual** de parceria rural pecuária encontra-se **suficientemente demonstrada** nos autos, a despeito de não exibido o próprio instrumento do negócio. Com efeito, o alvará judicial expedido em 11.04.2005 autoriza a inventariante do espólio-requerente a levantar a importância de R\$205.568,11 (duzentos e cinco mil, quinhentos e sessenta e oito reais e onze centavos) para “*compra de gado de engorda e para entrega, na forma do contrato agrário, da parte do parceiro-outorgado retida nos autos das vendas promovidas*” (f. 49). Ao encontro da alegação de exploração de atividade agropecuária vem o **B.O nº 6522/06**, lavrado em 28.03.2006, cujo histórico registra a existência no imóvel de **06** (seis) roças de **milho** e **408** (quatrocentas e oito) cabeças de **gado** de propriedade do requerente **BELIZÁRIO FERREIRA DE GODOY** (f. 174-176). Também as **notas fiscais avulsas** de produtor rural dão notícia da entrada de **392** (trezentos e noventa e dois) **garrotes** na Fazenda Bocaina, nos meses de junho e julho de 2005, indicando o exercício de atividade pecuária no interregno que interessa para a nossa análise (f. 48 e 50-57).

Nesta seara, importa a prova de que o imóvel não se encontra em estado de **abandono**, segundo os princípios da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**. Sob pena de infligir às partes **ônus probatório desproporcional** e **inatingível**, em prejuízo da **justiça da decisão**, não nos compete aferir a estrita consecução dos índices de utilização da terra (**GUT**) e eficiência na exploração (**GEE**), utilizados pelo **INCRA** no procedimento de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, muito embora seja importante o cumprimento deles. O que se põe em destaque nesta chamada de atenção é a **circunstancialidade** da análise: se há **abandono** do imóvel ou descumprimento tal dos índices a caracterizar o **abandono**; ou, de outro lado, o descumprimento em **limites não relevantes** para evidenciar o **abandono (mera irregularidade)**. O abandono do imóvel ou a **subutilização** em grau tal que não concretize a função social constitui-se em **exercício abusivo** do direito de propriedade, desconforme à Constituição e repudiado, como **ilícito**, pelo ordenamento jurídico (**art. 187 do Código Civil**).²¹⁹

No **caso concreto**, porém, a **prova documental** evidencia o exercício de **atividade pecuária** no imóvel, obstante se caracterize um estado de abandono. As apontadas incoincidências entre a área sobre que se alega exercer posse e as áreas em que se comprova o exercício de posse economicamente ativa **não são significativas** a ponto de ensejar a negativa da tutela vindicada, especialmente considerando o presente **contexto** de **absoluto desinteresse** dos **requeridos** pela via jurisdicional na solução do conflito.

Com as vênias de estilo quem convencido do contrário, tenho por **demonstrado o exercício racional e adequado de atividade econômica no imóvel, no período imediatamente anterior ao ajuizamento da presente ação**.

Considerando que a **Constituição Federal – art. 186 da CF/88** – proclama **rol exaustivo** de **observância estrita concomitante** daqueles requisitos, sendo insuficiente o cumprimento de apenas um deles para **qualificar** qualquer posse como **constitucional**, prosseguimos na análise dos demais tópicos especificados naquele dispositivo.

219 – “**Art. 187.** Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.”



b) – O **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88), repercute na função social do imóvel, razão por que, no cumprimento, não se observam as disposições de regência das **relações de trabalho** (art. 186, III da C.R.F.B./88).

Assim, sob a **lógica do razoável**, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de **direitos trabalhistas** em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social**, **existência digna** e **redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

No **caso concreto**, há **indícios** da **regularidade** do **vínculo empregatício** mantido com **04** (quatro) **trabalhadores**, estampados nas cópias de folhas de **Livro de Registro de Empregados** (f. 44-47).

De tais **documentos** depreende-se o **cumprimento de deveres do empregador** para com os trabalhadores, tais como a concessão de **férias**, o **aumento salarial** periódico, o recolhimento de **contribuição sindical**, a inscrição no Programa de Integração Social (PIS) e no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Releva notar que as folhas do livro de registro foram **visadas** por agente do Ministério do Trabalho, **presumindo-se regulares**, vez que sem prova, indício ou alegação de que da fiscalização houvesse resultado eventual autuação por infração das normas de regência das relações de trabalho. Corrobora a conclusão a informação do **Ministério do Trabalho e Emprego** de não haver registro de **infração por irregularidade** trabalhista no imóvel (f. 311).

Por tudo, **sem notícia de inobservância** das disposições que regulam as **relações de trabalho**.

c) – O **exercício da posse da propriedade rural**, em consonância com as **diretrizes constitucionais**, só atenderá à **função social** quando, ainda que usada **economicamente** em **aproveitamento racional** e **adequado**, harmonize a **exploração** e a **preservação** (incluída a **recuperação**) do **meio ambiente**, enfocando o paradigma da **exploração sustentável**, baseada em práticas que estimulam a **diversidade** da **fauna** e da **flora**, comprometidas com a **conservação dos recursos naturais**. E nesse **paradigma** é que cumpre a **justiça social** prevista no art. 170, III da C.F./88, atendendo, além, ao art. 186 e seus **incisos**, da C.R.F.B./88.

Sustenta o **Ministério Público** o descumprimento da dimensão ambiental da função social, porquanto não averbada a área de reserva legal nem demonstrada sua existência efetiva.

Um **exame minucioso** do conjunto probatório mostra que, à margem das transcrições nº 10.959 e 31.467 (f. 18 e 31), encontram-se **averbados 117,40 ha** (cento e dezessete hectares e quarenta ares) como área de **reserva legal** (f. 40-41). Porém, é fato que a **área averbada não atende suficientemente** disposição do **Código Florestal** (art. 16, §2º da **Lei 4.771/65**), já que significativamente **inferior** a **20%** da superfície total.

Muito embora entendamos **cogente** a norma do **Código de Defesa Florestal** que trata da matéria, de se destacar a **controvérsia jurisprudencial** que paira sobre a questão da **obrigatoriedade da averbação**. A própria Corte Superior do **Tribunal de Justiça de Minas Gerais**, no julgamento do **Mandado de Segurança nº 1.000.00.279477-4/000**, assentou o entendimento de que o **Código Florestal não impõe** a averbação da reserva legal a todo e qualquer imóvel rural nem condiciona a prática de atos notariais e registrais à averbação, ali tratada como **mero ato administrativo autônomo**, sem caráter auto-executório.

Conquanto não se ignore a incipiente (e salutar) **mudança na orientação**, na esteira de **precedente** do **Superior Tribunal de Justiça** (RMS nº 18.301/MG, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, j. 24.08.2005), grassa ainda a **controvérsia** no T.J.M.G., de que são exemplos, **favoráveis** à **obrigatoriedade da averbação**, os recentes julgados nº 1.0287.07.032411-9/001(1), vencido o Rel. Des. ERNANI FIDELIS, j. 27.05.2008; 1.0049.06.010435-0/001(1), Rel. Des. BRANDÃO TEIXEIRA, j. 08.04.2008; 1.0324.03.011535-0/001(1), Rel. Des. VANESSA VERDOLIM HUDSON ANDRADE, j. 20.05.2008; 1.0283.07.006533-1/001(1), Rel. Des. EDILSON FERNANDES, j. 04.03.2008; 1.0694.06.033280-6/001(1), vencido o Rel. Des. JARBAS LADEIRA, j. 12.02.2008; 0596.07.039154-2/001(1), Rel. Des. ARMANDO FREIRE, j. 11.12.2007; 1.0702.04.170790-3/001(1), vencido parcialmente o Rel. Des. ISALINO LISBÔA, j. 22.11.2007; 0287.06.028687-2/001(1), vencido o Rel. Des. EDUARDO ANDRADE, j. 13.11.2007; 1.0694.07.035757-9/001(1), Rel. Des. AUDEBERT DELAGE, j. 01.11.2007; 1.0283.06.005812-2/001(1), Rel. Des. ALBERTO VILAS BOAS, j. 25.09.2007; 1.0287.07.029442-9/001, Rel. Des. CAETANO LEVI LOPES, j. 25.09.2007; 1.0283.06.005172-1/001(1), Rel. Des. MARIA ELZA, j. 20.09.2007;



1.0287.06.025359-1/001(1), Rel. Des. ARMANDO FREIRE, j. 18.09.2007; 0283.06.003962-7/001(1), Rel. Des. EDGARD PENNA AMORIM, j. 16.08.2007 e 1.0694.06.031274-1/001(1), Rel. Des. MAURÍCIO BARROS, j. 03.07.2007. E, **contrários**, os julgados nº 1.0287.07.031999-4/001(1), Rel. Des. MAURO SOARES DE FREITAS, j. 12.06.2008; 1.0694.07.038659-4/001(1), vencido o Rel. Des. WANDER MAROTTA, j. 01.04.2008; 1.0287.07.030761-9/001(1), Rel. Des. ALMEIDA MELO, j. 13.03.2008; 1.0283.06.006018-5/001(1), Rel. Des. NEPOMUCENO SILVA, j. 13.03.2008; 1.0390.07.015388-2/001(1), Rel. Des. ALVIM SOARES, j. 26.02.2008; 1.0287.07.030362-6/001(1), Rel. Des. CÉLIO CÉSAR PADUANI, j. 14.02.2008; 1.0283.06.005944-3/001(1), Rel. Des. DÍDIMO INOCÊNCIO DE PAULA, j. 31.01.2008; 1.0083.04.000206-1/002(1), Rel. Des. MANUEL SARAMAGO, j. 08.11.2007; 1.0518.07.118568-1/001(1), Rel. Des. EDIVALDO GEORGE DOS SANTOS, j. 16.10.2007; 1.0694.06.031427-5/001(1), Rel. Des. NILSON REIS, j. 25.09.2007; 1.0694.07.035767-8/001(1), vencida a Rel. Des. HELOÍSA COMBAT, j. 21.08.2007; 1.0000.07.449726-4/000(1), Rel. Des. BELIZÁRIO DE LACERDA, j. 29.05.2007; 1.0283.05.002623-8/001(1), Rel. Des. SILAS VIEIRA, j. 26.04.2007 e 1.0694.06.031433-3/001(1), Rel. Des. ALBERGARIA COSTA, j. 29.03.2007. Tal a divergência, vê-se, que é possível lembrar aqui o eventual cabimento de **incidente de uniformização da jurisprudência** acerca da interpretação do art. 16 do Código Florestal.

A **indicação legislativa** para a solução definitiva parece estar em recente **Decreto nº 6.514**, de 22 de julho de 2008, impondo multa de **R\$500,00** (quinhentos reais) a **R\$100.000,00** (cem mil reais) para aquele que **deixar de averbar a reserva legal**.

Revela-se, pois, **desproporcional exigir** do jurisdicionado a observância de conduta cuja **imposição** nem ao menos é **pacífica** perante os tribunais, e a que já existe **sanção cominatória** para o caso de **inadimplemento**.

Por derradeiro, mas não em último, é de se privilegiar, em **análise teleológica da norma**, a **concreta preservação de área de reserva legal**, em detrimento da exigência de observância de **formalidade administrativa**. A própria Justiça Federal, a quem compete julgar ações de desapropriação para fins de reforma agrária, vem entendendo que a **irregularidade formal não compromete** o cumprimento da função social da propriedade. A tal propósito, lúcida manifestação da **Procuradoria da República**, em parecer da lavra da i. Procuradora D^{ma} MARIANE G. DE MELLO OLIVEIRA, nos autos do processo nº 2003.35.011233-7, em trâmite perante a 9ª Vara da Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Goiás:

“Entende este Órgão Ministerial que, muito embora tenha ficado caracterizado nos autos que a indigitada reserva legal não fora devidamente averbada antes da vistoria administrativa, mas somente após a mesma, **a confirmação de sua existência** torna-se suficiente para que esta seja considerada no cálculo do Grau de Utilização da Terra – GUT do imóvel em estudo. (...) A obrigação de preservar a área relativa à reserva legal decorre de lei, ainda que não esteja averbada. Segundo o Código Florestal, o proprietário está impedido de explorar pelo menos 20% de sua propriedade rural (art. 16, “a” e parágrafos 2º e 3º), independentemente de haver assinado e averbado no registro imobiliário o termo de compromisso de preservação de reserva legal. (...) O Ministério Público Federal, apesar de ter conhecimento e respeitar a posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal [de não considerar como reserva legal área não averbada], não pode com ela concordar. Se assim o fizesse, estaria sendo conivente com uma formalidade que despreza a real situação fática do imóvel, prejudicando de forma desproporcional uma das partes, o que não pode ser tolerado. A Lei Ambiental tutela a **preservação do meio ambiente** e não a **burocracia**. De se ressaltar que a Lei nº 8.629/93, em seu art. 10, IV, considera a área de reserva legal não aproveitável para fins de cálculo da produtividade do imóvel, não condicionando esta exclusão ao fato de estar averbada no registro imobiliário.”²²⁰

Deve-se ter em conta que o **parecer técnico** consigna a existência de **1.547,33 ha** (mil, quinhentos e quarenta e sete hectares e trinta e três ares) de **área de preservação permanente**, coberta com vegetação situada à margem de **cursos d’água, cabeceiras e grotas e vegetação nativa** (f. 40), esta que poderá ser computada no cálculo do percentual da reserva legal, se atendidos os requisitos legais (**art. 16, §6º, II do Código Florestal**).

Anote-se que, a despeito da **elaboração unilateral**, o parecer foi subscrito por dois Engenheiros, sob a fé de seu grau. Submetido no processo ao crivo do **contraditório**, subsiste sua força probante, vez que **não desconstituído** por qualquer prova em contrário.

Assim, nada obsta a que o requerente pleiteie a **integração** do **passivo ambiental** de seu imóvel com a área de preservação permanente coberta com **vegetação nativa**, ali existente. Nesse contexto, a questão da **inexistência** da

220 – Cfr. Justiça Federal de 1ª Instância – Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais – Mandado de Segurança Individual – proc. nº 2007.38.00.022941-6.



formalidade da averbação, passível de regularização, não se mostra **grave** o **bastante** a fundamentar eventual negativa de concessão da tutela possessória.

Muito embora não haja **prova** da **concreta preservação** da área de reserva legal, como mesmo assevera o **Ministério Público**, a matéria não foi eficientemente apreciada em **contraprova** pelos requeridos, a sobreviver ao **contraditório**, que sequer se dignaram a oferecer, no processo, resistência à pretensão dos requerentes.

O **Ministério Público** chama atenção para a **supressão** de 0,30 ha (trinta ares) de vegetação em área de preservação permanente, infração ambiental praticada pelo requerente **BELIZÁRIO FERREIRA DE GODOY** e relatada no **B.O.** de 17.12.2007 (f. 364). A despeito da **gravidade** do fato, impende considerar que já foram tomadas as **providências cabíveis**, com a lavratura do competente auto de infração e encaminhamento do expediente à Curadoria do Meio Ambiente da **Promotoria de Justiça** local (f. 320-330). Assim, a infração isolada e, de resto, já em vias de ser sancionada, se for o caso, **não** se apresenta como **fundamento eficiente** da negativa da tutela possessória, especialmente considerando o ambiente de **desinteresse** dos requeridos pela solução jurisdicional da lide.

d) – No tangente à exploração que favoreça o **bem-estar social**, só há nos autos evidência de **perturbação** e **tensão social** causada pelo **ingresso incoseqüente** dos **requeridos** no imóvel, sem demonstrar **convicção** da legitimidade da resistência à pretensão possessória dos requerentes, tanto que, depois da concessão liminar, **abandonaram** o processo sem sequer se dignarem a atender ao chamado para participar da construção do provimento jurisdicional.

Com licença da contradição em termos, a **revelia** manifesta-se também no **desinteresse** pela **contraprova**, pelo que há de prevalecer, como elemento de cognição idôneo a fundamentar a decisão, a prova documental produzida pelos requerentes.

Os demais **atores** que intervêm neste processo atuam, ou à semelhança de *amicus curiae*, sem defender interesse jurídico próprio, ou, no caso do **Ministério Público**, como **fiscal da lei** e do **interesse público** ínsito à matéria. Nem um nem outro são partes no processo, é dizer, são **imparciais**, limitando-se a agir no âmbito do **conflito de interesses concretamente estabelecido**. Embora **zelosamente** se empenhem no seguimento do processo de **forma útil**, não há como ignorar que a ausência deliberada dos requeridos torna a **lide vazia**, para não dizer **vã**.

Nesse contexto de **sintomático silêncio absoluto** da parte requerida, parece-nos **desproporcional** exigir dos requerentes a prova daquilo que só seria **imprescindível** em sede de **desapropriação**, como sanção pelo **descumprimento da função social**. Nesse diapasão, tem-se por **suficiente** a **prova produzida**, **hábil** a demonstrar, ainda que em **grau mínimo**, um exercício de posse mais eficiente ao cumprimento do dever jurídico-social imposto pela Constituição Federal.

Considerando o **cumprimento espontâneo** da ordem de **desocupação** há quase 2 (dois) anos e o **descrédito** dos requeridos para com a **autoridade** do **Estado-Juiz** na **composição** do **conflito**, parece-nos **bizantina** a discussão sobre se **exaustiva** ou não a prova do cumprimento da função social; e mais, é mesmo **contrária** ao **princípio da efetividade do processo**, que **não é um fim em si mesmo** nem espaço de **emulação** ou **discussões utópicas**. A **ação possessória não é uma ação de declaração de cumprimento da função social**. O objetivo da atividade jurisdicional da Vara de conflitos coletivos possessórios é, primeiro, promover o **bem-estar** e prestigiar as **relações sociais pacíficas**; ao final, concede-se a tutela possessória a quem melhor se habilite. No **caso concreto**, a posse dos requerentes passou a ser **mansa**, **pacífica** e **incontestada**, tendo em vista que, diante de uma concessão liminar, os **requeridos abandonaram completamente a ação**, quase como que em reconhecimento da procedência do pedido.

Num ambiente em que transparece a **falta** de **compromisso** e **seriedade** dos requeridos no suposto interesse de concretização do princípio da função social, não se justifica a **sobrevivência artificial da lide**, posto que no processo apresentam-se tão-somente como **sombra** ou **fantasma**, sem força, vontade e aptidão para resistir à pretensão deduzida pelos requerentes. Assim, a prova produzida, mesmo se indiciária e não exaustiva, revela-se **suficiente** à concessão da **tutela vindicada**.

Porém, convocado a **compôr** o **conflito coletivo possessório**, ao **Estado-juiz** incumbe, a um só tempo, zelar pelo **cumprimento** da **função social** e pelo **apaziguamento** da **tensão social**, sem negligenciar nem privilegiar qualquer de suas indesejáveis atribuições.

Assim, muito embora os elementos dos autos não sejam bastantes a fundamentar uma decisão de improcedência,



especialmente consideradas as peculiaridades do caso concreto, não deixa de causar **preocupação a especulação** de que, na **exploração econômica** do imóvel, os requerentes **descurem** de aproveitá-lo de modo racional, de utilizar adequadamente os recursos naturais disponíveis, preservar o meio ambiente e observar as normas de regência das relações de trabalho.

Em atendimento ao **preceito constitucional do cumprimento da função social**, recomendar-se-á ao INCRA o estudo da **viabilidade fática e jurídica** de inclusão do imóvel no roteiro de fiscalização e vistoria, especialmente considerando a extensão da propriedade, segundo os termos da inicial.

Por tudo, então, havendo os requerentes **demonstrado o exercício de posse conforme à Constituição Federal, em suas quatro dimensões, fazem jus à tutela possessória vindicada.**

3.1.3 – Do dano material

Pedem os requerentes, ainda, a condenação dos requeridos à **reparação do prejuízo** que lhes teriam causado na ocupação do imóvel, consistente na **queda da produção pecuária**, despesas com transferência de parte do plantel e danificação das pastagens. Todavia, os **danos restaram tão-somente alegados**, descurando-se os requerentes de, a tal propósito, produzir qualquer prova, circunstância que conduz, portanto, à **improcedência do pedido indenizatório**.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL** por ESPÓLIO DE EURICO FERREIRA DA CUNHA, BELIZÁRIO FERREIRA DE GODÓI e LUCY PEIXOTO GODÓI em face de WELLINGTON DA SILVA MOREIRA, ROSINEI NOGUEIRA, ADOLFO DOS SANTOS BRITO, ADÃO FERNANDES DA SILVA, JANICE EVARISTA DO NASCIMENTO, JOÃO ROBERTO ALVES, VALDIR DA SILVA ROCHA, NILSON ANTÔNIO DA SILVA, TEREZINHA DIAS DA SILVA, GILMAR DA SILVA DIAS, UEDILMAR SOARES VARGEM, ADRIANO DA SILVA ROCHA, SARA MARIA ROCHA, JOHNYS FERNANDO SOUZA RIBEIRO, MÔNICA ROCHA BRITO, ANTÔNIO MOREIRA DA SILVA, MARILDA VIEIRA CUNHA ALMEIDA, BOLÍVAR UMBELINO DE CASTRO e DINALDO BALBINO DA SILVA, PARA, TORNANDO DEFINITIVA A ORDEM LIMINAR, REINTEGRAR OS REQUERENTES NA POSSE da Fazenda Bocaina, em Araguari/MG, objeto das certidões de registro que acompanham a inicial (f. 16-36), e **NEGAR** o pedido de **REPARAÇÃO DE DANOS**.

Em virtude da **sucumbência recíproca e equivalente**, **condeno** as partes no pagamento das **custas processuais**, na proporção de **50%** para os requerentes e **50%** para os requeridos (**art. 21** do **C.P.C.**), e ao pagamento de **honorários** à parte adversa, arbitrados em **R\$800,00** (oitocentos reais) para a Advogada dos requerentes e **R\$500,00** (quinhentos reais) ao **Defensor Público**, tendo em conta, por um lado, o **comprido tempo do serviço**, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, o **empenho** demonstrado no **trabalho da profissional** e o **exercício zeloso** do *munus* da curadoria de ausentes, e, por outro, a **relativa simplicidade** da instrução (só documental) do feito e a **especificidade** da intervenção do Curador Especial (**art. 20, §§ 4º e 3º** do **C.P.C.**). Fica desde já determinada a **compensação** dos honorários (**Súmula nº 306/STJ**).

Oficie-se ao INCRA (Presidência em Brasília e Superintendência em Minas Gerais), nos termos do quanto consignado no corpo desta decisão (item 3.1.2, alínea d). Com o ofício, remeter cópia das certidões de registro do imóvel (f. 16-36).

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2008.

(Publicação Minas Gerais, 21.8.2008)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito



Comarca de Belo Horizonte
Proc. no 0024.04.466.308-6
Ação: Reintegração de posse c/c reparação de danos
Origem: Pequi/MG
Reqtes: Janette Leila de Paula e outro
Reqdos: Joaquim Martins Toledo e outros
Imóvel: Fazenda Santa Helena/Barroca

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuida-se de **AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE c/c REPARAÇÃO DE DANOS** aforada por **JANETTE LEILA DE PAULA** e **LEONARDO DE PAULA** em face de **JOAQUIM MARTINS TOLEDO, LUIZ ANTÔNIO MEDEIROS RAMOS, ELIAS LAIA TEIXEIRA, ALAN SANDER DE OLIVEIRA MARTINS, PAULO SÉRGIO DO CARMO, DATIVO FERREIRA MACHADO** e **requeridos incertos ou desconhecidos**, ditos integrantes do MOVIMENTO DOS SEM TERRA.

Dizem-se os requerentes respectivamente **possuidores direto** e **indireto** do imóvel rural **Fazenda Santa Helena/Barroca**, em **Pequi/MG**, com área de **732,00 ha**, onde exerceriam atividade **agropecuária**. Destacam que se encontra *sub judice* a classificação da propriedade como **improdutiva**, pelo INCRA. Alegando **receio** de **iminente** moléstia à posse, porquanto teriam ciência de que os requeridos **planejavam** invasão à fazenda, pleiteiam, desde a **concessão liminar**, a tutela possessória, bem como a **reparação de danos** (f. 04-10). Juntam **documentos** (f. 11-101).

Inicialmente, a ação foi proposta perante a Justiça Federal como INTERDITO PROIBITÓRIO em face de **PAULO JESUS TADEU BATISTA, ADÃO DE BARCELOS, JOSÉ ANTÔNIO TORRES, GERALDO DE TAL** e requeridos incertos ou desconhecidos.

Decisão declinatoria da competência para este Juízo Estadual Especializado (f. 109).

Os requerentes notificam a **invasão** do imóvel e aditam a inicial para incluir, no pólo passivo, **MAURO LEMES DOS SANTOS, VICENTE BATISTA RODRIGUES e ADÃO ALVES DOS SANTOS** (f. 110-112). Juntam **documentos** (f. 113-114, 120-122 e 128-133).

O **Ministério Público** é pela **justificação** da posse (f. 123-125).

Visita (f. 169-177) e **audiência** em 28.12.2004. O **Ministério Público** opina pelo **negativa** da concessão liminar. Comparecimento espontâneo ao processo de **JOAQUIM MARTINS TOLEDO, LUIZ ANTÔNIO MEDEIROS RAMOS, ELIAS LAIA TEIXEIRA, ALAN SANDER DE OLIVEIRA MARTINS, PAULO SÉRGIO DO CARMO e DATIVO FERREIRA MACHADO**, incluídos no pólo passivo. **Homologação** da **desistência da ação** relativamente aos requeridos **PAULO JESUS TADEU BATISTA, JOSÉ ANTÔNIO TORRES, ADÃO DE BARCELOS, VICENTE BATISTA RODRIGUES e ADÃO ALVES DOS SANTOS**. **Conversão** da ação em **REINTEGRAÇÃO DE POSSE** (f. 150-153).

Os requerentes juntam **documentos** (f. 158-167).

Do **indeferimento** da concessão liminar (f. 178-188) os requerentes interpõem **Agravo de Instrumento** (f. 197-207) a que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, depois de conceder **efeito suspensivo ativo** (f. 212-215), deu **provimento** (AI nº 2.0000.00.490764-4/000 – f. 395-412).

Ordem de reintegração (f. 216), cumprida (f. 359 e 363).

Contestação, só pelos requeridos **LUIZ ANTÔNIO MEDEIROS RAMOS, MAURO LEMOS SANTOS e JOAQUIM MARTINS TOLEDO**. Em preliminar, alegam **irregularidade da citação editalícia**, já superada por decisão de f. 267-268; **nulidade da formação da relação processual**, por ausência de qualificação e citação de litisconsortes necessários, **ilegitimidade ativa**, por falta de prova do domínio, e **irregularidade de representação processual**. No mérito, alegam a não ocorrência de esbulho, vez que o imóvel estaria com “*cercas abertas*” e “*sem vigia*”, e o descumprimento da função social. Impugnam as cópias dos documentos juntados pelos requerentes, não autenticadas (f. 226-239). Juntam **documentos** (f. 240-248).

Anulação da citação ficta (f. 267-268), **repetida** validamente (f. 269, 273, 289-290).

Os requerentes juntam **documentos** (f. 279-282).

Homologação (f. 369v) do pedido de **desistência da ação** quanto ao requerido não citado GERALDO DE TAL (f. 367), com a anuência dos requeridos (f. 372) e do **Ministério Público** (f. 369).

Encerrada a instrução (f. 369v), à míngua de justificação das provas especificadas (f. 370).

Memoriais com **razões finais** (requerentes – f. 377-380 e requeridos – f. 382-383). O **Ministério Público** é pela **improcedência** do pedido, ante o descumprimento da função social (f. 385-391).

Os requerentes juntam **documentos** novos (f. 417-469).

Anulação do processo desde a fase de especificação de provas, inclusive. Nomeação de **Curador Especial** aos requeridos incertos ou desconhecidos, revéis citados por edital. Declaração de **revelia** dos requeridos ELIAS LAIA TEIXEIRA, ALAN SANDER OLIVEIRA MARTINS, PAULO SÉRGIO DO CARMO e DATIVO FERREIRA MACHADO. Concessão do benefício da **assistência judiciária gratuita** aos requeridos LUIS ANTÔNIO MEDEIROS RAMOS, MAURO LEMOS SANTOS e JOAQUIM MARTINS TOLEDO (f. 473-476).

Contestação pelo Curador Especial, com alegação do descumprimento da função social e, quanto ao mais, por **negativa geral** (f. 483-484).

Impugnação com argüição, em **preliminar**, de **intempestividade** da contestação (f. 486-491).

Os requeridos pedem o **desentranhamento** do documento juntado pelos requeridos às f. 417-469, por **intempestividade** (f. 497).

Rejeição da argüição de **extemporaneidade** da contestação e da juntada de documento, com **recomendação** de produção de prova documental do cumprimento da **função social** (f. 499-504).

Ofícios vindos do IBAMA, INCRA e **Ministério do Trabalho e Emprego** (f. 511, 513-515 e 541).

Os requerentes não têm mais provas a produzir (f. 517-530) e juntam **documento** (f. 531-539).

Em **audiência** de 27.03.2008, encerrada a instrução (f. 588-589).

Memoriais com **razões finais**, pelos requerentes (f. 600-601); requeridos (f. 605) e Curador **Especial** (f. 606). O **Ministério Público** é pela **improcedência** do pedido, ante o descumprimento da função social (f. 607).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidem-se os conflitos coletivos pela posse de imóvel rural, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

3.1 – Das Preliminares

(a) Os requeridos argüem a **nullidade da formação da relação processual**, por ausência de qualificação e citação de litisconsortes passivos necessários. **Sem razão**, embora.

É sabido que os movimentos sociais em luta pela terra não se constituem regularmente em **pessoa jurídica**. Sequer se amoldam ao conceito de **sociedade irregular**, não havendo quem se identifique como administrador de eventual patrimônio (art. 12, VII do C.P.C.). A dificuldade de **categorização** da natureza jurídica do movimento social transparece até na legislação específica, que tenta contornar o problema tratando-o como “*entidade, organização, pessoa jurídica, movimento ou sociedade de fato*” (art. 2º, §8º da **Lei nº 8.629/93**). A realidade da atuação dos movimentos sociais – **amorfos e mutáveis** por essência e por opção estratégica – fez surgir, no processo, a tormentosa questão da composição do pólo passivo nas lides de que participem. Os grupos envolvidos em **conflitos fundiários coletivos**, porque não estanques, não se integram propriamente de indivíduos não identificados (incertos ou desconhecidos), mas de indivíduos **não identificáveis**, pois há **grande movimentação de entrada e saída de ocupantes**. Vê-se, a propósito, que o boletim de ocorrência policial (B.O.) registra a presença de 110 (cento e dez) famílias ou 190 (cento e noventa) **pessoas** no local do conflito (f. 120-121). Já em visita ao imóvel ocupado, o Juiz então oficiante constatou haver ali um grupo de cerca de 48 (quarenta e oito) **famílias**, com aproximadamente 150 (cento e cinquenta) **pesso-**

as (f. 169). De outro lado, nem mesmo os **indivíduos** envolvidos procuram facilitar a tarefa de seu reconhecimento, preferindo o **anonimato**. Sintomaticamente, suscitam a preliminar apenas 03 (três) dos requeridos, dentre a provável centena de ocupantes. Assim, em sede de **conflito coletivo** não se exige do requerente, por **absoluta impossibilidade de fática**, a **qualificação exaustiva** de cada um dos agentes da suposta ofensa à posse, sob pena de **inviabilizar-se** a própria **atividade jurisdicional**.

No **caso concreto**, declaram os requerentes **ignorar** a **identidade** de cada um dos requeridos, qualificando-os simplesmente como “*demais integrantes do Movimento dos Sem terra*” (sic – f. 04). Sem haver nos autos elementos que infirmem a veracidade dessa declaração, tem-se por **atendidos** os **requisitos** da **citação** por **edital** (art. 232, I, primeira parte c/c art. 231, I do C.P.C.) e, por conseguinte, respeitados os princípios do **devido processo legal** e da **ampla defesa**.

(b) Agitam os requeridos, ainda, preliminar de **ilegitimidade ativa**, por falta de prova do domínio, e **irregularidade de representação processual**.

Ante a **radical separação** dos juízos **petitório** e **possessório**, revela-se **descabida** a argüição de inexistência de prova da propriedade nesta seara, sendo mesmo **vedado** pelo ordenamento jurídico o estabelecimento de **discussão dominial** na pendência de lide **possessória** (art. 923 do C.P.C.).

Alfim, **anódina** a preliminar de irregularidade de representação de espólio, pois **não há** nos autos parte que se qualifique como **universalidade de bens**.

Por tudo, rejeito as preliminares

3.2 – Do Mérito

3.2.1 – Da perda da posse

Nos termos do art. 334, II do C.P.C., **independe** de prova o fato do **esbulho**, posto **confessado** pela parte requerida. Com efeito, em **audiência** de 28.12.2004, os requeridos presentes **confirmaram** “*que ocuparam a fazenda no dia 25/9, depois de serem despejados de outra fazenda chamada Vargem dos Coqueiros, situada em São Joaquim de Bicas*” (f. 151).

Demais disso, a **confissão** se coaduna com o **conjunto probatório**, notadamente o **B.O.** lavrado em 26.09.2004, em que a autoridade **constata** o acampamento no local de aproximadamente **110** (cento e dez) **famílias**. Na oportunidade, o requerido **MAURO LEMES DOS SANTOS** declarou que **invadiram** a fazenda por ter sido considerada **improdutiva** pelo INCRA, em **vistoria** (f. 113-114).

Não se sustenta a alegação dos requeridos de que não praticaram esbulho, ao argumento de que o imóvel estivesse com **cercas abertas e sem vigia** (f. 226-239). Por si só, eventual ausência de obstáculo físico ou humano ao ingresso no imóvel (de resto, não demonstrada) não elide o desapossamento. Na **dinâmica** do ato de **ocupação/invasão/tomada**, irrelevante o modo ou o meio usado pelos requeridos para alcançar o desiderato de adentrar no imóvel, pois o **esbulho** residirá no **conseqüente**, que é a privação da posse sobre a coisa, esta provada.

3.2.2 – Do cumprimento da função social

Superada a questão do **fato** do **esbulho**, passamos a apreciar os elementos atinentes ao direito de o ora requerente vir a Juízo pleitear **proteção possessória**, qual seja a análise do **cumprimento da função social** (sob seus **quatro aspectos constitucionais**).

(a) – De início, reformando entendimento externado pelo insigne Juiz que nos antecedeu nesta Vara especializada (f. 178-188), registro a **imprestabilidade** do **laudo de vistoria** do INCRA como elemento de cognição da qualidade da posse no exercício imediatamente anterior à ocupação, que é o que interessa para a nossa análise, tendo em vista que refletiu as condições de uso do imóvel no período de **novembro de 2001** a **outubro de 2002** (f. 13-38). Contudo, no caso, perpetrado o **esbulho** em **setembro de 2004**, cumpre aos requerentes demonstrar que, no **interregno** entre **setembro de 2003** e **agosto de 2004**, exerciam posse conforme à Constituição. Elege-se o **intervalo de doze meses anteriores ao esbulho** por **afinidade** com o sistema normativo agrário, pois coincide com o adotado pela autarquia federal nas vistorias que empreende na aferição do cumprimento da função social (art. 4º, § 3º da Norma de Execução nº 35/INCRA, de 24.03.2004). Além, por se tratar de **prazo razoável**, dentro



do qual o possuidor, em um ambiente de paz social, não encontra impedientes externos para **livremente cumprir**, no exercício da posse, o **dever jurídico/social** imposto à propriedade imobiliária rural.

No tocante ao **aproveitamento econômico da propriedade**, as **notas fiscais** de produtor rural nos dão conta da aquisição ou transferência para o imóvel de **126** (cento e vinte e seis) cabeças de **gado**, no período de **junho a outubro de 2003** (f. 75-83). A **ficha de controle sanitário** do rebanho, expedida pelo **Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA**, comprova o apascentamento do efetivo pecuário médio de **63** (sessenta e três) **reses**, entre **junho de 2003 a maio de 2004** (f. 87-88). A **Guia de Trânsito Animal**, também emitida pelo **IMA**, comprova a retirada de **52** (cinquenta e dois) animais em **novembro de 2004**, já posteriormente à desocupação, evidenciando, por óbvio, a preexistência de rebanho bovino no imóvel.

Em visita ao local do conflito, o Juiz então oficiante colheu informações da existência no imóvel de **178** (cento e setenta e oito) **cabeças** de gado pertencentes ao requerente **LEONARDO DE PAULA** (f. 169), possuidor direto, conforme faz prova o contrato de **comodato** celebrado com a requerente em **01.05.2001**, pelo prazo de **05** (cinco) **anos**, tendo por objeto o empréstimo gratuito do imóvel para atividade pecuária (f. 73-74).

Registre-se, de passagem, o **salutar efeito colateral**, por assim dizer, advindo da análise do conflito coletivo possessório à luz da função social. Não raro – e cada vez com maior freqüência – os peticionários, no curso do processo, cuidam de **qualificar a posse exercida**, de modo a adequá-la aos **requisitos constitucionais** e, assim, torná-la merecedora da tutela jurisdicional.

No **caso concreto**, a partir de **2005** encetou a requerente **projeto técnico agrícola**, o qual, segundo a **declaração do Engenheiro Agrônomo responsável**, encontrava-se em **28.03.2006** com 85% (oitenta e cinco) da área já plantada. Arrima a referida declaração **robusta documentação**, idônea a evidenciar a seriedade e atualidade do empreendimento, consistente em **notas fiscais** de aquisição de **43.000** (quarenta e três mil) **mudas** (f. 421 e 425); **certificados fito-sanitários** das mudas de banana e **permissão** de trânsito de vegetais, expedidos pela Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do IMA (f. 419-420, 423 e 428), e **projetos** de irrigação da área de plantio e de instalação de rede elétrica (f. 430-438 e f. 454-457).

Tendo em conta o caráter de **trato sucessivo** da obrigação de destinar ao imóvel **fim social**, adrede referido, os atos de qualificação da posse supervenientes à propositura da ação consubstanciam **atos constitutivos do direito** da parte, a serem considerados no momento da decisão (**art. 462 do C.P.C.**).

Nesta seara, sobreleva a prova de que o imóvel **não** se encontra em estado de **abandono** e é **aproveitado** de modo **adequado**, segundo os princípios da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**. Sob pena de infligir às partes **ônus probatório desproporcional e inatingível**, em prejuízo da **justiça da decisão**, não nos compete aferir a consecução dos índices de utilização da terra (**GUT**) e eficiência na exploração (**GEE**), utilizados pelo **INCRA** no procedimento de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária (**Lei nº 8.629/93**), muito embora seja importante o cumprimento deles. O que se põe em destaque nesta chamada de atenção é a **circunstancialidade** da análise: se há **abandono** do imóvel ou descumprimento tal dos índices a caracterizar o **abandono**; ou, de outro lado, o descumprimento em **limites não relevantes** para evidenciar o **abandono (mera irregularidade)**.

Com a devida vênua ao **Ministério Público**, que é pela improcedência do pedido, ao argumento da **subutilização** do imóvel, tenho que, no caso em comento, ainda que não exaustiva, a prova dos autos **sinaliza** um exercício continuado de atividade **pecuária**, **bastante a elidir** a caracterização de estado de abandono do imóvel ou a **subutilização** em grau tal que não concretize a função social.

No deslinde de causa dessa natureza, **rejeita-se o rigor do esquadramento microscópico** dos requisitos constitucionais da função social, sob pena de **banalizar-se** questão tão relevante quanto a da **perda da posse imobiliária**.

Resta **suficientemente demonstrado**, pois, em grau mínimo embora, o **exercício de atividade econômica no imóvel**, com seu **aproveitamento racional e adequado**, no período imediatamente anterior ao ajuizamento da presente ação.

(b) – O **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (**art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88**), repercute na função social da propriedade, razão por que, no cumprimento, hão de se observar as disposições de regência das **relações de trabalho** (**art. 186, III da C.R.F.B./88**).





Assim, sob a **lógica do razoável**, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de **direitos trabalhistas** em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social**, **existência digna** e **redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

No **caso concreto**, a prova dos autos **sinaliza a irregularidade** do vínculo trabalhista então mantido com um **único** empregado, Sr. VICENTE BATISTA RODRIGUES, que declarou laborar há cinco meses sem registro em carteira (f. 169). Ancorado no fato, o **Ministério Público** sustenta o descumprimento da função social (f. 385-391).

Tenho, contudo, que a ausência de provas ou indícios do **descumprimento** de **direitos materiais** do obreiro releve a falta de registro em carteira à esfera de **mera irregularidade**, corroborada pela ausência de notícia de irrisignação do empregado quanto a eventuais créditos insatisfeitos.

Além, o **Ministério do Trabalho e Emprego**, pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, informa que **não há registro de irregularidades trabalhistas** no imóvel (f. 541). Então, **sem prova, indício ou alegação** nos autos de que no imóvel se patrocinasse **trabalho escravo ou degradante**, condutas que, por afrontarem a **dignidade humana**, fundamento do **Estado Democrático de Direito**, **repugnam à Constituição** e à **lei**, tais a embasar a negativa da tutela possessória.

Demais disso, comprovam os requerentes a regular contratação de **8** (oito) **empregados**, também inscritos no Programa de Integração Social e no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (f. 459-466). Não obstante se trate de ato de qualificação da posse praticado **supervenientemente** ao ajuizamento da ação, há de ser considerado como constitutivo do direito dos postulantes à tutela possessória, tendo em vista o caráter de **trato sucessivo** da obrigação constitucional de cumprimento da função social, alhures referido.

Logo, no **contexto**, a **infração nada representou** no âmbito da **verificação** da **regularidade** das **relações trabalhistas**, e desafia, antes, medidas de ordem pública, a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego ou do Ministério Público do Trabalho. Acaso relevante, a irregularidade haveria de ser **sanada** e mesmo **sancionada** – fosse o caso – em **via própria**. Sequer há nos autos notícia de que o **Ministério Público**, que a todo o feito acompanhou com **atenção** e **redobrado zelo**, tenha requerido ou adotado alguma **providência** entendida **necessária** ao **saneamento de irregularidade** que saiba existente, em prejuízo da **gravidade** que atribui à questão, *data venia*.

Por tudo, **suficientemente** demonstrada a **observância** das **disposições que regulam as relações trabalhistas**.

(c) – Tampouco se demonstra que a posse exercida pelos requerentes gerasse **conflitos** e **tensões sociais** no imóvel. Pelo contrário, a **prova documental** sinaliza no sentido de que a exploração do imóvel, onde existem quatro casas de colonos, equipadas com energia elétrica (f. 71-72), favorece o **bem-estar** dos trabalhadores, cujos filhos encontram-se freqüentando a escola municipal (f. 467-469).

Mesmo durante o período da invasão, na pendência do cumprimento da ordem de reintegração, aquiesceram os requerentes em participar de reunião promovida pela Polícia Militar de Minas Gerais, com o escopo de lograr a **desocupação pacífica** do imóvel (f. 336-341). **Espontaneamente**, concordaram em **indenizar**, pelo valor de **R\$5.779,28** (cinco mil, setecentos e setenta e nove reais e vinte e oito centavos), as plantações realizadas no imóvel pelos requeridos, ainda que tal direito não se lhes houvesse sido reconhecido em juízo (f. 334-335). A **via conciliatória** trilhada no **clímax do conflito** reflete dos requerentes um **espírito** especialmente **refratário** às **tensões sociais**.

Assim, tem-se por **atendida** a função social sob o aspecto de uma **exploração** do imóvel **favorecedora do bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores**.

(d) – O **exercício da posse da propriedade rural**, em consonância com as **diretrizes constitucionais**, só atenderá à **função social** quando, ainda que usada **economicamente** em **aproveitamento racional** e **adequado**, harmonize a **exploração** e a **preservação** (incluída a **recuperação**) do **meio ambiente**, enfocando o paradigma da **exploração sustentável**, baseada em práticas que estimulam a **diversidade** da **fauna** e da **flora**, comprometidas com a **conservação dos recursos naturais**. E nesse **paradigma** é que cumpre a **justiça social** prevista no **art. 170, III** da C.F./88, atendendo, além, ao **art. 186** e seus **incisos**, da C.R.F.B./88.

Forte na inexistência de **averbação** da **reserva legal** à margem da matrícula respectiva (f. 71-72), o **Ministério**





Público pugna pela improcedência do pedido (f. 385-391). Com efeito, verifica-se **desatendida disposição** do **Código Florestal** (art. 16, §2º da Lei 4.771/65), que pudesse evidenciar, ao menos em um **sentido formal**, a preservação do meio ambiente.

Muito embora entendamos **cogente** a norma do **Código Florestal** que trata da matéria, de se destacar a **controvérsia jurisprudencial** que paira sobre a questão da **obrigatoriedade da averbação**. A própria Corte Superior do **Tribunal de Justiça de Minas Gerais**, no julgamento do **Mandado de Segurança nº 1.000.00.279477-4/000**, assentou o entendimento de que o Código Florestal **não impõe** a averbação da reserva legal a todo e qualquer imóvel rural nem condiciona a prática de atos notariais e registrais à averbação, ali tratada como **mero ato administrativo autônomo**, sem caráter auto-executório.

Conquanto não se ignore a incipiente (e salutar) **mudança na orientação**, na esteira de **precedente** do **Superior Tribunal de Justiça** (RMS nº 18.301/MG, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, j. 24.08.2005), grassa ainda a **controvérsia** no T.J.M.G., de que são exemplos, **favoráveis à obrigatoriedade da averbação**, os recentes julgados nº 1.0287.07.032411-9/001(1), vencido o Rel. Des. ERNANI FIDELIS, j. 27.05.2008; 1.0049.06.010435-0/001(1), Rel. Des. BRANDÃO TEIXEIRA, j. 08.04.2008; 1.0324.03.011535-0/001(1), Rel. Des. VANESSA VERDOLIM HUDSON ANDRADE, j. 20.05.2008; 1.0283.07.006533-1/001(1), Rel. Des. EDILSON FERNANDES, j. 04.03.2008; 1.0694.06.033280-6/001(1), vencido o Rel. Des. JARBAS LADEIRA, j. 12.02.2008; 0596.07.039154-2/001(1), Rel. Des. ARMANDO FREIRE, j. 11.12.2007; 1.0702.04.170790-3/001(1), vencido parcialmente o Rel. Des. ISALINO LISBÔA, j. 22.11.2007; 0287.06.028687-2/001(1), vencido o Rel. Des. EDUARDO ANDRADE, j. 13.11.2007; 1.0694.07.035757-9/001(1), Rel. Des. AUDEBERT DELAGE, j. 01.11.2007; 1.0283.06.005812-2/001(1), Rel. Des. ALBERTO VILAS BOAS, j. 25.09.2007; 1.0287.07.029442-9/001, Rel. Des. CAETANO LEVI LOPES, j. 25.09.2007; 1.0283.06.005172-1/001(1), Rel. Des. MARIA ELZA, j. 20.09.2007; 1.0287.06.025359-1/001(1), Rel. Des. ARMANDO FREIRE, j. 18.09.2007; 0283.06.003962-7/001(1), Rel. Des. EDGARD PENNA AMORIM, j. 16.08.2007 e 1.0694.06.031274-1/001(1), Rel. Des. MAURÍCIO BARROS, j. 03.07.2007. E, **contrários**, os julgados nº 1.0287.07.031999-4/001(1), Rel. Des. MAURO SOARES DE FREITAS, j. 12.06.2008; 1.0694.07.038659-4/001(1), vencido o Rel. Des. WANDER MARROTA, j. 01.04.2008; 1.0287.07.030761-9/001(1), Rel. Des. ALMEIDA MELO, j. 13.03.2008; 1.0283.06.006018-5/001(1), Rel. Des. NEPOMUCENO SILVA, j. 13.03.2008; 1.0390.07.015388-2/001(1), Rel. Des. ALVIM SOARES, j. 26.02.2008; 1.0287.07.030362-6/001(1), Rel. Des. CÉLIO CÉSAR PADUANI, j. 14.02.2008; 1.0283.06.005944-3/001(1), Rel. Des. DÍDIMO INOCÊNCIO DE PAULA, j. 31.01.2008; 1.0083.04.000206-1/002(1), Rel. Des. MANUEL SARAMAGO, j. 08.11.2007; 1.0518.07.118568-1/001(1), Rel. Des. EDIVALDO GEORGE DOS SANTOS, j. 16.10.2007; 1.0694.06.031427-5/001(1), Rel. Des. NILSON REIS, j. 25.09.2007; 1.0694.07.035767-8/001(1), vencida a Rel. Des. HELOÍSA COMBAT, j. 21.08.2007; 1.0000.07.449726-4/000(1), Rel. Des. BELIZÁRIO DE LACERDA, j. 29.05.2007; 1.0283.05.002623-8/001(1), Rel. Des. SILAS VIEIRA, j. 26.04.2007 e 1.0694.06.031433-3/001(1), Rel. Des. ALBERGARIA COSTA, j. 29.03.2007. Tal a divergência, vê-se, que é possível lembrar aqui o eventual cabimento de **incidente de uniformização da jurisprudência** acerca da interpretação do art. 16 do **Código Florestal**.

A **indicação legislativa** para a solução definitiva parece estar em recente **Decreto nº 6.514**, de **22 de julho de 2008**, impondo multa de **R\$500,00** (quinhentos reais) a **R\$100.000,00** (cem mil reais) para aquele que **deixar de averbar a reserva legal**.

Revela-se, pois, **desproporcional exigir** do jurisdicionado a observância de conduta cuja **imposição** nem ao menos é **pacífica** perante os tribunais, e a que já existe **sanção cominatória** para o caso de **inadimplemento**.

Mais relevante, portanto, é **privilegiar**, em **análise teleológica da norma**, o exercício concreto de posse **conservadora** do meio ambiente, em detrimento da exigência de observância de **formalidade administrativa**. Nesse aspecto, o conjunto probatório não desfavorece a pretensão dos requerentes.

Com efeito, a **prova** dos autos evidencia que os requerentes, **supervenientemente** ao ajuizamento da ação, vêm envidando esforços no sentido de **regularizar** eventual **passivo ambiental** de seu imóvel perante os órgãos estaduais competentes (Conselho Estadual do Meio Ambiente, Instituto Estadual de Florestas e Instituto Mineiro de Gestão de Águas – f. 445-452).

Num contexto que indica o **incipiente atendimento** da **legislação ambiental**, a infração da ausência de reserva legal



não se mostrou grave o bastante a fundamentar eventual negativa de concessão da tutela possessória, havendo mesmo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis certificado a **inexistência** de auto de **infração** eventualmente lavrado em nome dos requerentes (f. 511).

Por tudo, então, havendo os requerentes **demonstrado suficientemente o atendimento dos requisitos da função social, fazem jus à tutela possessória vindicada.**

(e) – O **legislador constituinte** dispôs que a função social da propriedade rural cumpre-se segundo **graus** e **critérios estabelecidos em lei** (art. 186). O espectro dos bens sociais valorados como indicadores do cumprimento da função social admite, pois, **gradação** e **escalonamento**, sempre sob a ótica da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**.

Na **solução dos conflitos**, o julgador renunciará a um **grau absoluto de certeza**, sob pena de infligir às partes **ônus probatório desproporcional** e **inatingível**, em prejuízo da **justiça da decisão**.

Assim, desde que **suficientemente** atendidos os requisitos da função social, não há **razoabilidade** em se negar a tutela possessória aos requerentes, a modo de **verdadeira pena** por suposta inobservância de específica norma trabalhista.

As lides de **alta densidade social**, como soem ser as **possessórias coletivas**, requerem **sensibilidade** bastante do Poder Judiciário, na pena do julgador, de modo a perceber que a solução do conflito, já a tal **distância no tempo**, deve cuidar de não reverter o **delicado equilíbrio** em que os **fatos se acomodaram** no decorrer do processo. Compete ao julgador, na aplicação do direito, orientar-se sempre pelo **princípio da estabilidade social**, de modo a evitar a perpetuação ou, o que seria pior, a **ressurreição do conflito**.

Por **legítima** que seja a **pressão** sobre o INCRA pela obtenção da terra, o **apego quase ritualístico a detalhes**, a essa altura, atrai o jurisdicionado em situação de **abandono**, ao mesmo tempo em que, de modo nefasto, estimula a **atuação dos movimentos sociais** como **justiceiros**. Isso vale, por óbvio, noutra vertente, quando se cuida da violência semeada por **milícias armadas**.

Por tudo, conquanto não **robustíssima** nem **exaustiva** a prova do cumprimento da função social quanto aos aspectos **ambiental** e **das relações de trabalho**, é de se notar que o feito **não foi instruído** com o **cuidado necessário**, declinando todos da faculdade de, a respeito, produzir provas em audiência. Também é certo que, quanto ao ponto, tampouco há dúvida bastante a ensejar a decisão de **improcedência** do pedido.

Porém, convocado a **compor** o **conflito coletivo possessório**, ao **Estado-juiz** incumbe, a um só tempo e **equitativamente**, zelar pelo **cumprimento da função social** e pelo **apaziguamento da tensão social**, sem negligenciar nem privilegiar qualquer de suas indesejáveis atribuições.

Assim, muito embora os elementos dos autos não sejam bastantes a fundamentar uma decisão de **improcedência**, não deixa de causar **preocupação** a **especulação** de que, na **exploração econômica** do imóvel, os requerentes **descurem** de observar as normas de regência das relações de trabalho e de utilizar adequadamente os recursos naturais disponíveis e preservar o meio ambiente.

Em atendimento ao **preceito constitucional** do **cumprimento da função social**, solicitar-se-á aos **órgãos competentes** (IBAMA, IEF e Ministério do Trabalho e Emprego), pois, a **averiguação** da ocorrência das **supostas violações**, do que decorrerá, se for o caso, a inclusão do imóvel no **roteiro de fiscalização** e **vistoria** pelo INCRA e a tomada das **providências cabíveis**.

3.2.3 – Do dano material

Pedem os requerentes ainda a **reparação** de **danos materiais**, consubstanciados no **prejuízo** advindo da “*queima de pastagens, destruição de cercas de arame, furto de energia elétrica, paralisação da atividade produtiva e uso do pasto por animais de terceiros*” (f. 118-119).

Embora **apreensível** pelo senso comum o desvalor trazido à propriedade imobiliária por uma ocupação multitudinária, não se desincumbiram os requerentes do **ônus de comprovar** o **efetivo prejuízo**, a tanto não se prestando o B.O. que os relata, pela **unilateralidade** da produção (f. 128-129). Assim, **sem evidência bastante** da ocorrência do dano material, tão-somente alegado, não há como se impor o dever de reparar.

Improcedente, pois o pedido neste particular da reparação por danos materiais.

III - **DISPOSITIVO**

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL** por JANETTE LEILA DE PAULA e LEONARDO DE PAULA em face de JOAQUIM MARTINS TOLEDO, LUIZ ANTÔNIO MEDEIROS RAMOS, ELIAS LAIA TEIXEIRA, ALAN SANDER DE OLIVEIRA MARTINS, PAULO SÉRGIO DO CARMO, DATIVO FERREIRA MACHADO e requeridos incertos ou desconhecidos, **PARA, TORNANDO DEFINITIVA A ORDEM LIMINAR, REINTEGRAR OS REQUERENTES NA POSSE da Fazenda Santa Helena/Barroca, em Pequi/MG e NEGAR o pedido de REPARAÇÃO DE DANOS.**

Em virtude da **sucumbência recíproca e equivalente**, **condeno** as partes no pagamento das **custas processuais**, na proporção de 50% para os requerentes e 50% para os requeridos (art. 21 do C.P.C.), e ao pagamento à parte adversa de **honorários** arbitrados em **R\$1.000,00** (mil reais), sendo **R\$500,00** (quinhentos reais) ao Advogado constituído dos requeridos, **R\$500,00** (quinhentos reais) ao Defensor Público e **R\$1.000,00** (mil reais) à Advogada dos requerentes, tendo em conta o **comprido tempo do serviço**; a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**; o **empenho** demonstrado no **trabalho de cada profissional**, atuante a Advogada dos requerentes em todas as fases do processo, inclusive presente à audiência de instrução na Comarca de Pará de Minas, a que faltou o Advogado dos requeridos, a despeito de haver pedido a prova oral; e o **exercício zeloso** do *munus* da curadoria de ausentes (art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.). Fica desde já determinada a **compensação** dos honorários (Súmula nº 306/STJ).

Por **ofício**, informando, na oportunidade, o **nome** e o **número do CPF** dos **requerentes** (f. 04), a **denominação** do **imóvel** e o **código** de seu **cadastro** no **INCRA** (425.141.000.531-7 – f. 71-72), **solicitar** ao **IBAMA** e ao **IEF** averiguação acerca de **eventual irregularidade** ambiental no imóvel e ao **Ministério do Trabalho**, sobre eventual infração trabalhista.

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2008.

(Publicação Minas Gerais, 26.8.2008)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte

Proc. no 0024.04.504.746-1 (TJMG – Ap. Cív. no 1.0024.07.000675-7/001)

Ação: Reintegração de posse

Origem: Eugenópolis/MG

Requerente: Antônio da Silva Cassim

Reqdos: José Roberto Zambotti e outros

Imóvel: Fazenda Boa Esperança/Água Limpa

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuida-se de AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE aforada por ANTÔNIO DA SILVA CASSIM em face de JOSÉ ROBERTO ZAMBOTTI, ADMILSON DIAS DE ALMEIDA, CÉLIO AZEVEDO DA SILVA, SEBASTIÃO JOSÉ DE FREITAS, JOBEL DE OLIVEIRA GONÇALVES, GERCIMAR FARIA DE JESUS, ERENILSON DA SILVA ZAMBOTTI, CLEONE PITIZER ZAMBOTTI, GEOVANI DA SILVA ZAMBOTTI, ELEANDRO ZAMBOTTI DA SILVA, JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA, ADAIR JOSÉ CARDOSO, LUCIANO DA SILVA, HÉLIO BATISTA VITURINO, DILCINEI BRAZ DA SILVA, SEBASTIÃO BRAZ DA SILVA, ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA MALTA, JALES CABRAL MONÇÃO, FABIANO FARIA DE JESUS, ADILSON DE ALMEIDA DIAS, VANDERLEY ANTÔNIO CHILESE, MARCELO GONZAGA, ALEXANDRO CHILESE, DERLI JOSÉ CHILESE, DEVANIR CHILESE e JUAREZ CARLOS VICENTE GOMES. Diz-se o requerente possuidor direto da FAZENDA BOA ESPERANÇA/ÁGUA LIMPA, em Eugenópolis/MG, onde exerceria exploração agrícola e pecuária e de cuja posse teria sido esbulhado pelos requeridos em 08.09.2004. Esclarece que o imóvel é objeto de processo administrativo de desapropriação. Pede, desde a concessão liminar, a ordem de reintegração (f. 03-08). Junta documentos (f.09-25).

Após conceder liminarmente a ordem (f.27-29) não cumprida, a MM. Juíza de Direito deu-se por incompetente (f.38), vindo os autos da Comarca de Eugenópolis/MG.

Citação (pessoal - f. 36v e ficta - f. 1248 e 1272).

Em curso ação de desapropriação (f. 42-47), declinou-se da competência em favor da Justiça Federal (f. 50-51).

Contestação, por JOSÉ ROBERTO ZAMBOTTI, ADMILSON DIAS DE ALMEIDA, CÉLIO AZEVEDO DA SILVA, SEBASTIÃO JOSÉ DE FREITAS, GERCIMAR FARIA DE JESUS, ERENILSON DA SILVA ZAMBOTTI, GEOVANE DA SILVA ZAMBOTTI, ELEANDRO ZAMBOTTI DA SILVA, JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA, SEBASTIÃO BRAZ DA SILVA, JALES CABRAL MONÇÃO, FABIANO FARIA DE JESUS, ADILSON DE ALMEIDA DIAS, MARCELO GONZAGA, ALEXANDRO CHILESE, JUAREZ CARLOS VICENTE GOMES e VANDERLEY ANTÔNIO CHILESE. Arguem, em preliminar, carência de ação por ilegitimidade ativa, falta de interesse processual e impossibilidade jurídica do pedido e, ainda, ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo. No mérito, alegam ausência de prova do exercício anterior da posse e do cumprimento da função social. Invocam, em defesa, prescrição aquisitiva. Pugnam pelo reconhecimento do direito de retenção (f. 135-144). Juntam documentos (f. 145-159).

Anulado o decreto declaratório de interesse social, retornaram os autos da Justiça Federal (f.216).

O requerente junta documentos (f. 166-171, 193-215 e 238-1119).

Visita em 15.09.2005 (f. 1130-1134) e audiência em 16.09.2005, com oitiva de 03 (três) testemunhas (f. 1135-1147).

Ouvido o Ministério Público, pela negativa (f. 1149-1152), restou indeferida a concessão liminar (f. 1157-1158), desafiando dos requerentes Agravo de Instrumento (f. 1159-1170), a que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais negou provimento (AI nº 1.0024.04.504746-1/001 – f. 1229-1236).

Audiências em 06.04.2006 (f. 1027-1208) e 12.06.2006 (f. 1216-1219), mantendo-se suspenso o processo até a vistoria do imóvel pelo INCRA (f. 1222).

Em curso normal, à vista da notícia do INCRA de que não concluiu o procedimento de obtenção do imóvel (f. 1.227), decretada a revelia de JOBEL DE OLIVEIRA GONÇALVES, CLEONE PITIZER ZAMBOTTI, ADAIR JOSÉ



CARDOSO, HÉLIO BATISTA VITURINO, ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA MALTA, DERLI JOSÉ CHELESE e DE-VANIR CHELESE, sem reconhecimento da indução de seus **efeitos materiais** (f. 1241-1244).

O requerente junta **documentos** (f. 1287-1421), com vista geral (f. 1424).

O **INCRA** informa que o processo administrativo de desapropriação encontra-se pendente de manifestação da Vara de Sucessões de Brasília (f. 1429-1432).

Audiências em 05.07.2007 (f. 1473-1474) e 10.07.2007 (f. 1457-1461), com oitiva de **03** (três) **testemunhas**. **Nomeação de Curador Especial** ao revéis citados por **edital** (f. 1479).

O **Ministério Público** é pela **nullidade** da audiência realizada em Muriaé (f. 1473-1474), ante a ausência de intimação dos requeridos (f. 1484).

Audiência de tentativa de **conciliação** em 10.10.2007. **Deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita** aos requeridos presentes. **Designação** de nova audiência (f. 1533-1535).

Em **audiência** de 29.10.2007, o processo foi **suspenso** por 60 (*sessenta*) dias, no afã de se lograr a obtenção administrativa do imóvel pelo INCRA (f. 1563-1564). Juntaram-se **documentos** (f. 1565-1572).

O requerente informa a **frustração** das **tratativas** de negociação do imóvel com a autarquia federal (f. 1577).

Em curso normal, **contestação**, pelo **Curador Especial**, com alegação de **descumprimento da função social** e, no mais, por negativa geral (f. 1582-1583).

Impugnação (f. 1587-1588).

O requerente **desiste** de ouvir novamente uma **testemunha** e **ratifica** as demais provas já produzidas (f. 1597-1958), o **Curador Especial** é sem provas (f. 1596) e os requeridos nada manifestam (f. 1622).

Homologado o pedido de **desistência** da testemunha, **encerro-se a instrução** (f. 1622).

Memoriais com **razões finais** só pelo requerente e **Curador Especial** (f. 1623-1632 e 1633). O **Ministério Público** é pela **improcedência** do pedido, ante a ausência de prova de posse anterior e de posse qualificada pela função social (f. 1634-1638).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidem-se os conflitos coletivos pela posse de imóvel rural, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

3.1 – Das Preliminares

(a) – Argüem os requeridos a **ilegitimidade ativa**, **impossibilidade jurídica do pedido** e **falta de interesse processual**, com fundamento na alegação de **ausência** de **posse fática anterior**. **Sem razão**, porém.

Tem **legitimidade** bastante para manejar o interdito possessório aquele que **afirma** ser **possuidor**, como o faz o requerente, asseverando, na inicial, a condição de **arrendatário** do imóvel (f. 05).

A seu turno, a **impossibilidade jurídica** do pedido diz tão-somente com a **inexistência**, no ordenamento jurídico, de norma de direito material a amparar, em abstrato, a pretensão deduzida em juízo, não sendo esse, por óbvio, o caso da ação reintegratória. Entende-se por **interesse processual** a **necessidade** da tutela jurisdicional e a **adequação** do provimento pleiteado para a composição da lide. No caso, a **necessidade** advém da circunstância de que o requerente **não se valeu** da **autotutela** (art. 1210, §1º do CC)²²¹ e a **adequação**, da **conformação** da **via processual eleita** (demanda de reintegração) à posição jurídica de vantagem narrada (direito à recuperação da posse esbulhada).

É de **mérito** a questão do efetivo exercício de posse pelo requerente, anteriormente ao alegado esbulho.

(b) – Os requeridos agitam ainda preliminar de **ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento**

221 – § 1º O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa, ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção, ou restituição da posse.



válido do processo, substanciada na “falta de delimitação da área esbulhada”. Novamente **não lhe assiste razão**.

Conquanto a inicial efetivamente padeça de **certa atecnia**, no tocante a descrever o imóvel objeto do litígio, certo é que o requerente narra a perda da posse da Fazenda Boa Esperança/Água Limpa, situada no Distrito de Pinhotiba, Município de Comarca de Eugenópolis. **Fundamenta** o pedido na condição de **possuidor** que teria assumido por força de negócio jurídico de arrendamento, cujo instrumento instrui a inicial, ali declinada a **área, limites e confrontações** da fazenda (f. 11-14). Demais disso, os requeridos não demonstram ter-lhes advindo qualquer **eventual prejuízo** do apontado vício, permitindo concluir que possível deficiência da peça de ingresso **não impediu nem dificultou o exercício da ampla defesa**, tanto que ofereceu contestação (f. 135-144), acompanhada, inclusive, de fotografias do imóvel (f. 150-154). Assim, com base no **princípio da instrumentalidade das formas**, não há nulidade a ser declarada.

Por tudo, rejeito as preliminares.

3.2 – Do Mérito

3.2.1 – Do esbulho

Cediço que, ao postulante da **tutela possessória**, na espécie de **reintegração**, incumbe **provar** a sua **posse anterior**, as **circunstâncias** da perda e o **ato espoliativo** imputado ao réu (**art. 927 do C.P.C.**). No caso, a perda da posse está narrada nos seguintes termos (f. 05-06):

“1) O requerente é arrendatário do imóvel rural denominado Fazenda Boa Esperança/Água Limpa, situada no Distrito de Pinhotiba, município e Comarca de Eugenópolis, conforme contrato de ARRENDAMENTO DE IMÓVEL RURAL PARA FINS DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA, em anexo.

2) O arrendamento do referido imóvel foi firmado com a inventariante do espólio de AFRÂNIO FROSSARD, CELINA VALENTE FROSSARD, tudo conforme o contrato em anexo, já tendo o peticionário tomado posse do imóvel para sua exploração, tendo inclusive adquirido do antigo arrendatário do imóvel Sr. Miguel Genísio Narde o gado que este mantinha no imóvel”.

Em seguida, dá notícias do **mandado de segurança** impetrado pela inventariante do espólio perante o Supremo Tribunal Federal, visando a **anular** o **decreto expropriatório** do imóvel. Arremata narrando o fato do esbulho, *in verbis*:

“Em data de 08 de setembro do corrente [2004], os réus acima nominados, comandados pelo presidente regional da FETAEMG REGIONAL, VANDERLEY ANTÔNIO CHIALESE, invadiram a propriedade, conforme confessado no boletim de ocorrência anexo, para promover plantação de milho, arroz e feijão. Sendo inclusive verdade que o invasor/réu Erenilson da Silva Zambotti já colocou gado de engorda na propriedade, impedindo inclusive o acesso do Autor para manejo do gado que adquiriu e está na propriedade” (f. 05-06).

Contudo, o próprio **boletim de ocorrência policial** (B.O.) em que se arrima a inicial já traz **versões conflitantes** dos fatos, dadas pelas partes envolvidas na lide. Com efeito, segundo a autoridade policial presente no imóvel, o requerente teria declarado exercer posse há **04** (quatro) **meses**, dela sido **esbulhado** por ato praticado em **08.09.2004**. Por outro lado, as pessoas ali presentes, **sintomaticamente** tratadas pela autoridade policial como “*supostos usurpadores*”, declararam-se residentes na fazenda e alegaram manter, durante extenso período, **contratos de parceria** com o proprietário anterior. O requerente, por descuido ou deliberadamente, não juntou a folha do B.O. em que estariam relacionados os agentes do esbulho (f. 24-25). Confirma-se o histórico da ocorrência:

“O Sr. Antônio da Silva Cassim solicitou o presente registro, alegando que é **arrendatário** da propriedade rural denominada Fazenda Boa Esperança, neste município, **desde 01/05/04** e que no **dia 08** do corrente mês [setembro] um grupo de trabalhadores rurais, aproximadamente 30 pessoas, **invadiu a fazenda**, realizando preparação de lavouras diversas. No local, realizamos contatos com os **supostos usurpadores**, estando eles acompanhados e orientados por representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eugenópolis – filiado à CUT e à FETAEMG, passando a nos relatar que não reconhecem o solicitante como arrendatário. A propriedade rural possui 466 hectares, sendo o proprietário Sr. Afrânio Frossard, já falecido, da cidade de Brasília, DF, onde há inventário em favor de uma filha do referido cidadão. **Que há 11 (onze) famílias residindo na fazenda, com um número aproximado de 50 pessoas, com período de parceria agrícola variando de oito a quarenta anos**” (negreji – f. 24-25).

Em sua primeira intervenção nos autos, os requeridos **JOSÉ ROBERTO ZAMBOTTI, ADMILSON DIAS DE ALMEIDA, CÉLIO AZEVEDO DA SILVA, SEBASTIÃO JOSÉ DE FREITAS, GERCIMAR FARIA DE JESUS, ERE-**



NILSON DA SILVA ZAMBOTTI, GEOVANE DA SILVA ZAMBOTTI, ELEANDRO ZAMBOTTI DA SILVA, JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA, SEBASTIÃO BRAZ DA SILVA, JALES CABRAL MONÇÃO, FABIANO FARIA DE JESUS, ADILSON DE ALMEIDA DIAS, MARCELO GONZAGA, ALEXANDRO CHILESE, JUAREZ CARLOS VICENTE GOMES e VANDERLEY ANTÔNIO CHILESE asseveram que, à exceção do último, todos são **posseiros** do imóvel, onde **moram e trabalham há muitos anos** (f. 63).

Corroborando tal alegação, vem a notícia do INCRA de que, em **vistoria** realizada em **dezembro de 2002** (quase dois anos antes da propositura da ação), foi constatada a presença de **posseiros** e respectivas **famílias** na Fazenda Boa Esperança, ali nomeados os ora requeridos **GERCIMAR FARIA DE JESUS, ERANILSON DA SILVA ZAMBOTTI** e **JUAREZ CARLOS VICENTE GOMES** (f. 85-87). De fato, o **perito agrário federal**, ao analisar o aspecto social da propriedade, consigna que, já naquela ocasião, encontravam-se no imóvel diversos ocupantes, que mantiveram com o antigo proprietário **relações de emprego, de parceria ou arrendamento**.

Quando tramitava o feito perante a 12ª Vara da Justiça Federal – Seção Judiciária de Minas Gerais, o INCRA colacionou aos autos o **Laudo Agrônomico de Fiscalização** (f. 88-118), em que se constata a **situação dos posseiros**:

- 1 – Vanderli Zambotti, casado, possuindo 2 filhos maiores. Caseiro.
- 2 – Pedro Farias, casado, possuindo 1 filho e 1 neto. Não explora o imóvel.
- 3 – Eranilson da Silva Zambotti, casado, possuindo 1 filho menor. Caseiro. RG 8.396.625-MG.
- 4 – Gercimar Faria de Jesus, casado, 3 filhos menores. Foi parceiro. CPF 891.848.076-87, RG 11.685.516-4-MG.
- 5 – José Braz, casado, sem filhos. Foi parceiro, sem contrato, em cerca de 5.000 pés de café.
- 6 – Juarez Carlos Vicente Gomes, casado, 2 filhos, empregado de um arrendatário não identificado, CPF 914.213.816-72, RG 11.645.264-0.
- 7 – Ailton Garloupe, casado, 2 filhos, empregado de um arrendatário.
- 8 – Francisca Vieira Pavão, viúva, com 2 filhos deficientes. Moradora.

Conclui o laudo que no imóvel residiam **08** (oito) **famílias** e **29** (vinte e nove) **pessoas** (f. 114-115). Destas, são réus na presente ação **GERCIMAR FARIA DE JESUS, JUAREZ CARLOS VICENTE GOMES** e diversos membros da família **ZAMBOTTI** (Cleone Pitizer Zambotti, Eleandro Zambotti da Silva, Erenilson da Silva Zambotti, Geovani da Silva Zambotti e José Roberto Zambotti). Além, **Ailton Garloupe** (f. 1145-1146) e membros da família **Vieira Pavão** (Rosinéia Vieira Pavão, Maria de Lourdes Vieira Pavão – f. 1145-1146 e Dulcinei Vieira Pavão – f. 1533-1534), embora não incluídos no pólo passivo pelo requerente, compareceram espontaneamente ao processo, participando de diversas audiências.

As “**declarações de produtor rural**” prestadas à Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais nos exercícios de **2000 a 2003** reportam a comercialização de pequena produção de café e a cultura de feijão e milho para subsistência, “**em regime de parceria com os colonos**” (destaquei – f. 596-599).

O “**espelho do imóvel rural**” expedido em **02.12.2002** (f. 336-345) retrata a situação da ocupação do imóvel à época, onde permaneceram residindo diversos **parceiros agrícolas**, muito embora **extintos** os respectivos **contratos**, dentre eles os requeridos **GERCIMAR FARIA DE JESUS, SEBASTIÃO BRAZ DA SILVA** e o patriarca da família **ZAMBOTTI**, Sr. **VANDERLEY ZAMBOTTI**.

O livro de registro de empregados (f. 485-574) faz prova do vínculo laboral que houve entre o antigo proprietário e os requeridos **GERCIMAR FARIA DE JESUS** (f. 488), **JOSÉ ROBERTO ZAMBOTTI** (f. 498), **ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA MALTA** (f. 502, 522, 557 e 568) e **JUAREZ CARLOS VICENTE GOMES** (f. 560 e 574), entre outros.

A seu turno, os **contratos** destinados à **plantação de café**, em regime de **parceria**, celebrados pelo ex-proprietário, **AFRÂNIO FROSSARD** (f. 630-653), e pela inventariante do espólio (f. 609-627), comprovam a **relação de direito obrigacional** que existiu com os requeridos **ERANILSON DA SILVA ZAMBOTTI, GERCIMAR FARIA DE JESUS** e família, **ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA MALTA** e família, **JOSÉ ANTÔNIO SANTOS PEREIRA** e família, **SEBASTIÃO JOSÉ DE FREITAS** e cônjuge, dentre outros.

Em **visita** ao local do conflito em **15.09.2005**, o **Juiz** então oficiante registrou com **sensibilidade** sua **percepção** da situação do imóvel, que lhe pareceu antes uma **comunidade rural**, integrada por igreja, escola, sede comunitária e onze casas ocupadas com família de trabalhadores rurais. Consignou, ainda, que, bem ou mal, os requeridos de fato



exerciam **ingerência econômica** sobre o imóvel, cuidando do **cafezal**, cultivando **milho** e **feijão** e apascentando em torno de **130** (cento e trinta) **cabeças de gado** (f. 1130).

A **prova documental**, minuciosamente examinada, **não confirma** a alegação do requerente de que o imóvel teria sido **invadido** em **setembro de 2004**. Pelo contrário, sinaliza no sentido da **anterioridade** da presença ali dos requeridos. Considerando a exigüidade do tempo de efetivo exercício de posse alegado pelo requerente (quatro meses) e sua condição de **possuidor direto**, cumpria-lhe **maior zelo** na produção da prova, **ônus** de que **não se desincumbiu**.

No mesmo sentido, a **prova oral**. Com efeito, colhe-se dos depoimentos das **testemunhas** SEBASTIÃO SILVA SOBRINHO (f. 1137) e RAIMUNDO NEVES (f. 1138-1141) e do **informante** JOÃO AMILTON RODRIGUES (f. 1142-1144) que, ao tempo da alegada invasão, moravam na fazenda os requeridos **ADMILSON DIAS DE ALMEIDA**, **ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA MALTA**, **ELEANDRO ZAMBOTTI DA SILVA**, **ERENILSON DA SILVA ZAMBOTTI**, **GERCIMAR FARIA DE JESUS** e **GEOVANI DA SILVA ZAMBOTTI**, além de outros que não foram incluídos no pólo passivo, mas estiveram presentes às audiências.

Por tudo, **não logrou** o requerente provar a alegação de invasão em 08.09.2004. Porém, a questão quanto à fixação da data do esbulho seria mais relevante para a verificação do cabimento da **reintegração liminar**, a essa altura já **superada**. Impende-nos analisar, pois, o efetivo exercício anterior de posse pelo requerente, que alega perda por ato dos requeridos, ainda que **já assentada a não ocorrência** de **invasão** nos **moldes** em que narra a **inicial**.

3.2.2. Da posse

Invoca o requerente a condição de **possuidor direto do imóvel**, por força de contrato de **arrendamento** celebrado em 28.04.2004 (f. 11-14).

Embora **irrelevante** para o desate da lide, diga-se de passagem que há nos autos **indícios** de uma **possível simulação de negócio jurídico**. Em **audiência**, RAIMUNDO NEVES assevera haver não só presenciado a celebração do contrato de arrendamento entre o requerente e TEREZINHA (supostamente esposa do antigo proprietário AFRÂNIO FROSSARD), como também que o teria assinado na condição de testemunha. Todavia, confrontado com o instrumento colacionado aos autos, **não reconhece** como de seu punho nenhuma das assinaturas ali exaradas. Demais disso, tal documento foi firmado por CELINA VALENTE FROSSARD, inventariante dos bens deixados pelo falecimento de AFRÂNIO. Assim, quanto à transmissão negocial da posse, são **conflitantes** as **provas documental** (f. 11-14) e **testemunhal** (f. 1138-1141).

Isso não obstante, certo é que tal questão **não foi controvertida** nos autos. Assim, não desconstituído por qualquer prova em contrário, **subsiste a validade** do contrato de **arrendamento** e, por conseguinte, tem-se por **comprovada** a condição de **possuidor direto** do requerente, a **legitimá-lo**, em tese, a deduzir pretensão possessória.

Entretanto, adianto que a prova dos autos só autoriza a conclusão de que o requerente, em realidade, **não chegou a se imitar na posse do imóvel**. Senão, vejamos.

A **ausência de prova** da “*efetiva posse do requerente, anteriormente ao suposto esbulho*” foi já **fundamento da negativa da concessão liminar**, pelo Juiz Federal (f. 160).

Em pedido de **reconsideração** daquela decisão (f. 162-165), **confessa** o requerente que **já se encontravam no imóvel**, na condição de **meeiros**, os requeridos **ERENILSON DA SILVA ZAMBOTTI**, **GEOVANI DA SILVA ZAMBOTTI**, **ELEANDRO ZAMBOTTI DA SILVA**, **JUAREZ CARLOS VICENTE GOMES** e **FABIANO FARIA DE JESUS**, além de outros, não incluídos no pólo passivo, mas que **compareceram espontaneamente** ao processo, a saber, **Ailton Garloupe** (f. 1145-1146), **Dulcinei Pavão** (vulgo Ney Pavão – f. 1208 e 1535), **José Braz** (José Braz Silva Pereira – f. 1145-1146), **Reinaldo Rodrigues Silva** (f. 1145-1146) e **Denilson Rodrigues Silva**, este dado como **morador** pela **testemunha** SEBASTIÃO SOUZA SOBRINHO (f. 1137).

Expondo as razões que entendia cabíveis para fundamentar a decisão concessiva liminar, já neste Juízo Estadual, o requerente **admite** que **não chegou a efetivamente exercer posse**:

“Os herdeiros arrendaram a propriedade ao autor da presente ação, conforme o demonstrado na audiência de justificação, os invasores, alguns filhos de antigos meeiros se arvoram de proprietários do imóvel, e impediram que o autor/arrendatário continuasse a limpeza dos pastos, colhesse o café e cortasse árvores de eucaliptos para venda, expulsaram o gado. (...) Como o



representante do MP pode afirmar que a terra é improdutiva se, **no momento em que os herdeiros tentaram dar-lhe destinação, arrendando para o autor, foram podados em sua iniciativa, até mesmo com atos violentos dos invasores, que ameaçaram de morte o arrendatário e seus filhos?**” (f. 1154-1155).

Ora, a assertiva de que os requeridos obstaram o antigo proprietário de utilizar racional e adequadamente o bem leva à conclusão de que o **requerente sequer chegou a se imitar na posse**, já que as **atividades de aproveitamento econômico** iniciar-se-iam com a execução do contrato de arrendamento. No mesmo sentido da **não consumação de atos de posse**, a alegação final do requerente de que “*tentava dar início ao cumprimento de um contrato de arrendamento agrícola*”, quando teria sido **alijado** da propriedade (f. 1624).

Ainda em sede de **cognição sumária**, o Juiz Estadual então oficiante também **fundamentou a decisão negativa da concessão liminar na ausência de prova de posse atual**. Pela **percuciência na apreciação das provas** até então coligidas, transcrevo excerto da fundamentação de Sua Excelência:

“*No caso vertente, o Autor celebrou um contrato de arrendamento rural com os herdeiros da gleba, mas segundo as testemunhas e os demais documentos contidos nos autos, sem que chegasse a entrar na posse do bem, que já estava de posse dos Réus e que o impediram de fazê-lo. Se esse impedimento foi justo ou não o foi, pelo menos nessa fase processual não cabe ser examinado. O que fica claro é que, antes de querer ocupar o imóvel, a posse era dos Réus, tanto que não permitiram o exercício do contrato de arrendamento.*” (f. 1157-1158).

Não obstante **agravada** tal decisão, o **Egrégio Tribunal de Justiça**, por **unanimidade**, entendeu de **mantê-la**, ficando assentado pelo eminente Relator do recurso, DES. FRANCISCO KUPIDLOWSKI, que “*a informação de que o agravante exerceu, verdadeiramente, a posse do local não restou comprovada, razão pela qual não se evidencia pressuposto indispensável para a concessão da medida. Isso porque a simples apresentação de contrato de arrendamento referente à área controvertida, sem a comprovação de nenhum dos poderes inerentes ao domínio, não é suficiente para demonstrar a qualidade de possuidor*” (f. 1229-1236). O acórdão do agravo restou assim ementado:

“**AGRAVO DE INSTRUMENTO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. POSSE ANTERIOR NÃO COMPROVADA. INEXISTÊNCIA DE PROVA SEGURA QUANTO À ÉPOCA DO ESBULHO. LIMINAR INDEFERIDA POR AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 927 DO CPC. RECURSO IMPROVIDO.** 1 – Nas ações possessórias, a ausência de prova de qualquer dos requisitos elencados no art. 927 do Código de Processo Civil conduz ao inacolhimento da liminar. 2 – A mera apresentação de contrato de arrendamento de imóvel, confrontada com vasta documentação comprobatória de ocupação de numeras famílias em imóvel rural rechaça a existência de posse do arrendatário. 3 – Não restando provado nos autos que o esbulho datou de menos de ano e dia, não há como se deferir a liminar, a fim de reintegrar o pretendo possuidor imediatamente. 4 – Agravo a que se nega provimento.” (AI nº 1.0024.04.504746-1/001).

A despeito da **pletora de documentos** juntados aos autos pelo requerente subsequente àquela decisão, certo é que o **conjunto probatório** permaneceu praticamente **inalterado**, pois se cuida em realidade de documentação **repetida** (parte do laudo do INCRA – f. 1294-1296 e f. 112-114; contratos de parceria agrícola – f. 1300-1321 e f. 805-826; livro de registro de empregados – f. 1326-1412 e f. 483-588 e contrato de arrendamento – f. 1418-1421 e f. 11-14). A seu turno, o **documento novo** que vem aos autos (f. 1298) nada aproveita ao requerente, vez que se trata de certificado de cadastro de **imóvel rural diverso**, com área de apenas 27,80 ha (vinte e sete hectares e oitenta ares). Como adinículo, vale apontar que a conduta da parte revela ou **negligência** e **desleixo** na instrução do feito ou **reprovável intenção** de ensejar **tumulto processual**, sob inspiração de **lastimável** e **reprovável ultrapassada corrente advocatícia** cujo lema seria “*quanto mais papel, melhor*”, fiada na premissa, falsa, de que o julgador deixa-se **impressionar pelo volume**, sem exame do **conteúdo**, dos documentos juntos aos autos.

Prosseguindo no exame da **prova**, também daquela produzida em **audiência** colhem-se convincentes elementos de cognição a propósito da **ausência de posse anterior** do requerente, conforme **excertos** ora **transcritos** e **analisados**:

(a) – **Testemunho** de SEBASTIÃO SILVA SOBRINHO, lavrador que conhece o imóvel há 22 (vinte e dois) anos (f. 1137):

“*que Antônio Cassim arrendou a fazenda, mas os ocupantes não deixaram trabalhar no local*”;

“*que fez um ano em abril que o autor arrendou a fazenda; que Cassim tirou apenas o gado que estava no local*”;

“*que ficou sabendo que Antônio Cassim foi impedido de entrar no local*”.





(b) – **Testemunho** de RAIMUNDO NEVES, lavrador que conhece o autor da ação há mais de 30 (trinta) anos (f. 1138-1141):

“que Antônio Cassim tem um contrato de arrendamento da Fazenda Boa Esperança, mas não chegou a ocupá-la;”

“que o autor apenas começou a trabalhar, mas não teve como continuar, tendo em vista que os ocupantes do imóvel falaram para ele parar;”

“soube que o autor colocou pessoal para bater pastos na Fazenda Boa Esperança, mas foi impedido pelos réus; que chegou a ser convidado pelo autor para trabalhar nos pastos;”

“que o autor foi obrigado a retirar o gado que tinha na propriedade; que os réus teriam mandado o autor retirar o gado da propriedade.”

Quanto ao **gado**, registre-se que é **rebanho** que ali já se encontrava apascentado, que teria sido adquirido pelo requerente do **arrendatário anterior**, conforme alegação sua, corroborada por informação de JOÃO AMILTON RODRIGUES, **não havendo** nos autos **prova da data da aquisição** do gado nem do **efetivo exercício** de atividade pecuária no imóvel pelo requerente. A **tão-só propriedade** de semoventes não é idônea a comprovar **posse fática**.

“que ficou [sabendo] por meio de Antônio Cassim que foi impedido pelos réus de retirar eucalipto que havia sido plantado na propriedade Boa Esperança”.

Considerando que o contrato conferia ao arrendatário “o direito de proceder à retirada de árvores de eucalipto”, o **óbice** imposto pelos requeridos no exercício da atividade extrativa somente evidencia que o requerente não chegou a ter, de fato, a posse do imóvel.

“que soube por meio do autor que ele foi impedido de secar o café no terreiro que se encontra dentro da propriedade Boa Esperança; que não sabe informar se o autor pôde ou não colher o café plantado na propriedade”.

Do mesmo modo, a nos fiarmos nas **cláusulas contratuais** (f. 12), a **lavoura de café** porventura ali existente não fora cultivada pelo requerente, permanecendo **não demonstrada** sua imissão na posse do imóvel.

E, por fim, a referida testemunha **ignora quantos dias** o requerente teria conseguido trabalhar no imóvel, sabendo que **nunca morou ali**.

(c) – **Testemunho** de JOÃO AMILTON RODRIGUES, ex-administrador da fazenda, ouvido somente como **informante**, por ser cunhado do requerente, e que teria trabalhado no imóvel até dezembro de 2004 (f. 1142-1144):

“que após a morte de Afrânio o imóvel foi arrendado para Miguel Narde de Porciúncula; que, após Miguel Narde, a fazenda foi arrendada para Antônio Cassim; que o autor comprou o gado de Miguel Narde; que o autor foi impedido de trabalhar na fazenda pelos réus que ocupam o local;”

“que o autor ainda foi impedido pelos réus de cuidar da lavoura de café;”

“que Antônio Cassim foi obrigado a vender uma parte do gado e a outra parte levou para um sítio de propriedade do autor;”

“que o último ano de colheita de café foi no ano de 2003” (precedentemente, pois, à própria formalização do contrato de arrendamento).

(d) – **Testemunho** de ANTÔNIO MARCOS DE MIRANDA BRUM, que conhece o imóvel há mais de 40 (quarenta) anos (f. 1458-1459):

“que sabe dizer que antigos colonos da fazenda se apossaram desta; que Antônio da Silva Cassim entrou com uma ação de reintegração de posse, em razão de que os antigos colonos estavam impedindo que aquele exercesse os seus direitos de dono;”

“que há três ou quatro anos, aproximadamente, a fazenda se encontra sob as ordens dos colonos;”

“que acha que o autor não entra na propriedade e não usufrui de nenhuma parte desta, excetuando o eucalipto que ele vendeu há pouco tempo;”

“que o autor já chegou a ter um gado na propriedade e foi obrigado a tirá-lo; que tem quase certeza de que o autor tirou o gado da propriedade por atrito com os antigos colonos”.

(e) – **Testemunho** de FRANCISCO MARQUES ANANIAS, que conhece o autor e a propriedade há mais de 30 (trinta) anos (f. 1460-1461):

“que a família Zamboti já morava na propriedade, trabalhando para o antigo dono; que esta família começou a descumprir o contrato de parceria com o proprietário da terra;”

“que em determinada ocasião comprou algumas madeiras de eucalipto do autor; que houve uma ordem judicial possibilitando a retirada da madeira, pois os réus não queriam permitir que a madeira fosse retirada;”





“que atualmente o autor é proprietário da fazenda, porém não utiliza da fazenda, pois os réus tomaram conta da fazenda.”

O **conjunto probatório** não deixa dúvida quanto à **ausência** de **anterior ingerência sócio-econômica do requerente no imóvel**. Por uma questão tanto de **lógica** quanto de **direito** (art. 927, I do C.P.C.), não pode o requerente **recuperar posse não perdida** ou ser **reintegrado** a algo a que **jamais** esteve integrado.

De tudo, conclui-se que o direito de posse do requerente não ultrapassou a **base negocial**, enfeixando-se em um **título translativo da posse direta** que não se **aperfeiçoou** com o efetivo ingresso do requerente no imóvel e **exteriorização** de faculdades da propriedade, notadamente o **uso** (art. 1196 do CC), obstando-lhe deduza pretensão de recuperação da posse em face daqueles que o precedem em **situação fática caracterizada** pelo ordenamento jurídico como posse.

Não se nega ao requerente o direito de, em tese, **imitir-se** na posse da coisa, com **fundamento** na **relação jurídica** que há entre si e o proprietário, ou mesmo o **direito de buscar** até o próprio **desfazimento** do negócio jurídico e **reparação de eventual prejuízo**. Porém, nos **estreitios espartilhos** em que se processa o juízo possessório, o ordenamento jurídico veda seja deduzida a pretensão com fundamento em qualquer outro **direito (real ou obrigacional)** sobre a coisa que não seja o próprio **fato** de uma posse preexistente e concretamente ofendida (art. 1.210, §2º do CC).²²²

A ementa do julgado abaixo colacionada, de que foi relator o eminente Des. DOMINGOS COELHO, expõe com **clareza meridiana** a **radical independência** dos **juízos petitório e possessório**, amoldando-se ao caso concreto:

“APELAÇÃO CÍVEL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS CONSTANTES DO ART. 927 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE. Para fim de adequação da ação possessória, é indispensável distinguir entre o direito de posse (jus possessionis) e o direito à posse (jus possidendi), o primeiro é o direito de exercer as faculdades de fato sobre a coisa; o segundo é o direito de ser possuidor. Este é o pressuposto daquele, mas na ação possessória discutir-se-á, apenas, o direito de exercício dos poderes de fato sobre a coisa. Logo, se se pretende a declaração judicial do direito à posse, a ação não é possessória, mas petitória. Assim, restando claro dos autos que a parte adquiriu um imóvel sem contudo entrar na posse de fato da área em litígio (“garagem”), porque em poder de terceiro, não pode invocar os interditos possessórios, para fazer valer seus direitos de proprietário, ante a ausência dos requisitos fundamentais que dão vida e substância jurídica à ação de reintegração de posse.”²²³

Por tudo, então, **não comprovado o efetivo exercício de posse pelo requerente, não faz jus à tutela vindicada.**

3.2.3 – Do usucapião alegado em defesa

Prejudicada a análise da **defesa de mérito oposta** pelos requeridos, vez que o pedido inicial é julgado improcedente por fundamentos diverso e suficiente.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL** por ANTÔNIO DA SILVA CASSIM em face de JOSÉ ROBERTO ZAMBOTTI, ADMILSON DIAS DE ALMEIDA, CÉLIO AZEVEDO DA SILVA, SEBASTIÃO JOSÉ DE FREITAS, JOBEL DE OLIVEIRA GONÇALVES, GERCIMAR FARIA DE JESUS, ERENILSON DA SILVA ZAMBOTTI, CLEONE PITIZER ZAMBOTTI, GEOVANI DA SILVA ZAMBOTTI, ELEANDRO ZAMBOTTI DA SILVA, JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA, ADAIR JOSÉ CARDOSO, LUCIANO DA SILVA, HÉLIO BATISTA VITURINO, DILCINEI BRAZ DA SILVA, SEBASTIÃO BRAZ DA SILVA, ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA MALTA, JALES CABRAL MONÇÃO, FABIANO FARIA DE JESUS, ADILSON DE ALMEIDA DIAS, VANDERLEY ANTÔNIO CHILESE, MARCELO GONZAGA, ALEXANDRO CHILESE, DERLI JOSÉ CHILESE, DEVANIR CHILESE e JUAREZ CARLOS VICENTE GOMES.

CONDENO o **requerente** nas **custas processuais** e no pagamento de **honorários** de **R\$1.500,00** (mil e quinhentos reais), na proporção de 2/3 (dois terços) à Advogada dos requeridos e 1/3 (um terço) ao **Curador Especial**, tendo em conta o **comprido tempo do serviço**, a **relevância** da causa, que trata de um seriíssimo **conflito social de proporção considerável** e o **empenho** demonstrado no **trabalho de cada profissional**, aquela atuante em todas as

²²² – §2º Não obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa.

²²³ – TJMG – AC nº 2.000.00.407348-1/000(1) – Rel. Des. DOMINGOS COELHO – j. 15.10.2003.



etapas do processo e até em segunda instância e este, com participação já em fase avançada, pela própria **especificidade** de sua intervenção (art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.).

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2008.

(Publicação Minas Gerais, 3.9.2008)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte
Proc. no 0024.04.341.856-5
Ação: Reintegração de posse
Origem: Veríssimo/MG
Requerente: José Roberto Nogueira Dias
Reqdos: Ana Rita da Silva e outros
Imóvel: Fazenda São José do Rio do Peixe

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuida-se de AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE aforada por JOSÉ ROBERTO NOGUEIRA DIAS em face de ANA RITA DA SILVA, ENOQUE AUGUSTO DA SILVA e requeridos incertos ou desconhecidos, integrantes do Movimento de Libertação dos Sem Terra. Diz-se o requerente possuidor da Fazenda São José do Rio do Peixe, em Veríssimo/MG, com área de 728,49,60 ha, de cuja posse teria sido esbulhado pelos requeridos em 07.06.2004. Alega que o imóvel, onde exerce atividade agropecuária, é produtivo, a par de possuir diversas nascentes, áreas de preservação permanente e reserva ambiental. Destaca estar implantando projeto técnico agropecuário. Pede, desde a concessão liminar, a ordem de reintegração e, sucessivamente, a antecipação da tutela e a concessão liminar de tutela cautelar. Pede seja determinado aos requeridos que se mantenham a uma distância não inferior a 30 km (trinta quilômetros) do imóvel (f. 03-18). Junta documentos (f. 19-44).

Vieram os autos da Comarca de Uberaba/MG (f. 47-48).

Recomendação de produção de prova da produtividade do imóvel (f. 53-55), vindo aos autos documentos (f. 77-93).

Visita em 23.06.2004 (f. 94-96) e audiência em 24.06.2004. Concessão de prazo para o requerente comprovar o cumprimento da função social (f. 97-99).

Agravo retido da ordem de comprovação do cumprimento da função social, com pedido de exercício de juízo de retratação (f. 116-120), negativo (f. 276-277).

O requerente reitera o pedido de concessão liminar (f. 123-126) e junta documentos (f. 127-153).

Citação pessoal (f. 97-98 e 289) e ficta (f. 62, 389, 392-394).

O Ministério Público opõe-se à concessão liminar (f.255-260).

O INCRA informa não existir procedimento administrativo de vistoria do imóvel (f. 261).

A P.M.M.G. noticia a prática de crimes ambientais, pelos requeridos, e a tomada das providências cabíveis (f. 262-275).

Concessão, pelo T.J.M.G., de efeito suspensivo ativo (f. 309-310) ao agravo de instrumento interposto pelo requerente (f. 314-327) da decisão de indeferimento da concessão liminar (f. 276-280), mantida pelo juízo a quo por seus próprios fundamentos (f. 328).

Informes encaminhados pela P.M.M.G. (f. 281-283) e Polícia Civil de Minas Gerais (f. 380-382), vistos pelo Ministério Público (f. 384).

Ordem de reintegração de posse (f. 331) cumprida em 09.10.2004 (f. 418-470). Negado provimento ao agravo em 25.11.2004 (AI nº 468.384-9 - f. 397-407) e rejeitados os embargos de declaração opostos dessa decisão (ED no AI nº 468.384-9/01 – f. 477-482).

Contestação pela requerida ANA RITA DA SILVA, com alegação de descumprimento da função social (f. 291-296) e documentos (f. 297-305).

Indeferimento (f. 354) do pedido de suspensão da ordem de reintegração (f. 337), seguido de documentos (f. 338-352).

Concessão de prazo para desocupação voluntária, ad referendum do TJMG (f. 365), acolhendo pedido da requerida (f. 363).

Ouvido o Ministério Público no mesmo sentido (f. 411-412), indeferimento (f. 412v) do pedido do requerente de extinção do processo por perda de objeto (f. 388).

Em **audiência** de 14.09.2005, foram ouvidas 03 (três) **testemunhas** (f. 512-518).

O requerente pede a **extinção** do processo por superveniente **falta** de **interesse** dos requeridos, que se encontrariam assentados em imóvel diverso (f. 521-523) e junta **documentos** (f. 524-609). Silentes os requeridos (f. 614v). Esclarece o requerente que não desiste da ação e pede o **juízo antecipado** da lide (f. 617-618).

Memorial com **razões finais** só pelo **requerente** (f. 623-626). O **Ministério Público** é, em **preliminar**, pela extinção do processo por **ilegitimidade ativa**, e, no **mérito**, pela **improcedência** do pedido, por descumprimento da função social (f. 629-640).

Anulação do feito a partir da fase de especificação de provas, ante a ausência de nomeação de **Curador Especial** aos revéis citados por edital. Declaração de **revelia** de **ENOQUE AUGUSTO DA SILVA**. Concessão do benefício da **assistência judiciária gratuita** à requerida (f. 642-644).

Contestação, pelo **Curador Especial**, com alegação de descumprimento da função social e, no mais, por negativa geral (f. 651-652).

Da **recomendação** de comprovação documental do cumprimento da função social (f. 655-658), o requerente interpõe **agravo retido** (f. 666-669), mantida a decisão por seus próprios fundamentos, acrescidos de ocorrência de **preclusão lógica** ou superveniente perda do objeto do recurso (f. 655-658).

Ofícios e informes encaminhados pelo **INCRA** (f. 675), **Ministério do Trabalho e Emprego** (f. 687), **Polícia Ambiental de Uberaba** (f. 1140-1146) e **IBAMA** (f. 1152).

O requerente junta **documentos** (f. 691-1136).

As partes não especificaram outras provas (f. 1139 e 1151).

Suspensão do processo para regularização da **representação** do requerente (f. 1156), levada a efeito (f. 1159-1160).

Encerramento da instrução (f. 1176-1177), pois não distribuída nem devolvida a precatória para ouvir testemunha em Brasília, embora a tanto instado o requerente (f. 644v e 1165), inclusive **pessoalmente** (f. 663, 674v e 1168v), e advertido de que a omissão interpretar-se-ia como **desistência** da produção da prova (f. 1166 e 1168v).

Em **alegações finais**, o requerente pugna pela **extinção do processo** sem julgamento de mérito, por **falta de interesse** (f. 1178-1184). O **Curador Especial** e o **Ministério Público** ratificam manifestação anterior (f. 1189 e verso).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidem-se os conflitos coletivos pela posse de imóvel rural, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

3.1 – Das Preliminares

(a) – Suscita o Ministério Público **preliminar** de falta de condição da ação, por **ilegitimidade** do requerente de pleitear a tutela possessória desacompanhado do cônjuge, ao argumento da necessidade e unitariedade do **litis-consórcio**. **Sem razão**, embora.

Dispõe o **art. 10, §2º** do C.P.C. que a intervenção do **cônjuge** na ação **possessória** só é **indispensável** no caso de **composse** ou de ato por ambos praticados. Na casuística dos autos, não há qualquer prova, indício ou mesmo alegação de que a esposa do requerente também exercesse posse sobre o imóvel. **Irrelevante**, portanto, sua condição de **proprietária**, ainda que por efeito do regime da comunhão universal de bens sob que seria casada.

(b) – **Quer** o requerente, em sede de **alegações finais**, ver extinto o feito ao argumento de **superveniente** falta de interesse processual, decorrente da desocupação do imóvel em cumprimento à ordem emanada pelo TJ.M.G..

Insta observar, no entanto, que a decisão monocrática de concessão de **efeito suspensivo** ativo ao agravo da decisão negativa de concessão liminar foi exarada com base em um juízo de **cognição sumária**, vislumbrados ali só o perigo na demora do provimento e a plausibilidade do direito alegado (f. 309-310).



É certo que, com a concessão liminar da medida pleiteada, o requerente logrou **recuperar a posse** que dizia **perdida**. Todavia, olvida-se de que o próprio Tribunal de Justiça, por decisão colegiada, ao final **negou provimento** ao **agravo**, com fundamento na **ausência de requisito** para a concessão da tutela vindicada (f. 397-407).

Ainda que assim não fosse, **a lide permanece latente** quanto ao momento mesmo da propositura da ação, o que só estará indene de dúvida em sede de **cognição exauriente**, ao término da **instrução** do processo. A pensar-se em sentido inverso, *data venia*, estaríamos perpetuando a conduta de uma possível “**indústria de liminares**”, com a movimentação meramente **instrumental** do Poder Público Judiciário para só atender a **caprichos de proprietários ou possuidores**.

A questão se nos afigura, então, como a de apresentarem-se bastante **distintos** os dois **momentos processuais**: o da **concessão liminar** e do **provimento final**, que necessariamente não coincidem na manifestação judicial, embora possam vir a ser no mesmo sentido.

Por tudo, rejeito as preliminares.

3.2 – Do Mérito

3.2.1 – Do esbulho

Nos termos do **art. 334, II do C.P.C.**, **independe** de prova o fato do **esbulho**, posto **confessado** pela parte requerida. Com efeito, em **audiência** de 24.06.2004, os requeridos presentes **confirmaram** “*que ocuparam a propriedade no dia 07/06/2004*”, por entenderem-na improdutiva (f. 97-98).

Demais disso, a **confissão** se coaduna com o **conjunto probatório**, notadamente o **boletim de ocorrência policial (B.O.)** lavrado em 08.06.2006, em que a autoridade **relata a ocupação** do imóvel por integrantes de movimento de sem-terra e a proibição de ingresso de qualquer no imóvel (f. 13-14), e a **prova testemunhal, unânime** em confirmar o esbulho (f. 513-518). Além, o próprio Juiz então oficiante, em visita ao palco do conflito, **constata** a presença no local de 250 (duzentos e cinqüenta) a 300 (trezentas) pessoas (f. 94-96).

224

3.2.2 – Do cumprimento da função social

Superada a questão do **fato do esbulho**, passamos a apreciar os elementos atinentes ao direito de o ora requerente vir a Juízo pleitear **proteção possessória**, qual seja a análise do **cumprimento da função social** (sob seus quatro aspectos constitucionais).

3.2.2.1 – Do efetivo exercício de atividade econômica com aproveitamento racional e adequado do imóvel – dimensão econômica da função social

De início, fique assentado que interessa, para a nossa análise, a qualidade da posse que se exerça em **período imediatamente anterior à ocupação**. No caso, perpetrado o **esbulho** em **junho de 2004**, cumpre ao requerente demonstrar que, no **interregno** entre **junho de 2003** e **maio de 2004**, exercia posse conforme à Constituição. Elege-se o **intervalo de doze meses anteriores ao esbulho** por **afinidade** com o sistema normativo agrário, pois coincide com o adotado pela autarquia federal nas vistorias que empreende na aferição do cumprimento da função social (**art. 4º, § 3º da Norma de Execução nº 35/INCRA**, de 24.03.2004). Além, por se tratar de **prazo razoável**, dentro do qual o possuidor, em um ambiente de **paz social**, não encontra impedientes externos para **livremente cumprir**, no exercício da posse, o **dever jurídico/social** imposto à propriedade imobiliária rural.

Demais disso, tendo em conta o caráter de **trato sucessivo da obrigação** de destinar ao imóvel **fim social**, os **atos de qualificação da posse**, ainda que supervenientes à propositura da ação, consubstanciam **fatos constitutivos do direito** da parte, a serem considerados no momento da decisão (**art. 462 do C.P.C.**).

É o que se verifica no **caso concreto**.

Até à decisão negativa da concessão liminar, prolatada em **19.07.2004** (f. 276-280), só havia nos autos meros **indícios** de aproveitamento econômico da propriedade. Porém, no curso do processo, não se descuro o requerente de **qualificar a posse exercida**, em molde a adequá-la aos **requisitos constitucionais** e, assim, torná-la **merecedora da tutela jurisdicional**. É mesmo **salutar efeito colateral**, por assim dizer, advindo da análise do conflito coletivo



possessório à luz da função social, que vimos constatando durante mais de anos à testa da Vara Agrária Estadual.

Arrima a inicial **contrato de locação** de pastagens então já extinto, celebrado entre o requerente e JOSÉ ADOLFO ANDRADE, para o apascentamento de **600** (seiscentas) **cabeças** de gado (f. 77-80). Vencido em 29.10.2003 o prazo da locação, o documento é apto a demonstrar ao menos que, até o vencimento, o imóvel encontrava-se sob a posse direta de terceiro e empregado no exercício de atividade pecuária. O efetivo pecuário de 600 (seiscentas) cabeças de gado também consta da **Declaração de Lançamento do Imposto Territorial Rural**, relativa ao exercício de **2003** (f. 21-26). No mesmo sentido a declaração do locatário de responsabilidade pelas condições sanitárias do rebanho bovino apascentado no imóvel entre 2002 e 2003, firmada em 24.11.2003 (f. 183).

Não discrepa a **prova oral**, havendo as **testemunhas** declarado em **uníssono** que, anteriormente à invasão, o imóvel era explorado diretamente por JOSÉ ADOLFO ANDRADE, que tomam por arrendatário:

“Antes mesmo da invasão o imóvel tinha sido arrendado para o Sr. José Adolfo, o qual havia recria de animais, em torno de 500 cabeças” (depoimento de LUÍS CARLOS DA SILVA – f. 513-514);

“Sabe que aquele imóvel [Fazenda São José do Rio do Peixe] foi arrendado para uma pessoa de nome José Adolfo, o qual criava gado” (depoimento de LUIS EVANDRO AGUIAR – f. 515-516);

“Tem a esclarecer também que o imóvel, antes do desenvolvimento do projeto em alusão, estava arrendado para José Adolfo Andrade, podendo assim afirmar porque foi a depoente quem elaborou o contrato respectivo. Na época do arrendamento mencionado havia 600 animais empastados” (depoimento de ADRIANA DE MOURA – f. 517-518).

Com a devida vênia ao **Ministério Público**, não se tornam suspeitas as testemunhas pelo só fato de serem, duas delas, pecuaristas. É **mera especulação** seu interesse na causa, mesmo porque, **não contraditadas**, prestaram **compromisso legal** e foram ouvidas no Juízo da Comarca de Uberaba, na presença da DD. Promotora de Justiça local.

Destarte, tem-se por suficientemente provado que, ao menos na vigência do contrato de locação (30.10.2002 a 29.10.2003), exercia o requerente posse com **aproveitamento econômico adequado**, considerada **razoável a proporção** entre a superfície total da propriedade (728,40 ha) e a lotação pecuária (em torno de 600 reses).

Quanto ao **período subsequente**, restou demonstrado que, em até 16.02.2004, o locatário ainda não havia desocupado o imóvel, a despeito de já vencido o contrato, do que foi **notificado** pelo Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Uberaba (f. 180). Do **complexo documental** evidencia-se ainda que, já em 02.02.2004, o requerente contratou profissional, **Engenheiro Agrônomo**, para elaboração do **projeto técnico agropecuário** (recibo de pagamento – f. 181; contrato – f. 182). A respectiva **Anotação de Responsabilidade Técnica** (f. 181), obrigatória à execução de obras ou prestação de serviços daquela natureza (**art. 1º da Lei nº 6.496/77**), foi firmada pelo responsável em 16.03.2004, precedendo, pois, à data da perda da posse. A maioria dos documentos relativos ao primeiro semestre de 2004 resume-se a **notas fiscais, recibos e orçamentos** de aquisição de peças, insumos agropecuários, ferramentas e utensílios agropecuários e de reparos em máquinas agrícolas (f. 156-229). São documentos que, embora por si sós não demonstrem o **resultado do exercício efetivo** de alguma atividade econômica (produção), como bem aponta o **Ministério Público** (f. 637), ao menos substanciam **atos preparatórios**, corroborando a alegação do requerente de que estava em vias de **implantar projeto agropecuário quando teve a posse esbulhada**.

Vale destacar que a **lida com a terra**, sobretudo nos tempos que correm, desafia do empreendedor levantar **recursos técnicos e financeiros**, elaborar **projetos** e dar seqüência no seu cumprimento, não vogando se alegar que deva o produtor rural, necessariamente, manter produção efetiva e constante. Até mesmo em razão de **vicissitudes** que a vida contempla a todos, pode acontecer alguma **interrupção justificada** (v. g. indeferimento de empréstimos bancários, caso fortuito ou de força maior, etc.) no processo produtivo, **sem com isso incompatibilizar** o produtor com o cumprimento dos comandos constitucionais da **função social da propriedade**. Registre-se que até mesmo a presença de grupos sem-terra em determinadas regiões faz **aumentar a taxa de seguro de empréstimos rurais**, assim como **desvalorizam** os imóveis na bolsa.

Demais disso, o **“Laudo de Execução e Acompanhamento Técnico”** reporta o estágio, em 28.09.2005, da **implantação do projeto de desenvolvimento de atividade agropecuária** na fazenda (f. 524-530). Relata a **exploração**, em regime de **parceria**, de atividade **pecuária de corte** e de **leite**, plantação de **cana**, **reforma das casas e instalações**, construção de **cercas**. Integram-no fotografias que revelam muito **bom estado de conservação do imóvel**,



assim como a existência de **rebanho bovino** e **canavial** (f. 527-529). Embora se trate de documento **unilateralmente elaborado**, certo é que foi firmado por Engenheiro Agrimensor, sob a fé de seu grau e, submetido no processo ao crivo do **contraditório**, subsiste sua força probante.

Fazem prova da implantação do projeto os **contratos de locação de pastagens** e de **parceria** celebrados com terceiros em **maio** e **junho** de **2005**, destinados à exploração de atividade **pecuária de corte** e de **leite**, respectivamente (f. 531-535 e 536-541). Além, comprovam o exercício superveniente de **intensa atividade pecuária** no imóvel e a efetiva execução dos contratos, em adimplemento à dimensão econômica da função social da posse, as **notas fiscais** de compra e venda de gado bovino, as **guias de trânsito animal** emitidas em nome dos locatários entre agosto de 2005 e outubro de 2006 (f. 693-1098, à exceção do B.O. à f. 934-936), e as **notas fiscais** de comercialização da produção leiteira em meses de 2005 e entre setembro de 2006 e janeiro de 2007 (f. 1104-1109 e 1113-1117).

Resta **suficientemente demonstrado**, pois, o **exercício de atividade econômica no imóvel**, com seu **aproveitamento racional e adequado**, no período anterior e subsequente ao ajuizamento da presente ação.

3.2.2.2 – Do cumprimento da dimensão trabalhista da função social no imóvel

O **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88), repercute na função social da propriedade, razão por que, no cumprimento, não se observam as disposições de regência das **relações de trabalho** (art. 186, III da C.R.F.B./88).

Assim, sob a **lógica do razoável**, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de **direitos trabalhistas** em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social**, **existência digna** e **redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

No **caso concreto**, a autoridade policial fez constar no **B.O.** de esbulho a presença no imóvel de **02 (dois) empregados**, ali identificados como **OSMAR ANTÔNIO MARTINS QUEIROZ** e **ONDON SAMIR DE JESUS**, respectivamente **vaqueiro** e **encarregado de serviços gerais** (f. 39-42), os mesmos encontrados pelo Juiz então oficiante em visita à Fazenda, que relatou o fato nos seguintes termos:

“As casas estão ocupadas por dois empregados, sendo uma delas por Osmar Antônio Queiroz e sua mulher, Maria da Penha Pereira da Silva, e a outra por Ondon Samir de Jesus e sua mulher Leonilda Aparecida Silva. Osmar e Ondon são empregados da fazenda há dois meses, tendo sido contratados há dois meses por Roberto Nogueira Dias, estando registrados com 1,5 salário, além de gratificação especial por serviços que realizam. Os empregados afirmaram que foram contratados para auxiliar na implantação do projeto 400, consistindo de pecuária de corte, de leite, além de cultivos temporários. Afirmaram que no local havia 600 cabeças de gado, retiradas pelos arrendatários há aproximadamente dois meses” (f. 94-96).

A existência do **vínculo de trabalho** também foi **confirmada** em audiência pelos próprios **requeridos**, que declararam que *“no momento da ocupação moravam no local dois casais, que informaram serem empregados do Dr. José Roberto”* (f. 97-98).

Vem aos autos cópia da **carteira de trabalho** de **ONDON SAMIR DE JESUS**, com anotação da contratação em **12.03.2004** (anteriormente ao esbulho), reajuste legal do salário e inscrição do empregado no **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço** e no **Programa de Integração Social** (f. 174-179).

Sustenta o **Ministério Público** a **inidoneidade probatória** de tais **documentos**, ao argumento de que não estão autenticados e vêm desacompanhados dos comprovantes de recolhimento de contribuições à seguridade social (f. 638). Com a devida vênia, **sem razão**.

Eventual questionamento a propósito da autenticidade dos documentos haveria de ser deduzido em **via própria**, segundo o **devido processo legal** e garantidos o **contraditório** e a **ampla defesa**. Demais disso, incumbe à parte que argui a falsidade o ônus de prová-la (art. 389, I do C.P.C.), não havendo nos autos qualquer **prova** ou **indício** nesse sentido. A seu turno, a só ausência de comprovante de recolhimento à Previdência Social não autoriza concluir a irregularidade do vínculo laboral. A **infração**, se existiu, **nada representou** no **âmbito da verificação** da higidez das relações de trabalho, e desafia, antes, medidas de ordem pública, a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego ou do Ministério Público do Trabalho. Acaso relevante, a irregularidade haveria de ser **sanada** e mesmo **sancionada** –



fosse o caso – em **via própria**. Sequer há nos autos notícia de que o **Ministério Público** tenha requerido ou adotado alguma **providência** entendida **necessária** ao **saneamento de irregularidade** que saiba existente, em prejuízo da **gravidade** que vem atribuir à questão, renovada vênua.

Relativamente à posse exercida no período posterior ao ajuizamento da ação, a certidão expedida em 08.10.2007 pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região comprova não existir processo de reclamação trabalhista contra o possuidor direto SALVIM ALVES SOUZA (f. 1103).

Além, certifica o **Ministério do Trabalho e Emprego** que **não há registro de infrações trabalhistas** no imóvel (f. 687). Assim, **sem prova, indício** ou **alegação** nos autos de que no imóvel se patrocinasse **trabalho escravo, infantil** ou **degradante**, condutas que, por afrontarem a **dignidade humana**, fundamento do **Estado Democrático de Direito**, **repugnam à Constituição** e à **lei**, tais a embasar a negativa da tutela possessória.

Por tudo, **sem notícia de inobservância** das disposições que regulam as **relações trabalhistas**.

3.2.2.3 – Do cumprimento da dimensão ambiental da função social no imóvel

O **exercício da posse da propriedade rural**, em consonância com as **diretrizes constitucionais**, só atenderá à **função social** quando, ainda que usada **economicamente** em **aproveitamento racional e adequado**, harmonize a **exploração** e a **preservação** (incluída a **recuperação**) do **meio ambiente**, enfocando o paradigma da **exploração sustentável**, baseada em práticas que estimulam a **diversidade** da **fauna** e da **flora**, comprometidas com a **conservação dos recursos naturais**. E nesse **paradigma** é que cumpre a **justiça social** prevista no **art. 170, III da C.F./88**, atendendo, além, ao **art. 186** e seus **incisos**, da **C.R.F.B./88**.

Sustenta o **Ministério Público** o **descumprimento** da dimensão ambiental da função social, porquanto **não averbada a área de reserva legal** nem demonstrada a **concreta preservação** do meio ambiente (f. 638).

Com efeito, verifica-se **desatendida disposição** do **Código Florestal** (**art. 16, §2º da Lei 4.771/65**), não se encontrando **averbada** à margem da matrícula imobiliária, aberta em 1984 (f. 30-31), a **área de reserva legal**, correspondente no mínimo a **20%** da superfície total, que pudesse evidenciar, ao menos em um **sentido formal**, a preservação do meio ambiente.

Muito embora entendamos **cogente** a norma do **Código de Defesa Florestal** que trata da matéria, de se destacar a **controvérsia jurisprudencial** que paira sobre a questão da **obrigatoriedade da averbação**. A própria Corte Superior do **Tribunal de Justiça de Minas Gerais**, no julgamento do **Mandado de Segurança nº 1.000.00.279477-4/000**, assentou o entendimento de que o **Código Florestal não impõe** a averbação da reserva legal a todo e qualquer imóvel rural nem condiciona a prática de atos notariais e registrais à averbação, ali tratada como **mero ato administrativo autônomo**, sem caráter auto-executório.

Conquanto não se ignore a incipiente (e salutar) **mudança na orientação**, na esteira de **precedente** do **Superior Tribunal de Justiça** (**RMS nº 18.301/MG**, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, j. 24.08.2005), grassa ainda a **controvérsia** no T.J.M.G., de que são exemplos, **favoráveis** à **obrigatoriedade da averbação**, os recentes julgados nº 1.0287.07.032411-9/001(1), vencido o Rel. Des. ERNANI FIDELIS, j. 27.05.2008; 1.0049.06.010435-0/001(1), Rel. Des. BRANDÃO TEIXEIRA, j. 08.04.2008; 1.0324.03.011535-0/001(1), Rel. Des. VANESSA VERDOLIM HUDSON ANDRADE, j. 20.05.2008; 1.0283.07.006533-1/001(1), Rel. Des. EDILSON FERNANDES, j. 04.03.2008; 1.0694.06.033280-6/001(1), vencido o Rel. Des. JARBAS LADEIRA, j. 12.02.2008; 0596.07.039154-2/001(1), Rel. Des. ARMANDO FREIRE, j. 11.12.2007; 1.0702.04.170790-3/001(1), vencido parcialmente o Rel. Des. ISALINO LISBÔA, j. 22.11.2007; .0287.06.028687-2/001(1), vencido o Rel. Des. EDUARDO ANDRADE, j. 13.11.2007; 1.0694.07.035757-9/001(1), Rel. Des. AUDEBERT DELAGE, j. 01.11.2007; 1.0283.06.005812-2/001(1), Rel. Des. ALBERTO VILAS BOAS, j. 25.09.2007; 1.0287.07.029442-9/001, Rel. Des. CAETANO LEVI LOPES, j. 25.09.2007; 1.0283.06.005172-1/001(1), Rel. Des. MARIA ELZA, j. 20.09.2007; 1.0287.06.025359-1/001(1), Rel. Des. ARMANDO FREIRE, j. 18.09.2007; 0283.06.003962-7/001(1), Rel. Des. EDGARD PENNA AMORIM, j. 16.08.2007 e 1.0694.06.031274-1/001(1), Rel. Des. MAURÍCIO BARROS, j. 03.07.2007. E, **contrários**, os julgados nº 1.0287.07.031999-4/001(1), Rel. Des. MAURO SOARES DE FREITAS, j. 12.06.2008; 1.0694.07.038659-4/001(1), vencido o Rel. Des. WANDER MARROTTA, j. 01.04.2008; 1.0287.07.030761-9/001(1), Rel. Des. ALMEIDA MELO, j. 13.03.2008; 1.0283.06.006018-



5/001(1), Rel. Des. NEPOMUCENO SILVA, j. 13.03.2008; 1.0390.07.015388-2/001(1), Rel. Des. ALVIM SOARES, j. 26.02.2008; 1.0287.07.030362-6/001(1), Rel. Des. CÉLIO CÉSAR PADUANI, j. 14.02.2008; 1.0283.06.005944-3/001(1), Rel. Des. DÍDIMO INOCÊNCIO DE PAULA, j. 31.01.2008; 1.0083.04.000206-1/002(1), Rel. Des. MANUEL SARAMAGO, j. 08.11.2007; 1.0518.07.118568-1/001(1), Rel. Des. EDIVALDO GEORGE DOS SANTOS, j. 16.10.2007; 1.0694.06.031427-5/001(1), Rel. Des. NILSON REIS, j. 25.09.2007; 1.0694.07.035767-8/001(1), vencida a Rel. Des. HELOÍSA COMBAT, j. 21.08.2007; 1.0000.07.449726-4/000(1), Rel. Des. BELIZÁRIO DE LACERDA, j. 29.05.2007; 1.0283.05.002623-8/001(1), Rel. Des. SILAS VIEIRA, j. 26.04.2007 e 1.0694.06.031433-3/001(1), Rel. Des. ALBERGARIA COSTA, j. 29.03.2007. Tal a divergência, vê-se, que é possível lembrar aqui o eventual cabimento de **incidente de uniformização da jurisprudência** acerca da interpretação do **art. 16 do Código Florestal**.

A **indicação legislativa** para a solução definitiva parece estar em recente **Decreto nº 6.514**, de **22 de julho de 2008**, impondo multa de **R\$500,00** (quinhentos reais) a **R\$100.000,00** (cem mil reais) para aquele que **deixar de averbar a reserva legal**.

Revela-se, pois, **desproporcional exigir** do jurisdicionado a observância de conduta cuja **imposição** nem ao menos é **pacífica** perante os tribunais, e a que já existe **sanção cominatória** para o caso de **inadimplemento**.

Por derradeiro, mas não em último, é de se privilegiar, em **análise teleológica da norma**, a **concreta preservação de área de reserva legal**, em detrimento da exigência de observância de **formalidade administrativa**. A própria Justiça Federal, a quem compete julgar ações de desapropriação para fins de reforma agrária, vem entendendo que a **irregularidade formal não compromete** o cumprimento da função social da propriedade. A tal propósito, lúcida manifestação da **Procuradoria da República**, em parecer da lavra da i. Procuradora D^{ma} MARIANE G. DE MELLO OLIVEIRA, nos autos do processo nº 2003.35.011233-7, em trâmite perante a 9ª Vara da Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Goiás:

“Entende este Órgão Ministerial que, muito embora tenha ficado caracterizado nos autos que a indigitada reserva legal não fora devidamente averbada antes da vistoria administrativa, mas somente após a mesma, **a confirmação de sua existência torna-se suficiente para que esta seja considerada no cálculo do Grau de Utilização da Terra – GUT do imóvel em estudo.** (...) A obrigação de preservar a área relativa à reserva legal decorre de lei, ainda que não esteja averbada. Segundo o Código Florestal, o proprietário está impedido de explorar pelo menos 20% de sua propriedade rural (art. 16, “a” e parágrafos 2º e 3º), independentemente de haver assinado e averbado no registro imobiliário o termo de compromisso de preservação de reserva legal. (...) O Ministério Público Federal, apesar de ter conhecimento e respeitar a posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal [de não considerar como reserva legal área não averbada], não pode com ela concordar. Se assim o fizesse, estaria sendo conivente com uma formalidade que despreza a real situação fática do imóvel, prejudicando de forma desproporcional uma das partes, o que não pode ser tolerado. A Lei Ambiental tutela a **preservação do meio ambiente** e não a **burocracia**. De se ressaltar que a Lei nº 8.629/93, em seu art. 10, IV, considera a área de reserva legal não aproveitável para fins de cálculo da produtividade do imóvel, não condicionando esta exclusão ao fato de estar averbada no registro imobiliário.”²²⁴

Alega o requerente que há no imóvel área de **preservação permanente** com **86,22 ha** (oitenta e seis hectares e vinte e dois ares) e área de **reserva legal** com **163,80 ha** (cento e sessenta e três hectares e oitenta ares). Alega mais que a fazenda “possui diversas nascentes, sendo uma a própria nascente-mãe do Rio do Peixe, constituindo-se, assim, em um santuário ecológico, com outras 27 (vinte e sete) nascentes, rigorosamente preservadas pelo proprietário/autor até a presente data” (f. 07). **Corroboram** tais alegações o **projeto técnico agropecuário** (f. 83-91) e o documento denominado “**Levantamento Topográfico Planimétrico Cadastral**” elaborado e assinado por engenheiro, em que estão representadas, naquelas dimensões, as áreas de reserva e de preservação permanente em torno de diversos cursos d’água (f. 36).

Os **contratos** celebrados com terceiros para a exploração do imóvel revelam um **especial cuidado** do requerente para com a utilização adequada dos **recursos naturais disponíveis** e a **preservação do meio ambiente**, imputando expressamente aos possuidores diretos obrigações de observar as normas de posturas ambientais dos órgãos especializados. Confira-se:

- (a) – **Contrato de locação de pastagens**, vigente de 30.10.2002 a 29.10.2003 (f. 77-80):

224 – Cfr. Justiça Federal de 1ª Instância – Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais – Mandado de Segurança Individual – proc. nº 2007.38.00.022941-6.





A execução de quaisquer benfeitorias estará sempre subordinada às posturas ambientais do IBAMA e IEF, sendo de responsabilidade do locatário a obtenção das competentes autorizações necessárias.

O locatário (...) declara ter pleno conhecimento das leis que regulam o uso da terra, das águas, reserva legal, lei ambiental, especificamente ao IEF – Instituto Estadual de Florestas, e ao IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, aos quais deverá consultar previamente sobre a execução de benfeitorias, obedecendo suas posturas e ficando responsável pelos ônus de eventuais transgressões.

(b) – Contrato de locação de pastagens, vigente de 05.05.2005 a 04.05.2006 (f. 531-534):

A execução de quaisquer benfeitorias estará subordinada às posturas ambientais do IBAMA e IEF, sendo de responsabilidade dos locatários a obtenção das competentes autorizações necessárias, e seu projeto deverá ser antecipadamente aprovado, por escrito, pelo proprietário.

Será construída uma cerca de arame liso ou farpado, protegendo a nascente da água de abastecimento da Sede, partindo da bomba d'água no Rio do Peixe e subindo pelo caminho velho (...) aproximadamente 600 (seiscentos) metros, de responsabilidade total do proprietário.

É de responsabilidade dos locatários a execução e conservação dos aceiros junto às cercas e à rodovia, assim como de aguadas nas nascentes, respeitada a legislação ambiental.

Os locatários declaram pleno conhecimento das leis que regulam o uso da terra, das águas, reserva legal, lei ambiental especificamente ao IEF – Instituto Estadual de Florestas e ao IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, aos quais deverão consultar previamente sobre a execução de benfeitorias, obedecendo suas posturas e toda a legislação que rege a matéria, municipais, estaduais ou federais, ficando ainda responsáveis pelos ônus de eventuais transgressões praticadas.

(c) – Contrato de parceria pecuária, vigente de 01.06.2005 a 31.05.2006 (f. 536-541):

Os parceiros outorgado e outorgante se obrigam à conservação dos recursos naturais existentes na propriedade objeto deste contrato e cuidarão sempre para que as atividades pecuárias executadas na fazenda ora parceirada obedçam rigorosamente aos postulados legais de preservação ambiental, sendo-lhes impedido o emprego de quaisquer práticas predatórias e o uso de substâncias poluentes que degradem a natureza ou causem danos a pessoas, animais ou ao meio ambiente. Obrigam-se ambos ao respeito e obediência às leis e posturas municipais, estaduais e federais ou autarquias, que regulem a atividade de parceria pecuária rural, e demais posturas ou determinações legais, que rejam a matéria ambiental.

Os parceiros outorgado e outorgante deverão ter ainda atenção especial com o manuseio de inseticidas, herbicidas ou quaisquer substâncias tóxicas ou venenosas, cuidando para que as suas embalagens sejam retiradas da área e depositadas em local apropriado, determinado por lei, vedada a sua lavagem em tanques ou córregos, assim como seus aplicadores, que possam provocar a contaminação de fontes de água ou coloquem em risco a vida humana ou animal.

O parceiro outorgado deverá manter permanente vigilância sobre a área que lhe for cedida em parceria, zelando por ela como se sua fosse, impedindo que pessoas ou animais estranhos venham a adentrar e circular em seu interior, proibindo terminantemente a quem quer que seja a prática de qualquer tipo de caça ou de pesca no imóvel, podendo para tal repelir os eventuais transgressores e levando imediatamente o fato ao conhecimento das autoridades competentes e do parceiro outorgante, na eventualidade de sua ocorrência.

Além, em **fiscalização** ao imóvel, a **Polícia Militar de Minas Gerais** constatou o **corte**, pelos **requeridos**, de **02 ha** (dois hectares) de **mata nativa**, ensejando a lavratura de **Auto de Infração pelo IEF** (f. 262-267). O fato permite inferir ao menos a existência de floresta no imóvel, como comprovam as **fotos** que acompanham o expediente da P.M.M.G. (f. 268-271) e como também constatou o Juiz então oficiante na visita que ali empreendeu (f. 94-96). A questão quanto a exata extensão da área de mata e seu real estado de conservação não foi suficientemente explorada nos autos.

Assim, muito embora não haja **prova** da **concreta conservação** daquelas áreas, como mesmo assevera o **Ministério Público**, a matéria não foi apreciada em **contraprova eficiente** pelos requeridos, a sobreviver ao **contraditório**, que sequer se dignaram a comparecer à audiência de instrução.

Demais disso, em **diligência recente** (12.10.2007), a **P.M.M.G.** certifica não haver detectado **qualquer degradação** ou **infração ambiental** no imóvel (f. 1140-1146). No mesmo sentido da ausência de ilícito ambiental, o expediente encaminhado pelo **IBAMA** (f. 1152).





Por tudo, então, tem-se por atendida, ainda que em grau mínimo, a dimensão ambiental da função social.

3.2.2.4 – Do cumprimento da dimensão social de bem-estar da função social no imóvel

A par de **racional** e **adequada**, há indícios de que a **exploração econômica** se mostra favorecedora da **saúde**, **educação** e **lazer** dos proprietários, empregados, vizinhos, sem notícia de que ali se exerçam **atividades perigosas**, **penosas** ou **insalubres**, em risco à **integridade física e psíquica** de quantos circulem naquele **microcosmo social**.

Consta dos autos que o imóvel é dotado de rede de distribuição de **energia elétrica**, casa sede, casas para colono e **outros equipamentos** e **instalações** para facilitação do trabalho e atendimento às necessidades básicas dos empregados (f. 86). Tampouco há prova de que a posse exercida pelo requerente gerasse **conflitos** e **tensões sociais** no imóvel. Pelo contrário, as testemunhas declararam em uníssono que o imóvel nunca fora objeto de invasão coletiva (f. 513-518).

Assim, tem-se por atendida a função social sob o aspecto de uma exploração do imóvel favorecedora do bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

3.2.2.5 – Do cumprimento da função social constitucional no imóvel – conclusão

As lides de **alta densidade social**, como soem ser as **possessórias coletivas**, requerem **sensibilidade** bastante do Poder Judiciário, na pena do julgador, de modo a perceber que a solução do conflito, já a tal **distância no tempo**, deve cuidar de não reverter o **delicado equilíbrio** em que os **fatos se acomodaram** no decorrer do processo. Compete ao julgador, na aplicação do direito, orientar-se sempre pelo **princípio da estabilidade social**, de modo a evitar a perpetuação ou, o que seria pior, a **ressurreição do conflito**.

Por **legítima** que seja a **pressão** sobre o INCRA pela obtenção da terra, o **apego quase ritualístico a detalhes**, a essa altura, atira o jurisdicionado em situação de **abandono**, ao mesmo tempo em que, de **modo nefasto**, estimula a **atuação** dos **movimentos sociais** como **justiceiros**. Isso vale, por óbvio, noutra vertente, quando se cuida da violência semeada por **milícias armadas**.

Há de se ter em conta que, no caso, **resolveu-se de modo útil** o conflito que poderia se instaurar a partir da perpetuação da **invasão** e a situação de **paz, consumada, perdura no tempo**.

Por tudo, conquanto não **robustíssima** nem **exaustiva** a prova do cumprimento da função social, mormente quanto aos aspectos **ambiental** e **trabalhista**, é de se notar que o feito **não foi instruído com o cuidado necessário**. Também é certo que, quanto ao ponto, tampouco há dúvida bastante a ensejar a decisão de improcedência do pedido.

Convocado a **compor o conflito coletivo possessório**, ao **Estado-juiz** incumbe, a um só tempo e **equitativamente**, zelar pelo **cumprimento da função social** e pelo **apaziguamento da tensão social**, sem negligenciar nem privilegiar qualquer de suas indesejáveis atribuições.

Assim, muito embora os elementos dos autos não sejam bastantes a fundamentar uma decisão de improcedência, não deixa de causar **preocupação a especulação** de que, na **exploração econômica** do imóvel, o requerente **descure** de observar as disposições de regência das **relações de trabalho** e as **normas ambientais**.

Em atendimento ao **preceito constitucional do cumprimento da função social**, solicitar-se-á aos **órgãos competentes** (Ministério do Trabalho e Emprego, IBAMA e IEF), pois, a **averiguação** da ocorrência das **supostas violações**, do que decorrerá, se for o caso, a inclusão do imóvel no roteiro de fiscalização e vistoria pelo INCRA e a tomada das **providências cabíveis**.

Por tudo, então, havendo o requerente demonstrado o exercício de posse conforme à Constituição Federal, em suas quatro dimensões, faz jus à tutela possessória vindicada.

3.2.3 – Da limitação de espaço (distância) para permanência dos requeridos

Alfim, por **flagrantemente contrário** à **liberdade constitucional** de locomoção e por extrapolar os limites objetivos da lide, **indefiro** o pedido de manutenção dos requeridos a uma distância não inferior a **30 km** (trinta quilômetros) do imóvel.



III – DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL** por **JOSÉ ROBERTO NOGUEIRA DIAS** em face de **ANA RITA DA SILVA, ENOQUE AUGUSTO DA SILVA** e requeridos incertos ou desconhecidos, **PARA REINTEGRAR O REQUERENTE NA POSSE DA FAZENDA SÃO JOSÉ DO RIO DO PEIXE**, em Veríssimo/MG.

CONDENO os requeridos nas custas processuais e no pagamento de honorários de **R\$1.000,00** (mil reais) ao Advogado do requerente, tendo em conta o **comprido tempo do serviço**, a **relevância** da causa, que trata de um **serio conflito social de proporção considerável** e o **empenho** demonstrado no **trabalho do profissional**, atuante em todas as etapas do processo e até em segunda instância (art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.).

Por **ofício**, informando, na oportunidade, o **nome** e o **número do CPF** do requerente (f. 20), a **denominação**, **número da matrícula** e de **inscrição do imóvel no CCIR/INCRA** (f. 30 e 1102), **solicitar** ao **Ministério do Trabalho e Emprego**, **IBAMA** e **IEF** averiguação acerca de **eventual irregularidade trabalhista e ambiental** no imóvel, notadamente no que diz respeito à **reserva legal** e às áreas de **preservação permanente**.

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 5 de setembro de 2008.

(Publicação Minas Gerais, 10.9.2008)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte

Proc. no 0024.06.046.177-9

Ação: Reintegração de posse

Origem: Prata/MG

Reqtes: Maria Madalena Franco Mattos e outros

Reqdos: Flávio Martins da Costa e outros

Imóvel: Fazenda Três Barras (originária da Fazenda Vertente do Rio Tejuco)

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuida-se de AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE aforada por MARIA MADALENA FRANCO MATTOS, CARLOS ROBERTO GARCIA MATTOS, PEDRO JOSÉ FRANCO e GISELINO CARLOS FRANCO MATTOS em face de FLÁVIO MARTINS DA COSTA, JOSÉ CARLOS DOS SANTOS, RENATA LUIZA DE OLIVEIRA, FRANCISCO BATISTA RODRIGUES, DECLAIR DE JESUS, EVA APARECIDA DOS SANTOS, EURÍPEDES FRANCISCO DOS SANTOS, CARLOS HENRIQUE DE ANDRADE, LUIZ FERNANDO DOS SANTOS, ANTENOR PEREIRA, AILDE JOSÉ DA SILVA, DOUGLAS FRANCISCO DO NASCIMENTO, JOÃO BATISTA DA SILVA, MARCOS RANGEL GUIMARÃES, ANTÔNIO BATISTA, MARIO HENRIQUE FRANCO e requeridos incertos ou desconhecidos. Dizem-se os requerentes **possuidores indiretos** e, o último, **possuidor direto** de imóvel rural na Fazenda Três Barras, originária da Fazenda Vertente do Rio Tejuco, em Prata/MG, com área de **450,31,97 ha**, de cuja posse teriam sido **esbulhados** pelos requeridos em 25.03.2006. Pedem, desde a **concessão liminar**, a ordem de **reintegração** (f. 02-08 e 32-33). Juntam **documentos** (f. 09-27).

Citação (**pessoal** – f. 50 e **ficta** – f. 136, 138-140) e **comparecimento espontâneo** ao processo (f. 61-66).

Visita em 05.06.2006 (f. 53-60) e **audiência** em 07.06.2006, com **homologação de acordo de desocupação**, **autorização de vistoria** pelo INCRA e **suspensão** do processo. Superada a fase de concessão liminar (f. 61-66).

Em 22.06.2007, o INCRA informa a não realização da **vistoria** (f. 75).

Os requerentes notificam a prática, pelos requeridos, de atos de **turbação** (f. 77-78) e juntam **documentos** (f. 79-98).

Em curso normal, atendendo à recomendação de produção de **prova** do cumprimento da **função social** (f. 102-105), os requerentes juntam **documentos** (f. 110-129).

Indeferimento (f. 147-148) do pedido dos requerentes de expedição de ofício ao INCRA informando-lhe **desautorizada** a **vistoria** no imóvel, ante o “**cancelamento do acordo**” (f. 143-144).

Declaração de **revelia** dos requeridos (f. 147-148).

Os requerentes notificam o **descumprimento** do acordo, em vista da **re-ocupação** do imóvel pelos requeridos; pedem o **julgamento antecipado** e juntam **documento** (f. 151 e 152-154).

Contestação, por **negativa geral**, pelo **Curador Especial** nomeado aos revéis citados por edital (f. 155-156).

Impugnação, com **reiteração** do pedido de **julgamento antecipado** da lide (f. 158-160).

Os requerentes juntam **documentos** e reiteram o pedido de julgamento antecipado (f. 168-171).

Os requeridos não especificam provas (f. 173).

Memoriais, com **razões finais** (**requerentes** – f. 175-179; e **Curador Especial** – f. 184). O **Ministério Público** é pela **improcedência** do pedido, porquanto **descumprida** a função social (f. 185-192).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidem-se os conflitos coletivos pela posse de imóvel rural, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

Não foram argüidas preliminares nem sequer as vislumbro que deva apreciar de ofício.

3.1 – Do Mérito

3.1.1 – Do cumprimento da Função social

Passo a apreciar os elementos atinentes ao direito de os ora requerentes virem a Juízo pleitear **proteção possessória**, qual seja, a análise do **cumprimento da função social** (sob seus **quatro aspectos constitucionais**)

3.1.1.1 – Do efetivo exercício de atividade econômica com aproveitamento racional e adequado do imóvel – dimensão econômica da função social

O exercício da posse da **propriedade rural**, em consonância com as **diretrizes constitucionais**, só atenderá à **função social** quando, ainda que usada economicamente em **aproveitamento racional e adequado**, harmonize a **exploração** e a **preservação** (incluída a **recuperação**) do **meio ambiente**, enfocando o **paradigma** da **exploração sustentável**, baseada em práticas que estimulam a **diversidade** da **fauna** e da **flora**, comprometidas com a **conservação dos recursos naturais**. E nesse **paradigma** é que cumpre a **justiça social** prevista no **art. 170, III** da **C.F./88**, atendendo, além, ao **art. 186** e seus **incisos**, da **C.R.F.B./88**.

De início, verifica-se **atendida disposição** do **Código Florestal** (**art. 16, §2º** da **Lei 4.771/65**), estando **averbada**, à margem da matrícula imobiliária anterior ao desmembramento, a área de **90,06,40 ha** de **reserva legal** (f. 110), não inferior a **20%** da superfície total, evidenciando, ao menos em um **sentido formal**, a preservação do meio ambiente.

Demais disso, a **planta** de localização do imóvel representa as áreas de **reserva legal** e de **preservação permanente** com **90,06,04 ha** (noventa hectares, seis ares e quatro centiares) e **50,45,68 ha**, (cinquenta hectares, quarenta e cinco ares e sessenta e oito centiares), respectivamente (f. 111). Restou **inexplorada** pelos requeridos, que têm procurador nos autos, e até pelo Ministério Público, a questão da **existência concreta** daquelas áreas e sua **efetiva conservação** ou **regeneração**.

Além, há nos autos prova da **regularidade formal**, quanto ao aspecto ambiental, da **exploração florestal** que teria havido no imóvel, precedida de **bastante autorização** concedida pelo Instituto Estadual de Florestas em favor de terceiros, em cumprimento a “*contratos de parceria de desmate, extração de carvão e lenha*” (f. 120-125).

Então, tenho por suficientemente demonstrado o cumprimento da função social na sua dimensão ambiental.

3.1.1.2 – Do efetivo exercício de atividade econômica com aproveitamento racional e adequado do imóvel – dimensão econômica da função social

No tocante ao **aproveitamento racional e adequado da propriedade**, alegam os requerentes que são **possuidores diretos** e **indiretos** do imóvel, que exploram com atividade **pecuária** de **corte** e também mediante terceiros, a quem **alugariam** pastagens para o apascentamento de **100** (cem) **cabeças** de gado. De início, registro que os requerentes não produziram qualquer prova do negócio jurídico a que aludem. Resta-nos, pois, analisar a prova da **exploração** do imóvel só pelos próprios requerentes.

Consta dos autos que os primeiros requerentes, **MARIA MADALENA FRANCO MATTOS** e **CARLOS ROBERTO GARCIA MATTOS**, são **nus-proprietários** do imóvel, de que é **usufrutuário** o terceiro requerente, **PEDRO JOSÉ FRANCO**, por força de escritura de divisão lavrada em 22.03.1993 e registrada em 03.11.1993 (f. 17). Este, no exercício de seu direito, cedeu em comodato ao requerente **GISELINO CARLOS FRANCO MATTOS** uma gleba com **338,80 ha** (trezentos e trinta e três hectares e oitenta ares), mediante **contrato** de 27.10.2003, por **tempo indeterminado** (f. 18-20). Destarte, o Sr. **PEDRO** permaneceu **usufrutuário** da gleba remanescente, com aproximadamente **111 ha** (cento e onze hectares).

Em conclusão, fica assentado que, da gleba com **111 ha**, **MARIA MADALENA FRANCO MATTOS** e seu marido são **possuidores indiretos** e **PEDRO JOSÉ FRANCO**, possuidor **direto**; da gleba com **338 ha**, é **possuidor direto** **GISELINO CARLOS FRANCO MATTOS** e **indiretos**, os demais requerentes.

Anote-se ainda que, para a nossa análise, interessa a **qualidade** da posse que se exerça em **período imediatamen-**



te anterior à ocupação. No caso, perpetrado o **esbulho** em **março de 2006**, cumpre aos requerentes demonstrar que, no **interregno** entre **março de 2005** e **fevereiro de 2006**, exerciam posse **conforme à Constituição**. Elege-se o **intervalo de doze meses anteriores ao esbulho** por **afinidade** com o sistema normativo agrário, pois coincide com o adotado pela autarquia federal nas vistorias que empreende na aferição do cumprimento da função social (**art. 4º, § 3º da Norma de Execução nº 35/INCRA**, de 24.03.2004). Além, por se tratar de **prazo razoável**, dentro do qual o possuidor, em um ambiente de **paz social**, não encontra **impedientes externos** para **livremente cumprir**, no exercício da posse, o **dever jurídico/social** imposto à propriedade imobiliária rural.

Demais disso, tendo em conta o caráter de **trato sucessivo da obrigação** de destinar ao imóvel **fim social**, os **atos de qualificação da posse**, ainda que supervenientes à propositura da ação, consubstanciam **atos constitutivos do direito** da parte, a serem considerados no momento da decisão (**art. 462 do C.P.C.**).

Vem aos autos **certificado de cadastro** no INCRA da Fazenda Vertente do Rio Tejuco, com área de **1.141,70 ha**, de que se originou o objeto da posse litigiosa (gleba de terras na Fazenda Três Barras, com área de **450,31,97 ha**, aquele classificado como **propriedade improdutiva** no triênio de 2003/2004/2005).

Todavia, a qualificação de **imóvel maior** como **improdutivo** não se estende àqueles que dele se originaram, por **desmembramento**. Considerando que, na aferição da **produtividade**, leva-se em conta, entre outros fatores, a **proporção** entre a área **efetivamente utilizada** e a área **aproveitável** (Grau de Utilização da Terra - GUT), é possível que, de uma **grande propriedade improdutiva**, originem-se pequenas ou **médias produtivas**. Assim, nada desfavorece aos requerentes a apontada classificação de improdutividade.

PEDRO JOSÉ FRANCO, MARIA MADALENA FRANCO MATTOS e GISELINO CARLOS FRANCO MATTOS estão cadastrados como produtores rurais perante a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, relativamente à exploração da Fazenda Vertente do Rio Tejuco, aquele como proprietário de **1.219,68 ha** e estes, respectivamente, na condição de **comodatário de 338,80 ha** e **nua-proprietária de 111,51,97 ha** do mesmo imóvel (f. 23).

Consta dos **cartões de inscrição de produtor** que a gleba de **111,51,97 ha** comportaria o apascentamento de **134** (cento e trinta e quatro) **reses** e a gleba de **333,80 ha, 407** (quatrocentas e sete) **reses**. O **efetivo pecuário potencial** para o imóvel objeto da posse litigiosa é, pois, de **541** (quinhentas e quarenta e uma) **cabeças** de gado.

Quanto à **atividade pecuária** havia na gleba menor (**111 ha**), a respectiva **ficha visi record**, expedida pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (**IMA**), registra o efetivo pecuário total de apenas **42** (quarenta e duas) **cabeças** em **maio de 2005; 28** (vinte e oito), em **novembro de 2005; 42** (quarenta e duas), em **maio de 2006; 25** (vinte e cinco), em **novembro de 2006** e **50** (cinquenta), em **maio de 2007**.

A seu turno, relativamente à gleba maior (**333 ha**), há registro do efetivo pecuário de somente **89** (oitenta e nove) **reses** em **maio de 2005; 55** (cinquenta e cinco), em **novembro de 2005; 187** (cento e oitenta e sete), em **maio de 2006; 60** (sessenta), em **novembro de 2006** e **72** (setenta e duas), em **maio de 2007**. No total, os requerentes logram comprovar que o efetivo pecuário médio encontrado no imóvel, entre **maio de 2005 a maio de 2007**, era de **130** (cento e trinta) **reses**.

No que diz respeito especificamente ao ano anterior ao ajuizamento da ação (**março de 2005 a fevereiro de 2006**), só há nos autos prova de **efetivo pecuário** em **maio de 2005** (5 bezerras de 0 a 12 meses; 4 bezerras de 0 a 12 meses; 43 novilhas de 12 a 24 meses; 19 novilhas de mais de 24 meses; 21 novilhos de 12 a 24 meses, 5 novilhos de mais de 24 meses, 30 vacas e 1 touro) e em **novembro de 2005** (25 bezerras de 0 a 12 meses, 43 novilhas de 12 a 24 meses, 15 novilhos de 12 a 24 meses, 5 novilhos de mais de 24 meses e 1 touro). No total, 5 bezerras de 0 a 12 meses; 29 bezerras de 0 a 12 meses; 46 novilhas de 12 a 24 meses; 19 novilhas de mais de 24 meses; 36 novilhos de 12 a 24 meses; 10 novilhos de mais de 24 meses; 30 vacas e 2 touros. Em **média**, comprova-se o **apascentamento** de **110** (cento e dez) **reses** naquele período.

Numa ação matemática, em **cálculo meramente aritmético**, considerando os **fatores de conversão** da **tabela nº 6 da Instrução Normativa nº 11/2003 do INCRA**, o **efetivo pecuário médio** encontrado naquele período é de **63,78** (sessenta e três inteiros e setenta e oito décimos) unidades animais – **U.A.** (sendo 1,55 bezerras de 0 a 12 meses; 8,99 bezerras de 0 a 12 meses; 44,50 novilhas de 12 a 24 meses; 14,25 novilhas de mais de 24 meses; 18 novilhos de 12 a 24 meses; 7,50 novilhos de mais de 24 meses; 30 vacas e 2,78 touros).





O Município de Prata tem índice de lotação pecuária de 0,80 U.A./ha, conforme índices básicos de 2005 estabelecidos pelo INCRA para a respectiva Zona de Pecuária.²²⁵ Assim, a área equivalente explorada em pecuária é de 79,73 ha (setenta e nove hectares e setenta e três ares), segundo a sistemática de cálculo do Grau de Eficiência na Exploração GUT (art. 9º, III da Instrução Normativa nº 11/2003 do INCRA: “divide-se o número total de Unidades Animais – UA do imóvel, pelo índice de lotação constante da Tabela nº 4 em anexo, observada a Zona de Pecuária – ZP do município de localização do imóvel”).

Alegam os requerentes que a área aproveitada cinge-se a 309,79,89 ha (trezentos e nove hectares, setenta e nove ares e oitenta e nove centiares), excluídos 140,52,08 ha (cento e quarenta hectares, cinquenta e dois ares e oito ares), referentes às áreas de reserva legal, preservação permanente e benfeitorias (f. 04).

Não havendo prova do exercício, naquele período, de qualquer atividade agrícola ou extrativa nem área sob processo técnico de formação, recuperação ou renovação de pastagens ou culturas, divide-se a área equivalente em pecuária (79,73 ha) pela área utilizada (309,79,89 ha) e multiplica-se por 100 (cem). O GEE alcançado no ano imediatamente anterior ao da perda da posse seria, pois, de apenas 25,73%. Para cumprir a função social, o imóvel deverá ter um grau de eficiência na exploração igual ou maior que 100% (art. 6º, § 2º da Lei nº 8.629/93).

Anote-se que, no cálculo do GEE, não se consideraram, por inexistirem nos autos elementos suficientes que comprovem a época da existência, os 10 (dez) eqüinos e 6 (seis) suínos a que se referem as fichas *visi record*. Demais disso, considerada a pequena quantidade destes animais, nenhuma alteração relevante adviria à conclusão de improdutividade.

Conclui-se que, no ano imediatamente anterior ao da perda da posse, não lograram comprovar os requerentes o cumprimento da função social sob o aspecto do aproveitamento racional e adequado do imóvel.

De mesma sorte a posse exercida até maio de 2007, tendo em vista que as fichas *visi record* registram um efetivo pecuário médio de 54,54 U.A., do que resulta a área equivalente em pecuária de 68,175 ha, que é mesmo inferior à obtida para os meses de maio e novembro de 2005 (79,73 ha). As autorizações para exploração florestal, concedidas para o período de 04.12.2006 a 04.06.2007 e de 14.08.2007 a 14.02.2008, comprovam a permissão de limpeza de área de pastagem com 309,00 ha (trezentos e nove hectares) e de aproveitamento de lenha seca, fatos que, a seu turno, substanciam tão-somente atos preparatórios de futura exploração, não vindo aos autos prova de sua efetiva ocorrência (f. 126-127).

Sem provas, pois, do exercício de atividade econômica no imóvel, com aproveitamento racional e adequado, no período imediatamente anterior e subsequente ao ajuizamento da presente ação.

Considerando que a Constituição Federal dispõe serem cumulativos os requisitos do cumprimento da função social, o inadimplemento de qualquer deles, ainda que isoladamente, é suficiente para ensejar a negativa da tutela possessória vindicada. Embora despicienda, procedemos à análise dos demais requisitos da função social, de modo a melhor caracterizar a posse dos requerentes.

3.1.1.3 – Do cumprimento da dimensão social (trabalhista e de bem-estar) da função social no imóvel

O valor social do trabalho, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da ordem econômica (art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88), repercute na função social da propriedade, razão por que, no cumprimento, hão de se observar as disposições de regência das relações de trabalho (art. 186, III da C.R.F.B./88).

Assim, sob a lógica do razoável, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de direitos trabalhistas em sentido estrito (direitos do trabalho), mas também e principalmente o direito ao trabalho, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por corolário, de ascensão social, existência digna e redução de desigualdades. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

No caso concreto, dizem os requerentes que não têm empregados no imóvel (f. 05), fato que restou tão-somente

225 – <http://www.incra.gov.br>, consulta em 08.09.2008





alegado, declinando os requerentes da faculdade de a tal propósito produzir provas em audiência. Conquanto seja factível a exploração de pequenas e até médias propriedades em regime familiar, na espécie, considerada a **baixa produtividade** ou **improdutividade** do imóvel, a alegação corrobora antes a convicção do **estado de abandono**. Por óbvio, o imóvel que não se utiliza como **fator de produção** tampouco se habilitará à **geração de trabalho e emprego**, à **distribuição de renda** ou ao favorecimento da **saúde, educação e lazer** (bem-estar) de quantos circulem naquele **microcosmo social**.

Assim, ausente já o **antecedente lógico** do **aproveitamento econômico adequado**, também não resta provado o exercício de posse orientada à satisfação do **elemento social** (observância das normas que regulam as **relações de trabalho e exploração** que favoreça o **bem-estar**), em reforço à convicção de **abstenção**, pelos requerentes, de **atos de ingerência socioeconômica** sobre o imóvel.

Por tudo, **sem notícia** nos autos da regularidade e da existência mesma de eventuais **relações trabalhistas, bem como não provada uma exploração do imóvel favorecedora do bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores**.

3.1.1.4 – Do cumprimento da função social constitucional no imóvel – conclusão

Consigno ainda que o Magistrado então oficiante registrou, com **acuidade** e **sensibilidade** ímpares, o **estado de abandono** do imóvel com que se deparou em **visita** ali realizada em **05.05.2006** (f. 53-54). Pela percuciência da percepção dos fatos por Sua Excelência, vale transcrever excerto do **Auto de Constatação**:

“A parte maior do acampamento fica na Fazenda Vertente do Rio Tejuco [denominação atribuída ao imóvel no início da ação – f. 134], cuja sede foi visitada. Na visita à sede o que se constatou foi um quadro de triste abandono. Percebe-se que o antigo proprietário teve muito carinho e atenção para a sede da fazenda, onde se vê um renque de árvores de sombra alcançando uns 200 metros, todas árvores de mais de 40 anos. Percebe-se também que o pomar foi plantado e está totalmente abandonado. O estado do curral e cobertas é lastimável, como mostram as fotografias [55-60]. Percebe-se muito entulho, resto de máquinas e até mesmo uma caminhonete, que deve estar parada há anos em uma coberta. A casa, totalmente fechada, demonstra ser uma habitação muito sólida e construída por pessoa bem determinada também há pelo menos 50 anos. Não há sinal de movimento na sede, nem rastro ou sinais de bovinos, nem cães. Exceto um gato, nada se viu que atestasse presença humana recente. Quanto ao acampamento em si, observou-se que a ocupação é recente (segundo os ocupantes, desde o dia 24 de março último). Apesar disso já se percebe uma horta comunitária e algumas hortas individuais ao lado dos respectivos barracos” (f. 53-54).

Os requerentes insurgem-se quanto à eficácia probatória do **Auto de Constatação**, ao argumento de ser **simbólica** a dimensão da área visitada, **inidônea** a retratar a situação do imóvel como um todo. Ora, o **símbolo**, sabe-se, é uma **parte** que **sugere o todo**, assim a cruz para a cristandade, a balança para a justiça, a pomba para a paz. A **carga simbólica** que há na constatação de **abandono** da **casa-sede** e **entorno** advém do fato apreensível pelo **senso comum** de que a sede é, sempre, o cartão de visitas de qualquer propriedade rural. É a parcela da fazenda a que se desvelam os maiores e melhores cuidados. É o espaço meramente físico que, preenchido de valores, transforma-se em **lugar**, em **lar**, em **morada**. É mesmo um verdadeiro centro, em torno de que orbitam as diversas **relações sociais** mantidas no ambiente da propriedade rural. Assim, a percepção do **lastimável estado de abandono** da sede necessariamente se **irradia** para o conjunto do imóvel. Ainda que o referido **ato processual** (constatação) **não** seja aqui tratado como **prova**, no **sentido estrito** de elemento de cognição produzido sob o crivo do **contraditório**, certo é que não se pode desprezar a **sensível percepção** da situação fática pelo Magistrado, então acompanhado dos representantes do Ministério Público e do INCRA. No curso do processo, tais impressões iniciais de abandono vêm ao encontro do juízo de certeza que se formou das demais provas produzidas (ou da ausência delas).

Por tudo, então, **não havendo os requerentes demonstrado o exercício de posse conforme à Constituição Federal, quanto às dimensões econômica, trabalhista e de bem-estar social, não fazem jus à tutela possessória vindicada**.

3.1.2 – Da perda da posse

Nos termos do **art. 334, II** do C.P.C., **independe** de prova o fato da **ocupação**, posto **confessada** pela parte requerida. Com efeito, em **audiência** de **07.06.2006**, os requeridos FRANCISCO BATISTA RODRIGUES, DE-



CLAIR DE JESUS e RENATA LUISA DE OLIVEIRA admitiram o fato e afirmaram que, tendo notícia de que o imóvel se caracterizaria como **grande propriedade improdutiva**, houveram por bem **ocupá-la** para **pressionar o INCRA** a destinar-lhes a área (f. 61-63). Por ocasião de **visita** ao local do conflito, em 05.06.2006, o Juiz então oficiante relata a presença de aproximadamente **90** (noventa) **famílias**, que declararam haver ocupado o imóvel em 24.03.2006 (f. 53-54).

Demais disso, a **confissão** se coaduna com as **demais provas** produzidas nos autos, notadamente o **boletim de ocorrência policial** lavrado em 28.03.2006, em que a autoridade **constata** a existência no local de aproximadamente **18** (dezoito) **pessoas**, 19 (dezenove) barracas levantadas e 08 (oito) em construção (f. 25-27).

Isso não obstante, saliento que, contrariamente a quanto alegam os requerentes, a **perda da posse** deu-se não por ocasião da ocupação, mas quando em tempo **pretérito abstiveram-se** do **exercício de fato** do **poder/dever** de **ingerência socioeconômica** sobre o imóvel, relegando-o ao evidente **abandono**.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL** por MARIA MADALENA FRANCO MATTOS, CARLOS ROBERTO GARCIA MATTOS, PEDRO JOSÉ FRANCO e GISELINO CARLOS FRANCO MATTOS em face de FLÁVIO MARTINS DA COSTA, JOSÉ CARLOS DOS SANTOS, RENATA LUIZA DE OLIVEIRA, FRANCISCO BATISTA RODRIGUES, DECLAIR DE JESUS, EVA APARECIDA DOS SANTOS, EURÍPEDES FRANCISCO DOS SANTOS, CARLOS HENRIQUE DE ANDRADE, LUIZ FERNANDO DOS SANTOS, ANTENOR PEREIRA, AILDE JOSÉ DA SILVA, DOUGLAS FRANCISCO DO NASCIMENTO, JOÃO BATISTA DA SILVA, MARCOS RANGEL GUIMARÃES, ANTÔNIO BATISTA, MARIO HENRIQUE FRANCO e requeridos incertos ou desconhecidos.

CONDENO os **requerentes** no pagamento das **custas processuais** e **honorários** de **R\$700,00** (setecentos reais) ao **Advogado** dos requeridos e ao **Curador Especial**, na proporção de 2/7 (dois sétimos) e 5/7 (cinco sétimos), respectivamente, tendo em conta, por um lado, o **comprido tempo do serviço**; a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e a atuação de cada profissional no feito, aquele sem contestar e este, pelo exercício zeloso do múnus da Curadoria de Ausentes (**art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.**).

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C.. Belo Horizonte, 09 de setembro de 2008. (Publicação Minas Gerais, 12.9.2008)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte
Proc. no 0024.06.027.973-4
Ação: Reintegração de posse
Origem: Prata/MG
Reqtes: Espólio de José Adolfo de Oliveira Andrade e outra
Reqdos: Ana Rita da Silva e outros
Imóvel: Fazenda Canhambola

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuida-se de AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE aforada por ESPÓLIO DE JOSÉ ADOLFO DE OLIVEIRA ANDRADE e EDITH NOGUEIRA ANDRADE em face de ANA RITA DA SILVA, WALQUÍRIA TEREZINHA BUENO e requeridos incertos ou desconhecidos, integrantes do MLST (MOVIMENTO DE LIBERDADE SEM TERRA) (sic). Dizem-se possuidores do imóvel rural Fazenda Canhambola, em Prata/MG, com área de 4.889,57,55 ha, imóvel produtivo – agropecuária – de que teriam sido esbulhados pelos requeridos em 14.03.2006. Pedem, desde a concessão liminar, a ordem de reintegração e, mais, a declaração de imunidade do imóvel a procedimento administrativo de vistoria, avaliação ou desapropriação pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos § 6º, do art. 2º da Lei nº 8.629/93, incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56 (f. 02-16). Juntam documentos (f. 17-48, 81-95, 98-120 e 217-359).

Aditamento à inicial, para pedir a identificação dos requeridos quando da citação (f. 53-55).

Visita em 20.03.2006 (f. 125-130).

Ouvido o Ministério Público, pelo deferimento (f. 121-124), houve concessão liminar da ordem (f. 69-73), cumprida (f. 139).

Citação de ANA RITA DA SILVA e dos circunstantes ocupantes encontrados, sem identificação (f. 138).

Contestação, pelo Curador Especial nomeado aos requeridos (f. 144), com pedido de “cassação da i. decisão interlocutória de fls. 69/73 em relação a todos os requeridos não qualificados do MLST, vez que não são partes – por falta de adequada citação do presente processo” (f. 145-148).

Impugnação (f. 150-152).

O Ministério Público é pela citação editalícia dos requeridos incertos e desconhecidos (f. 155-157).

Indeferimento do pedido de cassação da ordem concessiva; ordem de citação pessoal da requerida WALQUÍRIA TEREZINHA BUENO e ficta dos incertos ou desconhecidos e desconstituição da nomeação de Curador Especial, por ausência de hipótese legal (f. 158-160).

Citação ficta (f. 163 e 167-169).

Homologação (f. 186) do pedido de desistência da ação quanto à requerida WALQUÍRIA TEREZINHA BUENO, não citada (f. 185).

Contestação, pelo Curador Especial nomeado aos revéis citados por edital, com alegação de que incumbe aos requerentes comprovar o cumprimento da função social e, no mais, por negativa geral (f. 189-190).

Impugnação, com pedido de “desconsideração” da contestação, por dificultar a réplica (f. 192-193).

O Ministério Público, pela especificação de provas (f. 196).

Declaração de revelia de ANA RITA DA SILVA; indeferimento do pedido de desconsideração da contestação e recomendação de produção de prova documental do cumprimento da função social (f. 197-200).

Expedientes encaminhados pelo IBAMA, IGAM, Ministério do Trabalho e Emprego e IEF (f. 210-212, 214, 362-363 e 383-384).

Indeferimento da produção de prova testemunhal e encerramento da instrução (f. 364).

Memoriais, com alegações finais, pelos requerentes (f. 367-372) e pelo Curador Especial (f. 375). O Ministério Público é pela procedência do pedido, provado o cumprimento da função social (f. 376-381).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidem-se os conflitos coletivos pela posse de imóvel rural, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

Sem **preliminares** argüidas, sequer as vislumbro que deva apreciar de ofício.

3.1 – Do Mérito

3.1.1 – Da perda da posse

Independente de prova o fato da **perda da posse** do imóvel, posto que **incontroverso** nos autos. Com efeito, em **visita** ao local do conflito pelo então Juiz desta Vara Agrária, constatou-se “(...) a presença de 50 famílias aproximadamente. Os integrantes do MLST estavam acampados numa área de aproximadamente de 1 hectare às margens de um riacho não muito distante da sede da fazenda” (f. 63). Demais disso, a ocupação está relatada no **boletim de ocorrência policial (B.O.)** lavrado em 14.03.2006 (f. 28-30). A **autoridade policial**, presente ao local dos fatos, registra que havia no imóvel **20** (vinte) **barracos**, e um total de aproximadamente **60** (e sessenta) **pessoas**.

Superada a questão do **fato de esbulho**, passamos a apreciar os elementos atinentes ao **direito** de os ora requerentes virem a Juízo pleitear **proteção possessória**, qual seja a análise do **cumprimento da função social** (sob seus quatro aspectos constitucionais).

3.1.2 – Do cumprimento da Função social

3.1.2.2 – Do efetivo exercício de atividade econômica com aproveitamento racional e adequado do imóvel – dimensão econômica da função social

No tocante ao **aproveitamento racional e adequado da propriedade**, acompanham a inicial **documentos idôneos** a evidenciar o **exercício** de extensa atividade **pecuária** no imóvel, consistentes em **cartão de controle sanitário** fornecido pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (f. 42), em que se registra, em 14.03.2006, um efetivo pecuário de **4.013** (quatro mil e treze) cabeças de gado **bovino**, apascentados em **3.720 ha** de área de **pastagem**, de acordo com a Documento de Informação e Apuração do ITR – **DIAT** (f. 35); **Declaração do Imposto Territorial Rural – Exercício 2005**, no qual consta a utilização de **120,60 ha** de área rural para o plantio de produtos **vegetais** e de **3.720 ha** de área de pastagem, totalizando **3.840,6 ha** de **área utilizada** pela **atividade rural**, sendo verificado o índice de **100% no Grau de Utilização** (f. 31-38); **cartão de inscrição de produtor rural nº 421.090.013.570-5**, com data de cadastramento em 14.11.84 e **validade** até 31.07.2006.

Ademais, consta no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – **CCIR** do triênio 2003-2004-2005 a classificação do imóvel como **grande propriedade produtiva**.

Registre-se que os requerentes cuidaram de comprovar até a **continuidade** do **exercício de posse produtiva**, trazendo aos autos o **cartão de controle sanitário do rebanho** (f. 220-220v) e o **cartão de produtor rural** (f. 221) referente a período subsequente à propositura da ação. Daquele documento verifica-se o apascentamento no imóvel de **3273** (três mil, duzentos e setenta e três) cabeças de **gado** em **média**, no período de 10.12.2007 a 08.04.2008.

Consta ainda nos autos declarações do **ITR – exercícios de 2006** (f. 326-329 e 330-336) e 2007 (f. 310 e 313-319), das quais se extrai que, mesmo com a redução da área do imóvel esbulhado, houve a permanência do grau de utilização da área em atividades rurais em 100% (cem por cento); Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento – **FCEI**, de atividades agrossilvipastoris expedido pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – **SEMAD**, no qual consta como atividades desenvolvidas no imóvel rural objeto do litúgio a bovinocultura de corte, com 3.000 cabeças de gado desde 01.01.1964; a **silvicultura de eucaliptus** em **1.500 ha** com início em 01.01.2007 e a produção de **carvão vegetal 2.500 mdc/ano**, com data de implantação em 20.01.2008 (f. 338-340).

Além, foi firmado em 17.08.07 **contrato de Parceria Agrícola** para a implantação e exploração de **projetos florestais** em uma área de **1.000 ha** (f. 342-359).



Tudo isso, evidenciando o cumprimento da **obrigação constitucional de trato sucessivo**.

Resta **suficientemente demonstrado**, pois, o **exercício de atividade econômica no imóvel**, com seu **aproveitamento racional e adequado**, no período imediatamente anterior ao ajuizamento da presente ação.

3.1.2.3 – Do cumprimento da dimensão social (trabalhista e de bem-estar) da função social no imóvel

O **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88), repercute na função social da propriedade, razão por que, no cumprimento, não se observam as disposições de regência das **relações de trabalho** (art. 186, III da C.R.F.B./88).

Assim, sob a **lógica do razoável**, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de **direitos trabalhistas** em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social**, **existência digna** e **redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

No **caso concreto**, os requerentes juntam aos autos Guias da Previdência Social – GPS/INSS relativas aos meses de 12.2005, 01.2006, 02.2006 e do período de 10.2007 a 03.2008 (f. 84, 83, 81 e 249-254, respectivamente); Guias de Recolhimento do FGTS – GRF referente a 14 (quatorze) trabalhadores no período de 12.2005 a 02.2006 (f. 82, 85 e 87) e de 11 (onze) empregados no período de 10.2007 a 03.2008 (f. 256-261); inscrição no Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – SEFIP (f. 86); Comprovante da Guia de recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP de **12.2005** de 14 (quatorze) empregados; recibos de pagamento de salário concernentes aos 14 (quatorze) empregados (f. 89-95 e 266-289); cópias das Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS, devidamente preenchidas e assinadas, algumas desde 1994 (f. 227-247) e a Relação anual de Informações Sociais – RAIS dos exercícios 2006 e 2007 (f. 263-264), demonstrando dessa forma, a **regular contratação** de trabalhadores.

Certifica o **Ministério do Trabalho e Emprego** que não há registro de infrações trabalhistas no imóvel (f. 362-363). Assim, **sem prova, indício** ou **alegação** nos autos de que no imóvel se patrocinasse **trabalho escravo**, **infantil** ou **degradante**, condutas que, por afrontarem a **dignidade humana**, fundamento do **Estado Democrático de Direito**, **repugnam à Constituição** e à **lei**, tais a embasar a negativa da tutela possessória.

Por tudo, **sem notícia de qualquer inobservância** das disposições que regulam as **relações trabalhistas**.

3.1.2.4 – Do cumprimento da dimensão ambiental da função social no imóvel

O **exercício da posse da propriedade rural**, em consonância com as **diretrizes constitucionais**, só atenderá à **função social** quando, ainda que usada **economicamente** em **aproveitamento racional e adequado**, harmonize a **exploração** e a **preservação** (incluída a **recuperação**) do **meio ambiente**, enfocando o paradigma da **exploração sustentável**, baseada em práticas que estimulam a **diversidade** da **fauna** e da **flora**, comprometidas com a **conservação dos recursos naturais**. E nesse **paradigma** é que cumpre a **justiça social** prevista no art. 170, III da C.F./88, atendendo, além, ao art. 186 e seus **incisos**, da C.R.F.B./88.

De início, verifica-se **atendida disposição** do **Código Florestal** (art. 16, §2º da **Lei 4.771/65**), estando **averbada**, à margem da matrícula imobiliária do imóvel, a área de **1000,5 ha** de **reserva legal** (f.126-27 e 311-312), superior a **20%** da superfície total, evidenciando, ao menos em um **sentido formal**, a preservação do meio ambiente.

Demais disso, a **planta de localização** do imóvel representa as áreas de **reserva legal** e de **preservação permanente** com **1000,5 ha** (um mil hectares, cinquenta ares) e **631,64 ha**, (seiscentos e trinta e um hectares, sessenta e quatro ares), respectivamente (f. 98). E, mesmo com a **redução** da área total do imóvel, com a **alienação** de **161,3 ha**, não houve alterações nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, conforme consta da certidão de matrícula do imóvel (f. 306-308) e do **Ato Declaratório Ambiental** do ano de 2007 (f. 312).

Em **Laudo Pericial**, confeccionado pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, restou **confirmado** que “quanto as atividades agrícolas na propriedade, a mesma possui neste Núcleo processo de intervenção florestal, onde já existe a atividades



de bovinocultura de corte e leite e posteriormente a implantação da cultura de eucalipto” (f. 384).

Então, tenho por **suficientemente** demonstrado o **cumprimento** da **função social** na sua **dimensão ambiental**.

3.1.2.5 – Do cumprimento da dimensão do bem estar social

No que diz respeito ao aspecto do exercício de posse como **fonte** de **bem-estar** aos proprietários/possuidores e trabalhadores, traduzido em exploração que ofereça condições materiais capazes de ensejar **existência digna**, não há nos autos indícios de que a posse exercida pelos requerentes gerasse **conflitos** e **tensões sociais** no imóvel. Pelo contrário, a **prova documental** sinaliza no sentido de que a exploração do imóvel favorece o **bem-estar** dos trabalhadores, cujos filhos encontram-se com a vacinação em dia (f. 291-300) e freqüentando a escola municipal (f. 302), atendendo-se dessa forma a preservação dos direitos da criança garantidos constitucionalmente (**art. 227 da CRFB/88**).

Assim, tem-se por **atendida** a **função social** sob o aspecto da **exploração** do imóvel **favorecedora** do **bem-estar** dos proprietários e dos trabalhadores.

Por tudo, então, havendo os requerentes **demonstrado suficientemente o atendimento dos requisitos da função social**, **fazem jus à tutela possessória vindicada**.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL** por **ESPÓLIO DE JOSÉ ADOLFO DE OLIVEIRA ANDRADE** e **EDITH NOGUEIRA ANDRADE** em face de **ANA RITA DA SILVA**, **WALQUÍRIA TEREZINHA BUENO** e **requeridos incertos ou desconhecidos**, integrantes do **MLST (MOVIMENTO DE LIBERDADE SEM TERRA)**, **TORNANDO DEFINITIVA A ORDEM LIMINAR DE REINTEGRAÇÃO NA POSSE** da **Fazenda Canhambola**, em **Prata/MG**, com **área de 4.889,57,55 ha**.

CONDENO os **requeridos** nas **custas processuais** e no pagamento de **honorários de sucumbência** de **R\$800,00** (oitocentos reais) ao Advogado dos requerentes, tendo em conta, por um lado, o **comprido tempo do serviço**, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e o **empenho** demonstrado no **trabalho do profissional**, atuante em todas as fases do processo (**art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.**), e, por outro, a **relativa simplicidade** do feito, instruído só com prova documental.

Transitada em julgado, arquivar, com **baixa**.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2008.

(Publicação Minas Gerais, 17.9.2008)

Osvaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte
Proc. no 0024.06.306.880-3
Ação: Reintegração de posse
Origem: Águas Formosas/MG
Reqtes: João Augusto Soares Neto e sua esposa
Reqdos: Alexandre Lopes dos Santos e outros
Imóvel: Fazenda Vista Alegre

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuida-se de AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE aforada por JOÃO AUGUSTO SOARES NETO e ELENICE AGUIAR SOARES em face de ALEXANDRE LOPES DOS SANTOS, ABEILDO FAGUNDES SANTOS, AÉCIO FERREIRA DO NASCIMENTO, CLEIDE ALMEIDA SOUZA, FLORIPES PEREIRA DE JESUS, GILVAN PINHEIRO DE SOUZA, GLÁUCIA KÊNIA LIMA GONÇALVES, IRACEMA SOUZA RAMOS, JOSÉ IVO FURTADO DUTRA, JÚNIA ALVES MUNIZ, LEIDIANE TRINDADE OLIVEIRA, LUCIENE GOMES DA SILVA, LUCIMAR GOMES DOS SANTOS, MARIA ALVES MUNIZ, MARIA APARECIDA MEDEIROS DA SILVA, MARIA APARECIDA SOUZA SANTOS, MARIA JOSÉ MEDEIROS DA SILVA, MARISTÂNE RAMOS DE SOUZA, MEIRISLANE SANTOS DUARTE, MIGUEL AUGUSTO FIGUEIREDO, MIGUEL GIL SOUTO, NELZI GOMES FERREIRA, NEUZA PEREIRA BARBOSA, NILVAN RODRIGUES DE OLIVEIRA, ORLANDO FERREIRA DO NASCIMENTO, ROSENI FERREIRA SANTOS, SANDRA PIRES DE SOUZA, SIMAURA MOREIRA DE SOUZA, VALMIR PEREIRA VITAL e requeridos incertos ou desconhecidos. Dizem-se os requerentes proprietários e possuidores do imóvel rural **Fazenda Vista Alegre**, em **Águas Formosas/MG**, com área de 13,75 ha (treze hectares e setenta e cinco ares), explorado com atividade de **reflorestamento**. Alegam que o imóvel teria sido invadido pelos requeridos em **01.10.2006**, pelo que pedem, desde a **concessão liminar**, a ordem de **reintegração** (f. 03-08). Juntam **documentos** (f. 09-25).

Declinada a competência (f. 27-28), vieram os autos da Comarca de **Águas Formosas/MG**.

Recomendada a **prova documental** do cumprimento da função social; concessão do benefício da **assistência judiciária gratuita** aos requerentes e ordem de **emenda** à inicial (f. 31-33), atendida (f. 34).

Citação (pessoal – f. 56 e ficta – f. 44 e 114) e **comparecimento espontâneo** ao processo (f. 198-206).

Audiência em **15.02.2007**, com **acordo** de limitação do número de integrantes e da área de ocupação a **02 ha** (dois hectares); concessão do benefício da **assistência judiciária gratuita** ao primeiro requerido; **suspensão** o feito para confirmar a natureza rural do imóvel (f. 62-63).

Expediente encaminhado pelo **Ministério Público** (f. 67-111).

Os requerentes juntam **documento** e reiteram o pedido de **concessão liminar** (f. 117-118).

O **Ministério Público** pugna pela designação de **audiência de conciliação** (f. 121-123).

Indeferida a concessão liminar (f. 124-125) e **declarada a revelia** dos requeridos (f. 126).

Contestação, por **negativa geral**, pelo **Curador Especial** nomeado aos revéis citados por edital (f. 133-134).

Impugnação (f. 136-137).

Em **audiência** de **13.03.2008**, tomado o **depoimento pessoal** das partes e inquiridas 03 (três) **testemunhas**; concessão do benefício da **assistência judiciária gratuita** aos demais requeridos (f. 198-206).

Contestação, por **negativa geral**, pelo **Curador Especial** nomeado aos revéis citados por edital (f. 155-156).

Memoriais, com **razões finais** (requerentes – f. 274-276; requeridos – f. 287-288 e **Curador Especial** – f. 278v). O **Ministério Público** é pela **improcedência** do pedido por **descumprida** a função social (f. 280-288).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidem-se os conflitos coletivos pela posse de imóvel rural, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

Não foram argüidas **preliminares** nem as há que deva apreciar de ofício.

3.1 – Do Mérito

3.1.1 – Da perda da posse

Nos termos do art. 334, II do C.P.C., **independe** de prova o fato do **esbulho**, posto **confessado** pela parte requerida. Com efeito, em **audiência** de 13.03.2008, o primeiro requerido **confirmou** a **invasão coletiva** do imóvel, admitindo que ele e seus companheiros, **orientados** por terceiros a tomar para si porção de terra correspondente a um lote, efetivamente **ocuparam** parte do imóvel (f. 202).

Demais disso, a **confissão** se coaduna com o **conjunto probatório**, notadamente o **boletim de ocorrência policial** (B.O.) lavrado em 01.10.2006, em que a autoridade **relata** a **ocupação** do imóvel por cerca de 30 (trinta) pessoas, e a **prova testemunhal**, **unânime** em confirmar o **esbulho** (f. 203-206).

Superada a questão da **perda da posse**, passo a apreciar os elementos atinentes ao direito de os ora requerentes virem a Juízo pleitear **proteção possessória**, qual seja, a análise do **cumprimento da função social** (sob seus **quatro aspectos constitucionais**).

3.1.2 - Do cumprimento da função social

3.1.2.1 – Do efetivo exercício de atividade econômica com aproveitamento racional e adequado do imóvel – dimensão econômica da função social

De início, destaca-se a **especificidade** do **caso concreto**, cujo objeto é a posse de imóvel com área de **13,75 ha** (treze hectares e setenta e cinco ares), classificado pelo INCRA como **minifúndio**. A **diminuta dimensão** do imóvel ocupado enseja **dúvida** sobre a pretensão de chamar a atenção da autoridade competente para eventual estado de **abandono** da propriedade e, ao cabo de procedimento expropriatório, destiná-la a assentamento de trabalhadores rurais sem-terra (típico conflito coletivo pela posse imobiliária rural). Ao que tudo indica, a **ocupação sinaliza antes atividade meramente especulativa, fomentada** pela **proximidade** do imóvel com o **Bairro São Miguel** (f. 302), este situado em **terras municipais** e, pelo que revelam as fotografias que acompanham a inicial (notadamente as de f. 16 e 19), **zona urbana em franca expansão**.

Todavia, o **motivo** ou a **motivação** da **invasão/ocupada/tomada** por si só **não exime** o possuidor de cumprir a **função social**, pois a Constituição Federal **não excepciona** nenhuma espécie de propriedade rural. Porém, considerada a **especificidade** do caso, a análise dos requisitos da função social demandará juízos de **ponderação e razoabilidade** igualmente especiais.

Até à **negativa** da concessão liminar (f. 124-125), além de fotografias da invasão (f. 16-25), o conjunto probatório resumia-se à certidão de registro imobiliário e ao certificado de cadastro do imóvel no INCRA (f. 12 e 118), documentos sem aptidão de demonstrar qualquer posse.

Sustenta o **Ministério Público** o descumprimento da função social, sob o **aspecto econômico**, porquanto não conste dos autos “*documentos (notas fiscais referentes à comercialização de insumos agrícolas, cartões de vacinação do IMA, contratos de arrendamento ou parceria etc.) que possam comprovar a produtividade da propriedade*”, entendendo inapta ao mister a prova testemunhal (f. 283).

É certo que nessa quadra do **século XXI**, já completados 20 (vinte anos) da vigência da Constituição Federal, passa a ser **marcadamente documental** a prova da posse imobiliária rural, especialmente em sede de **conflito coletivo**. Em lides desta natureza, os documentos (geralmente emitidos pela **Administração Pública** e, destarte, revestidos de **presunção** de **legitimidade** e **legalidade**) têm maior carga probante, em cotejo com a prova **testemunhal**. Assim, revelam-se **idôneos** a **comprovar posse produtiva**: (1) – **cartão** de **controle sanitário** e (2) – **ficha “visi record”** do **rebanho**, emitidos pelo Instituto Mineiro de Agropecuária; (3) – **certificado** de **cadastro** do imóvel no **INCRA**, que declara sua produtividade ou improdutividade; (4) – **notas fiscais de comercialização** da produção agrícola, pecuária ou extrativa;



(5) – guias de trânsito animal expedidas pelo IMA ou por veterinários habilitados pela autarquia; (6) – comprovante de pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR) e (7) – **certidão negativa** de débito do imóvel para com a **Receita Federal**, que elidem a presunção absoluta de abandono do imóvel (art. 1.276, §2º do Código Civil). Para comprovar a posse conservadora dos recursos naturais e do meio ambiente: (8) – **averação** da **reserva legal** à margem da matrícula imobiliária, cuja inexistência erige-se em infração administrativa ambiental (Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008; (9) – **declaração** para lançamento de ITR, em que conste a existência de áreas de **preservação permanente**; (10) – instrumento de outorga de **direito de uso** dos **recursos hídricos** ou (11) – **cadastro obrigatório**, acaso insignificante o uso, fornecidos pelo **Instituto Mineiro de Gestão de Águas (Lei nº 13.199/99)** ou pela **Agência Nacional de Águas (Lei nº 9.433/97)**, conforme seja estadual ou federal o curso d'água; (12) – cadastro de captação de águas estaduais subterrâneas (Lei nº 13.771/00); (13) – **certidão negativa** de infração ambiental, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; (14) – **autorização** para **exploração florestal**, concedida pelo Instituto Estadual de Florestas. Para prova da posse conforme às normas de regência das relações de trabalho: (14) – carteira de trabalho, fichas de registro de empregados, visadas pelo Ministério Público do Trabalho; (15) – guias de **recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço** e das **contribuições previdenciárias** ao Instituto Nacional de Seguro Social; (16) – declaração ao Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (**Portaria Interministerial MPS/MTS nº 227/2005**); (17) – certidão negativa de débito para com o **INSS**; (18) – certificado de regularidade do **FGTS**; (19) – inexistência de registro de infração por manutenção de trabalhadores em condições **análogas** à de **escravo (Portaria nº 540/2004 do Ministério do Trabalho e Emprego)** e um longo *et coetera*, pois o **rol é meramente exemplificativo**.

Nesse contexto, forçoso concluir o **caráter subsidiário** da **prova oral**, seja o depoimento das **testemunhas** ou das próprias partes, prestando-se tão-somente a **suprir eventual insuficiência** da **prova documental**, tudo, por óbvio, a ser apreciado no **caso concreto**, segundo um juízo de **razoabilidade** e **proporcionalidade** (nos moldes preconizados por ALEXY).

No caso dos autos, anote-se que a **inexistência** de **documentos** comprobatórios da função social é mesmo **confessada** pelo requerente. Indagado do **aproveitamento econômico**, declara que cultivou **abacaxi** no ano agrícola anterior ao de perda da posse (2005/2006), auferindo “**renda informal, por isso sem registro**”. No tocante à **regularidade das relações de trabalho**, declara que contava com trabalhadores eventuais, diaristas e voluntários, “*somente para apoio*”, o que evidencia a informalidade e eventualidade dos vínculos laborais, sem registro em carteira profissional. No que diz respeito à **dimensão ambiental**, assevera que pretendeu implantar projeto de **reflorestamento**, mas não tem cópia dos documentos que comprovariam o início do procedimento perante o **Instituto Estadual de Florestas** (f. 200-201).

Porém, deve-se manter em perspectiva que aqui se cuida da posse de imóvel de **muito pequena extensão**, exercida por quem se declara economicamente incapaz de suportar as custas do processo sem prejuízo do próprio sustento e de sua família (f. 15).

Assim, com a devida vênia ao **Ministério Público**, tenho que a **prova** colhida em **audiência** trouxe **ricos elementos de cognição**, idôneos a demonstrar bastante o exercício de posse com função social, a despeito da **inexistência** de **prova documental**, conforme se verá.

O conteúdo do **depoimento do requerente** é **coerente** com o conjunto da prova oral. Com efeito, em **depoimento pessoal**, declara o requerido **ALEXANDRE LOPES DOS SANTOS** que **JOÃO AUGUSTO** “*fazia plantio de abacaxi*” e que, “*de certa feita chegou a plantar algumas mudas de eucalipto, que não vingaram*”.

No mesmo sentido, a **prova testemunhal**:

“Do lado de cima João Augusto já plantou abacaxi. Na época da invasão ele ainda plantava abacaxi” (depoimento de Vanilva Gomes da Silva – f. 202);

“Antes da invasão João Augusto plantava abacaxi” (depoimento de Eliomar Batista de Almeida – f. 206).

É apreensível pelo **senso comum** que uma **monocultura** de **abacaxi**, ainda que pequena, não se destinará a consumo próprio, restando provado, pois, que os requerentes de fato exploravam o imóvel com atividade agrícola, nos **limites** de sua **capacidade econômica** e da **potencialidade agrícola** do **minifúndio**.





Demais disso, colhe-se da prova oral que o imóvel era cercado e ali o requerente construiu uma **casa**, plantou **eucaliptos**, manteve uma **horta** e uma plantação de **abóboras** e já teria criado **porcos**, atos que também traduzem **posse com atividade econômica**. Considerando que a imissão na posse data de 2002 (f. 12), as diversas atividades ali exercidas sinalizam que o imóvel **não foi relegado ao abandono**. Confira-se:

“a área era cercada e João Augusto sempre tomou conta dela, mas abandonou-a quando foi trabalhar com o sogro dele; (...) João Augusto, de certa feita, chegou a plantar algumas mudas de eucalipto, que não vingaram” (depoimento de Alexandre Lopes dos Santos – f. 202);

“Muitas pessoas do distrito tinham conhecimento de que o imóvel era de João Augusto. O imóvel era cercado. Na época da invasão João Augusto estava começando a construir no imóvel, tinha umas hortas e um chiqueiro. Na época da invasão o chiqueiro não estava funcionando (...); João Augusto já manteve no local uma balança de gado, de sua propriedade. (...) A área hoje ocupada corresponde ao que antes era uma horta, a qual, na época da ocupação estava produzindo abóboras e outras coisas. Que tem certeza que a área estava produzindo na época da ocupação. (...) João Augusto possuía uma casa mais para cima da ocupação, quando da época da invasão, um bocado da casa caiu” (testemunho de Leidiomar Gomes da Silva – f. 203-204);

“Na época da invasão João Augusto estava construindo uma casinha na área, mas a casa não está lá mais. Na época da invasão já tinha acabado a safra de uma horta que João Augusto mantinha no local. Não se recorda de nenhuma outra atividade de João Augusto na área” (testemunho de Vanilva Gomes da Silva – f. 205);

“João Augusto sempre foi reconhecido como dono da área. (...) Antes da invasão João Augusto plantava abacaxi e cultivava horta na área. (...) A área era cercada. (...) Desde que adquiriu o imóvel João vem zelando por ele. (...) Na época da ocupação cá em baixo não havia nada plantado, e lá em cima tinha as hortas e abacaxi” (testemunho de Eliomar Batista de Almeida – f. 206).

Vale destacar que a **lida com a terra**, sobretudo nos tempos que correm, desafia do empreendedor levantar **recursos técnicos e financeiros**, elaborar **projetos** e dar seqüência no seu cumprimento, não vogando se alegar que deva o produtor rural, necessariamente, manter **produção efetiva e constante**. Até mesmo em razão de **vicissitudes** que a vida contempla a todos, pode acontecer alguma **interrupção justificada** (v. g. indeferimento de empréstimos bancários, caso fortuito ou de força maior, etc.) no processo produtivo, **sem com isso incompatibilizar** o produtor com o cumprimento dos comandos constitucionais da **função social da propriedade**. No caso dos autos, o requerente **parece antes pouco vocacionado para a atividade rurícola**, tanto que se empregou como motorista do serviço de saúde do Distrito de Água Quente e admitiu a intenção de fazer um loteamento no imóvel (f. 200-201), mas a **prova** dos autos **infirmam um suposto estado de abandono**.

Por tudo, tenho por provado, em grau mínimo, o aproveitamento econômico do imóvel.

3.1.2.2 – Do cumprimento da dimensão social (relações de trabalho e bem-estar) da função social no imóvel

O **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88), repercute na função social da propriedade, razão por que, no cumprimento, não se observam as disposições de regência das **relações de trabalho** (art. 186, III da C.R.F.B./88).

Assim, sob a **lógica do razoável**, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de **direitos trabalhistas** em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social**, **existência digna** e **redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

No caso, assiste razão ao **Ministério Público** quando alega que a **ausência** de **trabalhadores** no imóvel prejudica a análise da posse sob o aspecto da regularidade das relações laborais. Porém, conclui que de tal circunstância **infere-se** o não-aproveitamento econômico do imóvel, lógica da qual dissinto, *data venia*. Na espécie, a ausência de empregados decorre da exploração em **regime de economia familiar**, com **trabalhadores eventuais** “somente para apoio”, nos termos do depoimento do requerente (f. 200).

Assim, considerando a **especificidade** do **caso concreto**, há **justificativa plausível** da inexistência de vínculos





laborais, motivo por que sequer vislumbro mácula na posse dos requerentes quanto à regularidade das disposições de regência daquelas relações, ao menos não em gravidade tal a embasar a negativa da tutela pleiteada.

Além, sem notícia nos autos de que os requerentes, no exercício da posse, provocassem conflitos e tensões sociais no imóvel.

Bastante demonstrado, pois, o atendimento da dimensão social da posse.

3.2.2.3 – Do cumprimento da dimensão ambiental da função social no imóvel

Sustenta o Ministério Público o descumprimento da dimensão ambiental da função social, porquanto **não averbada a área de reserva legal** e demonstrada a **concreta degradação** do meio ambiente (f. 283-284).

Com efeito, verifica-se **desatendida disposição** do Código Florestal (art. 16, §2º da Lei 4.771/65), não se encontrando **averbada** à margem da matrícula imobiliária (f. 12), a **área de reserva legal**, correspondente no mínimo a 20% da superfície total, que pudesse evidenciar, ao menos em um **sentido formal**, a preservação do meio ambiente.

Muito embora entendamos **cogente** a norma do Código de Defesa Florestal que trata da matéria, de se destacar a **controvérsia jurisprudencial** que paira sobre a questão da **obrigatoriedade da averbação**. A própria Corte Superior do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no julgamento do **Mandado de Segurança nº 1.000.00.279477-4/000**, assentou o entendimento de que o Código Florestal **não impõe** a averbação da reserva legal a todo e qualquer imóvel rural nem condiciona a prática de atos notariais e registrais à averbação, ali tratada como **mero ato administrativo autônomo**, sem caráter auto-executório.

Conquanto não se ignore a incipiente (e salutar) **mudança na orientação**, na esteira de **precedente** do Superior Tribunal de Justiça (RMS nº 18.301/MG, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, j. 24.08.2005), grassa ainda a **controvérsia** no T.J.M.G., de que são exemplos, **favoráveis** à **obrigatoriedade da averbação**, os recentes julgados nº 1.0287.07.032411-9/001(1), vencido o Rel. Des. ERNANI FIDELIS, j. 27.05.2008; 1.0049.06.010435-0/001(1), Rel. Des. BRANDÃO TEIXEIRA, j. 08.04.2008; 1.0324.03.011535-0/001(1), Rel. Des. VANESSA VERDOLIM HUDSON ANDRADE, j. 20.05.2008; 1.0283.07.006533-1/001(1), Rel. Des. EDILSON FERNANDES, j. 04.03.2008; 1.0694.06.033280-6/001(1), vencido o Rel. Des. JARBAS LADEIRA, j. 12.02.2008; 0596.07.039154-2/001(1), Rel. Des. ARMANDO FREIRE, j. 11.12.2007; 1.0702.04.170790-3/001(1), vencido parcialmente o Rel. Des. ISALINO LISBÔA, j. 22.11.2007; .0287.06.028687-2/001(1), vencido o Rel. Des. EDUARDO ANDRADE, j. 13.11.2007; 1.0694.07.035757-9/001(1), Rel. Des. AUDEBERT DELAGE, j. 01.11.2007; 1.0283.06.005812-2/001(1), Rel. Des. ALBERTO VILAS BOAS, j. 25.09.2007; 1.0287.07.029442-9/001, Rel. Des. CAETANO LEVI LOPES, j. 25.09.2007; 1.0283.06.005172-1/001(1), Rel. Des. MARIA ELZA, j. 20.09.2007; 1.0287.06.025359-1/001(1), Rel. Des. ARMANDO FREIRE, j. 18.09.2007; 0283.06.003962-7/001(1), Rel. Des. EDGARD PENNA AMORIM, j. 16.08.2007 e 1.0694.06.031274-1/001(1), Rel. Des. MAURÍCIO BARROS, j. 03.07.2007. E, **contrários**, os julgados nº 1.0287.07.031999-4/001(1), Rel. Des. MAURO SOARES DE FREITAS, j. 12.06.2008; 1.0694.07.038659-4/001(1), vencido o Rel. Des. WANDER MARROTA, j. 01.04.2008; 1.0287.07.030761-9/001(1), Rel. Des. ALMEIDA MELO, j. 13.03.2008; 1.0283.06.006018-5/001(1), Rel. Des. NEPOMUCENO SILVA, j. 13.03.2008; 1.0390.07.015388-2/001(1), Rel. Des. ALVIM SOARES, j. 26.02.2008; 1.0287.07.030362-6/001(1), Rel. Des. CÉLIO CÉSAR PADUANI, j. 14.02.2008; 1.0283.06.005944-3/001(1), Rel. Des. DÍDIMO INOCÊNCIO DE PAULA, j. 31.01.2008; 1.0083.04.000206-1/002(1), Rel. Des. MANUEL SARAMAGO, j. 08.11.2007; 1.0518.07.118568-1/001(1), Rel. Des. EDIVALDO GEORGE DOS SANTOS, j. 16.10.2007; 1.0694.06.031427-5/001(1), Rel. Des. NILSON REIS, j. 25.09.2007; 1.0694.07.035767-8/001(1), vencida a Rel. Des. HELOÍSA COMBAT, j. 21.08.2007; 1.0000.07.449726-4/000(1), Rel. Des. BELIZÁRIO DE LACERDA, j. 29.05.2007; 1.0283.05.002623-8/001(1), Rel. Des. SILAS VIEIRA, j. 26.04.2007 e 1.0694.06.031433-3/001(1), Rel. Des. ALBERGARIA COSTA, j. 29.03.2007. Tal a divergência, vê-se, que é possível lembrar aqui o eventual cabimento de **incidente de uniformização da jurisprudência** acerca da interpretação do art. 16 do Código Florestal.

A **indicação legislativa** para a solução definitiva parece estar em recente **Decreto nº 6.514**, de 22 de julho de 2008, impondo multa de **R\$500,00** (quinhentos reais) a **R\$100.000,00** (cem mil reais) para aquele que **deixar de averbar a reserva legal**.





Revela-se, pois, **desproporcional exigir** do jurisdicionado a observância de conduta cuja **imposição** nem ao menos é **pacífica** perante os tribunais, e a que já existe **sanção cominatória** para o caso de **inadimplemento**.

Por derradeiro, mas não em último, é de se privilegiar, em **análise teleológica da norma**, a **concreta preservação de área de reserva legal**, em detrimento da exigência de observância de **formalidade administrativa**. No caso, porém, as **fotografias** que arrimam a inicial (f. 16-25) deixam entrever um estado de **degradação ambiental** afirmado pelo próprio requerente:

“Como se trata de uma área degradada, pois adquiriu-a completamente degradada, o projeto de silvicultura exatamente visava a recomposição florestal do imóvel. Não chegou a providenciar a averbação de área de reserva legal, justo porque a área estava toda degradada” (f. 200).

A **averbação** da reserva incumbe a quem quer que se torne proprietário ou possuidor do imóvel rural, por se tratar de **obrigação de natureza real**. E não se escusam os requerentes de cumpri-la pelo só fato de haverem adquirido o imóvel já degradado, pois a lei visa tanto à **preservação** quanto à **recomposição** da **reserva**, sem condicionar sua instituição à **pré-existência** de cobertura florestal.

Consta do **laudo de vistoria do Instituto Estadual de Florestas** que o imóvel, de **topografia montanhosa**, é formado de áreas de **voçorocas** provocadas por **falta de vegetação nativa** nas encostas. Entretanto, é conclusivo no sentido de que o atual estágio de degradação do imóvel decorre de **desmates** ocorridos em **décadas anteriores** e **fortes chuvas** (f. 302).

Tendo em vista que tal estado resulta de reiterada **atividade humana predatória**, em tempos pretéritos, conjugada com **fortuito fenômeno** da **natureza**, não nos parece razoável negar a tutela à posse dos requerentes, que, ao tempo do ajuizamento da ação, só exerciam-na há quatro anos.

Demais disso, favorece a pretensão dos requerentes o **bom estado de conservação** do **curso d'água** que banha o imóvel, constatado pelo técnico do IEF. De se destacar, ainda, que o Perito chama a atenção para a construção, pelos **requeridos**, de **casas em encostas** com declive acentuado, em **prejuízo** das áreas de **preservação permanente**.

Nesse contexto, resta suficientemente demonstrado que, no exercício da posse, os requerentes atendem, em grau mínimo, a dimensão ambiental da função social.

3.2.2.4 – Do cumprimento da função social constitucional no imóvel – conclusão

Por tudo, então, havendo os requerentes demonstrado o exercício de posse conforme à Constituição Federal, quanto às dimensões econômica, social e ambiental, fazem jus à tutela possessória vindicada.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL** por **JOÃO AUGUSTO SOARES NETO** e **ELENICE AGUIAR SOARES** em face de **ALEXANDRE LOPES DOS SANTOS**, **ABEILDO FAGUNDES SANTOS**, **AÉCIO FERREIRA DO NASCIMENTO**, **CLEIDE ALMEIDA SOUZA**, **FLORIPES PEREIRA DE JESUS**, **GILVAN PINHEIRO DE SOUZA**, **GLÁUCIA KÊNIA LIMA GONÇALVES**, **IRACEMA SOUZA RAMOS**, **JOSÉ IVO FURTADO DUTRA**, **JÚNIA ALVES MUNIZ**, **LEIDIANE TRINDADE OLIVEIRA**, **LUCIENE GOMES DA SILVA**, **LUCIMAR GOMES DOS SANTOS**, **MARIA ALVES MUNIZ**, **MARIA APARECIDA MEDEIROS DA SILVA**, **MARIA APARECIDA SOUZA SANTOS**, **MARIA JOSÉ MEDEIROS DA SILVA**, **MARISTÂNE RAMOS DE SOUZA**, **MEIRISLANE SANTOS DUARTE**, **MIGUEL AUGUSTO FIGUEIREDO**, **MIGUEL GIL SOUTO**, **NELZI GOMES FERREIRA**, **NEUZA PEREIRA BARBOSA**, **NILVAN RODRIGUES DE OLIVEIRA**, **ORLANDO FERREIRA DO NASCIMENTO**, **ROSENI FERREIRA SANTOS**, **SANDRA PIRES DE SOUZA**, **SIMAURA MOREIRA DE SOUZA**, **VALMIR PEREIRA VITAL** e requeridos incertos ou desconhecidos, **PARA REINTEGRAR OS REQUERENTES NA POSSE DA FAZENDA VISTA ALEGRE**, em **Águas Formosas/MG**.

CONDENO os requeridos no pagamento das **custas processuais** e **honorários** de **R\$700,00** (setecentos reais) ao **Advogado** dos requeridos e ao **Curador Especial**, na proporção de **2/7** (dois sétimos) e **5/7** (cinco sétimos), respectivamente, tendo em conta, por um lado, o **comprido tempo do serviço**; a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e a atuação de cada profissional no feito, aquele sem contestar e



este, pelo exercício zeloso do múnus da Curadoria de Ausentes (art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.). Na forma do art. 12 da Lei nº 1.050/60, fica suspensa a exigibilidade de tais verbas, em razão da concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita aos requeridos.

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2008.

(Publicação Minas Gerais, 17.9.2008)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte
Proc. no 0024.05.864.595-3
Ação: Reintegração de posse
Origem: Buenópolis/MG
Reqtes: Florestas Mendes Júnior LTDA.
Reqdos: Afro Alves dos Santos e outros
Imóvel: Fazenda Várzea Alegre

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuida-se de **AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE** aforada por **FLORESTAS MENDES JÚNIOR LTDA.** em face de **AFRO ALVES DOS SANTOS, ALDAIR JOSÉ DE SOUZA, PAULO ROBERTO GONÇALVES, WANDERLEIA PEREIRA SOUZA, REINALDO SANTANA SOUZA, DIRCEU NOGUEIRA DE JESUS, JAIDES JESUS PRATES, ALMIR WANDER CÂNDIDO, LUCINDA SOUZA SILVA, JOSÉ FERREIRA DE SOUZA, WAGNER LOURENÇO DA SILVA, WELLISSON GERALDO DE TOLEDO** e requeridos incertos ou desconhecidos, assistidos por **JOÃO BATISTA GOMES, SOLANGE PEREIRA AMORIM, ADMILSON APARECIDO TEIXEIRA COELHO, OTÁVIO GONÇALVES SANTOS DOS REIS SOUZA PINTO, JOÃO FELÍCIO DA SILVA, ALVANIR PRATES TEIXEIRA, VALDIR DA CRUZ SILVA, PAULO DE JESUS FERREIRA, JOÃO ALELUIA DOS SANTOS, JOVINO PIO DOS SANTOS, JUSTINO PINTO PEREIRA, GRACIETE LOPES DUARTE, CLOTILDES VIEIRA RIBEIRO, SEBASTIÃO LEÔNICIO DOS REIS, AFONSO BISPO DOS SANTOS, DYONE MARCOS GOMIDE, JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS, JÚLIO DOS REIS e APARECIDA RIBEIRO COSTA.** Diz-se a requerente **proprietária e possuidora** do imóvel rural **Fazenda Várzea Alegre**, em **Buenópolis/MG**, composto de duas glebas, uma com área de **360,89 ha** e outra com **10 alqueires, 231 ares e 42 centiares (sic)**, onde desenvolveria **atividade pecuária** e de cuja posse teria sido esbulhada pelos requeridos em **30.09.2005**. Alega que, em **vistoria**, o **INCRA** considerou o imóvel **inadequado** para o **assentamento** de trabalhadores rurais. Pede, desde a **concessão liminar**, a ordem de **reintegração** (f. 02-06). Junta **documentos** (f. 07-30).

Citação (pessoal – f. 49 e 61 e ficta – f. 315 e 323-325) e **comparecimento espontâneo** ao processo (f. 66-69 e 233-235).

Audiência em **29.11.2005** (f. 66-69).

O **Ministério Público** encaminha processo administrativo de **vistoria** realizada pelo **INCRA** em **2003**, concluindo pela **inviabilidade** do imóvel para reforma agrária, não obstante **improdutivo** (f. 72-162v), visto pelas partes (f. 167-169).

Visita em **24.02.2006** (f. 202-209) e **audiência** em **05.04.2006** (f. 233-235), com solicitação à **EMATER** de elaboração de projeto alternativo de assentamento (f. 233-235).

Relatório de visita técnica e documentos do **INCRA**, concluindo pela **possibilidade** de **desapropriação parcial** do imóvel (f. 236-240), visto pelas partes (f. 265-266 e 269).

Ouvido o **Ministério Público**, pela **negativa** (f. 271-273), houve o **indeferimento** da concessão liminar da ordem (f. 274), a que a requerente opôs **embargos de declaração** (f. 279-284), **rejeitados** (f. 344-345).

Contestação, com argüição, em **preliminar**, de **nulidade da citação; carência de ação e ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento regular do processo**. No **mérito**, os requeridos alegam o **descumprimento da função social** e a **ocupação** praticada em **estado de necessidade** (f. 286-297).

O **Ministério Público** aponta necessidade de regularização da formação da relação jurídica (f. 308-311).

Relatório da **EMATER** e **anexos**, concluindo pela **inviabilidade** de aproveitamento do referido imóvel para fins de **assentamento** de famílias em **projeto de reforma agrária** (f. 328-339).

À recomendação de produção de prova do cumprimento da função social (f. 341-343), a requerente junta **documentos** (f. 352-1535).

Noticiando a prática de **ilícito ambiental** pelos requeridos, a requerente pede o julgamento de procedência do pedido (f. 1541-1545).

Ciente do laudo da EMATER, o INCRA ratifica a **inviabilidade** de **reforma agrária** no imóvel (f. 1547).

Laudo de **vistoria**, com **anexos** de assistente técnico dos requeridos (f.1552-1575), visto pela requerente (f. 1619-1622).

Decretação da revelia de **ALDAIR JOSÉ DE SOUZA, PAULO ROBERTO GONÇALVES, WANDERLÉIA PEREIRA SOUZA, REINALDO SANTANA SOUZA, JAIDES JESUS PRATES** e **ALMIR WANDER CÂNDIDO** (f. 1600-1601).

Requisição, à **Polícia Florestal**, de verificação da ocorrência de **ilícitos ambientais** no imóvel e respectiva autoria (f. 1600), no sentido da manifestação do **Ministério Público** (f. 1549-1550).

A requerente pede sejam os requeridos intimados a preservar o imóvel (f. 1604-1605). Junta **boletim de ocorrência policial (B.O.)** (f. 1606).

Expedientes encaminhados pela **Polícia Militar de Minas Gerais** reportam a autuação do requerido **DIRCEU NOGUEIRA DE JESUS** por **infração ambiental** relatada em **B.O.** (f. 1611-1613), com vista às partes (f. 1619-1622 e 1623).

Ante a manifestação do INCRA de insubsistência do “*laudo alternativo*” elaborado pelos requeridos (f. 1627), a requerente pede a **concessão antecipada da tutela** (f.1630-1632), **indeferida** (f. 1642-1643).

Contestação por **negativa geral**, pelo **Curador Especial** nomeado aos revéis citados por edital (f. 1634-1635), seguida de **impugnação**, com pedido de **julgamento antecipado** (f. 1640-1641).

Noticiada a reiteração do **corte de árvores** no imóvel (f. 1637-1638), ordenada aos requeridos a **suspensão** imediata da prática de **ilícito ambiental**, sob pena de **multa** individual diária e **guarda** da área. Determinou-se, ainda, o **arrolamento** dos ocupantes porventura encontrados no imóvel (f. 1643-1644). Ordem **cumprida** (f. 1670-1684).

Os **requeridos** especificam **prova oral** (f. 1652); a requerente pede o **julgamento antecipado** (f. 1654-1656 e 1686) e o **Curador Especial** não tem **provas a produzir** (f. 1691). O **Ministério Público** é pela instrução do feito (f. 1692).

Rejeição das preliminares agitadas pelos requeridos (f. 1706-1710).

Em **audiência** de 21.02.2008, foram inquiridas 03 (três) **testemunhas** e encerrada a instrução. **Concessão** do benefício da **assistência judiciária gratuita** aos requeridos. **Suspensão** do **processo** por **90** (noventa) **dias**, por **convenção** das partes, ante a possibilidade de aquisição do imóvel pelo INCRA (f. 1747-1753).

Em curso normal, **memoriais**, com **razões finais** (**requerente** – f. 1765-1772; **requeridos** – f. 1776-1785 e **Curador Especial** – f. 1786). O **Ministério Público** é pela **improcedência** do pedido por **descumprida** a função social (f. 1787-1794).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidem-se os conflitos coletivos pela posse de imóvel rural, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

3.1 – Da Preliminar

Em sede de alegações finais, os requeridos **ressuscitam preliminar** de **ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo**, ao argumento de “*falta de delimitação da área esbulhada*” (f. 1776-1785). **Sem razão**, embora, tendo em vista que, na mesma peça, os próprios requeridos **confessam** a **ocupação** de todo o imóvel (f. 1777). Demais disso, cuida-se de **questão já superada** por decisão não recorrida (1706-1710), a cujos fundamentos ora se remetem os requeridos, por inexistir qualquer alteração da situação de fato que justifique o reexame da matéria.

3.2 – Do Mérito

3.2.1 – Do direito de retenção

Pugnam os requeridos pelo **reconhecimento** do **direito de retenção** do imóvel pelo valor de **benfeitorias** que, a seu juízo, de **boa-fé** lhe teriam acrescido (1776-1785).



A questão que surge para nossa análise cinge-se à **oportunidade** de pedir a **retenção**, em sede de **interdito possessório**.

A **auto-executoriedade** das **sentenças possessórias**, cumpridas mediante simples expedição de mandado, torna **inaplicável** a oposição dos **embargos de retenção**, regidos pelo **art. 745, IV do C.P.C.**, com a redação dada pela **Lei nº 11.382/2006**.

Com efeito, dispõe o referido artigo que, nos embargos, **poderá** o executado **alegar**, entre outras matérias, **retenção por benfeitorias necessárias ou úteis**, nos casos de título para **entrega de coisa certa**, fazendo remissão ao **art. 621**, que, a seu turno, trata da execução da **obrigação de entrega de coisa certa**, constante de **título executivo extrajudicial**.

Forçoso concluir, pois, que **descabe** a **oposição** de **ação de embargos de retenção** à **decisão reintegratória**, concedida liminarmente ou como provimento final.

Todavia, tendo em vista que o ordenamento jurídico repudia o **enriquecimento sem causa**, por **construção jurisprudencial** admite-se que o **direito de retenção**, como **exceção** de mérito ou **exceção substancial**, seja deduzido por **simples petição** na fase de **contestação**, sob pena de **preclusão**.

A tal propósito, em diversas ocasiões **julgou** o **Superior Tribunal de Justiça**:

“Reintegração de posse. Embargos de retenção por benfeitorias. Tais embargos não cabem na ação possessória (em razão de sua natureza), se o direito de retenção não foi anteriormente reconhecido. Esse direito há de ser pleiteado na resposta ao pedido possessório, pena de preclusão. Precedente do STJ: Resp 14.138. Hipótese em que não houve nem ofensa ao art. 744 do Cod. de Pr. Civil nem dissídio jurisprudencial. Recurso especial não conhecido” (Resp nº 46218/GO, Rel. Min. NILSON NAVES, j. 25.10.1994).

“Recurso Especial. Ação de rescisão de termo de recebimento do imóvel cumulada com pedido de reintegração de posse. Embargos de retenção. Cerceamento do direito de defesa. Revelia. Prejudicialidade. 1. Em se tratando de ação também possessória, cuja executividade depende apenas da expedição do respectivo mandado de reintegração, o direito a indenização e retenção por benfeitorias deve ser discutido na fase de conhecimento, sob pena de preclusão, e não nos embargos de retenção” (...). (REsp nº 54780/DF, Rel. Min. CARLOS MENEZES DIREITO, j. 01.04.1997).

“Embargos de retenção por benfeitorias. Ação de resolução contratual cumulada com reintegração de posse. Questão não discutida no processo de conhecimento. Preclusão. Tratando-se de ação possessória, dada a sua natureza executiva, o direito à indenização e retenção por benfeitorias deve ser discutido previamente na fase de conhecimento. Providência não tomada pelo interessado. Recurso especial conhecido e provido” (REsp nº 549711/PR, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, j. 16.12.2003).

No caso dos autos, os requeridos invocam **suposto direito de retenção** só em sede de **alegações finais**, já encerrada a instrução, em **frontal violação** aos **princípios do contraditório** e da **ampla defesa**. Com o oferecimento da **contestação**, tornou-se **preclusa** a oportunidade de deduzir tal pedido, que **dele não conheço**.

3.2.2 – Do cumprimento da função social

3.2.2.1 – Do efetivo exercício de atividade econômica com aproveitamento racional e adequado do imóvel – dimensão econômica da função social

Reitere-se, como mesmo já ressaltado acima (cfr. “Considerações Gerais Preliminares”), *“o bem imóvel territorial rural ser bem de produção, vocacionado ao serviço social, mesmo embora em mãos privadas ou particulares. E se assim é, a função social dele exigida toma o caráter de trato sucessivo. Na categoria produtividade tem marco temporal de avaliação na coincidência do ano agrícola, a partir dos parâmetros legais (Lei nº 8629/93). Quanto aos demais quesitos, há de ser de diuturna observância.”* Para a solução do conflito de interesses deduzido **aqui e agora, desimportante, data venia**, a **qualidade da posse** exercida em **tempos remotos**.

Fique assentado, pois, que interessa para a nossa análise a **qualidade da posse** que se exerça em **período imediatamente anterior à perda da posse**. No caso, **ocupado** o imóvel em **setembro de 2005**, cumpre à requerente demonstrar que, no **interregno** entre **setembro de 2004** e **agosto de 2005**, exercia posse **conforme à Constituição**. Elege-se o **intervalo de doze meses anteriores ao esbulho** por **afinidade** com o **sistema normativo agrário**, pois **coincide** com o adotado pela **autarquia federal** nas **vistorias** que empreende na aferição do **cumprimento da fun-**





ção social (art. 4º, § 3º da Norma de Execução nº 35/INCRA, de 24.03.2004). Além, por se tratar de **prazo razoável**, dentro do qual o possuidor, em um ambiente de **paz social**, não encontra **impedientes externos** para **livremente cumprir**, no exercício da posse, o **dever jurídico/social** imposto à propriedade imobiliária rural.

Demais disso, tendo em conta o caráter de **trato sucessivo** da **obrigação** de destinar ao imóvel **fim social**, os **atos de qualificação da posse**, ainda que **supervenientes** à propositura da ação, consubstanciam **atos constitutivos do direito** da parte, a serem **considerados** no momento da decisão (art. 462 do C.P.C.).

Na **casuística** dos autos, é de se reconhecer, pois, a **imprestabilidade** do **laudo de vistoria** do INCRA como elemento de cognição da **qualidade da posse** no exercício imediatamente anterior à ocupação, tendo em vista que a conclusão de **improdutividade** (grau **zero** de utilização da terra e grau **zero** de eficiência na exploração) **refletiu** as **condições de uso** do imóvel no período de **junho de 2001 a maio de 2002** (f. 83-107). Pela mesma razão, **não aproveitam** à requerente as **declarações de produtor rural** referentes aos exercícios de **1999 a 2003** (f. 356-359) e as **declarações** para lançamento de **ITR** nos exercícios de **1999 e 2000** (f. 1492-1497 e 1500-1505).

Assim, a propósito da prova de **aproveitamento econômico racional e adequado** do imóvel, tem-se que já em **2001** os vistoristas do INCRA constataram a **ausência** de **rebanho bovino** pertencente à requerente (f. 102). Não obstante alegue a requerente explorar o imóvel com atividade pecuária (f. 03), **não há** nos autos **qualquer indício** ou **prova** de **aquisição** ou **transferência** de **gado** no período subsequente.

A seu turno, a **ficha de controle sanitário** do rebanho expedida pelo **Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA** registra o **efetivo pecuário** de apenas **14** (quatorze) **reses**, entre **março de 2005** e **junho de 2006**, e de **12** (doze), em **setembro de 2006** (f. 1533).

Também consta da declaração para lançamento do Imposto Territorial Rural, exercício de **2005**, que, não obstante aproveitável uma área com **1.137,70 ha** (mil, cento e trinta e sete hectares e setenta ares), o **efetivo pecuário médio anual** era de **68** (sessenta e oito) cabeças de gado, apascentadas em apenas **136 ha** (cento e trinta e seis hectares). Conclui-se que, no período, quase **1.000 ha** (mil hectares) **não eram utilizados** em qualquer atividade econômica (f. 1506-1512).

No **exercício subsequente** de **2006**, a requerente declarou à Receita Federal que a **área utilizada** com **pastagens** era de **1.135,70 ha** (mil, cento e trinta e cinco hectares e setenta ares), porém **sem** que ali se encontrasse apascentado **qualquer animal** (f. 1525-1530).

Vêm aos autos, ainda, declarações de produtor rural prestadas à Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais que registram a existência, em **2004**, de **14** (quatorze) cabeças de **gado bovino** e **30** (trinta) **equínos** e, em **2005**, de tão-somente de **14** (quatorze) **reses**. No período, a requerente **não desenvolveu qualquer outra atividade no imóvel**, seja agrícola, seja extrativa (f. 360 e 361).

Ora, é certo que, nesta seara, sobreleva a prova de que o imóvel **não** se encontra em estado de **abandono** e é **aproveitado** de modo **adequado**, segundo os princípios da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**. Sob pena de infligir às partes **ônus probatório desproporcional** e **inatingível**, em prejuízo da **justiça da decisão**, não nos compete aferir a consecução dos índices de utilização da terra (**GUT**) e eficiência na exploração (**GEE**), utilizados pelo **INCRA** no procedimento de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária (**Lei nº 8.629/93**), muito embora seja importante o cumprimento deles. O que se põe em destaque nesta chamada de atenção é a **circunstancialidade** da análise: se há **abandono** do imóvel ou descumprimento tal dos índices a caracterizar o **abandono**; ou, de outro lado, o descumprimento em **limites não relevantes** para evidenciar o **abandono** (**mera irregularidade**). O abandono do imóvel ou a **subutilização** em grau tal que não concretize a função social constitui-se em **exercício abusivo** do **direito de propriedade**, **desconforme à Constituição** e **repudiado**, como **ilícito**, pelo **ordenamento jurídico** (art. 187 do **Código Civil**).²²⁶

No caso, porém, considerando que o imóvel tem **área medida** de **2.370,3070 ha**, dos quais **1.137,70** seriam **aproveitáveis**, é **flagrantemente inadequada** a exploração de atividade pecuária com **rebanho** em número **tão insignificante**, em molde a caracterizar **verdadeiro estado de abandono**, como mesmo **constatou** o insigne **Juiz** então

226 – “Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.”



oficiente, em **visita** realizada ao imóvel em 24.02.2006. Naquela oportunidade, registrou suas **impressões iniciais** sobre o **estado do imóvel** nos seguintes termos:

*“Percorrendo a fazenda, verificou-se que, à exceção da casa dita sede e do curral, as demais edificações existentes aparentavam **situação de desuso e abandono**. Foram encontrados cochos, um galpão e um motor **desativados**, dando mostra de que há muitos anos **nada daquilo estava sendo utilizado**. Em visita à casa sede, foi constatado que aquela é utilizada pelo Sr. Juventino e sua família. Próximo à sede, além do curral, verificou-se ainda a existência de uma área onde estava apascentado o gado bovino e caprino de propriedade do caseiro d autora. O advogado da autora presente informou que **há 30 anos** no local existiam mais ou menos 1.000 (mil) reses.*

*Os presentes à comitiva **não constataram** as afirmações contidas na inicial às fls. 03 [exercício de intensa atividade pecuária; criação de gado leiteiro e de eqüinos]. O que se verificou foi o **completo abandono e desuso** das edificações e a convivência harmônica e pacífica dos acampados e do empregado da autora ali residente” (negrejei – f. 202).*

A **prova oral converge** no sentido do **exercício só pretérito** de **posse economicamente ativa** e do atual estado de abandono, declarando as **testemunhas** que só têm conhecimento, direto ou por ouvir dizer, da exploração que ali teria ocorrido há muitos anos:

“Conhece o imóvel há aproximadamente quinze anos, e já naquela época tinha conhecimento de que o imóvel era da Mendes Júnior. Acredita que outras pessoas na cidade saibam que o imóvel é da Mendes Júnior. Nos últimos tempos tem passado pelo imóvel, pois nele há uma estrada que leva a Engenheiro Dolabela. De quinze anos para cá, nunca observou nenhuma atividade no imóvel, embora tenha um rapaz que toma conta, e sempre o depoente o vê lá. (...). Já há quinze anos as casas referidas não estava ocupadas. (...) Esteve no imóvel há quinze anos para consertar cercas a mando da empresa (testemunho de EGÍDIO CALDEIRA DE AMORIM – f. 1749-1753);

“Conheceu a Fazenda Várzea Alegre ontem, solicitado pelo Sr. Dirceu. (...) O pai do depoente tem família próxima ao imóvel e sempre ouviu de seu pai que a fazenda da Mendes Júnior era uma maravilha, muito movimentada, isso já há mais de trinta anos. Ultimamente o depoente ouvia que ninguém mais mexia no local. (testemunho de CÉLIO SANTANA – f. 1751);

“Conheceu parte do imóvel há pouco mais de quinze anos. Na oportunidade, fora ao imóvel pescar. Depois disso só retornou ao local no dia de ontem. Há quinze anos atrás observou que a propriedade estava desativada (na parte em que o depoente visitou). (...) Visitou o imóvel ontem, a convite de Dirceu (...) Atualmente o imóvel encontra-se em pior estado do que há quinze anos. (...) Há quinze anos as benfeitorias não eram utilizadas e hoje são utilizadas pelos posseiros” (testemunho de DUNTALMO PIMENTA FILHO – f. 1751),

Muito embora **02** (duas) das **testemunhas** só tenham retornado ao imóvel na véspera da audiência, a convite de um dos requeridos, o que **mitiga a força probante** dos depoimentos, certo é que a **requerente** se **descurou** de produzir **contraprova eficiente**, declinando mesmo da oportunidade de arrolar testemunhas e até de fazer reperguntas àquelas ouvidas em audiência. Assim, o **conjunto probatório** permaneceu **coeso** no sentido do **estado de abandono do imóvel**.

Vale destacar que a **lida com a terra**, sobretudo nos tempos que correm, desafia do empreendedor levantar **recursos técnicos e financeiros**, elaborar **projetos** e dar seqüência no seu cumprimento, não vogando se alegar que deva o produtor rural, necessariamente, manter **produção efetiva e constante**. Até mesmo em razão de **vicissitudes** que a vida contempla a todos, pode acontecer alguma **interrupção justificada** (v. g. indeferimento de empréstimos bancários, caso fortuito ou de força maior, etc.) no **processo produtivo, sem com isso incompatibilizar** o produtor com o cumprimento dos comandos constitucionais da **função social da propriedade**.

No **caso concreto**, releva notar que a requerente, **empresa de grande** porte cujo capital social superava R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) no ano 2000 (f. 07-16), **não prova** (nem sequer alega) qualquer **causa excludente** do dever de, no exercício da posse, explorar o imóvel rural de modo adequado e racional.

Por tudo, não demonstrado o exercício de posse em cumprimento da **dimensão econômica da função social, no período imediatamente anterior e subseqüente** ao ajuizamento da presente ação.

(Embora a **Constituição Federal – art. 186 da CF/88** – proclame **rol exaustivo** de **observância estrita concomitante** daqueles requisitos, valendo o descumprimento de apenas um deles o bastante para **desqualificar** qualquer posse como **subconstitucional** e até mesmo **inconstitucional**, prosseguimos na análise – exaustiva – dos demais tópicos especificados no referido dispositivo constitucional).



3.2.2.2 – Do cumprimento da dimensão social (relações de trabalho e bem-estar) da função social no imóvel

No caso, as **provas documental e oral** demonstram a **regularidade** do **vínculo de trabalho** mantido com um **empregado**, Sr. JUVENTINO LOPES DE MOURA. De fato, já o laudo do INCRA faz referência à existência do **empregado com registro em carteira**, que residiria no imóvel com a esposa há mais de 17 (dezesete) anos (f. 104). As **testemunhas** foram **unâнимes** em confirmar que o empregado mora no local há muitos anos (f. 1751 e 1752-1753). Também o **Juiz então oficiante** registrou que, “em visita à casa sede, foi constatado que aquela é utilizada pelo Sr. Juventino e sua família. Próximo à sede, além do curral, verificou-se ainda a existência e uma área onde estava apascentado gado bovino e caprino de propriedade do caseiro da autora” (f. 202).

Registre-se que, para **comprovar** o cumprimento da dimensão-trabalho da função social, a requerente acostou aos autos uma **grande quantidade de documentos** que, na maioria, dizem respeito a vínculos empregatícios que manteria em **imóveis diversos**, a saber, Fazenda Alvorada e Fazenda Olhos d`Água, situadas em Uruçuia/MG e Pompéu/MG, respectivamente (f. 363-1490).

Da pletera de documentos, verifica-se que ANTÔNIO LOPES DA SILVA, ALDEMIRO LOPES DO NASCIMENTO, EUCLIDES DOS SANTOS, LIOPOLDINO RODRIGUES PINTO, MANOEL ATANAZIO DE JESUS e MATEUS DA ROCHA VELOSO empregavam-se na **Fazenda Alvorada**; e que OSVALDO MUNIZ DOS SANTOS, JOÃO ANTÔNIO LOURENÇO, JOSÉ MOACIR BADECA DA SILVA, GERALDO SOARES DE CAMPOS, LÁCI RIBEIRO DE OLIVEIRA, GERALDO JOSÉ DE AMACENA e JOSÉ RAMOS GONÇALVES DE BRITO, na **Fazenda Olhos d`Água**. Verifica-se, ainda, que MARIANO ALVES MURTA, na condição de Encarregado Geral, prestaria serviço em todas as fazendas e também na **Fazenda Nazaré**, e foi mesmo quem solicitou o registro da ocorrência de esbulho na Fazenda Várzea Alegre (f. 28-29).

Assim, quanto ao aspecto da regularidade das relações de trabalho, são **idôneos** a demonstrar a **qualidade** da posse exercida pelo requerente no período imediatamente anterior e subsequente ao alegado esbulho tão somente os seguintes documentos: (a) – a **ficha de empregado** de JUVENTINO LOPES DE MOURA (f. 376); (b) – as guias de recolhimento de **contribuição à Previdência Social**, nos exercícios de **2004 a 2006** (f. 1371, 1430 e 1485) e (c) – as **folhas de pagamento** mensal de salário a JUVENTINO LOPES DE MOURA, nos exercícios de **2004 a 2007** (2004: f. 1316, 1322, 1326, 1330, 1334, 1338, 1342, 1346, 1351-1352, 1357-1358, 1363-1364, 1369-1370; 2005: 1374, 1380, 1384, 1388, 1392, 1396, 1400, 1404, 1409-1410, 1415-1416, 1421-1422, 1428-1429; 2006: 1433, 1439, 1443, 1447, 1451, 1455, 1459, 1465, 1469-1470, 1474-1475, 1478-1479, 1483-1484 e 2007: 1486-1490).

Também vêm aos autos documentos tais, referentes ao vínculo trabalhista com o Encarregado Geral, MARIANO ALVES MURTA, no período de **2003 a 2006** (f. 369, 1315, 1320-1321, 1325, 1329, 1333, 1337, 1341, 1345, 1350, 1356, 1361-1362, 1367-1368, 1373, 1378-1379, 1383, 1387, 1391, 1395, 1399, 1403, 1408, 1414, 1419-1420, 1426-1427, 1432, 1437-1438, 1442, 1446, 1450, 1454, 1458 e 1463-1464).

Vê-se que, das mais de **1000** (mil) folhas juntadas (f. 363-1490), **menos de 100** (cem) **têm pertinência** com o objeto da lide. Os **documentos inábeis** a comprovar o cumprimento da função social no imóvel, quanto ao aspecto da observância das disposições de regência das relações de trabalho, integram 05 (cinco) volumes inteiros destes autos (volumes 3, 4, 5, 6 e 7), além de parte dos volumes 2 (dois) e 8 (oito). Vale apontar que a **conduta** da parte revela ou **negligência** e **desleixo** na instrução do feito ou **reprovável intenção** de ensejar **tumulto processual**, sob inspiração de **lastimável** e **reprovável ultrapassada corrente advocatícia** cujo lema seria “quanto mais papel, melhor”, fiada na premissa, falsa, de que o julgador deixa-se **impressionar** pelo **volume**, sem exame do **conteúdo**, dos documentos juntos aos autos. Pode revelar também **estratagema diversionista**, para desviar a atenção de que o **imóvel**, de **tamanho extensão**, estava sob o cuidado direto de **apenas 01** (um) **caseiro**, que ali residia com a família e mantinha pequeno rebanho próprio (f. 202), em **reforço** da **convicção** de **improdutividade** e **estado de abandono**.

Ora, o **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88), repercute na função social do imóvel, razão por que, no cumprimento, hão de se observar as disposições de regência das **relações de trabalho** (art. 186, III da C.R.F.B./88).

Assim, sob a **lógica do razoável**, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de **direitos trabalhistas** em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim



entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social**, **existência digna** e **redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

Por óbvio, o imóvel que não se utiliza como **fator de produção**, como no **caso concreto**, tampouco se habilitará à **geração de trabalho e emprego**, à **distribuição de renda** ou ao favorecimento da **saúde**, **educação** e **lazer** (bem-estar) de quantos circulem naquele **microcosmo social**.

Por tudo, conquanto demonstrada a regularidade das relações de trabalho mantidas com o caseiro e o encarregado-geral, não resta provado o exercício bastante de posse orientada à satisfação do elemento social.

3.2.2.3 – Do cumprimento da dimensão ambiental da função social no imóvel

Como já esclarecido (cfr. “Considerações Gerais Preliminares”), mas nunca excessivo repetir, o “**exercício da posse da propriedade rural**, em consonância com as **diretrizes constitucionais**, só atenderá à **função social** quando, ainda que usada economicamente em **aproveitamento racional e adequado**, harmonize a **exploração** e a **preservação** (incluída a **recuperação**) do meio ambiente, enfocando o paradigma da **exploração sustentável**, baseada em práticas que estimulam a **diversidade da fauna e da flora**, comprometidas com a **conservação dos recursos naturais**. E nesse **paradigma** é que cumpre a **justiça social** prevista no **art. 170, III da C.F./88**, atendendo, além, ao **art. 186 e seus incisos, da C.R.F.B./88**.”

De início, verifica-se **desatendida disposição** do Código Florestal (art. 16, §2º da Lei 4.771/65), não se encontrando **averbada**, à margem da matrícula imobiliária, abertas em 1987 (f. 18-22), a área de **reserva legal**, correspondente no mínimo a **20%** (vinte por cento) da superfície total, que pudesse evidenciar, ao menos em um **sentido formal**, a preservação do meio ambiente. Cuida-se de **obrigação legal** cujo **inadimplemento** tipifica **infração administrativa ambiental**, sancionada com **multa**, nos termos do recente **Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008**.

Conquanto conste, nas **declarações** de lançamento de ITR, exercícios de 2005 e 2006 (f. 1506-1512 e 1525-1530), a existência de **área de preservação permanente** com **840,00 ha** (oitocentos e quarenta hectares) e **área de reserva legal** com **1.326,00 ha** (mil, trezentos e vinte e seis hectares), a força probante do documento é **mitigada** pela **unilateralidade da elaboração**.

Demais disso, em análise **teleológica** da norma, é de se privilegiar a **existência concreta** da **reserva legal**, bem como das áreas de **preservação permanente**, e sua **efetiva conservação** ou **regeneração**, não comprometendo o cumprimento da dimensão ambiental da função social **mera irregularidade formal**. Não é, contudo, o caso dos autos, em que não se produziu **qualquer prova** nesse sentido. Por outro lado, é de ser reconhecer que tampouco há prova em sentido contrário.

Assim, tem-se por provado, portanto, ainda que em grau mínimo, o cumprimento da função social quanto ao aspecto da utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente. Porém, o **cumprimento da função social não se compraz** com o **adimplemento isolado** de um só de seus requisitos.

3.2.2.4 – Do cumprimento da função social constitucional no imóvel – conclusão

Por tudo, então, não havendo a requerente demonstrado o exercício de posse conforme à Constituição Federal, nas dimensões econômica e social, não faz jus à tutela possessória vindicada.

3.2.3 – Da perda da posse

Alfim, saliento que, **contrariamente** a quanto alega a requerente, a **perda da posse** deu-se não por ocasião da **ocupação**, mas quando em tempo **pretérito absteve-se** do **exercício de fato** do **poder/dever** de **ingerência socioeconômica** sobre o imóvel, relegando-o ao evidente **abandono**.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL** por FLORESTAS MENDES JÚNIOR LTDA. em face de AFRO ALVES DOS SANTOS, ALDAIR JOSÉ DE SOUZA, PAULO ROBERTO GONÇALVES, WANDERLEIA PEREIRA SOUZA, REINALDO SANTANA SOU-

ZA, DIRCEU NOGUEIRA DE JESUS, JAIDES JESUS PRATES, ALMIR WANDER CÂNDIDO, LUCINDA SOUZA SILVA, JOSÉ FERREIRA DE SOUZA, WAGNER LOURENÇO DA SILVA, WELLISSON GERALDO DE TOLEDO e requeridos incertos ou desconhecidos.

CONDENO a requerente no pagamento das **custas processuais** e **honorários** de **R\$1.500,00** (mil e quinhentos reais) à **Advogada** dos requeridos e dos assistentes, e ao **Curador Especial**, na proporção de **2/3** (dois terços) e **1/3** (um terço), respectivamente, tendo em conta, por um lado, o **comprido tempo do serviço**; a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e a **atuação** de cada profissional no feito, aquela atuante em todas as fases do processo e este, considerando o **exercício zeloso** do múnus da Curadoria de Ausentes e a **especificidade** de sua intervenção (art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.).

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2008.

(Publicação Minas Gerais, 8.10.2008)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte

Proc. no 0024.05.824.716-4

Ação: Reintegração de posse c/c reparação de danos e obrigação de fazer

Origem: Unai/MG

Reqtes: Agroservas do Brasil Ltda.

Reqdos: Luciano Monteiro Santos e outros

Imóvel: Fazenda Agroservas

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuida-se de AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE c/c REPARAÇÃO DE DANOS e OBRIGAÇÃO DE FAZER aforada por AGRORESERVAS DO BRASIL LTDA. em face de LUCIANO MONTEIRO SANTOS, CELITO CARLOS DA COSTA e requeridos incertos ou desconhecidos, ditos integrantes do MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. Diz-se possuidora do imóvel rural Fazenda Agroservas, em Unai/MG, com área de 29.659,55,17 ha (vinte e nove mil, seiscentos e cinqüenta e nove hectares, cinqüenta e cinco ares e dezessete centiares), explorado com atividade de agropecuária. Alega que o imóvel teria sido invadido pelos requeridos em 25.09.2005, pelo que pede, desde a concessão liminar, a ordem de reintegração, assim como a reparação dos danos materiais sofridos e o desfazimento de construções e plantações (f. 02-09). Junta documentos (f. 10-236).

Ordem de emenda à inicial para identificação do movimento social envolvido e de complementação da prova da produtividade (f. 239-240), atendida (f. 296-302), vindo aos autos documentos (f. 303-772).

Citação (pessoal – f. 790 e ficta – f. 248v e 892-894); comparecimento espontâneo ao processo do segundo requerido (f. 278-284).

A requerente noticia suposto acirramento do conflito e junta documentos (f. 252-255). Reitera o pedido de concessão liminar (f. 249-251), indeferido (f. 256).

Visita (f. 264-265) e audiência em 04.10.2005. O ITER informa a existência do levantamento da cadeia domínial do imóvel em questão, concluindo pela sua devolutividade (f. 278-284).

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais nega provimento (AI nº 1.0024.05.824711-4/001 – f. 905-911) ao Agravo de Instrumento interposto pelo Ministério Público (f. 812-822) da decisão concessiva liminar (f. 285-287), cumprida (f. 853).

Os requeridos nominados são revéis (f. 811).

A requerente alega ameaça de nova invasão do imóvel, pelo que pede inspeção judicial e a tomada das “medidas cabíveis” (f. 873-875). Junta documentos (f. 876-879).

A Advocacia Geral do Estado informa a inexistência de ação discriminatória (f. 896 e 896).

Visita em 16.12.2005 (f. 881-889).

Contestação, por negativa geral, pelo Curador Especial nomeado aos revéis citados por edital (f. 913-915).

Impugnação (f. 918-923), com documento (f. 924).

Especificação de provas, só pela requerente (f. 941-942, 950-951 e 948), que junta documentos adiante (f. 1027-1058)

Em audiência de 24.10.2007, colhido o depoimento pessoal do representante legal da requerente e inquirida 01 (uma) testemunha (f. 978-983).

Expedientes encaminhados pelo IBAMA (f. 1088-1102), Ministério do Trabalho e Emprego (f. 1104) e IGAM (f. 1105-1106), visto pelas partes (requerente – f. 1115-1118, com documentos – f. 1119-1120; e requeridos – f. 1133).

Memoriais, com razões finais (requerente – f. 1135-1147 e Curador Especial – f. 1149v; os requeridos não se manifestam – f. 1151). O Ministério Público é pela improcedência do pedido por descumprida a função social, quanto à dimensão ambiental (f. 1152-1160).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidem-se os conflitos coletivos pela posse de imóvel rural, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

Não foram **argüidas preliminares** nem as há que deva apreciar de ofício.

3.1 – Do Mérito

3.1.1 – Da perda da posse

Nos termos do **art. 334, II do C.P.C.**, **independe** de prova o fato do **esbulho**, posto **confessado** pela parte requerida. Com efeito, em **audiência de 04.10.2005**, os requeridos **confirmaram** a **invasão coletiva** do imóvel, admitindo que, **informados** sobre serem **devolutas** as terras, ocuparam-nas com o objetivo de que o Estado de Minas Gerais **deflagrasse** o **procedimento de discriminação** e posteriormente destinasse o imóvel à Reforma Agrária (f. 278-284).

Demais disso, a **confissão** se coaduna com o **conjunto probatório**, notadamente o **boletim de ocorrência policial (B.O.)** lavrado em **25.09.2005**, em que a autoridade **relata** a **ocupação coletiva** do imóvel (f. 22-24), e a **prova oral, unânime** em confirmar o **esbulho** (f. 979-983). As **fotografias** que arrimam a inicial **ilustram** com **eloqüência** a alegação de ocupação multitudinária do imóvel, onde se **ergueu bandeira** do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (f. 53-60). Em **04.10.2005**, o **Juiz** então oficiante também **constatou in loco** a presença de aproximadamente **300** (trezentas) **pessoas** no imóvel, instaladas em barracas de lona (f. 264-265).

Superada a questão da **perda da posse**, passo a apreciar os elementos atinentes ao direito de a ora requerente vir a Juízo pleitear **proteção possessória**, qual seja, a análise do **cumprimento da função social** (sob seus **quatro aspectos constitucionais**).

3.1.2 - Do cumprimento da função social

De início, fique assentado que interessa, para a nossa **análise**, a **qualidade** da **posse** que se exerça em **período imediatamente anterior à ocupação**. No caso, perpetrado o **esbulho** em **setembro de 2005**, cumpre à requerente demonstrar que, no **interregno** entre **setembro de 2004** e **agosto de 2005**, exercia **posse conforme à Constituição**. Elege-se o **intervalo** de **doze meses anteriores ao esbulho** por **afinidade** com o sistema normativo agrário, pois **coincide** com o adotado pela autarquia federal nas vistorias que empreende na aferição do cumprimento da função social (**art. 4º, § 3º da Norma de Execução nº 35/INCRA, de 24.03.2004**). Além, por se tratar de **prazo razoável**, dentro do qual o possuidor, em um ambiente de **paz social**, não encontra impedientes externos para **livremente cumprir**, no exercício da posse, o **dever jurídico/social** imposto à propriedade imobiliária rural.

Demais disso, tendo em conta o caráter de **trato sucessivo** da **obrigação** de destinar ao imóvel **fim social**, os **atos de qualificação da posse**, ainda que supervenientes à propositura da ação, consubstanciam **fatos constitutivos do direito** da parte, a serem considerados no momento da decisão (**art. 462 do C.P.C.**).

3.1.2.1 – Do efetivo exercício de atividade econômica com aproveitamento racional e adequado do imóvel – dimensão econômica da função social

No tocante à **exploração econômica racional** e adequada do imóvel, já labora **em prol** da pretensão da requerente a **classificação** do imóvel pelo INCRA como **propriedade produtiva**, no triênio **2003/2004/2005** (f. 924).

Além, há **robusta prova documental** da alegação de exercício de **atividade agropecuária** no imóvel. Com efeito, extrai-se do **cartão de controle sanitário** do Instituto Mineiro de Agropecuária que, no período de **28.09.2004** a **27.05.2005**, havia no imóvel um **efetivo pecuário médio** de **5.680** (cinco mil, seiscentas e oitenta) cabeças de **gado** (f. 167), distribuídas em uma **área de pastagens** com **4.350 ha** (quatro mil, trezentos e cinquenta hectares), conforme declaração para lançamento do Imposto Territorial Rural no exercício de 2005 (f. 307-313). A **média** de **1,3 unidades/animais por hectare** evidencia, além da **suficiência** da **produtividade** do imóvel, **uso racional** e **não predatório** da terra.

Também o exercício de **atividade agrícola** no imóvel está sobejamente provado. Os relatórios analíticos da produção demonstram que, nos períodos de 01.01.2004 a 31.12.2004 e de 01.01.2005 e 21.09.2005, a requerente **comercializou**, além de **gado bovino**, grande quantidade de **sorgo, feijão, laranja, soja, lenha e milho**, totalizando a receita de R\$10.768.325,95 (dez milhões, setecentos e sessenta e oito mil, trezentos e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos) e de R\$5.244.135,97 (cinco milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e sete centavos), respectivamente (f. 88-131 e 132-155).

Há nos autos **prova** de que, em 26.09.2005, a requerente mantinha em **estoque**, para venda, **13.606 t** (treze mil, seiscentas e seis toneladas) de **milho**, **1.620 t** (mil, seiscentas e vinte toneladas) de **trigo** e **780 t** (setecentas e oitenta toneladas) de **feijão**, além de **quase 7.000 t** (sete mil toneladas) de **grãos** depositados em armazéns de terceiros (f. 79).

Os **contratos de compra e venda** de **produtos agrícolas** celebrados com terceiros demonstram **posse economicamente ativa**, vez que têm por objeto a **comercialização**, em 2005, de **60 t** (sessenta toneladas) de **sorgo** (f. 222-224); **372 t** (trezentos e setenta e duas toneladas) de **feijão preto** (f. 225-227); **150 t** (cento e cinquenta toneladas) de **feijão carioca** (f. 228-230 e 231-233) e **60 t** (sessenta toneladas) de **feijão rudá** (f. 234-236). **Significativa a área** ocupada com **produtos vegetais** que, em 2005, era de **9.858,20 ha** (nove mil, oitocentos e cinquenta e oito hectares e vinte ares – f. 307-313).

O **extenso relatório** dos **bens** adquiridos e **serviços** prestados durante o exercício de 2005 demonstra que a requerente efetuou **vultosas despesas** (em torno de R\$40.000.000,00 – quarenta milhões de reais) com a **compra** de **gado bovino** e **eqüino** e de **máquinas, ferramentas, equipamentos e insumos agrícolas**, bem como com a **contratação** de serviços de **manutenção, conservação, reforma e construção** de **benfeitorias** no imóvel (f. 360-431).

No mesmo sentido do aproveitamento racional e adequado, **fecunda a prova** colhida em **audiência**:

“Trabalha na empresa há aproximadamente 02 (dois) anos na área administrativa e financeira. Desenvolve suas atividades exclusivamente na Fazenda Agroreservas, no escritório situado na Cidade de Unai, embora freqüente a fazenda duas a três vezes por semana. (...) Desenvolvem-se no interior do imóvel culturas de soja, feijão, milho e trigo, havendo ainda criação de gado nas áreas impróprias à cultura. (...) A pecuária no imóvel ocupa aproximadamente 3000 ha (três mil hectares), com seis a sete mil cabeças. (...) Para exploração agrícola são destinados de cinco a sete mil hectares (depoimento de RUBENS PAIM QUADROS – f. 979-980).

“Trabalha na empresa há aproximadamente 04 (quatro) anos, trabalhando como gerente de produção pecuária. Freqüente diariamente o imóvel. Desenvolvem-se no interior do imóvel produção de carvão vegetal, milho, soja, trigo, feijão e cria, cria e engorda de bovinos. Não há abate de animais no imóvel. (...) A exploração de carvão vegetal no imóvel é devidamente documentada e incide sobre eucalipto plantado. (...) Existem 6000 (seis mil) cabeças de gado no imóvel. Acredita que o percentual na região é de 0,25 cabeça por hectare. A exploração de carvão não é atividade principal do imóvel, é mesmo circunstancial, apenas para abrir espaço para cultivo de soja, milho e feijão. (...) O gado ocupa no imóvel, 4800 ha (quatro mil e oitocentos hectares) e a agricultura ocupa em torno de 8000 ha (oito mil hectares). (...) Antes de a Agroreservas adquirir o imóvel ali se plantava café, milho feijão, soja, ou seja, só não permanece a cultura de café. Logo, o imóvel foi adquirido com as mesmas características de exploração econômica” (testemunho de ALBERTINO PEREIRA CAIXETA – f. 981-983);

Muito embora a **testemunha** seja **empregado** da requerente, certo é que, **não contraditada**, prestou depoimento sob **compromisso legal**. Demais disso, suas **declarações** estão em **harmonia** com o **conjunto probatório**. A informação de que a requerente manteve o tipo de **exploração econômica** que era desenvolvida no imóvel quando o adquiriu é comprovada pelo **contrato** celebrado em 18.07.2003, em que as partes deliberaram, entre outras avenças, sobre os frutos pendentes das culturas de laranja, feijão, trigo e café e sobre as despesas com o gado bovino que se encontrasse em regime de confinamento até a data de transferência da posse (f. 33-48). **Já àquela época** o imóvel de que se originou a atual Fazenda Agroreservas, a saber, Fazenda São Miguel, com área de 44.975,00 ha (quarenta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco hectares), fora classificado como **propriedade produtiva** pelo INCRA, no **triênio** de 2000/2001/2002 (f. 168).

Por tudo, **exaustivamente provado** o exercício de posse com **aproveitamento econômico racional e adequado**.



3.1.2.2 – Do cumprimento da dimensão social (regularidade das relações de trabalho e bem-estar) da função social

3.1.2.2.1 – Da regularidade das relações de trabalho

O valor social do trabalho, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da ordem econômica (art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88), repercute na função social da propriedade, razão por que, no cumprimento, não se observam as disposições de regência das relações de trabalho (art. 186, III da C.R.F.B./88).

Assim, sob a lógica do razoável, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de direitos trabalhistas em sentido estrito (direitos do trabalho), mas também e principalmente o direito ao trabalho, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por corolário, de **ascensão social**, **existência digna** e **redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

No caso concreto, os recibos das declarações prestadas mensalmente ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego (Lei nº 4.923/65), comprovam a regularidade do vínculo de trabalho mantido com mais de 200 (duzentos) empregados, no período de janeiro a setembro de 2005 (f. 314-331).

Também há nos autos prova do regular cumprimento de obrigações sociais, mediante recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e contribuição à Previdência Social, em benefício de 358 (trezentos e cinquenta e oito) trabalhadores, no mês de setembro de 2005 (f. 332), cujos dados estão consolidados no Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – SEFIP (f. 333-359); e prova da observância das disposições de regência das relações de trabalho, substanciada nas fichas de registro dos 238 (duzentos e trinta e oito) empregados em atividade (f. 80-87), em que se evidencia o pagamento de férias e salário-família, variação salarial em periodicidade legal, recolhimento de contribuição sindical e inscrição no Programa de Integração Social - PIS (f. 456-772).

O depoimento de preposto da requerente, justamente encarregado da área administrativa, corrobora a já suficiente prova documental da regularidade dos vínculos de trabalho. Confira-se:

“À época da invasão a fazenda mantinha um quadro de aproximadamente 170 (cento e setenta) funcionários, entre fixos e temporários, sendo que todos são registrados e com carteira assinada. Todo o quadro de funcionários da empresa atende rigorosamente aos comandos das leis trabalhistas, até porque é o declarante quem cuida desta parte. Desde que chegou na empresa o declarante só tem conhecimento de duas ações trabalhistas (responsabilidade subsidiária em discussões trabalhistas e de terceiros), originadas ainda antes de sua chegada, mas com resultado favorável ao reclamado. (...) Os trabalhadores recebem salário calculado mensalmente e pago de duas vezes [dia 15 (quinze) e no último dia útil do mês], exceto quanto aos colhedores de laranja (sazonais). Na fazenda não há exploração terceirizada: o mais próximo disso é uma relação de troca de favores na destoca. Os colhedores de laranja são contratados regularmente, dentro das normas trabalhistas. Dos cento e poucos funcionários, existem 07 (sete) afastados pela Previdência Social (depoimento de RUBENS PAIM QUADROS – f. 979-980).

A seu turno, a testemunha ALBERTINO PEREIRA CAIXETA declara que, à época da ocupação, havia em torno de 200 (duzentos) empregados na fazenda, regularmente registrados em carteira profissional e remunerados com salário em valor igual ou superior ao da média da região, pago na quinzena e no último dia útil do mês (f. 981-983).

3.1.2.2.2 – Do bem-estar social

No que diz respeito ao aspecto do exercício de posse como fonte de bem-estar aos proprietários/possuidores e trabalhadores, traduzido em exploração que ofereça condições materiais capazes de ensejar existência digna, sem alegação, prova ou indício de que no imóvel se exerçam atividades perigosas, penosas ou insalubres, em risco à integridade física e psíquica dos circunstantes usuários do bem; tampouco de que a posse exercida pela requerente gere conflitos e tensões sociais no imóvel, mostrando-se, pois, favorecedora do bem-estar dos proprietários, empregados, vizinhos e de quantos circulem naquele microcosmo social.

Com efeito, extrai-se da prova oral (f. 979-983) que os empregados têm plano de saúde, seguro de vida e recebem cesta básica, declaração esta corroborada pelo relatório do histórico de aquisição de cestas básicas no período



de janeiro a setembro de 2005 (f. 442-445). A requerente promove **festas de confraternização** com os funcionários e familiares **duas vezes por ano**. Os empregados que se dedicam à atividade pecuária **residem no imóvel** com suas famílias. Há **transporte regular** para **crianças** em idade escolar, pois o ponto final da linha de ônibus é dentro do próprio imóvel. Há em torno de **06 (seis) empregados afastados** pelo INSS, mas não em razão de eventual contaminação pelo uso de agrotóxicos. A declaração da **testemunha ALBERTINO resume as boas condições de trabalho**: “entre os trabalhadores não há problemas de divergências” (f. 981-983).

A requerente também exerce **relevante papel no meio social**, conforme se verifica do relatório do histórico de **doações** efetuadas entre **agosto de 2003 e setembro de 2005** (f. 432-441), em que consta a doação, entre outros bens, de **cadeiras de roda, coroas de flores, troféus** para campeonatos esportivos, **camisetas** para idosos, **sacos de feijão** para o colégio e material para creche (f. 432-441).

Demonstrado, pois, cumprimento da **dimensão social** (trabalhista e de bem-estar social) no exercício da posse.

3.1.2.3 – Do cumprimento da dimensão ambiental da função social no imóvel

O exercício da posse da propriedade rural, em consonância com as **diretrizes constitucionais**, só atenderá à **função social** quando, ainda que usada **economicamente em aproveitamento racional e adequado**, harmonize a **exploração** e a **preservação** (incluída a **recuperação**) do **meio ambiente**, enfocando o paradigma da **exploração sustentável**, baseada em práticas que estimulam a **diversidade** da **fauna** e da **flora**, comprometidas com a **conservação dos recursos naturais**. E nesse **paradigma** é que cumpre a **justiça social** prevista no **art. 170, III da C.F./88**, atendendo, além, ao **art. 186** e seus **incisos**, da **C.R.F.B./88**.

No caso concreto, verifica-se **atendida disposição** do Código Florestal (**art. 16, §2º da Lei 4.771/65**), encontrando-se **averbada** à margem da matrícula imobiliária (f. 25-27) a área de **reserva legal** com **8.995,00 ha** (oito mil, novecentos e noventa e cinco hectares), correspondente a mais de **30%** (trinta por cento) da superfície total, **superior ao percentual mínimo legal** de 20%, evidenciando, ao menos em um **sentido formal**, a preservação do meio ambiente.

Também consta da declaração para lançamento de ITR relativa ao exercício de **2005** (f. 307-313) a existência de área de **reserva legal** com **8.995,00 ha** (oito mil, novecentos e noventa e cinco hectares) e de área de **preservação permanente** com **4.818,40 ha** (quatro mil, oitocentos e dezoito hectares e quarenta ares).

Demais disso, é de se privilegiar, em **análise teleológica da norma**, a **concreta preservação das áreas de proteção ambiental**, em detrimento da exigência de observância de **formalidade administrativa**. No caso dos autos, a **testemunha ALBERTINO PEREIRA CAIXETA confirma a efetiva existência da reserva legal** e declara que há um funcionário especialmente encarregado de cuidar das **matas ciliares** que circundam os diversos cursos d'água que banham o imóvel, que são **áreas de preservação permanente** (f. 981-983).

Sustenta o **Ministério Público o descumprimento da dimensão ambiental** da função social, por **degradação** do meio ambiente no exercício da **atividade econômica**, com esteio em autuação ambiental por **retirada não autorizada de cascalho** e na **ausência de concessão de uso de águas públicas** (f. 1152-1160).

De fato, o expediente encaminhado pelo **IBAMA** dá conta da lavratura de **auto de infração e termo de embargo/interdição** em face da requerente, por extração não autorizada de cascalho (f. 1088-1102).

Verifica-se que, em **06.12.2005**, a requerente foi **autuada** por “*funcionar atividade potencialmente poluidora (extração de cascalho) em área de 02:00:00 ha sem a autorização do órgão ambiental competente (DNPM)*”, ensejando o **embargo da atividade** até que regularizada (f. 1091) e a cominação de **multa** de **R\$1.000,00** (mil reais), quitada em **26.12.2005** (f. 1095). Não obstante o **arquivamento** do procedimento pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (f. 1102), **subsiste o embargo** até **provocação** da parte interessada e/ou requisição judicial (f. 1100).

A atividade de **extração de cascalho** é **potencialmente poluidora**, conforme define a **Deliberação Normativa nº 74/04** do Conselho Estadual de Política Ambiental – **COPAM**. Em se tratando de empreendimento de pequeno porte, a legislação especifica a considera de **impacto ambiental não significativo**, ficando **dispensada do processo de licenciamento ambiental**, mas sujeita à autorização de funcionamento (**art. 2º da DN nº 74/04** – f. 1090). Seu exercício sem autorização do órgão competente tipifica **crime ambiental** (**art. 60 da**



Lei nº 9.605/98) de menor potencial ofensivo, tendo em vista a pena máxima cominada de detenção de seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente, aplicando-se as disposições da Lei nº 9.099/95 (art. 27 da Lei nº 9.605/98).

Quanto ao crime ambiental, é de se notar que provavelmente estará extinta a pretensão punitiva, considerando a pena máxima cominada e a data em que praticado (ou cessada a permanência).

A seu turno, o embargo da atividade é sanção que se comina à infração administrativa, assim considerada a ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente (art. 70 c/c art. 72, VII da Lei nº 9.605/98).

Nos termos do art. 21 do Decreto nº 6.514/2008, prescreverá em cinco anos “a ação da administração objetivando apurar a prática de infrações contra o meio ambiente, contada da data da prática do ato, ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que esta tiver cessado”, a partir da lavratura do auto de infração. Todavia, se o fato objeto da infração também constituir crime, como no caso dos autos, a prescrição rege-se pelo prazo previsto na lei penal. Assim, de mesma sorte, também é provável que esteja prescrita a pretensão punitiva da infração administrativa. Demais disso, não há nos autos qualquer notícia de que o órgão ambiental competente, a saber, o Departamento Nacional de Pesquisas Minerais, tenha tomado qualquer providência no sentido de sancionar o ilícito, nem de que a tanto tenha sido provocado o Poder Judiciário.

Assim, sopesando, de um lado, a prova robusta do cumprimento da função social da posse, em todos os seus demais aspectos, e, de outro, a menor potencialidade ofensiva do crime e a extensão não significativa do impacto ambiental causado pela atividade, não se nos revela razoável nem proporcional negar à requerente a tutela possessória, à guisa de verdadeira pena por ilícito cuja pretensão punitiva estará fulminada pela omissão das próprias autoridades competentes.

Destarte, com a devida vênua ao Ministério Público, tenho que o indigitado ilícito ambiental penal e administrativo não substancia fundamento idôneo à negativa da tutela possessória.

À inexistência de concessão de uso de águas públicas, certificada pelo Instituto Mineiro de Gestão de Águas – IGAM em 27.11.2007 (f. 1105-1106), contrapõe a requerente ato administrativo da mesma autarquia em que se lhe concede autorização de direito de uso de águas da Bacia do Córrego Bebedouro (Portaria nº 0028/2008 – f. 1120). Sustenta ainda a requerente, com muita propriedade, a tramitação perante o COPAM de 11 (onze) processos administrativos em que pleiteia, desde 2001, outorga para a atividade de captação em barramento em curso d’água, ainda pendentes, em 2008, de análise técnica (f. 1121-1131).

A superveniente outorga do direito de uso dos recursos hídricos pelo IGAM consubstancia fato constitutivo do direito da requerente, a ser considerado no momento da decisão. Demais disso, forçoso concluir que não se pode imputar só à requerente eventual irregularidade no uso de águas públicas, considerando que há mais de 06 (seis) anos (!) aguarda a manifestação do órgão técnico competente. Assim, renovada vênua ao Ministério Público, também não se é de acolher tal fato como fundamento de decisão negativa da tutela possessória.

Nesse contexto, restam bastante demonstradas a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente, no exercício da posse

3.1.2.4 – Do cumprimento da função social constitucional no imóvel – conclusão

Por tudo, então, havendo a requerente demonstrado o exercício de posse conforme à Constituição Federal, quanto às dimensões econômica, social e ambiental, faz jus à tutela possessória vindicada.

3.1.3 – Da Reparação de Danos Materiais

Pede a requerente a reparação dos danos materiais sofridos em decorrência da ocupação do imóvel (f. 09 e 950-951).

A prova oral demonstra que: (1) – as atividades de exploração econômica ficaram paralisadas durante os 19 (dezenove) dias da ocupação (de 25.09.05 a 13.10.05), do que decorre evidente prejuízo material, substanciado na privação do lucro que deixou de auferir naquele período; (2) – a requerente efetuou despesas com o transporte dos



requeridos, por ocasião da desocupação forçada; e (3) – não foram abatidos animais de propriedade da requerente. A tal propósito, confira-se excerto do depoimento da **testemunha ALBERTINO PEREIRA CAIXETA**:

“Eles [os requeridos] permaneceram no imóvel por 19 (dezenove) dias. A desocupação se deu em razão de ordem judicial, mas aconteceu sem violência, tendo a empresa fornecido transporte. No período da ocupação os aproximadamente 200 (duzentos) funcionários da fazenda ficaram parados, quando ficaram de prontidão. Algumas pulverizações e tratos culturais não puderam ser feitos nesse período. Não houve desenvolvimento de qualquer atividade no interior do imóvel, apesar de os integrantes do Movimento estarem concentrados junto à sede, porque todos os funcionários ficaram de prontidão, próximos a esse acampamento para observar se haveria saída dos invasores do local inicial. O ponto de ocupação pelos requeridos era, na verdade, o menos vulnerável da fazenda, já que se destinava apenas à residência do diretor e uma casa de hóspedes. Próximo, no entanto, havia uma criação de gado, mas o gado foi remanejado.(...) O Depoente viu vários invasores amarrando gado do vizinho, mas não sabe dizer se chegaram a abater o gado. De propriedade da requerente nenhum animal foi abatido. Porém, foram abatidos vários porcos e galinhas de um funcionário da empresa. Durante o período as duas casas não foram bem conservadas. Tem conhecimento de que o Diretor reclamou do sumiço de alguns objetos no interior das casas, mas o Depoente, por si mesmo, não pode afirmar isso” (negrejei – f. 981).

Pleiteia a requerente (f. 1026) a reparação de **danos emergentes** que entende provados por **documentos** (f. 1027-1058).

Registre-se que a **defesa** ofertada pelo **CURADOR ESPECIAL obsta** reputem-se verdadeiros os fatos não impugnados (**art. 302, parágrafo único do C.P.C.**), incumbindo à requerente demonstrar a **extensão** do prejuízo, **medida** mesma da **indenização** (**art. 944 do Código Civil**).

De início, **expurgam-se do conjunto probatório os documentos repetidos**, a saber: f. 1052-1053, 1054, 1055, 1056, 1057 e 1058 (cópia dos de f. 1050, 1049, 1048, 1047, 1046 e 1051, respectivamente).

Da **análise** dos documentos remanescentes, verifica-se que **não se caracterizam** como **prejuízos efetivos** e, sim, como **despesas** do processo aquelas efetuadas com as publicações de edital de citação (f. 1035 e 1036) e pagamento de custas processuais (f. 1041-1043), nos termos do **art. 20, caput e § 2º do C.P.C.**

Além, **excluem-se** do montante indenizável as despesas com hospedagem realizadas em **período posterior à desocupação** (R\$3.454,22 e R\$4.324,36 – f. 1034) e aquelas efetuadas em Brasília/DF (R\$6,20 – f. 1048; R\$12,90 e R\$37,62 – f. 1049; e R\$5,50 – f. 1050), Formosa/GO (R\$925,50 – f. 1037) e Cristalina/GO (R\$4,00 – f. 1049), vez que **não se demonstra** tenham ocorrido por **efeito direito e imediato** do ato praticado pelos requeridos, inexistindo nexo de causalidade entre o ato ilícito e alegado dano.

Pela mesma razão de **ausência de nexo de causalidade, excluem-se despesas sem pertinência** apreensível com o ato ilícito: a saber, 01 (um) chapéu para o Sr. JAY LAMOREAUX (R\$40,00 – f. 1050); 08 (oito) pilhas (R\$38,40 – f. 1048); escova e pasta de dente (R\$31,08 – f. 1051) e cartões para celular (R\$450,00 e R\$225,00 – f. 1031).

Por **não demonstrada a ocorrência do prejuízo**, ficam **excluídas** aquelas **despesas** realizadas em Unai, só relacionadas em planilha (f. 1045), porém **desacompanhadas da prova** do efetivo desembolso, quais sejam: R\$14,00 em 26.09.05; R\$30,55 em 30.09.05; R\$50,00 em 03.10.05; R\$30,38, R\$1,50 e R\$7,95, em 05.10.05 e R\$15,07 em 07.10.05.

Tampouco é de se acolher o pedido de **reparação** do **prejuízo** advindo da **subtração de bens** de funcionários e administradores da requerente, relatado no **B.O. nº 2175/05** (f. 1028-1030) e no **recibo** de ressarcimento ao Sr. GENIVAL PEDRO DE MACEDO (f. 1040), vez que ausente a **prova** da **autoria** do ato **ilícito**. Nos termos do **art. 475-A do C.P.C.**, presta-se a **liquidação** tão-somente a **definir o valor devido** (*quantum debeatur*), mas não a existência da dívida (*an debeatur*) nem quem a deve (*quis debeat*).

Assim, **presentes os respectivos pressupostos**, a saber, o **advento de dano por ato culposo ou doloso dos requeridos**, impõe-se o **dever de indenizar** as despesas com hospedagem em Unai (R\$5.359,40 – f. 1032 e R\$4.060,16 – f. 1033); transporte dos requeridos na desocupação forçada (R\$11.660,00 – f. 1038) e despesas com alimentação em Unai (R\$20,70 – f. 1046; R\$67,30 – f. 1047; R\$27,19 – f. 1050 e R\$49,57 – f. 1051), além dos **lucros cessantes** decorrentes da paralisação das atividades da requerente no período de 25.09.2005 a 13.10.2005, estes a serem apurados estes em fase de **liquidação de sentença, por arbitramento**.

3.1.4 – Da Propriedade

O Ministério Público, em sede de manifestação final, tece considerações a propósito de **suposta irregularidade** na aquisição da **propriedade imobiliária rural**, tendo em vista as **restrições** impostas pela **Lei nº 5.709/71** à **pessoa jurídica brasileira** da qual participem pessoas jurídicas estrangeiras, que tenham a maioria do seu capital social e residam ou tenham sede no exterior, como no caso dos autos. Também chama a atenção para questão aventada no curso do processo acerca de **eventual condição de devolutas** das terras que compõem a Fazenda Agroservas.

Embora **relevantes** as questões bem lembradas pelo **Ministério Público**, é de se notar que **extrapolam** os **estritos espartilhos** em que se processa a ação de **reintegração**, cujo **objeto** é tão-somente a **conformidade à Constituição Federal** da **posse** que se pretende **recuperar**, nada obstando que, em via própria, sejam **deduzidas eventuais pretensões** nascidas da **violação do direito de propriedade**, por quem de direito.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, havendo a requerente decaído de parte mínima, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL por AGRORESERVAS DO BRASIL LTDA. em face de LUCIANO MONTEIRO SANTOS, CELITO CARLOS DA COSTA e requeridos incertos ou desconhecidos, PARA REINTEGRAR A REQUERENTE NA POSSE da Fazenda Agroservas, em Unaí/MG, TORNANDO DEFINITIVA A ORDEM LIMINAR, e CONDENAR OS REQUERIDOS A REPARAR OS DANOS EMERGENTES, no montante de R\$21.244,32 (vinte e um mil, duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos), **corrigido monetariamente** pelos índices da Corregedoria-Geral de Justiça e acrescido de **juros de mora** de 1% (um por cento) ao **mês**, a partir dos respectivos desembolsos, e os LUCROS CESSANTES, em montante a ser apurado em **liquidação de sentença**, por **arbitramento**.

CONDENO os requeridos no pagamento das **custas e despesas processuais**, além de **honorários** de R\$2.000,00 (dois mil reais) ao **Advogado** da requerente, tendo em conta, por um lado, o **comprido tempo do serviço**; a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e a **qualidade** do trabalho do profissional, atuante em todas as fases do processo, inclusive em instância superior, e especialmente diligente na instrução do feito (art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.).

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2008.

(Publicação Minas Gerais, 8.9.2008)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

3.2 – INTERDITO PROIBITÓRIO

Comarca de Belo Horizonte

Proc. no 0024.06.047.889-8

Ação: Interdito Proibitório

Origem: Lagoa Grande/MG

Reqtes: Magna Maria e outras

Requdos: Maria Rosária Santos e outros

Imóvel: Fazenda Pontal (São Lucas/Santa Cecília/Pontal/Santa Terezinha)

I - RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Trata-se de AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO aforada por MAGNA MARIA, FABIANA DE DEUS VIEIRA, TATIANA DE DEUS VIEIRA, MÍRIAN MÁGDA DE DEUS VIEIRA e MARIA ZILCA DE DEUS VIEIRA em face de MARIA ROSÁRIA SANTOS, SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE LAGOA GRANDE, MAX WELLES RODRIGUES CAETANO, GERALDO WAGNER DE MATOS, ANTÔNIO ROBERTO SILVA, CLAUDIOMAR PINTO FONSECA e GERSON JOSÉ DA SILVA, de alcunha Grilo. Dizem-se possuidoras e proprietárias da Fazenda Pontal, em Lagoa Grande/MG, composta por quatro glebas denominadas Fazendas São Lucas, Santa Cecília, Pontal e Santa Terezinha. Alegam desenvolver no imóvel atividade pecuária e agrícola, possuindo vasto plantel de reses. Cientes da presença dos requeridos à beira da rodovia que dá acesso à propriedade, receiam sofrer iminente moléstia à posse que ali exercem. Por tudo, pedem, desde a concessão liminar, a ordem interdital, para impedir os requeridos da prática de atos de esbulho ou turbação (f. 02-07). Juntam documentos (f. 08-15, 25-36, 44-171). Emenda à inicial (f. 40-42 e 198-199).

Visita em 10.05.2006 (f. 172), e com parecer favorável do M.P. (f. 176-178), houve a concessão liminar da ordem (f. 179-180), cumprida (f. 208-221).

Citação (f. 208-222). Decreto de revelia (f. 248).

Pelo despacho de f. 227-233, as requerentes juntam documentos (f. 264-538).

Do encerramento da instrução (f. 540) houve agravo de instrumento (f. 563-570), a que o T.J.M.G. negou seguimento (AI nº 1.0024.06.047889-8/001 – f. 575-576).

Requerentes juntam documentos (f. 548-559 e 580-592). Os requeridos pedem o desentranhamento; a concessão da justiça gratuita e a improcedência do pedido (f. 595-596).

O M.P. é pela procedência do pedido (f. 541-544 e f. 597).

É o relatório

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as premissas a cuja luz decidir-se-á a lide, passamos aos termos do caso na especialidade.

I – No tocante ao aproveitamento racional e adequado da propriedade, labora em prol da pretensão das requerentes o relatório de controle ambiental de f. 430-499. Não obstante a unilateralidade da produção da prova, registre-se que o documento não foi impugnado pela parte contrária, e, elaborado sob responsabilidade técnica de três engenheiros, reveste-se de considerável força probante.

Do relatório consta o plantio de soja, feijão e milho (safra 2005/2006) em área de 976,74,28 ha do imóvel, e, ainda, a criação de gado bovino leiteiro, com produção média diária de 430 litros de leite (f. 445 e 451).



Além, instruem o feito **notas fiscais de comercialização de leite** (f. 90-101), de **gado bovino** (f. 105-109), e de **carvão vegetal** (f. 288-289 e 305-306), contratos de **arrendamento** para plantio de **grãos** (f. 353-364), **notas fiscais de comercialização de soja** (f. 591-592), **cartão de controle sanitário** do IMA, com o **efetivo pecuário de 514** (quinhentas e quatorze) cabeças de **gado** em 30.11.05 (f. 49), **notas fiscais** de aquisição de **insumos agrícolas** (f. 398-406), tudo em molde a provar bastante o **exercício de atividade econômica** no imóvel, tanto no período imediatamente anterior ao ajuizamento da ação, quanto concomitantemente a seu processamento.

Comprovado, pois, o cumprimento da função social, sob o aspecto econômico.

2 – Encontra-se **atendida disposição do Código Florestal**, estando **averbada**, à margem das respectivas matrículas imobiliárias, a área de **reserva legal** (f. 08-11), não inferior a 20% da superfície do imóvel, evidenciando, ao menos em um **sentido formal**, a preservação do meio ambiente.

A par da regularidade cartorária, vêm aos autos **autorizações** para **exploração florestal** (f. 307-311) e para **queima controlada** (f. 319-320), expedidas pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), bem como guias de recolhimento de taxa florestal (f. 313-318), dando conta do **uso não-predatório dos recursos naturais**.

Registre-se, de passagem, o **salutar efeito colateral**, por assim dizer, advindo da análise do conflito coletivo possessório à luz da função social. Não raro – e cada vez com maior frequência – os peticionários, no curso do processo, cuidam de **qualificar a posse exercida**, de modo a adequá-la aos **requisitos constitucionais** e, assim, torná-la merecedora da tutela jurisdicional.

É o que se verifica no caso concreto. A inicial arrimou-se tão-somente nos títulos de propriedade (f. 08-11). Cientes da ótica sob a qual se haveria de analisar o conflito, na mesma linha das razões expendidas pela douta Promotoria de Justiça de Conflitos Agrários no início da lide (f. 23-24), as **requerentes cuidaram de se desincumbir do ônus de provar o cumprimento da função social**, carreando aos autos **farta documentação** (f. 44-170).

266

Em março de 2006, as requerentes fizeram elaborar **Relatório de Controle Ambiental**, no escopo de lograr o “*licenciamento ambiental do empreendimento*” que desenvolvem e “*compatibilizar o seu sistema de produção com o desenvolvimento sustentável*” (f. 430-499). O relatório ensejou a elaboração de **Plano de Controle Ambiental**, com formulação de “*propostas eficazes como suporte à prevenção, minoração ou correção das não conformidades legais, no que tange à questão da poluição decorrente da instalação e operações de fontes tidas como impactantes identificadas no Relatório de Impacto Ambiental – RCA*” (f. 500-538).

E, mais, em 11.08.2006 deflagraram, perante o Instituto Mineiro de Gestão de Águas, **procedimento administrativo** de outorga de **direito de uso de águas públicas estaduais**, que culminou na **autorização** do uso das águas do Rio da Prata, para consumo humano e dessentação de animais. Em contrapartida, obrigaram-se as requerentes a respeitar as normas da **legislação do meio ambiente e recursos hídricos** (f. 331-340 e 580-589).

Tendo em conta o caráter de **trato sucessivo** da obrigação de destinar ao imóvel **fim social**, adrede referido, os atos de qualificação da posse supervenientes à propositura da ação consubstanciam **fatos constitutivos do direito** da parte, a serem considerados no momento da decisão (art. 462 do C.P.C.).

Atendido, pois, o cumprimento da função social, no que diz respeito ao relevante requisito da preservação do meio-ambiente, em garantia da qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

3 – A **dignidade da pessoa humana**, elemento estruturante da República Federativa do Brasil, torna imperiosa a análise da **dimensão-trabalho da função social**. De fato, repugna à Constituição, à lei e até ao senso comum que o **Estado**, que se quer **democrático** e de **direito**, venha a tutelar a posse de imóvel onde se patrocine, por exemplo, **trabalho infantil, trabalho escravo ou degradante**.

Assim, no **cumprimento da função social**, é **requisito necessário**, embora insuficiente, a observância das disposições de regência das **relações de trabalho** (art. 186, III da C.R.F.B./88). Ao postulante da proteção possessória incumbe provar a regularidade dos vínculos mantidos com eventuais trabalhadores, e ao Estado-Juiz, condicionar a concessão da tutela à suficiência da prova.



No caso concreto, as requerentes **desincumbiram-se à saciedade** desse ônus processual. Com efeito, o caderno processual é farto na prova da observância das disposições de regência das relações de trabalho; há, nele, cópia de **carteiras profissionais** de empregados (f. 126, 127), **fichas de registro de empregados** (f. 124, 125, 128-137), **recibos** de pagamento de salários e demais direitos trabalhistas (f. 151-159) e **guias de recolhimento de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de contribuição para a Previdência Social** (138-150).

A exploração econômica **também se mostra favorecedora da saúde, educação e lazer** dos proprietários, empregados, vizinhos, sem indícios de que ali se exercessem **atividades perigosas, penosas ou insalubres**, em risco à **integridade física e psíquica** de quantos circulem naquele microcosmo social.

Vê-se nas **fotografias** de f. 412-429 que o imóvel encontra-se em boas condições de **conservação**, equipado com **poço artesiano, alojamento para diversos empregados, rede de energia elétrica, estruturas de lazer** (campo de futebol, churrasqueira) e **outros equipamentos**, capazes de atender às **necessidades básicas dos possuidores e dos trabalhadores**.

Demais disso, sem notícia nos autos de que a posse exercida pelas requerentes gerasse conflitos e tensões sociais no imóvel.

4 – Na ausência de **contestação válida**, os requeridos tornaram-se **revéis** (f. 248). Contudo, na espécie, os **efeitos da revelia** limitam-se tão-somente ao fato da ameaça de **moléstia iminente**, dada a natureza de **ordem pública** dos preceitos atinentes ao **cumprimento da função social da propriedade** – e da **posse** (art. 2.035, parágrafo único do CCB/2002).

Presumindo-se verdadeiros, pois, os fatos da **presença** dos requeridos à beira da rodovia de acesso ao imóvel e do anúncio de **invasão próxima**, o receio de **iminente moléstia à posse** se nos apresenta **fundado**.

E tal se dá porque, em sede de interdito proibitório em conflito coletivo, somente se terá por **justo o temor de moléstia à posse** que se exerça com função social.

Sabe-se que as **ocupações/invasões/tomadas**, em geral, são **instrumentos de pressão política**. Muitas vezes, porém, os movimentos sociais escolhem o objeto da ação de **modo não criterioso**, quiçá **aleatório**, sem cuidar de antes verificar a **viabilidade** de um futuro assentamento. A edição de 24.09.2007 do jornal Folha de São Paulo noticia que o “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” realizou manifestações em pelo menos dez Estados do País, “*com o objetivo de pressionar o governo federal a assentar 150 mil famílias que estão acampadas por todo o Brasil.*” A **mobilização** consistiu em **invasões** a prédios do INCRA, **protestos** em frente a órgãos ligados ao Ministério da Fazenda e bloqueios de rodovias. Em Belo Horizonte, cerca de 400 trabalhadores sem-terra teriam **invadido a sede do INCRA**.

Assim como miraram **prédios públicos**, as lideranças poderiam ter elegido como **palco da manifestação política** prédio rural qualquer, sem perquirir de sua **aptidão** para a Reforma Agrária. Nada obsta a que houvessem escolhido, por exemplo, a Fazenda Pontal, cuja posse é objeto da lide. Assim, o cumprimento da função social, por si só, não tem o condão de imunizar o imóvel de invasão. E é precisamente o possuidor cumpridor da função social quem mais tem a perder (e temer) com a invasão/ocupação/tomada, muitas vezes **predatória e paralisante da atividade produtiva**, o que torna **justo** seu **receio**.

Forçoso concluir que, no caso concreto, demonstrado o cumprimento da função social, tem-se por efetivamente temível a perda de uma posse assim.

III – DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL POR MAGNA MARIA, FABIANA DE DEUS VIEIRA, TATIANA DE DEUS VIEIRA, MÍRIAN MÁGDA DE DEUS VIEIRA e MARIA ZILCA DE DEUS VIEIRA EM FACE DE MARIA ROSÁRIA SANTOS, SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE LAGOA GRANDE, MAX WELLES RODRIGUES CAETANO, GERALDO WAGNER DE MATOS, ANTÔNIO ROBERTO SILVA, CLAUDIOMAR PINTO FONSECA e GERSON JOSÉ DA SILVA, TORNANDO DEFINITIVA A LIMINAR CONCEDIDA.**

Condeno os requeridos nas custas processuais, além de suportar **honorários de R\$800,00** (oitocentos reais) devidos ao Advogado das requerentes (art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.), tendo em conta o **comprido tempo** do processo, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e o **empenho**

demonstrado no **trabalho do profissional**, com destaque da fase instrutória. Relativamente aos requeridos que têm procurador nos autos (f. 234-237), fica **suspensa a exigibilidade** de tais verbas, em razão do benefício da **assistência judiciária gratuita**, requerido (f. 595-596) e ora deferido.

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 28 de setembro de 2007.

(Publicação Minas Gerais, 3.10.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte

Proc. no 0024.05.890.349-3

Ação: Interdito Proibitório

Origem: Unai/MG

Reqtes: Minas Meise Agropecuária, Importações e Exportações Ltda. e outra

Reqdos: Luciano Monteiro Santos e outros

Imóvel: Fazenda São Miguel

I - RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuida-se de AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO ajuizada por MINAS MEISE AGROPECUÁRIA IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES LTDA. e ERNA UTA MEISE em face de LUCIANO MONTEIRO SANTOS, CELITO CARLOS DA COSTA e requeridos incertos ou desconhecidos, ditos integrantes do MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Alegam receio de iminente moléstia à posse do imóvel rural FAZENDA SÃO MIGUEL, em Unai/MG, com área de 1.590,00 ha, tendo em vista a desocupação, por ordem judicial, de fazenda vizinha invadida anteriormente (f. 75-123). Destacam ser produtivo o imóvel, onde exerceriam atividade agropecuária, com cultivo de soja, milho e sorgo e criação de gado. Pedem, desde a concessão liminar, a ordem interdital (f. 02-06). Juntam documentos (f. 10-123).

Visita (f. 144-145) e audiência em 16.12.2005, com a concessão liminar da ordem (f. 139).

Citação e intimação por edital dos requeridos (f. 143, 148-151), encontrando-se os nominados em local incerto e não sabido (f. 159-170).

Contestação, pelo Curador Especial nomeado aos revéis citados por edital, em que se alega inexistência de justo receio de moléstia à posse. No mais, contesta-se por negativa geral (f. 173-178).

Impugnação (f. 180-181).

Em audiência de 10.10.2006, foram ouvidas 02 (duas) testemunhas (f. 210-214), homologada a desistência de oitiva das demais testemunhas (f. 216).

Alegações finais: requerentes (f. 224-226); requeridos (f. 227). O Ministério Público é pela improcedência do pedido (f. 228-234).

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as premissas a cuja luz decidir-se-á a lide, passamos aos termos do caso na especialidade.

1 – Em se tratando de interdito proibitório, faz-se necessária a comprovação do justo receio de moléstia à posse, bem como da iminência de turbação ou esbulho. A par disso, a posse a que se pede proteção deve ser exercida em consonância com a sua função social, nos termos previstos na Constituição e nas leis.

O receio de turbação ou esbulho se nos apresenta justo o quanto baste ao ensejo da concessão da tutela interdital. As testemunhas ADALTO GOMES DA COSTA e ADEMAR GOMES LIMA confirmam o fato da ameaça de invasão, em virtude de então recente desocupação forçada de fazenda vizinha:

“que a testemunha permanece cerca de 15 dias o mês na sua propriedade rural; que, conforme dito anteriormente, é vizinha à das requerentes, sendo uma de frente a outra; que foram invadidas as seguintes propriedades vizinhas à das requerentes, Águas Reservas, bem como as fazendas pertencentes aos Srs. Hélio, Jamil, Antonino, Rafael, Valdir Prachede; que os integrantes do MST estão acampados em uma estrada que dá acesso à propriedade das requerentes, tomando uma extensão de 18 km” (f. 211-212);

“que várias fazendas vizinhas à das requerentes já foram invadidas, dentre elas a Agro Reserva do Brasil Ltda., fato ocorrido em setembro de 2005; que também foram invadidas a fazenda Santa Cruz, a fazenda do Sr. Hélio, e a do Sr. João; que os



integrantes do MST estão acampados ao redor da propriedade das requerentes há mais de 01 ano, onde ainda permanecem; que depois da Agro Reserva do Brasil Ltda. outras propriedades foram invadidas” (f. 213-214).

Veio aos autos cópia dos autos da **ação possessória coletiva** envolvendo **imóvel vizinho** ao das requerentes (f. 76-123), ali ordenada a **desocupação** em 07.10.2005, momento próximo ao ajuizamento desta (30.11.2005 – f. 125).

Demais disso, é **fato notório**, haja vista a **publicidade** dos processos, a atuação de movimentos sociais e a subsequente **multiplicidade de demandas possessórias** no **noroeste de Minas Gerais**, à época dos fatos (v. g., proc. nº 0024.05.829.739-1, 0024.05.785.564-5, 0024.05.576.239-7, 0024.05.849.761-1 e 0024.05.824.716-4). Além, é de **conhecimento geral** e deste juiz, pela própria experiência à testa da Vara de Conflitos Agrários, a **estratégia de rotatividade** das invasões/ocupações/tomada adotada pelos movimentos sociais, ao sabor de **sucessivas desocupações** em cumprimento, espontâneo ou compulsório, aos comandos judiciais.

Destarte, o conjunto probatório demonstra ser efetivamente temível a perda da posse.

2 – No tocante ao **aproveitamento racional e adequado da propriedade**, as requerentes colacionam aos autos **notas fiscais de produtor rural, notas fiscais de aquisição de insumos e de maquinário agrícola** (f. 34-54), que evidenciam a **produção agrícola**, com cultivo de **soja e milho**, e um elevado grau de **mecanização da agricultura**, indicando **produtividade**.

A **declaração** firmada pela **Cooperativa Agropecuária do Noroeste Mineiro Ltda.** reporta o depósito, pela requerente, da **produção de soja** nas safras de 1999/2000, 2000/2001, 2001/2002, 2002/2003, 2003/2004 e 2004/2005, inclusive, demonstrando **exploração agrícola contínua**. Até a emissão do documento, em 15.08.2005, a requerente havia depositado **157** (cento e cinquenta e sete) **toneladas de grãos de soja** nos armazéns da cooperativa e, no **exercício anterior**, 597 (quinhentas e noventa e sete) toneladas (f. 69).

Acompanham a inicial **fotografias de rebanho bovino** apascentado no imóvel (f. 56-57) e **cartão de inscrição de produtor rural** da segunda requerente, na condição de **arrendatária** da Fazenda São Miguel (f. 27). Muito embora não tenha vindo aos autos o respectivo **cartão de controle sanitário**, como aponta o **Ministério Público**, certo é que, ante o conjunto probatório, o documento não se revelou **indispensável** à formação do convencimento, à luz do **sistema da persuasão racional**. De fato, a prova oral também corrobora a alegação de existência de **atividade pecuária** no imóvel:

“que desde 1983 a segunda requerente reside no referido imóvel rural, onde cria gado e planta lavoura de soja, milho e sorgo” (ADALTO GOMES DA COSTA – f. 211-212);

“que as requerentes são proprietárias da referida área há aproximadamente 20 anos; que, desde quando conhece a segunda requerente, ela reside no referido imóvel rural, onde cria gado e planta lavoura de soja, milho e sorgo” (ADEMAR GOMES LIMA – f. 213-214).

Quanto à exploração atingir ou não os **índices técnicos** de eficiência e utilização da terra, é relevante anotar que a **questão não foi explorada pelos requeridos**, com defensor nos autos, **nem pelo próprio órgão ministerial**, que a deixaram passar em branco quanto a **discuti-la e prová-la** em audiência, declinando também da oportunidade de a respeito requerer as **medidas ou diligências** porventura entendidas necessárias ao descobrimento da **verdade**, conforme lhes assegura o ordenamento jurídico.

Em um **juízo de razoabilidade**, resta, pois, **suficientemente demonstrado o exercício de atividade econômica no imóvel**.

3 – Encontra-se **atendida disposição do Código Florestal**, estando **averbada**, à margem da respectiva matrícula imobiliária, a área de **reserva legal** (f. 29-32), não inferior a 20% da superfície do imóvel, evidenciando, ao menos em um sentido formal, a preservação do meio ambiente.

Demais disso, não há, nos autos, **provas, indícios** ou mesmo **alegações de utilização predatória** dos recursos naturais ou prática de ilícitos ambientais.

A par de **racional e adequada**, a exploração econômica **também se mostra favorecedora da saúde, educação e lazer** dos proprietários, empregados, vizinhos, sem indícios de que ali se exercessem **atividades perigosas, penosas ou insalubres**, em risco à **integridade física e psíquica** de quantos circulem naquele microcosmo social.



Vê-se nas **fotografias** que acompanham a inicial que o imóvel encontra-se em **bom estado de conservação** e é dotado de diversas **moradias**, além da sede (f. 58-61). Sem notícia nos autos de que a posse exercida pelas requerentes gerasse **conflitos** e **tensões sociais** no imóvel.

4 – No **cumprimento da função social** é **requisito necessário**, embora insuficiente, a observância das disposições de regência das relações de trabalho (art. 186, III da C.R.F.B./88). Flagrante a relevância da dimensão trabalhista da função social, visto que repugnam à **Constituição** e à **lei** a tutela da posse exercida sobre imóvel onde haja **trabalho infantil**, **trabalho escravo** ou **degradante**, por afronta à **dignidade humana**, fundamento do **Estado Democrático de Direito**.

O **Ministério Público** sustenta o descumprimento da função social, ausente a **prova de regularidade** dos **vínculos** mantidos com eventuais **empregados** (f. 228-234).

De início, registre-se que as requerentes não sustentam a regularidade das relações mantidas com **eventuais trabalhadores**, alegação que, segundo as regras de distribuição da carga probatória, atrairia para si o ônus de prová-la. Tampouco se lhes determinou, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, o encargo de produzir prova de tal fato. Certo é que as requerentes nem ao menos **tangenciaram** a questão e tampouco o fizeram os agentes que tinham o poder de suscitá-la, no curso do processo.

Por óbvio, a verificação da **regularidade de relações trabalhistas** há de partir do **antecedente lógico** da efetiva existência de empregados no imóvel, questão que não foi posta nos autos como **ponto controvertido**. Aqui, novamente a verificação de suposta **irregularidade** restou frustrada pela **insuficiente instrução** do feito.

Embora apreensível, pelo **senso comum**, a existência de relações de trabalho no imóvel, dada a sua **extensão** e a **natureza da exploração** comprovada, certo é que não veio à baila, como **ponto controvertido**, o próprio fato da existência de empregados no imóvel, premissa do ônus de provar a observância das normas de regência das relações de trabalho. A essa altura, porém, se nos revela **desarrazoado** e, pois, **injusto**, negar a tutela possessória às requerentes, a modo de **verdadeira pena** por suposta inobservância de disposições legais que nem sequer se demonstrou deverem incidir, subtraindo à parte o **direito à prova** em **contraditório**.

As questões que consubstanciem elementos de convicção hão de ser ao menos **suscitadas** no **curso do processo**, para ensejar o exercício do **contraditório**, zelando o julgador pelo direito das partes de colaborar na **construção** do **provimento jurisdicional**, em **paridade** de armas. Assim, o **questionamento tardio**, em sede de **razões finais**, viola os **princípios** da **não-surpresa** e da **lealdade processual**, nortes da atividade jurisdicional que se quer garantidora da **ampla defesa**.

No **caso concreto**, reiterando a circunstância da **insuficiente instrução** do feito, não imputável às requerentes, tem-se por atendido o requisito com a **inexistência** de **provas**, **indícios** ou **alegações** de que no imóvel se patrocine **trabalho infantil**, **trabalho escravo** ou **degradante**.

As lides de **alta densidade social**, como soem ser as **possessórias coletivas**, requerem **sensibilidade** bastante do Poder Judiciário, na pena do julgador, de modo a perceber que a solução do conflito, já a tal **distância no tempo**, deve cuidar de não reverter o **delicado equilíbrio** em que os **fatos se acomodaram** no decorrer do processo. Compete ao julgador, na aplicação do direito, orientar-se sempre pelo **princípio da estabilidade social**, de modo a evitar a perpetuação ou, o que seria pior, a **ressurreição do conflito**.

III – **DISPOSITIVO**

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL POR MEISE AGROPECUÁRIA IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES LTDA. e ERNA UTA MEISE em face de LUCIANO MONTEIRO SANTOS, CELITO CARLOS DA COSTA e requeridos incertos ou desconhecidos, TORNANDO DEFINITIVA A LIMINAR CONCEDIDA.**

Condeno ainda os **requeridos** nas **custas** processuais, além de suportar **honorários** de **R\$800,00** (oitocentos reais) devidos ao Advogado das requerentes (art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.), tendo em conta o **comprido tempo do serviço**, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e o **empenho** demonstrado no **trabalho do profissional**, atuante em todas as fases do processo, ficando **suspensa a exigibilidade**,

em razão do benefício da **assistência judiciária gratuita**, presumida a miserabilidade do patrocínio pela Defensoria Pública (f. 225).

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 28 de setembro de 2007.

(Publicação Minas Gerais, 3.10.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte

Proc. no 0024.04.447.749-5 (TJMG – Ap. Cív. no 1.0024.04.447749-5/001)

Ação: Interdito Proibitório

Origem: Esmeraldas

Requerente: Elmon Barbosa Chaves

Reqdos: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e outros

Imóvel: Fazenda Cipó

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuida-se de **AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO** aforada por **ELMON BARBOSA CHAVES** contra **MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST** e **requeridos incertos ou desconhecidos**. Diz-se o requerente proprietário e possuidor da **Fazenda Cipó**, em **Esmeraldas/MG**, com área de **534,93,38 ha**. Ciente da desocupação, pelos requeridos, de imóvel confrontante, receia iminente turbacão ou esbulho à sua posse. Assevera ser **produtivo** o imóvel, onde exerceria diretamente atividade pecuária e, indiretamente, atividade de mineração e agricultura, o qual teria sido classificado pelo INCRA como grande propriedade produtiva. Afirma estar quite com os encargos tributários e trabalhistas. Pede, desde a **concessão liminar**, a ordem **interdital** (f. 02-09). **Junta documentos** (f. 11-287 e 311-446).

Ouvido o **M.P.** (f. 300-302), houve a **concessão liminar** (f. 303-304).

Citação **pessoal** (f. 454) e **ficta** (f. 306 e 310), sem oferecimento de defesa (f. 463).

Contestação, pelo **Curador Especial** (art. 9º, II do C.P.C.) que, em **preliminar**, argúi **nulidade da citação e carência de ação**. No **mérito**, alega descumprimento da função social (f. 465-486).

Impugnação (f. 470-473).

Rejeição das preliminares (f. 479- 480).

Em **audiência** (29.11.2005) foram ouvidas **quatro** testemunhas (f. 516-523).

Memorial com razões finais, somente pelos **requeridos** (f. 526-527); o **M.P.**, pela **improcedência** (f. 529-535).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidir-se-á a lide, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

1 – Em se tratando de **interdito proibitório**, faz-se necessária a comprovação do **justo receio** de **moléstia** à **posse**, bem como da **iminência** de **turbacão ou esbulho**. A par disso, a posse a que se pede proteção deve ser exercida em consonância com a sua **função social**, nos termos previstos na Constituição e nas leis.

O **receio de turbacão ou esbulho** se nos apresenta **justo** o quanto basta ao ensejo de concessão da ordem interdital. **As testemunhas** ouvidas foram unânimes em confirmar do fato da **ameaça de invasão**, tão logo os requeridos desocupassem fazenda vizinha:

“que [o MST] invadiu a fazenda Casa Grande, antiga fazenda Salgado, no distrito de Uruçuia; (...) que a fazenda invadida é vizinha ao autor; (...) que já ouviu eles [os sem-terra] comentarem, via telefone, que a próxima fazenda a ser invadida deverá ser a do autor, visto que o mesmo tem uma fazenda boa, bom cultivo, boa água, um lugar ideal” (IVANA DINIZ LEROY RIZZO – f. 517-518);

“que a depoente fazia parte do MST; (...) que os sem-terra chamaram a depoente para invadir a fazenda do autor e que esta lhes disse que não iria fazer outra invasão; que queriam[m] invadir a terra do autor, tinha água, produtiva, bem boa” (SHIRLEY BISPO DE JESUS – f. 519-520);

“que a depoente esteve acampada junto aos réus; (...) que houve uma reunião onde foi (sic) os líderes falaram que a próxima fazenda a ser invadida seria a fazenda Cipó; que puseram dois líderes do movimento para ficarem vigiando a fazenda de longe; que entre eles diziam que estavam vistoriando (CRISTINA DOS SANTOS DE OLIVEIRA – f. 521-522);

“que o depoente ouviu os líderes dos movimentos, três ou quatro, conversando ao telefônico; que o depoente ouviu estes líderes dizer que a Fazenda Cipó seria a próxima a ser invadida por eles; que eles estavam assentados na Fazenda Salgada (RONALDO DE ASSIS REZENDE – f. 523).

A **prova documental** corrobora a veracidade dos testemunhos. Vieram aos autos **recortes de jornal** que noticiam a invasão de fazenda próxima à do requerente e respectiva **ação possessória coletiva** (f. 22-25), cujo extrato de **movimentação processual** revela a concessão da ordem de reintegração em 10.09.2004 (f. 26-29, 266-267) há sete dias antes do ajuizamento da presente (17.09.2004 – f. 298). Sendo do **conhecimento comum** o fato de que os requeridos não têm lugar certo onde se assentem, **efetivamente temível a perda iminente da posse**.

2 – No tocante ao **aproveitamento racional e adequado da propriedade**, labora em prol da pretensão do requerente a **certificação do imóvel como propriedade produtiva**, pelo INCRA, no período de 2000 a 2002, imediatamente anterior ao ajuizamento desta ação (f. 31).

Além, acompanham a inicial **fotografias de extenso rebanho bovino** que estaria apascentado no imóvel (f. 276 e 278-283). Os **cartões de controle sanitário** (f. 35-37) dão conta do exercício constante de **atividade pecuária** no período compreendido entre 2002 e 2004, registrando a existência de **462** (quatrocentas e sessenta e duas) cabeças no imóvel quando do ajuizamento da ação.

As **notas fiscais** de produtor evidenciam a compra e venda de milho e gado (f.39-62), no biênio 2003-2004. A **declaração de produtor rural** prestada à Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais em 20.07.2004 demonstra o exercício de **atividade agropecuária** no indigitado imóvel, com cultivo de arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho e criação de gado bovino (f. 39). Durante o ano de 2003, o requerente explorou parte do imóvel com atividades de **agricultura hortigranjeira** e de **extração e comércio de areia**, mediante arrendamento (f. 259-264 e 254-257), evidenciando o uso constante do imóvel.

Resta, pois, **suficientemente demonstrado o exercício de atividade econômica no imóvel**.

3 – A par de **racional e adequada**, a exploração econômica **também se mostra favorecedora do bem-estar** dos proprietários, empregados, vizinhos, sem indícios de que ali se exercessem atividades perigosas, penosas ou insalubres, em risco à integridade física e psíquica de quantos circulem naquele microcosmo social.

Vê-se nas **fotografias** (f. 264-274) e **documentos** (f. 90-99 e 100-118) que acompanham a inicial que o imóvel é dotado de diversas **moradias** destinadas aos trabalhadores, **redes de energia elétrica e telefonia** e **outros equipamentos**, capazes de atender às **necessidades básicas dos trabalhadores**.

Tampouco há provas de que a posse exercida pelos requerentes gerasse **conflitos** e **tensões sociais** no imóvel.

Além, a matéria não foi eficientemente apreciada em **contraprova** pelos requeridos a sobreviver ao **contraditório**.

4 – O **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88), repercute na função social da propriedade, razão por que, no seu cumprimento, hão de se observar as disposições de regência das **relações de trabalho** (art. 186, III da C.R.F.B./88).

No **caso concreto**, o caderno processual é robusto no tocante à prova da **regularidade das relações de emprego** mantidas pelo requerente no imóvel, consistente em **recibos** de pagamento de salários e outras **verbas trabalhistas** (décimo terceiro salário, férias, salário família e aviso prévio) e, ainda, comprovantes de recolhimento do **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço** e de contribuição para a **Previdência Social** (f. 130-252).

Demais disso, a **valoração do trabalho** há de privilegiar não apenas a observância de direitos trabalhistas em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social**, **existência digna** e **redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas **coletivamente**, de modo **compartilhado** com aqueles que carecem de trabalho.

Na **casuística**, destaca-se da **Relação Anual de Informações Sociais** entregue ao Ministério do Trabalho e Emprego em 2004 que, no ano anterior, a exploração econômica do imóvel proporcionava **vínculo de emprego** permanente a 9 (nove) trabalhadores.

Aqui como aquém, a matéria não foi eficientemente apreciada em **contraprova** pelos requeridos a sobreviver ao **contraditório**.



5 – No que tange a **dimensão ambiental**, o requerente comprova a regularidade da atividade de **extração mineral**, vez que amparada em **autorização bastante** da Administração Pública, a que se empresta presunção de legitimidade (f. 311-315). Contudo, no tocante à **preservação da cobertura vegetal**, de que dependem a **manutenção da biodiversidade** e a **produtividade dos agroecossistemas**, nada de proveitoso foi carreado aos autos.

No âmbito da **Constituição de 1988**, como projeção do **direito fundamental à vida** (art. 5º), a **defesa do meio ambiente** erige-se em **princípio constitucional** da ordem econômica (art. 170, VI) e em **garantia de direito social** (art. 225), cumprindo ao Poder Público e ao particular o dever de dar-lhes efetividade.

Nesse viés, a legislação infraconstitucional impõe ao titular do domínio o dever de **recuperar** ou **preservar** percentual mínimo da **área de cobertura vegetal** de seu imóvel (art. 16, §2º do Código Florestal).

Assim, ao menos **20%** da área do imóvel devem destinar-se à **restauração** ou **preservação** da cobertura florestal. Acaso existente, a área de reserva legal da fazenda Cipó seria superior a **100 ha**. Porém, a despeito do comando normativo, **não há averbação da reserva legal** à margem da matrícula imobiliária (f. 17).

Embora não se olvide, em **análise teleológica da norma**, que é de se privilegiar a **concreta preservação de área de reserva legal**, em detrimento da exigência de observância de **formalidade administrativa**, no caso não há indícios da **efetiva** preservação. De fato, as declarações prestadas pelo próprio requerente, para lançamento do Imposto Territorial Rural, não mencionam a destinação de qualquer fração do imóvel para aquele fim. Pelo contrário, da área total de 534,90 ha, 526,90 ha estão lançados como área aproveitável e 8,0 ha como área ocupada com benfeitorias (f. 68-80). Assim, a alegação da **existência concreta da reserva legal** (f. 308) vem solteira de provas.

De mesma sorte, consta das **declarações de ITR**, referentes aos exercícios de 2001 a 2003 (f. 68-80), que no imóvel não há nenhuma **área de preservação permanente**, assim entendidas, entre outras, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios, ao redor de lagos ou reservatórios d'água, nas nascentes, no topo de morros (art. 2º do Código Florestal).

Ora, sabendo, como se sabe, que o imóvel é banhado pelo **Ribeirão do Cipó**, de cujas **margens e leito** o requerente inclusive **extrai areia** (f. 326), ao menos uma faixa com 30 (trinta) metros de largura, ao longo do curso d'água, deveria ser tratada como **área de preservação permanente** (art. 2º, "a" da Lei nº 4.771/65). Todavia, extrai-se das referidas declarações que o imóvel tem **0,0 ha de área de preservação permanente**.

O **exercício da posse da propriedade rural**, em consonância com as **diretrizes constitucionais**, só atenderá à função social quando, ainda que usada economicamente em aproveitamento racional e adequado, harmonize a **exploração** e a **preservação** (incluída a **recuperação**) do **meio ambiente**, enfocando o paradigma da **exploração sustentável**, baseada em práticas que estimulam a **diversidade** da **fauna** e da **flora**, comprometidas com a **conservação dos recursos naturais**. E nesse paradigma é que cumpre a justiça social prevista no art. 170, III da C.F./88, atendendo, além, ao art. 186 e seus incisos, da C.R.F.B./88.

Nesse diapasão, o Poder Público consagra a **reserva legal** e as **áreas de preservação permanente** como espaços territorialmente protegidos, inserindo-os na concepção de **bem de uso comum do povo** e **essencial à sadia qualidade de vida**, visando ao bem maior que é o **meio ambiente ecologicamente equilibrado** (florestas e demais vegetações). Nunca é demais lembrar a expressão do Texto Constitucional:

Art. 225 – “*Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*”.

A **forma jurídico-institucional** encontrada pelo legislador ordinário para democratizar a **fruição indistinta**, no todo do **meio ambiente**, assim como distribuir ônus da manutenção desde **direito essencial** aos diversos proprietários privados de qualquer quinhão de área rural, foi instituir a **Reserva Florestal Legal**, onde não se permite o corte raso, e as **Áreas de Preservação Permanente**.

Ao pedir a **tutela possessória**, cabe antes ao requerente **respeitar a função social**, o que somente se alcança com **atender-se simultaneamente** a cada um dos respectivos **requisitos constitucionais** (art. 186, I a IV da C.R.F.B./88). No caso, já por ocasião da concessão liminar, ficou ressalvada a **insuficiência da prova do cumprimento da dimensão ambiental** da função social (f. 303-304). No decorrer da **fase instrutória** o requerente não se



desincumbiu do ônus de acrescentar elementos de convicção de modo a compor substrato probatório bastante a ensejar a procedência definitiva do pedido.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL POR ELMON BARBOSA CHAVES** contra o MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA e requeridos incertos ou desconhecidos, **REVOGANDO A LIMINAR CONCEDIDA.**

Condeno o requerente nas custas processuais, além de suportar honorários de **R\$800,00** (oitocentos reais) devidos ao Advogado dos requeridos, tendo em conta, por um lado, o **comprido tempo do serviço**, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e, por outro, a relativa simplicidade do **trabalho do profissional**, limitado ao oferecimento de contestação e razões finais (art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.).

Em sendo possível haver no interior do imóvel objeto desta lide **irregularidades de cunho ambiental**, oficie-se ao IBAMA, IGAM e à Polícia Florestal de modo a que procedam à devida **fiscalização** na área, para as providências que se mostrarem cabíveis.

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2007.

(Publicação Minas Gerais, 5.9.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte
Proc. no 0024.03.990.136-8
Ação: Interdito Proibitório
Origem: Arinos/MG
Reqtes: Leonardo Paraíso Valadares Ribeiro e outro
Reqdos: Gilmar Barros de Oliveira e outros
Imóveis: Fazendas Sucupira e São Cristovão

I - RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Trata-se de AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO aforada por LEONARDO PARAÍSO VALADARES RIBEIRO e HAIDÉE FRANÇA CANÇADO RIBEIRO contra GILMAR BARROS DE OLIVEIRA, JORGE AUGUSTO XAVIER, GERALDO DE TAL, ÁLVARO DE TAL, “SOI” e requeridos incertos ou desconhecidos, ditos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Dizem-se os requerentes proprietários e possuidores do imóvel rural Fazendas Sucupira e São Cristóvão, contíguas, em Arinos/MG, com área de 2.757,40 ha. Sustentam que a propriedade cumpre função social, porquanto tenha sido classificado pelo INCRA como grande propriedade produtiva; ali exerçam a agropecuária, com plantação de milho, sorgo e arroz e criação de gado bovino; encontre-se averbada a reserva legal, além de reserva particular de patrimônio natural, e empreguem diversos trabalhadores. Alegando receio de iminente moléstia à posse, por conhecimento da programação de invasão de sua fazenda e ante a ocorrência de invasões na região, pedem a ordem interdital, desde a concessão liminar, e a reparação de danos, acaso haja esbulho ou turbação (f. 02-13). Juntam documentos (f. 14-42).

Concessão liminar (f. 45-47).

Citação pessoal (f. 54, 56, 58 e 60) e ficta (f. 82, 177-179).

O Ministério Público sustenta a carência de ação dos requerentes e a improcedência do pedido (f. 65-75).

Laudo de vistoria pelo INCRA e anexos (f. 88-168).

Contestação pelo Curador Especial nomeado aos revéis citados por edital, com argüição, em preliminar, de nulidade de citação, falta de interesse de agir e ilegitimidade passiva. No mérito, alegam descumprimento da função social (f. 222-225). Impugnação (f. 235).

Rejeição das preliminares (f. 237-238).

Em audiências de 30.05.2005, 27.09.2005 e 05.10.2005, foram ouvidos os requerentes (f. 260-264) e testemunhas (f. 286-292 e f. 308-309).

Memoriais, com razões finais (requerentes – f. 312-313 e requeridos – f. 320-321). O Ministério Público é pela improcedência do pedido (f. 324-331).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

1 – Em se tratando de interdito proibitório, faz-se necessária a comprovação do justo receio de moléstia à posse, bem como da iminência de turbação ou esbulho. A par disso, a posse a que se pede proteção deve ser exercida em consonância com a sua função social, nos termos previstos na Constituição e nas leis.

O receio de turbação ou esbulho se nos apresenta justo o quanto basta ao ensejo de concessão da ordem interdital. As testemunhas JERRY GERALDO PEREIRA DA SILVA e WANDICO JUSTO DA SILVA confirmam o fato da ameaça de invasão, tão logo os requeridos desocupassem fazenda vizinha:

“quando o depoente trabalhava na fazenda, a mesma foi ameaçada de ser invadida pelo MST; as pessoas nomeadas na inicial eram as que mais ameaçavam a invasão; na época da ameaça os membros do MST haviam invadido a fazenda Vargem Grande e diziam que quando saíam de lá iam para a fazenda Sucupira” (f. 289-290);



“os membros do MST, quando invadiram a fazenda Vargem Grande, próxima à fazenda do autor, começaram a ameaçar dizendo que se saíssem da fazenda Vargem Grande iriam para a fazenda Sucupira” (f. 291-292).

Veio aos autos extrato de **movimentação processual** referente a outras **ações possessórias coletivas naquela região**, as quais tramitavam perante este juízo contemporaneamente ao ajuizamento desta (f. 17). Demais disso, é **fato notório**, haja vista a **publicidade** dos processos, a atuação de movimentos sociais e a subsequente **multiplicidade de demandas possessórias** no noroeste de Minas Gerais, à época dos fatos (*verbi gratia*, proc. nº 0024.03.091.548-2, 0024.02.819.288-8, 0024.03.091.549-0 e 0024.03.144.471-4).

Destarte, o conjunto probatório demonstra ser **efetivamente temível a perda da posse**.

2 – No tocante ao **aproveitamento racional e adequado da propriedade**, já labora em prol da pretensão dos requerentes a **certificação do imóvel como propriedade produtiva**, pelo INCRA, no período de 2000 a 2002, imediatamente anterior ao ajuizamento desta ação.

Além, o **Relatório Agrônomo de Fiscalização** elaborado pelo INCRA em 17.12.2003, resultado de **vistoria** iniciada em 14.07.2003, é **conclusivo** acerca da **suficiência na utilização** da terra e da **eficiência na exploração econômica** do imóvel (f. 89-168).

Acompanham a inicial fotografias de **extenso rebanho bovino** que estaria apascentado no imóvel (f. 38-40). O **cartão de controle sanitário** (f. 29) nos dá conta do apascentamento de **701** (setecentas e uma) cabeças no imóvel. O **relatório de vistoria** do INCRA (f. 109) registra um **efetivo pecuário de 684** (seiscentos e oitenta e quatro) **animais**, entre bovinos e eqüinos.

Resta, pois, **suficientemente demonstrado o exercício de atividade econômica no imóvel**.

3 – Há, nos autos, **comprovada utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente**.

Com efeito, o **efetivo pecuário** encontrado no imóvel (401,71 Unidades Animais – f. 109) é **compatível** com a **extensão da propriedade** (2.754,40 ha), evidenciando o **uso racional e não-predatório da terra**.

Encontram-se **atendidas as disposições do Código Florestal**, estando **averbadas**, à margem das respectivas matrículas imobiliárias, as áreas de **reserva legal** (f. 29-30, 32 e 33). Demais disso, há no imóvel área de **Reserva Particular do Patrimônio Natural**, em **caráter perpétuo**, tombada pelo Instituto Estadual de Florestas a requerimento do proprietário, o qual, segundo constatação técnica, vem **cumprindo de modo satisfatório o compromisso de conservação da área**:

“O proprietário trata a questão ambiental com responsabilidade, pois as áreas de RL [reserva legal] e PP [preservação permanente] estão realmente preservadas e, no tocante às áreas de pastagens, estas são, dependendo do relevo, cultivadas com mecanismos técnicos, curva de nível, no sentido de proteção contra a erosão laminar” (f. 112).

A par de racional e adequada, a exploração econômica **também se mostra favorecedora da saúde, educação e lazer** dos proprietários, empregados, vizinhos, sem indícios de que ali se exercessem atividades perigosas, penosas ou insalubres, em risco à integridade física e psíquica de quantos circulem naquele microcosmo social.

Vê-se nas **fotografias** que acompanham a inicial que o imóvel é dotado de **poço artesiano, moradias, rede de energia elétrica e outros equipamentos**, capazes de atender às **necessidades básicas dos trabalhadores** (f. 36-42).

Tampouco há provas de que a posse exercida pelos requerentes gerasse conflitos e tensões sociais no imóvel.

A propósito do exercício de posse propiciadora de **bem-estar**, extrai-se do **laudo agrônomo, verbis** (f. 112-113):

“Os respectivos funcionários residem em casas de alvenaria, rebocada e pintada, com instalações elétricas e hidráulicas, em boas condições sanitárias, tendo o proprietário liberado áreas de plantio e pastagens, para os mesmos, onde o Gerente cria seu gado bovino e planta seu roçado, bem como o vaqueiro planta sua roça.

A questão educação é proporcionada pela Prefeitura em escola localizada a 20 km do imóvel, mas as crianças são levadas de veículo da Prefeitura, que faz o transporte escolar da região, e, quanto à saúde, o atendimento é realizado na cidade de Buritis ou Arinos.”

“Devemos citar que não foi constatado clima de tensão social no imóvel.”

4 – Conquanto conste do laudo do INCRA que no imóvel havia **um empregado sem registro em carteira funcional** (f. 112), deve-se ter em conta que a **infração**, se existiu, **nada representou no contexto da verificação do cumprimento da função social**. Acaso relevante, a irregularidade teria ensejado ao menos a sugestão, pelo órgão competente, da edição de decreto declaratório de interesse social.



O **Ministério Público**, de sua parte, é pela improcedência do pedido inicial, ao fundamento **único** da “*falta de carteira assinada*” assim posta no **laudo do INCRA** (f. 331).

É relevante, porém, que **esta questão não foi explorada pelos requeridos**, que têm defensor nos autos, **nem pelo próprio órgão ministerial**, que a deixaram passar em branco quanto a discuti-la e prová-la em audiência, declinando da oportunidade de a respeito inquirir os requerentes e os próprios trabalhadores, testemunhas não contraditadas (f. 286-292).

Anote-se que a infração, se existiu, haveria de ser **sanada** e mesmo **sancionada** – fosse o caso – em **via própria**. Não há nos autos notícia sequer de que o **Ministério Público** tenha requerido ou adotado alguma **providência** entendida **necessária** ao **saneamento da irregularidade**, em prejuízo da **gravidade** que vem atribuir à questão no parecer de f. 324-331.

Inexiste prova, indício ou alegação de que no imóvel se patrocinasse **trabalho escravo ou degradante**, condutas que, por afrontarem a dignidade humana, fundamento do **Estado Democrático de Direito**, **repugnam à Constituição** e à **lei**, tais a embasar a negativa da tutela possessória. Aqui, pelo contrário, consta que o vaqueiro, muito embora **não registrado**, percebia **remuneração condigna**, em **satisfatórias condições de trabalho** (f. 112).

O **legislador constituinte** dispôs que a função social da propriedade rural cumpre-se segundo **graus e critérios estabelecidos em lei (art. 186)**. O espectro dos bens sociais valorados como indicadores do cumprimento da função social admite, pois, **gradação e escalonamento**, sempre sob a ótica da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**.

No **caso concreto**, suficientemente atendidos todos os requisitos da função social, não há **razoabilidade** em se negar a tutela possessória aos requerentes, a modo de **verdadeira pena** pela inobservância de específica norma trabalhista. No deslinde de causa dessa natureza, **rejeita-se o rigor do esquadrinhamento microscópico** dos requisitos constitucionais da função social, sob pena de **banalizar-se** questão tão relevante quanto a da perda da posse imobiliária.

As lides de **alta densidade social**, como soem ser as **possessórias coletivas**, requerem **sensibilidade** bastante do Poder Judiciário, na pena do julgador, de modo a perceber que a solução do conflito, já a tal **distância no tempo**, deve cuidar de não reverter o **delicado equilíbrio** em que os **fatos** se acomodaram no decorrer do processo.

Por legítima que seja a pressão sobre o INCRA pela obtenção da terra, o **apego quase ritualístico a detalhes**, a essa altura, atira o jurisdicionado em situação de **abandono**, ao mesmo tempo em que, de modo nefasto, estimula a **atuação dos movimentos sociais** como **justiceiros**. Isso vale, por óbvio, noutra vertente, quando se cuida da violência semeada por **milícias armadas**.

As eventuais **irregularidades** tocantes às **relações trabalhistas** entre os requerentes e seus funcionários não de ser apuradas e consertadas sob a observância de órgãos competentes, como o **Ministério do Trabalho** e **Ministério Público do Trabalho**, seção Minas Gerais, a serem, para tanto, bastante **notificados** a respeito.

5 – Resta **prejudicado o pedido indenizatório**, formulado em **cumulação sucessiva eventual**, para a hipótese, não concretizada, da superveniência de turbação ou esbulho.

III – DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL POR LEONARDO PARAÍSO VALADARES RIBEIRO E HAIDÉE FRANÇA CANÇADO RIBEIRO EM FACE DE GILMAR BARROS DE OLIVEIRA, JORGE AUGUSTO XAVIER, GERALDO DE TAL, ÁLVARO DE TAL, “SOL” E REQUERIDOS INCERTOS OU DESCONHECIDOS, TORNANDO DEFINITIVA A LIMINAR CONCEDIDA.**

Condeno ainda os **requeridos** nas **custas** processuais, além de suportar **honorários** de **R\$1.000,00** (mil reais) devidos ao Advogado dos requerentes (**art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.**), ficando **suspensa a exigibilidade**, em razão do benefício da **assistência judiciária gratuita, ora deferido** (f. 225).

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 3 de agosto de 2007.

(Publicação Minas Gerais, 5.9.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte

Proc. no 0024.02.812.142-4 (TJMG – Ap. Cív. no 1.0024.02.812142-4/001)

Ação: Interdito proibitório

Origem: Frei Inocência/MG

Reqtes: Carmem Ferreira e outros

Reqdos: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e outros

Imóvel: Fazendas Porto Alegre e outras

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuida-se de AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO aforada por CARMEM FERREIRA, ALAYDE COELHO DO AMARAL (em substituição processual a JOSÉ CANTÍDIO FERREIRA, falecido), JOSÉ MARIA PASCOAL, MARLENE VIEIRA PASCOAL, MARIA DAS DORES PASCOAL, ADAILTON PASCOAL e HÉLIO RENATO PASCOAL, FERNANDO FERREIRA DE CARVALHO, MARIA AUGUSTA FERREIRA DE CARVALHO e NORTON FERREIRA DE CARVALHO contra o MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA - MST, seus líderes LUCIMAR PEREIRA, BRASILINO MOREIRA DA SILVEIRA e SEBASTIÃO MOISÉS GUEDES e requeridos incertos ou desconhecidos.

Dizem-se CARMEM FERREIRA e ALAYDE COELHO DO AMARAL possuidoras de três glebas nas Fazendas Porto Alegre, com áreas de 418,62,67 ha, 385,09,11 ha e 953,70,01 ha; JOSÉ MARIA PASCOAL, MARLENE VIEIRA PASCOAL, MARIA DAS DORES PASCOAL, ADAILTON PASCOAL e HÉLIO RENATO PASCOAL, possuidores da Fazenda Mirante, formada por duas glebas com áreas de 47,74,51 ha e 308,17,12 ha e FERNANDO FERREIRA DE CARVALHO, MARIA AUGUSTA FERREIRA DE CARVALHO e NORTON FERREIRA DE CARVALHO, proprietários e possuidores da Fazenda Santa Maria, composta de duas glebas com áreas de 205,17,50 ha e 117,18,51 ha, todas desmembradas de área maior da FAZENDA PORTO ALEGRE, em Frei Inocência/MG. Destacam que exercem atividade pecuária nos imóveis, considerados produtivos pelo INCRA. Alegam que os requeridos teriam invadido uma área de terras às margens da rodovia BR-116, próxima ao Município de Frei Inocência, e que o suposto líder do movimento estaria alardeando a intenção de invadir fazendas na região, pelo que receiam iminente turbacão ou esbulho da posse. Pedem, desde a concessão liminar, a ordem interdital (f. 03-09). Juntam documentos (f. 10-229 e 77-93).

Vieram os autos da Comarca de Governador Valadares (f. 231).

Em audiência de 10.09.2003 foram ouvidas 02 (duas) testemunhas (f. 296-300).

Citação pessoal (f. 309-314) e ficta (f. 378, 412-414).

Ouvido o Ministério Público (pela negativa – f. 317-320), foi deferida liminarmente a ordem (f. 321-325), de que o Ministério Público agravou de Instrumento (f. 328-358), a que o T.J.M.G. negou provimento (f. 379-406).

Os requeridos nominados são revéis.

Contestacão, pelo Curador Especial nomeado aos requeridos incertos ou desconhecidos, citados por edital, arguindo, em preliminar, nulidade da citacão e carência de açao. No mérito, alega descumprimento da funçao social (f. 420-423).

Impugnacão (f. 425-427).

Rejeicão das preliminares (f. 430-431).

Em audiência de 07.03.2005 foram ouvidos dois dos requerentes (f. 462-464).

Substituicão processual de José Cantidio Ferreira, falecido, por ALAYDE COELHO DO AMARAL (f. 467-484 e 488).

O INCRA informa a desistência dos proprietários em negociar os imóveis (f. 491).

Memoriais com razões finais: requerentes (f. 493-494) e requeridos (f. 497-498). O Ministério Público é pela improcedência do pedido inicial, por descumprimento da funçao social (f. 500-505).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidir-se-á a lide, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

De início registro que a **petição inicial** não prima pela clareza na narrativa dos fatos, padecendo mesmo de certa **atecnia** na descrição do bem da vida perseguido, por não especificar a área sobre que cada requerente exerce posse, e pelo **instruir tumultuado** da exordial, acompanhada até de **documentos estranhos** à lide (f. 194-196), como bem apontou o **Ministério Público** na peça de f. 329-358.

A **técnica defeituosa, lamentável**, embora **difícil** o exame da matéria de mérito, não se constituiu, contudo, em óbice intransponível.

Dos documentos que acompanham a inicial e ali referidos depreende-se que **CARMEM FERREIRA** e **ALAYDE COELHO DO AMARAL** são possuidoras de três glebas nas **Fazendas Porto Alegre**, com áreas de **418,62,67 ha** (registro 27.635 – f. 127, de propriedade de Carmem), **385,09,11 ha** (registro 26.653 – f. 123, de propriedade de Carmem e com usufruto de Alayde) e **953,70,01 ha** (registros 965 e 2193 – f. 12 e 13, de propriedade de Alayde); **JOSÉ MARIA PASCOAL**, **MARLENE VIEIRA PASCOAL**, **MARIA DAS DORES PASCOAL**, **ADAILTON PASCOAL** e **HÉLIO RENATO PASCOAL**, possuidores da **Fazenda Mirante**, composta de duas glebas com áreas de **47,74,51 ha** (registro 2.989 – f. 76-77) e **308,17,12 ha** (registro 26.654 – f. 78) e **FERNANDO FERREIRA DE CARVALHO**, **MARIA AUGUSTA FERREIRA DE CARVALHO** e **NORTON FERREIRA DE CARVALHO**, possuidores da **Fazenda Santa Maria**, composta de duas glebas com áreas de **205,17,50 ha** (registro 27.245 – f. 192) e **117,18,51 ha** (registro 24.618 – f. 193), todas originárias, por **desmembramento**, de área maior da **FAZENDA PORTO ALEGRE**, em Frei Inocência/MG.

Em reverência à **clareza**, evitando o mesmo defeito da inicial, a análise do caso processar-se-á por **tópicos**, relativamente à **qualidade da posse** de cada requerente.

1 – Do receio de iminente turbação ou esbulho

Em **audiência**, os requerentes **lograram justificar** a alegação de **receio** de **iminente moléstia** à posse.

Às alegações iniciais de temor, ante a proximidade de acampamento no derredor dos imóveis, a prova oral acrescentou **elementos de cognição** bastantes a convencer da **iminência de turbação ou esbulho**. Com riqueza de **detalhes**, abordando até o modo de arregimentação de integrantes do movimento, as **testemunhas** JOSÉ LEANDRO DE BRITO e VALDIVINO BISPO DOS SANTOS declararam-se cientes da intenção dos requeridos em ocupar outra fazenda na região, com as mesmas características dos imóveis dos requerentes:

“que conhece algumas pessoas que estão no acampamento como Manoel Teixeira, João Rocha, Dequinha e outras pessoas cujos nomes não sabe declinar no momento; que Manoel Teixeira disse para o depoente que a Fazenda Eldorado, onde estão acampados, não é uma fazenda que satisfaz os seus interesses, mas a Fazenda Porto Alegre seria ideal porque é baixa, tendo muita várzea; que essa conversa aconteceu há uns 04 ou 05 meses mais ou menos; que essa conversa ocorreu na porta da fazenda onde trabalha, que é defronte ao acampamento onde Manoel estava; que essa conversa surgiu naturalmente, uma vez que é conhecido antigo de Manoel; (...) que assistiu Manoel e Dequinha convidarem Sebastião para integrar o acampamento, sendo que Sebastião trabalhava com o depoente e aceitou o convite, estando hoje no acampamento” (f. 299);

“que próximo a Frei Inocência, no sentido de Teófilo Otoni, estão acampadas algumas pessoas sob a denominação do MST e uma delas, de nome Sebastião, que tinha trabalhado com o depoente, convidou a este para integrar o movimento e nessa ocasião lhe disse que a fazenda onde estão acampados, Fazenda Eldorado, não satisfaz os seus interesses, pois o que pretendem é uma fazenda de terras baixas, que daria mais proveito para plantar; que a Fazenda Porto Alegre se adequa à descrição do interesse dessas pessoas, muito embora eles não tenham se referido especificamente a ela, mas a ‘terras baixas da região de um modo geral’; que não aceitou o convite do MST porque não é exatamente um trabalhador rural, mas pedreiro” (f. 300).

No mesmo sentido, o **depoimento pessoal** dos requerentes:

“Há cerca de três anos passados houve rumores de que o MST invadiria propriedades na região onde fica a minha propriedade. Nesta ocasião eles já tinham invadido propriedade da região de Frei Inocência. Fiquei sabendo desses rumo-



res por comentários de terceiras pessoas, inclusive o cidadão de nome José de tal e Valdivino me disseram pessoalmente que os sem-terra iriam invadir a minha propriedade. Os réus não chegaram a se aproximar da minha propriedade, mas ficaram acampados próximo, em frente a Fazenda do José Neto, do Elias Ferreira e posteriormente invadiram a Fazenda do espólio do João Peixoto. Eles também invadiram propriedades em regiões próximas à minha fazenda” (JOSÉ MARIA PASCOAL – f. 463);

“No início do ano de 2003 começaram a surgir rumores de que a minha propriedade seria invadida pelos sem-terra. A divulgação da invasão da propriedade foi feita por meio da imprensa escrita e falada. Antes destes rumores, os réus acamparam na rodovia BR 116, em frente a propriedade do meu irmão (...). O empregado do meu irmão, de nome José Leandro, me disse que os sem-terra iriam invadir a minha propriedade. Os réus não chegaram a se aproximar da minha propriedade, mas sempre existiu receio de invadirem-na. Esse receio permanece até a presente data” (CARMEM FERREIRA – f. 464).

Está nos autos (f. 242), além de ser de **conhecimento geral**, dada a **publicidade** dos processos, e deste Juiz, em particular, o fato, referido pelas testemunhas, da invasão da Fazenda Eldorado em 23.05.2002, contemporaneamente ao ajuizamento da presente ação (f. 230).

Tem-se, pois, por **efetivamente temível a perda ou perturbação da posse**.

2 – Do aproveitamento econômico

O **depoimento** das testemunhas e de dois dos requerentes corroboram a alegação de exercício de **atividade produtiva** nos imóveis (casualmente considerados, na região, como uma mesma propriedade, pela origem comum):

“que conhece os autores e a fazenda de propriedade deles chama Fazenda Porto Alegre, que fica às margens da BR-116, no sentido de Governador Valadares, já no município desta cidade; (...) que a Fazenda Porto Alegre é explorada por pecuária de corte e existem muitos bois nas suas pastagens, muito embora não saiba precisar a quantidade” (VALDIVINO BISPO DOS SANTOS – f. 300);

“que conhece todos os autores que são proprietários da Fazenda Porto Alegre; que esta fazenda se encontra no município de governador Valadares cortada pela BR-116, mas antes de Frei Inocência; (...) que a Fazenda Porto Alegre é explorada de forma de pecuária de engorda de boi pelos autores; (...) que não sabe informar a quantidade de gado existente hoje empastado na Fazenda Porto Alegre” (JOSÉ LEANDRO DE BRITO – f. 299);

“Exploro a minha propriedade com retirada de leite e criação de gado” (JOSÉ MARIA PASCOAL – f. 463);

“Na época do ajuizamento desta ação a propriedade já estava arrendada para o Sr. Carlos Ferreira da Silva, já falecido. A propriedade continua arrendada para os herdeiros do Sr. Carlos. Eles exploram a propriedade com gado de corte” (CARMEM FERREIRA – f. 464).

Demais disso, há nos autos **documentos** que comprovam o exercício de posse com **aproveitamento econômico** em cada um dos imóveis, considerados em sua **individualidade**.

2.1 – Fazendas Porto Alegre

Labora em prol da pretensão das requerentes a **classificação** do imóvel, pelo **INCRA**, como **produtivo**, conforme certificados de cadastro referentes aos exercícios de 1998/1999 (f. 20 e 172).

Quanto à atividade desenvolvida no período subsequente, vêm aos autos **declarações de produtor rural** que demonstram encontrarem-se no imóvel, em **estoque final**, **347** (trezentas e quarenta e sete), **794** (setecentas e noventa e quatro) e **1.170** (mil, cento e setenta) cabeças de gado bovino, nos anos de **1999**, **2000** e **2001**, respectivamente, e, ainda, registram a **venda** de **245** (duzentas e quarenta e cinco), **732** (setecentas e trinta e duas) e **1.178** (mil, cento e setenta e oito) cabeças de gado bovino, no mesmo período, evidenciando a exploração econômica do imóvel.

As **notas fiscais** de saída e entrada (f. 180-186) e os **cartões de controle sanitário** do IMA (f. 168-169) demonstram o exercício de **atividade pecuária diretamente** pela primeira requerente, no período de 1999 a outubro de 2000. No que tange ao período seguinte, os **contratos de arrendamento** celebrados em 10.05.2000 e 01.02.2002 aparentam regulares e destinam-se à “*exploração de pecuária (cria, cria, engorda)*”, evidenciando a constância da exploração do imóvel (f. 170-171 e 119-121).



2.2 – Fazenda Mirante

Demonstram o aproveitamento do imóvel, com **atividade pecuária**, as **notas fiscais de produtor** relativas ao exercício de 2001 (f. 88, 90-112, 114-118). Consta da **declaração de produtor rural** prestada no ano 2000 a comercialização de 58.587 litros de leite e o estoque final de 353 (trezentas e cinquenta e três) cabeças de gado bovino (f. 85). O **cartão de controle sanitário** de f. 89 registra o efetivo pecuário médio de 280 (duzentas e oitenta) cabeças, no período de 21.09.2001 a 19.04.2002.

2.3 – Fazenda Santa Maria

Acompanham a inicial **notas fiscais** representativas de negociação de gado bovino durante o ano de 2001 (f. 209-227), consolidadas em relatório de f. 227-229. Relativamente ao mesmo período, a **declaração de produtor rural** reporta a comercialização de 209 (duzentos e nove) animais (f. 207).

Depreende-se do conjunto probatório, pois, o **cumprimento da função social**, sob o **aspecto econômico**.

3 – Da regularidade das relações de trabalho

3.1 – Fazendas Porto Alegre

Há **indícios** da **regularidade** do **vínculo empregatício** mantido pelos requerentes **CARMEM FERREIRA** e **ALAY-DE COELHO DO AMARAL** com 08 (oito) trabalhadores, estampados nas cópias de folhas de Livro de Registro de Empregados (f. 14-15 e 174-179).

De tais documentos depreende-se o **cumprimento de deveres do empregador** para com os trabalhadores, tais como a concessão de férias, o aumento salarial periódico, o recolhimento de contribuição sindical e a inscrição no Programa de Integração Social.

Releva notar que as folhas do livro de registro foram **visadas** por agente do Ministério Público do Trabalho, **presumindo-se regulares**, vez que sem prova, indício ou alegação de que da fiscalização houvesse resultado eventual autuação por infração das normas de regência das relações de trabalho.

3.2 – Fazenda Mirante

Declara o requerente **JOSÉ MARIA PASCOAL** a existência de **empregado sem registro em carteira profissional**, textualmente: “Tenho dois empregados, mas só um está registrado” (f. 463).

O **Ministério Público** trata tal declaração como **confissão** da irregularidade do vínculo empregatício, pelo que sustenta o descumprimento da função social, *in verbis*:

“*Em minuciosa análise do caso em tela, verifica-se que os autores não só deixaram de produzir prova de que o imóvel objeto da lide cumpre função social em todos os seus aspectos. Um deles, José Maria Pascoal, ouvido às fls. 463, confessou descumprimento da função social trabalhista na medida em que afirmou textualmente que um dos seus empregados não possui registro em carteira*” (sublinha original – f. 504).

Por certo, no cumprimento da função social, é requisito necessário, embora insuficiente, a observância das disposições de regência das relações de trabalho (**art. 186, III da C.R.F.B./88**).

Contudo, nada obsta, em tese, a que o **depoimento – leigo** – queira referir-se a **trabalho autônomo ou eventual**, assim entendidos aquele prestado sem vínculo de subordinação ou o prestado de modo **transitório**, para atender necessidade específica do empregador, diversa de sua atividade-fim, e sem vínculo de permanência ou continuidade.

A verificação da **irregularidade**, no caso, restou frustrada pela **insuficiente instrução** do feito, visto a **questão não haver sido explorada pelos requeridos**, que têm defensor nos autos, **nem pelo próprio órgão ministerial**, que a deixaram – todos – passar em branco quanto a discuti-la e prová-la em audiência, declinando da oportunidade de inquirir o requerente acerca da natureza, duração, continuidade e demais circunstâncias da prestação do trabalho, de modo a caracterizar inequívoca violação de norma trabalhista.

Demais disso, na **dicção do direito**, deve o julgador atentar sobretudo aos **efeitos concretos** que os **valores** eleitos pelo sistema produzirão na **composição dos litígios**, em detrimento da **valoração genérica e abstrata** ínsita à norma.



Sem olvidar que a função social da propriedade repercute o **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88), a valoração do trabalho, sob a **lógica do razoável**, há de privilegiar não apenas a observância de direitos trabalhistas em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social**, **existência digna** e **redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

No caso concreto, **não há prova, indício ou alegação** de que no imóvel se patrocinasse **trabalho escravo, infantil, penoso ou degradante**, condutas que, por afrontarem a **dignidade humana**, fundamento do **Estado Democrático de Direito**, repugnam à **Constituição** e à **lei**, tais a embasar a negativa da tutela possessória.

Nesse contexto, a suposta **infração**, se existiu, **nada representou no âmbito da verificação do cumprimento da função social**. Acaso relevante, a irregularidade haveria de ser **sanada** e mesmo **sancionada** – fosse o caso – em **via própria**. Não há nos autos notícia sequer de que o **Ministério Público** tenha requerido ou adotado alguma **providência** entendida **necessária ao saneamento de irregularidade** que saiba existente, em prejuízo da **gravidade** que vem atribuir à questão no parecer de f. 500-505, *data venia*.

Assim, na espécie, tenho por **suficientemente comprovado o cumprimento da dimensão-trabalho da função social**, sem prejuízo de que se determine, como determinado fica, seja oficiado o Ministério Público do Trabalho para que averigüe a suposta infração.

3.3 – Fazenda Santa Maria

Não sendo o caso de exploração em regime familiar, o exercício de atividade econômica no imóvel pressupõe, como antecedente lógico, o uso de mão-de-obra assalariada. No caso, demonstrada a exploração de atividade pecuária na Fazenda Santa Maria, competia aos requerentes **comprovar a regularidade das relações de trabalho** ali mantidas, ônus de que **não se desincumbiram**. De fato, no tangente à observância das disposições que regulam as relações de trabalho, a prova dos autos, seja documental, seja oral, é nenhuma.

4 – Da utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente

O **exercício da posse da propriedade rural**, em consonância com as **diretrizes constitucionais**, só atenderá à função social quando, ainda que usada economicamente em aproveitamento racional e adequado, harmonize a **exploração** e a **preservação** (incluída a **recuperação**) do meio ambiente, enfocando o paradigma da **exploração sustentável**, baseada em práticas que estimulam a diversidade da fauna e da flora, comprometidas com a conservação dos recursos naturais. E nesse **paradigma** é que cumpre a justiça social prevista no **art. 170, III da C.F./88**, atendendo, além, ao **art. 186** e seus **incisos**, da C.F./88.

Nesse diapasão, o poder público consagra a **reserva legal** e as **áreas de preservação permanente** como espaços territorialmente protegidos, inserindo-os na concepção de **bem de uso comum do povo** e **essencial à sadia qualidade de vida**, visando ao bem maior que é o **meio ambiente ecologicamente equilibrado** (florestas e demais vegetações). Nunca é demais lembrar a expressão do Texto Constitucional:

Art. 225 – “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

A **forma jurídico-institucional** encontrada pelo legislador ordinário para democratizar a **fruição indistinta**, no todo do **meio ambiente**, assim como distribuir ônus da manutenção desde **direito essencial** aos diversos proprietários privados de qualquer quinhão de área rural foi instituir a **Reserva Florestal Legal**, onde não se permite o corte raso, e as **Áreas de Preservação Permanente**. E, para **garantia** e **real efetividade** do comando, impôs a **averbação** da reserva legal à margem do registro dos imóveis rurais, como **obrigação indeclinável**.





4.1 – Fazendas Porto Alegre e Santa Maria

Nada há nos autos que prove o cumprimento da função social-ambiental nos imóveis Fazendas Porto Alegre e Santa Maria.

Os requerentes deixaram de comprovar até mesmo a preservação **formal** das áreas de **reserva legal**, descurando-se de averbá-las à margem das respectivas matrículas imobiliárias, não obstante tenham adquirido a propriedade (e a posse) em tempos pretéritos, 1977 (f. 12 e 13), 1997 (f. 123 e 127) e 1999 (f. 192 e 193).

Consta do depoimento da testemunha VALDIVINO BISPO DOS SANTOS “*que conhece os autores e a fazenda de propriedade deles chama Fazenda Porto Alegre, que fica às margens da BR-116, no sentido de Governador Valadares, já no município desta cidade; (...) que passa um córrego na fazenda e nela existem algumas lagoas*” (negrejei – f. 300).

Em tempos de **anunciadas catástrofes ambientais globais**, os recursos naturais em geral e, em particular, os reservatórios e cursos d’água não mais podem ser vistos, egoisticamente, como dádivas da natureza. Ao revés, o **paradigma moderno de posse**, trazido pelo legislador constituinte, impõe àquele que tem o **privilégio** do uso privado das águas públicas o dever de conservá-las, em benefício de toda a coletividade.

A **legislação específica** conceitua **área de preservação permanente** como sendo a área protegida “*coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas*” (art. 1º, § 2º, III do Código Florestal). Considera de **preservação permanente** as áreas de florestas e demais formas de **vegetação natural situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d’água**, em faixa de largura mínima de 30m (trinta metros), e **ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d’água naturais ou artificiais** (art. 2º, “a” e “b”).

No caso dos imóveis Fazendas Porto Alegre e Santa Maria, os próprios requerentes declararam, para fins de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, a **inexistência** (zero hectare) de **área de interesse ambiental de preservação permanente** e de **área de interesse ambiental de utilização limitada** (reserva legal), no período de 1997 a 2001, inclusive (Fazenda Porto Alegre – f. 26, 33, 42, 50, 60, 135, 143, 150, 157 e 164), e no ano de 2001 (Fazenda Santa Maria – f. 200). Assim, a utilização da integralidade da área do imóvel em pastagens, excluída tão-somente aquela ocupada com benfeitorias, dá conta do **uso predatório dos recursos naturais**.

O **Código Florestal**, ao classificar como “*bens de interesse comum a todos os habitantes do País*” as florestas existentes no território e as demais formas de vegetação, impõe **limitações** ao exercício dos direitos de propriedade. Considera, ainda, **uso nocivo** da propriedade as **ações** ou **omissões** contrárias às suas disposições, na utilização e exploração das coberturas vegetais (art. 1º e § 1º da Lei 4.771/65), merecendo tal **desabonadora qualificação** a posse exercida pelos requerentes, sem fazer jus, portanto, à tutela jurisdicional.

4.2 – Fazenda Mirante

Encontra-se **atendida disposição do Código Florestal**, estando **averbada**, à margem das respectivas matrículas imobiliárias, a área de **reserva legal** (f. 76-78), não inferior a 20% da superfície do imóvel, evidenciando, ao menos em um **sentido formal**, a preservação do meio ambiente.

Aqui, como alhures, restou **inexplorada** a questão da **concreta** adequação do uso dos recursos naturais e da **efetiva** preservação do meio ambiente. Na espécie, contudo, sempre sob a perspectiva do razoável, tenho por atendido, em **grau mínimo**, o requisito da **preservação do meio-ambiente**.

5 – Dimensão bem-estar social

Não há nos autos notícia de que a **exploração econômica** não se mostre **favorecedora da saúde, educação e lazer** dos proprietários, empregados, vizinhos, nem de que ali se exercessem **atividades perigosas, penosas ou insalubres**, em risco à **integridade física e psíquica** de quantos circulem naquele microcosmo social. Além, nada se comprovou acerca de eventual exercício de posse geratriz de **conflitos e tensões sociais**.

Contudo, considerando que a **Constituição Federal** dispõe serem **cumulativos** os **requisitos da função social**, a tão-só inexistência de prova em contrário do atendimento desse requisito específico não aproveita àqueles requerentes que não lograram comprovar bastante o cumprimento da função social em todas as suas dimensões.



III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o pedido aviado na inicial por JOSÉ MARIA PASCOAL, MARLENE VIEIRA PASCOAL, MARIA DAS DORES PASCOAL, ADAILTON PASCOAL e HÉLIO RENATO PASCOAL contra o MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, LUCIMAR PEREIRA, BRASILINO MOREIRA DA SILVEIRA, SEBASTIÃO MOISÉS GUEDES e requeridos incertos ou desconhecidos, **TORNANDO DEFINITIVA A ORDEM INTERDITAL DA FAZENDA MIRANTE**.

JULGO IMPROCEDENTE o pedido aviado na inicial por CARMEM FERREIRA, ALAYDE COELHO DO AMARAL, FERNANDO FERREIRA DE CARVALHO, MARIA AUGUSTA FERREIRA DE CARVALHO e NORTON FERREIRA DE CARVALHO em face dos mesmos requeridos, **REVOGANDO A ORDEM INTERDITAL DAS FAZENDAS PORTO ALEGRE E SANTA MARIA**.

Em razão da **sucumbência recíproca**, não equivalente, **condeno** os **requerentes** CARMEM FERREIRA, ALAYDE COELHO DO AMARAL, FERNANDO FERREIRA DE CARVALHO, MARIA AUGUSTA FERREIRA DE CARVALHO e NORTON FERREIRA DE CARVALHO no pagamento de 2/3 (dois terços) das **custas processuais**, além de suportar **honorários** de **R\$400,00** (quatrocentos reais) devidos ao Curador Especial, tendo em conta a **intervenção** no processo em estágio adiantado, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e a **atuação** do **profissional** no feito, pelo exercício zeloso do *munus* da Curadoria Especial (art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.).

Condeno os requeridos no pagamento de 1/3 (um terço) das **custas processuais**, além de suportar **honorários** de **R\$200,00** (duzentos reais) devidos ao advogado dos requerentes, tendo em conta o **comprido tempo** do processo, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável**, e o empenho demonstrado pelo **profissional**, atuante em todas as fases do processo (art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.), ficando **suspensa a exigibilidade**, em razão do benefício da **assistência judiciária gratuita**, ora deferido (f. 498).

Determino o **desentranhamento** dos documentos de f. 194-196, que não dizem respeito aos imóveis cuja posse é objeto da lide, e a **restituição** ao patrono dos requerentes, mediante **recibo** nos autos, tudo **certificado**.

Altere-se a classe da ação para **INTERDITO PROIBITÓRIO**.

Oficie-se ao Ministério Público do Trabalho para que, no exercício de suas atribuições, averigüe eventual infração à legislação trabalhista havida na Fazenda Mirante. Com o ofício, encaminhe-se cópia do depoimento de f. 463 e das certidões de registro de f. 76-78.

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C.

Belo Horizonte, 1º de novembro de 2007.

(Publicação Minas Gerais, 15.11.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte

Proc. no 0024.03.943.974-0

Ação: Interdito

Origem: Conselheiro Pena

Reqtes: Tarciso Lima dos Santos e outra

Reqdos: Lucimar Emídio Pereira e outros

Imóvel: Fazenda Jandaia (Fazendas Santa Rita e São Francisco)

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuida-se de AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO aforada por TARCISO LIMA DOS SANTOS e TEREZINHA TOLENTINO FERREIRA DE LIMA contra LUCIMAR EMÍDIO PEREIRA, CUSTÓDIO MARTIMIANO DA SILVA, WELLDEC MENDES ROCHA, JOÃO BATISTA ROSA GUIMARÃES, ANTÔNIO MONTEIRO DE OLIVEIRA, MANOEL FERREIRA ALVES, ANDRÉ SOARES DIAS, ADILSON ALVES RIBEIRO, SIDNEY PEREIRA, BRASILINO MOREIRA DA SILVA, GILMAR ENGELMAN, JOSÉ MARIA DOS SANTOS, MARIA DA GLÓRIA RIBEIRO, JUAREZ JOSÉ DA SILVA e CIRO JOSÉ ESTÊVÃO. Dizem-se os requerentes **possuidores** do imóvel rural **Fazenda Jandaia**, em Tumiritinga/MG, com área total de **668,80 ha**, constituído por duas glebas de terras denominadas Fazendas Santa Rita e São Francisco, que se confrontam com assentamento de trabalhadores rurais sem terra. Alegam que os requeridos teriam sido presos portando armas de fogo ilegalmente e lonas plásticas, quando se deslocavam na estrada de Turimitinga, com o **intuito** de **invadir** seu imóvel, entre outros, conforme ocorrência relatada em boletim de 24.02.2003. Ao fundamento de que os requeridos teriam liderado a invasão de outros imóveis na região, receiam **iminente esbulho** ou **turbação** de sua posse, pelo que pedem, desde a **concessão liminar**, a **ordem interdital** (f. 02-07). Juntam **documentos** (f. 08-48).

Vieram os autos da Comarca de Conselheiro Pena (f. 50).

Em **audiência** de 07.04.2003, foram ouvidos o **requerente** e duas **testemunhas** (f. 73-77).

Concessão liminar da ordem (f.78-79), **cumprida** (f. 226-261).

Citação pessoal (f. 231-246 e f. 253-260) e **ficta** (f. 265, 274, 276 e 283).

Os requeridos são **revéis** (f. 284).

Em **audiência** de 29.03.2005, foram ouvidas duas **testemunhas** (f. 320-322).

Contestação pelo **Curador Especial** nomeado aos revéis citados por **edital** (f. 367), com alegação, no **mérito**, de descumprimento da função social e ausência dos requisitos específicos da tutela interdital (f. 372-379).

Impugnação, com argüição da **intempestividade da contestação** (f. 384-393) e **documentos** (f. 394-428), vistos pelos requeridos (f. 430 e 430v).

Memoriais com **razões finais: requerentes** (f. 437-442); **requeridos** (f. 442v); **M.P.**, pela **improcedência** (f. 443 e 352-361).

Sem interesse em chamar à lide os requeridos incertos ou desconhecidos, os requerentes pedem o julgamento de procedência (f. 448).

É o **relatório**.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidir-se-á a lide, passamos aos termos do caso na **especialidade**.

I – Acolhendo manifestação dos requerentes (f. 448), **excluo** da lide eventuais requeridos incertos ou desconhecidos, não citados, limitando-se os efeitos subjetivos da sentença aos requeridos nominados, conforme pontifica o **Ministério Público** (f. 361).



2 – Acolho a arguição de **intempestividade** da contestação. O Dr. Defensor Público, nomeado Curador Especial aos revéis citados por edital, foi intimado pessoalmente em 05.04.2006 (f. 370v). Embora gozem os membros da Defensoria Pública da prerrogativa da contagem em dobro dos prazos (**art. 128, I, da Lei Complementar nº 80/94**), é **extemporânea** a defesa oferecida só em 22.05.2006 (f. 371v). Na espécie, contudo, a ausência de manifestação não induz os **efeitos da revelia**, dada a natureza de **ordem pública** dos preceitos atinentes ao **cumprimento da função social da propriedade** – e da **posse** (**art. 2.035, parágrafo único do CCB/2002**).

3 – Em se tratando de **interdito proibitório**, faz-se necessária a comprovação do **justo receio** de **moléstia à posse**, bem como da **iminência** de **turbação ou esbulho**. A par disso, a **posse** a que se pede **proteção** deve ser **exercida** em consonância com a sua **função social**, nos termos previstos na Constituição e nas leis.

O **receio de turbação ou esbulho** se nos apresenta **justo** o quanto basta ao ensejo de concessão da ordem interdital. A ação foi proposta em 06.03.2003, no juízo da Comarca de Conselheiro Pena (f. 50). O **boletim de ocorrência policial** lavrado em 24.02.2003 reporta a **prisão** dos **requeridos nominados** na região, transportando ilegalmente munições e armas de fogo com registros adulterados, em veículo apreendido na oportunidade (f. 18-27). A autoridade policial relatora da ocorrência declarou, em audiência, que no veículo apreendido foram encontradas ainda armas brancas e sacos de lonas plásticas de cor preta; que o veículo seguia em direção ao município de Tumiritinga, e que os requeridos se disseram integrantes de acampamentos diversos, “*Oziel, Frei Inocêncio e São José do Safira*” (f. 322). Os **recortes de jornal** nos dão conta de que os requeridos foram postos em liberdade poucos dias depois (f. 44-45).

Considerando que é **notório** o fato de que as barracas dos acampamentos de sem-terra são cobertas por plástico preto; **que** o imóvel onde exercem posse os requerentes se situa no município para onde se dirigiam os requeridos; **que** os passageiros do veículo apreendido se declararam integrantes de atuante movimento social em luta pela posse da terra rural e **que** se encontravam armados, tais circunstâncias **justificam** o **receio** de **iminente ameaça à posse**, vez que sinalizam a prática de **atos preparatórios de invasão**.

O **testemunho** de BOANERGES CABRAL CAMPOS confirma o fato da ameaça de invasão:

“*No mês de fevereiro/03, tomei conhecimento de que os réus estavam definidos para invadirem a propriedade dos autores e a minha, no Município de Tumiritinga. Quando soube disso, imediatamente procurei a PM para resguardar os meus direitos. No dia em que eu comuniquei o fato à polícia, naquela noite, a polícia prendeu quinze homens fortemente armados (sem-terras), e todos estavam dispostos a invadir a minha propriedade e a propriedade dos autores. No outro dia esses homens foram soltos e invadiram uma propriedade no Município de Itambacuri*” (f. 321).

A **prova documental** corrobora a veracidade do testemunho. A notícia de **jornal** (f. 64) e o **boletim de ocorrência** de f. 65-66 relatam a invasão da Fazenda Royal, em Itambacuri/MG, perpetrada por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em 23.03.2003, um mês depois de postos em liberdade. Demais disso, é de **conhecimento geral**, ante a **publicidade** dos processos, e deste juízo, em particular, o fato da invasão referida no depoimento da testemunha, vez que aqui na Vara de Conflitos Agrários tramitou a respectiva ação de reintegração de posse, ajuizada contra Lucimar Emídio Pereira e Brasilino Moreira da Silva (**proc. nº 0024.03.999.729-1**), os quais também integram o pólo passivo da presente ação.

Sabe-se que as **ocupações/invasões/tomadas**, em geral, são instrumentos de pressão política. Muitas vezes, porém, os movimentos sociais escolhem o objeto da ação de modo não criterioso, sem cuidar de antes verificar a viabilidade de um futuro assentamento ou perquirir sua **aptidão** para a Reforma Agrária. Assim, a **estratégia** de atuação do movimento social na região, a prática de **atos preparatórios** do esbulho e a **álea** na escolha do imóvel palco da manifestação política demonstram ser **efetivamente temível a perda da posse**.

4 – Nestes autos, a questão do cumprimento da função social como matéria de mérito nas ações coletivas possessórias somente veio à baila no parecer exarado pelo Ministério Público em 27.10.2005 (f. 352-361), depois de produzida a prova oral, já adiantada a marcha processual, que se iniciou em 06.03.2003 (f. 50).

Por tal motivo, a matéria não foi eficientemente apreciada em **contraprova** pelos requeridos a sobreviver ao **contraditório**, visto que restou inexplorada nos autos, tanto pelos requeridos, que têm procurador constituído, quanto pelo próprio Ministério Público. Na solução da lide privilegiar-se-ão, pois, os **princípios da razoabilidade**, da **proporcionalidade**, da **colaboração** e da **não-surpresa**, em detrimento do **rigor do esquadramento mi-**





croscópico dos requisitos constitucionais da função social, sob pena de **banalizar-se** questão tão relevante quanto a da perda da posse imobiliária.

Registro, ainda, o **salutar efeito colateral**, por assim dizer, advindo da análise do conflito coletivo possessório à luz da função social. Não raro – e cada vez com maior frequência – os peticionários, no curso do processo, cuidam de **qualificar a posse exercida**, de modo a adequá-la aos **requisitos constitucionais** e, assim, torná-la **merecedora da tutela jurisdicional**.

É o que se verifica no **caso concreto**. A inicial arrimou-se tão-somente em títulos de propriedade (f. 11-13) e comprovantes de recolhimento do imposto territorial (f. 14-17). Tão logo se cientificaram da perspectiva sob a qual se haveria de analisar o conflito, na mesma linha das razões expendidas pela douta Promotoria de Justiça de Conflitos Agrários em parecer (f. 352-361), os **requerentes cuidaram de se desincumbir do ônus de provar o cumprimento da função social**, carreando aos autos **farta documentação** (f. 394-426), muito embora manifestassem contrariedade à novel abordagem constitucional (f. 437-442).

Tendo em conta o caráter de **trato sucessivo** da **obrigação** de destinar ao imóvel **fim social**, adrede referido, os **atos de qualificação da posse**, ainda que supervenientes à propositura da ação, consubstanciam **fatos constitutivos do direito** da parte, a serem considerados no momento da decisão (**art. 462 do C.P.C.**).

Pois bem.

Há **prova documental** bastante do **aproveitamento racional e adequado da propriedade**. O **cartão de controle sanitário** (f. 396-399) registra a presença constante de razoável efetivo pecuário no imóvel, entre 29.04.2003 a 19.05.2006. No período próximo ao ajuizamento da ação, havia **471** (quatrocentas e setenta e uma) cabeças de **gado** na fazenda, **quantidade proporcional** à superfície do imóvel, que tem área de **668,80 ha**. As **notas fiscais** de venda da produção leiteira (f. 400-404), de compra e venda de gado bovino (f. 406-407) e de aquisição de **vacinas veterinárias** (f. 395) bem como o **demonstrativo anual da declaração de produtor rural** (f. 394) sinalizam a **regularidade** do exercício de **atividade pecuária** no indigitado imóvel, desde o período próximo ao ajuizamento da ação.

5 – O **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (**art. 1º, V** e **art. 170 da C.R.F.B./88**), repercute na função social da propriedade, razão por que, no cumprimento, hão de se observar as disposições de regência das **relações de trabalho** (**art. 186, III da C.R.F.B./88**).

No **caso concreto**, há **documentação idônea** a demonstrar razoavelmente o atendimento da **legislação trabalhista**, consistente no livro de registro de empregados, devidamente visado pela Delegacia Regional do Trabalho em Governador Valadares. De fato, os lançamentos ali apostos sinalizam o recolhimento de **contribuição sindical rural**; **reajuste anual do salário**; concessão de **férias**; **jornada legal** de trabalho rural, com intervalo para almoço e inscrição do empregado no **Programa de Integração Social** e no **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço** (f. 409-414). As informações prestadas à Previdência Social, constantes do Arquivo do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS, demonstram a **higidez do vínculo** mantido com dois trabalhadores, cumprindo-se os **encargos sociais** tais como o pagamento de **salário-família**, **adicional de insalubridade**, **remuneração da hora extra** superior a 50% da ordinária, reflexo da hora extra sobre o **descanso semanal remunerado** e o recolhimento do FGTS e de **contribuição à Previdência Social** (f. 415-426).

Demais disso, **não há prova, indício** ou **alegação** de que no imóvel se patrocinasse **trabalho escravo ou degradante**, condutas que, por afrontarem a **dignidade humana**, fundamento do **Estado Democrático de Direito**, **repugnam à Constituição** e à **lei**, tais a embasar a negativa da tutela possessória.

Suficientemente demonstrado, pois, o cumprimento **da dimensão-trabalho da função social**.

6 – O **exercício da posse da propriedade rural**, em consonância com as **diretrizes constitucionais**, só atenderá à **função social** quando, ainda que usada **economicamente em aproveitamento racional e adequado**, harmonize a **exploração** e a **preservação** (incluída a **recuperação**) do **meio ambiente**, enfocando o paradigma da **exploração sustentável**, baseada em práticas que estimulam a **diversidade** da **fauna** e da **flora**, comprometidas com a **conservação dos recursos naturais**. E nesse paradigma é que cumpre a **justiça social** prevista no **art. 170, III da C.F./88**, atendendo, além, ao **art. 186** e seus **incisos**, da **C.R.F.B./88**.





Na entrega da prestação jurisdicional nas demandas coletivas pela posse de imóvel rural, este juiz privilegia a construção de **solução consensual**. Acaso frustrada a conciliação, a análise de mérito processa-se sob a **ótica constitucional do cumprimento da função social**. Tal entendimento, sabe-se, não é pacífico na **jurisprudência**, circunstância que, todavia, não abala nossa convicção no seu **acerto e justiça**. Porém, pela própria **novidade da abordagem**, cumpre ao julgador, até por uma questão de **lealdade processual**, dar conhecimento às partes da “**originalidade**” (?) do seu entendimento da matéria, possibilitando a produção da prova necessária, em garantia do **princípio da ampla defesa**.

Por tal motivo, é praxe neste **Juízo especializado** recomendar aos postulantes da tutela possessória a comprovação do cumprimento da **dimensão ambiental** da função social, entre outras, carreando aos autos, *verbi gratia*, certidão de registro imobiliário com a averbação da **reserva legal**; **licença ambiental** para exploração da terra e da água e certidão negativa de infração por **ilícito ambiental**, expedidas pelo Instituto Estadual de Florestas e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

No **caso concreto**, porém, somente vim a oficiar no processo quando já conclusos os autos para sentença. Nenhum dos três juízes que me antecederam na condução do feito tratou a questão possessória sob a perspectiva da função social. Não obstante tenha o combativo Ministério Público ressaltado, na **fase de instrução**, que a prova deveria “*referir-se ao cumprimento da função social em todos os seus elementos (econômico, social e ambiental)*”, certo é que **a questão não foi fixada pelo juiz então oficiante como ponto controvertido**. E, conforme dito alhures, restou **insuficientemente** explorada nos autos pelos requeridos, revéis, e pelo próprio Ministério Público, que deixaram **passar em branco** a oportunidade da contraprova no processo.

Demais disso, as lides de **alta densidade social**, como soem ser as **possessórias coletivas**, requerem **sensibilidade** bastante do Poder Judiciário, na pena do julgador, de modo a perceber que a solução do conflito, já a tal **distância no tempo**, deve cuidar de não reverter o **delicado equilíbrio** em que os **fatos** se acomodaram no decorrer do processo.

Por **legítima** que seja a pressão sobre o INCRA pela obtenção da terra, o excessivo rigor na análise da prova, a essa altura, atira o **jurisdicionado** em situação de **abandono**, ao mesmo tempo em que, de modo nefasto, estimula a **atuação dos movimentos sociais** como **justiceiros**. Isso vale, por óbvio, noutra vertente, quando se cuida da violência semeada por **milícias armadas**.

Considerando, pois, as **particularidades** do **caso concreto**, tenho por suficientemente demonstrado, em grau mínimo, o cumprimento da função social na sua dimensão ambiental. Com efeito, não há nos autos **alegação, prova** ou **indício** da ocorrência de **infração por ilícito ambiental** porventura praticado no imóvel. Demais disso, o efetivo pecuário médio apascentado no imóvel, no período de 29.04.2003 a 19.05.2006, era de **459** (quatrocentas e cinquenta e nove) cabeças de **gado**, entre animais adultos, novilhos e bezerros, compatível, pois, com a extensão de **660,80 ha**, sinalizando o uso conservador e não-predatório da terra (f. 396 e 398-399).

Do mesmo modo, **sem alegação, prova** ou **indício** de que no imóvel se exerçam atividades **perigosas, penosas** ou **insalubres**, em risco à **integridade física e psíquica** dos circunstantes usuários do bem; tampouco de que a posse exercida pelos requerentes gere **conflitos** e **tensões sociais** no imóvel, mostrando-se, pois, favorecedora do **bem-estar** dos proprietários, empregados, vizinhos e de quantos circulem naquele **microcosmo social**.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL** por **TARCISO LIMA DOS SANTOS** e **TEREZINHA TOLENTINO FERREIRA DE LIMA** contra **LUCIMAR EMÍDIO PEREIRA**, **CUSTÓDIO MARTIMIANO DA SILVA**, **WELLDEC MENDES ROCHA**, **JOÃO BATISTA ROSA GUIMARÃES**, **ANTÔNIO MONTEIRO DE OLIVEIRA**, **MANOEL FERREIRA ALVES**, **ANDRÉ SOARES DIAS**, **ADILSON ALVES RIBEIRO**, **SIDNEY PEREIRA**, **BRASILINO MOREIRA DA SILVA**, **GILMAR ENGELMAN**, **JOSÉ MARIA DOS SANTOS**, **MARIA DA GLÓRIA RIBEIRO**, **JUAREZ JOSÉ DA SILVA** e **CIRO JOSÉ ESTÊVÃO**, **TORNANDO DEFINITIVA A LIMINAR CONCEDIDA**.

Condeno os **requeridos** nas **custas processuais**, além de suportar **honorários** de **R\$1.000,00** (mil reais) devidos ao Advogado dos requerentes, tendo em conta, por um lado, o **comprido tempo do serviço**, a **relevância** da



causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável** e o **empenho** demonstrado no **trabalho do profissional**, atuante em todas as fases do processo e, por outro, a relativa **simplicidade do feito**, sem oferecimento de contestação válida (art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.).

Determino o **desentranhamento** da peça de f. 372-379 e restituição ao respectivo subscritor, tudo **certificado**.

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 5 de dezembro de 2007.

(Publicação Minas Gerais, 10.12.2007)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte

Proc. no 0024.05.778.905-9

Ação: Interdito

Origem: Uberlândia

Reqtes: Walter Pereira de Moraes e outra

Reqdos: Integrantes do Movimento Trabalhadores Rurais, do Movimento dos Sem Terra e outros

Imóvel: Fazenda Boa

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

WALTER PEREIRA DE MORAIS e ILMA SEBASTIANA PEREIRA CARNEIRO aforaram AÇÃO DE INTERDITO PROBITÓRIO contra “integrantes do MTR – MOVIMENTO TRABALHADORES RURAIS, na pessoa de seu coordenador, EURÍPEDES BALTAZAR MEDEIROS; integrantes do MOVIMENTO DOS SEM TERRA” (sic) e requeridos desconhecidos ou incertos. Dizem-se possuidores do imóvel rural Fazenda Boa, em Uberlândia/MG, com área de 407,52,60 ha, onde exercem atividade agropecuária. Destacam que o imóvel, classificado pelo INCRA como propriedade produtiva, não se presta ao programa de reforma agrária. Alegam que os primeiros requeridos, integrantes do MTR – Movimento Trabalhadores Rurais, teriam ocupado o imóvel de 24 a 29.06.2005, de lá retirados à força pelos componentes do Movimento dos Sem Terra, que se encontrariam acampados em imóvel vizinho, ao argumento de que a Fazenda Boa já estaria na mira de seus interesses. Em vista disso, os integrantes do MTR teriam prometido reocupar o imóvel, com reforços. Por tudo, receiam iminente esbulho ou turbação de sua posse, pelo que pedem, desde a concessão liminar, a ordem interdita (f. 02-11). Juntam documentos (f. 12 a 35).

O Ministério Público é pela justificação da posse (f. 39-41).

Concessão liminar da ordem (f. 42-44).

Citação do segundo movimento requerido, na pessoa de Severo Araújo de Melo (f. 64v), e ficta dos demais (f. 49, 56, 67 e 68), todos revéis.

Contestação, pelo Curador Especial nomeado aos revéis citados por edital, com alegação de descumprimento da função social, ausência de prova da justiça do receio alegado e, quanto ao mais, por negativa geral (f. 78-87).

Impugnação (f. 89-93).

Em audiência de 17.04.2007, foram ouvidas 02 (duas) testemunhas (f. 193-196).

Memoriais com razões finais (requerentes – f. 198-204 e requeridos – f. 215). O Ministério Público é pela improcedência do pedido (f. 216-222).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as premissas a cuja luz decidir-se-á a lide, passamos aos termos do caso na especialidade.

1 – Diferentemente do quanto alegam os requerentes, de início registro que, na espécie, a ausência de manifestação dos requeridos não induz o efeito de se reputarem verdadeiros os fatos alegados, como bem apontam o Curador Especial (f. 87) e o Ministério Público (f. 95 e 217).

A natureza de ordem pública dos preceitos atinentes ao cumprimento da função social da propriedade – e da posse (art. 2.035, parágrafo único do CCB/2002) – e o interesse público ínsito à matéria, tal a embasar a própria intervenção ministerial (art. 82, III do C.P.C.), elidem os efeitos materiais da revelia.

Demais disso, aos requeridos defendidos por Curador Especial não se aplica a regra do ônus da impugnação especificada, permanecendo os requerentes incumbidos de provar os fatos constitutivos de seu direito, vez que controvertidos com o tão-só oferecimento de contestação, ainda que por negativa geral (art. 302, parágrafo único, do C.P.C.).



2 – Em se tratando de **interdito proibitório**, faz-se necessária a comprovação do **justo receio de moléstia à posse**, bem como da **iminência de turbação ou esbulho**. A par disso, a **posse** a que se pede **proteção** deve ser **exercida** em consonância com a sua **função social**, nos termos previstos na Constituição e nas leis.

O **receio de turbação ou esbulho iminente** se nos apresenta **justo** o quanto basta ao ensejo de concessão da ordem interdital. A ação foi proposta em 19.07.2005 (f. 37). No **boletim de ocorrência** lavrado em 25.06.2005, a autoridade policial, presente ao local dos fatos, relata a invasão ocorrida na véspera e a presença no imóvel de um grupo de pessoas ligadas ao MTR, os quais, na oportunidade, admitiram a invasão (f. 29-30).

As **testemunhas** (f. 194-196) **confirmam** a alegação de que, poucos dias depois, os integrantes do MTR foram expulsos pelos componentes de movimento rival (os segundos requeridos), os quais, acampados em imóvel vizinho (Fazenda Veio d'Água), teriam interesse na destinação, para si, da integralidade das terras das Fazendas Boa e Veio d'Água, ambas pertencentes anteriormente a Laerte Alves Carneiro, pai e sogro dos requerentes, que deles a receberam por doação (f. 14-15).

A tal propósito, excerto dos **depoimentos** tomados em **audiência**:

“tem conhecimento de grupos de sem-terra acampados próximos da Fazenda Boa desde 1999; as fazendas Boa e Veio D'Água eram, originariamente, de propriedade do Sr. Laerte Alves carneiro, que passou-as aos filhos. A Fazenda Veio D'Água foi invadida pelos sem-terra há aproximadamente cinco anos, e a Fazenda Boa há aproximadamente dois anos. A invasão da Fazenda Boa durou apenas uma semana, pois um outro grupo de sem-terra retirou os invasores à força. Esses fatos são sabidos por todos na região. (...) Soube por meio de membros do movimento que o desentendimento entre os dois grupos de sem-terra ocorreu porque o grupo da Veio D'Água pretende a desapropriação de toda a área outrora pertencente ao Sr. Laerte, e, portanto, também têm intenção na Fazenda Boa” (depoimento de GILBERTO FERREIRA DE ALMEIDA – f. 195-196);

“tem conhecimento de que grupos de sem-terra já estiveram acampados por uns cinco dias na Fazenda Boa, mas foram tirados de lá por outro grupo de sem-terra; (...) A distância entre o acampamento dos sem-terra na Veio D'Água até a Fazenda Boa é de aproximadamente 10 quilômetros pelo asfalto e de 08 quilômetros pela estrada de terra. O Sr. Laerte Alves Carneiro era o proprietário da Fazenda Veio D'Água e da Fazenda Boa, mas elas sempre foram glebas distintas. Há grupos de sem-terra tanto na Fazenda Veio D'Água na parte que é de Milton, quanto na Fazenda Veio D'Água, na parte que é de Lourenço” (depoimento de IVANO FERNANDES DA SILVEIRA – f. 194)

As **declarações** de f. 34-35, firmadas pelo produtor rural MILTON PEREIRA SUDÁRIO e pelo representante legal Sindicato Rural de Uberlândia, corroboram a alegação de que o imóvel fora alvo de disputa entre movimentos sociais rivais:

“A Fazenda Boa foi invadida por integrantes do Movimento Sem Terra, os quais, posteriormente, foram expulsos do local por outros integrantes dos Sem Terra, os quais estão acampados na Fazenda Veio D'Água, localizada na BR 453, lugar denominado Cruz Branca, à direita, próximo à Fazenda Boa. Declaro ainda que os ‘Sem Terra’ que expulsaram os outros do local o fizeram para proteger a área dos invasores, visto que intencionam eles próprios invadir a mesma. Sendo assim, tenho conhecimento de que a Fazenda é foco de conflito entre integrantes dos Sem Terra, de grupos diferentes, sendo que ambos intencionam invadir a fazenda”.

Muito embora a testemunha IVANO FERNANDES DA SILVEIRA tenha declarado que o requerente **não deveria temer a ocupação** de seu imóvel, argumentando que a tão-só condição de produtivo torná-lo-ia **imune** às invasões (f. 194), sabe-se que, pelo contrário, muitas vezes os movimentos sociais escolhem aleatoriamente o objeto da ação, de modo pouco criterioso, sem cuidar de antes verificar a viabilidade de um futuro assentamento ou perquirir sua **aptidão** para a Reforma Agrária.

Assim, a **invasão** praticada por integrantes do MRT, ainda que de breve duração, e a desocupação compulsória por **pressão** de membros do MST, acampados nas proximidades, evidenciam que a Fazenda Boa, por ocasião dos fatos, era objeto de interesse dos movimentos sociais requeridos, demonstrando ser **efetivamente temível a perda da posse**.

3 – Superada a questão da justiça do receio de iminente turbação ou esbulho, passamos a apreciar os elementos atinentes ao direito de a ora requerente vir a Juízo pleitear **proteção possessória**.

4 – No tocante ao **aproveitamento racional e adequado da propriedade**, aproveita pouco aos requerentes a **classificação** do imóvel como grande **propriedade produtiva** pelo INCRA, no triênio de 2000/2001/2002, tendo em vista que o cumprimento da função social é obrigação de trato sucessivo e o certificado do INCRA que exibem,





válido até 22.02.2004, não contempla o biênio imediatamente anterior à perda da posse (f. 17). Contudo, acompanham a inicial **notas fiscais de produtor rural** emitidas entre 11 a 27.01.2005, hábeis a comprovar a alegação de exercício de **atividade pecuária** no imóvel, com criação de gado bovino para corte (f. 18-24), e **atividade agrícola**, com produção de mais de 12.000 kg de soja em abril de 2004 (f. 19). O **cartão de controle sanitário** do Instituto Mineiro de Agropecuária registra um **efetivo pecuário médio** de 319 (trezentas e dezenove) reses no período de 16.12.2004 a 08.06.2005 (f. 16v).

Também a **prova oral** corrobora a alegação de **produtividade** do imóvel, havendo as **testemunhas** declarado que na fazenda se exerce **atividade agropecuária**, com criação de gado bovino de corte e plantação de soja:

“Acha que o Sr. Valter não precisa temer a invasão dos sem-terra porque a fazenda dele é produtiva. Na Fazenda tem uns 70 hectares de soja, por arrendamento; apascenta de 300 a 400 cabeças” (depoimento de IVANO FERNANDES DA SILVEIRA – f. 194);

“A Fazenda Boa tem aproximadamente 80 alqueires, e está ocupada, em parte, com arrendamento para o cultivo de soja, e outra parte com gado de corte (mais ou menos 400 cabeças). (...) Tem conhecimento de que o gado da Fazenda é todo vacinado. A atividade pecuária na Fazenda é de recria de novilhas para corte. Sabe que, da Fazenda, 70 hectares são de lavouras (a parte plana), boa parte de reserva, e o resto é para gado, até porque é terreno acidentado” (depoimento de GILBERTO FERREIRA DE ALMEIDA – f. 195-196).

Nesta seara, importa a **prova** de que o imóvel não se encontra em estado de **abandono** e é **aproveitado** de modo **adequado**, segundo os **princípios** da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**. Sob pena de infligir às partes **ônus probatório desproporcional** e **inatingível**, em prejuízo da **justiça da decisão**, não nos compete aferir a consecução dos índices de utilização da terra (**GUT**) e eficiência na exploração (**GEE**), utilizados pelo **INCRA** no procedimento de **desapropriação** por **interesse social**, para fins de reforma agrária (**Lei nº 8.629/93**).

Resta **suficientemente demonstrado**, pois, o **exercício de atividade econômica no imóvel**, no período imediatamente anterior ao ajuizamento da presente ação.

5 – O **exercício da posse da propriedade rural**, em consonância com as **diretrizes constitucionais**, só atenderá à **função social** quando, ainda que usada **economicamente** em **aproveitamento racional** e **adequado**, harmonize a **exploração** e a **preservação** (incluída a **recuperação**) do **meio ambiente**, enfocando o paradigma da **exploração sustentável**, baseada em práticas que estimulam a **diversidade** da **fauna** e da **flora**, comprometidas com a **conservação dos recursos naturais**. E nesse paradigma é que cumpre a **justiça social** prevista no **art. 170, III** da **C.F./88**, atendendo, além, ao **art. 186** e seus **incisos**, da **C.R.F.B./88**.

No **caso concreto**, encontram-se **averbada**, à margem da matrícula imobiliária, duas áreas de **reserva florestal**, com **9,0674 ha** e **32,0000 ha**, totalizando **41,0674 ha**, o que corresponde a **10%** (dez por cento) da área total de 409,5260 ha, inferior ao patamar legal (**art. 16, § 2º** da **Lei nº 4.771/65**). Forte no **descumprimento** da **legislação ambiental**, o **Ministério Público** propugna pela **improcedência** do pedido.

Muito embora este juiz entenda ser **cogente** a norma do **Código de Defesa Florestal** que trata da matéria, de se destacar a **controvérsia jurisprudencial** que paira sobre a questão da **obrigatoriedade da averbação**. A própria Corte Superior do **Tribunal de Justiça de Minas Gerais**, no julgamento do **Mandado de Segurança nº 1.000.00.279477-4/000**, assentou o entendimento de que o **Código Florestal não impõe** a averbação da reserva legal a todo e qualquer imóvel rural nem condiciona a prática de atos notariais e registrais à averbação, ali tratada como **mero ato administrativo autônomo**, sem caráter auto-executório.

Conquanto não se ignore a incipiente (e salutar) **mudança na orientação**, na esteira de **precedente** do **Superior Tribunal de Justiça (RMS nº 18.301/MG, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, j. 24.08.2005)**, grassa ainda a **controvérsia** no T.J.M.G., de que são exemplos, **favoráveis** à **obrigatoriedade da averbação**, os recentes julgados nº 1.0694.06.031274-1/001(1), Rel. Des. MAURÍCIO BARROS, j. 03.07.2007; 1.0499.06.000299-9/001(1), Rel. Des. ARMANDO FREIRE, j. 12.06.2007; 1.0309.04.001296-0/001(1), Rel. Des. EDGARD PENNA AMORIM, j. 01.03.2007; 1.0694.06.030368-2/001(1), Rel. Des. EDILSON FERNANDES, j. 09.01.2007 e 1.0517.05.978219-6/000(1), Rel. Des. MARIA ELZA, j. 06.04.2006. E, **contrários**, os julgados nº 1.0283.05.002623-8/001(1), Rel. Des. SILAS VIEIRA, j. 26.04.2007; 1.0000.07.449726-4/000(1), Rel. Des. BELIZÁRIO DE LACERDA, j. 29.05.2007; 1.0283.06.004492-4/001(1), Rel. Des. BELIZÁRIO DE LACERDA, j.



22.05.2007; 1.0694.06.031433-3/001(1), Rel. Des. ALBERGARIA COSTA, j. 29.03.2007 e 1.0283.06.004242-3/001(1), Rel. Des. ALBERGARIA COSTA, j. 08.03.2007.

Revela-se, pois, **desproporcional exigir** do jurisdicionado a observância de conduta cuja **imposição** nem ao menos é **pacífica** perante os tribunais. E por derradeiro, mas não em último, é de se privilegiar, em **análise teleológica da norma**, a **concreta preservação de área de reserva legal**, em detrimento da exigência de observância de **formalidade administrativa**. A própria Justiça Federal, a quem compete julgar ações de desapropriação para fins de reforma agrária, vem entendendo que a **irregularidade formal não compromete** o cumprimento da função social da propriedade. A tal propósito, lúcida manifestação da **Procuradoria da República**, em parecer da lavra da i. Procuradora Dra. MARIANE G. DE MELLO OLIVEIRA, nos autos do processo nº 2003.35.011233-7, em trâmite perante a 9ª Vara da Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Goiás:

“Entende este Órgão Ministerial que, muito embora tenha ficado caracterizado nos autos que a indigitada reserva legal não fora devidamente averbada antes da vistoria administrativa, mas somente após a mesma, a confirmação de sua existência torna-se suficiente para que esta seja considerada no cálculo do Grau de Utilização da Terra – GUT do imóvel em estudo. (...) A obrigação de preservar a área relativa à reserva legal decorre de lei, ainda que não esteja averbada. Segundo o Código Florestal, o proprietário está impedido de explorar pelo menos 20% de sua propriedade rural (art. 16, “a” e parágrafos 2º e 3º), independentemente de haver assinado e averbado no registro imobiliário o termo de compromisso de preservação de reserva legal. (...) O Ministério Público Federal, apesar de ter conhecimento e respeitar a posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal [de não considerar como reserva legal área não averbada], não pode com ela concordar. Se assim o fizesse, estaria sendo conivente com uma formalidade que despreza a real situação fática do imóvel, prejudicando de forma desproporcional uma das partes, o que não pode ser tolerado. A Lei Ambiental tutela a preservação do meio ambiente e não a burocracia. De se ressaltar que a Lei nº 8.629/93, em seu art. 10, IV, considera a área de reserva legal não aproveitável para fins de cálculo da produtividade do imóvel, não condicionando esta exclusão ao fato de estar averbada no registro imobiliário.”²²⁷¹

Na **casuística**, as **testemunhas** foram unânimes em declarar que parte considerável da área do imóvel não é explorada, por se constituir em **reserva legal**. Não foram inquiridas, contudo, a respeito de sua extensão (f. 194-196). Nesse contexto, as **provas documental e testemunhal** sinalizam o bastante cumprimento da **dimensão ambiental** da função social, além do que a matéria não foi eficientemente apreciada em **contraprova** pelos requeridos, a sobreviver ao **contraditório**. Demais disso, não há nos autos **alegação, prova ou indício** da ocorrência de **infração por ilícito ambiental** porventura praticado no imóvel.

Por tudo, tenho por **suficientemente** demonstrado, pois, em **grau mínimo**, o **cumprimento da função social** na sua **dimensão ambiental**.

6 – O **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (art. 1º, V e art. 170 da C.R.F.B./88), repercute na função social da propriedade, razão por que, no cumprimento, hão de se observar as disposições de regência das **relações de trabalho** (art. 186, III da C.R.F.B./88).

Assim, sob a **lógica do razoável**, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de direitos trabalhistas em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social, existência digna e redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

No **caso concreto**, apenas a **prova testemunhal** socorre os requerentes quanto a demonstrar a regularidade da **dimensão-trabalho** da função social da posse que exercem. Infere-se dos **depoimentos** que os **requerentes** exploram **diretamente** a atividade **pecuária** e, **indiretamente**, mediante contrato de **arrendamento**, a agricultura. No que diz respeito à **pecuária**, declaram as **testemunhas** que os requerentes mantêm **um único empregado fixo**, com registro em carteira:

“O Sr. Valter tem apenas um funcionário efetivo, e outros, eventualmente, por empreitada; o arrendatário e a família plantam soja. O próprio funcionário disse ao depoente que tem carteira assinada” (f. 194);

227 – Cfr. Justiça Federal de 1ª Instância – Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais – Mandado de Segurança Individual – proc. nº 2007.38.00.022941-6.



“O proprietário mantém no imóvel um funcionário seu, o qual o depoente acha que é com carteira assinada. Quanto ao arrendatário, o depoente não sabe informar quantos empregados são, sendo que são contratados empregados em épocas de plantio ou colheita” (f. 195-196).

O **legislador constituinte** dispôs que a função social da propriedade rural cumpre-se segundo **graus** e **critérios estabelecidos em lei** (art. 186). O espectro dos bens sociais valorados como indicadores do cumprimento da função social admite, pois, **gradação** e **escalonamento**, sempre sob a ótica da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**.

Considerando o efetivo pecuário apascentado no imóvel em 08.06.2005 (300 reses – f. 16v), data próxima à invasão, e, ainda, o sistema de produção empregado na pecuária de corte, normalmente desenvolvida em regime extensivo, com pastagens naturais, sem grande demanda de suplementação alimentar, é **razoável** que a exploração do imóvel fique a cargo de um único empregado fixo.

O **Ministério Público** é pelo **indeferimento** do pedido, ao fundamento da **ausência** de prova **documental** da regularidade da utilização da mão-de-obra temporária e eventual, em épocas de plantio e colheita. De fato, a tal respeito, a **prova documental** é nenhuma.

Contudo, é de se ver que, embora **superável**, é **alto** o **grau** de **dificuldade** da produção da prova da regularidade das relações de trabalho mantidas no imóvel por terceiros, no caso, o **arrendatário**, **possuidor direto**.

Além, **sem prova**, **indício** ou **alegação** nos autos de que no imóvel se patrocinasse **trabalho escravo ou degradante**, condutas que, por afrontarem a **dignidade humana**, fundamento do **Estado Democrático de Direito**, **repugnam** à **Constituição** e à **lei**, tais a embasar a negativa da tutela possessória.

Do mesmo modo, **sem alegação**, **prova** ou **indício** de que no imóvel se exerçam atividades **perigosas**, **penosas** ou **insalubres**, em risco à **integridade física e psíquica** dos circunstantes usuários do bem; tampouco de que a posse exercida pelos requerentes gere **conflitos** e **tensões sociais** no imóvel, mostrando-se, pois, favorecedora do **bem-estar** dos proprietários, empregados, vizinhos e de quantos circulem naquele **microcosmo social**.

Assim, **suficientemente** atendidos os **requisitos** da **função social**, não há **razoabilidade** em se negar a **tutela possessória** aos requerentes, a modo de **verdadeira pena** por suposta inobservância de normas trabalhistas ao tempo da ameaça de ofensa à posse. No deslinde de causa dessa natureza, **rejeita-se o rigor do esquadrinhamento microscópico** dos requisitos constitucionais da função social, sob pena de **banalizar-se** questão tão relevante quanto a da perda da posse imobiliária.

7 – As lides de **alta densidade social**, como soem ser as **possessórias coletivas**, requerem **sensibilidade** bastante do Poder Judiciário, na pena do julgador, de modo a perceber que a solução do conflito, já a tal **distância no tempo**, deve cuidar de não reverter o **delicado equilíbrio** em que os **fatos se acomodaram** no decorrer do processo. Compete ao julgador, na aplicação do direito, orientar-se sempre pelo **princípio da estabilidade social**, de modo a evitar a perpetuação ou, o que seria pior, a **ressurreição do conflito**.

Por **legítima** que seja a **pressão** sobre o INCRA pela obtenção da terra, o **apego quase ritualístico a detalhes**, a essa altura, atira o jurisdicionado em situação de **abandono**, ao mesmo tempo em que, de modo nefasto, estimula a **atuação** dos **movimentos sociais** como **justiceiros**. Isso vale, por óbvio, noutra vertente, quando se cuida da violência semeada por **milícias armadas**.

Há de se ter em conta que, no caso, **resolveu-se** de **modo útil** o conflito que poderia se instaurar a partir da concreção da **invasão ameaçada** e a situação de **paz**, **consumada**, **perdura no tempo**.

Conquanto não **robustíssima** nem **exaustiva** a prova do cumprimento da função social, mormente quanto aos aspectos **ambiental** e do **trabalho**, é de se notar que o feito **não foi instruído com o cuidado necessário**, *data venia*, inexistindo nos autos recomendação da produção de prova documental idônea a tal fim, como já hoje de **praxe** neste Juízo Agrário, em atenção aos **princípios** da **transparência**, **colaboração** e da **não-surpresa**. Também é certo que, quanto à função social, tampouco há dúvida bastante a ensejar a decisão de improcedência do pedido.

Convocado a **compor o conflito coletivo possessório**, ao **Estado-juiz** incumbe, a um só tempo e **equitativa-mente**, zelar pelo **cumprimento** da **função social** e pelo **apaziguamento** da **tensão social**, sem negligenciar nem privilegiar qualquer de suas indesejáveis atribuições.



Assim, muito embora os elementos dos autos não sejam bastantes a fundamentar uma decisão de improcedência, não deixa de causar **preocupação a especulação** de que, na **exploração econômica** do imóvel, os requerentes **negligenciem a preservação dos recursos naturais** disponíveis e do **meio-ambiente**, assim como **descurem** de observar as disposições de regência das **relações de trabalho**.

Em atendimento ao **preceito constitucional do cumprimento da função social**, solicitar-se-á aos **órgãos competentes (Ministério do Trabalho, IBAMA, IEF, IGAM, Polícia Ambiental local)**, pois, a **averiguação** da ocorrência das **supostas violações**, do que decorrerá, se for o caso, a inclusão do imóvel no roteiro de fiscalização e vistoria pelo INCRA e a tomada das **providências cabíveis**.

Por tudo, então, havendo os requerentes **demonstrado suficientemente o atendimento de todos os requisitos da função social**, fazem jus à tutela possessória vindicada.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL** por WALTER PEREIRA DE MORAIS e ILMA SEBASTIANA PEREIRA CARNEIRO contra integrantes do MTR - MOVIMENTO TRABALHADORES RURAIS, integrantes do MOVIMENTO DOS SEM TERRA e requeridos incertos ou desconhecidos, **TORNANDO DEFINITIVA A LIMINAR CONCEDIDA**.

Condeno os requeridos nas custas processuais, além de suportar **honorários de R\$700,00** (setecentos reais) devidos ao Advogado dos requerentes, tendo em conta, de um lado, o **comprido tempo do serviço**, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável** e o **zelo** demonstrado no **trabalho do profissional**, atuante em todas as fases do processo, e, de outro, o **pouco empenho** na fase **instrutória** do feito (art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.).

Por **ofício**, informando, na oportunidade, o **nome** e o **número do CPF** dos **requerentes** (f. 02), a **denominação** do **imóvel** e o **número** de seu **cadastro** no **INCRA** (f. 17), **solicitar** a averiguação de:

- eventual irregularidade em relações trabalhistas no imóvel objeto desta lide, ao **Ministério do Trabalho**;
- eventual ocorrência de ilícito ambiental no imóvel, ao **IBAMA** e ao **IEF**;
- regularidade do uso de recursos hídricos no imóvel, ao **IGAM**;
- eventual prática de ilícitos ambientais no imóvel, à **Polícia Ambiental local**.

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C.

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2007.

(Publicação Minas Gerais, 28.12.2007)

Osvaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

Comarca de Belo Horizonte
Proc. no 0024.06.203.596-9
Ação: Interdito proibitório
Origem: Coromandel/MG
Requerente: Dial Distribuidora de Aço e Agropecuária Ltda.
Reqdos: Manoel Eliziário e outros
Imóvel: Fazenda Marques/Muquem

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuida-se de **AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO** aforada por **DIAL DISTRIBUIDORA DE AÇO E AGROPECUÁRIA LTDA.** em face de **MANOEL ELIZIÁRIO, MARCOS ANTÔNIO DE MOURA, ADENOR APARECIDO DA SILVA, MARIA ANDRÉA DA SILVA COSTA, MARIA TEREZINHA DE MOURA** e **requeridos incertos ou desconhecidos**, integrantes do **Movimento Terra, Trabalho e Liberdade**. Diz-se a requerente **possuidora** do imóvel rural **Fazenda Marques/Muquem**, em **Coromandel/MG**, com área de **919,70 ha**, que se confronta com imóvel **invadido** pelo movimento social a que pertencem os requeridos. Alega que os requeridos, ocupantes de fazenda vizinha, vêm alardeando na região a intenção de **tomar-lhe a posse** do imóvel, que considerariam improdutivo pelo tão-só fato de ali não se desenvolverem atividades agrícolas. Sustenta que os requeridos estariam incitando pessoas a participar da invasão, chegando a lhes oferecer transporte para a consecução de seus objetivos. Alega estar sofrendo **pressões** de anônimos para autorizar a ocupação e, com isso, supostamente facilitar a negociação do imóvel com o INCRA. Destaca que a fazenda, onde exerce **atividade pecuária**, é **produtiva**, respeitadas, na exploração, as disposições de regência das **relações de trabalho**. Receando **iminente esbulho** ou **turbação** de sua posse, pede, desde a **concessão liminar**, a **ordem interdital**, assim como, em **cumulação eventual**, a **reparação de danos materiais** (f. 03-14). Junta **documentos** (f. 15-40).

Vieram os autos da Comarca de **Coromandel** (f. 42).

Facultada a produção de **prova documental** do cumprimento da **função social** (f. 45-47), vieram aos autos os **documentos** de f. 58-117.

O **Ministério Público** é pela **justificação** da posse (f. 52).

O **INCRA** informa inexistir **procedimento administrativo** de obtenção do imóvel para o **programa de reforma agrária** (f. 54).

Citação pessoal (f. 139 e 141) e ficta (f. 152, 155-17) e **comparecimento espontâneo** ao processo (f. 142-143).

Audiência em **31.10.2006**, com **homologação** da declaração de vontade dos requeridos de **não praticar atos de turbação ou esbulho** e **cominação** da pena de **desocupação**, pelo descumprimento (f. 142-144).

Os requeridos são **revéis** (f. 158).

Contestação por **negativa geral** pelo **Curador Especial** nomeado aos requeridos incertos ou desconhecidos, revéis citados por edital (f. 160).

Ninguém especificou provas a produzir (f. 166 e verso).

Encerrada a instrução (f. 167), **manifestação final** só do **Ministério Público**, pela **improcedência** do pedido (f. 170-174).

É o **relatório**.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as **premissas** a cuja luz decidir-se-á a lide, passamos aos termos do caso na **especialidade**, apreciando inicialmente os **elementos** atinentes ao direito de a ora requerente vir a Juízo pleitear **proteção possessória**.



1 – No tocante ao **aproveitamento racional e adequado da propriedade**, labora em prol da pretensão da requerente a **sucessiva classificação** do imóvel como **produtivo** nos triênios de **2000/2001/2002** e **2003/2004/2005**, constante dos certificados de cadastro no INCRA (f. 25 e 60).

Demais disso, há nos autos **prova documental** do exercício de **atividade pecuária e agrícola** no imóvel, consubstanciada no **cartão de controle sanitário** do Instituto Mineiro de Agropecuária (f. 36 e 63), que registra o **apaseamento** de um **efetivo pecuário** médio de **580** (quinhentos e oitenta) **cabeças**, entre junho de 2004 a maio de 2005; nas **notas fiscais** de saída e entrada de gado **bovino** (f. 26-32) e de transferência de **eqüinos** (f. 75), respectivamente emitidas no intervalo de março a dezembro de 2005 e julho de 2006, período anterior próximo ao ajuizamento da ação; e nas **notas fiscais** emitidas em março de 2006, que registram a transferência para o imóvel de 90.000 kg (noventa mil quilos) de **arroz em casca** e 40.000 kg (quarenta mil quilos) de **milho em palha** (f. 65-74).

Nesta seara, importa a prova de que o imóvel não se encontra em estado de **abandono** e é **aproveitado** de modo **adequado**, segundo os **princípios** da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**. Sob pena de infligir às partes **ônus probatório desproporcional** e **inatingível**, em prejuízo da **justiça da decisão**, não nos compete aferir a consecução dos índices de utilização da terra (GUT) e eficiência na exploração (GEE), utilizados pelo INCRA no procedimento de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária (**Lei nº 8.629/93**).

No deslinde de causa dessa natureza, **rejeita-se o rigor do esquadramento microscópico** dos **requisitos constitucionais** da função social, sob pena de **banalizar-se** questão tão relevante quanto a da **perda da posse imobiliária**.

Resta **suficientemente demonstrado**, pois, o **exercício de atividade econômica no imóvel**, no período imediatamente anterior e contemporâneo à propositura da presente ação.

2 – O **exercício da posse da propriedade rural**, em consonância com as **diretrizes constitucionais**, só atenderá à **função social** quando, ainda que usada **economicamente** em **aproveitamento racional e adequado**, harmonize a **exploração** e a **preservação** (incluída a **recuperação**) do **meio ambiente**, enfocando o paradigma da **exploração sustentável**, baseada em práticas que estimulam a **diversidade** da **fauna** e da **flora**, comprometidas com a **conservação dos recursos naturais**. E nesse paradigma é que cumpre a **justiça social** prevista no **art. 170, III** da **C.F./88**, atendendo, além, ao **art. 186** e seus **incisos**, da **C.R.F.B./88**.

No **caso concreto**, encontra-se **averbada**, à margem da matrícula imobiliária, a área de **reserva florestal**, com **183,94 ha**, correspondendo a **20,04%** (vinte inteiros e quatro centésimos por cento) da área total de 917,70 ha, atendido o patamar **mínimo legal** (**art. 16, § 2º** da **Lei nº 4.771/65**).

Demais disso, **sem indícios nem provas** nos autos de **exploração predatória** dos recursos naturais disponíveis e do meio-ambiente. Evidenciado, pois, ao menos em um **sentido formal**, o cumprimento da **função social**, no tangente à **dimensão ambiental**.

Como adminículo, releva apontar a **absoluta imprestabilidade probatória** do documento de f. 77-96, denominado **Programa de Prevenção de Riscos Ambientais**. Além de carreado aos autos de **forma incompleta**, saltando da página 12 para a página 39 (f. 88 e 89 dos autos), o documento versa sobre **imóvel distinto** daquele cuja posse é objeto da lide. A conduta da parte revela ou **negligência** e **desleixo** na instrução do feito ou **reprovável intenção** de ensejar **tumulto processual**, sob inspiração de ultrapassada corrente advocatícia cujo lema seria “*quanto mais papel, melhor*”, fiada na premissa, falsa, de que o julgador deixa-se impressionar pelo volume, sem exame do conteúdo, dos documentos juntos aos autos.

3 – O **valor social do trabalho**, fundamento da República Federativa do Brasil e, de modo específico, da **ordem econômica** (**art. 1º, V** e **art. 170** da **C.R.F.B./88**), repercute na função social da propriedade, razão por que, no cumprimento, não de se observar as disposições de regência das **relações de trabalho** (**art. 186, III** da **C.R.F.B./88**).

Assim, sob a **lógica do razoável**, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de direitos trabalhistas em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social**, **existência digna** e **redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumprirá a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho.

No **caso concreto**, a requerente comprova a existência de **três empregados fixos**, regularmente registrados em carteira profissional (f. 97-105). Vêm aos autos, ainda, **documentação bastante** que evidencia a observância das



disposições de regência das relações de trabalho, tais como a inscrição dos empregados no Programa de Integração Social, recolhimento de contribuição social (f. 106) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (f. 107 e 112-A).

Além, **sem prova, indício** ou **alegação** nos autos de que no imóvel se patrocinasse **trabalho escravo ou degradante**, condutas que, por afrontarem a **dignidade humana**, fundamento do **Estado Democrático de Direito**, **repugnam à Constituição** e à **lei**, tais a embasar a negativa da tutela possessória.

Do mesmo modo, **sem alegação, prova** ou **indício** de que no imóvel se exerçam atividades **perigosas, penosas** ou **insalubres**, em risco à **integridade física e psíquica** dos circunstantes usuários do bem; tampouco de que a posse exercida pelos requerentes gere **conflitos** e **tensões sociais** no imóvel, mostrando-se, pois, favorecedora do **bem-estar** dos proprietários, empregados, vizinhos e de quantos circulem naquele **microcosmo social**.

4 – Por tudo, então, resta provado que a **posse** a que se pede **proteção** é exercida em **consonância** com a sua **função social**, nos termos previstos na Constituição e nas leis. A par disso, porém, em se tratando de **interdito proibitório**, faz-se necessária a comprovação da **iminência de turbação ou esbulho**, de modo a demonstrar a **justiça do receio**.

De início, registro que da tão-só ausência de **contestação** pelos requeridos nominados não se reputam verdadeiros os fatos alegados pela requerente, **a uma**, porque a defesa apresentada pelo **Curador Especial** nomeado aos requeridos incertos ou desconhecidos, litisconsortes necessários, **elide o efeito material da revelia**, por força do que dispõem os **art. 302, parágrafo único** e **320, I do C.P.C.**, e **a duas**, porque os requeridos, em **audiência**, unanimemente **negaram** a ameaça de invasão:

“Expressamente, os presentes, representantes do acampamento ‘Liberta Coró’, disseram-se bastantes citados para esta ação, bem como fizeram questão de afirmar que não têm qualquer interesse, nem nunca tiveram, de ocuparem a fazenda da requerente. Por tal declaração, todos subscrevem a presente ata” (f. 142).

A **negação** da ameaça de iminente moléstia à posse, pelos requeridos, ainda que não aviada em peça formalmente própria, é **válida e eficaz** o quanto basta para tornar **controvertido** o fato e, assim, fazer incidir a regra de julgamento constante do **art. 333, I do C.P.C.**, segundo a qual incumbe ao requerente provar os **fatos constitutivos** de seu direito.

Nesse sentido, cristalina a lição do Professor CÂNDIDO DINAMARCO, informada pelo **princípio da instrumentalidade do processo**:

*“Reputam-se controversas, e portanto dependentes de prova, todas as afirmações sobre fatos, contidas na petição inicial e de algum modo negadas por algum sujeito processual”*²²⁸ (negrejei).

Não foi por outro motivo que se determinou à requerente a especificação das provas que entendesse hábeis à dirimir a questão da **iminência da invasão** da Fazenda Marques/Muquem, fato que **não é notório, confessado** ou **incontroverso**, e tampouco reveste-se de **presunção legal**, a eximir aquele que alega do ônus de ao menos **demonstrá-lo** (**art. 334 do C.P.C.**).

A tal propósito, como bem aponta o **Ministério Público** (f. 170-174), nenhuma prova foi produzida sob o crivo do **contraditório**, arrimando-se a requerente exclusivamente em declaração **unilateral** de seu empregado, que relata, com **vacuidade**, ter ouvido de terceiros suposta notícia de que os requeridos, acampados em fazenda próxima, *“invadiriam também a terra da DIAL”* (f. 22).

De mesma sorte, o **relato indireto** e **não-presencial** da ocorrência de **furto** e **abate** de uma rês esvazia a **força probatória** do boletim lavrado pela autoridade policial (f. 23-24), mera transcrição de declarações **unilateralmente** prestadas pelo interessado, o qual, por sua vez, delas tampouco teve conhecimento próprio, transmitidas que lhe foram por **terceiro**, empregado da fazenda:

“Acionados, comparecemos ao Posto BR, onde o solicitante nos relatou que é administrador de uma fazenda localizada no Muquem, de propriedade do Senhor Igor Dornas Andrade. Que recebeu um telefone (sic) do vaqueiro José Carlos, funcionário da fazenda, dizendo que os sem-terra acampados em uma fazenda ao lado haviam abatido e furtado um animal bovino, de cor branca, raça nelore. Segundo o solicitante, no acampamento sem terra à (sic) aproximadamente 80 pessoas. O solicitante ficou orientado a procurar esta Depol para as demais providências” (f. 24).

228 – DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, São Paulo: Malheiros, 2001, v. III, p. 531-532.





Quiçá **indevidamente satisfeita** (por não se tratar de provimento jurisdicional definitivo) com a homologação da **declaração de propósito** dos requeridos em **não invadir** o imóvel, sob pena de desocupação compulsória, **descurrou-se** a requerente de demonstrar tanto a efetiva **materialidade** do **furto** quanto a respectiva **autoria**, ato que, em tese, caracterizaria **ameaça** ou **turbação** da posse.

Assim, a mera **presença** dos requeridos nas **proximidades** do imóvel, fato **incontroverso**, **por si só não** torna **justo o receio**, se tal presença não se concretiza em ato qualquer a revelar o ânimo de **ofensa orientada** à posse da requerente. Para que a alegação transcendesse o plano da **mera especulação**, não prescindia de ser **corroborada** por qualquer meio legal de **prova**.

Por certo, é **notório** o fato de que os conflitos coletivos possessórios pululam nos municípios vizinhos de Paracatu, João Pinheiro, Patrocínio, Perdizes, Araguari, Uberlândia, Presidente Olegário, Vazante, Guarda-Mor e outros, situados no oeste do Estado de Minas Gerais. Porém, também é de **conhecimento geral** que os movimentos sociais em luta pela terra estão **ativos** em todos os Estados da Federação, sem privilégio das Minas Gerais, e aqueles que relutam a se adaptar ao que é hoje realidade, negando-a, arriscam-se a serem **atropelados pela História**.

Urge, pois, que a sociedade brasileira aprenda a **conviver e dialogar** com a **novel realidade** dos conflitos coletivos possessórios, que recrudesceram a partir da década dos oitenta, na esteira da **redemocratização** do País, e, ao que parece, trilhando **caminho sem volta**.

É de se esperar, portanto, com **serenidade** e sem medo **pânico**, que os movimentos sociais estejam presentes na região palco dos conflitos. Essa **circunstância isolada**, desacompanhada de algum indício ou prova do **efetivo ânimo de invasão**, já não é mais bastante, no contexto atual, a caracterizar a justiça do receio, sob pena de se **fomentar** verdadeira **indústria de ordens interdita** “**ao portador**”, **abstratas** e **erga omnes**: contra tudo, contra todos e contra qualquer um.

Independentemente do **prisma**, indistintamente **ideológico**, sob que se veja o fenômeno dos conflitos coletivos, no âmbito estrito da atividade jurisdicional não se pode ignorar que a inserção, pelo legislador constituinte, da função social no conceito mesmo de propriedade impôs ao proprietário (ou possuidor) o dever de suportar, como verdadeiro **encargo social**, a **atuação desses movimentos**. E, por motivos ainda mais consistentes, se essa atuação cinge-se, como na espécie, à mera **presença**, ao tão-só **estar próximo** ou **encontrar-se acampado** nas imediações (f. 04-05), atentando ao **conteúdo semântico** de **passividade** que tais locuções encerram.

Assim, na **ausência absoluta de provas**, *data venia*, o alegado **temor** de **ameaça iminente** mais se nos apresenta como **irracional aversão fóbica** do que como **receio justo**, **pressuposto específico** e **necessário** da concessão da tutela interdita.

III - **DISPOSITIVO**

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL** por **DIAL DISTRIBUIDORA DE AÇO E AGROPECUÁRIA LTDA.** em face de **MANOEL ELIZIÁRIO, MARCOS ANTÔNIO DE MOURA, ADENOR APARECIDO DA SILVA, MARIA ANDRÉA DA SILVA COSTA, MARIA TEREZINHA DE MOURA** e requeridos incertos ou desconhecidos.

Condeno a requerente nas **custas processuais**, além de suportar **honorários** de **R\$500,00** (quinhentos reais) devidos ao **Curador Especial**, tendo em conta, de um lado, a **relevância** da causa, que trata de um sério **conflito social de proporção considerável** e, de outro, o **curto tempo do serviço** e a relativa simplicidade do **trabalho do profissional**, limitado ao oferecimento de contestação por negativa geral, sem oferecer razões finais (art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.).

À **Distribuição e à Secretaria**, para retificar a **denominação da requerente para DIAL DISTRIBUIDORA DE AÇO E AGROPECUÁRIA LTDA.**, conforme contrato social de f. 16-21.

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 25 de janeiro de 2008.

(Publicação Minas Gerais, 30.1.2008)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito



Comarca de Belo Horizonte
Proc. no 0024.07.451.491-0
Ação: Interdito proibitório
Origem: Prata/MG
Requerente: Espólio de Luiz Eduardo Brant de Carvalho
Reqdos: integrantes da Liga dos Camponeses Pobres
Imóvel: Fazenda Salto de Minas

I – RELATÓRIO

VISTOS, ETC.

Cuidam os autos de AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO aforada por ESPÓLIO DE LUIZ EDUARDO BRANT DE CARVALHO em face de requeridos incertos ou desconhecidos, integrantes da LIGA DOS CAMPONESES POBRES. Diz-se o requerente possuidor do imóvel rural FAZENDA SALTO DE MINAS, em Prata/MG, com área total 4.584,72,71 ha, onde exerceria atividade agropecuária e de hotelaria. Ao argumento de que os requeridos teriam celebrado acordo judicial de desocupação de imóvel vizinho, tem por justo o receio de iminente moléstia à posse, pelo que pede, desde a concessão liminar e sem audiência da parte contrária, a ordem interdital, a fim de obstar aos requeridos a prática de atos que importem turbação ou esbulho (f. 02-05). Junta documentos (f. 06-45).

À recomendação de comprovação do cumprimento da função social (f. 48-51), vêm aos autos documentos (f. 64-92).

Citação pessoal (f. 99 e 101)

Em audiência de 28.03.2007, o processo foi extinto relativamente aos segundos requeridos, integrantes do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA. Foram inquiridas 02 (duas) testemunhas e homologado o pedido do requerente de desistência da concessão liminar da ordem interdital (f. 107-112).

O Ministério Público é pela citação dos requeridos incertos ou desconhecidos (f. 126-127).

Citação ficta (f. 129, 131, 135-137).

Contestação do Curador Especial nomeado aos revéis citados por edital, com alegação, no mérito, de descumprimento da função social e, no mais, por negativa geral (f. 141-142).

Após a impugnação (f. 144), encerrou-se a instrução (f. 147), sem manifestarem-se as partes quanto à produção de outras provas (f. 146 e verso).

Memoriais, com alegações finais (requerentes – f. 148-149 e Curador Especial – f. 153v). O Ministério Público é pela improcedência do pedido, por ausência de provas da justiça do receio e do cumprimento da função social (f. 154-161).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

* (...) *

3 – O CASO NA ESPECIALIDADE

Estabelecidas as premissas a cuja luz decidem-se os conflitos coletivos pela posse de imóvel rural, passamos aos termos do caso na especialidade.

Não foram argüidas preliminares nem sequer as vislumbro que deva apreciar de ofício.

3.1 – Do Mérito

Passo a apreciar os elementos atinentes ao direito de o ora requerente vir a Juízo pleitear proteção possessória, qual seja, a análise do cumprimento da função social (sob seus quatro aspectos constitucionais).

3.1.1 – Da posse em cumprimento à função social

Com a devida vênua ao Ministério Público, que externa entendimento contrário (f. 154-161), há nos autos prova suficiente do exercício de posse cumpridora da função social, especialmente considerando o ambiente de completo desinteresse dos requeridos pela via jurisdicional na composição do conflito, os quais nem sequer se dignaram a atender ao chamado para participar do processo.



Assim, comprovam **aproveitamento econômico racional e adequado** os demonstrativos de fornecimento de **leite**, no exercício de 2006, totalizando uma produção média mensal de aproximadamente **50.000** (cinquenta mil) **litros** (f. 64-69); contrato de **parceria agrícola** para cultivo de **soja**, vigente de 2002 a 2011 e contrato de **parceria** para **reflorestamento**, vigente de 2005 a 2019 (f. 10-13); declaração de lançamento do ITR referente ao exercício de 2006, em que consta o apascentamento de **1.834** (mil, oitocentas e quarenta e três) cabeças de **gado bovino** (f. 15-20) e a classificação do imóvel como **grande propriedade produtiva**, constante do certificado de cadastro no INCRA referente ao triênio de 2003/2004/2005 (f. 14). Não discrepa a prova oral, havendo as **testemunhas** declarado que o requerente ali exerce **atividade agropecuária**, com plantação de **soja** e **cana** e criação de **gado bovino** de corte e de **leite**, e explora o **ramo hoteleiro**, onde mantém uma **pousada** (f. 111 e 112).

Demonstram **utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio-ambiente** a **averbação** da área de **reserva legal**, não inferior a 20% da superfície total do imóvel; também os **termos de compromisso de execução e preservação florestal**, celebrados com o IBAMA (f. 10-13) e a declaração de lançamento do Imposto Territorial Rural no exercício de 2006, em que consta a existência de **450,60 ha** (quatrocentos e cinquenta hectares e sessenta ares) de área **preservação permanente** e **916,90 ha** (novecentos e dezesseis hectares e noventa ares) de **reserva legal**. A questão da concreta preservação de tais áreas de proteção ambiental, suscitada pelo **Ministério Público** em manifestação final (f. 154-161), restou inexplorada nos autos, declinando as partes de a tal propósito inquirir as testemunhas em audiência de justificação (f. 111-112).

A seu turno, as **fichas de registro** de **07** (sete) **empregados** e as cópias de carteiras profissionais (f. 70-92) sinalizam, ainda que em **grau mínimo**, a **observância de normas de regência das relações de trabalho**. Demais disso, sob a **lógica do razoável**, a valoração do trabalho há de privilegiar não apenas a observância de **direitos trabalhistas** em sentido estrito (**direitos do trabalho**), mas também e principalmente o **direito ao trabalho**, assim entendida a oportunidade de emprego remunerado e, por **corolário**, de **ascensão social**, **existência digna** e **redução de desigualdades**. Sob esse aspecto, cumpre a função social a posse que se exerça não mais individualmente, mas coletivamente, de modo compartilhado com aqueles que carecem de trabalho, como no caso dos autos.

Quanto à dimensão de **bem-estar social**, não há nos autos qualquer prova, indício ou mesmo alegação de que, na **exploração econômica**, o requerente provocasse **conflitos** e **tensões sociais** e não favorecesse a **saúde**, **educação** e **lazer** dos proprietários, empregados, vizinhos. Sem notícia, ainda, de que ali se exerçam **atividades perigosas**, **penosas** ou **insalubres**, em risco à **integridade física e psíquica** de quantos circulem naquele **microcosmo social**.

Por tudo, então, demonstra o requerente o **exercício de posse conforme à Constituição Federal**, em suas **quatro dimensões**. Resta, pois, a análise da presença dos **requisitos específicos** da concessão da **tutela interdita**.

3.1.2 – Dos requisitos específicos da tutela interdita

3.1.2.1 – Do direito de acesso à jurisdição

A Constituição Federal garante o **acesso à jurisdição**, ainda que para dirimir controvérsia quanto a direito tão-somente **ameaçado** de **lesão** (art. 5º, XXXV). Nesse aspecto, a legislação infraconstitucional tutela **preventivamente** a posse simplesmente **ameaçada**, desde que presentes os respectivos **requisitos**, expressos no art. 932 do C.P.C., a saber: **posse atual** e **justo receio** de moléstia, advindo da **iminência** de **turbação** ou **esbulho**. A seu turno, o art. 1.210 do Código Civil confere ao possuidor o direito de ser “*segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado*”.

3.1.2.2 – Do conceito aplicado de justo receio

Percebe-se com clareza que o ordenamento **não banaliza** o acesso à jurisdição, exigindo, como **condição** que **legitima** a movimentação do dispendioso aparato estatal, a **prova** da **justiça** do **receio**. E dir-se-á **justo** o **receio** somente se fundado em **ameaça iminente**, entendendo-se como tal a **violência** que está **em vias de se concretizar**, que está a ponto de acontecer. Necessário se demonstre, pois, **receio qualificado** por **agressão próxima** e **imediate**.

A propósito do que se há de entender por “**justo receio**”, preciosa a lição de TITO FULGÊNCIO:

“*Não é, não pode ser mero e simples o receio: o Código exige como condição fundamental a justiça do receio, e esta justiça do*





receio, esse fundado do receio, não o deixou no vago o legislador, pelo contrário o precisou no requerer iminência da violência.

Violência iminente, diz a lei, e isso significa, segundo os dicionários da língua, o **perigo instante, sobranceiro, que está sobre vindo**, não a ameaça da **palavra vã**, falada ou escrita, mas a ameaça atual manifestada em **atos encarnativos**, ao menos de indícios veementes, como em direito se entendem. Eis porque no domínio do art. 492 do Código Civil português, igual ao nosso, a jurisprudência reputa inepta a petição inicial em que não se especificam os **atos**, que constituem o justo receio de turbação de posse. (Rev. de Leg. e Jur., XVII, 426, 440). É o vizinho que ameaça edificar no meu e externa a ameaça na reunião de materiais; é o aqueduto do confinante, que está a extravasar e inundar a minha plantação, e ele não o quer obstar; é a cheia do rio, que levou minhas madeiras ao prédio vizinho ou a outro e o dono deste impede-me de tirá-las; é a árvore alheia, que tomba para o lado do meu prédio, e o dono não a quer cortar; é reunir gente o senhor do prédio superior para obstruir o aqueduto, que traz água a meu prédio; é o vizinho que ameaça fazer passagem por minhas terras etc.”²²⁹

Ensina PONTES DE MIRANDA – mestre de sempre – que **“ameaça é fato: ou houve ou não houve.”**²³⁰ A **qualificação do receio** como **justo**, pois, dependerá de estar **inserido** em um **contexto fático** de **ameaça, idôneo** a autorizar a percepção de uma **ofensa provável**. O ordenamento jurídico não dá guarida ao **temor subjetivo, mera desconfiança, cisma, suspeita** ou **suposição**, sem esteio em **atos concretos** dirigidos à ofensa da posse que se pretende tutelar.

No mesmo sentido, da doutrina de CARLOS ROBERTO GONÇALVES:

“É necessário que tenha havido um **ato** que indique **certeza** de estar a posse na iminência de ser violada. Para vencer a demanda, o autor deve demonstrar que seu receio é justo, **fundado em fatos ou atitudes** que indicavam a iminência de moléstia à posse. Justo receio, assim, não significa mero temor subjetivo, mas receio provocado por **atos concretos e objetivos**.”²³¹

E, ainda, ensinamento de Ovídio Baptista:

“O interdito proibitório **exige** o justo receio e a efetiva ameaça de agressão à posse, de modo que o autor deverá demonstrar, antes de mais nada, que é possuidor; depois, que sofre fundado temor de ser ofendido em sua posse, e finalmente, que o temor, elemento subjetivo, seja **real**, vale dizer, que a ameaça de turbação ou esbulho possessório não seja apenas um vão temor subjetivo, sem correspondência na realidade”.²³²

3.2.1.4 – Da ausência de indícios de ameaça iminente

Não há nos autos **prova** da alegação de **turbação** ou **esbulho iminente**. Nem sequer há nos autos **relato** da prática de **atos concretos preparatórios** de **eventual invasão**, vindo a inicial desacompanhada de competente **boletim de ocorrência policial (B.O.)**.

Extrai-se da **prova oral** que os requeridos se encontrariam a **grande distância** do imóvel, em **prejuízo da verossimilhança** da alegação de **ameaça iminente**. Embora cientes da **presença** do indigitado movimento social na zona rural de Prata, as testemunhas declaram expressamente que **ignoram** a prática de qualquer **ato indicativo** da **intenção** dos requeridos de **ocupar** o imóvel. Sabem, apenas **por ouvir dizer**, que os requeridos estariam à procura de outra fazenda onde se assentassem, mas **não confirmam a ameaça** orientada à posse do requerente. Confira-se:

• **Depoimento** de LUIZ ANTÔNIO SANTOS VIEIRA (f. 111 – sem negritos originais):

“Tem conhecimento de que a Liga dos Camponeses Pobres está acampada nas terras de João Luiz de Melo, e não sabe dizer por quanto tempo se demorarão por lá. Do acampamento dos Sem Terra até a fazenda Salto de Minas há aproximadamente 50 km. Nesse trecho, há médias e pequenas propriedades”;

“**Não tem conhecimento próprio**, mas **‘diz que’** na eventualidade de o grupo sair de onde está, eles iriam para a fazenda Salto de Minas. É um **comentário** que circula, e rápido, pois a cidade é pequena”;

“**O depoente não sabe de nenhum ato inequívoco dos requeridos no sentido de se direcionarem para a fazenda Salto de Minas**”;

“**O depoente não sabe dizer qual seria a razão de os requeridos quererem ocupar a fazenda Salto de Minas**”;

229 – FULGÊNCIO, Tito. *Da posse e das ações possessórias*, 7 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1994, vol. I, p. 141 (sem destaque original).

230 – PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao código de processo civil*, Rio de Janeiro: Forense, 1976, tomo XIII, p. 316 (sem destaque original).

231 – GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito das coisas*, 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 56 (sem destaque original).

232 – SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. *Comentários ao código de processo civil*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, vol. 13, p. 291 (sem destaque original).





“Tomou conhecimento deste **boato** [ameaça de invasão] no final de 2006, início de 2007”.

• **Depoimento** de JOSÉ ANTÔNIO ROSSI (f. 112 – sem negritos originais):

“Tem conhecimento que está na região um movimento de Sem Terras designado Liga dos Camponeses Pobres, acampados atualmente na fazenda Douradinho, de João Luiz de Melo”;

“A **distância** entre o acampamento e a fazenda Salto de Minas está entre **40 a 50 km**. Para cumprir estas distâncias, existem muitas propriedades e de tamanhos diversos”;

“**Não tem conhecimento próprio, nem de ouvir dizer, que a Liga pretenda invadir a fazenda Salto de Minas**”;

“**Que não tem conhecimento próprio, nem de ouvir dizer, que os membros da Liga tenham visitado ou permanecido nas imediações da fazenda Salto de Minas**”;

“O depoente, no entanto, **ouvir dizer** que a Liga, apesar de acampada, estaria procurando uma fazenda para onde ir”;

“O depoente **não tem conhecimento de nenhum ato inequívoco dos requeridos da Liga, direcionados especificamente para a fazenda Salto de Minas**”.

Vê-se que os **depoimentos** que se quer tomados como **provas** não ultrapassam o âmbito do **ouvir dizer**, do **disseme-disse**, da **fabulação**, quiçá da **futrica**, sem convencer da justiça do receio. Tampouco a demonstra a prova documental. O **B.O. nº 345/03** relata a ocupação de faixa de domínio de rodovia em 12.08.2003 (f. 30-31), mais de três anos antes do ajuizamento da ação (06.03.2007 – f. 47). A seu turno, o **B.O. nº 479/07**, lavrado em 20.02.2007, relata a ocupação do imóvel Fazenda Barreiro (f. 32-34), cuja proximidade com a fazenda objeto da posse litigiosa, a justificar em tese o receio, **não restou comprovada**. Demais disso, as **testemunhas** asseveram, em **uníssono**, que os requeridos encontravam-se acampados em imóvel diverso, denominado Fazenda Douradinho, a **grande distância** da Fazenda Salto de Minas (f. 111 e 112). De mesma sorte, **sem acrescer** elementos de cognição, os recortes de jornais de 22.12.2006 e 23.02.2007, que tão-somente dão conta da ocupação das Fazendas Barreiro e Douradinho (f. 28-29).

Ora, a simples **presença** dos requeridos nas **proximidades** do imóvel (tampouco demonstrada, vez que se encontrariam a uma distância de 50 km) não tem o condão de, **por si só**, justificar o receio, pois tal **presença não se concretizou** em **fato** ou **ato** qualquer a revelar o **ânimo** de **ofensa orientada** à posse da requerente. Assim, a alegação não transcende o plano da **mera especulação**.

Por certo, é **notório** o fato de que os conflitos coletivos possessórios pululam na região do Triângulo Mineiro. Porém, também é de **conhecimento geral** que os movimentos sociais em luta pela terra estão **ativos** em todos os Estados da Federação, sem privilégio das Minas Gerais, e aqueles que relutam a se adaptar ao que é hoje realidade, negando-a, arriscam-se a serem **atropelados pela História**. Embora não se exija **consentimento geral** com as **estratégias** desses movimentos sociais (por vezes ultrapassadas e sem qualquer laivo de criatividade e domínio das técnicas contemporâneas de articulação e luta), não se concebe negar-lhes **legitimidade** à altura do **grau** de **desenvolvimento** das postulações e debate que a matéria alcançou no **plano social, político** e, sobretudo, **histórico**.

Urge, pois, que a **sociedade brasileira** aprenda a **conviver** e **dialogar** com a **novel realidade** dos conflitos coletivos possessórios, que recrudesceram a partir da década dos oitenta, na esteira da **redemocratização** do País, e, ao que parece, trilhando **caminho sem volta**.

É de se esperar, portanto, com **serenidade**, sem **preconceito** e sem **medo pânico**, que os movimentos sociais estejam presentes em regiões palco de conflitos. Essa **circunstância isolada**, desacompanhada de algum indício ou prova do **efetivo ânimo de invasão**, já não é mais bastante, no **contexto atual**, a caracterizar a justiça do receio, sob pena de se **fomentar** verdadeira **indústria** de **ordens judiciais “ao portador”**, **abstratas** e **erga omnes**: contra tudo, contra todos e contra qualquer um.

Por tudo, **não demonstrado o fundado receio de iminente violência à posse**, não faz jus o requerente à tutela vindicada.

III - DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e considerando o mais quanto dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO AVIADO NA INICIAL** por **ESPÓLIO DE LUIZ EDUARDO BRANT DE CARVALHO** em face de **requeridos incertos ou desconhecidos, integrantes da LIGA DOS CAMPONESES POBRES**.



CONDENO o requerente no pagamento das **custas processuais e honorários de R\$500,00** (quinhentos reais) ao **Curador Especial**, tendo em conta o **tempo não longo do serviço**; a relativa **simplicidade** do feito, instruído só com prova documental; e a atuação do profissional no feito, em exercício zeloso do múnus da Curadoria de Ausentes, porém com as limitações próprias da especificidade de sua intervenção (**art. 20, §§ 4º e 3º do C.P.C.**).

Transitada em julgado, arquivar, com baixa.

P.R.I.C..

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2008. .

(Publicação Minas Gerais, 18.9.2008)

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo

Juiz de Direito

ANEXOS

307

RESOLUÇÃO No 398/2002

Regulamenta o funcionamento da Vara de Conflitos Agrários.

A CORTE SUPERIOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS

GERAIS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Resolução nº 391/2002, de 27 de maio de 2002, que determinou a instalação de uma Vara de Conflitos Agrários, a funcionar, em caráter provisório, conjuntamente com a 2ª Vara de Falências e Concordatas da Comarca de Belo Horizonte,

CONSIDERANDO que a referida Vara de Conflitos Agrários foi instalada no dia 6 de junho de 2002, nos termos da Portaria nº 1296/2002, da Presidência do Tribunal de Justiça;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a atuação da referida Vara de Conflitos Agrários, que se estende a todo o Estado;

CONSIDERANDO, finalmente, o que constou do Processo nº 373 da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e o que foi decidido pela própria Corte Superior, em Sessão realizada no dia 11 de setembro de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º – O Juiz de Direito da Vara de Conflitos Agrários tem competência para processar e julgar as ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural, mencionadas no art. 82, inciso III, do Código de Processo Civil, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 9.415, de 23.12.96.

Art. 2º – A ação deverá ser proposta na Comarca onde se localizar o conflito agrário.

Art. 3º – Proposta a ação, após a distribuição, registro e autuação, caberá ao Juiz de Direito, para o qual a mesma tenha sido distribuída, comunicar imediatamente o fato ao Juiz da Vara de Conflitos Agrários.

Art. 4º – Recebida a comunicação, o Juiz da Vara de Conflitos Agrários solicitará a remessa dos autos ou, havendo urgência que o requeira, deslocar-se-á ao local do conflito, tomando as providências que entender pertinentes.

Art. 5º – A tramitação dos processos e o cumprimento dos despachos e decisões exarados pelo Juiz de Direito da Vara de Conflitos Agrários serão efetivados, em caráter provisório, pelo escrivão e demais servidores da 2ª Vara de Falências e Concordatas de Belo Horizonte.

§ 1º – Servirão junto à Vara de Conflitos Agrários dois oficiais de justiça, com atribuição em todo o Estado.

§ 2º – O Juiz de Direito da Vara de Conflitos Agrários poderá, ainda, quando necessário ou conveniente, solicitar a cooperação de servidores lotados na Comarca onde se localizar o conflito agrário ou em outras Comarcas.

Art. 6º – As audiências e demais atos públicos poderão ser realizados nas dependências do Fórum da Comarca onde se localizar o conflito agrário, com o apoio material e de pessoal necessários, podendo o Juiz da Vara de Conflitos Agrários, se lhe parecer conveniente, requisitar as instalações do Tribunal do Júri ou solicitar dependências de outros órgãos públicos.

Art. 7º – Os processos em andamento, cuja instrução ainda não se encerrou, deverão ser remetidos pelos Juízes de Direito das Comarcas de origem ao Juízo da Vara de Conflitos Agrários, cessando a competência daqueles.

Parágrafo único – Caso já encerrada a instrução, o Juízo da Comarca de origem conservará sua competência até o julgamento da respectiva ação.

Art. 8º – A comunicação dos atos processuais, despachos e decisões entre o Juiz da Vara de Conflitos Agrários e os Juízes de Direito das Comarcas de origem poderá ser feita por qualquer meio idôneo, inclusive correio eletrônico, sempre que necessário.

Art. 9º – Exclui-se da competência do Juiz da Vara de Conflitos Agrários o processo e julgamento dos crimes praticados em decorrência dos conflitos agrários ou com eles relacionados.

Art. 10 – Os casos omissos serão resolvidos na forma da legislação vigente.

Art. 11 – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Belo Horizonte, 17 de setembro de 2002.

Desembargador GUSTAVO BIBER

Presidente

RESOLUÇÃO NO 438/2004

Altera a Resolução no 398/2002, que regulamenta o funcionamento da Vara de Conflitos Agrários.

A CORTE SUPERIOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 126 da Constituição Federal e no art. 114 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e com fundamento no art. 10, § 1º, da Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001,

CONSIDERANDO que, na forma do disposto no art. 126 da Constituição Federal, foi criada e instalada, na Comarca de Belo Horizonte, em 6 de junho de 2002, a Vara de Conflitos Agrários, sendo regulado o seu funcionamento pela Resolução nº 398/2002, publicada no “Diário do Judiciário” de 20 de setembro de 2002;

CONSIDERANDO que a experiência desses dois anos de funcionamento da Vara demonstra a necessidade de adequar alguns procedimentos para atender as necessidades de seu melhor funcionamento, mormente pelo fato de ter atuação em todo o Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO que a Vara de Conflitos Agrários foi desmembrada da 2ª Vara de Falências e Concordatas de Belo Horizonte, passando a ter Secretaria própria;

CONSIDERANDO, mais, o que constou do Processo nº 373 da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e o que foi deliberado pela própria Corte Superior, em sessão do dia 09 de junho de 2004,

RESOLVE:

Art. 1º – O funcionamento da Vara de Conflitos Agrários de Belo Horizonte passa a ser regido pelo disposto na presente resolução.

Art. 2º – O Juiz de Direito da Vara de Conflitos Agrários, com sede em Belo Horizonte, tem jurisdição em todo o Estado de Minas Gerais e competência para processar e julgar as ações que envolvam litígios coletivos pela posse de terras rurais, mencionadas no art. 82, inciso III, do Código de Processo Civil, e as que lhe são conexas.

Art. 3º – A ação será proposta no foro da Capital do Estado, sem prejuízo da utilização do protocolo integrado na Comarca onde se localizar o conflito agrário.

§ 1º – Em razão de urgência será admitida a remessa, por fax ou outro meio eletrônico seguro, da inicial e dos documentos que a acompanhem, providenciando a Secretaria da Vara de Conflitos Agrários a sua imediata distribuição e encaminhamento para despacho.

§ 2º – Nos cinco dias seguintes deverão ser remetidas as peças originais, que substituirão as cópias atuadas.

Art. 4º – Proposta a ação perante o juízo da Comarca onde se localizar o conflito agrário, e verificado que se trata de hipótese que se enquadra no artigo 2º desta Resolução, os autos serão imediatamente remetidos, pelo Juiz da Comarca, para a Vara de Conflitos Agrários.

Parágrafo único – Sempre que necessário, o Juiz de Direito da Comarca ou o Juiz de plantão onde se localizar o conflito entrará em contato, por qualquer meio idôneo, com a Vara de Conflitos Agrários, dando ciência do pedido e da situação local, para subsidiar a decisão do Juiz da Vara de Conflitos Agrários.

Art. 5º – Recebidos os autos e havendo urgência, o Juiz da Vara de Conflitos Agrários deslocar-se-á ao local do conflito, tomando as providências que entender pertinentes.

Art. 6º – O juiz da Vara de Conflitos Agrários poderá pessoalmente praticar os atos e presidir as audiências na sede da Comarca de Belo Horizonte, deslocar-se até o local do conflito, assim como expedir precatória para cooperação dos juízes do local do conflito.

Parágrafo único – A tramitação dos processos e o cumprimento dos despachos da Vara de Conflitos Agrários serão efetivados na Secretaria da Vara, sem prejuízo da cooperação de servidores lotados na Comarca onde se localizar o conflito agrário, quando o Juiz da Vara se deslocar até o local para realizar pessoalmente os atos.

Art. 7º – As audiências e demais atos públicos poderão ser realizados nas dependências do Fórum da Comarca onde se localizar o conflito agrário, com o necessário apoio material e de pessoal daquela Comarca, podendo o Juiz da Vara de Conflitos Agrários, se lhe parecer conveniente, requisitar as instalações do Tribunal do Júri ou solicitar dependências de outros órgãos públicos.

Art. 8º – Os processos em andamento, cuja instrução ainda não se encerrou, deverão ser remetidos pelos Juízes de Direito das Comarcas de origem ao Juízo da Vara de Conflitos Agrários, cessando a competência daqueles.

Parágrafo único – Caso já encerrada a instrução, o Juízo da Comarca de origem conservará sua competência até o julgamento da respectiva ação.

Art. 9º – A comunicação dos atos processuais, despachos e decisões entre o Juiz da Vara de Conflitos Agrários e os Juízes de Direito das Comarcas de origem poderá ser feita por qualquer meio idôneo, inclusive correio eletrônico, sempre que necessário.

Art. 10 – Recomenda-se, ressalvadas as situações de extrema urgência, a prévia oitiva do Ministério Público antes da decisão liminar, bem como no curso da lide, a cientificação dos órgãos envolvidos nos conflitos agrários, a fim de que possam prestar as informações pertinentes e eventual auxílio técnico administrativo para a composição dos conflitos.

Art. 11 – Exclui-se da competência do Juiz da Vara de Conflitos Agrários processar e julgar os crimes praticados em decorrência dos conflitos agrários ou com eles relacionados.

Art. 12 – Os casos omissos serão resolvidos na forma da legislação vigente.

Art. 13 – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 – Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Belo Horizonte, 21 de junho de 2004.

Desembargador MÁRCIO ANTÔNIO ABREU CORRÊA DE MARINS

Presidente

SOBRE O AUTOR

É graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), especialista e mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Na Universidade de Lisboa é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídico Políticas, onde também cursou especialização lato sensu. De agosto de 2007 até setembro de 2008 foi titular da Vara de Conflitos Agrários de Minas Gerais, tendo em seguida atuado como Juiz Auxiliar do Supremo Tribunal Federal, em Brasília, onde permaneceu até junho de 2009. No meio acadêmico, é professor de cursos de graduação e especialização. Atualmente é titular da Vara de Fazenda Estadual e Autarquias – Tribunal de Justiça de Minas Gerais - Comarca de Belo Horizonte – Minas Gerais.

Para entrar em contato com o autor envie email para: osvaldofirmo@hotmail.com

Este livro foi produzido em Brasília, em setembro de 2009.
Composto com as tipologias Berkeley Oldstyle e Helvetica Neue (títulos) sobre papel off-set 75g/m2.

Impresso pela XXXXXX